



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1978

Segunda-feira - 18 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Garuva	247	Palmitos	542
Alto Bela Vista.....	10	Gaspar	248	Papanduva.....	543
Anchieta	12	Governador Celso Ramos	249	Paraíso	545
Antônio Carlos	13	Grão Pará	260	Passos Maia	557
Arabutã	14	Guaraciaba	263	Paulo Lopes	558
Arroio Trinta.....	18	Guaramirim.....	264	Penha.....	559
Ascurra.....	34	Guarujá do Sul	289	Peritiba.....	571
Balneário Piçarras.....	41	Herval d'Oeste	290	Petrolândia	573
Balneário Rincão	44	Imbituba	291	Pinheiro Preto	574
Barra Bonita.....	45	Indaial.....	300	Planalto Alegre.....	577
Barra Velha.....	52	Iomerê	356	Pomerode.....	578
Bela Vista do Toldo.....	53	Ipumirim	357	Ponte Serrada	585
Benedito Novo	61	Irineópolis	358	Porto Belo.....	593
Biguaçu	62	Itá	361	Porto União.....	595
Blumenau	83	Itapema	363	Pouso Redondo	601
Bom Jesus do Oeste	96	Itapiranga.....	377	Presidente Castello Branco.....	610
Bom Retiro	98	Itapoá	381	Presidente Nereu.....	611
Braço do Trombudo	99	Ituporanga	401	Rio do Sul.....	615
Brusque.....	106	Jacinto Machado	402	Romelândia.....	625
Caçador.....	108	Jaraguá do Sul	403	Santa Terezinha do Progresso	628
Camboriú.....	114	Joaçaba	406	São Bento do Sul.....	629
Campo Alegre	116	Lages	419	São José.....	633
Campo Erê.....	132	Laguna	422	São José do Cedro.....	639
Campos Novos.....	134	Lajeado Grande.....	428	São Lourenço do Oeste.....	648
Canoinhas.....	147	Lauro Muller	430	São Miguel da Boa Vista	649
Capinzal	149	Lebon Regis	433	São Miguel do Oeste.....	651
Catanduvas.....	151	Leoberto Leal.....	434	São Pedro de Alcântara.....	658
Chapadão do Lageado	152	Lindóia do Sul	435	Schroeder.....	659
Chapecó	153	Luzerna	436	Seara	668
Cocal do Sul.....	173	Macieira.....	441	Serra Alta	671
Concórdia	175	Mafra	442	Sul Brasil	672
Cordilheira Alta	214	Maravilha.....	443	Tigrinhos	673
Coronel Freitas.....	217	Massaranduba.....	460	Timbé do Sul	674
Coronel Martins.....	218	Meleiro	462	Timbó	675
Correia Pinto.....	219	Modelo	464	Três Barras	677
Curitibanos	220	Monte Carlo	465	Trombudo Central.....	678
Dionísio Cerqueira	226	Morro da Fumaça	466	Turvo	679
Doutor Pedrinho.....	229	Navegantes	477	União do Oeste	681
Ermo	234	Nova Trento	512	Urussanga	682
Faxinal dos Guedes.....	235	Novo Horizonte	529	Videira.....	684
Forquilha	236	Orleans	531	Vitor Meireles.....	693
Fraiburgo.....	238	Otacílio Costa.....	532	Xanxerê.....	694
Frei Rogério	243	Paial	537	Xavantina	696
Garopaba.....	245	Palhoça	538	Xaxim.....	697

Associações

AMMMVI	698
--------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1978

Segunda-feira - 18 de Abril de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

ARIS	702
CIS/AMURES	703
CIGAMERIOS	703

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Carlos Alberto Barbieri, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Médico Clínico Geral – 40 horas para apresentar-se em quinze dias contados a partir desta convocação para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, a fim de tomar posse no cargo em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 15 de abril de 2016

Novelli Sganzerla
Prefeito

Carlos Alberto Barbieri

Recebido em ____/____/____

EDITAL Nº 001/2016 CMDCA

EDITAL Nº 001/2016/CMDCA

ABRE INSCRIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS QUE PODERÃO SER FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, À ENTIDADES GOVERNAMENTAIS NÃO GOVERNAMENTAIS E DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal nº 092/2014, alterada pela Lei Municipal nº 094/2014, com base na deliberação da Plenária Ordinária do CMDCA, ocorrida no dia 11 de abril de 2016, resolve tornar público o presente edital.

CAPÍTULO I – DO OBJETIVO

Art.1º. Tornar público os procedimentos e critérios para apresentação de projetos que poderão ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA), por entidades governamental e não governamental, a fim de qualificar e potencializar os serviços da rede de atendimento à criança e adolescente do Município de Água Doce.

CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art.2º. Poderão inscrever projetos para pleitear recursos do FIA, as entidades governamental e não governamentais que tenham registro e/ou inscrição, em vigência no CMDCA, na data da apresentação do projeto.

Art.3º. Os projetos apresentados deverão atender crianças e/ou adolescentes do município de Água Doce e estarem em conformidade com a legislação pertinente a este edital, em especial a Lei nº 8069/1990 (ECA), Lei Municipal nº 092/2014, alterada pela Lei Municipal Nº 094/2014, ou a que a suceder e Resolução nº137/2010/CONANDA, prevendo aplicação dos recursos do FIA, de acordo com os seguintes requisitos:

I. Desenvolvimento de serviços e programas complementares ou inovadores, por tempo determinado, voltados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II. Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 34 da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III. Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV. Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI. Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

VII. Desenvolvimento de ações previstas no Plano de Aplicação Financeira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.4º. Os projetos aprovados poderão ser financiados por no máximo 3(três) anos consecutivos ou alternados, devendo a previsão do período de execução, constar no projeto apresentado.

I. Para garantir a continuidade do mesmo projeto e a homologação de novo convênio, para o ano seguinte, a entidade governamental e não governamental deverá proceder a entrega de novo requerimento e formulário, previstos no artigo 6º deste edital, até 30(trinta) de outubro do ano corrente.

Art.5º. Para este edital, poderá ser financiado até 3(três) projetos por entidade governamental e entidade não governamental.

CAPÍTULO III – DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Art.6º. A inscrição dos projetos, será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I. Entidades governamentais

- a) Requerimento (anexo I).
- b) Folha de rosto (anexo II).
- c) Descrição técnica do projeto (anexo III).
- d) Planilha de custos (anexo IV).
- e) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre o programa governamental CMDCA/FIA (Anexo VI).
- f) 3(três) cotações, no mínimo, contendo a descrição de cada material/serviço, com prazo de validade em conformidade com o protocolo do projeto.
- g) Justificativa da falta de três cotações, quando não houver, no mínimo três fornecedores ou fabricantes, assim como, justificativas para as vantagens apresentadas por uma das cotações, em razão do custo benefício.

II. Entidades não governamentais

- a) Requerimento (anexo I).
 - b) Folha de rosto (anexo II).
 - c) Descrição técnica do projeto (anexo III).
 - d) Planilha de custos (anexo IV).
 - e) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre a entidade não governamental e o CMDCA/FIA (Anexo VI).
 - f) CNPJ atualizado.
 - g) 3(três) cotações de preço, no mínimo, contendo a descrição de cada material/serviço, com prazo de validade em conformidade com o protocolo do projeto.
 - h) Justificativa da falta de três cotações, quando não houver, no mínimo três fornecedores ou fabricantes,
 - i) Justificativa para as vantagens apresentadas por uma das cotações, que não seja o menor preço, em razão do custo benefício.
- §1º. Os documentos deverão ser entregues em cópia física, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da entidade governamental e não governamental e serem protocolados, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Água Doce, sito a Rua Praça João Macagnan, nº322, Centro, Água Doce, em envelopes fechados identificados conforme modelo abaixo:

EDITAL 001/2016/CMDCA

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS

PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

Nome do Projeto: _____ §2º Os documentos descritos nas alíneas a,b,c d,e, deste artigo, deverão ser entregues também em mídia eletrônica (CD, DVD, pen drive - em extensão ".doc" / ".odt" / ".pdf"), e protocolados em envelope separado da cópia física, contendo a mesma identificação descrita no §1º.

§3º. Os projetos que não apresentarem rigorosamente os documentos e a mídia eletrônica, elencados neste artigo, serão inabilitados.

§4º. No ato da celebração do convênio a entidade governamental e não governamental deverá providenciar os documentos exigidos pela Controladoria Geral/Interna do Município, em conformidade com a Instrução Normativa nº14/2012 do Tribunal de Contas da União e com o Decreto Municipal nº001/2012.

§5º. Os projetos apresentados e seus anexos não serão devolvidos, independentemente qual seja o resultado.

Art.7º. Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá (ão) ser assinado(s) pelo respectivo responsável (Engenheiro, Arquiteto, Nutricionista, Fonoaudiólogo, entre outros) com apresentação de ART – Registro de responsabilidade técnica, quando for o caso.

CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

Art.8º. Poderá a entidade governamental e não governamental, apresentar recurso ao CMDCA, relacionado a Resolução que disporá sobre o resultado da análise do projeto.

§1º. O recurso deverá identificar os pontos cujo proponente discorda, com respectiva justificativa.

§2º. A entidade poderá anexar ao recurso documentos e notas explicativas que esclareçam as justificativas apresentadas.

§3º. Na apresentação do recurso, não será permitido a complementação de documentos faltantes no ato da habilitação, previstos no Art.6º.

CAPÍTULO V - CALENDÁRIO OFICIAL

Art.9º. O calendário oficial obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	PROCEDIMENTO	DATA
1.	Publicação do Edital no site da Prefeitura municipal de Água Doce (www.aguadoce.sc.gov.br) e em jornal de maior circulação local.	18/04/2016
2.	Publicação da resolução do CMDCA que disporá sobre o resultado do projeto apresentado, no site da Prefeitura Municipal de Água Doce (www.aguadoce.sc.gov.br).	Até o 5º dia útil, após a deliberação pela plenária do CMDCA.
3.	Entrega da Resolução constando o resultado, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Água Doce.	Até 10 (dez) dias úteis após a publicação do resultado pelo CMDCA.
4.	Prazo para a retirada da Resolução, pela entidade.	Até 10 (dez) dias úteis após a entrega da resolução no setor de protocolo, pelo CMDCA.

5.	Prazo para protocolo de recurso, pela entidade governamental e não governamental, junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Água Doce.	Até 10 (dez) dias úteis após a retirada da Resolução.
6.	Publicação da resolução do CMDCA constando o resultado da análise do recurso, no site da Prefeitura Municipal de Água Doce (www.aguadoce.sc.gov.br) e entrega da mesma, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de Água Doce.	Até 30 (trinta) dias úteis após o protocolo do recurso, (pela entidade governamental e não governamental)

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

Art.10. Os projetos serão analisados pela Comissão de Análise de Projetos do CMDCA, a qual terá até 30 (trinta) dias, após o protocolo do projeto, para emitir parecer à ser submetido à apreciação e deliberação da Plenária do Conselho.

Art.11. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Análise de Projetos, em 4 (quatro) fases distintas:

I. HABILITAÇÃO: consiste no estrito cumprimento, em especial ao artigo 6º do presente edital.

II. JULGAMENTO: os projetos serão avaliados pela Comissão que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos, realizará visitas “in loco” para avaliação/constatação, assim como, poderá recorrer a quaisquer instâncias internas e externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos e/ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão. Nesta etapa serão considerados os seguintes critérios de análise:

a) Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes, relacionadas à criança e ao adolescente.

b) Mérito (intencionalidade do projeto).

c) Relevância do projeto em relação a ações que promovam a garantia do acesso aos direitos fundamentais.

d) Impacto social (transformações a que se propõe realizar).

e) Comprovação de que a entidade governamental dispõe de condições técnicas, administrativas, legais e físicas para consecução do objeto do projeto, de acordo com o anexo III.

f) Comprovação de que o projeto não apresenta vício de origem (Projetos apresentados por órgãos governamentais em nome de entidades não governamentais).

III. DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA: encaminhamento do parecer da comissão para apreciação da plenária do CMDCA.

Art.12. O conselheiro titular do CMDCA, representante de entidade governamental e não governamental que inscrever projeto, se membro da comissão de análise de projetos, não poderá participar da análise do mesmo, assim como, deverá ausentar-se da plenária no momento da votação.

Parágrafo único: Os representantes de entidades governamentais e não governamentais, presentes na plenária, na ocasião da votação do projeto, deverão ausentar-se da mesma.

CAPÍTULO VII – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.13. Os recursos para o financiamento dos projetos selecionados são oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA).

Art.14. Os recursos poderão ser liberados totalmente ou parcialmente, na ordem de até 100% do solicitado, considerando a disponibilidade financeira no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e as normas gerais deste edital, também com pareceres da Comissão de Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Água Doce-GTCONT.

CAPÍTULO VIII - DAS DESPESAS VEDADAS

Art.15. É vedado às entidades custearem despesas com:

I. Custos referentes à administração (taxa de administração, aluguel de imóvel, gerência, coordenação, contabilidade, luz, água, telefone e IPTU);

II. Gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a integrantes da diretoria da instituição ou a servidores públicos federal, estadual ou municipal integrantes da administração direta ou indireta (ativos, inativos ou licenciados);

III. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo;

IV. Utilização dos recursos em finalidade diversa àquela estabelecida no projeto;

V. Realização de despesas com publicidades, informativos das quais constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de dirigentes e técnicos da entidade, de autoridades e/ou servidores públicos;

VI. Pagamento de salário, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

VII. Financiamento de ações relacionadas às políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de recurso específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

VIII. Investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei.

CAPÍTULO IX – DO PERÍODO PARA REPASSE DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS

Art.16. O prazo que a entidade governamental e não governamental proponente possui para providenciar a documentação necessária para celebração do convênio junto a Controle Interno da Prefeitura de Água Doce é de 20 (vinte) dias, a contar da divulgação oficial do resultado.

Art.17. O prazo para que a entidade governamental proponentes procedam os encaminhamentos para a utilização dos recursos aprovados é de no máximo 20 (vinte) dias, a contar da divulgação oficial do resultado.

Art.18. A data inicial para aplicação dos recursos recebidos pelas entidades não governamentais, deverá ser posterior a data do repasse do recurso para sua conta corrente.

CAPÍTULO X – DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.19. A entidade governamental e não governamental, ao término do repasse da última parcela, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá encaminhar ao CMDCA, prestação de contas em conformidade com o anexo V deste edital.

Art.20. A entidade governamental e não governamental que não apresentar prestação de contas ou investir o recurso em desconformidade com o plano de aplicação aprovado pelo CMDCA, estará sujeita a devolução do valor investido indevidamente.

Art.21. A entidade governamental e não governamental também deverá apresentar prestação de contas do convênio, em conformidade com as normas do Controle Interno do Município.

Art. 22. A entidade governamental e não governamental contemplados com recursos do FIA, deverão participar de ações de socialização dos resultados dos projetos financiados, em conformidade com deliberação do CMDCA (audiências públicas, plenárias extraordinárias, plenárias ampliadas entre outros eventos), sempre que este solicitar, como forma de prestação de contas à comunidade.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.23. A entidade governamental e não governamental que não iniciar seu projeto no cronograma previsto perderá o financiamento, exceto se houver justificativa aprovada pelo CMDCA.

Art.24. As entidades governamentais e não governamentais que obtiveram projetos aprovados pelo CMDCA, devem mencionar em suas divulgações, através da imprensa falada e escrita, placas, impressos, folders, reuniões, apresentações em eventos, entre outros, que o projeto é financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Parágrafo único - A divulgação deverá ser realizada contendo a logomarca do FIA como parceiro/financiador, conforme modelos constantes do anexo VI, em todo o material.

Art.25. Ao inscrever projetos a entidade governamental e não governamental, automaticamente concorda com a utilização gratuita, pelo FIA, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação, independente de qual seja sua forma.

Art.26. O ato de inscrição de projetos implica (na) plena concordância dos termos deste edital.

Art.27. Será anulado ou interrompido o repasse do recurso referente ao projeto aprovado, caso o (a) proponente tiver indeferida a renovação, cassado ou suspenso o seu registro ou inscrição do programa junto ao CMDCA.

Art.28. Integram o presente edital os anexos I, II, III, IV, V, VI, VII.

Art.29. Toda a legislação vigente pertinente a este edital e demais informações poderão ser obtidas no portal da Prefeitura de Água Doce www.aguadoce.sc.gov.br.

Art.30. Este edital entra em vigor na data da sua publicação, podendo ser revogado em partes ou em sua totalidade, a qualquer tempo.

Água Doce, 18 de abril de 2016.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI

Presidente do CMDCA

ANEXO I - REQUERIMENTO

Água Doce, de de 2016.

Ao
Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Prezados Conselheiros

Atendendo ao Edital 001/2016/CMDCA de Água Doce, encaminhamos o projeto "....." para apreciação do Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA).

Esclarecimentos acerca do projeto supracitado, poderão ser prestados pelo(a) Sr(a)... ..
pelo(s) telefone(s) ou endereço eletrônico

Atenciosamente;

FULANO(S) DE TAL

Presidente, Diretor, Gerente, Coordenador da Entidade /Secretário Municipal (poderá constar mais de uma assinatura se for o caso)

ANEXO II - FOLHA DE ROSTO

FORMULÁRIO PADRÃO PROJETO CMDCA/FIA - 2016

IDENTIFICAÇÃO			
NOME DO PROJETO:			
PROPONENTE DO PROJETO (ENTIDADE)			
Nome:			
CNPJ nº:			
Registro no CMDCA nº:		Validade do Registro:	
Endereço:		Nº:	Comp.:
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:	E-mail:	
Site:			
Nome do responsável legal da entidade:			
Telefones:		Fax:	E-mail:
Nome do responsável técnico do projeto:			
Telefone:		Fax:	E-mail:

RESUMO DAS INFORMAÇÕES

(Cerca de 10 linhas – contemplar os seguintes itens: o que é o projeto; onde será desenvolvido, área de atuação; a quem atenderá (público-alvo); o que será oferecido; custo total do projeto, parceiros do projeto, resultados esperados)

Valor total do projeto:

Valor a ser captado:

Duração do projeto (nº de meses):

ANEXO III**DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PROJETO****1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

1.1. Nome do Projeto:

1.2. Justificativa (justificar a importância e necessidade do projeto, apresentando dados estatísticos e/ou sociais que apontem a necessidade da ação proposta).

2. OBJETIVOS DO PROJETO

2.1. Objetivo Geral - (com base na justificativa, descrever qual a finalidade geral do projeto, levando em consideração os resultados que pretende alcançar junto ao público-alvo. Deve-se iniciar a frase utilizando verbos no infinitivo, por exemplo: "capacitar", "promover", "investir", "realizar", "oferecer", etc)

2.2. Objetivo(s) Específico(s) - (descrever objetivos intermediários, necessários para que se alcance o objetivo geral).

3. BENEFICIÁRIOS

3.1 Beneficiários: Citar quem é o público-alvo, descrevendo as características que identifiquem o perfil dos destinatários das ações como: idade, fases da vida (criança e/ou adolescentes), famílias, profissionais envolvidos no atendimento, etc.

3.2. Beneficiários Diretos (especificar):

3.3. Beneficiários Indiretos (especificar):

4. METODOLOGIA: deve retratar a forma adotada para o desenvolvimento do projeto. Descrever como as atividades serão realizadas na busca de se alcançar cada um dos objetivos e metas propostos (passo a passo, dias de funcionamento, conteúdos a serem trabalhados, etc). É importante propor um cronograma das ações.

5. Resultados Esperados - Os resultados consistem nas realizações das metas que permitirão a consecução do(s) objetivo(s) específico(s). Definir os resultados quantitativos e/ou qualitativos.

6. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Resultado(s) esperados	Indicadores qualitativos	Indicadores quantitativos	Meios de Verificação

7. DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO: Apresentar a organização da entidade ou programa para desenvolver as atividades/ações do projeto (capacidade técnica de pessoal, adequação física, entre outras).

8. RECURSOS HUMANOS: Descrever as funções desempenhadas por todos os profissionais e demais agentes, no projeto.

Formação Profissional (cargo/função na entidade)	Função no projeto	Carga horária no projeto (mensal/semanal)	Vínculo (CLT, prestador serviços, voluntário, efetivo)

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO: especificar quais ações/atividades serão desenvolvidas mês a mês. Caso o projeto seja com execução de mais de 1(um) ano, repetir a tabela abaixo.

ANO DE EXECUÇÃO - 2016

Ação/Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

01 – NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE:	02- Nº DA RESOLUÇÃO CMDCA QUE APROVOU O PROJETO :	03- PERÍODO DE EXECUÇÃO:
04- CONVÊNIO Nº (ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL):	05.DATA DO 1º DEPÓSITO:	06. TOTAL DE PARCELAS:

07. SINTESE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS					
7.1.1 VALOR TOTAL RECEBIDO:	7.1.2. RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA:	7.1.3. VALOR TOTAL:	7.1.4. DESPESAS REALIZADAS:	7.1.5. SALDO A DEVOLVER:	7.1.6 DATA DA DEVOLUÇÃO:

08. TIPO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
8.1 PARCIAL: DE ____/____/____ A ____/____/____.	8.2 FINAL – EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: DE ____/____/____ A ____/____/____.

9. RELATÓRIO CONSUBSTANCIADO	
9.1.1 AÇÕES PROGRAMADAS:	9.1.2 AÇÕES EXECUTADAS:
9.2. JUSTIFICAR CASO NÃO TENHA SIDO EXECUTADO CONFORME PROGRAMADO E RELATAR PROBLEMAS, QUANDO HOUVER, NO PROCESSO DE EXECUÇÃO:	
9.3. BENEFÍCIOS ALCANÇADOS:	

10. PAGAMENTOS EFETUADOS									
Nº ORDEM	NOME DO FAVORECIDO COM CNPJ OU CPF:	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS OU SERVIÇOS:	DOCUMENTO			PAGAMENTO		VALOR	
			TIPO (Cupom/Nota fiscal)	NÚMERO	DATA	Nº CHEQUE/OP	DATA	R\$	RESPONS.

11.AUTENTICAÇÃO

____/____/____
DATA NOME DO DIRIGENTE OU REPRESENTANTE LEGAL ASSINATURA

PORTARIA 112/2016

PORTARIA Nº 112/2016 de 15 de abril de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito sob CPF nº 732.314.449-34, funcionário efetivo no cargo de Agente Operacional, a partir de 14/04/2016 a 13/05/2016, referente ao período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de abril de 2016

Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2186 DE 07 DE ABRIL DE 2016

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações e também nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I – Vilmar José Zonta, ocupante do cargo em comissão de Contador Geral, que será o presidente;

II – Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que será o secretário;

III – Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro;

IV – Elsi Inês Krüger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Copa, que será membro;

V – Fátima Lorete Klein da Silva, ocupante do cargo em comissão de assessora de Gabinete, que será membro suplente;

VI – Tania Catarina Nilson, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro suplente.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto n.º 2088 de 08 de Dezembro de 2015, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 07 de Abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE KLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2187 DE 07 DE ABRIL DE 2016

DESIGNA PREGOEIRO MUNICIPAL, EQUIPE DE APOIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Art 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados Pregoeiro Municipal e equipe de apoio, nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será o Pregoeiro;

Vilmar José Zonta, Ocupante de cargo de provimento em comissão de Contador Geral, que será o pregoeiro Substituto;

Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Elsi Inês Kruger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza e Copa, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Franciane Carina Zis, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Altair Rekshause, ocupante do cargo de provimento em comissão de gerente de transportes, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Diego Marciano Ferrari, ocupante do cargo de provimento em comissão de gerente de agricultura e meio ambiente, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Mirian Schneider, ocupante do cargo de provimento em comissão de gerente de educação, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Ademar Amant, ocupante do cargo de provimento em comissão de gerente de saúde, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinadas com a lei 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c e as estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto N.º 2137 de 05 de Fevereiro de 2016, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 07 de Abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Klein da Silva
Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL Nº 690 DE 15 DE ABRIL DE 2016

Autoriza a Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista contribuir financeiramente com a AVAUC e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores propôs, aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica por esta Lei Municipal autorizada a Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, a contribuir financeiramente com a AVAUC – Associação dos Vereadores do Alto Uruguai Catarinense, inscrita no CNPJ 78.478.880/0001-01, com sede em Concórdia - SC.

Art. 2º A contribuição mencionada no art. 1º é de R\$1.980,00 (Um mil novecentos e oitenta reais) e compreende as mensalidades de

janeiro a dezembro de 2016.

Art. 3º A entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando balancete onde comprove a real aplicação, bem como, declaração do Presidente e Tesoureiro de que os recursos foram aplicados nos fins aos quais se destinaram.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2016.

Alto Bela Vista, 15 de Abril de 2016.

Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 048 DE 07 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDOR PUBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 066 de 19 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir a Sra. JOSI VITORIA LERMEN FINGER, Matrícula 113, ocupante de cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO a função de confiança de "PREGOEIRO", conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 7 de abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações.

PORTARIA Nº 049 DE 07 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDOR PUBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 066 de 19 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao Sr. MARCELO CONTESSOTTO, Matrícula 539, ocupante de cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO a função de confiança de "Secretário da Comissão Permanente de Licitações", conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão

consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 7 de abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações.

PORTARIA Nº 050 DE 07 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA À SERVIDOR PUBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 066 de 19 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir a Sra. ELSI INES KRÜGER, Matrícula 186, ocupante de cargo de provimento efetivo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA a função de confiança de "Membro da Comissão Permanente de Licitações e membro da equipe de apoio ao pregoeiro", conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 7 de abril de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fatima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações.

Anchieta

PREFEITURA

LEI Nº. 2.246/2016

LEI Nº. 2.246/2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 170.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 170.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0428.1077 – Ampliação de Edificação do Posto Saúde – FNS / Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779, tem como finalidade a ampliação da edificação do Posto de Saúde, para fins de desenvolver as atividades em saúde de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 170.400,00 (cento e setenta mil e quatrocentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.077 – Ampliação de Edificação do Posto Saúde

– FNS / Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2738-Aplicações Diretas R\$ 34.080,00

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0738-Aplicações Diretas R\$ 136.320,00

Total R\$ 170.400,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0738) (00.01.0738) intitulada como Transferência de Convenio União FNS/ Ampliação Posto - Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779 e 2738) (00.03.0738) intitulada como Transferência de Convenio União FNS/ Ampliação Posto - Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779 – Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder

Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 34.080,00 (trinta e quatro mil e oitenta reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015 dos recursos Transferência de Convenio União FNS/ Ampliação Posto - Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779, na fonte de Recursos 2738 (00.03.0738) intitulada como Transferência de Convenio União FNS/Ampliação Posto - Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para atendimento Complementar da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 136.320,00 (cento e trinta e seis mil, trezentos e vinte reais), concernente ao Provável Excesso de Arrecadação do Exercício Financeiro de 2016 dos recursos Transferência de Convenio União FNS/Ampliação Posto - Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779, na fonte de Recursos 738 – (00.01.0738) intitulada como Transferência de Convenio União FNS/Ampliação Posto - Proposta 11243.552.000/1140-05, Emenda 2378779, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Fica Revogada Integralmente a Lei nº.2.231, datada de 7 de março de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de abril de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
Em 14 de abril de 2016.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 161/2016

PORTARIA Nº 161/2016

Concede Adicional de Titulação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por PÓS GRADUAÇÃO, a servidora LETICIA MARTINS, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, a partir do mês de abril de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de abril de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de abril de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 30/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços para aquisição de tubos de concreto para utilização na manutenção da malha viária municipal, conforme identificação constante do Formulário-Proposta em anexo I, do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 08h do dia 05 de maio de 2016, sendo que na mesma data, às 08h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 15 de abril de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 31/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços de brita mista suja, conforme dispõe o Formulário – Proposta, anexo I do Edital. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 10h do dia 05 de maio de 2016, sendo que na mesma data, às 10h30 em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 15 de abril de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 32/2016

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016.

O Município de Arabutã/SC torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando Processo Licitatório para o Registro de preços para prestação de serviços de horas máquinas, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I. O recebimento dos envelopes e demais documentos exigidos no Edital será realizado até às 13h30 do dia 04 de maio de 2016, sendo que na mesma data, às 14h em sessão pública, ocorrerá a abertura e julgamento dos mesmos. Íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas junto à Diretoria de Administração e Fazenda ou pelo telefone: (49)3448-0048 e-mail: administracao@arabuta.sc.gov.br e pelo site: www.arabuta.sc.gov.br. Arabutã/SC, 15 de abril de 2016. JACKSON LUIZ PATZLAFF, Prefeito.

DECRETO Nº. 1865/2016

DECRETO Nº 1.865, DE 08 ABRIL DE 2016

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 5.000,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, e Lei Municipal nº 851, de 8 de abril de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão:								12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
Unidade:								1	Gerência de Administração e Fazenda											
Projeto Atividade:								2005	Reforma e Manutenção Predial - CENTRO ADMINISTRATIVO											
Modalidade:								18	33900000000000					Aplicações Diretas					5.000,00	
									0000											
								TOTAL R\$										5.000,00		

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda				
Projeto Atividade:	2005	Reforma e Manutenção Predial - CENTRO ADMINISTRATIVO				
Modalidade:	19	44900000000000	Aplicações Diretas			5.000,00
		0000				
						TOTAL R\$ 5.000.00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de abril de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de abril de 2016

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1866/2016

DECRETO Nº 1866, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 no valor de R\$ 12.437,56.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "b" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão

9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade

1

Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto Atividade

1.041

Aquisição de Mobiliário e Equipamentos - Atenção Básica

Modalidade

56

4490000000000000000030559

Aplicações Diretas

10.000,00

Projeto Atividade

1.045

Aquisição de Mobiliário e Equipamentos - Vig. Epidem.

Modalidade

59

4490000000000000000030328

Aplicações Diretas

1.608,00

Projeto Atividade

2.087

Atividades Gerais de Vig. Epidemiológica

Modalidade

60

3390000000000000000030328

Aplicações Diretas

829,56

TOTAL

12.437,56

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2015

Descrição da Fonte: 0.3.0559 – Cofinanciamento ESF – Sup. Financeiro 10.000,00
0.3.0328 – SUS União – Vig. Epidemiológica 2.437,56

TOTALR\$ 12.437,56

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de Abril de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 12 de Abril de 2016.

Greici Sonntag

Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1867/2016

DECRETO Nº 1867, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015 no valor de R\$ 37.036,70.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea "b" do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão

18

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade

4

Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS

Projeto Atividade

1.057

Estruturação do CRAS

Modalidade

174

4490000000000000030834

Aplicações Diretas

18.251,56

Projeto Atividade

2.107

Manutenção Atividades do CRAS

Modalidade

175

3390000000000000030798

Aplicações Diretas

18.785,14

TOTAL

37.036,70

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2015

Descrição da Fonte: 0.3.0834 – FMAS SST/FEAS Bás. Investimentos 18.251,56

0.3.0798 – FMASB – Estado – CRAS Custeio 18.785,14

TOTALR\$ 37.036,70

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 15 de Abril de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 15 de Abril de 2016.

Greici Sonntag

Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1748

DECRETO Nº 1748, de 07 de abril de 2016.

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei nº 387 de 27/05/1992 e com suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Arroio Trinta, conforme abaixo relacionados:

I – Representante do Governo Municipal e Prestadores de Serviços:

a) Representantes da Secretaria de Saúde:

TITULAR: SALETE SARTORI NESI

SUPLENTE: LIDIA LOCATELI

b) Representantes da Secretaria de Educação:

TITULAR: DIEGO LUIZ LAZARI

SUPLENTE: LINDAMIR CONSTANTINI

c) Representantes do Hospital Beneficente São Roque:

TITULAR: AMARILDO JOSÉ TÚRMINA

SUPLENTE: ROSE MARY MAGNANI FOGLIATTO

II – Representante dos Trabalhadores de Saúde:

a) Representantes dos Profissionais de Nível Superior:

TITULAR: JULIANA SERIGHELLI

SUPLENTE: DANAYS KINDELÁN PENALVER

b) Representantes dos Profissionais de Nível Médio:

TITULAR: MARISA ISABEL LEISMANN

SUPLENTE: FERNANDO ANDRÉ MANENTI

c) Representante dos Profissionais de Nível Auxiliar:

TITULAR: MARIA IRACEMA DE OLIVEIRA SONEGO

SUPLENTE: ELIANE APARECIDA CANONICA MIOTELLI

III – Representantes dos Usuários:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

TITULAR: ALAIRTON SERIGHELLI

SUPLENTE: LUIZ POSSENTI

b) Representantes do Lions Clube:

TITULAR: VANDERLEI PAGLIARINI

SUPLENTE: MARILENE SILVA DA SILVA

c) Representantes do Clube de Mães:

TITULAR: IVETE ZAMBONI

SUPLENTE: LÚCIA BRAMBILA

d) Representantes das APPs:

TITULAR: ADRIANA LIDANI CIVIDINI

SUPLENTE: SIRLEI TEIXEIRA SCHULLER

e) Representante das Igrejas:

TITULAR: SIRLEI NESI

SUPLENTE: JUDITE NESI

f) Representantes da ACIAT:

TITULAR: CARLOS POSSENTI
SUPLENTE: NILZE ZAPELINI

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 07 de abril de 2016.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 07 de abril de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável Secretaria de Administração

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2016 - DL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2016 - MAT

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS a Empresa: WILLIAN ANDRÉ LOCATELLI 04677564906 inscrito no CNPJ: 20.608.020/0001-57 estabelecida à Rua Jacob Casaletti, s/nº, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000 de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, Art. 24, Inciso II e em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

01 - DO OBJETO

1.1 . O presente Edital tem por objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONsertos NO VEÍCULO FIAT STRADA PLACAS MGS 0714.

1.2 Especificações conforme Anexo I, página 03, deste Edital.

02 - DAS INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL

02.2 - As informações e esclarecimentos relativos a este Edital poderão ser obtidos junto setor de Licitações desta Prefeitura, sito à Rua XV de Novembro, 26, a partir da data de publicação, no horário das 8:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, ou através do telefone (0xx49) 3535-6000.

03 - DA HABILITAÇÃO

03.1 – A empresa acima especificada apresentou os seguintes documentos para sua habilitação:

- 03.1.1 – Cartão CNPJ da Empresa;
- 03.1.2 - Certidão Negativa com a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União;
- 03.1.3 - Certidão Negativa com a Fazenda Estadual;
- 03.1.4 - Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da proponente;
- 03.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- 03.1.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- 03.1.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br).
- 03.1.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

04 - DO PRAZO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO

- 04.1 – O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias.
- 04.2 – O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será de até 300 dias após a emissão do documento de pré empenho.
- 04.3 – O local para entrega do objeto é na SEDE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA no Centro – Arroio Trinta, SC

05 - DOS PAGAMENTOS

05.1 - As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

28 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

5.2 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 05 dias após a realização dos serviços, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da prefeitura.

05.3 – Os trabalhos previstos na proposta estão orçados em R\$ 2.217,00 (dois mil, duzentos e dezessete reais)

05.4 – As despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas são por conta da proponente contratada.

06 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

6.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.3 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

07 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - É inteira responsabilidade do vencedor da presente Licitação, a entrega do objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na realização dos serviços.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

7.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

08 - DO FORO

8.1 - Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente Edital, serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da cidade de Videira que é Comarca deste Município.

09 – DA PUBLICAÇÃO

09.1 – A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Mural Público Municipal, no Dom -Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município, aba "Transparência"

Arroio Trinta (SC), 07 de Abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

ANEXO I

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2016 - MAT

REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTOS NO VEÍCULO FIAT STRADA PLACAS MGS 0714

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	17234 - JOGO DE ANÉIS	Un	1	367,00	367,00
2	3183 - JOGO DE JUNTA DO MOTOR C/RETE	Un	1	156,00	156,00
3	2861 - KIT DE EMBREAGEM	Un	1	297,00	297,00
4	3391 - CORREIA DENTADA	Un	1	72,00	72,00
5	21775 - Filtro do Oleo	Un	1	20,00	20,00
6	10455 - PIVO SUSPENSÃO LADO DIREITO D	Un	1	64,00	64,00
7	23922 - COIFA DA HOMOCINÉTICA LADO DA RODA	Un	1	30,00	30,00
8	8449 - RETENTOR DO VIRABREQUIM	Un	1	20,00	20,00
9	7544 - RETENTOR TRASEIRO VIRABREQUIM	Un	1	98,00	98,00
10	8046 - VEDADOR DE VÁLVULA	Un	1	43,00	43,00
11	23923 - RETENTOR DO COMANDO	Un	1	30,00	30,00
12	23924 - CONSERTO DO BLOCO - RETÍFICA	Un	1	343,00	343,00
13	6438 - SERVIÇO PLAINAR CABEÇOTE	Un	1	113,00	113,00
14	23925 - TESTAR CABEÇOTE	Un	1	114,00	114,00
15	1663 - MÃO DE OBRA	Un	1	450,00	450,00
Total Geral					2.217,00

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010/2016**- DL****EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010/2016 - MAT**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS as Empresas: LÍDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA inscrito no CNPJ: 20.608.020/0001-57, estabelecida à Av. Senador Salgado Filho, 601, Centro de Caçador – SC, CEP: 89.500-000; VIDENET INFORMÁTICA LTDA – EPP, estabelecida à Rua Padre Biagio Simonetti, 55, Centro de Fraiburgo SC, CEP 89580-000; e CS INFORMÁTICA LTDA –ME, estabelecida à Rua Galdino Nesi, 46, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP 89590-000; de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, Art. 24, Inciso II e em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

01 - DO OBJETO

1.1 . O presente Edital tem por objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

1.2 Especificações conforme Anexo I, página 03, deste Edital.

02 - DAS INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL

02.2 - As informações e esclarecimentos relativos a este Edital poderão ser obtidos junto setor de Licitações desta Prefeitura, sito à Rua XV de Novembro, 26, a partir da data de publicação, no horário das 8:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, ou através do telefone (0xx49) 3535-6000.

03 - DA HABILITAÇÃO

03.1 – A empresa acima especificada apresentou os seguintes documentos para sua habilitação:

03.1.1 – Cartão CNPJ da Empresa;

03.1.2 - Certidão Negativa com a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União;

03.1.3 - Certidão Negativa com a Fazenda Estadual;

03.1.4 - Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da proponente;

03.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

03.1.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

03.1.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br).

03.1.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

04 - DO PRAZO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO

04.1 – O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias.

04.2 – O prazo de entrega do objeto deste edital será de 15 dias após o envio da autorização de fornecimento, (pré empenho)

04.3 – O local para entrega do objeto será na sede do Corpo de Bombeiros Militares em Caçador, situado à Rua Victor Batista Adami, 670, Centro, Caçador-SC

05 - DOS PAGAMENTOS

05.1 - As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

176 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.52 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

5.2 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 05 dias após a entrega dos materiais mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da prefeitura.

05.3 – O valor total para entrega dos itens deste processo será de R\$ 3.432,00 (três mil, quatrocentos e trinta e dois reais.)

05.4 – As despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas são por conta das proponentes contratadas.

06 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

6.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.3 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

07 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - É inteira responsabilidade do vencedor da presente Licitação, a entrega do objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na realização dos serviços.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

7.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

08 - DO FORO

8.1 - Todas as controvérsias ou reclamares relativos ao presente Edital, serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da cidade de Videira que é Comarca deste Município.

09 – DA PUBLICAÇÃO

09.1 – A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Mural Público Municipal, no Dom -Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município, aba "Transparência"

Arroio Trinta (SC), 13 de Abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

ANEXO I

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010/2016 - MAT

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário	Valor total
1	Arquivo de aço com 4 gavetas corrediças na cor cinza,	Un.	3	R\$ 469,00	R\$ 1.407,00
2	Estante de aço com 6 prateleiras.	Un.	1	R\$ 145,00	R\$ 145,00
3	Impressora monocromática laser wifi, com entrada USB.	Un.	2	R\$ 940,00	R\$ 1.880,00
Total Geral					R\$ 3.432,00

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2016 - DL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2016 - MAT

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS a Empresa: PAULO CESAR CIVIDINI EIRELLI - EPP inscrito no CNPJ: 79.221.917/0001-76 estabelecida à Rua XV de Novembro, nº358, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000 de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, Art. 24, Inciso II e em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

01 - DO OBJETO

1.1 . O presente Edital tem por REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA CONSERTOS NAS DEPENDENCIAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

1.2 Especificações conforme Anexo I, página 03, deste Edital.

02 - DAS INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL

02.2 - As informações e esclarecimentos relativos a este Edital poderão ser obtidos junto setor de Licitações desta Prefeitura, sito à Rua XV de Novembro, 26, a partir da data de publicação, no horário das 8:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, ou através do telefone (0xx49) 3535-6000.

03 - DA HABILITAÇÃO

03.1 – A empresa acima especificada apresentou os seguintes documentos para sua habilitação:

03.1.1 – Cartão CNPJ da Empresa;

03.1.2 - Certidão Negativa com a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União;

03.1.3 - Certidão Negativa com a Fazenda Estadual;

03.1.4 - Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da proponente;

03.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

03.1.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

03.1.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br).

03.1.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

04 - DO PRAZO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO

04.1 – O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias.

04.2 – O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será de até 15 dias após a emissão do documento de pré empenho.

04.3 – O local para entrega do objeto é na SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO no Centro – Arroio Trinta, SC

05 - DOS PAGAMENTOS

05.1 - As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

37 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

5.2 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 05 dias após a realização dos serviços, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da prefeitura.

05.3 – Os trabalhos previstos na proposta estão orçados em R\$ 2.442,50 (dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

05.4 – As despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas são por conta da proponente contratada.

06 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

6.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.3 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

07 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - É inteira responsabilidade do vencedor da presente Licitação, a entrega do objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na realização dos serviços.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

7.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

08 - DO FORO

8.1 - Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente Edital, serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da cidade de Videira que é Comarca deste Município.

09 – DA PUBLICAÇÃO

09.1 – A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Mural Público Municipal, no Dom -Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município, aba "Transparência"

Arroio Trinta (SC), 13 de Abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

ANEXO I

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2016 - MAT

2009 - PAULO CEZAR CIVIDINI EIRELI - EPP (79.221.917/0001-76)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1665 - LÂMPADA FLUOR 40 W	Un	30	6,00	180,00
2	24000 - LÂMPADA LED TUBULAR 18W 6500 K	Un	70	32,00	2.240,00
3	2681 - FITA ISOLANTE 20 MTS	Un	5	4,50	22,50
Total					2.442,50

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2016**- DL**

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2016 - MAT

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS as Empresas: BALDO MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA – ME inscrito no CNPJ: 13.614.057/0001-22 estabelecida à Rua Orlando Zardo, nº26, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000. MACROCEL MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA – ME inscrito no CNPJ: 07.188.414/0001-35 estabelecida à Rua Xv de Novembro, nº81, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000. COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL VIDEIRENSE inscrito no CNPJ: 86.551.660/0021-20 estabelecida à Rua XV de Novembro, nº476, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP: 89.590-000. de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, Art. 24, Inciso II e em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

01 - DO OBJETO

. O presente Edital tem por AQUISIÇÃO DE TELHAS ONDULADAS, GOIVOS, PARAFUSOS E PREGOS PARA COBERTURA DA GARAGEM DOS ONIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR

1.1 Especificações conforme Anexo I, página 03, deste Edital.

02 - DAS INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL

02.2 - As informações e esclarecimentos relativos a este Edital poderão ser obtidos junto setor de Licitações desta Prefeitura, sito à Rua XV de Novembro, 26, a partir da data de publicação, no horário das 8:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, ou através do telefone (0xx49) 3535-6000.

03 - DA HABILITAÇÃO

03.1 – A empresa acima especificada apresentou os seguintes documentos para sua habilitação:

03.1.1 – Cartão CNPJ da Empresa;

03.1.2 - Certidão Negativa com a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União;

03.1.3 - Certidão Negativa com a Fazenda Estadual;

03.1.4 - Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da proponente;

03.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

03.1.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

03.1.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br).

03.1.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

04 - DO PRAZO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO

04.1 – O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias.

04.2 – O prazo para a execução do Objeto do presente Edital será de até 15 dias após a emissão do documento de pré empenho.

04.3 – O local para entrega do objeto é no Local de Construção da Garagem, Arroio Trinta, SC

05 - DOS PAGAMENTOS

05.1 - As despesa decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

45 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

5.2 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 05 dias após a realização dos serviços, mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da prefeitura.

05.3 – Os trabalhos previstos na proposta estão orçados em R\$ 6.246,75 (seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

05.4 – As despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas são por conta da proponente contratada.

06 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

6.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.3 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

07 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - É inteira responsabilidade do vencedor da presente Licitação, a entrega do objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na realização dos serviços.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

7.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

08 - DO FORO

8.1 - Todas as controvérsias ou reclamares relativos ao presente Edital, serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da cidade de Videira que é Comarca deste Município.

09 – DA PUBLICAÇÃO

09.1 – A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Mural Público Municipal, no Dom -Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município, aba "Transparência"

Arroio Trinta (SC), 13 de Abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

ANEXO I

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2016 - MAT

268 - BALDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (13.614.057/0001-22)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor uni (R\$)	Valor total (R\$)
3	2322 - PARAFUSO TELHEIRO	Un	560	0,40	224,00
4	23998 - PREGO 19X39 - EMBALAGEM DE 1 KG	KG	20	6,50	130,00
5	8952 - PREGO 18/30	Un	20	6,50	130,00
6	1482 - PREGO 17 X 27	KG	5	6,50	32,50
Total					516,50

1651 - MACROCEL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (07.188.414/0001-35)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	17287 - TELHA ONDULADA EM AMIANTO MED. 1,83 X 1,10 MT	Un	190	27,00	5.130,00
7	24004 - GRAMPO PRA CERCA - EMBALAGEM 1 KG	Un	1	8,00	8,00
Total					5.138,00

688 - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE (86.551.660/0021-20)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	2321 - GOIVO/CUMIEIRA DE 6MM	Un	23	25,75	592,25
Total					592,25

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2016 - DL

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2016 - MAT

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está contratando por DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS as Empresas: CWVB COMÉRCIO DE AVIAMENTOS LTDA inscrito no CNPJ: 19.055.360/0001-19, estabelecida à Av. Rua XV de Novembro, 468, Centro de Videira – SC, CEP: 89.560-000; GAZZI PAPELARIA E AVIAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.899.033/0001-79, estabelecida à Av. Dom Pedro II, 700, Bairro Alvorada, Videira SC, CEP 89560-000; COMERCIAL DE ROUPAS FEITAS PARISOTTO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 83.400.093/0001-79, situada à Rua XV de Novembro, 472, Centro de Videira – SC, CEP 89.560-000 e SUPERMERCADO SPRICIGO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº 86.550.449/0001-49, estabelecido à Rua do Comércio, 20, Centro de Arroio Trinta – SC, CEP 89590-000; de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, Art. 24, Inciso II e em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura e demais normas legais pertinentes pelas condições deste edital e pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

01 - DO OBJETO

00.1 . O presente Edital tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA UTILIZAÇÃO NOS CURSOS DO CRAS.

00.2 Especificações conforme Anexo I, página 03, deste Edital.

02 - DAS INFORMAÇÕES E RETIRADA DO EDITAL

02.2 - As informações e esclarecimentos relativos a este Edital poderão ser obtidos junto setor de Licitações desta Prefeitura, sito à Rua XV de Novembro, 26, a partir da data de publicação, no horário das 8:30h às 11:30h, e das 13:30h às 17:30h, ou através do telefone (0xx49)

3535-6000.

03 - DA HABILITAÇÃO

03.1 – A empresa acima especificada apresentou os seguintes documentos para sua habilitação:

03.1.1 – Cartão CNPJ da Empresa;

03.1.2 - Certidão Negativa com a Fazenda Federal e à Dívida Ativa da União;

03.1.3 - Certidão Negativa com a Fazenda Estadual;

03.1.4 - Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede da proponente;

03.1.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

03.1.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

03.1.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (www.tst.jus.br).

03.1.8 - Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

04 - DO PRAZO DA PROPOSTA E DA EXECUÇÃO

04.1 – O prazo de validade da proposta é de no mínimo 60 dias.

04.2 – O prazo de entrega do objeto deste edital será de 20 dias após o envio da autorização de fornecimento, (pré empenho)

04.3 – O local para entrega do objeto será na sede do CRAS – CENTRO MUNICIPAL DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARROIO TRINTA.

05 - DOS PAGAMENTOS

05.1 - As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016, conforme segue:

05 97 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

05.1 - O pagamento será feito por transferência bancária em até 05 dias após a entrega dos materiais mediante nota fiscal, apresentada na tesouraria da prefeitura.

05.3 – O valor total para entrega dos itens deste processo será de R\$ 6.650,98 (seis mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos)

05.4 – As despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas são por conta das proponentes contratadas.

06 – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.

6.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.3 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

07 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - É inteira responsabilidade do vencedor da presente Licitação, a entrega do objeto deste Edital, sendo que o mesmo responderá por quaisquer danos que causar, inclusive perante terceiros, na realização dos serviços.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

7.3 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

08 - DO FORO

8.1 - Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente Edital, serão resolvidos mediante arbitramento, segundo estabelece as leis e o Juízo da cidade de Videira que é Comarca deste Município.

09 – DA PUBLICAÇÃO

09.1 – A publicação desta Dispensa de Licitação será feita no Mural Público Municipal, no Dom -Diário Oficial dos Municípios e no Site do Município, aba "Transparência"

Arroio Trinta (SC), 15 de Abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

ANEXO I

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2016 - MAT

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA UTILIZAÇÃO NOS CURSOS DO CRAS.

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd	Vlr. Unit (Melhor Proposta)	Valor Total (Melhor Proposta)
1	Feltro cor rosa 140 cm de largura	Metro	30	R\$ 9,90	R\$ 297,00
2	Feltro cor azul 140 cm de largura	Metro	30	R\$ 9,90	R\$ 297,00
3	Feltro cor cinza 140 cm de largura	Metro	30	R\$ 9,90	R\$ 297,00
4	Feltro cor creme claro 140 cm de largura	Metro	30	R\$ 9,90	R\$ 297,00
5	Feltro cor dourado 140 cm de largura	Metro	30	R\$ 11,24	R\$ 337,20
6	Feltro cor Marrom escuro 140 cm de largura	Metro	30	R\$ 9,90	R\$ 297,00
7	Tesoura tam. pequena (10 cm) com ponta fina	Un.	10	R\$ 12,90	R\$ 129,00
8	Linha para ponto cruz - diversas cores, com 500 metros	Meada	30	R\$ 1,00	R\$ 30,00
9	Linha de crochê fina, diversas cores	Rolo.	30	R\$ 2,50	R\$ 75,00
10	Caneta gel cor branca	Un.	10	R\$ -	R\$ -
11	Caneta gel cor prata	Un.	10	R\$ 3,50	R\$ 35,00
12	Tesoura de picar zig zag tamanho grande	Un.	5	R\$ 57,90	R\$ 289,50
13	Terminal para acabamento de cortina	Un.	100	R\$ 0,10	R\$ 10,00
14	Fio de nylo médio 0,30 mm	Metro	15	R\$ 3,80	R\$ 57,00
15	Fio de nylon grosso 0,50 mm	Metro	30	R\$ 6,90	R\$ 207,00
16	Laços prontos de vários tamanhos, pacotes com 10 unidades	Pacote	30	R\$ 1,70	R\$ 51,00
17	Alfinetes de cabeça nº 29	Caixas	6	R\$ 5,30	R\$ 31,80
18	Fibra 100 mm e 150 mm	Metro	30	R\$ 7,00	R\$ 210,00
19	Bastão de cola quente pequeno	Un.	100	R\$ 0,50	R\$ 50,00
20	Pistola de cola quente pequena. Marca de referência: Tilibra. Pode ser qualquer marca.	Un.	10	R\$ 22,00	R\$ 220,00
21	Pingentes - diversos modelos e cores (2 medidas) Pérolas.	Un.	100	R\$ 0,08	R\$ 7,80
22	Botão tamanho grande - diversas cores	Un.	100	R\$ 0,50	R\$ 50,00
23	Argola para fixar o pingente na cortina - diversas cores	Un.	100	R\$ 0,38	R\$ 38,00
24	Fio encerrado - diversas cores.	Rolo.	50	R\$ 14,00	R\$ 700,00
25	Agulhas para tricô nº 5 em metal ou plástica	Un.	6	R\$ 4,87	R\$ 29,22
26	Lã para tricô, cor cinza Pacote com 5 unidades de 100 gramas ou 12,5 unidades de 40 gramas cada	Pacotes	15	R\$ 29,50	R\$ 442,50
27	Lã para tricô, cor azul Pacote com 5 unidades de 100 gramas ou 12,5 unidades de 40 gramas cada	Pacotes	15	R\$ 29,50	R\$ 442,50
28	Lã para tricô, cor rosa Pacote com 5 unidades de 100 gramas ou 12,5 unidades de 40 gramas cada	Pacote	15	R\$ 29,50	R\$ 442,50
29	Lã para tricô, cor vermelho Pacote com 5 unidades de 100 gramas ou 12,5 unidades de 40 gramas cada	Pacote	15	R\$ 29,50	R\$ 442,50
30	Lã para tricô, cor cinza Pacote com 5 unidades de 100 gramas ou 12,5 unidades de 40 gramas cada	Pacote	15	R\$ 29,50	R\$ 442,50
31	Agulha para costurar lã	Un.	6	R\$ 0,50	R\$ 3,00
32	Agulha de crochê nº 3	Un.	6	R\$ 2,73	R\$ 16,38
33	Agulha de crochê nº 4	Un.	6	R\$ 2,73	R\$ 16,38
34	Cone - Linha barbante nº 6 mínimo 700m, cor crú	Un.	30	R\$ 12,00	R\$ 360,00
Total Geral					6.650,92

LEI Nº 1769

LEI COMPLEMENTAR Nº 1769, DE 08/04/2016.

Cria Função Gratificada no Quadro Geral da Administração na Secretaria Municipal Infraestrutura, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 100, incisos XI e XII da Lei Orgânica Municipal, e LEI COMPLEMENTAR Nº 1711, DE 03/11/2014 - dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta e dá outras providências, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a seguinte Função Gratificada - FG no Quadro Geral da Administração, especificamente na Secretaria que segue abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
QUANT.	NOMENCLATURA	Percentual do Nível VIII da Tabela Salarial
1	Direção de Infraestrutura	55%

§1º. A gratificação pelo exercício da função de que trata este artigo, será calculada sobre o nível VIII da tabela salarial do Quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1.712/2014.

§2º. A designação do (a) servidor (a) para o exercício da Função Gratificada será formalizada através de ato do Chefe do Executivo Municipal.

§3º. Somente poderão ser designados para o exercício da Função Gratificada, os servidores municipais nomeados em caráter efetivo.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Município consignada na respectiva Secretaria.

Art. 3º A presente Lei poderá, caso necessário, ser regulamentada por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de abril de 2016.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

ANEXO III – RELAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

Base de referência para cálculo – Nível VIII da Tabela de Vencimentos

FUNÇÃO	Quantitativo Máximo de Funções Gratificadas	Percentual do Nível VIII da Tabela Salarial
Secretário da Junta Militar	01	20%
Coordenador de Compras e Licitações	01	20%
Articulador de Imprensa	01	20%
Coordenação da Sala de Vacinas	02	20%
Coordenação do Setor de Fisioterapia	01	30%
Coordenação do CRAS	01	20%
Coordenação do Saneamento Básico	01	26%
Direção de Unidade Educacional	02	26%
Secretaria de Unidade Educacional	02	20%
Chefe de Gabinete do Prefeito	01	65%
Coordenação de Equipe de Campo	05	20%
Execução de Atividades Especiais	05	25%
Coordenação de Projetos Especiais	03	20%
Direção de Infraestrutura	01	55%

LEI Nº 1770

LEI Nº 1770, DE 14/04/2016.

Dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos no âmbito municipal, nos casos que especifica e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito da Administração Direta Municipal, os candidatos que tenham renda familiar per capita não superior a 1 (um) salário mínimo.

§1º. A renda familiar per capita será obtida através da divisão da renda familiar total pelo número de integrantes do grupo familiar.

§2º. Para efeitos desta lei entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia, que usufruam da renda bruta mensal familiar e relacionada ao candidato por grau de parentesco, tais como, pais, irmãos, cônjuge, companheiro, filhos, avós.

Art. 2º. O benefício de que trata o art. 1º desta Lei, será deferido mediante a apresentação de comprovante de renda do candidato e do grupo familiar e/ou declaração escrita de que se encontre desempregado e fotocópia da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS.

Art. 3º. Comprovando-se a má-fé do interessado na apresentação dos documentos comprobatórios para a isenção, o candidato será automaticamente eliminado do concurso ou processo seletivo em quaisquer de suas fases.

Art. 4º. Ficam isentos também do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito da Administração Direta Municipal, os candidatos doadores de sangue.

Parágrafo Único. Para ter direito a isenção, o doador terá que comprovar a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 3 (três) vezes

no período dos últimos 12 (doze) meses que antecedem a abertura do Edital.

Art. 5º. A doação de sangue, para aplicação dos efeitos desta lei, deverá ser promovida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou Município.

Parágrafo Único. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através de apresentação de documento expedido pela entidade coletora.

Art. 6º. O requerimento e os documentos comprobatórios que ensejam o pedido de isenção deverão ser apresentados no ato de inscrição, sob pena de preclusão.

Art. 7º. Fica determinado, que em todos os concursos públicos e testes seletivos que o Município de Arroio Trinta vier a promover, deverá constar no Edital, a possibilidade de inscrições tanto pela via postal (AR/sedex) e através de procuração/presencial, quanto por internet.

Art. 8º. Fica determinado também, que a interposição de recursos e seus fundamentos, poderá ser realizada pela internet e pela via postal. Parágrafo Único. Todas as especificações no que se refere aos itens estabelecidos nesta Lei, deverão constar obrigatoriamente no Edital de cada Concurso público e ou teste Seletivo, promovidos pelo Município de Arroio Trinta.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de abril de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 14 de abril de 2016.

Michel Junior Serighelli
Técnico Tributário

PORTARIA Nº 102

PORTARIA Nº 102, de 04/04/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, MARGARIDA DE BORTOLI, admitida por concurso público para o cargo de AUXILIAR OPERACIONAL II, através da Portaria nº 061 de 15/02/2006, posteriormente admitido por novo concurso público para o cargo de PROFESSOR I, através da Portaria de Nomeação nº 136 de 02/08/2010 relativas ao período aquisitivo de 15/02/2006 à 14/02/2011, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 103

PORTARIA Nº 103, de 04/04/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia ao servidor municipal, MICHEL JUNIOR SERIGHELLI, admitido por concurso público para o cargo de OPERÁRIO BRAÇAL, através da Portaria nº 061 de 04/05/1998, posteriormente admitido por novo concurso público para o cargo de TÉCNICO TRIBUTÁRIO, através da Portaria de Nomeação nº 115 de 02/05/2002 relativas ao período aquisitivo de 04/05/2003 à 03/05/2008, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104

PORTARIA Nº 104, de 04/04/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, admitida por concurso público para o cargo de PROFESSOR I, através da Portaria nº 043 de 01/02/2010, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2010 à 31/01/2015, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 105

PORTARIA Nº 105, de 04/04/2016.

Concede Licença Prêmio a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais de Arroio Trinta,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido LICENÇA PRÊMIO ao servidor Municipal DONATO NEOTTI, admitido por concurso público para o cargo efetivo de MOTORISTA, através da Portaria nº 028 de 01/03/1990, relativas aos períodos aquisitivos de 01/03/2000 à 01/03/2005 (82 dias), 01/03/2005 à 01/03/2010 (30 dias), 01/03/2010 a 01/03/2015 (30 dias) e gozo das mesmas sem intervalo no período de 12/04/2016 à 30/08/2016, ou seja, 142 (cento e quarenta e dois) dias consecutivos, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 106

PORTARIA Nº 106, de 04/04/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, JOSE DA SOLER, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA,

relativas ao período aquisitivo de 03/04/2015 à 03/04/2016, e gozo das mesmas no período de 04/04/2016 a 24/04/2016, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107

PORTARIA Nº 107, de 04/04/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, MOACIR ARIATI, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 20/04/2015 à 20/04/2016, e gozo das mesmas no período de 20/04/2016 a 10/05/2016, e determina o pagamento de 10 (dez) dias a serem trabalhados, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108

PORTARIA Nº 108, de 04/04/2016.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LUCIMAR DA SOLER GRIFANTE, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO INFANTIL, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2015 à 01/04/2016, e gozo das mesmas no período de 04/04/2016 a 03/05/2016, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109

PORTARIA Nº 109, de 04/04/2016.

Concede Pagamento de 1/3 das Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Efetuar pagamento de 1/3 (um terço) sobre as férias ao servidor municipal, CARLOS JOSÉ NEOTTI, brasileiro, casado, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, relativas ao período aquisitivo de 03/04/2014 à 03/04/2015, sendo que o mesmo estava em licença para tratamento de saúde, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110

PORTARIA Nº 110, de 12/04/2016.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir ao Servidor Municipal GIOVANI JUCIMAR NAVA, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF sob nº 069.494.689-38, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 12/04/2016 a 19/05/2016.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença Tratamento de Saúde da Servidora Efetiva Glauca Appi Betinelli.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111

PORTARIA Nº 111, de 12/04/2016.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal ADRIANA APARECIDA

PIROLA ANSILIERO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 027.750.929-77 e Identidade nº 3.320.027-0, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR I (MAGISTÉRIO), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 12/04/2016 a 30/06/2016.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Ivoni Bosa Cossa.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112

PORTARIA Nº 112, de 14/04/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, FRANCIANE APARECIDA MORATELLI, admitida por concurso público para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, através da Portaria de Nomeação nº 113 de 02/05/2002, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2007 à 01/05/2012, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de abril de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 113

PORTARIA Nº 113, de 14/04/2016.

Concede Licença Prêmio em Pecúnia a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o §2º do art. 117 da Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674 de 20/01/2015,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder a pedido, Licença Prêmio em Pecúnia a servidora municipal, IVETE LOURDES ANCILIERO ZAMBONI, admitida por concurso público para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, através da Portaria de Nomeação nº 036 de 02/03/1998, relativas ao período aquisitivo de 02/03/1998 à 01/03/2003, conforme previsto na Lei Complementar nº 1713/2014 e Decreto nº 1674/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de abril de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114

PORTARIA Nº 114, de 14/04/2016.

Designa Funcionário e Concede Função Gratificada, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 1711/2014, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Designar o funcionário NESTOR MOZENA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, Lei Complementar nº 1711/2014, para realizar serviços extraordinários e responder pela Direção de Infra-Estrutura.

Artigo 2.º - Pelo exercício das atribuições, fica concedido uma FUNÇÃO GRATIFICADA de 55% do Nível VIII da Tabela Salarial, ou seja, no valor de R\$ 1.015,06 (um mil, quinze reais e seis centavos), prevista na forma do disposto no Anexo III da Lei Complementar nº 1711/2014.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 301/2014.

Arroio Trinta – SC, 14 de abril de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115

PORTARIA Nº 115, de 14/04/2016.

Nomeia Diretor Técnico da Unidade Básica de Saúde de Arroio Trinta.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Fica nomeado o servidor efetivo NELZI FERREIRA DE QUEIROZ JUNIOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, como Diretor Técnico da Unidade Básica de Saúde do Município de Arroio Trinta – SC.

Artigo 2.º - O exercício da função de Diretor Técnico será exercido sem ônus, fazendo jus ao vencimento do cargo efetivo.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 14 de abril de 2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0009/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. 24, Inciso X, tendo como Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTOS NO VEÍCULO FIAT STRADA PLACAS MGS 0714 nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0024/2016 - DL
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0009/2016-DL

Fornecedor: 2927 - WILLIAN ANDRE LOCATELLI 04677564906 (20.608.020/0001-57)
Valor Total: R\$ R\$ 2.217,00

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 08/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 09/04/2016
Data da Retirada do Mural: 08/04/2016
Data de Publicação no Site do Município: 15/04/2016

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 08/04/2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. 24, Inciso II, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO PARA O CORPO DE BOMBEIROS. nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0025/2016 - DL
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0010/2016 - DL

Fornecedores: 711 - CS INFORMÁTICA LTDA ME (02.335.907/0001-37) ; 1561 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA (82.129.024/0002-90) e 2608 - VIDENET INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA (00.589.140/0001-47)
Valor Total: R\$ R\$ 3.432,00

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 14/04/2016

Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 18/04/2016
Data da Retirada do Mural: 14/05/2016
Data de Publicação no Site do Município: 15/04/2016

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 13 de Abril de 2016
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. 24, Inciso II, tendo como Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA CONsertos nas dependências das escolas Municipais nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0027/2016 - DL

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0011/2016 - DL

Fornecedor: 2009 - PAULO CEZAR CIVIDINI EIRELI - EPP
(79.221.917/0001-76)
Valor Total: R\$ R\$ 2.442,50

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 13/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 18/04/2016
Data da Retirada do Mural: 13/05/2016
Data de Publicação no Site do Município: 18/04/2016

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 13/04/2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. II, tendo como Objeto: AQUISIÇÃO DE TELHAS ONDULADAS, GOIVOS, PARAFUSOS E PREGOS PARA COBERTURA DA GARAGEM DOS ONIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0028/2016 - DL
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0012/2016 - DL

Fornecedor: 268 - BALDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
(13.614.057/0001-22)
1651 - MACROCEL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
(07.188.414/0001-35)
688 - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE
(86.551.660/0021-20)

Valor Total: R\$ R\$ 6.246,75

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 13/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 14/04/2016
Data da Retirada do Mural: 13/04/2016
Data de Publicação no Site do Município: 13/04/2016

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 13/04/2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2016 - DL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a Dispensa de Licitação, com fundamento na Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores, conforme Art. 24, Inciso X, tendo como Objeto: Referente à aquisição de materiais de artesanato utilização nos cursos do CRAS nestes termos.

Processo Licitatório: Nº 0029/2016 - DL

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0013/2016 - DL

Fornecedores: 591 - COMERCIAL DE ROUPAS FEITAS PARI-SOTTO LTDA; 2432 - SUPERMERCADO SPRÍCIGO LTDA - EPP (86.550.449/0001-49); 2825 - CWVB COMERCIO DE AVIAMENTOS LTDA - ME (19.055.360/0001-19); 2997 - GAZZI PAPELARIA E AVIAMENTOS LTDA - ME (10.899.033/0001-79)
Valor Total: R\$ R\$ 6.650,98

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 16/04/2016
Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 18/04/2016
Data da Retirada do Mural: 15/05/2016
Data de Publicação no Site do Município: 15/04/2016

Publique-se.

Arroio Trinta - SC, 14/04/2016.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS - PREGÃO N. 35-2016

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000035/2016

Às 8h30min do dia 15/04/2016, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio SOLANGE MARIA LOURENCO, RENATO MOSER, ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO, designados no Decreto nº 5375/2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante a empresa SUPERMERCADO BUZZI LTDA. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço.

Item: 00001 BOLACHA DE MEL SEM GLACE - PCT DE ATE 1.400G. EMBALAGEM PLASTICA TRANSPARENTE. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ACUCAR E SAL, AMONIACO, MEL DE ABELHA, AGUA. DATA DE FABRICACAO: MAXIMO DE 15 DIAS E VALIDADE MINIMA DE 90 DIAS. ROTULAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	15,8900

Item: 00002 CREME VEGETAL - SEM SAL, FEITA COM OLEOS VEGETAIS, SEM ADICAO DE GORDURA ANIMAL. INGREDIENTES: AGUA, OLEOS VEGETAIS LIQUIDOS E HIDROGENADOS, SAL, VITAMINA A (1.500 U.I./100G), ESTABILIZANTES: MONO E DIGLICERIDEOS ACIDOS GRAXOS E ESTERES DE POLIGLICEROL DE ACIDOS GRAXOS, AROMATIZANTES, CONSERVADOR BENZOATO DE SODIO, ACIDULANTE ACIDO LACTICO, CORANTE NATURAL DE URUCUM E CURCUMA, ANTIOXIDANTES: EDTA-CALCICO DISSODICO, BHT E ACIDO CITRICO. VALIDADE DENO MINIMO 170 DIAS A PARTIR DA ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,5800

Item: 00003 IOGURTE COM POLPA DE FRUTA - PACOTE PLASTICO DE 1000G. SABORES DIVERSOS. REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE E FISCALIZADO PELO SIF, SIM OU SIE. O PRODUTO DEVERA SER TRANSPORTADO EM VEICULO COM ISOLAMENTO TERMICO E EQUIPAMENTO DE PRODUCAO DE FRIO, RESPEITANDO AS NORMAS EXIGIDAS PELO ANVISA. ROTULAGEM DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR. PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 20 DIAS PARA CONSUMO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	8,9800

Item: 00004 OLEO DE SOJA REFINADO - 900ML. COM DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE, NO MINIMO 12 MESES. ROTULO CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,1800

Item: 00005 OVO VERMELHO - EMBALAGEM EM DÚZIA. OS OVOS DEVERÃO ESTAR LIMPOS E NÃO TRINCADOS. COM DATA DA EMBALAGEM E PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 20 DIAS. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. FISCALIZAÇÃO PELO SIF OU SIE OU SIM.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,4800

Item: 00006 PRESUNTO - COZIDO, SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO, SASPECTO, CHEIO, COR E SABOR CARACTERISTICOS. INGREDIENTES: CARNE SUINA (PERNIL), AGUA, SAL, PROTEINA VEGETAL DE SOJA, ACUCAR, ESPRESSANTE CARRAGENA, ESTABILIZANTE TRIPOLIFOSFATO DE SODIO, POLIFOSFATO DE SODIO, ANTIOXIDANTE ERITORBATO DE SODIO, AROMAS NATURAIS, CONSERVADOR NITRITO DE SODIO, REALCADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO E CORANTE NATURAL CARMIM DE COCHONILHA. EMBALAGEM CONFORME LEGISLACAO VIGENTE.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	23,9800

Item: 00007 QUEIJO - TIPO MUSSARELA, FATIADO. PRODUZIDO COM LEITE PASTEURIZADO INTEGRAL, CULTURA LACTEA, CLOREITO DE CALCIO, SAL, CORANTE NATURAL DE URUCUM. FISCALIZADO PELO SIE, SIF OU SIM. REGISTRO NO ORGAO COMPETENTE. EMBALAGEM A

VACUO COM PESO LIQUIDO DE 0,5KG. DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. TRANSPORTE EM VEICULO REFRIGERADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA EMBALAGEM DO PRODUTO. VALIDADE MINIMA DE 2 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	23,9800

Item: 00008 ABACATE - TAMANHO MEDIO E UNIFORME, NAO DEVE ESTAR TOTALMENTE MADURO.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00009 ABACAXI - GRAUDO - PESO MÍNIMO DE 1KG.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800

Item: 00010 ABOBORA PAULISTA - TAMANHO MEDIO PESANDO ENTRE 800G A 2000G.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,9800

Item: 00011 ABOBRINHA - CASCA VERDE E DURA, SEM PONTOS DE APODRECIMENTO, CONSISTÊNCIA FIRME.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800

Item: 00012 AIPIM DESCASCADO E CONGELADO

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00013 ALFACE - FRESCA, ÓTIMA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, COM FOLHAS VERDES SEM TRAÇOS DE DESCOLORAÇÃO TURGESCENTE, INTACTAS, FIRMES E BEM DESENVOLVIDAS.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800

Item: 00014 ALHO - COM CASCA, COR CLARA, SEM SUJIDADES, BULBO INTEIRICO.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	31,9900

Item: 00015 BANANA CATURA - EM PENCAS ORIGINÁRIA DE PLANTA SADIA.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,3800

Item: 00016 BANANA PRATA - EM PENCAS ORIGINARIA DE PLANTA SADIA.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800

Item: 00017 BATATA DOCE - FIRME, SEM PARTES PODRES, MANCHAS PRETAS, CORTES E CICATRIZES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800

Item: 00018 BATATA INGLESA - LISA E LAVADA.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800

Item: 00019 BETERRABA - SEM FOLHAS, BULBOS DE TAMANHO MÉDIO (60G A 100G).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800

Item: 00020 BROCOLIS JAPONES - SEM FOLHAS E TALOS, EM UNIDADES DE TAMANHO MEDIO, NAO AMARELADO OU MURCHO. TAMANHO DE 500G A 700G.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00021 CAQUI FUYU

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800

Item: 00022 CEBOLINHA VERDE - MACO DE 150G. FOLHAS LISAS, FRESCAS, FIRMES E VICOSAS, DE COLORACAO VERDE, LIMPAS E UNIFORMES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800

Item: 00023 CEBOLA DE CABECA BRANCA - CLASSE MEDIA, TIPO ESPECIAL, PESANDO DE 100 A 200G A UNIDADE, CONSISTENCIA FIRME.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,6800

Item: 00024 CENOURA - CLASSE MÉDIA, TIPO ESPECIAL. TAMANHO IDEAL DE 70G A 150G.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00025 CHUCHU - CLASSE MÉDIA, TIPO ESPECIAL. TAMANHO IDEAL DE 200G A 400G.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,9800

Item: 00026 COUVE-FLOR - SEM FOLHAS, DE COR BRANCA, UNIDADES DE TAMANHO MÉDIO (700G A 900G), ÍNTEGRAS, NÃO AMARELADO OU MURCHO.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00027 COUVE - TIPO MANTEIGA DE TAMANHO MEDIO, TALO VERDE, INTEIROS, COLORACAO UNIFORME E SEM MANCHAS, BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO. TAMANHO IDEAL DE 200G A 250G.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,9800

Item: 00028 LARANJA PERA - TAMANHO ADEQUADO (130G A 150G).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,2800

Item: 00029 LARANJA LIMA - TAMANHO ADEQUADO (120G A 180G).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800

Item: 00030 LIMAO

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800

Item: 00031 MACA FUGI - TAMANHO MEDIO (100G A 150G), SEM MANCHAS, BATIDAS E CORTES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	6,9800

Item: 00032 MAMÃO FORMOSA - CASCA FINA, LISTA, DE CONSISTÊNCIA FIRME. TAMANHO ADEQUADO (1500G A 2000G).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800

Item: 00033 MAMAO PAPAIA - CASCA FINA, LISA, DE CONSISTÊNCIA FIRME.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00034 MANGA TOMMY - TAMANHO MEDIO (400G A 700G).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800

Item: 00035 MARACUJÁ.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	9,9700

Item: 00036 MELAO AMARELO - CASCA FIRME, COR VIVA, SEM RACHADURAS E PARTES MOLES, TAMANHO ADEQUADO (MEDIA DE 2K).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800

Item: 00037 MELANCIA - NÃO DEVE APRESENTAR CASCA RACHADA, MANCHADA, PERFURADA E POLPA AMOLECIDA. O PESO DEVE SER EM TORNO DE 10G A UNIDADE.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800

Item: 00038 MILHO VERDE - APRESENTAÇÃO EM ESPIGA IN NATURA , TAMANHO MÉDIA A GRANDE, COM COLORAÇÃO DOS GRÃOS AMARELO FORTE, ÍNTEGRO, INTEIROS, SEM PODRIDÃO E SEM FUNGO E LARVAS, CHEIRO CARACTERÍSTICO DO PRODUTO, BEM DESENVOLVIDO. BANDEJA COM 5 UNIDADES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800

Item: 00039 MORANGO - LIVRE DE PARTES MOLES E APODRECIDAS, SEM CORTES OU RACHADURAS.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800

Item: 00040 NABO BRANCO

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800

Item: 00041 PERA WILLIAMS - UNIDADES DE TAMANHO ADEQUADO (100G A 170G), LIVRE DE PARTES AMOLECIDAS, RACHADURAS E CORTES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	9,9700

Item: 00042 PEPINO SALADA - MACIOS, FIRMES E VERDES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800

Item: 00043 PESSEGO - UNIDADES DE TAMANHO ADEQUADO, LIVRE DE PARTES AMOLECIDAS, RACHADURAS E CORTES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800

Item: 00044 PIMENTAO VERDE - DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM POLPAS FIRMES E INTACTAS, TAMANHOS E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDOS E MADUROS, ISENTOS DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO, UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00045 REPOLHO VERDE - TAMANHO MÉDIO (1800G A 2000G), PRIMEIRA QUALIDADE, CABEÇAS FECHADAS, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENROS, SEM MANCHAS E COM COLORAÇÃO UNIFORME, LIVRES DE TERRA NAS FOLHAS EXTERNAS.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800

Item: 00046 SALSA - MAÇO DE 150G. IN NATURA , VERDE, SEM PARTES AMARELADAS, BOA QUALIDADE.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800

Item: 00047 SUCO DE FRUTAS INTEGRAL - INTEGRAL, PROCESSADO, SEM ADIÇÃO DE ACÚCAR E CONSERVANTES (1 LITRO).

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	10,9800

Item: 00048 TANGERINA - TIPO POKAN, APRESENTANDO TAMANHO (120G A 140G), ASPECTO, COR E OUTRAS CARACTERÍSTICAS ORGANOLÉPTICAS MANTIDAS.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00049 TAIÁ - COR BRANCA SEM SUJIDADES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800

Item: 00050 TOMATE - TIPO SALADA. TAMANHO MEDIO, COM APROXIMADAMENTE 80% DE MATURACAO, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS, TENROS, SEM MANCHAS, COM COLORACAO UNIFORME.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00051 TOMATE - TIPO CEREJA. DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENDO DE ENFERMIDADE, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA E MECÂNICA, RACHADURAS E CORTES.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

Item: 00052 UVA TIPO NIAGARA - APRESENTANDO COR, TAMANHO E FORMACAO UNIFORME.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	8,9800

Item: 00053 VAGEM - VERDE, SEM FIO, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE.

Fornecedor	Proposta
SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800

, em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao(s) item(s)

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	15,8900	0,0000
2	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,5800	0,0000
3	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	8,9800	0,0000
4	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,1800	0,0000
5	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,4800	0,0000
6	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	23,9800	0,0000
7	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	23,9800	0,0000
8	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
9	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800	0,0000
10	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,9800	0,0000

11	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800	0,0000
12	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
13	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800	0,0000
14	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	31,9900	0,0000
15	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,3800	0,0000
16	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800	0,0000
17	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800	0,0000
18	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800	0,0000
19	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800	0,0000
20	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
21	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800	0,0000
22	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800	0,0000
23	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,6800	0,0000
24	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
25	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,9800	0,0000
26	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
27	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,9800	0,0000
28	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,2800	0,0000
29	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800	0,0000
30	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800	0,0000
31	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	6,9800	0,0000
32	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800	0,0000
33	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
34	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800	0,0000
35	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	9,9700	0,0000
36	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800	0,0000
37	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800	0,0000
38	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,9800	0,0000
39	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800	0,0000
40	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800	0,0000
41	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	9,9700	0,0000
42	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	3,4800	0,0000
43	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	7,9800	0,0000
44	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
45	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800	0,0000
46	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	2,4800	0,0000
47	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	10,9800	0,0000
48	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
49	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	5,9800	0,0000
50	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
51	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000
52	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	8,9800	0,0000
53	SUPERMERCADO BUZZI LTDA	4,9800	0,0000

Posteriormente o envelope de documentação da empresa vencedora foi aberto para análise e verificação, sendo a licitante considerada habilitada. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representante Empresa
JAILSON LUIZ BUZZI

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 40-2016

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 40/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

CNPJ: 83.102.772/0001-61

Contratada: Delta Informática Ltda - ME

CNPJ: 10.416.546/0001-81

Objeto: Prestação de serviços de manutenção e monitoramento do servidor da Prefeitura Municipal de Ascurra, serviços de backup, replicado em diferentes servidores, monitoramento de erros e log de serviços essenciais, serviço de controle de acesso (protegido por senha) diferenciado por setores, monitoramento on-line do portal do município, controle de acesso a internet e gerenciamento de serviços essenciais, para o exercício de 2016.

Valor: total de R\$ 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais) – 9 parcelas de R\$ 660,00 mensais.

Vigência: até 31/12/2016

Ascurra, 15 de abril de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 39-2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 39/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que a partir do dia 20/4/2016, das 8 as 11 horas, estará aberto o processo licitatório n. 39/2016 - credenciamento de empresas prestadoras de serviços de informática para todas as Secretárias do Município de Ascurra (com exceção do FMS), que consiste na execução de serviços de manutenção nos computadores da Prefeitura Municipal de Ascurra, em valores apurados no termo de referência (por hora de serviço prestado), que terá validade até 31/12/2016.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 15 de abril de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO 01/2016 DO CONTRATO 24/2013 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO Nº 024/2013/PMBP de 22/04/2013

REF. PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2013/2013/PMBP

MODALIDADE Pregão Presencial nº 011/2013/PMBP

HOMOLOGADO EM 22/04/2013

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços de assessoria técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais, em estrita observância as especificações do Termo de Referência e descrição contida na Proposta de Preços, documentos integrantes e inseparáveis deste termo, especificados no Processo Administrativo nº020/2013, Edital de Pregão Presencial nº011/2013-PMBP.

Passando a vigor até 21 de abril de 2017.

Balneário Piçarras(SC), 22 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CONTRATO 05/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 007/2016-FMC

Inexigibilidade nº 006/2016-FMC

Contrato 005/2016 - FMC

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, na realização de apresentação teatral "Breve Curso Prático de Administração do Tempo" no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras na data de 14 de abril de 2016 às 15h conforme programação. Valor do Contrato: 4.000,00 (quatro mil reais) Vigência: 13/06/2016. Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 06/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 008/2016-FMC

Inexigibilidade nº 007/2016-FMC

Contrato 006/2016 - FMC

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, na realização de apresentação teatral "Malditos e Maldições" no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras na data de 14 de abril de 2016 às 19h conforme programação.. Valor do Contrato: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 07/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 006/2016-FMC

Inexigibilidade nº 005/2016-FMC

Contrato 007/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação da TESPIS CIA DE TEATRO, para realização da peça TOMARA QUE NÃO CHOVA na data de 13 de abril de 2016 às 19:00 horas, no Centro Cultural Luiz Telles, no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC. Valor do Contrato: 4.000,00 (quatro mil e reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 08/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 005/2016-FMC

Inexigibilidade nº 004/2016-FMC

Contrato 008/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação da ASSOCIAÇÃO RISCO DE TEATRO, para realização da peça HOMEM PEDAL na data de 13 de abril de 2016 às 16:00 horas, na praça da Igreja Matriz, no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC. Valor do Contrato: 4.000,00 (quatro mil reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 09/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 009/2016-FMC

Inexigibilidade nº 008/2016-FMC

Contrato 009/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação de DIRLEI DE JESUS FELIPPE, para realização da peça A INESPERADA VIRTUDE DA MEDIOCRIDADE na data de 14 de abril de 2016 às 20:00 horas, no Centro Cultural Luiz Telles, no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC. Valor do Contrato: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 10/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 010/2016-FMC

Inexigibilidade nº 009/2016-FMC

Contrato 010/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação da ASSOCIAÇÃO TEATRAL FILHOS DE SANTO ANTÔNIO, para realização da peça A PENSÃO DA MADAME CONSOELO na data de 16 de abril de 2016 às 20:00 horas, no Centro Cultural Luiz Telles, no 5º

Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC. EMPRESA A SER CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO TEATRAL FILHOS DE SANTO ANTÔNIO. Valor do Contrato: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) Vigência: 13/06/2016. Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.
Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 11/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 012/2016-FMC

Inexigibilidade nº 011/2016-FMC

Contrato 011/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação da CIA EXPERIMENTUS TEATRAIS, para O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação de RHAISA MUNIZ, para realização da peça TENHA DÓ POCKET SHOW na data de 17 de abril de 2016 às 19:00 horas, no Centro Cultural Luiz Telles, no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC.

RHAISA MUNIZ Valor do Contrato: 4.000,00 (quatro mil reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 11/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 011/2016-FMC

Inexigibilidade nº 010/2016-FMC

Contrato 010/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação da CIA EXPERIMENTUS TEATRAIS, para realização da peça MEU PAI É UM HOMEM PÁSSARO na data de 16 de abril de 2016 às 15:00 horas, na Escola Professora Francisca Borba, no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC. CIA EXPERIMENTUS TEATRAIS Valor do Contrato: 4.000,00 (quatro mil reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

CONTRATO 13/2016 FMC

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

Processo Licitatório nº 013/2016-FMC

Inexigibilidade nº 012/2016-FMC

Contrato 013/2016 - FMC

O presente Processo Licitatório tem por objeto a contratação da ASSOCIAÇÃO ERANOS - CIRCULO DE ARTE, para realização da peça RONIN LUZ E SOMBRA na data de 17 de abril de 2016 às 17:30 horas, na praça da Igreja Matriz, no 5º Festival de Teatro de Balneário Piçarras, conforme edital de concurso nº 003/2016 -FMC. ASSOCIAÇÃO ERANOS - CIRCULO DE ARTE Valor do Contrato: 4.000,00 (quatro mil reais) Vigência: 13/06/2016.

Balneário Piçarras/SC, 13 de abril de 2016.

Susan Corrêa – Gestora da Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA 143/2016

PORTARIA N.º 143/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE SERVIÇOS URBANOS E RURAIS com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, o Senhor AIRES DAMIÃO TESTONI, brasileiro, maior, portador do CPF 682.504.449-49, e inscrito na CI nº. 2.294.422 SESPDC/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.
REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 11 de abril de 2016.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 144/2016

PORTARIA N.º 144/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, o Senhor, MARCO ANTÔNIO MARINHO DOS SANTOS, brasileiro maior, inscrito no CPF nº 025.591.448-24, CI nº 7.273.476 SSP-SC, com a imediata posse e com as prerrogativas constitucionais de Agente Político.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 11 de abril de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 145/2016

PORTARIA N.º 145/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA, interinamente para o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rural, cumulativamente ao seu cargo atual, com as atribuições pertinentes ao mesmo órgão o senhor, AIRES DAMIÃO TESTONI, brasileiro, maior, portador do CPF 682.504.449-49, e inscrito na CI nº. 2.294.422 SESPDC/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 11 de abril de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e
Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

EDITAL DE SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
EDITAL

O Município de Balneário Rincão, CNPJ 17.243.084/0001-97, com endereço à Avenida Leoberto Leal, nº. 1071 – Centro, Balneário Rincão/SC; solicita o comparecimento do (a) Sr. (a) MAGDA VAZ FRANCO DA ROSA, portadora da CTPS nº. 8189105/ 0040 – SC, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de abandono de emprego previsto no Artigo 482 – letra I da CLT.

Balneário Rincão, 15 de abril de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA Nº. SA 235/2016

PORTARIA Nº. SA 235/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do Art. 84, c/c Art. 117, II, "d", ambos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Municipal nº 257/2016.

RESOLVE:

1 – Colocar à disposição do SINDSERPI (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Içara e Balneário Rincão), CNPJ nº 95.778.692.0001-00, o Servidor Concursado, Sr. Jairton José Madeira, brasileiro, divorciado, nascido em 19/11/1963, portador do CPF nº. 538.012.539-53, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com ônus para origem, nos termos do art. 5º, da Lei Municipal nº 257/2016.

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 13 de abril de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DÉCIO GOMES GÓES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 13 de abril de 2016.

Barra Bonita

PREFEITURA

CONTRATO DE RATEIO Nº01/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO RATEIO Nº: 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – PARANÁ E SANTA CATARINA - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL.

OBJETO: Custeio de despesas administrativas, manutenção do Consórcio, conforme lei municipal numero 730/2015, de 11 de maio de 2015, que autoriza o Chefe do Executivo Municipal a Retirar-se do Consorcio, bem como a quitação de todos os débitos com a entidade, e também proceder a reversão de eventuais bens públicos cedidos

VALOR: R\$ 3.853,17

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2016 a 30 de maio 2016.

ASSINATURA: 15/04/2016.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 11.107 de 06/04/2005 e suas alterações, Decreto Federal nº 6.017 de 17/01/2007, Lei Municipal nº 730/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 15 de ABRIL de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
PREFEITO MUNICIPAL**DECRETO Nº 846, DE 15 DE ABRIL DE 2016. HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2016**

DECRETO Nº 846, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2016

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições dos candidatos do Processo Seletivo Edital nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Barra Bonita - SC, conforme segue:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM Modalidade A			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	327630	Cleci Da Silva	DEFERIDA
2	325260	Fabiana Delevatti	DEFERIDA
3	321941	Graciele Sehn	DEFERIDA
4	326985	Nadine Marisa Schutz	DEFERIDA
FISCAL TRIBUTÁRIO E OBRAS Modalidade A			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	315155	Adilvane Tressoldi Mella	DEFERIDA
2	322333	Adrielli Eloisa Ciquelero	DEFERIDA
3	320147	Angelica Antoneli	DEFERIDA
4	320479	Catia Lolato Franzon	DEFERIDA
5	324041	Claudia Regina Escher	DEFERIDA
6	313124	Daniela Dal Magro	DEFERIDA
7	325512	Eduardo Utzig	DEFERIDA
8	327041	Gessica Henkes	DEFERIDA
9	320681	Indiana Massardo	DEFERIDA
10	313899	Junior Jose Mix Goncalves	DEFERIDA
11	327534	Leila Daiane Colussi Gomes	DEFERIDA
12	327903	Marcelo Luiz Zambiasi	DEFERIDA

13	320272	Marcia Pinheiro	DEFERIDA
14	318656	Ronan Natanael Wandscheer	DEFERIDA
15	311850	Sally Simone Orłowski Dal Magro	DEFERIDA
16	324821	Solange Santin	DEFERIDA
17	326771	Vitor Augusto Werlang Silva	DEFERIDA

AGENTE DE ABASTECIMENTO DE AGUA | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	325088	Anderson Roque Lissak	DEFERIDA
2	319876	Jhonatan Mittmann	DEFERIDA
3	327406	Valdecir Vaz	DEFERIDA

AUXILIAR ADMINISTRATIVO | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	324971	Andre Vinicius Schultz Araujo Pereira	DEFERIDA
2	327374	Andressa Devicari	DEFERIDA
3	313903	Cristian Luan Souto	DEFERIDA
4	321978	Diogenes Fernando De Lucca	DEFERIDA
5	321561	Eduardo Luiz Panizzon	DEFERIDA
6	324984	Fabricio Friederichs	DEFERIDA
7	321760	Gabriela Cunha	DEFERIDA
8	312659	Juliana Tais Fon	DEFERIDA
9	312222	Maicelly Luana Ludwig	DEFERIDA
10	322314	Marceli Maria Da Costa	DEFERIDA
11	313391	Marilian De Souza Bastos	DEFERIDA
12	327800	Patricia Maria Vani Zanotti	DEFERIDA
13	327692	Raul Costa	DEFERIDA
14	325320	Sheila Aparecida Prestes Lamb	DEFERIDA
15	326978	Simone Ap. Beltramin Rodrigues	DEFERIDA
16	325856	Taina Boss	DEFERIDA
17	327014	Tauany Rocha	DEFERIDA
18	326071	Vanessa Mossain	DEFERIDA
19	327245	Vanessa Nardi	DEFERIDA

TESOUREIRO | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	322949	Ana Paula Da Cunha	DEFERIDA
2	325557	Andre Luiz Reinke	DEFERIDA
3	311752	Antonia Neiva Charao	DEFERIDA
4	320727	Arthur Leduk Antonioli	DEFERIDA
5	317996	Carla Claudia Dos Santos	DEFERIDA
6	311704	Carmen Maria Fiorini Goulart	DEFERIDA
7	324869	Daiane Carla Nicolau	DEFERIDA
8	327676	Daniel Morais	DEFERIDA
9	327889	Dayane Mittmann Fredirichis	DEFERIDA
10	326852	Eduarda Mior	DEFERIDA
11	327153	Elizandra Paula Tariga	DEFERIDA
12	325863	Felipe Kempa	DEFERIDA
13	326604	Gilvani Sigolin	DEFERIDA
14	323219	Guilherme Sarzi Moura	DEFERIDA
15	313018	Hideko Yamashita Obo	DEFERIDA
16	327403	Jamily Riva Pereira Perotti	DEFERIDA
17	327596	Jessica Maria De Campos	DEFERIDA
18	323898	Leliane Siebel	DEFERIDA
19	323838	Luana Friederichs	DEFERIDA
20	321902	Lucas Santin	DEFERIDA
21	311767	Lukas Brandalise	DEFERIDA
22	311407	Marcio Bedin	DEFERIDA

23	327643	Mateus Signori	DEFERIDA
24	316721	Matheus Spazzin Mayer	DEFERIDA
25	313156	Patricia Regina Welter	DEFERIDA
26	312013	Raielly Gruber	DEFERIDA
27	322934	Rosana Rodrigues Da Silva	DEFERIDA
28	319781	Roseli Maria Kemper Perondi	DEFERIDA
29	311653	Sabrina Feyh	DEFERIDA
30	311564	Samuel Welchen	DEFERIDA
31	311670	Vanderlei Fontanari	DEFERIDA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	324206	Adriana Bischoff	DEFERIDA
2	326346	Djailma Nogueira Da Silva	DEFERIDA
3	312791	Isaete Bueno	DEFERIDA
4	312703	Neiva Do Prado Ferreira	DEFERIDA
5	316654	Thaina De Souza	DEFERIDA

MOTORISTA – CAT. “D” | Modalidade B

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	321089	Anderson Luis Pinheiro Gomes	DEFERIDA
2	312542	Andre Augusto Olbermann	DEFERIDA
3	312969	Diego Carlos Dos Santos	DEFERIDA
4	312645	Ireno Sebastiao Dos Santos	DEFERIDA
5	320002	Ivanir Antonio Menegais	DEFERIDA
6	325775	Jose Luciano Da Silva	DEFERIDA
7	311916	Leomir Thums	DEFERIDA
8	313115	Leonir De Lima	DEFERIDA
9	313153	Marcelo Cenci	DEFERIDA
10	327158	Marcos Antonio Di Domenico	DEFERIDA
11	313472	Volmir Da Silva Moraes	DEFERIDA
12	321893	Wylliam Junior Savi Mondo	DEFERIDA

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS – CAT. “C” | Modalidade B

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	312634	Renato De Moura	DEFERIDA
2	327134	Reni Zilio	DEFERIDA
3	312257	Ricardo Vincenzi	DEFERIDA
4	320254	Valmor Jonas Argenta	DEFERIDA
5	326260	Vanderlei Jose Bernardi	DEFERIDA

Art. 2º Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 001/2016, do Município de Barra Bonita – SC, as seguintes inscrições:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	318485	Andreia Pasinato Cardozo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	313040	Marina Tomazelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	312367	Sheila Carol Zanella Martinazzo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

FISCAL TRIBUTÁRIO E OBRAS | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	312414	Alexsandre Bruno De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	324661	Andressa Moeller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	310828	Carla Roberta Carnette	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

4	312995	Daniel Sehn	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
5	313192	Danilo Silva De Matos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
6	310551	Elyson Jean Kammler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
7	327795	Estefani De Bona	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
8	323465	Fabio Pereira Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
9	323666	Fernando Pereira Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
10	327271	Guilherme Tiago Flach	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
11	318863	Lucas Bisleri	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
12	311775	Marco Antonio Garcia	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
13	320240	Paulo Cesar Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
14	312149	Renata Cristina Paludo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
15	319316	Rodrigo Santos Da Luz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
16	325784	Simone Vettorazzi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

AGENTE DE ABASTECIMENTO DE AGUA | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	327639	Alteir Fernandes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	313292	Ana Paula Dos Santos Fiori	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	312649	Decio Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
4	326058	Jociane Angelica Guerra Sbardelotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	315939	Amanda Schafer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	312171	Ana Paula Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	324345	Andreza Bonho	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
4	312099	Cristiane Debona	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
5	316964	Daniele Garcia Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
6	313336	Dauana Rodrigues Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
7	312142	Dayan Fioravante	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
8	313335	Eduardo Busnelo Blockl	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
9	310313	Felipe Antoni Pedroso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
10	315321	Franklyn Debus Da Maia	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
11	325627	Gabriel Lima Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
12	322509	Givanildo Lima Damasceno	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

13	327274	Guilherme Colombo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
14	314023	Isabela Biasi Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
15	325638	Juliana Paula Franzosi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
16	313802	Larissa Keler Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
17	321515	Luis Fernando Alves Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
18	323695	Marcilio Justino Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
19	310527	Marcio Andre Tiemann	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
20	322928	Mayara Aline Stahler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
21	324128	Ricardo Cappellaro	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
22	318726	Selma Ribeiro Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
23	310636	Sidiani Terezinha Carossi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
24	324248	Susana Balbinot	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

TESOUREIRO | Modalidade A

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	315664	Andreia Bassorisi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	319134	Carlize Wibrantz Piccoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	311796	Cassiano Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
4	320655	Cris Andreia Pezzuol Reckziegel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
5	310799	Diego Bazi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
6	310286	Dionisio Oberger	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
7	317607	Francisco Gelinski Junior	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
8	319160	Gabriela Zangrande	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
9	313290	Gilberto Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
10	310953	Gracielle Isabel Corte	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
11	323436	Idiamara Ely	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
12	312308	Jaqueline Dreon Demarco	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
13	321049	Junior Giovane Eloi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
14	324604	Luana Mota	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
15	313482	Marina Carla De Carli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
16	321093	Mauro Luiz Brigoi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
17	320456	Nancy Cristina Presse	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
18	311381	Natalia Pasqualon	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
19	311810	Nayara Alves Mota	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.

20	322906	Priscila Maria Ziliotto	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
21	319056	Rodolfo De Amorim	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
22	310451	Vanessa Trevisan	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	317096	Claudineia Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	312656	Lucineia Oliveira De Cristo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	312661	Marlene De Fatima Fon	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
MOTORISTA – CAT. "D" Modalidade B			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	311732	Albert Rene Farias Gil	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
2	310394	Altemir Antonio Falavigna	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
3	322638	Franciele Sehn	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra e) do edital.
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS – CAT. "C" Modalidade B			
Nenhum candidato indeferido para este cargo.			

Art. 3º Os candidatos com inscrição indeferida terão do dia 16 ao dia 19 de abril de 2016 para realizarem recurso, pela internet, no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 15 de abril de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

EDITAL PREGÃO Nº07/2016 FMAS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 007/2016

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de agasalhos para distribuição na Campanha do Agasalho 2016. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 10:00 horas do dia 02 de MAIO de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 13 de abril de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS

Gestora FMAS

EDITAL PREGÃO Nº28/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº28/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº28/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Aquisição de troféus e medalhas para competições esportivas de Futebol suíço e Bocha promovidas pelo Departamento Municipal de Esporte. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 03 de maio de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 14 de abril de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito

PORTARIA Nº.103 /2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016. AUTORIZA A REALIZAÇÃO E PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS.

PORTARIA Nº.103 /2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza a realização e pagamento de horas extras.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997 .

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a realização, bem como o pagamento de horas extras, dos servidores ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no mês de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, em 15 de abril de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PORTARIA Nº 102, DE 15 DE ABRIL DE 2016. "CONCEDE ADICIONAL POR CURSO DE APERFEIÇOAMENTO AOS SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PORTARIA Nº 102, de 15 de abril de 2016.

"Concede Adicional Por Curso de Aperfeiçoamento aos servidores e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as disposições do Art.95 da Lei Complementar 037/2011, de 07 de novembro de 2011.

Resolve.

Art.1º- Conceder Adicional por Curso de Aperfeiçoamento correspondente a vantagem de 2%(dois por cento) sobre o vencimento, aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo
Anderson Caneppele	Motorista
Antonio Rodrigues da Silva	Motorista
Cleder Cleiton Bonatto	Motorista
Dirceu Bernardi	Tesoureiro
Edina Paula S. Staub	Medico Veterinário
Giovani Reginatto	Operador de Equipamentos
Jaciara Viviane Sehnem	Assistente Social
Jezica Guaragni	Auxiliar Administrativo
Junior Cesar Barros	Controlador Interno
Lauri Luiz Mazzardo	Operador de Equipamentos
Rafael Balensiefer	Motorista
Rafel Favretto	Oficial Administrativo
Roberto Francisco Giongo	Oficial Administrativo
Rodrigo F. Stringhini	Fiscal Tributário e Obras

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 15 de abril de 2016,

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 715, 12 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 715, 12 DE ABRIL DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011 e Lei Complementar nº 191/2015, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata HELENA DA SILVA ARRUDA para o cargo efetivo de Monitor de Ônibus, Nível II- 1, anexo IX da Lei Complementar nº 125/2011, lotada com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 12 de abril de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 729, 15 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 729, 15 DE ABRIL DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato JULIANE KOHN DA SILVA para o cargo efetivo de Motorista de Automóvel, Nível II- 1, do Anexo VI da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 15 de abril de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PORTARIA Nº 731, 15 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 731, 15 DE ABRIL DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato WAGNER MEIRELLES DA SILVA para o cargo efetivo de Motorista de Ônibus, Nível II - 1, do Anexo VI da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 15 de abril de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 343 E ANEXO ÚNICO

DECRETO N.º 343/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica HOMOLOGADO os resultados finais para os candidatos devidamente aprovados no Concurso Público nº 001/2016, informando para tal, a classificação, o nome, o número da inscrição e a respectiva média final obtida pelo candidato, em ordem de classificação final no concurso, assim relacionados no Anexo I, parte integrante deste ato.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 15 de abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 15/04/2016

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO – DO DECRETO Nº 343.2016

ATO 011/CP/BVT/001/2016

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Fica homologada a Classificação Final de todos os aprovados do Concurso Público, Edital 001/2016, conforme listagem abaixo:

LEGENDA:

ACG	NCG	ACE	NCE	TA	NF
Total de Acertos em Conhecimentos Gerais	Nota de Conhecimentos Gerais	Total de Acertos Conhecimentos Específicos	Nota de Conhecimentos Específicos	Total Geral de Acertos	Nota Final

Fiscal de Tributos e Obras - Ensino Superior										
Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ACG	NCG	ACE	NCE	TA	NF	SITUAÇÃO
1	309208	Marana Paula Sobczack	04/10/1992	17	3,40	12	3,60	29	7,00	Aprovado
2	304160	Sandro Antonio De Oliveira Lima	21/11/1983	15	3,00	12	3,60	27	6,60	Aprovado
3	310514	Rafael Dos Santos Da Silva	17/06/1988	18	3,60	10	3,00	28	6,60	Aprovado
4	310766	Juliane Lecin	30/04/1991	16	3,20	10	3,00	26	6,20	Aprovado
5	305980	Joao Maria Leski	03/10/1966	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
6	305249	Josiele Tischler	21/01/1986	13	2,60	11	3,30	24	5,90	Aprovado
7	312327	Diloo Da Rosa Menezes	26/04/1959	14	2,80	10	3,00	24	5,80	Aprovado
8	314078	Aline Iachitzki	10/05/1995	11	2,20	10	3,00	21	5,20	Aprovado
9	306137	Karime Michely Bastos	02/02/1992	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado
10	313125	Alana Fernanda Babiretzki	25/09/1993	14	2,80	8	2,40	22	5,20	Aprovado
11	313246	Marlon Mielke	28/03/1995	10	2,00	10	3,00	20	5,00	Aprovado
12	307772	Juliana Martiniski	03/07/1982	13	2,60	8	2,40	21	5,00	Aprovado

Médico Clínico Geral - Ensino Superior										
Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ACG	NCG	ACE	NCE	TA	NF	SITUAÇÃO
1	304610	Bruno Antonio Burgardt	12/08/1992	17	3,40	16	4,80	33	8,20	APROVADO
2	313975	Tiaraju Matsuoka Azevedo Dos Santos	03/12/1984	18	3,60	14	4,20	32	7,80	APROVADO
3	304287	Mahara Shimona Shimoguri	10/10/1988	17	3,40	13	3,90	30	7,30	APROVADO
4	309200	Lyvia Sousa Gomes De Vasconcelos	10/02/1980	18	3,60	11	3,30	29	6,90	APROVADO
5	310733	Jaime Ribeiro Freitas	01/02/1990	13	2,60	13	3,90	26	6,50	APROVADO
6	311535	Juliana Sussenbach Krauss	20/02/1984	17	3,40	9	2,70	26	6,10	APROVADO
7	313533	Nizomar Filho Costa De Souza	24/11/1978	18	3,60	8	2,40	26	6,00	APROVADO
Médico Pediatra - Ensino Superior										
Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ACG	NCG	ACE	NCE	TA	NF	SITUAÇÃO
1	310197	Georgia Pereira De Sousa	24/10/1975	16	3,20	12	3,60	28	6,80	APROVADO
Médico Ginecologista - Ensino Superior – NÃO HOUVE INSCRITOS NESTE CARGO.										

DECRETOS Nº 339 A 342

DECRETO N.º 339/2016, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO, nas repartições públicas municipais no dia 22 de abril de 2016, Sexta-feira.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º. As atividades da Administração Pública Municipal retornarão ao seu horário normal de expediente, no dia 25 de abril as 08h00min.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 06 de abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06/04/2016

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 340/2016, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1133/2015, de 28 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
47-10.305.0008-2.031	2.031	Ações de Vigilância em Saúde - VIGEP	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.0822	Aplicações Diretas	6.500,00
TOTAL GERAL			6.500,00

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
46-10.305.0008-2.031	2.031	Ações de Vigilância em Saúde - VIGEP	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.0822	Aplicações Diretas	6.500,00
TOTAL GERAL			6.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de Abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 06 de abril de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 341/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1165/2016, de 13 de abril de 2016.

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
104-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0735	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Artigo 2º Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio nº2016TR000028 realizado através da Agência de Desenvolvimento Regional - Canoinhas.

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 13 de abril de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 342/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1166/2016, de 13 de abril de 2016.

DECRETA:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
04-04.122.0003-0.001	0.001	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	3.3.50.00.00.00.00.00.0700	Contribuições a Entidades	40.000,00
TOTAL GERAL			40.000,00

Artigo 2º Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
14-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL GERAL			40.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de Abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 13 de abril de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEIS NºS 1.160 A 1.166

LEI Nº 1.160/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

“EQUIPARA O SALÁRIO BASE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a equiparar o salário base dos servidores públicos municipais ao valor do salário mínimo nacional e será reajustado e pago conforme o salário mínimo nacional em vigência, a partir do mês de março deste exercício.

Art. 2º. A equiparação salarial que trata o artigo 1º, se refere aos servidores públicos municipais que possuem o salário base inferior ao mínimo nacional.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de março de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de março de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.161/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" - COOPESA, COM INTERVENIÊNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - CEDUP VIDAL RAMOS DE CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Centro de Educação Profissional "Vidal Ramos" - "CEDUP Vidal Ramos", visando a aquisição de 07 (sete) vagas no curso profissionalizante de Técnico em Agropecuária, sendo as 07 (sete) vagas com 50% (cinquenta por cento).

Art. 2º. O valor do Convênio ora autorizado será de R\$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais) anuais por vaga, perfazendo um valor total de R\$ 8.750,00 (oito mil e setecentos e cinquenta reais) anuais, divididos em 04 (quatro) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 2.187,50 (dois mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), cada uma, vencendo a primeira parcela em 25 de abril e a última em 25 de julho de 2016.

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Bem Estar Social realizar o acompanhamento dos adolescentes indicados para as vagas constantes do artigo 1º, com orientação e encaminhamento para estágio nos Programas desenvolvidos pelo Município.

Art. 4º. As vagas de que trata o artigo 1º serão destinadas, preferencialmente, à adolescentes filhos de agricultores do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 5º. A liberação das parcelas mensais ficará condicionada à prestação de contas da parcela anterior e ao fornecimento de relatório de serviços prestados.

Art. 6º. As despesas advindas da presente autorização, correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, conforme abaixo descrito:

2038 - Manutenção do Ensino Profissional
(65) - 3.3.90.00.00.00.00.0701 - Aplicações Diretas

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de março de 2016.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de março de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.162/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E PARCELAR DÍVIDA JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL - INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a proceder o pagamento de parcelamento da dívida do Município de Bela Vista do Toldo, cadastrado no CNPJ sob nº 01.612.888/0001-86, com a Receita Federal do Brasil, perfazendo o montante total de R\$ 485.443,27 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos).

§ 1º. O valor descrito no caput do artigo anterior será atualizado monetariamente, à época de sua quitação.

Art. 2º. O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei refere-se às divergências de valores de GFIP apurados pela Receita Federal do Brasil, e será parcelado em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 8.090,73 (oito mil, noventa reais e setenta e três centavos) cada uma.

Art. 3º. O valor das contribuições devidas segundo o relatório de divergências apurado pela Receita Federal, descritos no caput do artigo 2º poderão ser objeto de questionamento junto à Receita Federal do Brasil, em regular processo administrativo, ou judicial.

Art. 4º. O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignara nos orçamentos anuais e dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de março de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de março de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.163/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E PARCELAR DÍVIDA JUNTO A RECEITA FEDERAL DO BRASIL - INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e a proceder o pagamento de parcelamento da dívida do Fundo Municipal de Saúde, cadastrado no CNPJ sob nº 10.324.957/0001-47, com a Receita Federal do Brasil, competências do débito compreendida entre 13/2013, 11/2014, 10/2015 a 12/2015 e 01/2016, perfazendo o montante total de R\$ 110.092,60 (cento e dez mil, noventa e dois reais e sessenta centavos).

§ 1º. O valor descrito no caput do artigo anterior será atualizado monetariamente, à época de sua quitação.

Art. 2º. O parcelamento de que trata o artigo 1º desta Lei refere-se às divergências de valores de GFIP apurados pela Receita Federal do Brasil, e será parcelado em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 3º. O valor das contribuições devidas segundo o relatório de divergências apurado pela Receita Federal, descritos no caput do artigo 2º poderão ser objeto de questionamento junto à Receita Federal do Brasil, em regular processo administrativo, ou judicial.

Art. 4º. O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignara nos orçamentos anuais e dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de março de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de março de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.164/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

“Dispõe sobre a denominação de via Pública Municipal. ”

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art 1. Fica oficializado a denominação do Servidão, localizado na Rua:, que atravessa a Avelino dos Santos Pacheco, Centro de Bela Vista do Toldo, como, José Amauri Taborda.

Art 2. Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo - SC, 30 de março de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 30 de março de 2016.

LEI Nº 1.165/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
104-15.452.0006-2.023	2.023	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Pontes, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0735	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Artigo 2º Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio nº2016TR000028 realizado através da Agência de Desenvolvimento Regional - Canoinhas.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 13 de abril de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.166/2016, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Artigo 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
04-04.122.0003-0.001	0.001	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	

Dotação	3.3.50.00.00.00.00.00.0700	Contribuições a Entidades	40.000,00
TOTAL GERAL			40.000,00

Artigo 2º Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
Unidade Orçamentária	03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
14-04.122.0003-2.003	2.003	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	40.000,00
TOTAL GERAL			40.000,00

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 13 de abril de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 13 de abril de 2016.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 13/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E NO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO.

EMPRESA FORNECEDORA: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 67.278,30 (sessenta e sete mil e duzentos e setenta e oito reais e trinta centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: TRADE MEDICAL COM DE MAT HOSP LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 12.744,68 (doze mil e setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 84.188,30 (oitenta e quatro mil e cento e oitenta e oito reais e trinta centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR REGISTRADO: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

EMPRESA FORNECEDORA: ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME

VALOR REGISTRADO: R\$ 86.595,00 (oitenta e seis mil e quinhentos e noventa e cinco reais)

EMPRESA FORNECEDORA: STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP

VALOR REGISTRADO: R\$ 847,74 (oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos)

EMPRESA FORNECEDORA: L.M. FARMA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

VALOR REGISTRADO: ASSUNCAO E MORETTO LTDA EPP

VALOR REGISTRADO: R\$ 9.939,80 (nove mil e novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 11/04/2016 a 11/04/2017

VALIDADE DA ATA: 12 meses

Benedito Novo (SC), 11/04/2016

Jean Michel Grundmann - Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
						R\$ 1,00
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	224.486.000,00	224.486.000,00	25.944.436,63	11,56	25.944.436,63	198.541.563,37
RECEITAS CORRENTES	182.066.000,00	182.066.000,00	25.766.685,70	14,15	25.766.685,70	156.299.314,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.779.000,00	26.779.000,00	3.357.530,24	12,54	3.357.530,24	23.421.469,76
IMPOSTOS	23.901.000,00	23.901.000,00	2.814.799,11	11,78	2.814.799,11	21.086.200,89
TAXAS	2.878.000,00	2.878.000,00	542.731,13	18,86	542.731,13	2.335.268,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.240.000,00	8.240.000,00	1.017.047,20	12,34	1.017.047,20	7.222.952,80
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.514.000,00	2.514.000,00	372.692,56	14,82	372.692,56	2.141.307,44
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	5.726.000,00	5.726.000,00	644.354,64	11,25	644.354,64	5.081.645,36
RECEITA PATRIMONIAL	10.088.000,00	10.088.000,00	2.414.507,42	23,93	2.414.507,42	7.673.492,58
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	1.379,68	13,80	1.379,68	8.620,32
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.072.000,00	10.072.000,00	2.412.851,48	23,96	2.412.851,48	7.659.148,52
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.000,00	6.000,00	276,26	4,60	276,26	5.723,74
RECEITA DE SERVIÇOS	560.000,00	560.000,00	122.260,24	21,83	122.260,24	437.739,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	133.236.000,00	133.236.000,00	18.065.789,92	13,56	18.065.789,92	115.170.210,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	132.118.000,00	132.118.000,00	18.065.529,92	13,67	18.065.529,92	114.052.470,08
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
TRANSF. DE PESSOAS	10.000,00	10.000,00	260,00	2,60	260,00	9.740,00
TRANSF. DE CONV.	1.045.000,00	1.045.000,00	0,00	0,00	0,00	1.045.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.163.000,00	3.163.000,00	789.550,68	24,96	789.550,68	2.373.449,32
MULTAS E JUROS DE MORA	922.000,00	922.000,00	147.442,84	15,99	147.442,84	774.557,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	241.215,77	114,86	241.215,77	-31.215,77
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.431.000,00	1.431.000,00	342.392,59	23,93	342.392,59	1.088.607,41
RECEITAS DIVERSAS	600.000,00	600.000,00	58.499,48	9,75	58.499,48	541.500,52
RECEITAS DE CAPITAL	42.420.000,00	42.420.000,00	177.750,93	0,42	177.750,93	42.242.249,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.550.000,00	17.550.000,00	175.379,49	1,00	175.379,49	17.374.620,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	17.550.000,00	17.550.000,00	175.379,49	1,00	175.379,49	17.374.620,51
ALIENAÇÃO DE BENS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	24.780.000,00	24.780.000,00	2.371,44	0,01	2.371,44	24.777.628,56
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	23.780.000,00	23.780.000,00	2.371,44	0,01	2.371,44	23.777.628,56
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.338.000,00	6.338.000,00	876.149,65	13,82	876.149,65	5.461.850,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	230.824.000,00	230.824.000,00	26.820.586,28	11,62	26.820.586,28	204.003.413,72

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas						
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas						
Mobilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	230.824.000,00	230.824.000,00	26.820.586,28	11,62	26.820.586,28	204.003.413,72
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
			230.824.000,00		26.820.586,28	204.003.413,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	2.496.788,64	—	—	2.496.788,64	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	2.496.788,64	—	—	2.496.788,64	—
		0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	217.956.000,00	228.337.722,23	51.047.839,24	51.047.839,24	177.289.882,99	17.794.519,85	17.794.519,85	210.543.202,38	14.646.295,56
DESPESAS CORRENTES	152.908.000,00	155.241.246,20	34.661.039,90	34.661.039,90	120.580.206,30	17.167.033,01	17.167.033,01	138.074.213,19	14.075.914,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.062.000,00	62.521.000,00	9.187.685,60	9.187.685,60	53.333.314,40	9.177.709,60	9.177.709,60	53.343.290,40	7.868.022,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.026.000,00	1.026.000,00	234.200,00	234.200,00	791.800,00	7.817,83	7.817,83	1.018.182,17	7.817,83
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.820.000,00	91.694.246,20	25.239.154,30	25.239.154,30	66.455.091,90	7.981.505,58	7.981.505,58	83.712.740,62	6.200.073,74
DESPESAS DE CAPITAL	49.339.000,00	57.387.476,03	16.386.799,34	16.386.799,34	41.000.676,69	627.486,84	627.486,84	56.759.989,19	570.391,29
INVESTIMENTOS	47.353.000,00	55.311.476,03	14.606.797,66	14.606.797,66	40.704.678,37	360.027,38	360.027,38	54.951.448,65	302.921,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.986.000,00	2.076.000,00	1.780.001,68	1.780.001,68	295.998,32	267.459,46	267.459,46	1.808.540,54	267.459,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.709.000,00	15.709.000,00	0,00	0,00	15.709.000,00	0,00	0,00	15.709.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.709.000,00	15.709.000,00	0,00	0,00	15.709.000,00	0,00	0,00	15.709.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	502.270,10

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	502.270,10
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	224.224.000,00	234.604.722,23	52.043.403,28	52.043.403,28	182.561.318,95	18.790.083,89	18.790.083,89	215.814.638,34	15.148.565,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	224.224.000,00	234.604.722,23	52.043.403,28	52.043.403,28	182.561.318,95	18.790.083,89	18.790.083,89	215.814.638,34	15.148.565,66
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	8.030.502,39	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	224.224.000,00	234.604.722,23	52.043.403,28	52.043.403,28	—	18.790.083,89	26.820.586,28	—	15.148.565,66

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	6.338.000,00	6.338.000,00	876.149,65	13,82	876.149,65	13,82
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.338.000,00	6.338.000,00	876.149,65	13,82	876.149,65	13,82
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.498.000,00	5.498.000,00	737.562,97	13,42	737.562,97	13,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.498.000,00	5.498.000,00	737.562,97	13,42	737.562,97	13,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	840.000,00	840.000,00	138.586,68	16,50	138.586,68	16,50
Rec. Decorrente Aportes Períod.p/Amort. Deficit	840.000,00	840.000,00	138.586,68	16,50	138.586,68	16,50

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	502.270,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.428.000,00	5.427.000,00	856.977,36	856.977,36	4.570.022,64	856.977,36	856.977,36	4.570.022,64	363.663,42

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	502.270,10
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	840.000,00	840.000,00	138.586,68	138.586,68	701.413,32	138.586,68	138.586,68	701.413,32	138.586,68

FONTE:
Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.661.978,28
Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal	MANOEL CUSTÓDIO Secretário da Fazenda	PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO Contadora CRC/SC 028726/O-6
---------------------------------------	--	---

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	230.824.000,00	
Previsão Atualizada		—	230.824.000,00	
Receitas Realizadas		26.820.586,28	26.820.586,28	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.496.788,64	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	224.224.000,00	
Créditos Adicionais		—	10.380.722,23	
Dotação Atualizada		—	234.604.722,23	
Despesas Empenhadas		52.043.403,28	52.043.403,28	
Despesas Liquidadas		18.790.083,89	18.790.083,89	
Superavit Orçamentário		—	8.030.502,39	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		52.043.403,28	52.043.403,28	
Despesas Liquidadas		18.790.083,89	18.790.083,89	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			133.502.632,38	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	3.661.978,28	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	3.661.978,28	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		12.651.100,00	-3.417.289,69	-27,01
Resultado Primário		-22.646.000,00	5.717.548,71	-25,25
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.528.170,46	668,72	420.353,77	4.107.147,97
EXECUTIVO	4.528.170,46	668,72	420.353,77	4.107.147,97
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.337.967,69	189,72	5.040.133,50	2.297.644,47
EXECUTIVO	7.337.967,69	189,72	5.040.133,50	2.297.644,47
TOTAL:	11.866.138,15	858,44	5.460.487,27	6.404.792,44
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.519.876,53	25%	10,03
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.893.415,77	60%	68,48
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		175.379,49	17.374.620,51	
Despesa de Capital Líquida		627.486,84	56.759.989,19	

Continua 1/2

Município de Biguaçu - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	90.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	90.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					4.307.659,08	15,00
Liquidadas					0,00	547.776,43
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER	MANOEL CUSTÓDIO	PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC 028726/O-6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											RS 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
Administração	217.956.000,00	228.337.722,23	51.047.839,24	51.047.839,24	98,09	177.289.882,99	17.794.519,85	17.794.519,85	94,70	210.543.202,38	
Planejamento e Orçamento	15.550.000,00	15.550.000,00	3.298.753,66	3.298.753,66	6,34	12.251.246,34	1.442.844,84	1.442.844,84	7,68	14.107.155,16	
Administração Geral	2.249.000,00	2.249.000,00	373.892,53	373.892,53	0,72	1.875.107,47	274.257,45	274.257,45	1,46	1.974.742,55	
Administração Financeira	6.475.000,00	6.475.000,00	1.875.599,60	1.875.599,60	3,60	4.599.400,40	689.929,88	689.929,88	3,67	5.785.070,12	
Controle Interno	3.369.000,00	3.369.000,00	935.787,11	935.787,11	1,80	2.433.212,89	378.788,87	378.788,87	2,02	2.990.211,13	
Tecnologia da Informatização	167.000,00	167.000,00	24.719,34	24.719,34	0,05	142.280,66	21.691,26	21.691,26	0,12	145.308,74	
Formação de Recursos Humanos	1.450.000,00	1.450.000,00	18.500,00	18.500,00	0,04	1.431.500,00	9.250,00	9.250,00	0,05	1.440.750,00	
Administração de Receitas	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Comunicação Social	720.000,00	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	
Segurança Pública	1.090.000,00	1.090.000,00	70.255,08	70.255,08	0,13	1.019.744,92	68.927,38	68.927,38	0,37	1.021.072,62	
Defesa Civil	6.239.000,00	6.239.000,00	108.441,33	108.441,33	0,21	6.130.558,67	28.844,76	28.844,76	0,15	6.210.155,24	
Assistência Social	6.239.000,00	6.239.000,00	108.441,33	108.441,33	0,21	6.130.558,67	28.844,76	28.844,76	0,15	6.210.155,24	
Assistência ao Idoso	5.623.000,00	5.623.000,00	1.408.712,67	1.408.712,67	2,71	4.214.287,33	663.998,61	663.998,61	3,53	4.959.001,39	
Assistência à Criança e ao Adolescente	835.000,00	835.000,00	64.765,17	64.765,17	0,12	770.234,83	29.967,25	29.967,25	0,16	805.032,75	
Assistência Comunitária	2.154.000,00	2.154.000,00	410.368,80	410.368,80	0,79	1.743.631,20	305.656,91	305.656,91	1,63	1.848.343,09	
Previdência Social	2.634.000,00	2.634.000,00	933.578,70	933.578,70	1,79	1.700.421,30	328.374,45	328.374,45	1,75	2.305.625,55	
Previdência do Regime Estatutário	4.336.000,00	4.336.000,00	762.026,94	762.026,94	1,46	3.573.973,06	762.026,94	762.026,94	4,06	3.573.973,06	
Saúde	4.336.000,00	4.336.000,00	762.026,94	762.026,94	1,46	3.573.973,06	762.026,94	762.026,94	4,06	3.573.973,06	
Atenção Básica	68.383.000,00	70.879.788,64	11.418.984,89	11.418.984,89	21,94	59.460.803,75	8.355.640,55	8.355.640,55	44,47	62.524.148,09	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	24.752.000,00	24.752.000,00	5.660.465,58	5.660.465,58	10,88	19.091.534,42	4.002.322,70	4.002.322,70	21,30	20.749.677,30	
Vigilância Sanitária	42.276.000,00	44.672.788,64	5.416.083,15	5.416.083,15	10,41	39.256.705,49	4.212.143,68	4.212.143,68	22,42	40.460.644,96	
Vigilância Epidemiológica	495.000,00	495.000,00	103.161,96	103.161,96	0,20	391.838,04	49.878,11	49.878,11	0,27	445.121,89	
Alimentação e Nutrição	766.000,00	866.000,00	239.274,20	239.274,20	0,46	626.725,80	91.296,06	91.296,06	0,49	774.703,94	
Educação	94.000,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00	94.000,00	0,00	0,00	0,00	94.000,00	
Alimentação e Nutrição	39.963.000,00	40.492.227,85	6.967.686,21	6.967.686,21	13,39	33.524.541,64	3.380.390,31	3.380.390,31	17,99	37.111.837,54	
Ensino Fundamental	2.864.000,00	2.864.000,00	958.830,40	958.830,40	1,84	1.905.169,60	113.189,83	113.189,83	0,60	2.750.810,17	
Ensino Profissional	17.000.000,00	17.402.470,60	3.087.005,95	3.087.005,95	5,93	14.315.464,65	1.401.308,67	1.401.308,67	7,46	16.001.161,93	
Educação Infantil	194.000,00	194.000,00	66.233,30	66.233,30	0,13	127.766,70	19.627,60	19.627,60	0,10	174.372,40	
Educação de Jovens e Adultos	19.168.000,00	19.294.757,25	2.815.266,50	2.815.266,50	5,41	16.479.490,75	1.809.705,59	1.809.705,59	9,63	17.485.051,66	
Educação Especial	337.000,00	337.000,00	12.750,06	12.750,06	0,02	324.249,94	8.958,62	8.958,62	0,05	328.041,38	
Cultura	400.000,00	400.000,00	27.600,00	27.600,00	0,05	372.400,00	27.600,00	27.600,00	0,15	372.400,00	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	553.000,00	654.779,64	75.983,06	75.983,06	0,15	578.796,58	63.960,44	63.960,44	0,34	590.819,20	
Difusão Cultural	100.000,00	201.779,64	12.775,01	12.775,01	0,02	189.004,63	12.775,01	12.775,01	0,07	189.004,63	
	453.000,00	453.000,00	63.208,05	63.208,05	0,12	389.791,95	51.185,43	51.185,43	0,27	401.814,57	

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	217.956.000,00	228.337.722,23	51.047.839,24	51.047.839,24	177.289.882,99	17.794.519,85	17.794.519,85	210.543.202,38
	74.000,00	74.000,00	6.631,21	6.631,21	67.368,79	6.631,21	6.631,21	67.368,79
	74.000,00	74.000,00	6.631,21	6.631,21	67.368,79	6.631,21	6.631,21	67.368,79
	38.753.000,00	46.005.926,10	21.258.414,19	21.258.414,19	24.747.511,91	1.596.292,90	1.596.292,90	44.409.633,20
	20.661.000,00	27.913.926,10	14.268.398,35	14.268.398,35	13.645.527,75	194.317,02	194.317,02	27.719.609,08
	17.992.000,00	17.992.000,00	6.990.015,84	6.990.015,84	11.001.984,16	1.401.975,88	1.401.975,88	16.590.024,12
	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00
	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00
	20.000,00	20.000,00	18.000,00	18.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	18.000,00
	20.000,00	20.000,00	18.000,00	18.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	18.000,00
	872.000,00	872.000,00	169.116,34	169.116,34	702.883,66	72.872,25	72.872,25	799.127,75
	842.000,00	842.000,00	169.116,34	169.116,34	672.883,66	72.872,25	72.872,25	769.127,75
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
	3.273.000,00	3.273.000,00	643.941,30	643.941,30	2.629.058,70	380.905,10	380.905,10	2.892.094,90
	327.000,00	327.000,00	53.289,25	53.289,25	273.710,75	37.859,51	37.859,51	289.140,49
	2.946.000,00	2.946.000,00	590.652,05	590.652,05	2.355.347,95	343.045,59	343.045,59	2.602.954,41
	1.090.000,00	1.090.000,00	96.987,89	96.987,89	993.012,11	53.558,15	53.558,15	1.036.441,85
	1.090.000,00	1.090.000,00	96.987,89	96.987,89	993.012,11	53.558,15	53.558,15	1.036.441,85
	307.000,00	308.000,00	21.426,26	21.426,26	286.573,74	8.666,00	8.666,00	299.334,00
68.000,00	69.000,00	20.366,26	20.366,26	48.633,74	8.666,00	8.666,00	60.334,00	
239.000,00	239.000,00	1.060,00	1.060,00	237.940,00	0,00	0,00	239.000,00	
6.666.000,00	6.666.000,00	500.866,27	500.866,27	6.165.133,73	151.443,85	151.443,85	6.514.556,15	
6.666.000,00	6.666.000,00	500.866,27	500.866,27	6.165.133,73	151.443,85	151.443,85	6.514.556,15	
3.376.000,00	3.376.000,00	393.392,58	393.392,58	2.982.607,42	178.717,51	178.717,51	3.197.282,49	
1.443.000,00	1.443.000,00	252.693,09	252.693,09	1.190.306,91	123.013,04	123.013,04	1.319.986,96	
1.653.000,00	1.653.000,00	110.699,49	110.699,49	1.542.300,51	25.704,47	25.704,47	1.627.295,53	
280.000,00	280.000,00	30.000,00	30.000,00	250.000,00	30.000,00	30.000,00	250.000,00	
5.119.000,00	5.119.000,00	3.898.474,44	3.898.474,44	1.220.525,56	645.726,43	645.726,43	4.473.273,57	
2.986.000,00	2.986.000,00	1.915.474,44	1.915.474,44	1.070.525,56	259.692,58	259.692,58	2.726.307,42	
2.133.000,00	2.133.000,00	1.983.000,00	1.983.000,00	150.000,00	386.033,85	386.033,85	1.746.966,15	
15.709.000,00	15.709.000,00	0,00	0,00	15.709.000,00	0,00	0,00	15.709.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96
	1.618.000,00	1.618.000,00	246.761,44	246.761,44	1.371.238,56	246.761,44	246.761,44	1.371.238,56
	144.000,00	144.000,00	19.587,99	19.587,99	124.412,01	19.587,99	19.587,99	124.412,01

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	1,91	5.271.435,96	995.564,04	995.564,04	5,30	5.271.435,96
Administração	1.618.000,00	1.618.000,00	246.761,44	246.761,44	0,47	1.371.238,56	246.761,44	246.761,44	1,31	1.371.238,56
Administração Geral	1.131.000,00	1.131.000,00	174.700,96	174.700,96	0,34	956.299,04	174.700,96	174.700,96	0,93	956.299,04
Administração Financeira	328.000,00	328.000,00	50.081,23	50.081,23	0,10	277.918,77	50.081,23	50.081,23	0,27	277.918,77
Controle Interno	7.000,00	7.000,00	951,82	951,82	0,00	6.048,18	951,82	951,82	0,01	6.048,18
Comunicação Social	8.000,00	8.000,00	1.439,44	1.439,44	0,00	6.560,56	1.439,44	1.439,44	0,01	6.560,56
Segurança Pública	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Social	202.000,00	202.000,00	21.999,35	21.999,35	0,04	180.000,65	21.999,35	21.999,35	0,12	180.000,65
Assistência ao Idoso	3.000,00	3.000,00	565,63	565,63	0,00	2.434,37	565,63	565,63	0,00	2.434,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	79.000,00	79.000,00	8.403,56	8.403,56	0,02	70.596,44	8.403,56	8.403,56	0,04	70.596,44
Assistência Comunitária	120.000,00	120.000,00	13.030,16	13.030,16	0,03	106.969,84	13.030,16	13.030,16	0,07	106.969,84
Saúde	1.447.000,00	1.447.000,00	345.209,47	345.209,47	0,66	1.101.790,53	345.209,47	345.209,47	1,84	1.101.790,53
Atenção Básica	1.013.000,00	1.013.000,00	272.963,29	272.963,29	0,52	740.036,71	272.963,29	272.963,29	1,45	740.036,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	353.000,00	353.000,00	60.011,11	60.011,11	0,12	292.988,89	60.011,11	60.011,11	0,32	292.988,89
Vigilância Sanitária	13.000,00	13.000,00	2.830,72	2.830,72	0,01	10.169,28	2.830,72	2.830,72	0,02	10.169,28
Vigilância Epidemiológica	68.000,00	68.000,00	9.404,35	9.404,35	0,02	58.595,65	9.404,35	9.404,35	0,05	58.595,65
Educação	2.455.000,00	2.455.000,00	317.666,09	317.666,09	0,61	2.137.333,91	317.666,09	317.666,09	1,69	2.137.333,91
Alimentação e Nutrição	51.000,00	51.000,00	4.625,53	4.625,53	0,01	46.374,47	4.625,53	4.625,53	0,02	46.374,47
Ensino Fundamental	888.000,00	888.000,00	105.027,00	105.027,00	0,20	782.973,00	105.027,00	105.027,00	0,56	782.973,00
Ensino Profissional	3.000,00	3.000,00	436,18	436,18	0,00	2.563,82	436,18	436,18	0,00	2.563,82
Educação Infantil	1.512.000,00	1.512.000,00	207.577,38	207.577,38	0,40	1.304.422,62	207.577,38	207.577,38	1,10	1.304.422,62
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Cultura	22.000,00	22.000,00	9.313,28	9.313,28	0,02	12.686,72	9.313,28	9.313,28	0,05	12.686,72
Diffusão Cultural	22.000,00	22.000,00	9.313,28	9.313,28	0,02	12.686,72	9.313,28	9.313,28	0,05	12.686,72
Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Urbanismo	207.000,00	207.000,00	15.033,78	15.033,78	0,03	191.966,22	15.033,78	15.033,78	0,08	191.966,22
Serviços Urbanos	207.000,00	207.000,00	15.033,78	15.033,78	0,03	191.966,22	15.033,78	15.033,78	0,08	191.966,22
Gestão Ambiental	61.000,00	61.000,00	5.152,59	5.152,59	0,01	55.847,41	5.152,59	5.152,59	0,03	55.847,41
Preservação e Conservação Ambiental	61.000,00	61.000,00	5.152,59	5.152,59	0,01	55.847,41	5.152,59	5.152,59	0,03	55.847,41
Agricultura	122.000,00	122.000,00	17.930,07	17.930,07	0,03	104.069,93	17.930,07	17.930,07	0,10	104.069,93
Promoção da Produção Animal	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Extensão Rural	121.000,00	121.000,00	17.930,07	17.930,07	0,03	103.069,93	17.930,07	17.930,07	0,10	103.069,93

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Indústria	6.268.000,00	6.267.000,00	995.564,04	995.564,04	5.271.435,96	995.564,04	5,30	5.271.435,96
Promoção Industrial	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
Promoção Comercial	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	69.000,00	69.000,00	9.851,32	9.851,32	59.148,68	9.851,32	0,05	59.148,68
Desporto e Lazer	69.000,00	69.000,00	9.851,32	9.851,32	59.148,68	9.851,32	0,05	59.148,68
Administração Geral	58.000,00	58.000,00	6.646,65	6.646,65	51.353,35	6.646,65	0,04	51.353,35
TOTAL (III) = (I + II)	224.224.000,00	224.604.722,23	52.043.403,28	52.043.403,28	182.561.318,95	18.790.083,89	100,00	215.814.638,34

FONTE:

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal	MANOEL CUSTÓDIO Secretário da Fazenda	PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO Contadora CRC/SC 028729/O-6
---------------------------------------	--	---

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
	17.550.000,00	175.379,49		17.374.620,51
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)				
DESPESAS				
DESPESAS DE CAPITAL	57.387.476,03	627.486,84	0,00	41.000.676,69
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	57.387.476,03	627.486,84	0,00	41.000.676,69
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-39.837.476,03	-	-	-23.626.056,18

FONTE:

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

MANOEL CUSTÓDIO
Secretário da Fazenda

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora CRC/SC 028726/O-6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	15.917.521,43	15.917.521,43	15.825.441,46
DEDUÇÕES (II)	9.940.728,70	9.940.728,70	13.471.994,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.125.178,96	16.125.178,96	18.543.172,89
Demais Haveres Financeiros	1.153.517,43	1.153.517,43	1.146.473,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.337.967,69	7.337.967,69	6.217.652,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.976.792,73	5.976.792,73	2.353.446,99
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	7.307.136,80	7.307.136,80	7.101.080,75
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.330.344,07	-1.330.344,07	-4.747.633,76

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2016 (C - A)
VALOR	-3.417.289,69	-3.417.289,69

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	12.651.100,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Dez 2015 (B)	Em 29 Feb 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	66.683.291,90	66.683.291,90	69.700.304,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	527.284,89	527.284,89	787.823,77
Investimentos	66.156.007,01	66.156.007,01	68.912.480,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-66.683.291,90	-66.683.291,90	-69.700.304,72
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-66.683.291,90	-66.683.291,90	-69.700.304,72

FONTE:

Biguaçu, 31/03/2016

 RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal

 MANOEL CUSTÓDIO
 Secretário da Fazenda

 PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
 Contadora CRC/SC 028726/O-6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Poder/Órgão	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados
	En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015			En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2015			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	388.285,38	6.684.377,61	2.287.475,98	189,72	113.679,66	4.414.480,80	688.843,28	420.353,77	688,72
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	381.388,21	6.684.377,61	2.287.475,98	189,72	113.679,66	4.414.480,80	688.843,28	420.353,77	688,72
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	6.243.966,58	4.530.435,52	7,85	49.500,00	3.285.105,15	596.679,36	407.245,16	0,00
GABINETE DO PREFEITO	2.079,19	133,98	0,00	0,00	0,00	40.635,13	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LA	1.596,38	8.613,43	8.505,96	0,00	0,00	85,92	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	287.430,15	275.622,44	0,00	0,00	24.888,92	16.779,55	4.960,43	0,00
SECRETARIA DA PESCA E MARICULTURA	0,00	188.646,98	157.345,98	0,00	0,00	506.791,39	14.999,32	700,03	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	222.486,07	150.224,05	7,85	49.500,00	21.828,00	70.935,00	3.423,50	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	6.608,31	6.402,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA, RURAL E AQUIC	0,00	388.888,87	252.694,50	0,00	0,00	43.074,01	42.683,76	7.350,81	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇ	0,00	159.636,11	118.149,14	0,00	0,00	4.946,00	4.946,00	3.701,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	434.343,83	313.146,46	0,00	0,00	75.126,58	35.656,63	18.614,54	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORT	0,00	16.990,00	11.381,23	0,00	0,00	684,87	684,87	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12.727,29	1.049.397,91	571.189,41	0,00	0,00	147.895,99	15.357,58	12.170,98	0,00
SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	0,00	5.910,07	5.910,07	0,00	0,00	132.585,22	8.889,55	1.288,36	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	0,00	2.982.038,96	2.484.797,41	0,00	0,00	41.015,01	41.015,01	40.791,01	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	34.593,20	31.629,99	0,00	0,00	414,69	306,19	0,00	0,00
SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	14.587,69	316.333,16	10.092,96	0,00	0,00	818.704,42	314.412,90	314.245,90	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTR	350.387,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU	6.877,17	440.411,03	254.561,77	0,00	64.179,66	1.117.263,39	120.710,38	1.854,07	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.877,17	440.411,03	254.561,77	141,87	64.179,66	1.117.263,39	120.710,38	1.854,07	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE BIGU	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00	12.122,26	11.453,54	11.453,54	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU	40,00	0,00	0,00	40,00	0,00	12.122,26	11.453,54	11.453,54	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	265.304,70	255.136,21	0,00	-	0,00	-	-	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	255.304,70	255.136,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	259.947,84	255.136,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LA	0,00	4.428,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5.811,00	5.811,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	2.794,73	2.794,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA, RURAL E AQUIC	0,00	24.752,88	24.752,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇ	0,00	12.441,55	12.441,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORT	0,00	8.377,79	8.377,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	12.366,38	11.983,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL	0,00	3.851,57	3.851,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	0,00	159.360,87	159.360,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	0,00	327,14	327,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU	0,00	15.369,47	15.369,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	10.065,58	10.065,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	5.356,86	5.356,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	5.356,86	5.356,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Cancelados	Pagos	Liquidados	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)						
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	265.304,70	-	255.136,21	-	-	-	-	-	-	-	10.168,49						
EXECUTIVO	0,00	265.304,70	0,00	255.136,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.168,49						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU	0,00	5.356,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.356,86						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	5.356,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.356,86						
TOTAL (III) = (I + II):	388.285,38	6.946.682,31	189,72	5.040.133,50	2.297.644,47	688.843,28	420.353,77	668,72	4.107.147,97	6.404.792,44								

FONTE:

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

MANOEL CUSTÓDIO
Secretário da Fazenda

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora CRCSC 028726/O-6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	178.332.000,00	24.229.983,87	20.334.920,64
Receita Tributária	26.779.000,00	3.357.530,24	3.002.356,95
I.P.T.U.	4.113.000,00	478.902,33	119.763,75
I.S.S.	15.319.000,00	1.843.345,63	2.001.548,08
I.T.B.I.	2.405.000,00	263.340,94	275.172,39
I.R.R.F.	2.064.000,00	229.210,21	210.502,38
Outras Receitas Tributárias	2.878.000,00	542.731,13	395.370,35
Receita de Contribuição	13.738.000,00	1.754.610,17	1.762.615,04
Receitas Previdenciárias	8.012.000,00	1.110.255,53	1.085.533,29
Outras Contribuições	5.726.000,00	644.354,64	677.081,75
Receita Patrimonial Líquida	16.000,00	1.655,94	1.998,20
Receita Patrimonial	10.088.000,00	2.414.507,42	1.440.233,95
(-) Aplicações Financeiras	10.072.000,00	2.412.851,48	1.438.235,75
Transferências Correntes	133.236.000,00	18.065.789,92	14.897.118,99
F.P.M.	21.891.000,00	3.759.489,54	3.875.652,10
I.P.V.A	4.544.000,00	570.128,36	477.869,75
I.C.M.S.	34.680.000,00	5.135.554,66	5.160.884,63
Convênios	1.045.000,00	0,00	40.000,00
Outras Transferências Correntes	71.076.000,00	8.600.617,36	5.342.712,51
Demais Receitas Correntes	4.563.000,00	1.050.397,60	670.831,46
Dívida Ativa	1.431.000,00	342.392,59	155.699,46
Diversas Receitas Correntes	3.132.000,00	708.005,01	515.132,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	42.420.000,00	177.750,93	5.539.588,73
Operações de Crédito (III)	17.550.000,00	175.379,49	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	90.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	24.780.000,00	2.371,44	5.539.588,73
Convênios	23.780.000,00	2.371,44	504.620,33
Outras Transferências de Capital	1.000.000,00	0,00	5.034.968,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	24.780.000,00	2.371,44	5.539.588,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	203.112.000,00	24.232.355,31	25.874.509,37

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	161.508.246,20	35.656.603,94	27.690.659,91	18.162.597,05	13.178.191,25
Pessoal e Encargos Sociais	67.948.000,00	10.044.662,96	9.065.698,87	10.034.686,96	8.552.019,52
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.026.000,00	234.200,00	161.655,78	7.817,83	54.412,22
Outras Despesas Correntes	92.534.246,20	25.377.740,98	18.463.305,26	8.120.092,26	4.571.759,51
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	160.482.246,20	35.422.403,94	27.529.004,13	18.154.779,22	13.123.779,03
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	57.387.476,03	16.386.799,34	8.708.779,68	627.486,84	2.194.978,79
Investimentos	55.311.476,03	14.606.797,66	5.028.110,40	360.027,38	1.098.505,24
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.076.000,00	1.780.001,68	3.680.669,28	267.459,46	1.096.473,55
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	55.311.476,03	14.606.797,66	5.028.110,40	360.027,38	1.098.505,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.709.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	231.502.722,23	50.029.201,60	32.557.114,53	18.514.806,60	14.222.284,27

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-28.390.722,23	-25.796.846,29	-6.682.605,16	5.717.548,71	11.652.225,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-22.646.000,00

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

MANOEL CUSTÓDIO
Secretário da Fazenda

PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Contadora CRC/SC 028726/O-6

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	13.073.629,55	12.017.551,50	12.147.183,17	11.437.294,69	11.449.122,34	11.007.437,15	10.257.594,19	12.355.235,28	13.781.310,11	14.064.325,95	14.411.250,99	13.688.050,94	148.701.009,86
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.898.240,05	1.860.700,11	1.727.843,45	1.537.259,92	1.873.076,60	1.445.922,64	1.516.865,12	1.871.701,07	1.861.737,81	1.323.235,93	1.411.250,99	1.364.546,56	21.580.243,94
IPTU	2.115.402,99	518.138,50	177.843,83	90.525,02	80.641,14	83.654,85	77.348,27	61.070,84	68.882,78	97.158,53	93.893,98	385.043,35	3.850.549,08
IRRF	126.511,41	133.891,79	328.153,12	183.176,22	136.585,16	135.399,97	160.551,40	193.305,45	177.503,01	266.139,64	111.646,28	117.561,93	1.987.427,38
ISS	762.435,13	764.002,24	838.795,50	710.088,28	1.204.826,99	878.008,59	932.601,61	940.495,37	1.184.572,64	667.185,21	1.085.579,64	757.765,99	10.406.311,19
Outras Receitas Tributárias	334.526,42	211.176,16	220.433,63	344.732,09	202.091,66	179.023,12	136.407,61	165.204,21	262.912,76	201.919,85	132.317,04	131.023,90	2.521.781,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	559.373,10	233.491,42	161.654,37	198.336,31	248.871,65	169.823,11	209.686,23	165.625,20	168.886,62	156.893,70	287.479,64	256.251,49	2.814.174,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	566.791,18	488.476,01	593.017,29	581.690,35	669.374,92	423.671,01	550.453,32	563.213,68	364.603,59	1.238.491,35	428.646,80	588.400,40	7.084.759,90
RECEITA PATRIMONIAL	545.911,42	828.729,00	919.353,88	606.940,93	649.523,32	-153.883,23	321.993,90	1.180.022,35	845.179,72	1.011.268,24	1.291.996,05	1.122.509,37	9.189.546,95
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	79.202,28	38.944,58	63.354,15	44.027,97	67.465,89	44.059,69	55.702,99	38.793,18	48.127,34	39.867,04	57.183,31	65.076,89	643.305,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.731.064,95	8.558.795,15	8.635.170,62	8.298.199,46	7.969.590,02	9.088.217,89	7.630.763,99	9.189.646,11	10.468.800,46	10.125.571,67	10.360.656,53	10.047.749,62	108.077.719,37
Cota-Parte do FPM	1.782.442,06	1.923.727,30	2.355.553,55	2.058.353,55	1.800.049,72	1.503.049,72	1.466.160,57	1.691.467,59	1.909.940,66	2.165.861,49	2.066.884,35	2.612.477,49	23.419.854,93
Cota-Parte do ICMS	3.095.481,11	3.263.991,07	3.088.567,18	2.959.629,46	2.988.020,65	2.870.317,30	2.965.896,42	3.097.694,01	3.116.295,62	3.042.198,28	3.537.230,74	2.882.212,39	36.678.704,23
Cota-Parte do IPVA	475.315,02	489.336,88	505.066,91	509.244,65	558.120,13	554.382,92	484.521,46	389.599,17	298.780,87	185.659,61	315.086,54	387.665,73	5.170.968,89
Cota-Parte do ITR	21.520,82	699,54	408,80	733,74	1.022,81	625,143	4.394,13	37.757,28	625,01	1.532,03	881,71	1.457,37	77.294,67
Outras Transferências Correntes	1.209.281,53	1.526.755,91	1.342.910,03	1.502.126,61	1.408.531,60	2.875.755,28	1.467.205,41	2.703.997,14	3.896.528,38	3.409.924,22	2.932.478,30	2.802.956,44	27.078.391,86
Transferências de LC 61/1999	41.311,22	43.295,44	48.909,38	46.490,98	42.827,60	46.570,57	45.441,12	52.707,99	48.021,65	47.418,46	27.907,75	21.593,26	511.328,42
Transferências de LC 87/1996	0,00	51.679,51	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.919,88	12.303,63	12.303,63	179.845,81
Transferências do FUNDEC	1.164.713,19	1.263.306,50	1.271.910,38	1.208.500,59	1.145.047,63	1.189.326,32	1.134.274,00	1.203.485,05	1.183.698,38	1.229.736,70	1.447.863,51	1.317.094,31	14.780.372,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	252.429,67	241.935,30	217.453,88	359.076,06	220.191,59	189.446,15	181.774,87	191.859,69	191.819,19	319.791,72	561.882,72	227.667,96	3.165.374,00
DEDUÇÕES (II)	1.252.304,26	1.345.518,76	1.429.538,06	1.454.453,28	1.215.962,28	1.253.825,26	1.188.203,59	1.247.123,52	1.267.085,21	1.533.627,81	1.598.302,88	1.402.342,57	16.198.377,48
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	7.524,48	42.748,67	147.863,18	0,00	10.831,42	5.415,71	5.415,71	5.415,71	72.554,20	211.312,24	252.712,07	534.236,39
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	180.870,68	183.407,75	182.163,31	188.599,05	188.539,05	188.806,77	187.228,93	185.274,81	186.376,39	363.870,48	185.349,95	187.342,61	2.406.429,66
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	1.071.433,58	1.154.595,53	1.204.726,08	1.117.590,17	1.027.413,23	1.054.388,07	1.005.559,95	1.056.433,00	1.076.883,11	1.087.203,13	1.201.640,69	1.188.787,89	13.257.654,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.821.325,29	10.671.932,74	10.717.645,11	9.982.841,41	10.233.170,06	9.753.611,89	9.069.390,60	11.108.114,76	12.514.224,90	12.530.698,14	12.812.948,11	12.285.708,37	133.502.632,38
FONTE:													
Biquiaçu, 31/03/2016													

PRISCILA R. MUNDO PINHEIRO
Controladora GRC/SC 028/267-06

MANOEL CUSTÓDIO
Secretário de Fazenda

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO

Município de Biguaçu - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Biguaçu - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

MANOEL CUSTÓDIO
Secretário da Fazenda

PRISCILA RAIMUNDO PINHE
Contadora CRC/SC 028726/C

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de Biguaçu - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	230.824.000,00	
Previsão Atualizada		—	230.824.000,00	
Receitas Realizadas		26.820.586,28	26.820.586,28	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.496.788,64	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	224.224.000,00	
Créditos Adicionais		—	10.380.722,23	
Dotação Atualizada		—	234.604.722,23	
Despesas Empenhadas		52.043.403,28	52.043.403,28	
Despesas Liquidadas		18.790.083,89	18.790.083,89	
Superavit Orçamentário		—	8.030.502,39	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		52.043.403,28	52.043.403,28	
Despesas Liquidadas		18.790.083,89	18.790.083,89	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			133.502.632,38	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	3.661.978,28	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	3.661.978,28	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		12.651.100,00	-3.417.289,69	-27,01
Resultado Primário		-22.646.000,00	5.717.548,71	-25,25
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.528.170,46	668,72	420.353,77	4.107.147,97
EXECUTIVO	4.528.170,46	668,72	420.353,77	4.107.147,97
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	7.337.967,69	189,72	5.040.133,50	2.297.644,47
EXECUTIVO	7.337.967,69	189,72	5.040.133,50	2.297.644,47
TOTAL:	11.866.138,15	858,44	5.460.487,27	6.404.792,44
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.519.876,53	25%	10,03
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.893.415,77	60%	68,48
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		175.379,49	17.374.620,51	
Despesa de Capital Líquida		627.486,84	56.759.989,19	

Continua 1/2

Município de Biguaçu - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	90.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	90.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					4.307.659,08	15,00
Liquidadas					0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	547.776,43
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Biguaçu, 31/03/2016

RAMON WOLLINGER	MANOEL CUSTÓDIO	PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC 028726/O-6

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.270/2016

LEI 8.270, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI N. 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 4.806.050,00 (quatro milhões, oitocentos e seis mil e cinquenta reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Projeto 02.01.04.122.0002.1172 – Proj. Esp. p/ Exec. Ações Gov.

Modalidade 4.4.90 (710) Aplicações Diretas R\$ 1.050,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Atividade 02.01.04.122.0002.2003 – Manut. Ativ. Junta Militar

Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2322 – Man. Conc. Benefícios ao Serv. Público

Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.1170 – Prog. Modernização Administrativa

Modalidade 4.4.90 (80) Aplicações Diretas R\$ 1.020.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0603 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor

Atividade 06.03.04.122.0002.2319 – Man. Ativ. Atendimento ao Empreendedor

Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administrativas da Secom

Modalidade 3.3.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.3.90 (143) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (145) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica

Modalidade 4.4.90 (448) aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (449) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Projeto 14.02.15.452.0005.1027 – Imp/Ref/Urb. Ruas/Praças/Jard/Cemit.

Modalidade 4.4.90 (542) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (711) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0134.000000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.452.0005.1069 – Execução Terrapl/Dren/Pav. De Ruas

Modalidade 4.4.90 (560) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativas da Ividi

Modalidade 3.3.90 (714) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0202 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0002.2006 – Manut. Ativ. Controle Interno

Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Projeto 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Projeto 07.01.04.122.0002.1175 – Prog. Mod. Administrativa – PNAFM III

Modalidade 4.4.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 920.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Man. Ativ. Div. das Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1005 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu

Projeto 10.05.15.127.0012.1117 – Imp/Inst. Sist. Prev. Ações Enf. Min. Desastres Naturais

Modalidade 4.4.90 (268) Aplicações Diretas R\$ 2.800.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1202 – Diretoria de Habitação
Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. Obras/Serv. do Prog. Hab.
Modalidade 3.3.90 (427) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Modalidade 4.4.90 (429) Aplicações Diretas R\$ 299.050,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros
Modalidade 3.3.90 (549) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 2.009.000,00 (dois milhões e nove mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – CEO Cent. Especialidades Odontológicas
Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 185.000,00
Fonte de Recursos 0267.00065

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB
3302 – Diretoria Administrativo – Financeira
Projeto 33.02.26.122.0005.1059 – Revitalização de Term. Urb. e Rod.
Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transporte
Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transporte
Modalidade 3.1.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 1.683.000,00
Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
0802 – Diretoria de Publicidade
Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Man. Ativ. Div. Ações do Governo
Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 1.683.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1202 – Diretoria de Habitação
Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. Obras/Serv. Prog. Habitacional
Modalidade 3.3.90 (427) Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados
Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 185.000,00
Fonte de Recursos 0267.00065

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU

– SETERB
3304 – Diretoria de Transporte
Projeto 33.04.26.781.0002.1066 – Revitalização do Aeroporto Quer-Quero
Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação
Código: 02.01.04.122
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 1172 – Projetos Especiais p/ Exec. Ações Governamentais
Produto: Projetos
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.050,00
Valor Vinculado (2016): R\$ 500.000,00

Ação: 2003 – Manut. Ativ. Junta Militar
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 2.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal
Código: 05.03.04.128.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2322 – Manut. Concessão de Benefícios ao Servidor Público
Produto: Pagamento Benefícios
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 06.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 1170 – Programa de Modernização Administrativa
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.020.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor
Código: 06.03.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao Empreendedor
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 08.01.04.131.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2029 – Manut. Ativ. Administrativas da Secom
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 15.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Jornalismo
Código: 08.03.04.131.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2270 – Manut. Ativ. Jornalismo
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): 60.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 04 – Diretoria Proteção Básica
Código: 12.04.08.244.

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
Ação: 2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor próprio (2016): R\$ 40.000,00
Valor Vinculado (2016): R\$ 300.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 02 – Diretoria de Serviços Urbanos
Código: 14.02.15.452

Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 1027 – Impl/Reforma/Urbanização de Praças, Jardins, Cemitérios
Produto: Obra Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 18.000,00
Valor Vinculado (2016): R\$ 2.000.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Código: 14.03.15.452.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 1069 – Execução terrapl/dren/Pav. Ruas
Produto: obra Executada
Unidade: metros
Valor Próprio (2016): R\$ 500.000,00

Órgão: 17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

Unidade: 01 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Código: 17.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativo do Governo
Ação: 2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 150.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Código: 31.01.10.302.
Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2182 – CEO – Centro de Especialidades Odontológicas
Produto: Procedimentos Executado
Unidade: Procedimentos
Valor Vinculado (2016): R\$ 185.000,00

Órgão: 33 – SERV. AUT. MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa Financeira
Código: 33.02.26.122.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 1059 – Revitalização de Terminais Urbanos e Rodoviários
Produto: Terminal Urbano/Rodoviário Revitalizado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Unidade: 04 – Diretoria de Transporte

Código: 33.04.26.453.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2216 – Manut. Ativ. Transporte
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.823.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 – Diretoria de controle Interno
Código: 02.02.04.124.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2006 – Manut. Ativ. Controle Interno
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 2.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Código: 04.02.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 1002 - Desapropriações
Produto: Terrenos
Unidade: m2
Valor Vinculado (2016): R\$ 150.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 07.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 1175 – programa de Modernização Administrativa – PNAFM III

Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 920.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Publicidade
Código: 08.02.04.131.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2031 – Manut. Ativ. Divulgação das Ações do Governo
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 1.758.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade: 05 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu
Código: 10.05.15.127.
Programa: 0012 – Prevenção e Preparação Para Emergências e Desastres
Ação: 1117 – Impl/Inst/Sist/ Prevenções Enfret. Minimiz. Desastres Nat.
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 2.800.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Habitação
Código: 12.02.16.482.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 1129 – Execução de Obras/Serviços do Programa Habitacional
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 499.050,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 03 – Diretoria de Manutenção de Bairros
Código: 14.03.15.451.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2016): R\$ 500.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde
Código: 31.01.10.302.
Programa: 0009 – Vida Saudável
Ação: 2234 – Mac - Outros Procedimentos Vinculados
Produto: Ação Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2016): R\$ 185.000,00

Órgão: 33 – SERV. AUT. MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB
Unidade: 04 – Diretoria de Transporte
Código: 33.04.26.781.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 1066 – Revitalização do Aeroporto Quero-Quero
Produto: Aeroporto Revitalizado
Unidade: Proj.Executado
Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.941/2016

DECRETO N. 10.941, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

FIXA OS PREÇOS PÚBLICOS PELA EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PREVISTOS NO ART. 77 DA LEI COMPLEMENTAR N. 1.033, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "i", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no caput do art. 77 da Lei Complementar n. 1.033, de 18 de dezembro de 2015, que estabelece que o permissionário do serviço de utilidade pública de transporte individual de passageiros por táxi no Município pagará ao Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB preços públicos referentes aos documentos ou serviços previstos na referida lei, e

CONSIDERANDO os termos do Ofício/Presidência/SETERB n. 346, de 11 de abril de 2016, firmado pelo Diretor Presidente do SETERB,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados, pela expedição de documentos ou execução dos serviços previstos no art. 77 da Lei Complementar n. 1.033, de

18 de dezembro de 2015, os seguintes preços públicos:

I – expedição do Termo de Permissão: 50 (cinquenta) vezes o valor da bandeirada inicial;

II – expedição do Alvará de Tráfego: 50 (cinquenta) vezes o valor da bandeirada inicial;

III – expedição de Licença Especial de Estacionamento: 50 (cinquenta) vezes o valor da bandeirada inicial;

IV – inscrição no Cadastro Municipal de Condutores: 8 (oito) vezes o valor da bandeirada inicial;

V – renovação do Cadastro Municipal de Condutores: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

VI – expedição da Carteira de Condutor de Táxi: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

VII – autorização de Baixa de Veículos: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

VIII – autorização de Emplacamento de Veículo: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

IX – autorização para Instalação de Taxímetro: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

X – vistoria: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

XI – remanejamento do Permissionário para outro ponto: 30 (trinta) vezes o valor da bandeirada inicial;

XII – requerimentos em geral: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial;

XIII - segunda via de documento: 5 (cinco) vezes o valor da bandeirada inicial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.589/2016

PORTARIA Nº 19.589, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIAN ROPKE PEREIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 432/2016, de 01/04/2016, resolve:

CONCEDER, a contar de 28 de março de 2016, gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, na função de Enfermeiro da ESF, ao servidor público municipal FABIAN ROPKE PEREIRA, matrícula nº 71017-6, contratado por prazo determinado sob a égide da Lei 7.564/10, para a função de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 19.596/2016

PORTARIA Nº 19.596, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DISPENSA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo a solicitação contida no Memorando nº 133/2016 – Gabinete SEMED, de 31/03/2016, resolve:

DISPENSAR, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotadas na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, das seguintes funções gratificadas de confiança:

ROZIMEIRE MARIA MACEDO, Coordenadora Pedagógica, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Apoio Pedagógico da Educação Infantil, FGC-90%, designada pela Portaria nº 17.465, de 13/01/2014, a contar de 1º de abril de 2016;

CRISTINA DA SILVA MARCELINO, Professora, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular, FGC-70%, designada pela Portaria nº 17.465, de 13/01/2014, a contar de 1º de abril de 2016;

JOSIANE TANCON, Professor, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, FGC-50%, designada pela Portaria nº 17.635, de 18/03/2014, a contar de 1º de abril de 2016;

PATRICIA FENERICH, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atendimento, FGC-40%, designada pela Portaria nº 16.873, de 12/04/2013, a contar de 01 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.597/2016

PORTARIA Nº 19.597, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo à solicitação contida no Memorando nº 133/2016 – Gabinete SEMED, de 31/03/2016, resolve:

DESIGNAR, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, na Secretaria Municipal de

Educação, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013:

CRISTINA DA SILVA MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe de Apoio Pedagógico da Educação Infantil, símbolo FGC-90%, a contar de 01 de abril de 2016;

JOSIANE TANCON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular, símbolo FGC-70%, a contar de 01 de abril de 2016;

PATRICIA FENERICH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil, símbolo FGC-50%, a contar de 01 de abril de 2016;

ROSEMARI FACCHINI KESTRING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Atendimento, símbolo FGC-40%, a contar de 01 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.598/2016

PORTARIA Nº 19.598, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretor da Criança e do Adolescente, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 18.930, de 10 de julho de 2015, no dia 11 de abril de 2015;

WALNER SEBASTIÃO BERNARDES FILHO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Gestão Social, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 17.177, de 29 de julho de 2013, no dia 12 de abril de 2015;

THIAGO VEDY DE SIQUEIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeado pela Portaria nº 19.253, de 18 de novembro de 2015, no dia 12 de abril de 2015;

CLEBER LUCIANO SANTANA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Abrigo para Crianças e Adolescentes, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES,

nomeado pela Portaria nº 18.941, de 17 de julho de 2015, no dia 12 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.599/2016

PORTARIA Nº 19.599, DE 11 DE ABRIL DE 2016.
NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

CRISTIANO CARLOS BAIFUS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor da Criança e do Adolescente, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 12 de abril de 2016;

THIAGO VEDY DE SIQUEIRA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Gestão Social, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 13 de abril de 2016;

DENILSON CARLOS CREUZ, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 13 de abril de 2016;

JOANES DE SOUZA BARBOSA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Abrigo para Crianças e Adolescentes, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 13 de abril de 2016;

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.600/2016

PORTARIA Nº 19.600, DE 11 DE ABRIL DE 2016.
DISPENSA CARLOS CESAR PORTO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEDEC nº 016/2016, de 07/04/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 01 de abril de 2016, o servidor público municipal CARLOS CESAR PORTO, matrícula n. 67482, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Assessor da Gerência

de Desenvolvimento Rural, símbolo FGC 20%, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, concedida pela Portaria nº 16.879, de 12/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.601/2016

PORTARIA Nº 19.601, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DESIGNA ALESSANDRA HAFENSTEIN CAMPOS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Memo SECOM nº 027/2016, de 12/04/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de abril de 2016, a servidora pública municipal ALESSANDRA HAFENSTEIN CAMPOS, matrícula n. 19011-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Endomarketing, símbolo FGC-80%, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.602/2016

PORTARIA Nº 19.602, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALEX SANDRO DA SILVA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com a Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 438/2016, de 05/04/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 29 de março de 2016, a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, na função de Coordenador Administrativo de Ambulatório Geral, do servidor público municipal ALEX SANDRO DA SILVA, matrícula nº23045-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.603/2016

PORTARIA Nº 19.603, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – COMPED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 942, de 03 de novembro de 2014, e de conformidade com o Memorando GAB nº 058/2016, de 11/04/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 942, de 03 de novembro de 2014, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMPED, juntamente com os demais membros:

MIGUEL ARCANJO LORENÇO DOS SANTOS e ADAIR WILHELM KNAESEL, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação de Cegos do Vale do Itajaí - ACEVALI, em substituição a GIOVANE CAVILHA e AMARILDO VANZUITA, nomeados pela Portaria nº 18.499, de 02 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.604/2016

PORTARIA Nº 19.604, DE 12 DE ABRIL DE 2016.
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROBSON DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER, gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público municipal:

ROBSON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, GC de 10% (dez por cento), a contar de 21 de março de 2016, conforme Memorando SEDEAD nº 445/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de abril de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 30.01.001/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 30.01.001/2015

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE SOCIEDADE CASA DA ESPERANÇA
-------------	--

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Bom Gosto", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o Decreto Municipal nº 10.234/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONVÊNIO tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17

de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e Decreto Municipal nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 002/2013 e na Resolução do CMDCA nº 072/2014.

VALOR: R\$ 27.160,00 (vinte e sete mil e cento e sessenta reais)

VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência avençada na Cláusula Décima Terceira do Convênio nº 30.01.001/2015, a contar de 1º de maio de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, admitido a prestação de contas final do Convênio, até o dia 31 de março de 2017.

DATA: 31 de março de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 30.01.002/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 30.01.002/2015

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE SOCIEDADE CASA DA ESPERANÇA
-------------	--

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Aprender Brincando", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o Decreto Municipal nº 10.234/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONVÊNIO tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e Decreto Municipal nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 002/2013 e na Resolução do CMDCA nº 072/2014.

VALOR: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência avençada na Cláusula Décima Terceira do Convênio nº 30.01.002/2015, a contar de 1º de maio de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 31 de março de 2017.

DATA: 31 de março de 2016.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 30.01.003/2015

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 30.01.003/2015

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A ENTIDADE SOCIEDADE CASA DA ESPERANÇA
-------------	--

OBJETO: Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiro, conforme cronograma físico financeiro, para a execução do Projeto "Primeiros Passos", sob a Ação: Manutenção de Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o Decreto Municipal nº 10.234/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente CONVÊNIO tem fundamento legal nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e alterações, 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações, na Resolução 16, de 21 de dezembro de 1994 e Decreto Municipal nº 10.234, de 20 de dezembro de 2013, na Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, no Edital para Banco de Projetos do CMDCA 002/2013 e na Resolução do CMDCA nº 072/2014.

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência avençada na Cláusula Décima Terceira do Convênio nº 30.01.003/2015, a contar de 1º de maio de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 31 de março de 2017.

DATA: 31 de março de 2016.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 03/2016

APROVA A PROPOSTA DE METAS FÍSICAS PRIORIZADAS PARA 2017 PARA COMPOR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, RELATIVA AO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;
- a Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução CMAS nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único De Assistência Social - NOB/SUAS e estabelece no art. 85, a incumbência dos Conselhos de Assistência Social, em exercer o controle e a fiscalização dos Fundos de Assistência Social;
- a necessária transparência dos procedimentos relativos às movimentações financeiras dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;
- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento de Assistência Social à proposta de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2016, relativa ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS em reunião realizada no dia 23 de março de 2016, conforme consta no Relatório Comissão nº. 03/2016;
- a aprovação do CMAS à proposta de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2017 relativas ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, em Plenária datada de 13 de abril de 2016, conforme consta na Ata nº. 03/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a proposta de metas e prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativa ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, para o exercício de 2017, prevendo o valor total de R\$ 13.765.000,00 (treze milhões setecentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 04/2016

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, DOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;
- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social.

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS, que analisou as Movimentações Financeiras de Janeiro e Fevereiro de 2016, em reunião realizada no dia 23 de março de 2016, conforme consta no Relatório nº. 03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, dos meses de Janeiro e Fevereiro de 2016 com os seguintes valores:

I – Janeiro: Receita de R\$ 806.415,53 (oitocentos e seis mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e três centavos) e Despesas de R\$ 336.402,87 (trezentos e trinta e seis mil quatrocentos e dois reais e oitenta e sete centavos);

II – Fevereiro: Receita de R\$ 319.939,67 (trezentos e dezenove mil novecentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos) e Despesas de R\$ 748.622,35 (setecentos e quarenta e oito mil seiscentos e vinte e dois reais e trinta e cinco centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.
Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 05/2016
RESOLUÇÃO CMAS Nº. 05/2016

APROVA A DESTINAÇÃO DOS SALDOS REPROGRAMADOS REFERENTE AO EXERCÍCIO 2015, ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS), alterada pela Lei nº. 12.435, de 06 de julho de 2011, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social;

- as Portarias MDS nº. 440, de 25 de agosto de 2005 e nº 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamentam os Pisos da Proteção Social Básica e Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam;

- a Portaria MDS nº. 459, de 09 de setembro de 2005 e alterações, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal das ações continuadas da assistência social e sua prestação de contas, por meio do SUAS Web, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

- a Resolução CIT nº. 01, de 7 de fevereiro de 2013 e Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário, e dá outras providências;

- o documento denominado “Orientações referentes à aplicação e reprogramação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social”, elaborado pelo MDS/SNAS e Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social;

- o parecer favorável da Comissão Permanente de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, à aprovação da destinação dos saldos reprogramados do FMAS, referente ao exercício 2015 oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, conforme Relatório nº. 03 da reunião do dia 23 de março de 2016;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ao parecer da Comissão acima mencionado, em Plenária datada de 13 de abril de 2016, conforme consta na Ata nº. 03/16,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a destinação dos saldos reprogramados do exercício 2015, no valor total de R\$ 979.804,34 (novecentos e setenta e nove mil oitocentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), sendo:

I – O valor de R\$ 24.570,84 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) a ser executado no Piso Básico Fixo;

II – O valor de R\$ 131.214,13 (cento e trinta e um mil duzentos e quatorze reais e treze centavos) a ser executado no Piso Básico Variável;

III – O valor de R\$ 177.570,73 (cento e setenta e sete mil quinhentos

e setenta reais e setenta e três centavos) a ser executado no Piso Fixo de Média Complexidade;

IV – O valor de R\$ 34.092,07 (trinta e quatro mil noventa e dois reais e sete centavos) a ser executado no Piso de Transição de Média Complexidade;

V – O valor de R\$ 588.594,17 (quinhentos e oitenta e oito mil quinhentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos) a ser executado no ACESSUAS Trabalho;

VI – O valor de R\$ 56.443,03 (cinquenta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos) a ser executado nas Ações Estratégicas do PETI;

VII – O valor de R\$ 64.584,91 (sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos) a ser executado no IGD Bolsa Família;

VIII – O valor de R\$ 6.987,63 (seis mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos) a ser executado no IGD Suas;

IX – O valor de R\$ 3.863,63 (oito mil oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos) a ser executado no BPC Escola;

X – O valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a ser executado no Apoio à Rede CNEAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 06/2016
RESOLUÇÃO CMAS Nº. 06/2016

APROVA A INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR PURO AMOR, NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 033/2014, que dispõe sobre a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas alterações;

- a Resolução CNAS nº. 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social e, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, conforme Ata nº. 03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Inscrição da Entidade Associação de Educação Complementar Puro Amor, no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo Único: O referido comprovante de inscrição deverá ser fixado em local de fácil visualização, por parte dos usuários e da comunidade em geral.

Art. 2º Revoga-se a Resolução CMAS nº. 063/2014, de 12 de novembro de 2014, que aprova a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV executado pela Associação de Educação Complementar Puro Amor no Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau - CMAS

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR PURO AMOR

Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau, inscrição nº. 033/2016.

A Entidade Associação de Educação Complementar Puro Amor, CNPJ 83. 677.364/0001-12, com sede em Blumenau, é inscrita neste Conselho, sob o número 033/2016, desde 13/04/2016.

A Entidade executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Endereço: Minna Budag, 210 em Blumenau/SC.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado na Plenária em 13/04/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº 07/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 07/2016

APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DAS PROTEÇÕES BÁSICA, ESPECIAL DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE E DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003, e suas alterações, que estabelece os Princípios da Política de Assistência Social e institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;

- Decreto Municipal nº. 10.598, de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do CMAS;

- a Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a Política Nacional da Assistência Social/2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único De Assistência Social - NOB/SUAS 2012, que apresentam como diretrizes a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e comando único das ações em cada esfera de governo;

- o Decreto nº. 3.316 de 17 de junho de 2010 que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social - FEAS/FMAS e suas alterações;

- o Decreto nº. 1.968, de 17 de janeiro de 2014 que altera e revoga dispositivos do Decreto nº. 3.316, de 2010, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social (FEAS/FMAS), e estabelece outras providências.

- o Decreto nº 2.677 de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS aos Fundos Municipais de Assistência Social – FMAS;

- a Resolução CMAS nº. 21/2015 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 26/2015 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 23/2015 que dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Blumenau;

- a Resolução CMAS nº. 24/2015 que dispõe sobre a aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos benefícios eventuais;

- a análise e o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento do CMAS, em Reunião Ordinária de 06 de abril de 2016, à Prestação de Contas do repasse dos Recursos oriundos do FEAS para o FMAS, destinados aos Serviços das Proteções Básica, Especial de Média e Alta Complexidade e dos Benefícios Eventuais;

- a deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social em Plenária Ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, conforme Ata nº. 03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas do repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o Fundo Municipal de Assistência social - FMAS, destinados à execução dos Serviços das Proteções Básica, Especial de Média e Alta complexidade e dos benefícios eventuais, referentes ao exercício de 2015;

Art. 2º Dos recursos que foram destinados aos Serviços de Proteção Básica:

I – Para custeio: somados à reprogramação 2014 e à aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$100.949,34 (cem mil novecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$57.715,06 (cinquenta e sete mil setecentos e quinze reais e seis centavos), sendo reprogramado para 2016 o valor de R\$43.234,28 (quarenta e três mil duzentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).

II – Para investimento: somados à aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$110.350,02 (cento e dez mil trezentos e cinquenta reais e dois centavos), sendo o valor integral reprogramado para 2016.

Art. 3º Dos recursos que foram destinados aos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

I – Para custeio: somados à reprogramação 2014, à aplicação financeira e à contrapartida municipal, totalizaram o valor de R\$17.108,36 (dezessete mil cento e oito reais e trinta e seis centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$16.976,98 (dezesseis mil novecentos e setenta e seis reais e noventa e oito centavos), sendo recolhido ao Fundo Estadual de Assistência Social o valor de R\$131,38 (cento e trinta e um reais e trinta e oito centavos).

II – Para investimento: somados à reprogramação 2014 e à aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$9.557,19 (nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$9.378,29 (nove mil trezentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos), sendo recolhido ao Fundo Estadual de Assistência Social o valor de R\$178,90 (cento e setenta e oito reais e noventa centavos).

Art. 4º Dos recursos que foram destinados aos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

I – Para custeio: somados à reprogramação 2014 e à aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$40.413,42 (quarenta mil quatrocentos e treze reais e quarenta e dois centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$40.264,92 (quarenta mil duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos), sendo recolhido ao Fundo Estadual de Assistência Social o valor de R\$148,50 (cento e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

II – Para investimento: somados à reprogramação 2014, à aplicação financeira e à contrapartida municipal, totalizaram o valor de R\$9.472,29 (nove mil quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$9.397,40 (nove mil trezentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), sendo recolhido ao Fundo Estadual de Assistência Social o valor de R\$74,89 (setenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Art. 5º Dos recursos que foram destinados aos Benefícios Eventuais, somados à reprogramação 2014 e à aplicação financeira, totalizaram o valor de R\$902,57 (novecentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), do qual foi utilizado o valor de R\$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), sendo recolhido ao Fundo Estadual de Assistência Social o valor de R\$178,57 (cento e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMAS Nº 08/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 08/2016

ALTERA A PLANILHA DE FINANCIAMENTO III DAS RESOLUÇÕES CMAS Nº. 51 E 52/2015 QUE APROVAM A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL E NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O PERÍODO DE EXECUÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Extraordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMAS nº. 51/2015, de 25 de novembro de 2015, que aprova a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, para o período de execução de janeiro a dezembro de 2016 e dá outras providências;

- a Resolução CMAS nº. 52/2015, de 25 de novembro de 2015, que aprova a aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, para o período de execução de janeiro a dezembro de 2016 e dá outras providências;

- a análise e o parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento do CMAS, em Reunião Ordinária de 23 de março de 2016, ao financiamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado pela Fundação Pró Família;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Plenária datada de 13 de abril de 2016, conforme consta na Ata CMAS nº. 03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Planilha de Financiamento III das Resoluções CMAS nº. 51 e 52/2015 que aprovam a aplicação dos recursos do Fundo Municipal e Nacional de Assistência Social para o período de execução de janeiro a dezembro de 2016 e dá outras providências, conforme:

PLANILHA DE FINANCIAMENTO III – RESOLUÇÃO CMAS Nº. 51/2015

SERVIÇOS EXECUTADOS POR ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

RECURSOS MUNICIPAL E FEDERAL - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - FNAS E FMAS

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ENTIDADE	BLOCO	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
ABADA	4	R\$ 1.400,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
ABLUCAN	3	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
ACEVALI	4	R\$ 1.400,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
BOM SAMARITANO	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
CASA DA ESPERANÇA	6	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
CASA DE APOIO	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
CRUZ AZUL	4	R\$ 1.400,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
EURÍPEDES BARSANULFO	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
PURO AMOR	4	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
SUBTOTAL MUNICIPAL	34	R\$ 14.400,00	R\$ 56.600,00	R\$ 679.200,00
SÃO ROQUE - UNIDADE SÃO JOÃO - FEDERAL	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
LAR BETÂNIA - FEDERAL	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
PROFAMÍLIA - FEDERAL (março a dezembro)	3	R\$ 1.400,00	R\$ 4.200,00	R\$ 42.000,00
SUBTOTAL FEDERAL	13	R\$ 5.400,00	R\$ 24.200,00	R\$ 282.000,00
TOTAL SCFV	47	R\$ 19.800,00	R\$ 80.800,00	R\$ 961.200,00

OBS: 01 BLOCO SCFV = 20 METAS-VALORES PISOS = R\$ 100,00 ATENDIMENTO DIÁRIO - R\$ 70,00 OUTRAS

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO P/ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS

ENTIDADE	BLOCO	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
ABADA	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
ABLUCAN	3	R\$ 450,00	R\$ 1.350,00	R\$ 16.200,00
TOTAL SPSBD	6	R\$ 900,00	R\$ 2.700,00	R\$ 32.400,00

OBS: 01 BLOCO SPBD = 5 METAS - PISO: R\$ 90,00

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - FNAS E FMAS

SEPREDI - FEDERAL

ENTIDADE	BLOCO	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
ABADA - FEDERAL	2	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
TOTAL PSEMC	2	R\$ 1.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00

01 BLOCO SEPREDI = 05 METAS - PISO R\$ 200,00

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - FNAS E FMAS

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ENTIDADE	UNID.	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
ABAM - UNID. INSTITUCIONAL	2	R\$ 22.264,80	R\$ 44.529,60	R\$ 534.355,20
ABAM - CASA LAR 1 e 2	2	R\$ 6.500,00	R\$ 13.000,00	R\$ 156.000,00
SUBTOTAL MUNICIPAL	4	R\$ 28.764,80	R\$ 57.529,60	R\$ 690.355,20
ABAM - UNID. INSTITUCIONAL - FEDERAL	2	R\$ 6.670,00	R\$ 13.340,00	R\$ 160.080,00
SUBTOTAL FEDERAL	2	R\$ 6.670,00	R\$ 13.340,00	R\$ 160.080,00
TOTAL ACOLHIMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE	6	R\$ 35.434,80	R\$ 70.869,60	R\$ 850.435,20

OBS: 01 UNIDADE DO ACOLHIMENTO INST. P/ CÇAS E ADOL = 20 METAS - PISO R\$ 22.264,80 (RECURSO MUNICIPAL)/ 01 UNIDADE DO ACOLHIMENTO INST. P/ CÇAS E ADOL = 20 METAS -PISO R\$ 6.670,00 POR UNIDADE (RECURSO FEDERAL) //// 01 UNIDADE DE CASA LAR = 05 METAS – PISO POR UNIDADE = R\$6.500,00

PROGRAMAS FMAS

ENTIDADE	BLOCO	PISO	VALOR MÊS	VALOR ANO
CERENE - PROGR. DE REINS. SOCIAL COM MORADIA COLETIVA	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
CTV - PROGR. DE REINS. SOCIAL COM MORADIA COLETIVA	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
CIEE - AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO	6	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00	R\$ 50.400,00
APAE - PROGRAMA CENTRO DIA PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	1	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 384.000,00
SUBTOTAL MUNICIPAL	9	R\$ 36.700,00	R\$ 40.200,00	R\$ 482.400,00
ABADA - AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO - FEDERAL	8	R\$ 700,00	R\$ 5.600,00	R\$ 67.200,00
ABLUDEF - AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO - FEDERAL	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
SUBTOTAL FEDERAL	18	R\$ 1.400,00	R\$ 12.600,00	R\$ 151.200,00
TOTAL PROGRAMAS MUNICIPAIS	27	R\$ 38.100,00	R\$ 52.800,00	R\$ 633.600,00

OBS: 01 BLOCO DO PROGR. DE REINS. SOCIAL COM MORADIA COLETIVA FMAS = 05 METAS - PISO R\$ 400,00 \\\\ 01 BLOCO CENTRO DIA = 60 METAS – PISO R\$ 533,33 /// DEMAIS PROGRAMAS 10 METAS-PISO R\$ 70,00

VALORES FINANCIAMENTO COM RECURSOS MUNICIPAIS				R\$ 1.884.355,20
VALORES FINANCIAMENTO COM RECURSOS FEDERAIS				R\$ 617.280,00
TOTAL GERAL FINANCIAMENTO - ONG				R\$ 2.501.635,20

Art. 2º Revoga-se a Resolução CMAS nº. 53/2015 que altera a planilha de Financiamento III das Resoluções CMAS nº. 51 e 52/2015 que

aprovam a aplicação de recursos do Fundo Municipal e Nacional de Assistência Social para o período de execução de janeiro a dezembro de 2016 e dá outras providências.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 13 de abril de 2016.

Maria Augusta Caldeira Koch Buttendorf

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2208/2016 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2208/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2202/2016

Objeto: Registro de preço para possível aquisição materiais hidráulicos para manutenção da Rede de Água do Município, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE

Empresa(s):

AGF FIGUEIREDO VÁLVULAS - EPP CNPJ: 04.752.205/0001-84

Item 28: Valor unitário R\$ 1.045,00 (hum mil e quarenta e cinco reais) e valor total R\$ 8.360,00 (oito mil, trezentos e sessenta reais).

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA CNPJ: 67.731.091/0001-06

Item 01: Valor unitário R\$ 60,83 (sessenta reais e oitenta e três centavos) e valor total R\$ 176.346,17 (cento e setenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos)

Item 02: Valor unitário R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos) e valor total R\$ 7.189,65 (sete mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)

FIBERTIM INDUSTRIA DE FIBRAS DE VIDO LTDA ME CNPJ: 11.174.686/0001-53

Item 30: Valor unitário R\$ 71,00 (setenta e um reais) e valor total R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais)

HD S COMERCIAL HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA CNPJ: 05.582.844/0001-01

Item 19: Valor unitário R\$ 19,00 (dezenove reais) e valor total R\$ 38,00 (trinta e oito reais)

NOVOS TEMPOS COMERCIO E SERVIÇO LTDA CNPJ: 05.679.647/0001-05

Item 05: Valor unitário R\$ 190,00 (cento e noventa reais) e valor total R\$ 2.660,00 (dois mil, seiscentos e sessenta reais)

Item 06: Valor unitário R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) e valor total R\$ 1.890,00 (hum mil, oitocentos e noventa reais)

Item 15: Valor unitário R\$ 109,00 (cento e nove reais) e valor total R\$ 109,00 (cento e nove reais)

Item 27: Valor unitário R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) e valor total R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)

STARTUBO COMÉRCIO EIRELI - EPP CNPJ: 17.191.995/0001-18

Item 07: Valor unitário R\$ 243,00 (duzentos e quarenta e três reais) e valor total R\$ 1.701,00 (hum mil, setecentos e um reais)

Item 08: Valor unitário R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) e valor total R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Item 09: Valor unitário R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e valor total R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais)

Item 10: Valor unitário R\$ 87,00 (oitenta e sete reais) e valor total R\$ 1.044,00 (hum mil e quarenta e quatro reais)

Item 11: Valor unitário R\$ 284,00 (duzentos e oitenta e quatro reais) e valor total R\$ 6.532,00 (seis mil, quinhentos e trinta e dois reais)

Item 13: Valor unitário R\$ 211,00 (duzentos e onze reais) e valor total R\$ 211,00 (duzentos e onze reais)

Item 14: Valor unitário R\$ 104,00 (cento e quatro reais) e valor total R\$ 2.912,00 (dois mil, novecentos e doze reais)

Item 18: Valor unitário R\$ 48,00 (quarenta e oito reais) e valor total R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Item 20: Valor unitário R\$ 457,00 (quatrocentos e cinquenta e sete reais) e valor total R\$ 19.194,00 (dezenove mil, cento e noventa e quatro reais)

Item 21: Valor unitário R\$ 134,00 (cento e trinta e quatro reais) e valor total R\$ 268,00 (duzentos e sessenta e oito reais)

Item 23: Valor unitário R\$ 104,00 (cento e quatro reais) e valor total R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais)

Item 24: Valor unitário R\$ 192,00 (cento e noventa e dois reais) e valor total R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais)

Item 26: Valor unitário R\$ 111,00 (cento e onze reais) e valor total R\$ 444,00 (quatrocentos e quarenta e quatro reais)

SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ: 80.706.492/0001-74

Item 04: Valor unitário R\$ 62,22 (sessenta e dois reais e vinte e dois centavos) e valor total R\$ 435,54 (quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)

Item 17: Valor unitário R\$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais) e valor total R\$ 228,00 (duzentos e vinte e oito reais)

Item 25: Valor unitário R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais) e valor total R\$ 1.284,00 (hum mil, duzentos e oitenta e quatro reais)

Item 29: Valor unitário R\$ 12,33 (doze reais e trinta e três centavos) e valor total R\$ 147,96 (cento e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos)

Item 31: Valor unitário R\$ 39,00 (trinta e nove reais) e valor total R\$ 3.900,00 (três mil, novecentos reais)

Item 32: Valor unitário R\$ 1.147,00 (hum mil, cento e quarenta e sete reais) e valor total R\$ 1.147,00 (hum mil, cento e quarenta e sete reais)

SAINT GOBAIN CANALIZAÇÕES LTDA CNPJ: 28.672.087/0075-07

Item 12: Valor unitário R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais) e valor total R\$ 1.460,00 (hum mil, quatrocentos e sessenta reais)

Item 16: Valor unitário R\$ 126,86 (cento e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) e valor total R\$ 380,58 (trezentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos)

Item 22: Valor unitário R\$ 111,68 (cento e onze reais e sessenta e oito centavos) e valor total R\$ 1.675,20 (hum mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos)

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 29 de Março de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4864/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 4864/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DA PRIMEIRA E SEGUNDA E TERCEIRA PARCELA DO ISS, BEM COMO O PAGAMENTO DA COTA ÚNICA DO ISS FIXO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VI, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal nº. 820/11, de 22 de Dezembro de 2011.

CONSIDERANDO a manutenção do sistema de Administração de Receitas.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo para pagamento da primeira, segunda e terceira parcela do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) Fixo, bem como o pagamento da Cota Única do ISSQN Fixo, para o dia 30 de abril de 2016 – da mesma forma fica prorrogado o prazo para pagamento da primeira e segunda parcela do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), Homologado ou por Estimativa, para o dia 15 de abril de 2016.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste (SC),
aos 14 de abril de 2016

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4865/16 DE 14 DE ABRIL DE 2016. DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 4865/16 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus Do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso VII, do Art.41, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 868/13, de 03 de Abril de 2013.

Considerando a alteração proposta no memorial descritivo do projeto de desdobro de lotes:

DECRETA

Art.1º. Fica pelo presente Decreto aprovado o DESDOBRAMENTO DOS LOTES URBANOS Nºs. 300 e 301, DA QUADRA Nº. 23-A, com as áreas respectivas de 1.094,00m² e 1.091,00m², perfazendo a área

total de 2.185,00m² (dois mil, cento e oitenta e cinco metros quadrados), localizados na Avenida 29 de Novembro, centro, neste município de Bom Jesus do Oeste/SC, de propriedade do Sr. Itacir Antonio Frana Albani.

DESDOBRO DOS LOTES

1-) Parte do Lote Urbano nº. 300 e Parte do Lote Urbano nº 301, com áreas respectivas de 23,715 m² e 1.067,285 m², perfazendo a área total de 1.091,00 m², com uma casa residencial, coberta com telhas de barro, com área de 54,00m², que ficará remanescente ao Sr. Itacir Antonio Frana Albani, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com Parte do mesmo Lote Urbano nº. 301 e com Parte do Lote Urbano nº 300 que será adquirido pelo Sr. Donaldi Marcelo Variani, na extensão de 47,43 metros;

Ao Sul: com o Lote Urbano nº. 302, de propriedade da Sra. Silvia Regina Albani, na extensão de 47,35 metros;

Ao Leste: com Parte da Chácara Rural nº. 116, de propriedade do Sr. Ernani Edson Kirch, na extensão de 25,00 metros;

Ao Oeste: com a Avenida 29 de Novembro, na extensão de 21,00 metros.

2-) Parte do Lote Urbano nº. 300 e Parte do Lote Urbano nº 301, com áreas respectivas de 523,285 m² e 23,715 m², perfazendo a área total de 547,00m² (quinhentos e quarenta e sete metros quadrados), que será adquirido pelo Sr. Donaldi Marcelo Variani, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº. 300-A, que será adquirido pela Sra. Márcia Alejandra da Silva Aguilar, na extensão de 47,52 metros;

Ao Sul: com Parte do mesmo Lote Urbano nº. 300 e com Parte do Lote Urbano nº 301 de propriedade do Sr. Itacir Antonio Frana Albani, na extensão de 47,43 metros;

Ao Leste: com Parte da Chácara Rural nº. 116, de propriedade do Sr. Ernani Edson Kirch, na extensão de 11,022 metros;

Ao Oeste: com a Avenida 29 de Novembro, na extensão de 12,00 metros.

3-) Com o Lote Urbano nº. 300-A, com área de 547,00m² (quinhentos e quarenta e sete metros quadrados), que será adquirido pela Sra. Marcia Alejandra da Silva Aguilar, com as seguintes confrontações:

Ao Norte: com o Lote Urbano nº. 299, de propriedade do Sr. Valinho Weschenfelder, na extensão de 47,61 metros;

Ao Sul: com Parte do mesmo Lote Urbano nº. 300 e com Parte do Lote Urbano nº 301 que será adquirido pelo Sr. Donaldi Marcelo Variani, na extensão de 47,52 metros;

Ao Leste: com Parte da Chácara Rural nº. 116, de propriedade do Sr. Ernani Edson Kirch, na extensão de 9,978 metros;

Ao Oeste: com a Avenida 29 de Novembro, na extensão de 13,00 metros.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revoga-se o decreto 4714/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),
14 de Abril de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Paço Municipal, aos 14 de abril de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4866/2016

DECRETO Nº 4866/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 22 DE ABRIL DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Orgânica,

CONSIDERANDO: Que outros órgãos da Administração Pública das demais esferas governamentais adotaram como ponto facultativo o dia 22 de abril de 2016;

CONSIDERANDO: Que a Administração Municipal impôs regime interno de contenção de gastos;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 22 de abril de 2016, preservando em regime normal os serviços da área da saúde e da educação.

Art. 2º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste (SC), em 15 de abril de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

PORTARIA Nº 070/2016 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 070/2016, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Licença Maternidade a Servidora Municipal Sra. SOLANGE ANDREIA BONNI DE BASTIANI, matriculas nº 179-1 e 391-3, portadora do CIC sob. nº 022.414.529-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora, com carga horaria de 40 horas semanais, período de concessão de 14 de abril de 2016 a 10 de outubro de 2016 (180 dias), conforme atestado médico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 25/09/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Retiro

PREFEITURA

406.04.16 - P. FÉRIAS LOURIVAL G. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 406/16 de 15.04.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) ao funcionário Lourival Galdino da Cruz, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 028/2016 de 15 de abril de 2016, para gozá-las a contar de 14 de abril com término no dia 13 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de abril de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

MINUTA CONTRATOS 99 A 102/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 99/2016 Pregão Presencial 10/2016 FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)
Contratado: Célia Regina Wambommel ME.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Suprimentos de Informática para atender as necessidades do FMS de Bom Retiro no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 6.206,09 (seis mil duzentos e seis reais e nove centavos)

Extrato Contrato 100/2016 Pregão Presencial 10/2016 FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)
Contratado: JLM Comercio de Produtos Alimentícios Ltda. ME.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Suprimentos de Informática para atender as necessidades do FMS de Bom Retiro no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 8.630,68 (oito mil seiscentos e trinta reais e sessenta e oito centavos)

Extrato Contrato 101/2016 Pregão Presencial 10/2016 FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)
Contratado: Sandro Vilmar Pires ME.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Suprimentos de Informática para atender as necessidades do FMS de Bom Retiro no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 71.831,00 (setenta e um mil oitocentos e trinta e

um reais)

Extrato Contrato 102/2016 Pregão Presencial 10/2016 FMS
Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMS)
Contratado: Ricarl Distribuidora Eireli ME.
Objeto: Aquisição de Material de Expediente e Suprimentos de Informática para atender as necessidades do FMS de Bom Retiro no exercício de 2016.
Valor Total: R\$ 561,90 (quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos)

Bom Retiro, 15 de abril de 2016.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

MINUTA VENCEDOR TP 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

RESULTADO VENCEDOR TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preços 01/2016, cujo objeto é Contratação de empresa de engenharia sanitária, legalmente estabelecida com conhecimento comprovado na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e rurais gerados pelo município de Bom Retiro/SC. Empresa Vencedora: DML – Coleta e Transporte de Resíduos Ltda. CNPJ 15.826.650/0001-68, com o valor mensal de R\$ 27.125,05 (vinte e sete mil cento e vinte e cinco reais e cinco centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito.

Bom Retiro, 18 de abril de 2016.
Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 033/2016

DECRETO Nº. 033/2016.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente.

ROMILDO TESKE, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0866/2016 de 05.04.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezesseis, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme segue:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.302 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil - Creches (51) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0060.000000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

TOTAL
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), como segue:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.301 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Infantil – Pré Escola (49) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0060.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

03 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – ENSINO FUNDAMENTAL

2.043 – Manut. da Merenda Escolar Ensino Fundamental (63) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0060.000000 – Aplicações Diretas R\$ 1.400,00

TOTAL
..... R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 15 de abril de 2016.

ROMILDO TESKE
Prefeito Municipal

DECRETO 034/2016

DECRETO Nº 034/2016

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o 1º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 29.04.2016.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2016.

Romildo Teske
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2015

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Editora Positivo Ltda

CPF: 79.719.613/0001-33

sito a Senador Accioly Filho, 431 – Bairro CIC

Cidade de Curitiba -Paraná

Objeto: Aquisição de Materiais Didático-pedagógicos e Educacionais para alunos da Educação Infantil (Maternal I ao Jardim III); Ensino Fundamental (1º ano ao 9º ano); professores e equipe técnica, da rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2016.

Valor: R\$ 18.309,48 (dezoito mil, trezentos e nove reais e quarenta e oito centavos)

Data da assinatura: 14.04.2016

Romildo Teske
Prefeito Municipal

PORTARIA 059/2016

PORTARIA Nº 059/2016

Romildo Teske, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Nelson Teske ocupante do cargo de Motorista, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, do período de 11.03.2016 a 10.05.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 11.03.2016.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2016.

Romildo Teske
Prefeito Municipal

PORTARIA 060/2016

PORTARIA Nº 060/2016

Romildo Teske, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da portaria 004/2016 que concede licença para tratamento de saúde a servidora Angélica Silva de Oliveira, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pericia agendada para 07.04.2016, foi remarcada para 18.05.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 07.04.2016.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 061/2016

PORTARIA Nº 061/2016

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear João Carlos Vogel de Souza, para exercer o cargo de Técnico de Controle Interno, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14.04.2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 062/2016

PORTARIA Nº 062/2016

Romildo Teske, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Exonerar a pedido, o servidor Dilmo Odinei Vieira, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 031/2016, a partir de 15.04.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

PORTARIA 063/2016

PORTARIA Nº 063/2016

REVOGA GRATIFICAÇÃO

Romildo Teske, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 097/2011 de 08.07.2011, art. 60, parágrafo 3º, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a gratificação concedida na Portaria nº 009/2016 de 17.02.2016, a servidora Luciane Bertelli Kniss.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 15 de abril de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°04/2016 FMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 15/04/2016 Válido até: 15/04/2017

Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffee break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo de bolacha de banana tipo Wafer, fresco, sem presença de sujidades. (4218)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	1,5713	1
2	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande, no sabor laranja ou chocolate, maduro e fresco. (4219)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	12,5834	1
3	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidade. (4220)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	12,5834	1
4	Bolacha tipo caseira, no sabor de coco ou polvilho, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados (4222)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	17,4079	1
5	Cuca Integral, macia, fresca, sem sujidades, nos sabores (farofa, banana com farofa, maçã e farofa, maçã e farofa, abacaxi e farofa, uva passas e farofa). (4223)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	14,4237	1
6	Cuca Caseira de banana ou Abacaxi com farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1Kg. (4224)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	9,9474	1
7	Cuca caseira de queijo branco, fresca, peso aproximado de 1 kg. (17343)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	11,1908	1
8	Cuca caseira de nata e coco, macia, fresca, peso aproximado de 1 kg. (17344)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	11,1908	1
9	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (4225)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	13,1802	1
10	Pastel assado, grande, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (4226)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	3,9789	1
11	Pastel assado, grande, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 01 hora antes da entrega. (4227)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	3,9789	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 4/2016 Data do Registro: 15/04/2016 Válido até: 15/04/2017

Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Rosca de polvilho, Tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (4226)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	5,1030	1
13	Sanduíches em pão francês, tamanho médio, fresco, com maionese presunto cozido e queijo. Feitos no dia da entrega. (4229)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,2879	1
14	Sanduíche feito em pão pullman, unidade, fresco, maduro. Com pickles (presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura). Sem presença de sujidade. (4230)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,6162	1
15	Embolado misto (salsicha) (17329)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,9895	1
16	Embolado misto (queijo e presunto) (17330)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,9895	1
17	Salada de fruta, (banana, mamão, morango, maçã e uva), servido em copo plástico com aproximadamente 125 gr. (17331)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,6858	1
18	Risoles em formato de pastel, recheado com (carne moída, palmito, frango ou queijo). (17332)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	3,7303	1
19	Sanduíches em mini pão francês fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (4231)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,5916	1
20	Bolo nega maluca, com cobertura de chocolate fresco (17333)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	15,1697	1
21	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate fresco. (17334)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	15,1697	1
22	Fatias de pão de sanduíche, cortada diagonal, com cobertura de patê frango ou sardinha e ovo. (17335)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,8403	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2016

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 4/2016			Data do Registro: 15/04/2016		Válido até: 15/04/2017		
Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	Orelha de gato, tamanho médio, polvilhado com açúcar e canela frescos, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (17336)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	10,5740	1
24	Garrafas de refrigerante embalagem pet 2 litros, diversos sabores; cola limão, guaraná e laranja. (17337)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	6,9631	1
25	Suco néctar de frutas pronto para beber diversos sabores (uva, morango, laranja, maracujá e laranja). (17338)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	8,9526	1
26	Café pronto adoçado com açúcar e com leite (17339)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,7355	1
27	Café pronto sem açúcar com leite (17340)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	2,1884	1
28	Café pronto com açúcar preto (17341)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	Ki Sabor	0	1,9895	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 15/04/2016		Válido até: 15/04/2017			
Objeto da Compra:		Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffee break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Café pronto sem açúcar preto (17342)	LT	PANIFICADORA KI SABOR (6687)	ki Sabor	0	1,7905	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2016

Número do Registro de Preços: 4/2016		Data do Registro: 15/04/2016		Válido até: 15/04/2017			
Objeto da Compra: Registro de preços, para eventual aquisição de lanches, coffe break, e bebidas não alcoólicas para atender os cursos com grupos, assessoramentos e outros eventos organizados pela Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2016
PROCESSO Nº 8/2016
(6687) - PANIFICADORA KI SABOR

Braço do Trombudo, 15 de Abril de 2016.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 005/2016 HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 005/2016

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 005/2016

1. O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 005/2016, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 005/2016 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 15 de abril de 2016, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 005/2016, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 15 de abril de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EDITAL Nº 005/2016 RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO

Processo Seletivo – Edital nº 005/2016

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 005/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para o cargo de INSTRUTOR, conforme segue:

INSTRUTOR- FLAUTA/ CLARINETE/ SAX ALTO E SAX TENOR

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	GUSTAVO ADRIANO SCHMITZ	8,40
02	ADRIANO CAMARGO	8,15

INSTRUTOR- CONTRABAIXO/ TECLADO/ PERCUSSÃO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	LUIS FERNANDO SILVA MACHADO	8,45

INSTRUTOR- VIOLINO/VIOLONCELO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	TIAGO RICARDO EGGERS	8,55

INSTRUTOR- TROMPETE/ TROMBONE

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	MARCOS MUNCH	6,85
-	PAULO JESKE JUNIOR	Não compareceu

INSTRUTOR- VIOLÃO/GUITARRA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
---------------	-----------	-----------

01	ALEXANDRE FREDERICO R. STOLL	8,90
02	SALOMÃO ARAGÃO DOS SANTOS	8,10

INSTRUTOR- BANDA MARCIAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	MARCOS MUNCH	39

INSTRUTOR- FANFARRA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	GUSTAVO ADRIANO SCHITZ	39
02	MAICON TORESSANI	8

INSTRUTOR- PRÁTICA DE CONJUNTO DE ORQUESTRA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	MARCELO HECKERT	98

Brusque, 15 de abril de 2016.
JOEL CESAR SCHWAMBERGER
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 017/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 017/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 017/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de ar condicionado para Captação e sistema de controle de ar para a sede administrativa do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 06 de maio de 2016, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 783/2016

PORTARIA Nº 783/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

Art. 1º – Considerar estável, após término do Estágio Probatório, a servidora MARCIA PIRES DA SILVA ROSA, matrícula nº 674168 nomeado pela Portaria nº 8.313/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo 1º – A estabilidade de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 26, § 2º, c/c Art. 27, § 2º, da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos a contar de 17/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Abril de 2016.

1. CRISTIANO BITTENCOURT

1. Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 4/2016 - LEGISLATIVO

Resolução Administrativa Nº 4, de 5 de abril de 2016.

Nomeia os Vereadores Membros da Comissão Especial de Ética e Decoro Parlamentar, criada pelo Despacho nº 001/2016 da Corregedoria – Processo Administrativo nº 02/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear os Vereadores Claudemir Duarte, Guilherme Marchewsky, Dejair Machado, Alessandro André Moreira Simas e Marli Leandro, para compor a Comissão Especial de Ética e Decoro Parlamentar, criada pelo Despacho nº 001/2016 – Corregedoria – Processo Administrativo nº 02/2016.

Art. 2º Os Vereadores nomeados na forma regimental, reunir-se-ão para eleição e posse do Presidente da Comissão.

Art. 3º As despesas relativas ao trabalho da Comissão Especial correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 05 de abril de 2016.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.763

DECRETO Nº 6.763, de 14 de abril de 2016.

Reabre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, em favor do Fundo Municipal de Pavimentação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.223, de 25 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica reaberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, em favor do Fundo Municipal de Pavimentação, na importância de R\$ 122.279,77 (cento e vinte e dois mil duzentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), conforme segue:

2012 – FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO
15.452.0020.1.048 – Pavimentação de Vias Públicas
4.4.90.00.0056 – Transferências de Convênios – Outros (78)
..... R\$ 122.279,77

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos financeiros recebidos através do Convênio nº 2014TR002703, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Caçador – Processo nº SEF 12926/2014, para execução do Projeto de Pavimentação em ruas do Município de Caçador e Distrito de Taquara Verde, sendo as ruas Gumerindo José Colaço, Joaquim Lemos Correia, Jucely Carlos França, Maria Rosa, Olivio Abati, Pedro Deboni, Santa Rosa de Lima, Santos Mario Scapinelli, Tomaz Wisniewski, Domingos Gabardi e Carlindo de Paula, com a finalidade de mobilidade urbana.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.764

DECRETO Nº 6.764, de 14 de abril de 2016.

Suplementa dotação orçamentária por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, na importância

de R\$ 549.609,14 (quinhentos e quarenta e nove mil, seiscentos e nove reais e quatorze centavos):

2.005 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.045 – Manutenção da Secretaria da Educação
4.4.90.00.0101–Receitas de Impostos e Transferências de Impostos–Educação(147) R\$ 549.609,14

Art. 2º Em atendimento ao art. 1º, fica anulada a modalidade de aplicação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2.005 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.045 – Manutenção da Secretaria da Educação
3.3.90.00.0101–Receitas de Impostos e Transferências de Impostos–Educação(145) R\$ 549.609,14

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.765

DECRETO Nº 6.765, de 14 de abril de 2016.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, em favor da Prefeitura Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, em favor da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 849.852,94 (oitocentos e quarenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos), conforme segue:

2001 – GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
4.4.90.00.0056 – Transferências de Convênios – Outros
..... R\$ 849.852,94

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos financeiros recebidos através de Convênio celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Caçador, conforme propostas SIGEF nº 0016324,0016313 e 0016325, para aquisição de 15 cadeiras de Rodas Especiais para Prática Esportiva, Pavimentação Asfáltica e Drenagem Pluvial nas Ruas Antônio Belenki e Rua Santa Luzia, e para Construção de Cobertura das Mangueiras de Arremate do Complexo Agropecuarista – Etapa 01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI COMPLEMENTAR Nº 307

LEI COMPLEMENTAR Nº 307, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual aos Servidores da Câmara Municipal de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica concedido aos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, revisão geral anual de 11,568% (onze inteiros e quinhentos e sessenta e oito milésimos por cento), sobre seus vencimentos, referente às perdas salariais verificadas no período de abril de 2015 a março de 2016, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 2º Fica ainda, concedido aos Vereadores, exceto ao Presidente da Câmara Municipal, revisão geral anual de 11,568% (onze inteiros e quinhentos e sessenta e oito milésimos por cento), sobre seus subsídios, referente às perdas inflacionárias verificadas no período de abril de 2015 a março de 2016, de acordo com o Índice Geral de Preços Médio - IGPM, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara Municipal de Caçador, exercício de 2016:

01.01 - Câmara Municipal

2.001 - Manutenção das Atividades Administrativas e Operacionais

3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.763

PORTARIA Nº 26.763, de 11 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã CAREN CATARINA FENDT JACOVAZ, para o cargo em comissão de Diretor de Serviços Administrativos em Planejamento, do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-3, na Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas

semanais, com efeitos a contar de 13 de abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de abril de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.766

PORTARIA Nº 26.766, 11 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no art. 29, § 6º da Lei Complementar 56/2004,

RESOLVE:

SUSPENDER o período de avaliação de Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal LILIANE DE ANDRADE RIBEIRO, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Matrícula 14212, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Vereda dos Trevos, 40 (quarenta) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016, em razão de concessão de Licença Maternidade anterior à data da posse, enquanto durar a licença concedida, período que deverá ser repostado para findar o Estágio Probatório.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.769

PORTARIA Nº 26.769, de 12 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, da Secretaria Municipal da Educação, licença para tratamento de saúde, especificando códigos, nomes, cargos, dias de afastamento e período/data início, após avaliação do Médico do Trabalho, ou até que se realize perícia médica, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de
938	Clemare Aparecida Coelho	Profª Ensino Fundamental I	15 dias	11/03/2016
9147	Flavia Beims Mostiack	Profª Ensino Fundamental I	20 dias	12/04/2016
421	Iria Janete Klabunde Monteiro	Profª Ensino Fundamental I	45 dias	06/04/2016
10518	Jane Regina Dallagnol	Profª Ensino Fundamental II	15 dias	08/04/2016
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduiro	Servente Educação	60 dias	26/02/2016
859	Teresa Eclair Cardoso	Servente Educação	60 dias	31/03/2016
6953	Paulo Sergio de Moraes	Prof Ensino Fundamental I	30 dias	31/03/2016
14296	Gisele Cristiane Galvão Pereira	Profª Ensino Fundamental I	15 dias	08/04/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.771

PORTARIA nº 26.771, de 13 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 53, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23/07/2015,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no cargo de Professora de Educação Infantil, por apresentação de Certificado de Curso de Especialização – Pós Graduação, especificando código, nome, nível/referência atual e nível/referência da progressão:

Código	Nome	Nível/Referência Atual	Nível/Referência Novo
9878	Agnese APARECIDA FILIPINI CHAVES	1/A	3/A

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.777

PORTARIA Nº 26.777, 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no art. 29, § 6º da Lei Complementar 56/2004,

RESOLVE:

SUSPENDER o período de avaliação de Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal SUZANA PEREIRA DO PRADO, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental II - Matemática, Matrícula 14145, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Ulysses Guimarães, 20 (vinte) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016, em razão de concessão de Licença Maternidade pela Portaria nº 26.535, de 18 de fevereiro de 2016, enquanto durar a licença concedida, período que deverá ser reposto para findar o Estágio Probatório.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 14 de abril de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.779

PORTARIA Nº 26.779, de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal EDITE DA SILVA BIGAS, Matrícula 10448, cargo de Merendeira Escolar, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, Licença Prêmio a que faz jus, especificando período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
03/01/2011 a 03/01/2016	18/04/2016 a 16/07/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.780

PORTARIA Nº 26.780, de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Lotação
681	Janio de Azambuja Viana	Professor de Ensino Fundamental	016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.781

PORTARIA Nº 26.781, de 14 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo efetivo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de abril de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
216	Iraci dos Santos	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Vereda dos Trevos	1/3	15/02/2000 a 15/02/2005

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de abril de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**PORTARIA Nº 895, DE 23 DE MARÇO DE 2016.**

PORTARIA nº 895, de 23 de março de 2016.

Aposenta a Servidora Pública Municipal CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, dos arts. 32 e 33, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição a Servidora Pública Municipal CLARISSE DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, Matrícula nº 535 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, Referência 4/B, com carga horária de 20 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de março de 2016, passando à Matrícula nº 5970, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de fevereiro de 2016, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.833,88 (um mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos), adicional de triênio de R\$ 330,10 (trezentos e trinta reais e dez centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 360,74 (trezentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos) totalizando R\$ 2.524,72 (dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 23 de março de 2016.

Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

PORTARIA Nº 896, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

PORTARIA nº 896, de 23 de março de 2016.

Aposenta a Servidora Pública Municipal RAQUEL TERESINHA MORONA.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, dos arts. 32 e 33, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição a Servidora Pública Municipal RAQUEL TERESINHA MORONA, Matrícula nº 424 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, Referência 4/B, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de março de 2016, passando à Matrícula nº 5969, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de fevereiro de 2016, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.667,76 (três mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), adicional de triênio de R\$ 880,26 (oitocentos e oitenta reais e vinte e seis centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 758,15 (setecentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos) totalizando R\$ 5.306,17 (cinco mil, trezentos e seis reais e dezessete centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 23 de março de 2016.

Alcedir Ferlin - DIRETOR PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan – DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016 – IPASC

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016 – IPASC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2016

Processo Licitatório nº 03/2016. Pregão Presencial nº 01/2016. OBJETO: contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporária de sistema de gestão pública com acesso simultâneo para usuários do IPASC

CONTRATADA: Pública Informática Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.836.771/0001-20, com sede na Rua Içara, 151, Bairro Itoupava Seca, Blumenau/SC. O preço total da aquisição dos serviços é de R\$ 99.950,00 (Noventa e nove mil novecentos e cinquenta reais). Prazo do contrato: 12 meses.

Camboriú

PREFEITURA

PR 001/2016 - FUMPOM

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016- FUMPOM - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CHAPEAÇÃO E PINTURA E MÃO DE OBRA ELÉTRICA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DO GIROFLEX E PINTURA DAS VIATURAS: P/L MLD-9505; MLD-9232; MLI-5006; MLI-5166; MLQ-9520; MLQ-9580; MLG-1178; MLK-5277; MLG-7258; MLV-2599; MIS8605; MJZ-1793MHD-5228; MLI-1831 E MIZ-8260, VIATURAS DE PATRULHAMENTO DA 1ª CIA PM DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 05 (Cinco) de Maio de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 55/16 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 055/2016- PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA O ITEM 02

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO, DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 02 (Dois) de Maio de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 54/16 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2016-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PESADO (MOTONIVELADORA ARTICULADA) PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:30 horas do dia 05 (Cinco) de Maio de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 15 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE ERRATA PR 51/16 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 051/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 063/2016 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO O PAPEL, CILINDRO E TONER), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.", sofreu a seguinte alteração:

Foi excluído o item 3.19 do Anexo I no Anexo IX do Edital Foi alterada a descrição do item 01 do Anexo I do Edital

- onde lê-se:

Item 01 - IMPRESSÃO TIPO MONOCROMÁTICA COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 20 E NO MÁXIMO 40 COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSORA), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

- leia-se:

Item 01 - IMPRESSÃO TIPO MONOCROMÁTICA COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 20 E NO MÁXIMO 100 COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSORA), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Foi alterado o quantitativo no Termo de Referencia Anexo I do

Anexo IX.

- onde lê-se:

Quantidade mínima 20, Quantidade máxima 40, multifuncional 5 em 1 laser mono

Item 1: Multifuncional 5 em 1 monocromática laser

Quantidade mínima de 20 e máxima de 40 equipamentos.

leia-se:

Quantidade mínima 20, Quantidade máxima 100, multifuncional 5 em 1 laser mono

Item 1: Multifuncional 5 em 1 monocromática laser

Quantidade mínima de 20 e máxima de 100 equipamentos.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 03/05/2016 as 14h00min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 15 de Abril de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais utilizados no tratamento da água distribuída para a população, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ANALÍTICA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 08.072.145/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 17/2016, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	2	UN	Solução KCL, (500 ml). Para utilização como Descanso (do Eletrodo do pHagmetro e assim garantir maior durabilidade vida do mesmo) em Solução KCL 3M.	308,00	616,00
02	2		Solução SPADNS, utilizada na análise do fluoreto. Volume 500 ml.	138,00	276,00
03	10		Reagente DPD líquido para análise de cloro livre. Pode ser utilizado com todos os equipamentos que utilizam 10 ml de amostra sem necessidade de nova curva de calibração. Embalagem de fácil manipulação diferenciadas por cor, tampa fixa e conta gotas acoplados ao frasco. Kit composto de dois frascos (DPD frasco preto 15,5mL que protege o reagente da luz e buffer no frasco branco 13,5mL) e procedimento de análise em vários idiomas, incluindo português. Reagentes suficiente para 200 testes e vida útil de um ano.	100,00	1.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.892,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

ANALÍTICA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de arbitragem para os eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 12.937.137/0001-56, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 22/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol de Campo, Adulto, Masculino, 02 tempos de 45', com 01 árbitro, 02 bandeiras e 01 mesário.	398,00	15.920,00
02	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço, Adulto, Masculino, 02 tempos de 20', com 01 árbitro e 01 mesário.	116,00	4.640,00
03	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	189,00	7.560,00
04	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço Veterano, Cat 35. 02 tempos de 20', com 01 árbitro e 01 mesário	116,00	4.640,00
05	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Interbairros de Futsal, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário.	189,00	7.560,00
06	40	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal Copa Society da Ovelha, 02 tempos de 25' corridos com 01 árbitro e 01 mesário	116,00	4.640,00

07	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço, Adulto, Masculino, 02 tempos de 25', com 01 árbitro e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	116,00	348,00
08	3	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futebol Suíço Veterano, Cat 35. 02 tempos de 25', com 01 árbitro e 01 mesário. (Jogos da semifinal e final).	116,00	348,00
09	20	Serviço	Arbitragem para Campeonato Municipal de Futsal Feminino, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	116,00	2.320,00
10	30	Serviço	Arbitragem para Torneio de Futsal do Interior, 02 tempos de 20' (17 corridos + 3 cronometrados), com 02 árbitros e 01 mesário	189,00	5.670,00
VALOR TOTAL				R\$ 53.646,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de abril de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos leves e ônibus das secretarias do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa VANDIESEL LTDA EPP, CNPJ: 01.106.070/0001-91, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 26/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	100	HORA	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os ônibus e micro-ônibus da frota municipal. - Micro-ônibus Iveco 70C17, 2012, MLP 1923 - Micro-ônibus Iveco, 2012, MKW 5486 - Micro-ônibus Volare, MDZ 1869 - Ônibus VW 15.190, 2012, MKC 9114 - Ônibus VW 15.190, 2012, MKD 1396 - Ônibus VW 15.190, 2012, MKD 1456 - Ônibus VW 15.190, 2012, MLE 9742 - Ônibus VW 15.190, 2012, MLE 9742	59,00	5.900,00
02	1	KM	Taxa de deslocamento para serviço no local.	1,48	1,48
VALOR TOTAL PARA O LOTE 01				R\$ 5.901,48	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

VANDIESEL LTDA EPP

Representante legal

DECRETO Nº 9.732 DE 15 DE ABRIL DE 2016**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 9.732 DE 15 DE ABRIL DE 2016

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 01/2016.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar o Resultado Final dos Aprovados no Processo Seletivo Municipal nº 01/2016, seguindo a ordem de classificação descrita no Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os Candidatos aprovados serão requisitados quando da necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

15 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/04/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo nº 01/2016, que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigente e pertinente.

Art.1º Consta do Anexo I deste Edital, planilha com a ordem de classificação final do Processo Seletivo nº 01/2016.

Art.2º Consta do Anexo II deste Edital, planilha com a ordem de classificação final de candidatos na condição de PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.2º Não houve recursos interpostos quanto ao Edital de Resultado e Classificação Preliminar do Processo Seletivo Simplificado 01/2016.

Art.3º Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a legalidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, moralidade, inerentes a todos os certames, e considerando ainda que não existe nenhum recurso pendente de julgamento, fica HOMOLOGADO o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016 surtindo todos os efeitos legais.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural Sede da Prefeitura Municipal, publicado na integra nos seguintes endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre/SC., 15 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I**EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016**

Especialista em Assuntos Educacionais - Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF/MF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	142	Suelen Garay Figueiredo Jordão	066.471.929-56	03	00	27a 03m 17d

2º	29	Charline de Andrade	064.609.699-06	02	00	26a 03m 19d
3º	42	Evelin Cristian Weigle da Silva Ribeiro	003.686.119-73	01	12m	35a 10m 15d
4º	13	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck	015.600.869-63	01	00	36a 08m 18d
5º	152	Melaine Graciela de Sales	046.643.449-96	01	00	30a 07m 12d
6º	16	Jacinta Zozotko Woyakeivcz	067.226.179-04	01	00	26a 09m 20d

Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	140	Suelen Garay Figueiredo Jordão	066.471.929-56	03	012m	27a 03m 17d
2º	37	Clarete da Luz dos Santos Cubas	791.412.269-68	02	069m	47a 05m 24d
3º	28	Charline de Andrade	064.609.699-06	02	024m	26a 03m 19d
4º	25	Clemair da Silva Junior Mroczka	894.671.409-34	02	023m	39a 09m 20d
5º	137	Marilu Aparecida Blonkowski	024.151.889-05	01	207m	39a 06m 15d
6º	146	Marisa Eliane de Lima Branco	898.842.729-72	01	170m	39a 11m 00d
7º	53	Natalia Wojciechowsky	765.224.239-87	01	153m	46a 02m 23d
8º	161	Terezinha Aparecida Franco Augustin	022.092.039-70	01	138m	37a 08m 10d
9º	51	Eva Aparecida da Veiga Zenfe	854.963.089-68	01	123m	42a 07m 17d
10º	114	Rosemeri Ferreira da Cruz	750.328.489-72	01	116m	47a 10m 05d
11º	39	Odila Antunes	544.896.369-20	01	105m	50a 05m 05d
12º	21	Cleidiane Munhoz Fuckner	044.801.769-50	01	081m	32a 05m 08d
13º	130	Eviliane Osnilda Cubas Munhoz	023.418.419-10	01	076m	47a 00m 08d
14º	15	Jacinta Zozotko Woyakeivcz	067.226.179-04	01	059m	26a 09m 20d
15º	83	Vaneza Ribeiro de Siqueira	026.370.899-38	01	045m	35a 02m 02d
16º	176	Flávia Raquel Stahelin	053.695.709-65	01	045m	27a 06m 09d
17º	148	Ligiane Carla Correa Borges Neppi	072.271.039-94	01	043m	26a 01m 18d
18º	26	Maria Nogueira de Lima Silva	051.496.089-20	01	041m	27a 11m 04d
19º	43	Evelin Cristian Weigle da Silva Ribeiro	003.686.119-73	01	040m	35a 10m 15d
20º	81	Suzani Seidel Pinheiro	037.769.189-50	01	040m	34a 04m 18d
21º	.08	Giseli Hirt Ferreira	005.739.339-79	01	036m	35a 02m 03d
22º	151	Maria de Lourdes da Silveira	041.686.029-07	01	030m	30a 01m 28d
23º	69	Elaine Pinheiro Geissler	045.493.439-40	01	027m	29a 09m 12d
24º	32	Monica Augustin Dranka	419.942.489-04	01	025m	56a 09m 24d
25º	67	Lucia Drygla Mendes	038.872.409-95	01	025m	37a 07m 00d
26º	134	Marcia Teresinha de Paula Becker	022.350.799-70	01	024m	40a 01m 14d
27º	166	Tatiane dos Santos	010.766.649-97	01	018m	27a 11m 25d
28º	12	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck	015.600.869-63	01	016m	36a 08m 18d
29º	20	Tatiane Raquel Melnik Gortler	019.867.549-60	01	015m	39a 02m 25d
30º	86	Katia Galvão	052.870.239-44	01	012m	29a 05m 23d
31º	.05	Marilia Rutenski	042.162.489-26	01	007m	32a 06m 02d
32º	17	Renata Schaadt	005.089.219-37	01	006m	36a 06m 14d
33º	18	Juliane Tandler	086.536.019-70	01	006m	23a 09m 18d
34º	77	Luise Cristina Borsato	066.052.489-96	01	003m	27a 03m 22d
35º	111	Josiliane Ossovsky	037.350.719-45	01	002m	37a 02m 06d
36º	160	Janívia Glaci Scholze Woehl	064.771.619-40	01	000m	36a 02m 05d
37º	64	Eva Sandra Uhlig	039.652.769-80	01	000m	31a 09m 14d
38º	153	Melaine Graciela de Sales	046.643.449-96	01	000m	30a 07m 12d
39º	141	Rosimara Hannemann	419.939.269-68	00	331m	55a 10m 09d
40º	80	Josiane Rauen Schelbauer	006.973.339-22	00	188m	35a 11m 08d
41º	171	Simone Cristina Raboch Balçanelli	710.634.399-49	00	039m	44a 01m 24d
42º	121	Teresinha Pereira Pacheco	569.542.719-34	00	037m	48a 02m 13d
43º	127	Gisele Aparecida Pimentel	054.160.289-63	00	036m	30a 01m 10d
44º	113	Alexandra de Fatima Soares Ribeiro	053.392.029-92	00	033m	36a 11m 03d
45º	33	Marli Jane Ribeiro	901.512.919-34	00	029m	38a 05m 05d
46º	128	Suelen Aparecida Hummelgen	062.847.539-00	00	029m	27a 08m 27d
47º	44	Alexsandra Aparecida Negoczeki	043.081.129-23	00	024m	30a 06m 25d
48º	38	Dircineia Rodrigues Nunes	009.487.919-26	00	022m	30a 03m 14d

49º	19	Josiane Pereira Gulik	040.545.309-40	00	018m	32a 03m 27d
50º	165	Daniele Pereira dos Santos	058.035.629-98	00	012m	29a 09m 14d
51º	102	Claudia Stall	082.795.339-90	00	012m	24a 10m 23d
52º	135	Fernanda Aparecida Mathias	041.441.339-31	00	010m	33a 09m 01d
53º	104	Roberta Sofia Cordeiro da Cruz	063.972.009-90	00	009m	27a 10m 03d
54º	167	Sirlei Libmann de Jesus	009.801.839-60	00	008m	28a 06m 13d
55º	59	Marli Teresinha Schumacher da Silva Soares	046.470.989-07	00	007m	47a 05m 05d
56º	76	Maria Eliane de Souza Luiz	212.925.798-46	00	007m	41a 05m 22d
57º	72	Kely Cristiane Friedrich Drefahl	003.774.029-66	00	007m	36a 03m 01d
58º	10	Joelize Aparecida Altmann de Ramos	054.122.569-37	00	006m	36a 00m 24d
59º	60	Helia de Fatima Elias Portela Walter	041.736.289-78	00	005m	40a 06m 19d
60º	.04	Rocksandra Alves Marin Lins	027.420.849-08	00	005m	35a 03m 17d
61º	143	Eni de Fatima Machovski	008.917.659-64	00	001m	38a 08m 19d
62º	90	Solange Erdmann Grossl	637.183.839-34	00	000m	47a 11m 09d
63º	169	Cristina Wotobra	024.435.019-14	00	000m	39a 03m 08d
64º	82	Nadia Ribeiro	026.352.059-57	00	000m	36a 02m 06d
65º	79	Fabiana Hubner	040.464.959-95	00	000m	34a 06m 05d
66º	1 06	Vanderleia Prussak	004.320.039-75	00	000m	34a 01m 05d
67º	181	Carla Emanuele Schroeder	045.003.459-30	00	000m	32a 02m 13d
68º	02	Cristiane Schelbauer Gonçalves Ribeiro	059.261.729-77	00	000m	27a 11m 29d
69º	06	Evilin Ferraz dos Santos	089.908.149-52	00	000m	21a 03m 23d

Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	156	Joseane Kieski	039.597.559-02	00	103m	33a 11m 18d
2º	129	Jussara Paiva Paula	035.688.189-06	00	01m	34a 00m 15d
3º	158	Tais Buba Kotovicz	093.502.739-42	00	01m	22a 00m 15d
4º	73	Leandro Esteve Brandt Destro	027.279.679-42	00	00m	41a 01m 13d
5º	164	Luci Leidi Odia Contrat Ehlke	003.749.169-50	00	00m	37a 02m 00d
6º	144	Marcia Machovski Gruber	006.652.119-02	00	00m	36a 01m 19d
7º	55	Ana Alsir Minetto Denk	024.751.309-11	00	00m	35a 08m 11d
8º	178	Cristiane Teresinha do Prado	009.270.429-83	00	00m	35a 06m 24d
9º	145	Leila Moreira	036.381.529-52	00	00m	34a 10m 10d
10º	47	Kelly Schnekemberg Bavato	049.908.339-37	00	00m	32a 10m 04d
11º	119	Cleude Mangolte da Silva	035.925.769-09	00	00m	32a 06m 29d
12º	11	Chirlei Roberta da Cruz Silva	042.587.719-10	00	00m	32a 01m 02d
13º	.01	Leticia Brunello Reizer	051.823.099-61	00	00m	29a 03m 15d
14º	108	Fernanda Cubas Hubner	069.837.599-82	00	00m	26a 11m 01d
15º	155	Daniela Armelinda Oliboni	068.888.519-58	00	00m	25a 11m 24d
16º	120	Monike Tatiane Schultz	078.517.619-56	00	00m	24a 08m 06d
17º	138	Emelyn Soraya Ehlke	055.940.379-85	00	00m	24a 00m 20d
18º	125	Franciele Paloma Maiberg	084.170.529-17	00	00m	22a 07m 28d
19º	103	Jessica Alauana Mandrik	088.185.899-46	00	00m	21a 11m 13d
20º	172	Lilian Hansen	090.479.289-70	00	00m	21a 04m 18d
21º	126	Narden Habib	011.352.869-81	00	00m	20a 09m 07d
22º	174	Fabiola Augustin	098.575.299-84	00	00m	19a 02m 16d
23º	65	Larissa Kaiane Cidral Moreira	108.869.149-81	00	00m	18a 08m 23d

Professor II - Educação Física- Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	09	Grasiele da Silva	006.873.139-61	01	177m	35a 04m 02d
2º	54	Lucas de Farias	059.605.449-11	01	70m	28a 07m 11d
3º	48	Marcio Oliveira de Souza	451.341.540-15	01	00	48a 09m 23d
4º	49	Josineide Maria dos Santos	142.000.278-36	01	00	45a 02m 03d
5º	78	Leosir Ferreira de Souza	436.714.899-87	00	82m	49a 09m 17d

6º	131	Marcio Adao Felczak	036.749.479-51	00	60m	33a 08m 24d
7º	159	Ana Carla Hummelgen	064.719.939-43	00	46m	26a 03m 09d
8º	94	Rafaela Muehlbauer	067.672.979-76	00	44m	26a 09m 11d
9º	88	Bruna Justine Kotovicz	063.285.469-39	00	21m	26a 00m 16d
10º	139	Andreik Michel Wollner	071.237.559-79	00	17m	26a 06m 08d
11º	70	Jenice Aparecida dos Santos	096.209.019-08	00	15m	21a 11m 00d

Professor II - Educação Física - Não Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	107	Mateus Alves da Silva	086.030.679-88	00	16m	20a 08m 20d
2º	147	Carlos Francisco Onofre	004.309.919-08	00	07m	36a 11m 15d
3º	105	Marciel Siqueira	054.879.919-95	00	01m	30a 07m 12d
4º	56	Kelly Sacht	065.815.679-90	00	01m	15a 08m 23d
5º	100	Claudio Ildor Mattge	820.584.909-91	00	00m	40a 05m 05d
6º	112	Evelin Ziebarth de Oliveira Cruz	052.629.869-35	00	00m	31a 02m 25d
7º	117	Naira Christina Borges Portella	048.017.939-59	00	00m	28a 09m 03d
8º	58	Cristiane Floriani Gassner	060.330.449-40	00	00m	28a 07m 07d
9º	71	Anderson Henning	085.854.389-32	00	00m	23a 09m 25d
10º	68	Solange Aparecida Simões de Faria	084.082.019-48	00	00m	23a 05m 00d
11º	175	Janine Aparecida Stelzner	088.178.219-00	00	00m	23a 03m 04d
12º	124	Lucas Odenir Niespodzinski	075.570.219-08	00	00m	21a 11m 17d
13º	173	Celso Ossowski	078.459.619-06	00	00m	21a 01m 24d

Professor III - Arte – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	122	Sueli Cardozo	808.364.459-53	01	95m	41a 01m 05d
2º	110	Eliete Teresinha Soares Peters	568.179.679-53	00	82m	49a 04m 13d
3º	03	Bianca Kestering Greipel	005.381.459-27	00	52m	33a 03m 20d
4º	50	Viviane dos Santos Nascimento	068.154.049-43	00	50m	26a 06m 17d
5º	123	Katia Regina Kobus	014.702.159-69	00	00	38a 00m 15d

Professor III - Arte - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	118	Gabrieli Hantschel Alves	080.670.779-83	00	22m	22a 11m 15d

Professor III - Arte - Não Habilitado - Outra Licenciatura

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	30	Charline de Andrade	064.609.699-06	02	24m	26a 03m 14d
2º	91	Helia de Fátima Elias Portela Walter	041.736.289-78	00	05m	40a 06m 19d
3º	89	Solange Erdmann Grossl	637.183.839-34	00	00m	47a 11m 09d

Professor IV - Inglês – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	180	Sonia Bernado Cordeiro	029.467.379-26	02	114m	34a 07m 01d

Professor IV - Inglês - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	27	Suelen Eliza Vier Dreveck	072.369.869-41	00	20m	25a 10m 18d
2º	84	Tatiane Labas	095.786.529-50	00	20m	20a 06m 23d
3º	116	Ederson Idalêncio	004.571.509-20	00	00m	34a 00m 13d
4º	31	Taiane Mariele Schroder	079.547.539-05	00	00m	24a 04m 25d

Professor V - Língua Portuguesa – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	162	Silvia Rafaela Kerscher	092.621.379-23	00	00	23a 02m 05d

Professor V - Língua Portuguesa - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	85	Tatiane Labas	095.786.529-50	00	20m	20a 06m 23d
2º	74	Suelen Eliza Vier Dreveck	072.369.869-41	00	09m	25a 10m 18d
3º	99	Nilton Rodrigues Junior	007.129.589-59	00	08m	33a 01m 06d
4º	07	João Paulo dos Santos	078.586.739-20	00	08m	25a 01m 21d
5º	115	Ederson Idalêncio	004.571.509-20	00	00m	34a 00m 12d
6º	150	Tainan Eduardo de Oliveira	104.741.209-88	00	00m	17a 10m 19d

Professor VI - Matemática – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	62	Tiago Lopes Rodrigues	075.125.999-35	00	54m	25a 06m 04d
2º	75	Suelen Milczewski	090.280.369-70	00	21m	22a 02m 18d

Professor VI - Matemática - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	92	Gabriela Tibes Bueno	059.663.699-76	00	39m	27a 02m 05d
2º	101	Luana Renata Humochinski	084.533.289-94	00	12m	24a 03m 27d
3º	109	Bruna Zigovski Biaobock	096.450.159-79	00	10m	22a 05m 21d
4º	98	Marcelo Vallin Rodrigues	104.293.668-41	00	00m	43a 10m 14d
5º	57	Jocineia de Freitas Bispo Mazzeto	062.977.939-21	00	00m	27a 04m 28d

Professor VII - Ciências – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	95	Maria Sofia Cubas Machado	023.431.709-40	01	92	38a 02m 14d
2º	24	Eliane de Cassia Kubiaki Machado	004.179.839-21	01	00	34a 03m 28d
3º	154	Fernando José da Conceição	042.347.929-69	00	00	32a 10m 16d
4º	66	Jessica Jacqueline Bruske Seiffert	074.855.709-19	00	00	23a 07m 20d

Professor VII - Ciências - Não Habilitado Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	40	Bruna Fernanda Gruber	075.398.859-39	00	02m	25a 04m 04d

Professor VII - Ciências - Não Habilitado Outra Licenciatura

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	22	Tatiane Raquel Melnik Gortler	019.867.549-60	01	15m	39a 02m 24d
2º	23	Josiane Pereira Gulik	040.545.309-40	00	16m	32a 03m 27d

Professor VIII - Geografia – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	36	Viviana Aparecida Bueno	082.478.189-90	00	01m	24a 09m 06d

Professor IX - História – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	46	Edineia Giomara Wendt	019.542.399-20	01	102m	39a 07m 21d
2º	136	Marcia Rodrigues de Carvalho	003.393.219-03	01	67m	37a 06m 12d
3º	93	Camila Michele Wackerhage	072.464.499-73	00	10m	22a 08m 07d
4º	168	Renilda Zastrow Mathias	041.048.849-60	00	07m	31a 04m 05d
5º	177	Valdenir Rodrigues Medeiros	615.185.819-00	00	00	50a 03m 01d
6º	170	Diego José Andrade de Oliveira	010.501.229-76	00	00	27a 10m 27d
7º	35	Maike Cristiano Pezzini	080.155.599-01	00	00	23a 02m 07d

Professor IX - História - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	163	Daniel Marchekek Firmino	074.662.289-92	00	00m	22a 02m 22d

Professor X - Ensino Religioso - Não Habilitado - Outra Licenciatura

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	14	Jacinta Zozotko Woyakeivicz	067.226.179-04	01	59m	26a 09m 20d
2º	34	Monica Augustin Dranka	419.942.489-04	01	31m	56a 09m 25d
3º	45	Alexsandra Aparecida Negoczeki	043.081.129-23	00	12m	30a 06m 25d
4º	96	Edicler Orenice Cubas Munhoz	920.544.129-53	00	08m	44a 05m 11d

ANEXO II

EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

Professor IX - História – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
	52	Lais Grazielle Pasda	068.000.159-03	00	00	21a 04m 01d

DECRETO Nº 9.733 DE 15 DE ABRIL DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.733 DE 15 DE ABRIL DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de Dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.	
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449051.00.896 -	Obras e Instalações	R\$ 580,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer.	
27.813.0084.2.810 -	Criação e Manutenção de Espaços de Lazer	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicações Diretas	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 580,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
15 de abril de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/04/2016.
JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.734 DE 15 DE ABRIL DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.734 DE 15 DE ABRIL DE 2016

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 07; 08 e 09 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

15 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 18/04/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“APROVA RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO referente ao ano de 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“APROVA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE REFERENTE AO ANO DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de Abril de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE referente ao ano de 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre

EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo nº 01/2016, que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigente e pertinente.

Art.1º Consta do Anexo I deste Edital, planilha com a ordem de classificação final do Processo Seletivo nº 01/2016.

Art.2º Consta do Anexo II deste Edital, planilha com a ordem de classificação final de candidatos na condição de PNE's (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.2º Não houve recursos interpostos quanto ao Edital de Resultado e Classificação Preliminar do Processo Seletivo Simplificado 01/2016.

Art.3º Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a legalidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, moralidade, inerentes a todos os certames, e considerando ainda que não existe nenhum recurso pendente de julgamento, fica HOMOLOGADO o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016 surtindo todos os efeitos legais.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural Sede da Prefeitura Municipal, publicado na integra nos seguintes endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre/SC., 15 de abril de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

Especialista em Assuntos Educacionais - Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF/MF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	142	Suelen Garay Figueiredo Jordão	066.471.929-56	03	00	27a 03m 17d
2º	29	Charline de Andrade	064.609.699-06	02	00	26a 03m 19d
3º	42	Evelin Cristian Weigle da Silva Ribeiro	003.686.119-73	01	12m	35a 10m 15d
4º	13	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck	015.600.869-63	01	00	36a 08m 18d
5º	152	Melaine Graciela de Sales	046.643.449-96	01	00	30a 07m 12d
6º	16	Jacinta Zezotko Woyakeivcz	067.226.179-04	01	00	26a 09m 20d

Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	140	Suelen Garay Figueiredo Jordão	066.471.929-56	03	012m	27a 03m 17d
2º	37	Clarete da Luz dos Santos Cubas	791.412.269-68	02	069m	47a 05m 24d
3º	28	Charline de Andrade	064.609.699-06	02	024m	26a 03m 19d
4º	25	Clemair da Silva Junior Mroczka	894.671.409-34	02	023m	39a 09m 20d
5º	137	Marilu Aparecida Blonkowski	024.151.889-05	01	207m	39a 06m 15d
6º	146	Marisa Eliane de Lima Branco	898.842.729-72	01	170m	39a 11m 00d
7º	53	Natalia Wojciechosky	765.224.239-87	01	153m	46a 02m 23d
8º	161	Terezinha Aparecida Franco Augustin	022.092.039-70	01	138m	37a 08m 10d
9º	51	Eva Aparecida da Veiga Zenfe	854.963.089-68	01	123m	42a 07m 17d
10º	114	Rosemeri Ferreira da Cruz	750.328.489-72	01	116m	47a 10m 05d
11º	39	Odila Antunes	544.896.369-20	01	105m	50a 05m 05d
12º	21	Cleidiane Munhoz Fuckner	044.801.769-50	01	081m	32a 05m 08d
13º	130	Eviliane Osnilda Cubas Munhoz	023.418.419-10	01	076m	47a 00m 08d
14º	15	Jacinta Zezotko Woyakeivcz	067.226.179-04	01	059m	26a 09m 20d
15º	83	Vaneza Ribeiro de Siqueira	026.370.899-38	01	045m	35a 02m 02d
16º	176	Flávia Raquel Stahelin	053.695.709-65	01	045m	27a 06m 09d
17º	148	Ligiane Carla Correa Borges Neppl	072.271.039-94	01	043m	26a 01m 18d
18º	26	Maria Nogueira de Lima Silva	051.496.089-20	01	041m	27a 11m 04d
19º	43	Evelin Cristian Weigle da Silva Ribeiro	003.686.119-73	01	040m	35a 10m 15d
20º	81	Suzani Seidel Pinheiro	037.769.189-50	01	040m	34a 04m 18d
21º	.08	Giseli Hirt Ferreira	005.739.339-79	01	036m	35a 02m 03d
22º	151	Maria de Lourdes da Silveira	041.686.029-07	01	030m	30a 01m 28d
23º	69	Elaine Pinheiro Geissler	045.493.439-40	01	027m	29a 09m 12d
24º	32	Monica Augustin Dranka	419.942.489-04	01	025m	56a 09m 24d
25º	67	Lucia Drygla Mendes	038.872.409-95	01	025m	37a 07m 00d
26º	134	Marcia Teresinha de Paula Becker	022.350.799-70	01	024m	40a 01m 14d
27º	166	Tatiane dos Santos	010.766.649-97	01	018m	27a 11m 25d
28º	12	Fabiana Oliveira Camargo Schadeck	015.600.869-63	01	016m	36a 08m 18d
29º	20	Tatiane Raquel Melnik Gortler	019.867.549-60	01	015m	39a 02m 25d
30º	86	Katia Galvão	052.870.239-44	01	012m	29a 05m 23d
31º	.05	Marília Rutenski	042.162.489-26	01	007m	32a 06m 02d
32º	17	Renata Schaadt	005.089.219-37	01	006m	36a 06m 14d
33º	18	Juliane Tandler	086.536.019-70	01	006m	23a 09m 18d
34º	77	Luise Cristina Borsato	066.052.489-96	01	003m	27a 03m 22d
35º	111	Josiliane Ossovsky	037.350.719-45	01	002m	37a 02m 06d
36º	160	Janívia Glaci Scholze Woehl	064.771.619-40	01	000m	36a 02m 05d
37º	64	Eva Sandra Uhlig	039.652.769-80	01	000m	31a 09m 14d
38º	153	Melaine Graciela de Sales	046.643.449-96	01	000m	30a 07m 12d
39º	141	Rosimara Hannemann	419.939.269-68	00	331m	55a 10m 09d
40º	80	Josiane Rauen Schelbauer	006.973.339-22	00	188m	35a 11m 08d
41º	171	Simone Cristina Raboch Balçanelli	710.634.399-49	00	039m	44a 01m 24d
42º	121	Teresinha Pereira Pacheco	569.542.719-34	00	037m	48a 02m 13d
43º	127	Gisele Aparecida Pimentel	054.160.289-63	00	036m	30a 01m 10d
44º	113	Alexandra de Fatima Soares Ribeiro	053.392.029-92	00	033m	36a 11m 03d

45º	33	Marli Jane Ribeiro	901.512.919-34	00	029m	38a 05m 05d
46º	128	Suelen Aparecida Hummelgen	062.847.539-00	00	029m	27a 08m 27d
47º	44	Alexsandra Aparecida Negoczeki	043.081.129-23	00	024m	30a 06m 25d
48º	38	Dircineia Rodrigues Nunes	009.487.919-26	00	022m	30a 03m 14d
49º	19	Josiane Pereira Gulik	040.545.309-40	00	018m	32a 03m 27d
50º	165	Daniele Pereira dos Santos	058.035.629-98	00	012m	29a 09m 14d
51º	102	Claudia Stall	082.795.339-90	00	012m	24a 10m 23d
52º	135	Fernanda Aparecida Mathias	041.441.339-31	00	010m	33a 09m 01d
53º	104	Roberta Sofia Cordeiro da Cruz	063.972.009-90	00	009m	27a 10m 03d
54º	167	Sirlei Libmann de Jesus	009.801.839-60	00	008m	28a 06m 13d
55º	59	Marli Teresinha Schumacher da Silva Soares	046.470.989-07	00	007m	47a 05m 05d
56º	76	Maria Eliane de Souza Luiz	212.925.798-46	00	007m	41a 05m 22d
57º	72	Kely Cristiane Friedrich Drefahl	003.774.029-66	00	007m	36a 03m 01d
58º	10	Joelize Aparecida Altmann de Ramos	054.122.569-37	00	006m	36a 00m 24d
59º	60	Helia de Fatima Elias Portela Walter	041.736.289-78	00	005m	40a 06m 19d
60º	.04	Rocksandra Alves Marin Lins	027.420.849-08	00	005m	35a 03m 17d
61º	143	Eni de Fatima Machovski	008.917.659-64	00	001m	38a 08m 19d
62º	90	Solange Erdmann Grossl	637.183.839-34	00	000m	47a 11m 09d
63º	169	Cristina Wotobra	024.435.019-14	00	000m	39a 03m 08d
64º	82	Nadia Ribeiro	026.352.059-57	00	000m	36a 02m 06d
65º	79	Fabiana Hubner	040.464.959-95	00	000m	34a 06m 05d
66º	1 06	Vanderleia Prussak	004.320.039-75	00	000m	34a 01m 05d
67º	181	Carla Emanuele Schroeder	045.003.459-30	00	000m	32a 02m 13d
68º	02	Cristiane Schelbauer Gonçalves Ribeiro	059.261.729-77	00	000m	27a 11m 29d
69º	06	Evilin Ferraz dos Santos	089.908.149-52	00	000m	21a 03m 23d

Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	156	Joseane Kieski	039.597.559-02	00	103m	33a 11m 18d
2º	129	Jussara Paiva Paula	035.688.189-06	00	01m	34a 00m 15d
3º	158	Tais Buba Kotovicz	093.502.739-42	00	01m	22a 00m 15d
4º	73	Leandro Esteve Brandt Destro	027.279.679-42	00	00m	41a 01m 13d
5º	164	Luci Leidi Odia Contrat Ehlke	003.749.169-50	00	00m	37a 02m 00d
6º	144	Marcia Machovski Gruber	006.652.119-02	00	00m	36a 01m 19d
7º	55	Ana Alsir Minetto Denk	024.751.309-11	00	00m	35a 08m 11d
8º	178	Cristiane Teresinha do Prado	009.270.429-83	00	00m	35a 06m 24d
9º	145	Leila Moreira	036.381.529-52	00	00m	34a 10m 10d
10º	47	Kelly Schnekemberg Bavato	049.908.339-37	00	00m	32a 10m 04d
11º	119	Cleude Mangolte da Silva	035.925.769-09	00	00m	32a 06m 29d
12º	11	Chirlei Roberta da Cruz Silva	042.587.719-10	00	00m	32a 01m 02d
13º	.01	Leticia Brunello Reizer	051.823.099-61	00	00m	29a 03m 15d
14º	108	Fernanda Cubas Hubner	069.837.599-82	00	00m	26a 11m 01d
15º	155	Daniela Armelinda Oliboni	068.888.519-58	00	00m	25a 11m 24d
16º	120	Monike Tatiane Schultz	078.517.619-56	00	00m	24a 08m 06d
17º	138	Emelyn Soraya Ehlke	055.940.379-85	00	00m	24a 00m 20d
18º	125	Franciele Paloma Maiberg	084.170.529-17	00	00m	22a 07m 28d
19º	103	Jessica Alauana Mandrik	088.185.899-46	00	00m	21a 11m 13d
20º	172	Lilian Hansen	090.479.289-70	00	00m	21a 04m 18d
21º	126	Narden Habib	011.352.869-81	00	00m	20a 09m 07d
22º	174	Fabiola Augustin	098.575.299-84	00	00m	19a 02m 16d
23º	65	Larissa Kaiane Cidral Moreira	108.869.149-81	00	00m	18a 08m 23d

Professor II - Educação Física- Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	09	Grasiele da Silva	006.873.139-61	01	177m	35a 04m 02d

2º	54	Lucas de Farias	059.605.449-11	01	70m	28a 07m 11d
3º	48	Marcio Oliveira de Souza	451.341.540-15	01	00	48a 09m 23d
4º	49	Josineide Maria dos Santos	142.000.278-36	01	00	45a 02m 03d
5º	78	Leosir Ferreira de Souza	436.714.899-87	00	82m	49a 09m 17d
6º	131	Marcio Adao Felczak	036.749.479-51	00	60m	33a 08m 24d
7º	159	Ana Carla Hummelgen	064.719.939-43	00	46m	26a 03m 09d
8º	94	Rafaela Muehlbauer	067.672.979-76	00	44m	26a 09m 11d
9º	88	Bruna Justine Kotovicz	063.285.469-39	00	21m	26a 00m 16d
10º	139	Andreik Michel Wollner	071.237.559-79	00	17m	26a 06m 08d
11º	70	Jenice Aparecida dos Santos	096.209.019-08	00	15m	21a 11m 00d

Professor II - Educação Física - Não Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	107	Mateus Alves da Silva	086.030.679-88	00	16m	20a 08m 20d
2º	147	Carlos Francisco Onofre	004.309.919-08	00	07m	36a 11m 15d
3º	105	Marciel Siqueira	054.879.919-95	00	01m	30a 07m 12d
4º	56	Kelly Sacht	065.815.679-90	00	01m	15a 08m 23d
5º	100	Claudio Ildor Mattge	820.584.909-91	00	00m	40a 05m 05d
6º	112	Evelin Ziebarth de Oliveira Cruz	052.629.869-35	00	00m	31a 02m 25d
7º	117	Naira Christina Borges Portella	048.017.939-59	00	00m	28a 09m 03d
8º	58	Cristiane Floriani Gassner	060.330.449-40	00	00m	28a 07m 07d
9º	71	Anderson Henning	085.854.389-32	00	00m	23a 09m 25d
10º	68	Solange Aparecida Simões de Faria	084.082.019-48	00	00m	23a 05m 00d
11º	175	Janine Aparecida Stelzner	088.178.219-00	00	00m	23a 03m 04d
12º	124	Lucas Odenir Niespodzinski	075.570.219-08	00	00m	21a 11m 17d
13º	173	Celso Ossowski	078.459.619-06	00	00m	21a 01m 24d

Professor III - Arte – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	122	Sueli Cardozo	808.364.459-53	01	95m	41a 01m 05d
2º	110	Eliete Teresinha Soares Peters	568.179.679-53	00	82m	49a 04m 13d
3º	03	Bianca Kestering Greipel	005.381.459-27	00	52m	33a 03m 20d
4º	50	Viviane dos Santos Nascimento	068.154.049-43	00	50m	26a 06m 17d
5º	123	Katia Regina Kobus	014.702.159-69	00	00	38a 00m 15d

Professor III - Arte - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	118	Gabrieli Hantschel Alves	080.670.779-83	00	22m	22a 11m 15d

Professor III - Arte - Não Habilitado - Outra Licenciatura

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	30	Charline de Andrade	064.609.699-06	02	24m	26a 03m 14d
2º	91	Helia de Fátima Elias Portela Walter	041.736.289-78	00	05m	40a 06m 19d
3º	89	Solange Erdmann Grossl	637.183.839-34	00	00m	47a 11m 09d

Professor IV - Inglês – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	180	Sonia Bernado Cordeiro	029.467.379-26	02	114m	34a 07m 01d

Professor IV - Inglês - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	27	Suelen Eliza Vier Dreveck	072.369.869-41	00	20m	25a 10m 18d
2º	84	Tatiane Labas	095.786.529-50	00	20m	20a 06m 23d
3º	116	Ederson Idalêncio	004.571.509-20	00	00m	34a 00m 13d

4º	31	Taiane Mariele Schroder	079.547.539-05	00	00m	24a 04m 25d
----	----	-------------------------	----------------	----	-----	-------------

Professor V - Língua Portuguesa – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	162	Silvia Rafaela Kerscher	092.621.379-23	00	00	23a 02m 05d

Professor V - Língua Portuguesa - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	85	Tatiane Labas	095.786.529-50	00	20m	20a 06m 23d
2º	74	Suelen Eliza Vier Dreveck	072.369.869-41	00	09m	25a 10m 18d
3º	99	Nilton Rodrigues Junior	007.129.589-59	00	08m	33a 01m 06d
4º	07	João Paulo dos Santos	078.586.739-20	00	08m	25a 01m 21d
5º	115	Ederson Idalêncio	004.571.509-20	00	00m	34a 00m 12d
6º	150	Tainan Eduardo de Oliveira	104.741.209-88	00	00m	17a 10m 19d

Professor VI - Matemática – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	62	Tiago Lopes Rodrigues	075.125.999-35	00	54m	25a 06m 04d
2º	75	Suelen Milczewski	090.280.369-70	00	21m	22a 02m 18d

Professor VI - Matemática - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	92	Gabriela Tibes Bueno	059.663.699-76	00	39m	27a 02m 05d
2º	101	Luana Renata Humochinski	084.533.289-94	00	12m	24a 03m 27d
3º	109	Bruna Zigovski Biaobock	096.450.159-79	00	10m	22a 05m 21d
4º	98	Marcelo Vallin Rodrigues	104.293.668-41	00	00m	43a 10m 14d
5º	57	Jocineia de Freitas Bispo Mazzeto	062.977.939-21	00	00m	27a 04m 28d

Professor VII - Ciências – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	95	Maria Sofia Cubas Machado	023.431.709-40	01	92	38a 02m 14d
2º	24	Eliane de Cassia Kubiaki Machado	004.179.839-21	01	00	34a 03m 28d
3º	154	Fernando José da Conceição	042.347.929-69	00	00	32a 10m 16d
4º	66	Jessica Jacqueline Bruske Seiffert	074.855.709-19	00	00	23a 07m 20d

Professor VII - Ciências - Não Habilitado Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	40	Bruna Fernanda Gruber	075.398.859-39	00	02m	25a 04m 04d

Professor VII - Ciências - Não Habilitado Outra Licenciatura

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	22	Tatiane Raquel Melnik Gortler	019.867.549-60	01	15m	39a 02m 24d
2º	23	Josiane Pereira Gulik	040.545.309-40	00	16m	32a 03m 27d

Professor VIII - Geografia – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	36	Viviana Aparecida Bueno	082.478.189-90	00	01m	24a 09m 06d

Professor IX - História – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	46	Edineia Giomara Wendt	019.542.399-20	01	102m	39a 07m 21d
2º	136	Marcia Rodrigues de Carvalho	003.393.219-03	01	67m	37a 06m 12d
3º	93	Camila Michele Wackerhage	072.464.499-73	00	10m	22a 08m 07d

4º	168	Renilda Zastrow Mathias	041.048.849-60	00	07m	31a 04m 05d
5º	177	Valdenir Rodrigues Medeiros	615.185.819-00	00	00	50a 03m 01d
6º	170	Diego José Andrade de Oliveira	010.501.229-76	00	00	27a 10m 27d
7º	35	Maike Cristiano Pezzini	080.155.599-01	00	00	23a 02m 07d

Professor IX - História - Não Habilitado – Cursando

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	163	Daniel Marchekek Firmino	074.662.289-92	00	00m	22a 02m 22d

Professor X - Ensino Religioso - Não Habilitado - Outra Licenciatura

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
1º	14	Jacinta Zezotko Woyakeivicz	067.226.179-04	01	59m	26a 09m 20d
2º	34	Monica Augustin Dranka	419.942.489-04	01	31m	56a 09m 25d
3º	45	Alexsandra Aparecida Negoczeki	043.081.129-23	00	12m	30a 06m 25d
4º	96	Edicler Orenice Cubas Munhoz	920.544.129-53	00	08m	44a 05m 11d

ANEXO II

EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016

CANDIDATOS PNE'S (PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS)

Professor IX - História – Habilitado

Classificação	Nº Inscrição	Nome	CPF	Título	Tempo de Serviço	Idade
	52	Lais Grazielle Pasda	068.000.159-03	00	00	21a 04m 01d

RATIFICAÇÃO DISPENSA 16/2016 FMS

A Ilustríssima Senhora,
CAROLINA DA COSTA TELMA

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Dispensa IV de nº 13/2016, tendo a escolha recaído sobre o laboratório "CLINICA DE PSICOTERAPIA E DESINTOXICAÇÃO VERDE VALE". O valor a ser pago é R\$ 4.000,00 mensais.

A contratação será realizada através de processo de Dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, Inciso IV da Lei Federal 8.666/93 e alterações, de acordo com o Parecer Jurídico e vossa solicitação.

Solicitamos a ratificação da presente decisão, para posterior publicação.

Atenciosamente,

Maria Cristina Marciniak Munhoz
Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO
(Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13/2016)

Na qualidade de Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa nº 16/2016, tendo a escolha recaído sobre a empresa "CLINICA DE PSICOTERAPIA E DESINTOXICAÇÃO VERDE VALE". Com o valor de R\$ 4.000,00 mensais, perfazendo o total de R\$ 12.000,00 para 03 meses.

Publique-se,

Campo Alegre, 07 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 14 DE ABRIL DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de Abril de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de JANEIRO E FEVEREIRO DE 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 14 DE ABRIL DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“APROVA RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO referente ao ano de 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 14 DE ABRIL DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 14 DE ABRIL DE 2016

“APROVA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE REFERENTE AO ANO DE 2016.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 13 de Abril de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e eu promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovada a PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE referente ao ano de 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 14 de abril de 2016.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 635/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº635/2016, na modalidade Pregão de nº 12/2016 tendo como objeto a: Recuperação do diferencial do caminhão caçamba (toko) Agrale 1400 placa MKL8243., com fornecimento de peças novas e mão de obra, pertencente à Secretaria de Agricultura e Infraestrutura Rural..

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	1	1,00	2.800,0000	2.800,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	2	1,00	488,0000	488,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	3	1,00	100,0000	100,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	4	1,00	200,0000	200,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	5	1,00	290,0000	290,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	6	1,00	940,0000	940,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	7	1,00	20,0000	20,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	8	1,00	40,0000	40,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	9	6,00	7,0000	42,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	10	9,00	40,0000	360,0000
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	11	1,00	20,0000	20,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
GL - BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP	5.300,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 15 de abril de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL FMS 15/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 840/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 15/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Ere - SC, através de sua Gestora Sra. DALCI M. B. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até as 10:30horas do dia 02 de Maio de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório FMS nº 840/2016, na modalidade de Pregão Presencial FMS nº 15/2016 - Ata de Registro de Preços, cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de serviço de plantão médico de urgência/emergência para atendimento a pacientes do Município de Campo Erê, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal, Rua 1º de Maio, 736 - Campo Ere - SC, de segunda-feira a sexta-feira no horário das 7:30hs. às 11:30hs e das 13:15 às 17:15hs. ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br, Campo Ere - SC, 15 de Abril de 2016. Dalci M. B. Appio - Gestora do FMS.

PREGÃO PRESENCIAL FMS 16/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 841/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 16/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Campo Ere - SC, através de sua Gestora Sra. DALCI M. B. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até as 14:30horas do dia 02 de Maio de 2016, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório FMS nº 841/2016, na modalidade de Pregão Presencial FMS Nº 16/2016 - Ata de Registro de Preços, cujo objeto é Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Procedimentos Médicos, Ambulatoriais e Hospitalares para Pacientes do Município de Campo Erê, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Departamento de Licitações - Centro Administrativo Municipal, Rua 1º de Maio, 736 - Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs. às 11:30hs e das 13:15 às 17:15hs. ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br , Campo Ere - SC, 15 de Abril de 2016. Dalci M. B. Appio - Gestora do FMS.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DL Nº09/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº46/2016.

Dispensa de Licitação Nº 09/2016.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LEITE PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, AMA E ACADAV.CONFORME LEI Nº8.666/93, ARTIGO 24, INCISO XII.

Valor R\$ 18.550,00 (Dezoito mil e quinhentos e cinquenta reais)

Campos Novos, 15 de Abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

AVISO PREGÃO 17/16 AQUISIÇÃO DE TUBOS

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de maio de 2016 às 16.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA TUBULAÇÃO DE VIAS PUBLICAS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. . O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30 horas, diariamente.

Campos Novos, 15 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1017/16

PORTARIA Nº 1017/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSELI DE FATIMA B. SCHIMITE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSELI DE FATIMA B. SCHIMITE referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 06/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1018/16

PORTARIA Nº 1018/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FERNANDA MOCELIN CAMARGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FERNANDA MOCELIN CAMARGO referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 28/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/16 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1019/16

PORTARIA Nº 1019/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA DAS GRAÇAS DE O. ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA DAS GRAÇAS DE O. ALMEIDA referente ao período aquisitivo de 02/09/14 a 01/09/15 a serem gozadas no período de 18/12/16 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1020/16

PORTARIA Nº 1020/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KELLY CRISTINA HARZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KELY CRISTINA HARZ referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/16 a 17/01/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1021/16

PORTARIA Nº 1021/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA BITTENCOURT WALTER referente ao período aquisitivo de 04/02/14 a 03/02/15 a serem gozadas no período de 03/03/16 a 02/04/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1022/16

PORTARIA Nº 1022/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) RO-ANGELA FATIMA ALVES DE SÁ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSANGELA FATIMA ALVES DE SÁ referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1023/16

PORTARIA Nº 1023/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSIVETE GONÇALVES DIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSIVETE GONÇALVES DIAS referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1025/16

PORTARIA Nº 1025/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) QUERLI CALGARO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) QUERLI CALGARO referente ao período aquisitivo de 27/03/15 a 26/03/16 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1026/16

PORTARIA Nº 1026/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAYZA OSHIMA PORTUGAL VAZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAYZA OSHIMA PORTUGAL VAZO referente ao período aquisitivo de 02/01/14 a 01/01/15 a serem gozadas no período de 21/03/16 a 19/04/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1027/16

PORTARIA Nº 1027/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) IVORI ANTONIO TROMBETA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) IVORI ANTONIO TROMBETA referente ao período aquisitivo de 02/02/10 a 01/02/11 a serem gozadas no período de 01/04/16 a 30/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1028/16

PORTARIA Nº 1028/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARINES DA SILVA TODESCHINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARINES DA SILVA TODESCHINI referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1029/16

PORTARIA Nº 1029/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) INARA S. DURIGON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) INARA SALETE DURIGON referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1030/16

PORTARIA Nº 1030/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NATHALIA DEODATO CARDOSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NATHALIA DEODATO CARDOSO referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1031/16

PORTARIA Nº 1031/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIZA APARECIDA FOGAÇA CARNEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIZA AP. FOGAÇA CARNEIRO referente ao período aquisitivo de 18/12/15 a 17/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1032/16

PORTARIA Nº 1032/15 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEONICE APARECIDA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEONICE APARECIDA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1033/16

PORTARIA Nº 1033/15 de 28/03/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LILIANA AP. DELOY MAIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LILIANA AP. DELOY DA MAIA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 03/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1034/16

PORTARIA Nº 1034/15 de 28/03/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MALGARETE DE FATIMA ZOTTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MALGARETE DE FATIMA ZOTTO referente ao período aquisitivo de 17/01/15 a 16/01/16 a serem gozadas no período de 04/01/16 a 03/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1035/16

PORTARIA Nº 1035/15 de 28/03/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA ROSA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1036/16

PORTARIA Nº 1036/15 de 28/03/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANDREIA DE FATIMA R. ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANDREIA DE FATIMA RIBEIRO ANTUNES referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1037/16

PORTARIA Nº 1037/16 de 28/03/16
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELI DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELI DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1038/16

PORTARIA Nº 1038/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVANDRO CESAR DUARTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVANDRO CESAR DUARTE referente ao período aquisitivo de 15/03/10 a 14/03/11 a serem gozadas no período de 31/03/16 a 29/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1039/16

PORTARIA Nº 1039/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIO JOSÉ DALLANORA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIO JOSÉ DALLANORA referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 01/02/16 a 01/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1040/16

PORTARIA Nº 1040/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA IZABEL CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA IZABEL

CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 29/02/13 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1041/16

PORTARIA Nº 1041/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSEMARA WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSEMARA WALTER referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1042/16

PORTARIA Nº 1042/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA APARECIDA P. ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA APARECIDA P. ROSA referente ao período aquisitivo de 01/03/15 a 29/02/16 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1043/16

PORTARIA Nº 1043/16 DE 28/03/16

CONCEDE REMOÇÃO TEMPORÁRIA E ATRIBUI CARGA HORÁRIA A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Artigo 40, da Remoção e da Redistribuição, Seção I, Capítulo V da Lei Complementar nº 03/00 de 04/12/00, e conforme Processo nº 932/2016,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora ANDREIA DE AZEREDO, a remoção temporária de 40 horas, da Creche Municipal Jubileu de Prata para a Pré Escola Municipal A Caminho do Futuro, relativo ao ano educacional de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1044/16

PORTARIA Nº 1044/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CARLA LIMA CHIARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA CARLA LIMA CHIARI referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 29/02/16 a 29/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1045/16

PORTARIA Nº 1045/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) THAÍS RUPP

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) THAÍS RUPP

referente ao período aquisitivo de 11/08/14 a 10/08/15 a serem gozadas no período de 01/04/16 a 30/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1046/16

PORTARIA Nº 1046/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEONICE DA S. FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEONICE DA S. FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 19/02/16 a serem gozadas no período de 29/03/16 a 29/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1047/16

PORTARIA Nº 983/16 de 28/03/16

NOMEIA A SERVIDORA ELZA CARLOS DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA JUNTO A CEIM SONHO INFANTIL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora ELZA CARLOS DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA, junto ao CEIM SONHO INFANTIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1048/16

PORTARIA Nº 1048/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILZETE LIMA SOARES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILZETE LIMA SOARES referente ao período aquisitivo de 08/10/14 a 07/10/15 a serem gozadas no período de 04/04/16 a 03/05/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1049/16

PORTARIA Nº 1049/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 18/02/16 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 05/04/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1050/16

PORTARIA Nº 1051/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCELINA DE F. G. MARINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCELINA DE F. G. MARINI referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 19/01/16 a 17/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1051/16

PORTARIA Nº 1051/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCELINA DE F. G. MARINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCELINA DE F. G. MARINI referente ao período aquisitivo de 19/01/15 a 18/01/16 a serem gozadas no período de 19/01/16 a 17/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1052/16

PORTARIA Nº 1052/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANDREIA VESSARO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANDREIA VESSARO DA SILVA referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 18/02/16 a serem gozadas no período de 19/02/16 a 17/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1053/16

PORTARIA Nº 1053/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUCI TURELLA DOMINGUES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUCI TURELLA DOMINGUES referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 18/02/16 a serem gozadas no período de 19/02/16 a 19/03/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1054/16

PORTARIA Nº 1054/16 de 28/03/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANUSSA BASÍLIO LESSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANUSSA BASÍLIO LESSA referente ao período aquisitivo de 19/02/15 a 18/02/16 a serem gozadas no período de 07/03/16 a 06/04/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1056/16

PORTARIA Nº 1056/16 de 28/03/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVANDRO RAMOS DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária PATRÍCIA ANTUNES está em auxílio- maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EVANDRA RAMOS DE MATOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de março de 2016.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1065/16

PORTARIA Nº 1065/16 de 11/04/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOACIR ALVES DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOACIR ALVES DOS SANTOS do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1066/16

PORTARIA Nº 1066/16 de 11/04/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) PAULA CRISTINA RUCKS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) PAULA CRISTINA RUCKS do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1067/16

PORTARIA Nº 1067/16 de 11/04/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) VERA LUCIA GONÇALVES WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) VERA LUCIA GONÇALVES WALTER do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de

abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1068/16

PORTARIA Nº 1068/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) SIDNEI CARLOS FRIGERI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) SIDNEI CARLOS FRIGERI do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1069/16

PORTARIA Nº 1069/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JURANDIR ANTONIO GRIZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JURANDIR ANTONIO GRIZ do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1070/16

PORTARIA Nº 1070/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) JOEL ROQUE BITTENCOURT

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) JOEL ROQUE BITTENCOURT do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1071/16

PORTARIA Nº 1071/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO JOSE CALIXTO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCISCO JOSE CALIXTO DOS SANTOS do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1072/16

PORTARIA Nº 1072/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) DONIZETE DE JESUS MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) DONIZETE DE JESUS MACHADO do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1073/16

PORTARIA Nº 1073/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLAUDIANA PADILHA DE CAMARGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLAUDIANA PADILHA DE CAMARGO do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1074/16

PORTARIA Nº 1074/16 de 11/04/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) LILIANE DE ANDRADE RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) LILIANE DE ANDRADE RIBEIRO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1075/16

PORTARIA Nº 1075/16 DE 11/04/16
EXONERA POR FALECIMENTO O (A) SERVIDOR (A) ROSANGELA APARECIDA CANONICA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por falecimento o (a) servidor (a) ROSANGELA APARECIDA CANONICA, conforme certidão de óbito nº 108357 01 55 2016 4 00026 061 0006591 13, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1076/16

PORTARIA Nº 1076/16 de 11/04/16
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
11 de abril de 2016
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1093/16

PORTARIA Nº 1.093/2016 DE 15/04/2016

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando o Comunicado do Batalhão de Bombeiros Militar, através do ofício 130-2 BBM;

Considerando o disposto no artigo 151 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que deve ser assegurado aos servidores o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis atos de violação de deveres funcionais por parte do servidor do SAMU Carlos Alberto de Oliveira, assegurando ao mesmo o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 2º - Designar os servidores efetivos nomeados pela Portaria nº 07/2016 de 11/01/16 para comporem a respectiva Comissão.

Art. 3º - Como medida cautelar, afastar o servidor do exercício do cargo, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, podendo ser prorrogado, conforme art. 155 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º - Fixar o Prazo de 60 (sessenta) dias, para conclusão do Processo Administrativo, observando-se as determinações do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos e outras previsões legais.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, 15 de abril de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 984/16

PORTARIA Nº 984/16 DE 28/03/16

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 24132, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora IZABEL CRISTINA ANTUNES RECH, a remoção por permuta com MARLENE APARECIDA DE CARVALHO.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 20 horas semanais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o CAIC Professora Nair da Silva Gris .

Art. 3º - A servidora passará a ter lotação de 40 horas semanais no CAIC Professora Nair da Silva Gris.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 988/16

PORTARIA Nº 988/16 DE 28/03/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA JACINTA DE FÁTIMA ALBERTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio à servidora JACINTA DE FÁTIMA ALBERTI, referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 29/05/16, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

28 de março de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 989/16

PORTARIA Nº 989/16 DE 28/03/16

REDUZ CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR DIEGO ECCO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir para 30 horas a carga horária semanal do servidor DIEGO ECCO, Professor, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

28 de março de 2016

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 990/16

PORTARIA Nº 990/16 DE 28/03/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA PATRICIA MARTINS ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora PATRICIA MARTINS ANTUNES no período de 07/03/16 a 04/07/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 991/16

PORTARIA Nº 991/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARCIA REGINA GASPERIM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARCIA REGINA GASPERIN no período de 15/03/16 a 12/07/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 992/16

PORTARIA Nº 992/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA MARIZETE BECKER TOIGO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora MARIZETE BECKER TOIGO no período de 01/03/16 a 23/06/16.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 993/16

PORTARIA Nº 993/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR JOAO FRANCISCO FELICIDADE DA COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a JOAO FRANCISCO FELICIDADE DA COSTA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 13 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 994/16

PORTARIA Nº 994/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CRISTIANE MARIA SERENA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CRISTIANE MARIA SERENA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 995/16

PORTARIA Nº 995/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARILDA RAMOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a MARILDA RAMOS pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 22 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 996/16

PORTARIA Nº 996/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA DAYANE ROBERTA PENSO NEVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a DAYANE ROBERTO PENSO NEVES pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 997/16

PORTARIA Nº 997/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA CARMELITA DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a CARMELITA DE ALMEIDA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 998/16

PORTARIA Nº 998/16 DE 28/03/16
CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ANA QUEZIA S. RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ANA QUEZIA S. RIBEIRO pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 25 de março de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de março de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 17/2016

Portaria Nº 17/2016
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ANA CARLA WOLFF LOPES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, III, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20(vinte) dias de férias que detém a funcionária ANA CARLA WOLFF LOPES, referente ao período aquisitivo de 19/03/2015 à 18/03/2016, a contar de 11/04/2016.

Art. 2º. Ficam indenizadas 10(dez) dias das férias da servidora ANA CARLA WOLFF LOPES, ocupante do cargo de Assessora Administrativa da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 11 de Abril de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

RESOLUÇÃO Nº 01/2016

RESOLUÇÃO Nº 1/2016

ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO A TODOS OS FUNCIONÁRIOS ATIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. O valor do Auxílio Alimentação instituído na Resolução Nº 5/2015 de 23/04/2015, passará a ser de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) a todos os servidores ativos do Poder Legislativo.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão a conta da dotação orçamentária consignada sob a seguinte rubrica:
Projeto/Atividade: 2.072

Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores
6 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 14 de abril de 2016.

José Tadeu Guzatti
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 09/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 51/2016, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 09/2016, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO E REFORMA DO BARRACÃO DE RECICLAGEM, SITUADO NA RUA MIGUEL DARMOUROS, BAIRRO CAMPO DA ÁGUA VERDE, CANOINHAS/SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 15 (quinze) dias, do mês de abril do ano de 2016, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sra. Cibele Neudorf Batista, nomeados pela Portaria nº 063/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME, representada pela Sra. Marilei Tomelin Nunes Augusto, CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA sem representante presente, KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA - ME, representada pelo Sr. Cleidiomar Oliveira e FERNANDO SIMÃO MARON, representada pelo Sr. Fernando Simão Maron. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME, CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA - ME, e FERNANDO SIMÃO MARON participam da licitação na condição de ME/EPP. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. Em razão de a documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME, CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA - ME, e FERNANDO SIMÃO MARON, habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja, J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME, CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA, KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA - ME, e FERNANDO SIMÃO MARON. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: em 1º a empresa CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 67.229,00, em 2º a empresa KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME com o valor global de R\$ 74.392,34, em 3º a empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME com o valor global de R\$ 80.150,90 e em 4º a empresa FERNANDO SIMÃO MARON com o valor global de R\$ 83.089,95. A Comissão declarou vencedora da licitação a empresa CONSTRUTIBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA com o valor global de R\$ 67.229,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta

ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cleison Tarcisio Fuck Cibele Neudorf Batista
Presidente Secretário Membro

J. LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME
Marilei Tomelin Nunes Augusto

KONKRETA CANOINHAS – CONSTRUTORA LTDA – ME
Cleidiomar Oliveira

FERNANDO SIMÃO MARON
Fernando Simão Maron.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 49/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 72/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 49/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/05/2016, às 14h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DETETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, EM PRÉDIOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA, PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS E FUNDAÇÕES. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 05/05/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 50/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 73/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 50/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 05/05/2016, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: CONJUNTO DE MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO INFANTIL, BALCÕES E ARMÁRIOS PLANEJADOS PARA COZINHA, ESTANTE 03 PRATELEIRAS, CONJUNTO DE MESA COM CADEIRAS, MÁQUINA DE LAVAR ROUPA E OUTROS, DESTINADOS AO NOVO PRÉDIO DO C.E.I RUTH ROCHA. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 05/05/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 7-11/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMS 7-11/2014
SUPRESSÃO DE VALOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 7-11/2014 referente ao contrato n.º FMS 11/2014. Data do Aditivo: 14/04/2016. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL - CAPS NA ESQUINA DA RUA BASÍLIO HUMENHUK COM RUA ANTÔNIO LILLER, NO BAIRRO TRICOLIN COM ÁREA DE 489,48 M2, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA - EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. CLÁUSULA OITAVA- DO VALOR. Fica SUPRIMIDO o valor de R\$ 9.561,28 (nove mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), conforme solicitação n.º 141, da Secretaria Municipal de Planejamento. PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 09/2014. TOMADA DE PREÇO N.º FMS 05/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

FMAS CONTRATO 0141/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0141/2016 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME	
Valor : 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)	
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio.....: 00058 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção Mecânica e Elétrica para o veículo leve à disposição do Fundo Municipal de Assistência Social e para a frota de viaturas do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 15 de Abril de 2016	

FUMREBOM CONTRATO 0140/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0140/2016 M	
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada...: AUTO MECANICA CAPINZAL LTDA EPP	
Valor : 14.407,00 (quatorze mil quatrocentos e sete reais)	
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio.....: 00058 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção Mecânica e Elétrica para o veículo leve à disposição do Fundo Municipal de Assistência Social e para a frota de viaturas do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 15 de Abril de 2016	

FUMREBOM CONTRATO 0141/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0141/2016 M	
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME	
Valor : 11.155,00 (onze mil cento e cinquenta e cinco reais)	
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio.....: 00058 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção Mecânica e Elétrica para o veículo leve à disposição do Fundo Municipal de Assistência Social e para a frota de viaturas do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 15 de Abril de 2016	

FUMREBOM CONTRATO 0142/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0142/2016 M	
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME	
Valor : 17.185,00 (dezessete mil cento e oitenta e cinco reais)	
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2016	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio.....: 00058 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de manutenção Mecânica e Elétrica para o veículo leve à disposição do Fundo Municipal de Assistência Social e para a frota de viaturas do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Recursos Federais, Estaduais e Municipais	
Capinzal, 15 de Abril de 2016	

PMC CONTRATO 0139/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0139/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada....: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZACAO LTDA EPP
Valor : 56.650,00 (cinquenta e seis mil seiscientos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2016 Processo_Licitatório.....: 00057 / 2016
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de de materiais para demarcação viária para aplicação em processo mecânico (máquinas apropriadas) ou manual (rolo ou trincha), para atender as necessidades de pintura, manutenção e melhorias da sinalização horizontal viária em Vias Urbanas do Município
Capinzal, 15 de Abril de 2016

PORTARIA 275/2016

PORTARIA Nº 275, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, do servidor Daniel Marcus Hackbarth Melloto, matrícula nº 410040/02, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais pelo período de 16 de fevereiro a 14 de dezembro de 2016, para substituir a professora titular Mirian de Azeredo e Silva, que reduziu carga horária.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 16 de fevereiro de 2016.

Capinzal – SC, em 16 de fevereiro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 495/2016

PORTARIA Nº 495, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Altera redação de portaria, na forma que especifica

Considerando o documento encaminhado pela Escola Municipal Belisário Pena, em 14 de fevereiro de 2016, contendo as informações dos servidores contratados nesta instituição,

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições, conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da portaria nº 249/2016, do servidor Daniel Marcus Hackbarth Melloto, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O servidor encontra-se em vaga excedente.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de abril de 2016.

Capinzal – SC, em 14 de abril de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2016 - PREGÃO Nº 0037/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2016
PREGÃO Nº 0037/2016

Objeto: Contratação de músicos profissionais para os encontros semanais dos idosos e para os encontros mensais realizados pelo departamento de Assistência Social, CRAS, CREAS e aulas de violão e música para as crianças do SCFV.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 05 de maio de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de abril de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 18 de abril de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2016 - PREGÃO Nº 0038/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2016
PREGÃO Nº 0038/2016

Objeto: Contratação de transporte coletivo para transportar as crianças, adolescentes e idosos atendidos e acompanhados pelo departamento de Assistência Social, CRAS e CREAS do município de Catanduvas-SC.

Abertura das Propostas: 15h15min, do dia 05 de maio de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de abril de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 18 de abril de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto 038/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 038 DE 14.04.2016

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - SC.

- Considerando o Feriado de Tiradentes próximo vindouro;
- Considerando a economia do erário público;

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" nas repartições Públicas Municipais, no dia 22 de abril de 2016 (sexta-feira).

Parágrafo Único. Ficam mantidos os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 de abril de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA DO EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

Comunicamos através deste, a quem interessar possa a errata do Extrato do Edital do Processo Licitatório nº 43/2016, Pregão Presencial nº 29/2016, que foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, na edição nº 1976, página 113, no dia 14 de abril de 2016.

Onde lia-se: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016
Passa a ler-se: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

Chapadão do Lageado, 15 de abril de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 02 de maio de 2016, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para a aquisição e instalação de um refrigerador vertical para acondicionamento de vacinas, imunobiológicos, reagentes e termolábeis para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes. Chapadão do Lageado/SC, 18 de abril de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 171/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 171/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 08, (cinco) dias, datado de 13.04.16;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público CLEBER MEURER, ocupante do Cargo de Professora Nível III – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 13.04.2016 a 20.04.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 13.04.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de abril de 2016.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Chapécó

PREFEITURA

ATO 001/CP/ED/001/16

Ato 001/CP/ED/001/16

DIVULGA LISTA DE ISENTOS DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
DO EDITAL Nº 001/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. As decisões dos pedidos de isenção da taxa de inscrição seguem listadas no anexo I deste ato conforme seu status avaliado pela banca competente.
2. Os candidatos que enviaram os requerimentos em conformidade com o item 5.1 do edital foram devidamente deferidos.
3. Os candidatos que não enviaram os requerimentos de acordo com o edital tiveram seus pedidos indeferidos e para participar do certame, devem efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição até o dia do vencimento (22/04/2016).

Chapécó (SC), 15 de Abril de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

ANEXO I

AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS Ensino Fundamental Completo				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
314674	Analice De Oliveira	13/07/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315682	Claiton Ferraz Araujo Meira	17/10/1979	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314948	Edlin Capeli	29/08/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320289	Gelci Maria Barp	10/03/1969	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324595	Wanderlei Carvalho	15/09/1977	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
MECÂNICO AJUSTADOR Ensino Fundamental Completo				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
316989	Alexandre Antonio Lise Pansera	08/08/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
321115	Douglas Ivoel Bataglion Borges	05/04/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319900	Ederson Da Costa	17/09/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315189	Luiz Carlos Moretto	26/01/1978	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324767	Vanderli Luiz Cattani	17/12/1961	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
OPERADOR DE MÁQUINAS (RETROESCAVADEIRA) Alfabetizado (com prova prática)				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
327786	Joao Goncalves	19/08/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323061	Luiz Eduardo Goncales	06/08/1965	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
VIGIA Ensino Fundamental Completo				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
320627	Ademir Dias Da Silva	02/04/1989	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

323044	Ana Alice Borges	27/11/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317419	Ana Laura Gai	08/02/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321634	Andressa Cristina De Gois	28/08/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
315839	Carlos Eduardo Pinto Lobo	03/07/1964	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316198	Carmensita Elli	18/08/1978	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315087	Caroline De Oliveira Zanatta	02/07/1998	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318147	Celia Regina Miranda Rosa	21/06/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
321025	Cleiton Cristiano Ferrasso	01/08/1992	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
323570	Cristian Bufon Mucelini	18/12/1991	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
317808	Gustavo Henrique Grigulo	22/02/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318408	Janaina Moretto	27/06/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316289	Jose Lucas Camargo	19/08/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327679	Juliano Cesar Riva	23/06/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321894	Lucas Alves Alecrim	15/10/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324895	Maico Momoli Bernardelli	24/05/1989	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
327593	Marcelo Roberto Mews	24/09/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325914	Miguel Lemes Da Luz	21/08/1964	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
326534	Osana Dos Santos Appelt	12/10/1978	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315841	Rodrigo Da Silva Lobo	22/12/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319924	Rosalina Eva Ostrowski Zatti	29/10/1973	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318292	Silvana Bison Da Rosa	09/09/1987	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318142	Suelen Alessandra Barro	12/08/1995	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação

AGENTE DE DEFESA CIVIL | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
326230	Franciele Da Silva	25/08/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326503	Geferson Berton	21/07/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314379	Marcus Heli Cabral Brum	20/03/1973	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO | Ensino Médio (com teste de capacidade física e psicológico)

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
327753	Cristiano Lopes Da Silva	07/02/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327599	Fabiane De Moura	20/03/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321932	Henrique Antunes Dos Santos	27/12/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316013	Jessica Batista De Brum	01/05/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314943	Laercio Velasque	09/11/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
315325	Lindamir Fernanda Antunes	13/07/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315636	Nair Vasum Haupenthal	01/07/1974	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
322794	Rakel Porazzi	06/10/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325300	Rodger Willian Pacheco Rodrigues Antunes	07/07/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316941	Rommel Armando Stockhammer Magalhaes	20/11/1984	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324379	Sergio Bento	07/01/1979	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
318715	Charline Werkhausen Fischer	15/11/1985	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325123	Debora Pelissari	15/10/1984	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324784	Julieth Hussar Brisola	27/10/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316154	Jurilde Fiabani	18/05/1979	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323110	Karin Bandeira Fernandes De Lara	03/04/1998	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316440	Maiquele Mascarello Gracioli Miranda	06/08/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318889	Tatieli Rodrigues Da Silva	23/03/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
323957	Ademir De Oliveira Jesus	25/03/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315964	Adriana Perussi	16/11/1976	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316211	Camila Butelli Camargo	22/08/1995	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323628	Christiane Lisandra De Limas De Abreu	01/04/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322065	Deidiane Canada	12/02/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317677	Elisandra Maia Pia	01/11/1978	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325465	Glauucia Aresi Sarmento	03/01/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
317857	Nelsi Rodrigues	10/11/1979	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
315165	Rafaela Paim	20/03/1989	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325625	Rosane Aparecida Plachutniuk	09/06/1975	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
316307	Silvana Misura De Re	02/08/1977	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324107	Vania Da Silva Oliveira	18/04/1976	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

CUIDADOR SOCIAL | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
322891	Adriana Rosa Coleti Belle	12/12/1974	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
326576	Enideli Rossetto	14/06/1995	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325056	Idalina Rosalina De Miranda	14/04/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314857	Joyce Barbosa Welter	23/10/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323104	Leticia Carolina Seabra	05/10/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323079	Lilian Marta Da Silveira	04/05/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322563	Loreni De Fatima Barboza Dos Santos	09/07/1971	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
327637	Lucieli Zani	19/09/1980	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326508	Margarete Simonetti Do Prado	03/08/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320698	Samuel Jacob Lemos	07/05/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

FISCAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
314125	Aline Borges Esteres	21/12/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
314668	Amanda Thaiza Weber Do Nascimento	04/09/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317327	Ana Paula Cardoso	18/01/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

320737	Ana Paula Masetti	10/03/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323717	Anderson Duarte Fagundes	20/01/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
314498	Andrei Moreira Neves	04/10/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318138	Angelica Raiane Bueno	22/10/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
315618	Beatriz Kirchner	03/04/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316878	Caciano Buchner Bones	02/12/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317780	Carla Andreza Bernardo	28/11/1989	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
326253	Carlos Felipe Da Veiga	30/03/1983	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
314847	Caroline Fagundes	19/11/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
315202	Daniele da Silva Godoi	06/12/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318914	Danusa Henrique	22/11/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322272	Debora Ester Davoglio	12/11/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318712	Dieiton Keoma Ribeiro	14/12/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou Requerimento - Anexo V
325288	Edivane Rodrigues	27/06/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317274	Eduardo Francisco Nunes	30/12/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319235	Eliane Franceschina Cavalheiro	26/05/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318308	Eliane Viegas	21/06/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317015	Elisangela Pedott Bazzi	13/03/1982	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
316152	Elizangela Vortman Trombetta	20/04/1979	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, serviços fora do prazo - Item 5.2.2.2.
321429	Elizeu Studinski	23/02/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319387	Fernando Beatto Vieira	19/07/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316957	Francieli Souza Dos Santos Kabuayi	11/01/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316331	Gabriela Rodrigues	01/09/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324416	Gianara Todeschini	09/11/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325066	Idione Fernanda Nadaletti	16/11/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317442	Isabela Vitorino Ramos	11/03/1997	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324878	Jean Michel Borges	02/02/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323636	Jessica Batista	29/05/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325733	Jorge Alencar Dias	05/04/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315592	Juliana Teles Silva	06/07/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322496	Jussara Da Silva	08/09/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324874	Karen Costella	29/11/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
326361	Karen Katty Oliveira	02/06/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
318184	Karina Pretto	21/02/1990	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
323071	Keli Aparecida Moura Santos	13/01/1983	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320454	Lajus Jean Franceschini	10/11/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323139	Luciana Rodrigues Dos Santos	23/04/1979	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323458	Maiara Padilha	05/05/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações insuficientes
326565	Margarida Bressan	07/12/1966	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324258	Marilice Rosa Dall Rosa	09/06/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
315652	Marli Rodriguero Pigato	01/10/1967	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320635	Patricia Dos Santos	28/05/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
325720	Renato Antonio Ruguzzoni	04/09/1964	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318667	Sabrina De Borba	16/01/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315195	Silvia Siqueira	13/04/1991	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

316183	Simone Mai Kessler	01/11/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
324772	Tatiane Sberse	13/07/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou Requerimento - Anexo V
317279	Vinicius Antohaki	30/06/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316261	Willian Della Betta	09/11/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
319997	Gutemberg Almeida Carmo	05/11/1975	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325482	Marlon Magnus Dos Santos Martins	24/09/1984	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
324673	Alcione Savi	06/09/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317906	Amabile Caroline Delarole Munaro	25/05/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322425	Andre Luiz Capeletti	05/01/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327255	Andreia Aparecida Dias	23/10/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317812	Angelica Siqueira	17/12/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323280	Daiana Santin	27/04/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322516	Deivid Medeiros Damasio	22/05/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
320643	Diessie Aparecida Bacci Pithan	24/02/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319913	Eliakim Dal Santo	09/03/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
321777	Gabriela Pasinato	28/03/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327432	Gian Carlos De Barros	10/02/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327708	Giovana Carolina Schmidt Sanches	02/09/1995	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322681	Giovane Andre Zanchet	28/03/1984	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
314636	Grasiele Ramos Fernandes	18/09/1995	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
324888	Ivanir Antonia Parizotto	31/12/1960	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
326369	Jander Jean Da Silva	15/04/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316118	Jean Mychael Martins Da Silva Pettry	26/02/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321600	Kaline Biasibetti Battisti	16/09/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
317831	Leonardo Roani Cardoso	01/07/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322150	Ligia Cristina Montemezzo	11/03/1982	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
325817	Marina Carla De Carli	28/08/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
322246	Maristela Aparecida Dariz	17/01/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320946	Paola De Sousa	29/04/1998	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
319432	Rosangela Cardoso De Souza	18/03/1965	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320792	Sandra Mayeski Ferreira	28/05/1982	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322453	Simone Chiarelo	10/02/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325080	Sinara Cavalheiro De Carvalho	10/01/1976	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital

313921	Thais Archer	14/08/1987	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
316614	Thalles Alexandro Bringhentti Deitos	20/08/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319775	Thaoan Menzen E Silva	26/08/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

MOTORISTA | Ensino Médio (com prova prática)

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
324750	Claudecir Noronha De Freitas	08/01/1977	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
315203	Ederson Diehl	02/01/1985	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321658	Edson Rezes De Moura	06/12/1982	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
322929	Felipe Alves Da Rosa	26/01/1994	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
316048	Filipe Remus Rampanelli	21/03/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320789	Gleideson Pedon	28/10/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317583	Ironi Correia	11/09/1982	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321095	Miloton Cesar Sahn	23/09/1980	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
325048	Pricila De Oliveira	17/08/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
313985	Rodrigo Cordeiro Da Rosa	22/03/1983	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323952	Silvano Marcelo Kusbick	23/09/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319268	Volmir Rabuske	30/04/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
317654	Andre Luiz Maso	04/11/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327023	Antonio Carloa De Mello	05/04/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325125	Darlan Eziquiel Felisberto Da Silva	22/02/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315926	Diego Fernando Franken Bortoncello	01/06/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315999	Evandro Katsumata	14/04/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321947	Felipe De Aquino Fradique	18/01/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323163	Gabriela Paz	16/04/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327485	Lucio Fabio Bedin	07/10/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319990	Martim Onorio Rodrigues Piaia	18/06/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318892	Renan Junior Soccol	22/10/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
327016	Taise Fernanda Lubenow	02/11/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
318282	Aline Gosch	23/04/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318066	Andreia Lurdes Cibulski De Souza	07/11/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
327130	Camila Cassol	18/04/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, serviços fora do prazo - Item 5.2.2.2.
324458	Carla Fernanda Marangoni	11/05/1979	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, serviços fora do prazo - Item 5.2.2.2.
326425	Carla Regina Wuaden	07/02/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital

318468	Carline Hirsch	13/06/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325904	Claiton Trindade	08/11/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324520	Claudir Ferreira	06/05/1978	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325168	Cleiton Perez	04/01/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
326916	Daiane Regina Kerkhoff	24/06/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324910	Daniel Strada	16/11/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320158	Daniela Vieira Da Rocha	27/12/1975	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318139	Diana Graminho	07/02/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317617	Diego Rosalino Dallazen	31/07/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319098	Emerson Marcos De Toledo	22/02/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325022	Evandro Luiz Santin	24/08/1980	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
314213	Fabiane Bassak Fortes	21/12/1983	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318711	Fabricio Morais Antunes	01/05/1991	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318372	Fernanda Chaves Aloisio	01/10/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327203	Fernanda Magalise Ansolin	30/04/1984	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou a Declaração
317785	Flavio Alves Da Silva	04/05/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317758	Franciele Carla Agostineto	10/02/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317054	Francieli Ogliari	20/11/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325832	Gabriela Hüning Da Silva	01/08/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315966	Janaine Alonaide Dal Piva Gallo	24/08/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324992	Jandira Simonetti	14/05/1984	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318898	Jessica Martinelli Dalpiaz	18/06/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325105	Joao Carlos Valentim Veiga Junior	01/06/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320466	Juliana Beatriz Concatto	02/09/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, serviços fora do prazo - Item 5.2.2.2.
319582	Kassia Marcela Dalmolin	22/11/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325403	Katia Morgana Mohr	30/01/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321518	Katrine Nazzari	05/03/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320780	Katryn Kettlynn De Bona	04/11/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314958	Keti Teresinha Da Silva	14/11/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324116	Leandro Fidelis	14/10/1983	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
318868	Lyara Avelini Zanchettin	09/07/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325043	Marcio Dias	22/12/1983	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327272	Marco Aurelio	24/01/1979	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
327282	Marinilse Oliveira Da Silva Vidal	18/03/1992	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
322177	Meri Terezinha Pinto Amaral	10/03/1964	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317252	Micheli Lucas Fell	22/03/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
316282	Nardete Visoscki	14/01/1978	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

315792	Pamela Priscila Nagel	30/12/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320741	Patricia Cigerza	19/06/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322976	Paulo Roberto Da Silva Cordeiro	12/03/1980	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316485	Pedro Antonio Cappellaro Giaretton	01/06/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320944	Petrucia Schoffen	14/12/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319890	Raquel Cristina Frandolozo	01/04/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323065	Rogério Wuicik	09/09/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316217	Roselaine Janaina Do Prado Freitas	05/11/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319825	Sandra Aparecida Ferron	08/09/1980	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
315882	Sandra Mara Morais	28/12/1976	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320263	Sedenir Ribeiro De Mello	28/10/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
321463	Silvania Maria Zanguebuche	20/05/1983	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320485	Simone Modesto De Melo	05/10/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320035	Sinara Regina Diavan	04/03/1972	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317238	Yuri William Centenaro Statzmann	04/08/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
322366	Tairone Dal Pizol	17/10/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
325874	Carlos Augusto Tagata	28/07/1972	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317710	Janaina Oliveira	02/02/1984	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319912	Naim Martins Moreira Floriano	21/11/1990	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
319335	Rodrigo Carvalho Mathias	22/04/1984	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314686	Tony Marcello Lima Ferraz	17/12/1978	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

TELEFONISTA | Ensino Médio

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
317466	Amanda De Lara	09/04/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314535	Carolina Tomasi	14/06/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321789	Diana Da Silva	25/08/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321596	Jessica Trevisan Goncalves Vieira	20/09/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317422	Marinez Toledo	16/05/1983	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
314541	Marli Salete Meneghin	03/11/1962	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325104	Mirian Andreia Plaut	17/04/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314676	Sabrina Berte Freitas	30/06/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327608	Vanessa Dos Santos Dos Reis	31/01/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

ANALISTA ADMINISTRATIVO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
317237	Alechandro Antonio Schmitt	14/06/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322527	Anderson Jonas Pinheiro	25/05/1989	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
323811	Anna Cristina Schwartz	04/10/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317468	Camila Garbin Sandi	15/08/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
323186	Carla Campos	03/02/1976	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
324699	Cleonice Balzan	26/05/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316504	Debora Kelli Da Cruz	22/11/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319138	Diane Graciela Boito De Souza	13/05/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322583	Dorilde Moretti	15/02/1968	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou Requerimento - Anexo V
324560	Francieli Broll Pruinelli	10/03/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321165	Gabriel Luiz Manrique Ursini	09/02/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
322998	Jacyr Dechamps	15/11/1974	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316421	Janclei Pigatto	23/08/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320236	Jessica Zachi	25/03/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325515	Josiane Maffessoni	11/05/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319388	Kaue Guilherme Balbinot	03/06/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324289	Lucilene Gomes Dos Santos	14/06/1976	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319224	Manoela Steffens	21/09/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325275	Marina Rambo	06/01/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
326297	Naiara Suzin	17/05/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320576	Neide Maria De Souza Ramires	11/03/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318432	Rodrigo Pellizzaro	04/07/1983	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314513	Romeli da Silva	06/06/1972	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
320957	Sandro Antunes Lins	18/12/1991	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
327560	Sandro Mendes Da Silva	24/07/1984	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320000	Simone Da Maia Pavao	27/09/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319083	Tatiane Raquel Ulrich	19/09/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318186	Tobias Pastre	04/05/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320535	Vinicios Ernani Todescatto	11/06/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
325946	Xenia Bett Miranda	23/09/1984	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

ARQUITETO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
313979	Alanna Kasper Rex	19/11/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
320954	Ana Claudia Minela	06/07/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324284	Dionatan Cassio Wehrmann Bernhard	28/05/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
313931	Donizete De Souza	27/04/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325264	Josiane Teixeira	24/10/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação

318005	Luana Jung	13/11/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou Requerimento - Anexo V
323346	Manfrin Djanaina Amanda	01/07/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321338	Marcos Luiz Nunes	02/10/1973	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324867	Morgana Weiss	07/08/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
319120	Rodrigo Vanderlinde	14/04/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação

ASSISTENTE SOCIAL | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
324876	Bruna Marielle Haas	26/08/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324768	Charline Trierveiler	16/01/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316906	Claudia Lago Garlet	19/02/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317345	Cleidiane Cigognini	09/10/1984	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
317507	Jaqueline Aparecida Schinaider Muniz Da Silva	03/03/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
317379	Neila Taciana Padilha Fogliatto	21/11/1973	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321232	Renata Joana Kunzler	16/12/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
323792	Renata Ugolini Possa	06/02/1992	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
326263	Roselei Pedroso	02/12/1975	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
323551	Sandra Lucia Peretto	04/12/1983	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

BIBLIOTECÁRIO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
320753	Rosangela Madella	05/07/1982	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
316127	Sandra Ivanis Bonfante	24/05/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

BIÓLOGO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
314283	Carla Fornari	27/09/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325295	Cleneide Picinin	24/04/1981	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318030	Debora Carneiro Leite	18/10/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319857	Gisele Cigognini	22/09/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324909	Patricia Zanutelli	05/12/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital

CIRURGIÃO DENTISTA | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
325374	Barbara Bonin	13/05/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325806	Bianca Carla Bianco	31/12/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
325636	Daiane Leila Da Silva	02/10/1985	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321685	Evandro Furlan	05/04/1984	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
317464	Everton Santos Ferreira	04/07/1984	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

314481	Fellipe Antonio Dalcin	10/03/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326936	Francieli Cazarotto	05/10/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315064	Gessica Zamboni Cigognini	02/03/1995	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314683	Karoline Markoski	12/07/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
316028	Larissa Cella	19/02/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325285	Marcelo Regis De Oliveira	20/04/1969	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318414	Rozania Pereira De Oliveira	30/03/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324713	William Shi Seng Yeh	24/04/1981	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital

ENFERMEIRO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
314332	Adria Valquiria De Marco	05/05/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
318539	Alexandre De Almeida Soatos	22/03/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318034	Alexsandra Martins Da Silva	16/04/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
322226	Antonio Borges Da Silva	06/09/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318744	Camila Zanesco	28/03/1994	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
314307	Fabiana Adolf Worm	24/01/1978	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320969	Francieli Antoninha Somensi	10/12/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou Requerimento - Anexo V
320295	Gabriela De Nardi Souza	29/06/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
321390	Gislaine Patricia Barros Dos Santos	23/01/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323593	Joao Ricardo Palhano	06/04/1980	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
326309	Keli Cristina Marocco	11/11/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314100	Leidinara Barbosa De Oliveira	08/11/1985	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
324805	Lenir Barbisan	22/04/1972	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou Requerimento - Anexo V
325371	Letícia Farina Puntel	13/02/1989	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
323610	Leticia Alves Krieger	27/07/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321653	Maria Eduarda De Carli Rodrigues	10/03/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316084	Mariana De Oliveira Bueno	20/12/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324030	Marilene Fatima De Oliveira Mendes	25/06/1976	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318151	Marina Suelen Trevisol Dariff	18/02/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314446	Marinez Soster Dos Santos	16/03/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315452	Patricia Grandó	12/03/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319447	Patricia Rambo	31/01/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
326755	Renata Dalberto	19/11/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
327119	Sandra Mara Scaranto	12/09/1981	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316025	Terciane Xerla Gasparetto	15/03/1982	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
314010	Valdeci Garcia	09/05/1975	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
314166	Vanessa Aparecida Gasparin	26/10/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321289	Vanessa Rodrigues Schweikardt	21/12/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

ENGENHEIRO AGRÔNOMO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
325091	Andre Rodrigo Kraemer	03/03/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323884	Carlos Alberto Silveira Mello	21/08/1969	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
319333	Fabio Junior Capelesso	09/03/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315086	Matheus Furtado Silva	18/05/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

ENGENHEIRO DE ALIMENTOS | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
316335	Andrieli Marta	15/08/1996	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326931	Francieli Maili Paini	25/06/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324875	Livia Braga Mendonca	30/12/1992	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
322975	Marcio Martinez Echevengua	18/05/1978	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

ENGENHEIRO ELETRICISTA | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
324352	Abramo Ribeiro Marchese	20/08/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321180	Marcos Cristiano Da Silva	24/05/1980	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314403	Rafael Zottis	09/03/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326918	Vinicius Klein	18/12/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325061	Willy Wing Moreira	26/05/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
322588	Anderson Carlin Ribeiro	30/12/1979	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
319349	Fabricio Dos Santos Villain	07/04/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
317792	Gabriela Pereira	18/03/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320149	Joelcir Jose Gheno	09/07/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital

FARMACÊUTICO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
318041	Antonio Correa Lindenberg	26/05/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
322418	Liziane Trombetta	05/09/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327872	Lucas Marques Pedrosa	08/05/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318307	Maiara Cristina Caus	17/06/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326244	Rosemar Galiotto	02/01/1981	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318836	Sabrina Giovana Rocha Barbosa	23/11/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO/ANALISTA CLÍNICO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
322678	Pamela Schneider Durigon	22/11/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.

FISCAL DO MEIO AMBIENTE | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
314219	Alison Mendonca Da Silva	02/11/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326411	Elisandra Ozorio	30/03/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325583	Giseli Batista Pereira	06/07/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
319861	Valdirene Zobot	09/04/1981	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
316635	Dauana Marchioro	23/01/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
327227	Emanuele Donatti	24/07/1991	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
321104	Gessica Siqueira Talgatti	09/04/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
314065	Henrique Rafael Dos Santos Arruda	03/07/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317331	Paula Marco Marchiori	24/06/1977	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
323435	Taise Fortunato	30/01/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.

FISIOTERAPEUTA | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
321557	Francieli Caroline De Ramos	11/02/1994	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325238	Marilia Nunes Godinho	05/06/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
315428	Susana Aparecida Zibell	25/09/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

MÉDICO VETERINÁRIO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
321333	Leonardo Godoy Aniola	30/08/1981	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
327819	Liago Felipette Da Silva	06/04/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318589	Marco Eduardo Moschen	02/03/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
316306	Patricia Moraes Santos	20/08/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

MONITOR SOCIAL DESPORTIVO | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
322142	Adriane Debiasi	11/03/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
320255	Clediane Bitello	28/12/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321418	Dhaiana Carla Di Bernardo	06/06/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327072	Edivaine Barro	28/04/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
327097	Elizangela Diefenthaeler	21/07/1978	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321470	Fernanda Pit	02/07/1984	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
322813	Franciele Arrua Marin	14/02/1976	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324709	Ivania Peise	19/02/1981	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325753	Jonas Fernando Barichello Gubiani	14/04/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
319087	Juliane Flores De Toledo	06/03/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
317377	Karla Carolina Benedet	20/07/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

316195	Kelly Regina Marcon	06/01/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318844	Lucia Terezinha De Souza Missel	17/02/1969	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325478	Monica Moraes Dos Santos	06/05/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326544	Regina Maria Lecardelli	06/07/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
323081	Roberta Maria Galli	24/10/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318389	Roni Evandro Figueiro	22/05/1975	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319774	Rudimar Eberle	01/03/1967	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
315251	Rudimar Garshal	25/01/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
317503	Tatiane Soares Floss	30/12/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
315923	Vanderlei Porto Freitas	09/04/1976	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

NUTRICIONISTA | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
314542	Jessica Cristina Defant	04/11/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321426	Kelly Daiana Rigoni	02/04/1987	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315575	Marieli Pastorello	31/03/1988	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
321466	Micheli Fernanda Canever	21/09/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321677	Monike Angelica Carrere Da Silveira De Menezes	04/09/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319980	Tamara Becker	27/10/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322216	Tasiane Cappellari	22/03/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314300	Vanessa Fatima Felicio	13/05/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

PROCURADOR MUNICIPAL | Ensino Superior

Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
325232	Aliny Jacira Kades	28/08/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319798	Ana Paula De Aguiar	03/05/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316567	Ana Paula Viecili	18/03/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
323563	Andre Carpeggiani Moreira	25/11/1984	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
324615	Andrei Vinicius Hauser	03/08/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322002	Andressa Cadorin De Castilho	24/08/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314664	Angela Da Silva De Oliveira	06/09/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327421	Bernardo Pizzinato	28/07/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324890	Bruna Zamarchi	09/12/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
326167	Cassiano Schneider	12/04/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322007	Claudinei Andre Spielmann	25/09/1989	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317412	Claudio Antonio De Paiva Simon	28/08/1982	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325862	Cleber Jose Tizziani Schneider	05/01/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, serviços fora do prazo - Item 5.2.2.2.
326693	Daiane Coelho	24/03/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
315868	Daniel Henrique Zardo	08/07/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323244	Daniela De Souza Gomes	12/11/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319149	Debora Behm Da Silva	01/11/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
319686	Deyse Cristina Locatelli	17/03/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327086	Diogo Evandro Bauler	24/01/1991	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316302	Diogo Gehlen	14/08/1990	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

317111	Eder Luiz Werlang	22/04/1966	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
316934	Elenice Scapin Pegoraro	22/06/1982	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325704	Eliana Marcolino Da Silva	10/04/1977	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, cópia sem autenticação
319525	Emmline Antunes Dos Santos	17/10/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327275	Fabricio Roberto Ferro	23/03/1977	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
313953	Fernanda Eloisa Luzzi	20/08/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
319014	Francielli Araujo Veiga	06/02/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315601	Gabriel Antônio Parizotto	28/02/1987	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
315522	Gean Carlos Bernardi	07/11/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316435	Gelson Dos Santos	03/07/1980	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
319948	Gustavo Perosso	21/08/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323406	Hulian Felipe Muller Buligon	29/12/1990	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
315039	Izaías Martins Da Silva	16/03/1982	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
324521	Júlio Vicari	05/10/1990	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
321517	Jean Fernando Selva	31/03/1986	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
318150	Jonatan Braga	20/06/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
324207	Jose Paulo Weide	06/01/1982	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
318910	Karla Florindo De Paula	23/03/1983	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
325172	Katia Cristina Szydoski	19/12/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
320919	Katsura Nayane Balbinot	06/10/1987	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325366	Lourdes Aparecida Vicente Barbosa Kaefer	12/12/1970	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou a Declaração
322121	Luciana Carla Menegolla Tacca	11/06/1985	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
323519	Luiz Fernando Mendes De Almeida	18/01/1992	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
321355	Maicron Eder Lezina Betin	06/10/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
323454	Manuela Gris Sovernigo	29/11/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
319273	Marcia Andreia Correia Herbert	03/03/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
313925	Marcos Da Rocha	23/03/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
321270	Maria Michely Clely Batista Siqueira	17/09/1990	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
314915	Mariana Hess Coracini	15/05/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318343	Mauro Do Carmo	09/09/1967	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
318433	Moises Camilo Dias Goncalves	14/03/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
325977	Norberto Nass	02/10/1971	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
320731	Priscila Elis Signor	25/06/1988	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324225	Rafael De Oliveira Serres	15/12/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
318497	Rafaela Angela Cortina	06/03/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324073	Rafaela De Souza Ribeiro	03/08/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324744	Renan Zambenedetti Matiotti	29/12/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
322902	Rodrigo Ribeiro Melo	11/07/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
317509	Roseli De Oliveira	20/05/1988	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
319751	Simone Vieira	12/12/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
326969	Tabata Luiza Haag	23/01/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
317840	Thais Ebert Poleza	11/11/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
318467	Vanessa Irma Klassen	25/06/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324540	Vinicius Nahan Dos Santos	27/02/1991	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital

PSICÓLOGO Ensino Superior				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
323067	Alaor Luis Limberger	31/10/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316273	Andressa Morgana Abati	07/03/1993	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
319668	Daiana Aparecida Flores Da Cunha	25/08/1985	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
321992	Elidiane Maria Trevisan	09/10/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
326282	Luccas Santin Padilha	06/06/1990	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324212	Manoela Ziegler Huber	21/11/1985	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
315478	Nayele Brandelero	30/03/1989	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
324812	Patricia Sabina Marafon	15/09/1986	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
327318	Tauana Mohr	22/09/1991	Doador de Sangue	INDEFERIDO, doações fora do prazo - Item 5.2.1.
321133	Vanessa Rovani Pavan	17/12/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes

ATO 002/CP/ED/002/16

Ato 002/CP/ED/002/16

DIVULGA LISTA DE ISENTOS DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO EDITAL Nº 002/2016 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. As decisões dos pedidos de isenção da taxa de inscrição seguem listadas no anexo I deste ato conforme seu status avaliado pela banca competente.
2. Os candidatos que enviaram os requerimentos em conformidade com o item 5.1 do edital foram devidamente deferidos.
3. Os candidatos que não enviaram os requerimentos de acordo com o edital tiveram seus pedidos indeferidos e para participar do certame, devem efetuar o pagamento do boleto da taxa de inscrição até o dia do vencimento (22/04/2016).

Chapecó (SC), 15 de Abril de 2016

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

ANEXO I

INSTRUTOR DE MÚSICA: VIOLÃO POPULAR				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
322220	Antonio Borges Da Silva	06/09/1993	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
327690	Venicius Bernardi	01/05/1993	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
INSTRUTOR DE MÚSICA: TEORIA E PERCEPÇÃO MUSICAL/SOPROS METAIS/PERCUSSÃO SINFÔNICA				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
317370	Romeu Fauth	14/04/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS: JAZZ/DANÇA CONTEMPORÂNEA/BALÉ CLÁSSICO				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
321566	Camile Pandolfo Tramontini Carvalho	26/07/1978	Doador de Sangue	DEFERIDO, nos termos do edital
INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS: JAZZ E DANÇA CONTEMPORÂNEA				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS

327249	Damiana Fernandes De Melo	19/11/1976	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
INSTRUTOR DE ARTES VISUAIS: DESENHO ARTÍSTICO/EXPRESSÃO VISUAL/PINTURA				
Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	ISENÇÃO	STATUS
318168	Alex Alexandre Pedroso	18/06/1980	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital
316329	Gabriela Rodrigues	01/09/1994	Doador de Sangue	INDEFERIDO, não enviou comprovantes
325484	Maria De Souza	26/06/1992	Serviço prestado à Justiça Eleitoral	DEFERIDO, nos termos do edital

DECRETO Nº. 32.518, DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 32.518, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Chapecó.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº. 670, de 12 de abril de 2016,

DECRETA :

Art. 1º. Em complemento ao disposto no Decreto nº 31.986, de 18 de janeiro de 2016, fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 22 de abril de 2016, excetuando-se os serviços considerados essenciais.

- 1º Não será facultado o ponto para os servidores públicos municipais que fazem parte dos serviços da Central de Resgate Social, do Abrigo Municipal, da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, do Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso, do Terminal Rodoviário de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei, do Centro de Informações Turísticas, aos Agentes Municipais de Trânsito, aos Guardas Municipais, aos serviços de Vigilância, aos servidores que atuam no Terminal Urbano João Destri, aos servidores públicos municipais que atuam no Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani e no Albergue João Piltz e aos servidores que atuam no Serviço de Atenção Móvel de Urgência - SAMU.

- 2º Não será facultado o ponto, na Secretaria de Saúde, para os servidores públicos municipais que atuam na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, Pronto Atendimento Efapi, CAPS 24 horas e Unidade de Acolhimento onde o horário de expediente será normal e na Farmácia Central com horário de expediente das 08hs às 20hs.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de abril de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.519, DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 32.519, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 29.411, de 14 de julho de 2014, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 1 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 29.411, de 14 de julho de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.
I -
a)
1. Titular - Karina de Witt;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de abril de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.520, DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 32.520, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, que nomeia os membros que constituem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica Municipal de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O item 1 da alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 31.499, de 04 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I -

a)

1. Titular - Simone Barros."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 14 de abril de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 32.521, DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 32.521, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Altera dispositivos do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA :

Art. 1º. Os itens 1 e 2 e a alínea "i" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº 31.444, de 21 de agosto de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

II -

i)

1 - Titular: Êmili Carolina Bruski;

2 - Suplente: Pamela de Almeida Ciqueira."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 14 de abril de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Articulação Institucional

EXTRATO DO TERMO DE CONVENIO Nº 003/2016

CONVENENTE – Procon de Chapecó/SC

CONVENIADO – Câmara de Dirigentes Lojistas de Chapecó -CDL

OBJETO – O presente convênio tem como objetivo a criação e manutenção do denominado Posto Avançado de Atendimento ao Consumidor – PAAC, o qual tem como objetivo acelerar o atendimento das demandas, facilitar o acesso a informação, bem como solucionar as divergências entre consumidores e logistas, a ser mantido pela CDL CHAPECÓ, junto ao PROCON municipal.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá prazo de vigência indeterminado e entrará em vigor na data da sua assinatura.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 11 de Abril de 2016 – Jose Carlos Benini, Presidente CDL Chapecó, Rodrigo Antonio Folle, Coordenador – Procon.

LEI Nº. 6.850, DE 15 DE ABRIL DE 2016

LEI Nº. 6.850, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre ratificação do Contrato de Rateio nº 22/2016 com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Meio Ambiente - CIDEMA, autoriza concessão de contribuição e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o Contrato de Rateio nº. 22/2016, anexo a presente Lei, firmado entre o Município de Chapecó e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, com o objetivo de assegurar a gestão do Mercado Público Regional, um espaço destinado a comercialização dos produtos agrícolas, com o propósito de fomentar a agricultura familiar, predominante nos municípios da AMOSC, dentro do Programa PROMERCADO do Município de Chapecó, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado conceder contribuição no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), no exercício de 2016, ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA para o desenvolvimento do disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de abril de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 6.851, DE 15 DE ABRIL DE 2016

LEI Nº. 6.851, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre ratificação do Contrato de Rateio nº 31/2016 com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social e Meio Ambiente - CIDEMA, autoriza concessão de contribuição e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o Contrato de Rateio nº. 31/2016, anexo a presente Lei, firmado entre o Município de Chapecó e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, com o objetivo de estruturar o Programa Perfuração de Poços Artesianos - PROPOÇOS do município de Chapecó, integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, conforme Resolução nº 04/2015, Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, firmados com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado conceder contribuição no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), no exercício de 2016, ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA para o desenvolvimento do disposto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 15 de abril de 2016.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10 DE 2016

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo Nº 10/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Rede Diário de Comunicação Ltda

Objeto: 25 (vinte e cinco) assinaturas do Jornal Diário do Iguazu

Valor/Ano: R\$ 10.000,00

Vigência: 15/04/2016 até 14/04/2017.

Chapecó, 15 de abril de 2016.

João Marques Rosa

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11 DE 2016

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo Nº 11/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Rede Diário de Comunicação Ltda

Objeto: 25 (vinte e cinco) assinaturas do Jornal Folha de Chapecó

Valor/Ano: R\$ 9.500,00

Vigência: 15/04/2016 até 14/04/2017.

Chapecó, 15 de abril de 2016.

João Marques Rosa

Presidente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08 2016

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Processo Administrativo nº 11/2016

Inexigibilidade de Licitação Nº 8/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Rede Diário de Comunicação Ltda ME

Objeto: 25 (vinte e cinco) assinaturas do Jornal Diário do Iguazu

Valor: R\$ 10.000,00

Chapecó, 15 de abril de 2016.

João Marques Rosa

Presidente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09 2016

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Processo Administrativo nº 12/2016

Inexigibilidade de Licitação Nº 9/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó

Contratada: Rede Diário de Comunicação Ltda ME

Objeto: 25 (vinte e cinco) assinaturas do Jornal Folha de Chapecó

Valor: R\$ 9.500,00

Chapecó, 15 de abril de 2016.

João Marques Rosa

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 260/16

DECRETO SAF/Nº. 260/16, de 12 de abril de 2016.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 4º. da Lei nº. 1.274, de 30 de setembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul, tem a seguinte composição:

I – Representantes da Polícia Militar:

Alexandre Pirotti da Fontoura – titular e

Helder Benincá Viscardi – suplente.

II – Representantes da Polícia Civil:

Evandro Carlos Rodrigues – titular e

Evandro Cipriano – suplente.

III – Representantes do Corpo de Bombeiros

Rafael Tomasi Bittencourt – titular e

Natália Morona Machado Ferreira – suplente.

IV – Representantes do Poder Legislativo Municipal

Volnei da Silva – titular e

Roseny Cittadin Barbosa – suplente.

V – Representantes do Poder Executivo Municipal

Lindomar Maccari – titular

Willian Dajori dos Santos – suplente

VI – Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil

Rafael Uggioni Colombo – titular

Sandro Roberto Faraco – suplente

VII – Representantes da Casa da Cidadania do Município

Márcia Andreia Schultz Lirio Piazza – titular

Rosângela Del Moro - suplente

VIII – Representantes da UNIBAVE

Arlete Aparecida Martins – titular

Diana Morona – suplente

IX – Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul

Valmício de Pieri Vieira – titular

André Elias Pignatelli Zapelini – suplente

X – Representantes das Associações de Bairros de Cocal do Sul

Aldo Cândido Morona – titular

Cássio Pagnan – suplente

XI – Representantes do Lions Clube Cocal do Sul

Muracy José Nesi – titular

Jacques José dos Santos – suplente

XII – Representante do CONSEG

Julier Diogo Morona – titular

Edenilson Rodrigues - suplente

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/N. 407/15, de 19 de outubro de 2015 e o Decreto SAF/N. 252/16, de 04 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 12 de abril de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 263/16

DECRETO SAF/Nº. 263/16, de 15 de abril de 2016.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições e de acordo com a Lei nº. 929, de 11 de março de 2009 resolve,

DESIGNAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul, conforme abaixo discriminado:

I- Representantes de órgãos do Poder Público:

a) FUNDAC – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul:

Titular: Nilton Gonçalves

Suplente: Mariá Silva Réus

b) SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Cocal do Sul:

Titular: Carla Cristina Possamai Della

Suplente: Ângelo Sartor

c) Secretaria de Saúde Pública:

Titular: Mario Lucio Melo

Suplente: Sinara Maria Crippa Milanez

d) Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:

Titular: Ana Paula Teixeira Cechinel

Suplente: Cristina Denésio Corrêa

e) Polícia Militar:

Titular: Alexandre Pirotti da Fontoura

Suplente: Helder Benincá Viscardi

f) Secretaria de Ação Social e da Família:

Titular: Sandra Quarezemin

Suplente: Paula Aparecida Thomaz Zavarize

g) EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural:

Titular: Cleyton José Pereira

Suplente: Michele Goulart Rodrigues Almeida

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:

h) CDL – Clube de Dirigentes Lojistas:
Titular: Ramiris Denoni
Suplente: Fernando de Fáveri Marcelino

i) LIONS Clube de Cocal do Sul:
Titular: José Benevenuto Stopassoli
Suplente: Aleir Correia Oliveira

j) CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:
Titular: Valdir Alano
Suplente: Chelito Furlan

k) Associação de Moradores do Rio Perso:
Titular: Everaldo Zaccaron
Suplente: Mário Zaccaron

l) Associação de Moradores do Bairro Boa Vista:
Titular: Luciano Brolesi
Suplente: Adilson Milton Sant'ana

m) ONG e Associação Patas e Pegadas
Titular: Angela Maria Mendes Anjo
Suplente: Dalila Manoel Martins Cardoso

n) UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde (Campus Cocal do Sul)
Titular: Andréia de Lima
Suplente: Karina Donadel

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 434/13, de 31 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 15 de abril de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/PMCS/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2016

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Aquisição de sementes, no atendimento ao Município de Cocal do Sul. Processo Administrativo nº 23/PMCS/2016, Pregão nº 14/PMCS/2016 e Processo Administrativo nº 25/PMCS/2016, Pregão nº 16/PMCS/2016 foram declarados desertos pelo não comparecimento de interessados, sendo realizada então esta dispensa de licitação.

Fornecedor: Agropecuária Pedras Grandes Ltda.

Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa apresenta preços compatíveis com os praticados no mercado e com as condições preestabelecidas nas licitações anteriores.

Valor: R\$ 21.705,00 (vinte e um mil setecentos e cinco reais).

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os

mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando destes produtos e com as condições preestabelecidas nas licitações anteriores.

Previsão Legal: Artigo 24, inciso V, da lei nº 8.666/93.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 15 de abril de 2016

ADEMIR MAGAGNIN
PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/PMCS/2016
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2016

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 25 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação de profissional da área da Museologia, com experiência comprovada, para realizar um programa de consultoria e assessoria que tem como objetivo a implantação de um museu histórico na cidade de Cocal do Sul, através de inexigibilidade de licitação, art. 25, caput, da lei nº 8.666/93.

Executante: Luana Wasseleski Mendes.

Razão da Escolha do Executante: Luana Wasseleski Mendes, formada em Museologia pela Universidade Barriga Verde (UNIBAVE) desde 2013, possui especializações na área e experiências em museus de cidades da região. Participou de projetos, consultorias e assessorias nas prefeituras de Balneário Rincão, Criciúma, Orleans, entre outras.

Valor Total: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Justificativa do Preço: O valor é compatível com os preços do mercado e com a sugestão de honorários do Conselho Federal de Museologia (COFEM).

Vigência: 06 (seis) meses.

Previsão Legal: Artigo 25, caput, da lei nº 8.666/93.

Dotações Orçamentárias: 07.03.2.054.3.3.90.36.06 (99).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 15 de abril de 2016

ADEMIR MAGAGNIN
PREFEITO MUNICIPAL

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 02 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2016-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC
ADENDO 02 AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2016 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, por intermédio do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de motocicletas novas para o Programa de Combate a Dengue do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital, sofreu alterações.

Em face ao acima informado e em observância ao disposto no - 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo de apresentação das propostas, fica alterada para dia 04 de maio 2016, até as 08:15 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 04 de maio de 2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras, situada à Rua Dr. Maruri, nº 1342, 2º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627

Concórdia, SC, 15 de abril de 2016.

Alessandro Vernize
Gestor do FMS

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 4/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 4/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor, ALESSANDRO VERNIZE, declaro como dispensável o Chamamento Público com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, a favor BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO FRANCISCO da inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, representada pelo seu Presidente, senhor Édio Santo Rosset, CPF nº. 503.347.609-25 e RG nº. 1.556.148, localizado na Rua Rua Vitório Celante, nº 200, apartamento 302, Ed Conrado, Centro, na cidade de Concórdia SC.

O Objeto de tal dispensa é a Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Saúde na dotação de ações de média e alta complexidade, destinado à realização do serviço de sobreaviso no sistema de urgência e emergência. O valor de R\$1.167.233.40 (Hum milhão cento e sessenta e sete mil e duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos) ano, no prazo até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Colaboração se encontram descritos na justificativa, a qual é parte integrante do presente ato e foi publicada no Diário Oficial do dia 11 de abril de 2016, não havendo impugnação.

Face ao disposto no art. 30, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, proceda-se com a devida publicidade.

Concórdia SC, 18 de abril de 2016.

ALESSANDRO VERNIZE
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2016-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2016 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa do ramo de treinamento visando a prestação de serviços de ministrar cursos, oficinas, seminários para crianças e adolescentes, alunos da rede de ensino municipal, Entidades governamentais e não governamentais, rede de atendimento a crianças e adolescentes e socioassistencial, profissionais, conselheiros tutelares e municipais, com recursos próprios, estaduais e federais, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 03/05/2016

Início da Sessão: dia 03/05/2016, às 08h30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 15 de abril de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER
Gestora do FMAS

DECRETO Nº 271/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 271/2016, DE 23 DE MARÇO DE 2016.

Designa SANDRA GUGEL, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações, e considerando o Ofício 09/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a senhora SANDRA GUGEL, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheiro Efetivo, no período de 1º a 19 de abril de 2016, em face do afastamento da conselheira

tutelar, senhora Priscila Grigol Silva, em atestado médico, nomeada pelo Decreto nº 14/2016, de 8 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NOELI WOLOSZYN Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 272/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 272/2016, DE 24 DE MARÇO DE 2016.

Suspende os efeitos do Decreto nº 178/2016, de 3 de março de 2016, que nomeia DEOMAR DA SILVA no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando:

- o Parecer nº 313/2016, emitido pela Assessoria Jurídica da Municipalidade, em 17 de março de 2016;

- a CI DRH 188/2016, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos, em 18 de março de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 178/2016, de 3 de março de 2016, que nomeia DEOMAR DA SILVA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, enquanto perdurar seu afastamento, por atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 7 de março de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 273/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 273/2016, DE 24 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia JULIANA SALETE ROSSETTO no cargo de Controladora da Divisão de Logística; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JULIANA SALETE ROSSETTO, para exercer o cargo de Controladora da Divisão de Logística – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 28 de março de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora JULIANA SALETE ROSSETTO, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão de Logística Administrativa, a partir de 28 de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 274/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 274/2016, DE 24 DE MARÇO DE 2016.

Dá nova redação ao item 1 da alínea "a" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 294/2015, de 16 de março de 2015 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e nos Decretos nºs. 5.129, de 28 de agosto de 2006 e 5.354, de 12 de novembro de 2008.

DECRETA :

Art. 1º O item 1 da alínea "a" do inciso VI do art. 1º do Decreto nº 294/2015, de 16 de março de 2015 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

1. CAMILA CANDEIA PAZ – Fundação Universidade do Contestado – FUnC, Campus Concórdia;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 275/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 275/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CLEI-DE ALVES DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora CLEI-DE ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 276/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 276/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor EDNO GONÇALVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor EDNO GONÇALVES, do cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 277/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 277/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.
Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora MARIETA DE JESUS COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARIETA DE JESUS COSTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro de Convivência Frei Samuel Both, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	NOELI WOLOSZYN Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 278/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 278/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Designa o servidor ANDRE RAMOS RIZELO para responder pelo cargo de Diretor de Transportes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor ANDRE RAMOS RIZELO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor de Transportes, no período de 1º a 23 de abril de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTÔNIO COLUSSI
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 279/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 279/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Designa o servidor VILMAR JOÃO ZORZETTO como Técnico Responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor VILMAR JOÃO ZORZETTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, como Técnico Responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria celebrada com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários, através do Termo de Colaboração nº 1/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 280/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 280/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Designa Gestor e Comissão de Monitoramento e Avaliação da Parceria celebrada com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários e das Parcerias celebradas pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados como responsáveis pela gestão e pelo monitoramento e avaliação da Parceria celebrada com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários, por meio do Termo de Colaboração nº 1/2016, e das Parcerias celebradas pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, com poderes de controle e fiscalização, os seguintes servidores:

I – Gestor: ANGELO BENINI FANTIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

II – Comissão de Monitoramento e Avaliação:

a) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;

b) ANDREIA DE PINHO, ocupante do cargo de Diretora Legislativa;

c) ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

DECRETO Nº 281/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 281/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora NEUSA APARECIDA DAHMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera, a pedido, a servidora NEUSA APARECIDA DAHMER, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Ouvidoria, a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 282/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 282/2016, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia NEUSA APARECIDA DAHMER – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NEUSA APARECIDA DAHMER, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 1º de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 283/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 283/2016, DE 29 DE MARÇO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor NEURI JOSE DE AGOSTINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, ao servidor NEURI JOSE DE AGOSTINI, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de março de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 284/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 284/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor VANDERLEI FERRI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, ao servidor VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de janeiro de 2008 a 7 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de março de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 285/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 285/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.
Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, ao servidor MARCOS ANTONIO MIOR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de abril de 2016, ao servidor MARCOS ANTONIO MIOR, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Setor de Transporte Coletivo Urbano e Serviços de Táxi, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de março de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 286/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 286/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Fixa tarifa das passagens do transporte coletivo, relativas aos Termos de Concessão de Exploração nºs. 7 e 10/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos Termos de Concessão de Exploração nºs. 7/2014, de 25 de março de 2014 e 10/2014, de 20 de agosto de 2014 e nos Pareceres nºs. 1 e 2/2016, da Comissão de Análise de Tarifas Públicas.

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixadas as tarifas das passagens do transporte coletivo, relativas aos Termos de Concessão de Exploração nºs. 7 e 10/2014, a partir de 4 de abril de 2016, na forma abaixo:

I – Termo de Concessão de Exploração nº 7/2014:

Linha	Nome	Itinerário	Valor da tarifa – R\$
05-A	Concórdia – Ouro	Terminal Rodoviário a Vitória	3,49
05-B	Concórdia – Ouro	Vitória a Suruvi	3,49
05-C	Concórdia – Ouro	Suruvi a Ouro	3,49
05-D	Concórdia – Ouro	Ouro a Alto Suruvi	7,34
05-E	Concórdia – Ouro	Alto Suruvi ao Terminal Rodoviário	8,99
06-A	Concórdia – Três de Outubro	Terminal Rodoviário a dos Pintos	3,49

06-B	Concórdia – Três de Outubro	Dos Pintos a Três Barras	3,49
06-C	Concórdia – Três de Outubro	Três Barras a Três de Outubro	5,77
07-A	Concórdia – Barra do Tigre	Terminal Rodoviário a Canhada Funda	3,49
07-B	Concórdia – Barra do Tigre	Canhada Funda a Barra Bonita	4,03
07-C	Concórdia – Barra do Tigre	Barra Bonita a Barra do Tigre	7,72
08-A	Concórdia – São Luiz	Terminal Rodoviário a Guarani	3,49
08-B	Concórdia – São Luiz	Guarani a Sede Brum	3,83
08-C	Concórdia – São Luiz	Sede Brum a Porto Brum	5,87
08-D	Concórdia – São Luiz	Porto Brum a Baixo São Luiz	6,55
08-E	Concórdia – São Luiz	Baixo São Luiz a São Luiz	7,34
08-F	Concórdia – São Luiz	São Luiz a Alto Boa Esperança	7,34
08-G	Concórdia – São Luiz	Alto Boa Esperança a Suruvi	7,34
08-H	Concórdia – São Luiz	Suruvi ao Terminal Rodoviário	3,49

II – Termo de Concessão de Exploração nº 10/2014:

Linha	Nome	Itinerário	Valor da tarifa – R\$
02-A	Concórdia – São Braz	Terminal Rodoviário a Santa Lúcia	6,66
02-B	Concórdia – São Braz	Santa Lúcia a Legeado Guilherme	7,99
02-C	Concórdia – São Braz	Legeado Guilherme a Pinhal Poleta	8,97
02-D	Concórdia – São Braz	Pinhal Poleta a Lageado das Pombas	10,71
02-E	Concórdia – São Braz	Lageado das Pombas a Linha dos Gaios	11,58
02-F	Concórdia – São Braz	Linha dos Gaios a Linha Gasperin	12,73
02-G	Concórdia – São Braz	Linha Gasperin a São Braz	13,31

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 287/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 287/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Nomeia a servidora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei Complementar nº 163, de 26 de julho de 1999 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, ocupante do cargo de Diretora Administrativa, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Educação, no período de 1º a 17 de abril de 2016, em razão do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 288/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 288/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELIANE CAMILLO BONASSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora ELIANE CAMILLO BONASSI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 289/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 289/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.
Concede gratificação, a título de locomoção, a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes dos cargos de Médico, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção:

I – CLOVIS ROGERIO CORREA, matrícula 1057871-03, com efeitos retroativos a 7 de março de 2016;

II – IZABEL CRISTINA PAVÃO DALCIN, matrícula 89915-08, com efeitos retroativos a 3 de março de 2016;

III – SAMOEL LUIZ BITTENCOURT, matrícula 994758-03, com efeitos retroativos a 16 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 290/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 290/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Designa JOSE ALBERTO MAZOCCO, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Cultura – FMC, aprovado pelo Decreto nº 2.383, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor JOSE ALBERTO MAZOCCO, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Cultura – FMC, no período de 4 a 20 de abril de 2016, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º deste Decreto, as funções e atribuições de Superintendente da FMC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 291/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 291/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Dá nova redação à alínea “a” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 145/2016, de 23 de fevereiro de 2016 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º A alínea “a” do inciso III do art. 1º do Decreto nº 145/2016, de 23 de fevereiro de 2016 e alteração, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

a) efetivo: DEBORA RUVIARO;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

NOELI WOLOSZYN
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 292/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 292/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.028, de 13 de setembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, para efetuar a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Concórdia, a partir de 4 de abril de 2016, os seguintes servidores:

I – Pregoeiros:

- a) ANGELO BENINI FANTIN;
- b) CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA;
- c) MAURO FRIGO;
- d) NAIANA CRISTINA FRIGO FESTUGATO;
- e) ONEIDE FRÜHAUF ZUQUI;

II – Equipe de Apoio:

- a) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO;
- b) CAMILA MARCHESAN;
- c) CAUANA RAIRA MARASCHIN;
- d) EDSON FABRICIO;
- e) INES SALETE KLEIN;
- f) JORGE TAKEO TOKUSUMI;
- g) JULIANA SALETE ROSSETTO;
- h) KENIA SIMONE LANG;
- i) LAURINDO FRANCISCO KUFNER;
- j) LIDIANE DAL PRA;
- k) LOANE APARECIDA RISSI;
- l) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA;
- m) SANDRO MARTINI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados, a partir de 4 de abril de 2016, os Decretos nºs. 349/2015, de 1º de abril de 2015; 79/2016, de 3 de fevereiro de

2016 e 268/2016, de 22 de março de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 293/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 293/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia DIOGO CESAR TREVISOL no cargo de Orientador de Informática.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, DIOGO CESAR TREVISOL, no cargo de Orientador de Informática, Grupo Ocupacional Especialista – GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 294/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 294/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia DIRLEI TEREZINHA BONASSI DOS SANTOS no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DIRLEI TEREZINHA BONASSI DOS SANTOS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 295/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 295/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia HELOISE BONIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, HELOISE BONIN, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 296/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 296/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia LEIA CRISTINA RAIMUNDI no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LEIA CRISTINA RAIMUNDI, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 297/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 297/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 298/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 298/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia MARINA ZAGO no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARINA ZAGO, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO N° 299/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 299/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia RENATA VALERIUS no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, RENATA VALERIUS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO N° 300/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 300/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO no cargo de Especialista em Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO, no cargo de Especialista em Educação

– Orientação Escolar, código 11.12, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 301/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 301/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia SOLANGE MARIA MAIA no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SOLANGE MARIA MAIA, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 302/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 302/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia PAULO RODRIGO DA SILVA no cargo de Topógrafo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 9º, I, 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, PAULO RODRIGO DA SILVA, no cargo de Topógrafo, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica o servidor afastado do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 303/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 303/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia NEIDE TERESINHA RITTER VENDRUSCOLO no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, NEIDE TERESINHA RITTER VENDRUSCOLO, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 304/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 304/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Interrompe licença para acompanhar cônjuge, concedida à servidora MARCIA MARTINI LINO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar

nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a licença para acompanhar cônjuge, concedida pelo Decreto nº 972/2013, de 28 de novembro de 2013, prorrogada pelo Decreto nº 878/2015, de 28 de setembro de 2015, à servidora MARCIA MARTINI LINO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 72400-00 e 72400-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 305/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 305/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Designa a servidora ROSELI BUSSOLARO MAGRO como Gestora das Parcerias celebradas com a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer e com a Associação de Portadores de Fissuras Lábio Palatais – PROFIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ROSELI BUSSOLARO MAGRO, ocupante do cargo de Enfermeiro, como Gestora das Parcerias celebradas com a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer e com a Associação de Portadores de Fissuras Lábio Palatais – PROFIS, com poderes de controle e fiscalização, conforme previsto na Lei Federal nº 13.019, de 21 de julho de 2014 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 306/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 306/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor RONEI GARCIA DE MELLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor RONEI GARCIA DE MELLO, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Convênios, a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 307/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 307/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora JULIANA SEVERO KIRCHHOF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JULIANA SEVERO KIRCHHOF, do cargo de provimento efetivo de Arquivista, a partir de 5 de abril de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 308/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 308/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora PAULA ROBERTA PALOMBIT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora PAULA ROBERTA PALOMBIT, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 309/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 309/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora FERNANDA FORNARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora FERNANDA FORNARI, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 77585-03, a partir de 18 de abril de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 310/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 310/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Acresce alínea "q" ao inciso III do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 146/2016, de 24 de fevereiro de 2016, que constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida alínea "q" ao inciso III do parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 146/2016, de 24 de fevereiro de 2016, que constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação dos bens móveis e receber bens adquiridos pelo Município, com a seguinte redação, a partir de 1º de maio de 2016:

"Art. 1º (...)

q) RODRIGO DAL ZOT RITTER." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida ao servidor RODRIGO DAL ZOT RITTER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, a partir de 1º de maio de 2016, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 311/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 311/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia RONEI GARCIA DE MELLO – Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor RONEI GARCIA DE MELLO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 6 de abril de 2016.

Art. 2º O Diretor-Geral exercerá as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 312/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 312/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARCIA BEATRIZ SANTANA GOMES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora MARCIA BEATRIZ SANTANA GOMES, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 103624-03, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2011 a 2 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 313/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 313/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Designa a servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT para responder pelo cargo de Diretora Financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Contabilidade, para responder pelo cargo de Diretora Financeira, no período de 11 de abril a 1º de maio de 2016, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 314/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 314/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Comissão Coordenadora e Equipe Multidisciplinar do Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2016, de 6 de abril de 2016.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão Coordenadora com a incumbência de coordenar e desenvolver todas as fases, bem como decidir acerca de recursos interpostos, referentes ao Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2016, de 6 de abril de 2016, composta pelos servidores abaixo relacionados:

I – presidente: MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI;

II – membros:

a) ELAINE ROMAN;

b) MARTA CORRADI;

c) SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI.

Art. 2º Fica nomeada Equipe Multidisciplinar com a finalidade de promover avaliação dos requerimentos das pessoas com deficiência, candidatas às vagas disponíveis no Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2016, bem como verificar a compatibilidade ou não, da deficiência com as atribuições do cargo, composta pelos servidores abaixo relacionados:

I – ANA LORENA PRADO BRUM, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho;

II – DORIS MARCON, ocupante do cargo de Psicólogo;

III – VANDERLEI JOSE DE LIMA, ocupante dos cargos de Médico, matrícula 76325-02 e Médico do Trabalho, matrícula 76325-04.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 315/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 315/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.
Concede licença-prêmio ao servidor LUIS ANTONIO PARISOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor LUIS ANTONIO PARISOTTO, ocupante do cargo de Médico, matrícula 94404-00, licença-prêmio, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2001 a 31 de julho de 2006, na forma abaixo:

I – um mês convertido em pecúnia, no mês de abril de 2016;

II – dois meses para gozo, nos meses de maio e junho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 316/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 316/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora HAIDE GOSSENHEIMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, à servidora HAIDE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Escriturário, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 12 de março de 2011 a 11 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 317/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 317/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor OSEIAS GANSSAVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2016, ao servidor OSEIAS GANSSAVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 318/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 318/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor EURIDES LUIS RUCHS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de maio e junho de 2016, ao servidor EURIDES LUIS RUCHS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 91995-00, o gozo de dois meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 319/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 319/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELAINE ARCELITA MACHADO BRAUM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2016, à servidora ELAINE ARCELITA MACHADO BRAUM, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 73180-00, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Secretária Municipal de Educação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 320/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 320/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

Altera expressão constante no caput do art. 1º do Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013 e alteração, que dispõem sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012. DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: “EDNO GONÇALVES” para: “RONEI GARCIA DE MELLO”, constante no caput do art. 1º do Decreto nº 963/2013, de 25 de novembro de 2013 e alteração, que dispõem sobre a movimentação das contas bancárias da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 321/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 321/2016, DE 7 DE ABRIL DE 2016.

Designa a servidora DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA para responder pelo cargo de Encarregada da Seção da Central de Medicamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA, ocupante do cargo de Farmacêutico, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção da Central de Medicamentos, no período de 11 a 19 de abril de 2016, em face do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	ALESSANDRO VERNIZE Secretário Municipal de Saúde
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 322/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 322/2016, DE 7 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação ao caput do art. 1º do Decreto nº 75/2014, de 24 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a coordenação, ordenação de despesas e movimentação de contas do FMHIS, FMAS e FIA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e nas Leis Complementares nºs. 75, de 9 de dezembro de 1993 e alterações; 518, de 17 de setembro de 2008 e 593, de 21 de setembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 75/2014, de 24 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a coordenação, ordenação de despesas e movimentação de contas do FMHIS, FMAS e FIA, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica designada, a partir de 1º de abril de 2016, a senhora NEUSA APARECIDA DAHMER, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação para:” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 6102
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.102, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.0452.0039.2029 Ações dos Serviços Urbanos – SEMURB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.080000 Contribuição – Cosip R\$ 120.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 120.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE REPASSE DE EQUIPAMENTO Nº 1/2013
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE REPASSE DE EQUIPAMENTO Nº 1/2013**

ESPÉCIE: Rescisão, amigável, com efeitos retroativos a julho de 2015, do Termo de Repasse de Equipamento nº 1/2013, de 11 de junho de 2013, entre MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, pela POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 20º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, neste ato representada pelo seu Comandante, Tenente-Coronel RICARDO ALVES DA SILVA, doravante denominados RECEBEDORES e a empresa ELISEU KOPP & CIA. LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 93.315.190/0001-17, neste ato representada pelo seu Procurador, senhor ALEX SCHNEIDER VITALIS, inscrito no CPF sob nº 000.408.830-19, doravante denominada PROPRIETÁRIA.

DATA DA ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2016.

LEI ORDINARIA Nº 4855
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.855, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

Dá nova redação à Lei nº 4.136, de 17 de dezembro de 2009, com redação dada pela Lei nº 4.284, de 28 de abril de 2011, que dispõem sobre a regulamentação da atividade dos profissionais em transporte de passageiros e mercadorias com o uso de motocicleta no Município de Concórdia, SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 4.136, de 17 de dezembro de 2009, com redação dada pela Lei nº 4.284, de 28 de abril de 2011, que dispõem sobre a regulamentação da atividade dos profissionais em transporte de passageiros e mercadorias com o uso de motocicleta no Município de Concórdia, SC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O transporte remunerado de passageiros com o uso de motocicletas - moto-táxi, constitui-se um serviço de utilidade pública, autorizado pelo Município, mediante processo de seleção e obedecerá ao disposto nesta Lei.

- 1º O serviço poderá ser prestado por pessoa física ou jurídica, que explore esse serviço por meio de frota própria, desde que selecionados em processo de seleção, tenham autorização para operação do serviço, preencham os requisitos da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, e disponham de motocicletas e condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal.

- 2º O processo de seleção obedecerá, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública.

Art. 2º O serviço relativo ao exercício da atividade dos profissionais em entrega de mercadorias, moto-frete, poderá ser executado no Município de Concórdia, SC, mediante o cadastramento das motocicletas e condutores junto a Prefeitura, e obedecerá ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O serviço poderá ser prestado por pessoa física ou jurídica, que explore esse serviço por meio de frota própria, desde que preencham os requisitos da Lei Federal nº 12.009/2009, e disponham de motocicletas e condutores devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, denomina-se:

I – autônomo: pessoa física autorizada a prestar os serviços de que trata esta Lei e devidamente habilitada para conduzir a motocicleta;

II – autorização: ato pelo qual a Prefeitura Municipal autoriza a execução das atividades previstas no art. 2º desta Lei, à pessoa selecionada de processo de seleção;

III – condutor: profissional que exerce a atividade de conduzir a motocicleta, que preenche os requisitos estabelecidos nesta Lei e que esteja cadastrado na Prefeitura Municipal como condutor;

IV – licença: documento expedido em relação às motocicletas utilizadas por condutores autônomos ou pelas pessoas jurídicas, após aprovação em vistoria e cumprimento das demais exigências desta Lei;

V – motocicleta: veículo do tipo motocicleta, com características definidas nesta Lei, utilizada para realização dos serviços de moto-táxi e moto-frete;

VI – moto-frete: modalidade de transporte remunerado, de pequenas cargas ou volumes, em quantidade compatível com a motocicleta, mediante equipamento adequado para acondicionamento de carga, nela instalado para esse fim;

VII – moto-táxi: modalidade de transporte remunerado de passageiros em motocicleta;

VIII – pessoa jurídica: sociedade empresarial, associação ou cooperativa.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE MOTO-TÁXI

Art. 4º Para explorar o serviço de moto-táxi, por pessoa jurídica, esta deverá ser selecionada em processo de seleção, observados os seguintes requisitos:

I – dispor de sede ou filial no território do Município de Concórdia, SC;

II – estar inscrita no Cadastro de Contribuintes do Município de Concórdia, SC;

III – estar inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

IV – apresentar contrato social ou ato constitutivo e última alteração, registrados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, e/ou Certificado do Microempreendedor Individual – MEI;

V – apresentar as certidões de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e Fazenda Municipal.

Art. 5º Para explorar o serviço de moto-táxi por pessoa física, o mesmo deverá ser selecionado em processo de seleção, observados os seguintes requisitos:

I – residir no território do Município de Concórdia, SC;

II – estar inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município de Concórdia, SC;

III – estar inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

IV – apresentar Carteira de Identidade ou outro documento idôneo de identificação;

V – apresentar motocicleta de sua propriedade, devidamente cadastrada nos termos do art. 15 desta Lei;

VI – estar em situação regular perante o INSS e a Fazenda Municipal;

VII – estar inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;

VIII – possuir registro como veículo da categoria de aluguel junto ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SC.

Art. 6º A autorização do serviço de moto-táxi Municipal será concedida através de processo de seleção, devendo ser observado os princípios constitucionais da legalidade, igualdade ou isonomia e da publicidade, e obedecerá ao disposto nesta Lei, seguindo as seguintes proporções e limites:

I – a quantidade de vagas para moto-táxi será estipulada em proporção ao total da população indicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo 1 (uma) vaga para cada 2.000 (dois mil) habitantes;

II – no mínimo 2/3 (dois terços) das autorizações para pessoa física, limitada a uma autorização por CPF;

III – no máximo 1/3 (um terço) das autorizações para pessoa jurídica, limitada a uma autorização por CNPJ.

Parágrafo único. O local para o exercício da atividade de moto-táxi será definido pela Municipalidade, observando a demanda e a necessidade de licenças por ponto.

Art. 7º Além do exigido no art. 1º desta Lei, na legislação de trânsito, ou regulamentos, o edital de seleção poderá definir outras condições, sendo a autorização válida por 10 (dez) anos.

Parágrafo único. A autorização é intransferível e será considerada extinta quando ocorrer sua transferência, devendo o detentor comunicar ao Município a sua desistência.

Art. 8º A autorização será extinta nos casos e condições previstas na legislação em vigor, bem como nas condições previstas em regulamento, edital de seleção e respectivo contrato.

Art. 9º A pessoa jurídica deverá apresentar, semestralmente, a relação de todos os condutores em operação, bem como fornecer outras informações pertinentes à atividade, que lhe sejam solicitadas.

Parágrafo único. Sob pena de perda da autorização, deverão ser comunicados à Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da ocorrência, os afastamentos, por qualquer motivo, dos condutores e a paralisação dos serviços.

CAPÍTULO III

DO SERVIÇO DE MOTO-FRETE

Art. 10. Para exploração do serviço de moto-frete, por pessoa física ou jurídica, devem ser observados os seguintes requisitos:

I – ter sede no território do Município de Concórdia, SC;

II – estar inscrito no Cadastro de Contribuintes do Município de Concórdia, SC;

III – estar inscrito no CNPJ, ou CPF;

IV – apresentar motocicleta de sua propriedade, devidamente cadastrada nos termos do art. 15 desta Lei;

V – possuir registro como veículo da categoria de “aluguel” junto ao DETRAN/SC.

- 1º A instalação ou incorporação de dispositivos para transporte de cargas deve estar de acordo com a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

- 2º É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões através de moto-frete, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de sidecar, nos termos de regulamentação do CONTRAN.

CAPÍTULO IV

DA INSCRIÇÃO DO CONDUTOR

Art. 11. Para operar no serviço de moto-táxi e moto-frete de que trata esta Lei, os condutores deverão estar inscritos na Prefeitura Municipal como condutores.

Art. 12. Para a inscrição como condutor, além das exigências estabelecidas pela legislação de trânsito e outras que poderão ser fixadas em regulamento, os condutores deverão ter, no mínimo, 21 (vinte e um) anos completos e apresentar os seguintes documentos:

I – Carteira Nacional de Habilitação – CNH, válida e expedida há pelo menos 2 (dois) anos, constando no campo observações “Exerce Atividade Remunerada de Serviço de Moto-Frete e/ou Moto-Táxi”;

II – comprovante de aprovação em curso especializado, nos termos regulamentados pelo CONTRAN;

III – comprovante de aquisição de colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos regulamentados pelo CONTRAN;

IV – prontuário de condutor, expedido pelo DETRAN, com extrato de pontuação por infrações de trânsito, anotado em cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Parágrafo único. Será negada a inscrição no Cadastro Municipal de Condutores ao que não apresentar todos os documentos mencionados neste artigo, bem como ao que tiver ultrapassado 20 (vinte) pontos no prontuário de que trata o inciso IV deste artigo, até que sejam excluídos pelo Órgão competente de Trânsito.

Art. 13. O Cadastro do Condutor terá validade de 1 (um) ano ou até o término do prazo de vigência da Carteira Nacional de Habilitação, caso esse venha a ocorrer antes.

Parágrafo único. Para a renovação do Cadastro deverão ser atendidos todos os requisitos exigidos para sua autorização, previstos no art. 12 desta lei.

Art. 14. O autorizado poderá ter auxiliares, que atuarão em regime de colaboração, emprego ou qualquer outra forma permitida pela legislação federal, desde que não vedada por esta Lei.

CAPÍTULO V

DO CADASTRO DA MOTOCICLETA

Art. 15. A motocicleta a ser utilizada nos serviços remunerados de moto-táxi e moto-frete, de que trata esta Lei, além das exigências da legislação de trânsito e das que vierem a ser fixadas em regulamento, deverá ser cadastrada no Município e atender aos seguintes requisitos:

I – ser original de fábrica;

II – ter no máximo 5 (cinco) anos de fabricação;

III – ter capacidade mínima de 125 (cento e vinte e cinco) e máxima de 300 (trezentas) cilindradas;

IV – possuir registro de propriedade em nome da pessoa detentora do direito de explorar os serviços de que trata esta Lei;

V – possuir registro como motocicleta da categoria de aluguel;

VI – inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

VII – estar inscrita no cadastro da Prefeitura Municipal;

Parágrafo único. A motocicleta deverá ser licenciada por categoria, e o regulamento estabelecerá os equipamentos e as formas de identificação de cada categoria.

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS CADASTRADAS E DOS CONDUTORES

Art. 16. As empresas e pessoas credenciadas, bem como os condutores cadastrados deverão respeitar as disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, especialmente:

I – cumprir o disposto no CTB e na legislação do Município de Concórdia;

II – transportar carga somente em condições e limites de quantidade, peso e dimensões aprovados em legislação pertinente;

III – conduzir a motocicleta com os equipamentos de segurança e dispositivo de controle aprovados e exigidos em legislação específica;

IV – portar os documentos originais válidos, que autorizem o serviço;

V – agir com respeito e urbanidade nas relações interpessoais da atividade;

VI – comparecer às convocações feitas pela Administração Pública, bem como aos cursos de orientação exigidos;

VII – estacionar a motocicleta sempre em local adequado e permitido;

VIII – manter a motocicleta em boas condições de tráfego;

IX – fornecer à Prefeitura Municipal todas as informações que forem solicitadas sobre as atividades exercidas;

X – comunicar à Prefeitura Municipal quaisquer alterações contratuais, do estatuto, de endereço e área destinada ao estacionamento das motocicletas e de atendimento ao público;

XI – atender a todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

XII – utilizar capacete e colete com identificação do condutor, aprovados pelos Órgãos competentes.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 17. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições desta Lei, respondendo o infrator civil, penal e administrativamente.

Art. 18. As infrações a qualquer dos dispositivos desta Lei, sujeitam as pessoas que exploram os serviços de que tratam os art. 1º e 2º desta Lei, conforme a gravidade da falta, às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – penalidade pecuniária;

III – apreensão da motocicleta;

IV – suspensão temporária da autorização;

V – cassação da autorização.

Art. 19. A advertência será sempre por escrito, toda vez que o prestador de serviços:

I – infringir os regulamentos, portarias e outras exigências impostas por normas;

II – tiver contra si comprovadas denúncias de prestação de serviço de forma atentatória ou perigosa a passageiros e pedestres;

III – estar em dívida com a municipalidade.

Art. 20. A penalidade pecuniária consistirá em multa correspondente a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência – UFIRs Municipal e será inscrita em dívida ativa, caso não seja paga no prazo regulamentar.

Parágrafo único. A penalidade pecuniária de que trata o caput deste artigo será aplicada nos casos em que o prestador de serviços:

I – não respeitar os requisitos e exigências estabelecidos pela legislação de trânsito;

II – transportar mais de um passageiro ou volume e/ou peso de carga acima do permitido;

III – não possuir os equipamentos e requisitos na motocicleta, de acordo com o estabelecido em regulamento;

IV – cobrar valor maior que o limite regulamentar;

V – reincidir na penalidade de advertência.

Art. 21. A reincidência em infração com penalidade pecuniária dá ensejo à sua cominação em dobro.

Art. 22. Dar-se-á a apreensão da motocicleta, sempre que esta se mantiver em serviço, mesmo após verificado por vistoria que não atende às exigências legais.

Parágrafo único. Nos casos de apreensão, a motocicleta será recolhida em depósito, e a devolução proceder-se-á somente depois de pagas as despesas de transporte e guarda do veículo, assim como, da assinatura de termo de comprometimento de que a motocicleta se adequará às exigências legais.

Art. 23. No caso de prestação do serviço sem a devida autorização ou com condutor e/ou motocicleta não inscritos junto ao Município, o infrator ficará passível de multa de 150 (cento e cinquenta) UFIRs Municipal e apreensão da motocicleta.

Art. 24. No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 3 (três) meses, a motocicleta apreendida será vendida em hasta pública pelo Município, sendo aplicada a importância apurada, na indenização das multas e despesas e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 25. Será imposta pena de suspensão ao prestador de serviços que:

I – descaracterizar a motocicleta, retirando-lhe os equipamentos de segurança exigidos por lei e respectivo regulamento;

II – não regularizar a motocicleta apreendida;

III – for punido com mais de 2 (duas) penalidades pecuniárias.

Art. 26. A pena de declaração de caducidade ou perda da autorização será imposta ao prestador de serviço que, por qualquer forma, transferir, ceder, emprestar, comercializar ou permitir que alguém utilize a motocicleta para exploração da atividade, de forma ilegal e sem autorização, assim como, ter sido penalizado com a suspensão e reincidir na mesma.

Art. 27. Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto, em 2 (duas) vias, no qual, entre outras informações, constará o relato do fato objeto da infração, o dispositivo legal infringido, a identificação do infrator e da motocicleta, o dia e o local, e dado conhecimento ao infrator.

- 1º No prazo de 5 (cinco) dias úteis o infrator poderá apresentar defesa escrita.

- 2º Em não sendo apresentada a defesa ou sendo ela julgada improcedente, será imposta a penalidade, da qual caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 28. As autorizações para a exploração dos serviços de moto-táxi e/ou moto-frete, concedidas mediante credenciamento efetuado até 31 de dezembro de 2010, permanecerão até o prazo de renovação, de 5 (cinco) anos, findo o qual, extinguir-se-ão.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas abrangidas pelo disposto no caput deste artigo não poderão aumentar o número de condutores e motocicletas, em relação aos que possuírem cadastramento efetuado até 31 de dezembro de 2010.

Art. 29. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 30. Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, inclusive para a fixação da tarifa máxima a ser cobrada pelos profissionais de que trata esta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de abril de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

PORTARIA Nº 59/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 59/2016, DE 31 DE MARÇO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA, ocupante do cargo de Diretora Pedagógica, no período de 1º a 15 de abril de 2016;

II – JALMIR MARIO GIOTTO JUNIOR, ocupante do cargo de Controlador da Divisão Administrativa, a partir de 18 de abril de 2016;

III – MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 104558-05, no período de 1º a 14 de abril de 2016;

IV – MARTA DAHMER SORDI, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Associativismo Rural, no período de 1º a 10 de abril de 2016;

V – MILTON DE AZEREDO E SILVA, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Manutenção, no período de 1º a 15 de abril de 2016;

VI – NEIVA MARIA MAIER, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, no período de 5 a 19 de abril de 2016;

VII – ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Mecânico, no período de 6 a 20 de abril de 2016;

VIII – RODRIGO DAL ZOT RITTER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 15 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 60/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 60/2016, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI e tendo em vista a necessidade de cumprir com o disposto na Legislação Eleitoral.

RESOLVE:

Art. 1º Além das demais disposições previstas na Legislação Eleitoral ficam estabelecidas normas e procedimentos, que devem ser observados pelos agentes e servidores públicos municipais, por ocasião do período eleitoral.

Art. 2º São vedadas as seguintes condutas aos agentes públicos municipais:

- I – fixar ou portar adesivos ou propaganda política, de qualquer tipo, de partidos ou candidatos, em veículos, máquinas e outros bens públicos, assim como, em locais e repartições durante o exercício das atribuições públicas;
- II – utilizar veículos oficiais para deslocamentos com finalidades políticas, estranhas ao uso exclusivo nas atividades pertinentes ao serviço público, como: reuniões partidárias, comícios e congêneres;
- III – efetuar ou autorizar particulares ou candidatos, a afixar ou veicular propaganda política em bens públicos, inclusive dos que são objeto de concessão ou permissão;
- IV – manter, em seus respectivos locais de trabalho, qualquer tipo de adesivo ou propaganda político partidária;
- V – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social, custeados ou subvencionados pelo Poder Público;
- VI – a vinculação de qualquer serviço público com promoção ou favorecimento a candidato.

Art. 3º Durante o ano de 2016 deverão ser observados os seguintes aspectos, de forma a não ocorrer:

- I – gastos no primeiro semestre do ano com publicidade superiores a média dos gastos no primeiro semestre dos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito;
- II – a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, estado de emergência ou programas sociais, autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa;
- III – qualquer ato público, reunião ou condução de programa que possa vir a caracterizar o uso promocional em favor de candidato, partido ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;
- IV – patrocínio, auxílio, apoio ou qualquer forma de participação em programa social que possa estar vinculado a candidato ou por esse mantido;
- V – cedência ou autorização de uso de bens públicos de uso especial ou dominical para realização de reuniões políticas, comícios ou outras atividades políticas, ressalvada a convenção partidária;
- VI – qualquer tratamento que possa privilegiar ou prejudicar partidos políticos, membros desses, postulantes a candidaturas ou candidatos e congêneres;
- VII – a partir de 5 de abril, qualquer ato que provoque aumento de remuneração dos servidores e, a partir de 2 de julho, aumento de despesa de pessoal;
- VIII – a partir de 1º de maio, qualquer ato que caracterize a assunção de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do ano, salvo se for reservada a correspondente disponibilidade de caixa;
- IX – a partir de 2 de julho, prática de qualquer ato que resulte em:
 - a) forma de tratamento diferenciado ou que possa caracterizar benefício ou perseguição a servidor público, em especial nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, remover, transferir ou exonerar, ressalvadas as situações legalmente permitidas;
 - b) viabilizar a transferência voluntária de recursos da União ou do Estado ao Município, ressalvadas as situações excepcionadas em lei;
 - c) realizar qualquer forma de publicidade institucional;
 - d) realizar reuniões ou atos públicos de entrega ou inaugurações de obras ou de lançamento de programas ou ações, com a participação de candidato a cargo público.

Parágrafo único. Havendo necessidade de realizar qualquer ato ou ação que envolva os aspectos mencionados neste artigo, somente poderão ser realizados após manifestação formal favorável do Controle Interno e da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

Art. 4º No período de 2 de julho a 2 de outubro de 2016, todos os agentes públicos municipais deverão observar as condutas a seguir relacionadas:

- I – fica vedada a permanência de veículos particulares que contenham adesivos ou propaganda política, de qualquer tipo, de partidos ou candidatos, no pátio e na garagem localizada no subsolo do Centro Administrativo Municipal e em outros imóveis de uso especial ou dominical de domínio do Município;
- II – fica proibido atuar em comitê eleitoral durante o horário de expediente, exceto em férias, licença-prêmio, licença-maternidade, licença

sem remuneração, licença para atividade política ou outro tipo de licença, afastamento ou concessão;

III – é vedada a participação em manifestação de caráter político partidária, em horário de expediente, exceto em férias, licença-prêmio, licença-maternidade, licença sem remuneração, licença para atividade política ou outro tipo de licença, afastamento ou concessão;

IV – fica proibido o uso de computadores, internet, telefone e demais equipamentos públicos, para elaborar e enviar qualquer tipo de mensagem ou material de cunho político partidário ou relacionado ao pleito eleitoral.

Parágrafo único. No caso de recebimento, por qualquer servidor público municipal, de e-mail contendo material de que trata o inciso IV deste artigo, este deverá providenciar sua imediata remoção do equipamento.

Art. 5º A não observância de qualquer dispositivo desta Portaria, bem como o cumprimento de forma incorreta ou incompleta, poderá sujeitar o responsável a penalidades disciplinares previstas no art. 163 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais e legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 61/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 61/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial, com a incumbência de analisar e julgar as propostas técnicas do Processo Licitatório que objetiva contratar sistema de gerenciamento de dados para a Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves.

Parágrafo único. Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – presidente: CLEUCIR SULENTA;

II – membros:

a) CLECI BISON;

b) DOMINGA TERESA SCHIAVINI ALVES;

c) FLAVIANO ESTEBAN;

d) MARIA SALETE NECKEL ZORZAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 62/2016
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 62/2016, DE 6 DE ABRIL DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a finalidade de apurar a situação em que se encontra o Arquivo Público Municipal, bem como verificar se há indícios de extravio de documentos, causando prejuízo aos munícipes e à Municipalidade.

Parágrafo único. Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I – presidente: JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO;

II – membros:

a) CLAUDIA CRISTINA RAUBER;

b) CRISTIANE SILVEIRA CASADO;

c) LIBERA VANDA BEE TIBOLLA;

d) TATIANE LUZZI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 1/2016

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 1/2016

Protocolo nº 21269/2011

Aos 11 dias do mês de janeiro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, em exercício, senhora DILCE LURDES GEHLEN e os senhores VERA MARIA BIESUZ VEQUI, inscrita no CPF sob nº 806.514.379-20, DANIELLE BIESUZ VEQUI, inscrita no CPF sob nº 951.399.409-06, representada pelo seu procurador, senhor CARLOS ALBERTO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 480.859.529-04, LUIS FERNANDO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 516.581.009-72, CARLOS ALBERTO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 480.859.529-04 e a empresa IB&F – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A., inscrita no CNPJ sob nº 10.487.853/0001-53, representada pelos seus Diretores, senhores CARLOS ALBERTO BIESUZ e LUIS FERNANDO BIESUZ, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. O MUNICÍPIO necessita adquirir a área de terras de 525,00m², necessárias para abertura de rua ligando as Ruas Andréa Adelino Bie-zus, do Bairro Santa Cruz e Rua Luiz Morelato, do Bairro Jardim, do imóvel caracterizado como: Lote Urbano nº 6, situado na Rua Andréa Adelino Bie-zus, no Bairro Santa Cruz, neste Município, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 17.410, Livro nº 2 – “AAU”.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. Os PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), atribuído à área de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura do presente Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre a área adquirida cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão a escritura pública da área adquirida, após a sua quitação, e comprometem-se a firmá-la logo que chamadas para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração da área adquirida.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias na matrícula do imóvel, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 11 de janeiro de 2016.

DILCE LURDES GEHLEN
Secretária Municipal de Administração, em exercício

VERA MARIA BIESUZ VEQUI
Proprietária

CARLOS ALBERTO BIESUZ
Proprietário, procurador de DANIELLE BIESUZ VEQUI e
Diretor da empresa IB&F – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A.

LUIS FERNANDO BIESUZ
Proprietário e Diretor da empresa
IB&F – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A.

Testemunhas:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 2/2016

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 2/2016
Protocolo nº 7948/2014

Aos 14 dias do mês de janeiro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, em exercício, senhora DILCE LURDES GEHLEN e a empresa IB&F – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A., inscrita no CNPJ sob nº 10.487.853/0001-53, representada pelos seus Diretores, senhores CARLOS ALBERTO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 480.859.529-04, LUIS FERNANDO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 516.581.009-72, e a senhora VERA MARIA BIESUZ VEQUI, inscrita no CPF sob nº 806.514.379-20, doravante denominados PROPRIETÁRIOS, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município:

I – 25,02m2, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 129, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.424, Livro nº 2 – “AAU”;

II – 48,97m2, do imóvel caracterizado como: parte do lote urbano nº 128, situado na Rua Senador Attilio Francisco Xavier Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.423, Livro nº 2 – “AAU”.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. OS PROPRIETÁRIOS concordam com o valor da indenização de R\$ 32.555,60 (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), atribuído às áreas de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre as áreas adquiridas cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome dos PROPRIETÁRIOS.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1. OS PROPRIETÁRIOS outorgarão as escrituras públicas das áreas adquiridas, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-las logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração e registro da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas;

5.1.3. efetuar a retificação das áreas do imóvel a ser indenizado, respeitando o perímetro atual do imóvel, o qual se encontra demarcado através de cercas e muros.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias nas matrículas dos imóveis, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2016.

DILCE LURDES GEHLEN
Secretária Municipal de Administração, em exercício

Proprietários

CARLOS ALBERTO BIESUZ
Diretor da empresa IB&F – Administração de Imóveis Ltda.

LUIS FERNANDO BIESUZ
Diretor da empresa IB&F – Administração de Imóveis Ltda.

VERA MARIA BIESUZ VEQUI

Testemunhas:

1.

Nome:
CPF:

2.

Nome:
CPF:

TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL Nº 3/2016

Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável nº 3/2016
Protocolo nº 7948/2014

Aos 14 dias do mês de janeiro de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pela sua Secretária Municipal de Administração, em exercício, senhora DILCE LURDES GEHLEN e a empresa IB&F – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S.A., inscrita no CNPJ sob nº 10.487.853/0001-53, representada pelos seus Diretores, senhores CARLOS ALBERTO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 480.859.529-04, LUIS FERNANDO BIESUZ, inscrito no CPF sob nº 516.581.009-72, doravante denominada PROPRIETÁRIA, ajustam celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1 O MUNICÍPIO necessita adquirir as áreas de terras abaixo descritas, necessárias para a duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município:

I – 28,03m², do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 131, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.453, Livro nº 2 – “AAU”;

II – 28,03m², do imóvel caracterizado como: parte do lote urbano nº 130, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste Município, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob 17.452, Livro nº 2 – “AAU”.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. A PROPRIETÁRIA concorda com o valor da indenização de R\$ 24.666,40 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), atribuído às áreas de terras, objeto da avaliação efetuada pela Comissão designada pelo Decreto nº 212/2015, de 26 de fevereiro de 2015, que será pago pelo MUNICÍPIO, após efetuado o Registro do Imóvel.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O MUNICÍPIO será imitido na posse do Imóvel, a partir da data de assinatura deste Termo.

3.2. A partir da data da imissão todos os impostos, taxas, tributos e demais despesas, dívidas, pendências e responsabilidades incidentes ou que venham a incidir sobre as áreas adquiridas cujo respectivo fato gerador ocorra a qualquer momento após a posse serão de exclusiva responsabilidade do MUNICÍPIO, ainda que eventualmente os respectivos boletos sejam emitidos em nome da PROPRIETÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1. A PROPRIETÁRIA outorgará as escrituras públicas das áreas adquiridas, após a sua quitação, e compromete-se a firmá-las logo que chamada para essa finalidade, correndo as despesas por conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1. O MUNICÍPIO compromete-se a:

5.1.1 promover a necessária autorização legislativa e os indispensáveis e próprios procedimentos para regularizar o pactuado, com relação à escrituração e registro da área adquirida;

5.1.2. quando da retirada de cercas, muros ou demais proteções, efetuar a recolocação dos mesmos, mantendo as áreas protegidas;

5.1.3. efetuar a retificação das áreas do imóvel a ser indenizado, respeitando o perímetro atual do imóvel, o qual se encontra demarcado através de cercas e muros.

5.2. OS PROPRIETÁRIOS comprometem-se a promover as averbações necessárias nas matrículas dos imóveis, junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, possibilitando a lavratura da escritura, na forma da Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEXTA:

6.1. Os signatários do presente, para os efeitos de direito, declaram aceitar este instrumento nos expressos termos em que está insculpido, obrigando-se por si e seus sucessores a bem e fielmente cumpri-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1. Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram deste Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, as partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.
Concórdia, SC, 14 de janeiro de 2016.

DILCE LURDES GEHLEN
Secretária Municipal de Administração, em exercício

CARLOS ALBERTO BIESUZ
Diretor da empresa IB&F – Administração de Imóveis Ltda.

LUIS FERNANDO BIESUZ
Diretor da empresa IB&F – Administração de Imóveis Ltda.

--	--

Testemunhas:

1. Nome: CPF:	
---------------------	--

2. Nome: CPF:	
---------------------	--

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 249/2016

DECRETO Nº 249 DE 13 DE ABRIL DE 2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015.

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 8.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Da: Secretaria Municipal da Infraestrutura	
09.01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
15.452.2511.2.011 – 3.3.90.00 – 104 R\$ 8.000,00	
Para: Secretaria Municipal da Infraestrutura	
09.01 – Secretaria Municipal da Infraestrutura	
15.452.2511.2.0110- 4.4.90.00 – 106 R\$ 8.000,00	
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.	
Cordilheira Alta SC, 13 de abril de 2016.	
ALCEU MAZZIONI	
Prefeito Municipal	
Registrado e publicado em data supra.	
MAURO ARLINDO MORESCO	
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento	

DECRETO N. 250/2016

DECRETO Nº 250/2016

“Nomeia Comissão PARA REALIZAR Processo Seletivo - Edital nº 04/2016 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais (Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Constitui Comissão Especial para a realização de todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 04/2016 - destinado à contratação em caráter temporário e emergencial de Enfermeiro(a).

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial do Processo Seletivo - Edital nº 04/2016 - os seguintes servidores:

- Kely Cristina Ranzan, matrícula nº 1947-01;
- Ivanete Lourdes Pederssetti, matrícula nº 6272-02;
- Kátia Ana Di Domênico, matrícula nº 6274-02;
- Flaviano Perim, matrícula nº 13348-02; e

e) Zenilda Malacarne Stakonski, matrícula nº 13358-01.

- 1º A Comissão de Processo Seletivo será presidida pela servidora Kátia Ana Di Domênico.

- 2º As inscrições ficarão a conta da servidora Liciane Magnanti Pasa, matrícula nº 3420-01.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de Abril de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito de Cordilheira Alta

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO EDITAL PROCESSO 42/2016 - TP 04/2016 - RECONSTRUÇÃO TOTAL DA PONTE

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 42/2016.

Tomada de Preço n. 04/2016.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECONSTRUÇÃO TOTAL DE PONTE NA COMUNIDADE DE FERNANDO MACHADO, INTERIOR DO MUNICIPIO, EM CONCRETO ARMADO PROTENDIDO PRÉ-MOLDADO, USANDO COMO REFERÊNCIA O KIT TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS DE SC, DE 15 METROS DE COMPRIMENTO POR 6,25 METROS DE LARGURA, COM TRÊS PEÇAS CENTRAIS 15,00X1,25M, DUAS PEÇAS LATERAIS 15,00X1,25M COM GUARDA-RODAS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, COM RECURSOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, CONFORME PROCESSO 59050.000715/2015-12.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 04/05/2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 04/05/2016.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 15 Abril de 2016

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**EXTRATO PROCESSO 43/2016 - TP05/2016 -
REFORMA PONTE FERNANDO MACHADO**

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 43/2016.

Tomada de Preço n. 05/2016.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE REFORÇO NAS CABECEIRAS DA PONTE LOCALIZADA NO DISTRITO DE FERNANDO MACHADO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 06/05/2016.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06/05/2016.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 15 de Abril de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL - PROCESSO 39/2016 - MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 9/2016 - PR
	Processo Administrativo: 39/2016 Processo de Licitação: 39/2016 Data do Processo: 28/03/2016

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 14/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PROTETOR SOLAR PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA .

Aos quinze dias do mês de abril de 2016, as 9:00, reuniram-se a pregoeira, e os membros da equipe de apoio Cachtiuze e Flaviano, se reuniram para julgar o presente processo que tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA E PROTETOR SOLAR PARA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Nenhuma empresa se credenciou para o presente certame, restando o presente DESERTO.

Cordilheira Alta, 15 de Abril de 2016

COMISSÃO:

ADRIANA DE CEZARO MORESCO	- - Pregoeiro(a)
CACHTIUZE MAGNANTI	- - SECRETARIA/MEMBRO
FLAVIANO PERIM	- - MEMBRO

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 29/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2016

Contratado: AUTO MECANICA BRUGALLI LTDA ME

Objeto: CONserto DO MICRO ÔNIBUS PLACA MLX-8869

Valor: R\$ 6.342,00 (seis mil trezentos e quarenta e dois reais)

Vigência: 31/12/2016

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 058, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 058, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais no dia 22 de abril de 2016, em função do feriado de Tiradentes, no dia 21 de abril de 2016.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde, nos dias 21 e 22 de abril de 2016, deverá promover atendimento da população em regime de Plantão ou Sobreaviso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, em 11 de abril de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

RUDINEI SMANIOTTO

Coordenador do Controle Interno

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO - PROCESSO 09/2015 FMS/FHMCP - PROMEFARMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR
MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2015
EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98

Instrumento:

Contrato 0371 - Fundação Hospitalar Municipal

Contrato 0370 - Fundo Municipal de Saúde

269	Foro fisiológico 250 ml - sistema fechado	2,1000
271	Soro fisiológico 500 ml - sistema fechado	2,4200

Vigência da ata: 12/04/2016 à 31/12/2016.

Correia Pinto/SC 18 de abril de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2016

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CAPAS PARA COLCHÕES EM USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 03/05/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 03/05/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Abril de 2016.

Amaury Silva
Presidente do Fundo

RETIFICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 75/2016

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 75/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de sua CPL torna público a retificação referente a Tomada de Preços nº 75/2016, conforme segue:

Referente ao item 6.4 Quanto à habilitação técnica:

Excluir-se-á:

“-d) Declaração assinada pelo representante legal da empresa, informando que a empresa providenciará Projeto Preventivo de Acidentes em área íngreme para executar o serviço licitado;”

Tendo em vista não ser necessária essa exigência.

Referente ao item 7. Proposta de Preço:

Inclua-se:

7.8 Fica facultado à licitante, apresentar sua opção pelo abatimento integral da base de cálculo do ISS conforme Lei Complementar Municipal nº 150/2015, referente a opção pela tributação sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS), em tributar 40% e 60%, ou outro índice, sendo que este percentual deverá coincidir com o valor proposto pela licitante. Caso ocorra divergência no percentual (%) ou a empresa não apresente no certame, a licitante poderá apresentar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o documento conforme exigido.

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitibanos, 15 de Abril de 2016.

Diego Sebem Wordell

Presidente da CPL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 46/2016

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Fundo de Educação de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por RESCINDIR o Contrato nº 46/2016 em nome de Dalmiro Viscay inscrito no CPF nº 803.395.300-49, Contrato nº 48/2016 em nome de Elói Campregheer inscrito no CPF nº 023.490.319-85, Contrato nº 51/2016 em nome de Iândra Gertrudes Campregheer inscrita no CPF nº 075.331.849-04, Contrato nº 53/2016 em nome de Ivonete Campregheer inscrita no CPF nº 907.756.359-87, Contrato nº 60/2016 em nome de Rosane Alves Paes inscrita no CPF nº 811.603.309-30, Dispensa de Licitação nº 7/2016, que tem como objeto a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME LEI 4.536/2010, 8.666/93, 11.947/2010, CHAMADA PÚBLICA 1/2015 E 2/2015, tendo em vista que o projeto previamente foi aprovado, pois foi comparado o seu valor com o valor de mercado e seu respectivo peso, porém após análise específica, verificou-se que o rendimento do produto é muito baixo, tornando assim inviável sua aquisição justificado pelo alto valor do produto, sendo assim fica rescindido os contratos conforme art. 79 inciso I da Lei nº 8.666/93, amparado pelo inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93. Lembrando esta situação deve-se pelo momento econômico atual, e que todo o recurso destinado à Agricultura Familiar proveniente do Governo Federal já está totalmente empenhado na aquisição de outros produtos que possuem maior número de nutrientes e vitaminas, gerando maior importância no cardápio alimentar da merenda escolar dos alunos, como: alface, batata doce, batata salsa, beterraba, cenoura, chuchu, couve, feijão, sendo que a dotação orçamentária utilizada no empenho deste contrato era proveniente de recurso próprio.

Curitibanos, 07 de Abril de 2016.

De acordo,

Amaury Silva

Presidente do Fundo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente rescisão cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de Abril de 2016.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 10/2016**

CONTRATO N. 10/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador Márcio Damiani Poletto de Souza, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a EMPRESA MARIANA POMERENING STEFANES ME, estabelecida na AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, nº 80, bairro CENTRO, na cidade de CURITIBANOS / SC, CEP 89.520-000, fone 49 3245 - 0857, fax 3245 - 0857, e-mail REVISTAFIQUEDEOLHO@BARONI.COM.BR, inscrita no CNPJ sob o nº 12.905.851/0001-62, inscrição municipal nº 1523, neste ato representada por MARIANA POMERENING STEFANES, cargo/função EMPRESÁRIA, portador do RG nº 4.150.966-8 expedida pela SSP / SC e CPF nº 046.861.319-60, residente e domiciliado na cidade de CURITIBANOS / SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 07/2016, do tipo Menor Preço por Item, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 07/2016, e autorização de fornecimento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os serviços contratados deverão serem prestados nos meses de abril, maio e junho de 2016, a contar da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 07/2016, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os serviços contratados por força do presente instrumento deverão serem entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 30 de junho de 2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 1.951,95 (HUM MIL, NOVECENTOS E CINCOENTA E UM REAIS, NOVENTA E CINCO CENTAVOS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

TRÊS SERVIÇOS PARA: Contratação de revista de edição mensal para publicidade, divulgação e orientação aos munícipes, das atividades do Poder Legislativo Municipal, com:

- Edições nos meses de abril, maio e junho de 2016;
- Mídia colorida com no mínimo 13cm (treze centímetros) de altura por 19cm (dezenove centímetros) de largura;
- Tiragem mínima de mil exemplares;
- Distribuição na região de Curitiba/SC;
- Disponível em bancas, órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas;

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Ag. 571, Conta nº: 915-6.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 07/2016 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lotes 1 do anexo I do Edital de Pregão nº 07/2016, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutoria prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. A fiscalização ficará pela designação da Presidência da Casa.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88.00.00.00.1000 – Serviços de publicidade e propaganda

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:
ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 07/2016
ü Proposta de Preços da CONTRATADA
ü Demais documentos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

Curitiba/SC, 14 de abril de 2016.

MARCIO DAMIANI POLETO DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

MARIANA POMERENING STEFANES ME
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

Curitiba, 14/04/2016.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO N. 11/2016

CONTRATO N. 11/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador Márcio Damiani Poletto de Souza, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a EMPRESA SAMUEL FERREIRA E CIA LTDA ME, estabelecida na AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, nº 388, bairro CENTRO, na cidade de CURITIBANOS / SC, CEP 89.520-000, fone 49 3241 - 1066, fax 9111 - 7330, e-mail VIAPUBLICAONLINE01@GMAIL.COM, inscrita no CNPJ sob o nº 13.117.158/0001-98, neste ato representada por SAMUEL FERREIRA, cargo/função ADMINISTRADOR, portador do RG nº 4.268.960 expedida pela SSP / SC e CPF nº 059.794.459-86, residente e domiciliado na cidade de CURITIBANOS / SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 07/2016, do tipo Menor Preço por Item, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Câmara de Vereadores do

Município de Curitiba/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 07/2016, e autorização de fornecimento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os serviços contratados deverão ser prestados nos meses de abril, maio e junho de 2016, a contar da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 07/2016, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os serviços contratados por força do presente instrumento deverão ser entregues diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 30 de junho de 2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 1.140,00 (HUM MIL, CENTO E QUARENTA REAIS), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

Contratação de empresa para inserção de matérias oficiais em página da internet, com periodicidade mínima mensal, para divulgação de assuntos de interesse público (informativos, notas, comunicados e atos legais).

- Publicações nos meses de abril, maio e junho de 2016;
- Mídia colorida com número ilimitado de matérias.

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: SICOOB, Ag. 3071, Conta nº: 38.158-6.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou

estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 07/2016 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos nos lotes 2 do anexo I do Edital de Pregão nº 07/2016, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Contabilidade do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade

do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. A fiscalização ficará pela designação da Presidência da Casa.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.88.00.00.00.1000 – Serviços de publicidade e propaganda

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 07/2016

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

Curitiba/SC, 14 de abril de 2016.

MARCIO DAMIANI POLETTO DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

SAMUEL FERREIRA E CIA LTDA ME
CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

Curitiba, 14/04/2016.

Rafael Gobbi
Procurador da Câmara

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 001/2015.

Contratante: FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Contratado: ILDOMAR EGGER.

Objeto: Objeto Locação de imóvel para o programa resgatando vidas

Valor total do Acréscimo R\$ 783,00. Origem: Processo 002/2016

Modalidade: DL nº 002/2015, .Por esse instrumento fica reajustado o valor do aluguel mensal de R\$ 870,00 Para o Valor de R\$ 957,00 do período de abril a dezembro de 2016. Vigência: 01/04/16 à 31/12/2016 - Dionísio Cerqueira -- 11/04/2016

Marilene Limberger – Gestora do FMAS

- Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Marilene Limberger – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA.

DIONÍSIO CERQUEIRA.

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA.

CONTRATO Nº 003/2016.

Contratante: Fundo da Infância e Adolescência.

Contratado: Jeferson Jonas ávila.

Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de Oficinas de fotografia, oratória e projeto de vida para adolescentes participantes do programa resgatando vidas- Fia projeto Amigo de valor. - Valor R\$ 29.990,00... Vigência: 15/04/16 à 31/02/2017. - Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Marilene Limberger – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 038/2016.

Contratante: Prefeitura de Dionísio Cerqueira.

Contratado: AMEOSC- Ass. dos Munic. do extremo oeste de SC

Objeto: contratação de instituição especializada para a prestação de serviços de organização e execução de Processo Concurso Público.. Vigência: 02/03/16 à 31/12/2016.

Dionísio Cerqueira -- 02/03/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5541 2016 - REGULAMENTA AS PROVAS PRÁTICAS PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA CATEGORIA "D", OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS CATEGORIA "C" CONSTANTE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 0032016, DA PREFEITURA

DECRETO nº 5541/2016

Regulamenta as provas práticas para as funções de Motorista Categoria "D", Operador de Máquinas e Equipamentos Categoria "C" constante do Concurso Público nº 003/2016, da Prefeitura Municipal do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

ALTAIR CARGODO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica Municipal e os demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentadas as provas práticas do concurso Público nº 003/2016, do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, para as funções de Motorista Categoria "D" e Operador de Máquinas Categoria "C", que serão aplicadas pelo pela AMEOSC no dia 25/06/2016, com início às 12:30 horas, sendo que as provas serão aplicadas junto a Garagem do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito a Rua Carmelito de Souza, s/n, bairro 1de Maio, Município de Dionísio Cerqueira SC, para demonstração de habilidades práticas com veículos, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I – Motorista - CNH Categoria "D", Saúde, Motorista - CNH Categoria "D", Transporte Escolar, Motorista - CNH Categoria "D", Obras e Serviços, Operador de Máquinas e Equipamentos, CNH Categoria "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista - CNH Categoria "D": Saúde: VAN RENAULT MASTER PLACAS OKS 6178

Motorista - CNH Categoria "D", Transporte Escolar: ÔNIBUS VW/15.190 EUD E. S. ORE PLACAS MLF 5452

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 039/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Cerealista Santo Expedito Ltda.

Objeto: Alienação (venda) de Bens Imóveis Urbanos, mais propriamente do lote nº 01 da quadra 03, com 1.460,00 m2, sito a Rua Rui Barbosa, Centro Dionísio Cerqueira, registrado no cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira sob o nº 10.098. - Valor R\$ 471.000,00 - Origem: Concorrência: 032/2016 PMDC.. Vigência: 15/04/16 à 31/12/2016. - Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO Nº 017/2016.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira.

Contratado: Claiton Eberhardt

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização e desratização limpeza de caixas de água da Unidades Básicas de Saúde.. - Valor R\$ 7.328,00... Vigência: 15/04/16 à 31/12/2016. - Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLEWSCENCIA.

CONTRATO Nº 002/2016.

Contratante: Fundo da Infância e Adolescência.

Contratado: Fernando Cordovà Rosso.

Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de Oficinas de diversidades (temas de culinária, iniciação ao trabalho, produção na horta, filosofia de vida, educação religiosa) para adolescentes participantes do programa resgatando vidas- Fia projeto Amigo de valor- Valor R\$ 24.990,00... Vigência: 15/04/16 à 31/02/2017.

Motorista - CNH Categoria "D" Obras e Serviços: Caminhão Axor Mercedes Truk - 2831

Operador de Máquinas e Equipamentos, CNH Categoria "C": Motoniveladora Caterpillar 120K01

Parágrafo Único. Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.dionisio-cerqueira.sc.gov.br

Art. 2º Fica convocado e designado o Servidor Público Municipal Senhor Leandro Dallanora, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14 /04/2016

JAIR DA SILVA

Secretário Municipal

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 009/2016. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, Materiais de limpeza, materiais de expediente e gás de cozinha para o Fundo Municipal de Assistência Social.. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 02/05/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

-Dionísio Cerqueira, 18/04/2016

Marilene Limberger – Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão n. 057/2016. Objeto: Aquisição de Materiais para Manutenção das Edificações das escolas Municipais e Prestação de serviços para manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas prediais nas escolas da rede Municipal de Ensino. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 02/05/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 18/04/2016

Altair Rittes - - - Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 046/2016. Modalidade: Pregão nº 046/2016, Objeto aquisição de pneus novos para os veículos da polícia militar e para os veículos do fundo municipal de Assistência social.– Vencedor: SBA Abastecedora de Fretes Rodoviários Ltda. – Valor R\$ 7.486,00 Dionísio Cerqueira 13/04/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 003/2016. Modalidade: Pregão nº 003/2016, Objeto Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza e Gêneros alimentícios para o Programa Resgatando Vidas Vencedor: Rosa & Rosa Cia Ltda – Valor R\$ 5.277,66Olmiro Rosa dos Santos – ME. – Valor R\$ 3.917,04.

Dionísio Cerqueira 13/04/2016

Marilene Limberger – Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 032/2016. Modalidade: Concorrência nº 032/2016, Objeto: Alienação (venda) de Bens Imóveis Urbanos, mais propriamente do lote nº 01 da quadra 03, com 1.460,00 m2, sito a Rua Rui Barbosa, Centro Dionísio Cerqueira, registrado no cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira sob o nº 10.098. - Valor R\$ 471.000,00.

Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 029/2016. Modalidade: Pregão nº 029/2016, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização e desratização limpeza de caixas de água da Unidades Básicas de Saúde.. Vencedor: Claiton Eberhart - Valor R\$ 7.328,00. -Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 030/2016. Modalidade: Pregão nº 030/2016, Objeto: Aquisição de uniformes personalizados para os servidores do Fundo Municipal de Saúde e materiais médicos para as Unidade Básicas de Saúde. Vencedor: Fonini Indústria de Uniformes Ltda.-ME - Valor R\$ 13.155,50. -Dionísio Cerqueira -- 15/04/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 004/2016. Modalidade: Pregão nº 004/2016, Objeto Aquisição de ferramentas e materiais para montagem de mini marcenaria e jardinagem. Vencedores: Agro veterinária Princesa Ltda. – Valor R\$ 1.320,30 - Edivano Jair Ruschel.-ME – Valor R\$ 2.665,20 – Dalagnol e Dalagnol Com.de Materiais Elétricos em Geral Ltda. – ME - Valor R\$ 4.706,70. Dionísio Cerqueira 15/04/2016

Marilene Limberger – Gestora do FMAS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 005/2016. Modalidade: Pregão nº 005/2016, Objeto: Contratação de empresa para desenvolvimento de Oficinas de diversidades (temas de culinária, iniciação ao trabalho, produção na horta, filosofia de vida, educação religiosa) e Oficina de fotografia, oratória e projeto de vida para adolescentes participantes do programa resgatando vidas- Fia projeto Amigo de valor. Vencedores: Jeferson Jonas Ávila. Oficina de fotografia – Valor R\$ 29.990,00 - Fernando Cordová Rosso. Oficinas de diversidades – Valor R\$ 24,990,00 –.

Dionísio Cerqueira 15/04/2016

Marilene Limberger – Gestora do FMAS.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 020/2016

DECRETO Nº 020, de 01 de abril de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.690,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 1.690,00 (hum mil seiscentos e noventa reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

06.001.10.301.0150.2024	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300	CONSÓRCIO	
1020000	RECEITAS IMPOSTO DA SAÚDE	1.690,00
TOTAL		1.690,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		1.690,00

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 1.690,00 (hum mil seiscentos e noventa reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
3371000	TRANSFERÊNCIA A CONSORCIO PÚBLICO		
1020000	RECEITAS IMPOSTO DA SAÚDE	1.440,00	
3171000	TRANSFERÊNCIA A CONSORCIO PÚBLICO		
1020000	RECEITAS IMPOSTO DA SAÚDE		
TOTAL		250,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.690,00	

Art.3º- O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 01 de abril de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

PORTARIA Nº 029/2016

PORTARIA no 029, de 17 de março de 2016.

Concede Promoção por Qualificação Profissional as Servidoras Públicas Municipais.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pelas servidoras com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito das requerentes; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As servidoras do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificadas, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Sandra Koglin Zickuhr	Educadora Infantil	03/03/2016	3 - M	3 - N
Marizete Dolores Nones Fiamoncini	Agente Administrativo II	21/03/2016	12 - AA	12 - AB

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de março de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 030/2016

PORTARIA no 030, de 17 de Março de 2016.

Concede Progressão por Habilitação a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 09 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando-se o requerimento formulado pela servidora com a comprovação do curso de graduação realizado; Considerando-se a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito da requerente; resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO POR HABILITAÇÃO

A servidora do município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Valkiria Terezinha Frainer Fronza	Auxiliar de Enfermagem	01/03/2016	16.1	16.2

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de março de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 031/2016

PORTARIA no 031, de 24 de março de 2016.

Concede Promoção por Qualificação Profissional a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando o requerimento formulado pela servidora com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; Considerando a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito da requerente; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	A contar de:	Referência / Classe	
			Atual	Progressão
Janaina Lenzi de Castilho	Educadora Infantil	10/03/2016	5 - V	5 - X

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de março de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 032/2016

PORTARIA no 032, de 01 de Abril de 2016.

Dispensa servidora do exercício de Função Gratificada na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e fundado no art. 37, V, da CF, na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, no art. 15 da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, e no art. 16 da LC nº 49, de 06/10/2006; resolve;

CONCEDER DISPENSA DA FUNÇÃO GRATIFICADA

A servidora GIANE CRISTINA GIACOMOZZI CLAUDINO DOS SANTOS, detentor do cargo de provimento efetivo de Educadora Infantil, para a qual foi designada pela Portaria nº 103/2013, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 033/2016

PORTARIA no 033, de 04 de Abril de 2016

Designa servidora para exercício de Função Gratificada na Secretaria de Educação e Promoção Social, a contar desta data.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004, resolve:

DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA

Com base no Art. 15, da Lei Complementar nº 32, de 06/04/2004, a servidora abaixo relacionada, detentora do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Recreação Infantil, a contar desta data:

LOTAÇÃO/NOME	NÍVEL	VALOR	FUNÇÃO GRATIFICADA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL			
Jessica Terezinha Reitz	IV	R\$ 509,17	Coordenadora do C.E.I. Frei Bruno Linden

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de Abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 034/2016

PORTARIA no 034, de 04 de abril de 2016.

Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social no cargo de Professora I, com carga horária reduzida (20 horas semanais) e remuneração proporcional.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando-se a inserção de aluna portadora de necessidades especiais na turma regular, com necessidades de acompanhamento específico para aprendizagem e desenvolvimento de habilidades para o convívio social, e o interesse de servidora titular em acompanhar a aluna; Considerando-se a aprovação desta candidata no Concurso Público nº 01/2016, a previsão do edital de contratação para suprir vagas temporárias com possível alteração de carga horária e da remuneração, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino resolve:

AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Da servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Professora I, com carga horária reduzida para 20 horas semanais e salário correspondente a R\$ 1.288,02 (Hum mil duzentos e oitenta e oito reais e dois centavos).

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Geronilda Anhaya Oribka (DN. 24/01/1978)	983.843.509-06 3.449.662-9	Manutenção do programa de integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular..	04/04/2016 a 16/12/2016

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 035/2016

PORTARIA no 035, de 05 de Abril de 2016.

Nomeia servidora pública para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

RESOLVE:

1. NOMEAR a candidata abaixo, aprovada no Concurso Público nº 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL			
Emprego: Nutricionista			
NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
Cintia Joseane Moretti (DN. 10/08/1987)	5.054.097-1 062.883.209-51	30 R\$ 1.914,52	20h

2. CONVOCAR a servidora para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar nº 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 036/2016

PORTARIA no 036, de 11 de Abril de 2016.

Nomeia servidor público para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

RESOLVE:

1. NOMEAR o candidato abaixo, aprovado no Concurso Público nº 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Emprego: Agente de Controle Interno

NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
André Luiz Mazzi (DN. 13/07/1992)	4.327.077 081.260.689-22	20 R\$ 3.010,75	40h

2. CONVOCAR o servidor para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar n° 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 037/2016

PORTARIA no 037, de 13 de Abril de 2016.

Nomeia servidor público para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

RESOLVE:

1. NOMEAR o candidato abaixo, aprovado no Concurso Público n° 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Emprego: Farmacêutico

NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
Icaro da Silva Nunes (DN. 12/01/1983)	5.638.193-7 007.268.949-82	20 R\$ 3.010,75	40h

2. CONVOCAR o servidor para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar n° 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de abril de 2016; 28o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

CONVITE Nº 01

CONVITE Nº 01

O Prefeito Municipal de Ermo, tem a honra de convidar todos os munícipes para participarem da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ermo, etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 27 de abril de 2016, com início às 13:00 e término às 20:00, no Centro Administrativo Educacional Municipal, sito a Rua Professora Maria Aguiar Schmidt, no município de Ermo SC.

Aguardamos Vossa presença e antecipamos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 025 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 025 de 14 de abril de 2016.

Altera dispositivos do Decreto nº 011/2016 de 19 de fevereiro de 2016 que Convoca a 6ª Conferência Municipal das Cidades de Ermo e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o art.7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, e considerando o disposto na Lei Estadual nº 14.590, de 23 de dezembro de 2008, e na Resolução Normativa nº19, de 18 de setembro de 2015, que aprova o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º O Art. 1º do Decreto nº 011/2016 de 19 de fevereiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ermo, etapa preparatória da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a realizar-se no dia 27 de abril de 2016, com início às 13:00 e término às 20:00, no Centro Administrativo Educacional Municipal, sito a Rua Professora Maria Aguiar Schmidt, no município de Ermo SC.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 116, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 116, de 01 de abril de 2016.

Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JULIANA DE OLIVEIRA COSTA ANTONELI em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 01 de abril de 2016 a 14 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 118, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 118, de 14 de abril de 2016.

Concede Licença à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença, a pedido, à Servidora ANA PAULA NOLA BIZ, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir de 13 de abril de 2016 e seu término em 12 de abril de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de abril de 2016.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EDITAL 00172016

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0017/2016

Processo licitatório nº: 0027/2016

Objeto: Aquisição de veículo 0 Km, SUV para secretaria municipal de educação de Faxinal dos Guedes

Data do Recebimento: 10/05/2016 as 09h00 min.

Data da abertura: 10/05/2016 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida

Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de abril de 2016

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2016

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 58/PMF/2016, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ADAPTAÇÃO E REFORMA GERAL DO CENTRO COMUNITÁRIO JOSÉ BROLESI, BAIRRO OURO NEGRO, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME OFÍCIOS GP Nº. 541 E 542/2015 DIRIGIDOS AO GOVERNO DE SANTA CATARINA.

Às nove horas do dia quinze do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 58/PMF/2016. Aberto os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que as empresas BF CONSTRUÇÕES LTDA., CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA., MOURA JUNIOR CONSTRUÇÕES LTDA., KAMING ENGENHARIA LTDA., CONSTRUTORA NELGUI LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. As empresas DELLABRUNA CONSTRUÇÕES e RONCHI CONSTRUÇÕES protocolaram seus envelopes fora do prazo determinado no edital (conforme preambulo), assim os envelopes foram devolvidos aos seus representantes e as empresas não participaram desta licitação. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, verificou-se que todas as empresas participantes apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o Engº. Sr. Leandro Arns Back e a Contadora Srta. Marity Eyng Nuernberg, e certificaram-se que a empresa KAMING ENGENHARIA apresentou o atestado e certidão de capacidade técnica da empresa em desacordo com o exigido no edital de chamamento (item 3.1.8 A) e apresentou o balanço patrimonial sem o número do livro diário e folha, e sem o registro na Junta Comercial estando também em desacordo com o edital (item 3.1.9 B). Certificou-se também que a empresa MOURA JUNIOR CONSTRUÇÕES não apresentou o demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) conforme edital (item 3.1.9 B). As demais empresas participantes apresentaram a documentação de acordo com o exigido no edital de chamamento. Deste modo, foram inabilitadas as empresas MOURA JUNIOR CONSTRUÇÕES LTDA. e KAMING ENGENHARIA LTDA. para a próxima fase do processo. Por estar de acordo com o processo licitatório, foram habilitadas as empresas BF CONSTRUÇÕES LTDA., CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA., CONSTRUTORA NELGUI LTDA e PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP. para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, para então estabelecer data para abertura dos envelopes nº. 02 – propostas de preço. Os envelopes da proposta foram rubricados pela comissão de licitação e pelos participantes, sendo que todos tomaram conhecimento de uma rasura (rasgo) de aproximadamente 02 (dois) centímetros no envelope de proposta da empresa Construtora Nelgui, próximo ao lacre. Sobre isso, a

comissão de licitação lacrou com fita adesiva a rasura e solicitou novamente a assinatura dos participantes a fim de sanar qualquer irregularidade/violação. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha/SC, 15 de abril de 2016.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA

Membro da Comissão

LEANDRO ARNS BACK

Engenheira Civil

MARITY EYNG NUERNBERG

Contadora

KAMING ENGENHARIA LTDA

Cleber dos Santos Cardoso

CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Bárbara Arns Back

CONSTRUTORA NELGUI LTDA.

Nicolau Guidi

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 70/PMF/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 70/PMF/2016

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de fotografias tipo 3X4 (35X40 MM/ LXA) para documentos para o público atendido pela Secretaria de Assistência Social, do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de maio de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 15 de abril de 2016.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO PMF 26/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 26/PMF/2016

LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR – SOCIEDADE LITERÁRIA CARITATIVA SANTO AGOSTINHO

OBJETO – Este contrato tem como objetivo a locação do Ginásio de Esportes para atendimento a atividades esportivas, por meio da Secretaria de Esportes e Cultura e Turismo do município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 753,80 (setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) mensais, perfazendo um valor global de R\$ 7.538,00 (sete mil quinhentos e trinta e oito reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO - 0803.2019.3390 (166).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 34/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 03 de março de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**EXTRATO DE CONTRATO PMF 58/2016**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 58/2016

DOADOR – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

DONATÁRIA – SIDERURGICA CATARINENSE LTDA

DO OBJETO – O DOADOR tem o domínio útil do imóvel objeto desta doação, um terreno urbano, correspondente ao Lote nº 02 do Núcleo Industrial II, do bairro Santa Líbera, localizado na Rua 126, com área total de 46.354,16m² (quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e quatro metros e dezesseis centímetros quadrados), devidamente matriculado sob nº 5.950 do Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha.

VALOR – O DOADOR e a DONATÁRIA ajustam a presente doação a título gratuito, atribuindo-se ao ato, para efeitos meramente fiscais, o valor de R\$ 0,01 (um centavo).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Concorrência p/ Alienação nº. 05/PMF/2016, Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal nº 2.135, de 12 de novembro de 2015, e da Lei Municipal nº 2.149, de 02 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA – 05 de abril de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PORTARIA Nº. 001, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

SECRETARIA DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PORTARIA Nº. 001, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE FORQUILHINHA.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado LEONARDO TEIXEIRA como representante do Poder Executivo.

Art. 2º Fica nomeado DIEGO PASSARELA como representante do Poder Legislativo.

Art. 3º Fica nomeado IDELCI FRANCISCO RAMPINELLI como representante da UAMFO – União das Associações de Moradores de Forquilha.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de abril de 2016.

ANDERSON LUIZ WERNEK

Secretário de Governo do Município de Forquilha

Publicado no mural e registrado em 07 de abril 2016.

TATIANE GONÇALVES

Chefe do Departamento de Governo

TERMO ADITIVO PMF Nº 21/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 21/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 47/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNOLÓGICA P. SERV. INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO – Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO VALOR – O valor global dos serviços previsto mensalmente sofrerá um reajuste de 12,08%, de acordo com índice de IGP-M, tendo um acréscimo aproximado de R\$ 3.072,42 (três mil setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) para o exercício de 2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 11 de abril de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006_2016 FMS

Aviso de Revogação do Pregão Presencial Nº 0006/2016 – FMS
Processo Administrativo Licitatório Nº 0011/2016 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, com fundamento no art. 49 da Lei 8.666/893, cujo objeto é a aquisição de peças e mão de obra para o conserto do veículo FIAT DUCATO MINIBUS, em razão do termo de referência não apresentar o quantitativo das peças a serem utilizadas, sendo que o correto seria a quantidade de 4 peças por item do lote 1, não atendendo a licitação, na forma como se encontra, os interesses da administração. Após correção, o Edital será publicado novamente. Fraiburgo(SC), 15 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054_2016-PMF RP 0032

Aviso do Pregão Presencial nº 0054/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0032/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviço de transporte de pessoas a ser utilizado pelo Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e pelo Órgão Participante (Fundação Municipal de Esportes – FME) durante os meses de maio a dezembro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 05.05.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 15 de abril de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

PORTARIA Nº 0750/2016

PORTARIA Nº 0750, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0002 de 12 de janeiro de 2016; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 065.363.859-00, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de abril de 2016 até 31 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0751/2016

PORTARIA Nº 0751, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o edital nº 0025 de 27 de outubro de 2015; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROGERIO CARLOS ALVES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 552.439.409-68, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de abril de 2016 até 15 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de abril de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 14.04.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
14.04.2016	SUS	MAC União	95.858,53
14.04.2016	SUS	CAPS	28,305,00
14.04.2016	SUS	MAC União	7.500,00

Secretaria de Finanças

RECURSOS FEDERAIS 14.04.2016 (2)

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
14.04.2016	FNDE	Salario-Educação	180,997,38

Secretaria de Finanças

RESOLUÇÃO CMS 004-2016

DELIBERAÇÃO 004/CMS/2016

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, a contratação de albergue em Chapecó para abrigar os pacientes de Fraiburgo que fazem tratamento com Radioterapia, no valor de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) mensais, no período de maio a dezembro de 2016, conforme Ata nº 004/2016.

Fraiburgo (SC), 13 de abril de 2016.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS 005-2016

DELIBERAÇÃO 005/CMS/2016

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal Nº 2290 de 29 de abril de 2015, em reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2016, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU, por unanimidade, o Relatório Anual de Gestão do Exercício 2015, conforme Ata nº 004/2016.

Fraiburgo (SC), 13 de abril de 2016.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº 099-2016**DECRETO Nº 099, DE 15 DE ABRIL DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0004, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do código 3 do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0004, de 12 de janeiro de 2016, conforme listas anexas.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização de prova prática, no dia 07/03/2016 (terça-feira), nos termos do Edital n. 0004/2016, no seguinte dia, horário e local:

I - CÓDIGO 3 (OPERADOR DE MÁQUINAS – ROLO COMPACTADOR)

Data: 19 de abril de 2016 (terça-feira).

Horário: 13:45: hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local: – Secretaria Infra Estrutura Urbana e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, localizadas na Avenida Adalberto Schmidt Burda, s/n., Bairro São José, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0004 DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Rolo Compactador**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	5	2	NÃO	04/02/1982
2	5	0	NÃO	14/11/1972
2	2	0	NÃO	15/12/1957
2	0	0	NÃO	06/06/1980
0	0	0	NÃO	13/09/1957
0	0	0	NÃO	28/10/1962

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	7	ELIZANDRO COSTA	9	0
2	13	PAULO EDSON ANTUNES	7	0
3	3	RUDE RICHTER	4	0
4	14	DILSON RIBEIRO DE OLIVEIRA	4	0
5	2	ARLINDO MARTINELLO	0	0
6	12	PEDRO TADEU DE OLIVEIRA	0	0

TC 28 - MARÇO 2016



ANEXO IV
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
ANEXO TC 28

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO	
CORDENADORA DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI	
ENTIDADE BENEFICIADA: APAE FRAIBURGO	CNPJ: 75.447.995/0001-32
ENDEREÇO: Av. René Frey, 1.025 - Centro	CEP: 89580-000
RESPONSÁVEL: GIZELE BAHR BUHL	CPF: 665.145.179-00
Nota de Empenho: 678 Data: 29/01/2016	Valor Total: R\$ 109.501,70
Ordem de Pagamento: 1597 Data: 18/03/2016	Valor: 14.000,00
Projeto Atividade: 2016	
Item/Fonte: 3.3.50.41.99	Outras Contribuições

Histórico da finalidade:

Auxiliar na manutenção da conveniente na prestação de serviços de apoio à escola a qual atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais – deficiência intelectual e/ou múltipla, no pagamento de despesas tais como: motorista, zeladoras, cozinheiras, orientadora, secretária e diretora; encargos e tributos; medicação para alunos; materiais para manutenção do prédio; materiais de expediente/gêneros alimentícios/material de limpeza e para projetos; imobilizados; transporte. Conforme CV15PMF0007, em 11 parcelas

DOCUMENTO				
NÚMERO	DATA	HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
1597	18/03/16	Depósito Prefeitura Ref. 03/2016	14.000,00	
032016	18/03/16	Oi S.A		330,29
186824	22/03/16	Farmácia Sagrado Coração Ltda ME		60,55
1458	22/03/16	Doraci Baldo Zonta ME		475,43
7230	22/03/16	Arco Íris Materiais para Construção Ltda ME		2.065,00
973	28/03/16	Ivete Regina Oderizzi ME		4.450,86
680	01/04/16	Jorgemar Correia ME		1.342,00
120583	04/04/16	Onseg Sistemas de Segurança Ltda		137,56
474	04/04/16	Segmetre Assessoria S/C Ltda		491,00
472483	11/04/16	Gladiana Pinz		1.155,78
993	11/04/16	Trade's Machine Com. e Importações Ltda ME		310,00
3596	11/04/16	Videnet Informática Ltda		292,56
22140	11/04/16	Prefeitura Municipal de Fraiburgo - IPTU 2016		80,54
37445	11/04/16	HBInfo Provedor Ltda ME		149,00
032016	11/04/16	Oi Móvel S.A		382,62
032016	11/04/16	Oi Móvel S.A		29,94
032016	11/04/16	Sanefrai Ref. 03/2016		350,65
095	11/04/16	BS Informática Ltda		131,00
63410	12/04/16	Posto Macieira Ltda		1.721,92
6877	12/04/16	Telecal Tecnologia e Infbornática Ltda		100,00
*	12/04/16	Contrapartida	56,70	
TOTAL	GERAL		14.056,70	14.056,70

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2016

GIZELE BAHR BUHL
 Presidente da APAE

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO 061/2016

TERMO DE CONTRATO Nº 061/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO E A EMPRESA:

CENTRAL DE SERVIÇOS FUNERARIOS LTDA – ME

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços que fazem o MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO através Fundo Municipal de Assistência Social, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, n.º 750, em Frei Rogério - SC, inscrito na CNPJ sob nº 01 616 039 0001 09, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado, a empresa, CENTRAL DE SERVIÇOS FUNERARIOS LTDA – ME, com sede na Rua Lauro Muller, nº 126, sala nº 01, centro, na Cidade de Curitiba - SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 15 312 918 0001 43, neste ato representada por seu representante legal, Senhor ROGÉRIO CRISPIM FLORES MONDINI abaixo assinado, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com o Processo Licitatório nº 03/2016, na modalidade de Pregão Presencial, nº 02/2016, Registro de Preços nº 02/2016 têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

0.1. O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, PARA PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE INSTRUMENTO.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 01 ano a contar da assinatura do presente termo.

2.2. O prazo para início da execução do objeto do presente edital, se dará a contar da assinatura do presente contrato e mediante solicitação do Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, sob pena de não pagamento dos materiais entregues sem a devida solicitação do Departamento de Compras.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. Os recursos para pagamento do objeto do presente contrato estarão garantidos, através de recursos próprios do orçamento da Prefeitura de Frei Rogério e seus Fundos, previstos em projeto atividade e de acordo com as qualificações orçamentárias abaixo:

3.2. Todos os pagamentos cumprirão todas determinações previstas neste contrato e no edital do Processo Licitatório nº 03/2016, na modalidade de Pregão Presencial, nº 02/2016, Registro de Preços nº 02/2016.

3.2.1. O Município pagará à CONTRATADA pelo objeto acima descrito, a importância de R\$ 880,00, (oitocentos e oitenta reais) por serviços prestado, e que serão pagos em até 10 dias após a execução dos mesmos, por transferência bancária em conta corrente indicado pela contratada e mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, após a entrega e prestação de serviços e solicitação do Departamento competente, além das condições já previstas neste contrato e no edital de pregão presencial nº 02/2016

3.3. Sem índice de reajuste.

3.4. O Município efetuará o pagamento dos serviços mencionados neste contrato por meio de crédito em conta bancária, observadas as disposições previstas neste contrato.

3.5. O Contratado deverá informar através de declaração o nome do Banco, número da agência e da conta corrente, em nome da contratada para depósito, ficando vedado o depósito para terceiros.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

4.1.1. comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este

CONTRATO;

4.1.2. notificar o CONTRATADO por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. Entregar os materiais acima descritos, nas condições previstas no Edital de chamamento de acordo com a legislação em vigor.

5.1.2. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal e Quanto a Dívida Ativa da União;

CLÁUSULA SEXTA- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO

6.1. Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

6.2. É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação

ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

7.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

7.1.3. suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. As penalidades previstas nos subitens 7.1.1 e 7.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 7.1.2.

7.2.3. Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos do CONTRATADO, o valor da multa devida.

CLÁUSULA OITAVA- RESCISÃO

8.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

8.1.1. por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior;

8.1.2. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

8.1.3. por via judicial, nos termos da legislação.

8.1.4. – No final do prazo estabelecido ou ainda na entrega total dos materiais acima descritos, previstos na cláusula primeira deste contrato.

8.2. Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

8.3. Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

9.2. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

9.3. Integram o presente CONTRATO as especificações do objeto, proposta de preços e edital de pregão presencial.

Parágrafo Segundo

9.4. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA- FORO

10.1. Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Frei Rogério, 15 de abril de 2016

OSNI BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

CENTRAL DE SERVIÇOS FUNERARIOS LTDA – ME

Contratada

ANEXO I

OS SERVIÇOS CONTRATADOS SÃO OS DESCRITOS NO QUADRO ABAIXO

Item	Descrição do produto	Und.	Qt.	Marca	Valor máximo	valor Total
01	Serviços funerários composto dos seguintes itens: - Urna funerária ref. 00, padrão assistencial, com acabamento em cetim - Remoção do local de falecimento, deste que este seja no Município de Frei Rogério e ou sede da proponente, até a funerária e desta até o município de Frei Rogério, local do velório. - Véu e velas - paramentos – (suportes) - Coroa	Unid.	40		880,00	
TOTAL						

OBS: OS DEMAIS ITENS COMO, PREPARAÇÃO DO CORPO COM TANATOPRAXIA, ORNAMENTAÇÃO, ROUPAS, SEPULTAMENTO, E URNAS ESPECIAIS E OU QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS SOLICITADOS, FICARÃO A CARGO DOS FAMILIARES.

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 42/2016; DL nº. 003/2016; Contratada: MARIA APARECIDA MACHADO; CPF: 789.923.209-06; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 4.799,75 (Quatro mil setecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) Data da Assinatura: 15/04/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 44/2016; DL nº. 005/2016; Contratada: HELIO AGUIAR DE SOUZA; CPF: 777.136.999-53; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 4.064,20 (Quatro mil e sessenta e quatro reais e vinte centavos) Data da Assinatura: 15/04/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 45/2016; DL nº. 006/2016; Contratada: MERCEDES MACHADO; CPF: 897.349.119-87; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 3.950,75 (Três mil novecentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/04/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 46/2016; DL nº. 007/2016; Contratada: HILARIO MACHADO; CPF: 006.192.949-22; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 3.145,00 (Três mil cento e quarenta e cinco reais). Data da Assinatura: 15/04/2016.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 49/2016; DL nº. 009/2016; Contratada: MARIA ONDINA; CPF: 059.035.419-17; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 6.010,35 (Seis mil e dez reais e trinta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/04/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PE014/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2016
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de kit de saúde bucal infantil para o Programa de Saúde na Escola, da Secretaria de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.bllcompras.org.br até as 14h00min do dia 29/04/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 29/04/2016, no endereço eletrônico www.bllcompras.org.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 15 de abril de 2016.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 016/2016. Processo nº 44/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: HÉLIO AGUIAR DE SOUZA, inscrito no CPF sob o n.º 777.136.999-53; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 4.064,20 (Quatro mil e sessenta e quatro reais e vinte centavos). Data da Assinatura: 15/04/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 015/2016. Processo nº 42/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: MARIA APARECIDA MACHADO, inscrito no CPF sob o n.º 789.923.209-06; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 4.799,75 (Quatro mil setecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/04/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 017/2016. Processo nº 45/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: MERCEDES MACHADO, inscrito no CPF sob o n.º 897.349.119-87; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 3.950,75 (Três mil novecentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/04/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 018/2016. Processo nº 46/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: HILÁRIO MARTINS, inscrito no CPF sob o n.º 006.192.949-22; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 3.145,00 (Três mil cento e quarenta e cinco reais). Data da Assinatura: 15/04/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 019/2016. Processo nº 48/2016; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. CONTRATANTE: MARIA ONDINA FURTADO, inscrito no CPF sob o n.º 059.035.419-17; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano letivo 2016, de acordo com a chamada pública n.º 003/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. Valor Total: R\$ 6.010,35 (Seis mil e dez centavos e trinta e cinco centavos). Data da Assinatura: 15/04/2016.

PORTARIA N.º 307/2016.

PORTARIA N.º 307, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO ADQUIRIDA PELO (A) SERVIDOR (A) MARCOS ABREU DOS SANTOS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. HOMOLOGAR, nos termos do art. 36, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (CAEP), conforme ata em anexo da primeira reunião do ano de 2016, de APROVAR o (a) servidor (a) MARCOS ABREU DOS SANTOS, matrícula funcional n.º 4284, no estágio probatório e declará-lo (a) ESTÁVEL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de abril de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/04/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 48/2016

DECRETO Nº 48 DE 15 DE ABRIL DE 2016

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente da Lei nº 1930, de 15/04/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.336,57 (cem mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3350	03.35.07	R\$	3.085,97
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3390	03.35.04	R\$	31.453,60
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3390	03.35.00	R\$	65.797,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do exercício 2015.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

LEI Nº 1930/2016

LEI Nº 1930, DE 15 DE ABRIL DE 2016

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva, crédito adicional suplementar valor de R\$ 100.336,57 (cem mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete centavos), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3350	03.35.07	R\$	3.085,97
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3390	03.35.04	R\$	31.453,60
15.001.08.244.1027.2057 Man. de proteção básica família em foco	3390	03.35.00	R\$	65.797,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do exercício 2015.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 38/2016

PORTARIA Nº. 038 de 14 de abril de 2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DA SERVIDORA ZELAINE KUCHLIK DO CARGO DE TECNICA DE ENFERMAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, processo nº 1368/2016.

RESOLVE:

Art.1o. – Exonerar a pedido, ZELAINE KUCHLIK, portadora do RG nº. 4.250.458-9 e CPF nº. 047.378.119-04, do cargo de CUIDADORA, nomeada em 10 de agosto de 2012, através da Portaria 402/2012, e declara vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 14 de abril de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.925, DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 6.925, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 15 DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA,

Art. 1º Fica alterado o horário de reunião mensal do Conselho Municipal de Juventude estabelecido no § 1º do artigo 15 do seu respectivo Regimento Interno (homologado pelo Decreto n. 4.619, de 30 de novembro de 2011), passando a acontecer às 18:00 da segunda quinta-feira de cada mês.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de abril de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

PREFEITO

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016

LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO DE TURISMO COM, NO MÍNIMO, 42 LUGARES E MICRO-ÔNIBUS LEITO DE TURISMO COM, NO MÍNIMO, 28 LUGARES PARA O ATENDIMENTO DE CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, BEM COMO ATENDER AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) DODOTUR TRANSPORTES E VIAGENS LTDA ME, estabelecida à Rua Manuel Vicente Ventura, 479, bairro Tijuquinhas, município de Biguaçu-SC, CEP 88160-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 07.283.800/0001-60, neste ato representado por seu sócio Sr. Ricardo Silvi, brasileiro, solteiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 061.249.759-39, portador do RG n.º 5.107.309-9, para LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO DE TURISMO COM, NO MÍNIMO, 42 LUGARES E MICRO-ÔNIBUS LEITO DE TURISMO COM, NO MÍNIMO, 28 LUGARES PARA O ATENDIMENTO DE CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, BEM COMO ATENDER AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 08/2016, objeto do Processo 018/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO DE TURISMO DE, NO MÍNIMO, 42 LUGARES	KM RODADO	100.000	4,0080	400.800,00
02	LOCAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS LEITO DE TURISMO DE, NO MÍNIMO, 28 LUGARES	KM RODADO	100.000	2,6720	267.200,00

Governador Celso Ramos/SC, 04 de Março de 2016.
DODOTUR TRANSPORTES E VIAGENS LTDA ME
Ricardo Silvi

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2016

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS, DESTINADO AO 1º GRUPAMENTO DE BOMBEIRO MILITAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS NÃO HOMOLOGADOS NA LICITAÇÃO ANTERIOR

Aos 07 dias do mês de Março do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) PLANETA COMERCIAL LTDA- ME, estabelecida à Rua José de Abreu, nº 515, Canto, Florianópolis/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 04.112.923/0001-96, neste ato representada pela Sra. Amanda Schulter da Rosa, brasileira, solteira, nutricionista, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 079.300.359-80, portadora do RG n.º 4.794.580, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS, DESTINADO AO 1º GRUPAMENTO DE BOMBEIRO MILITAR DE GOVERNADOR CELSO RAMOS NÃO HOMOLOGADOS NA LICITAÇÃO ANTERIOR, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 09/2016, objeto do Processo 19/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	MARCA	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
	LOTE 01					
01	Charque ou carne seca	12	Kg	CCS	17,33	207,96

02	Carne bovina coxão mole em bife	250	Kg	CCS	22,13	5.532,50
03	Coxa e Sobrecoxa de frango	250	Kg	BIG FRANGO	7,24	1.810,00
04	Filé de Peito de frango	50	Kg	BIG FRANGO	10,32	516,00
05	Bacon	40	Kg	JCW	29,99	1199,60
06	Salsicha	18	Kg	NAT	7,82	140,76
07	Linguiça Tipo Calabresa	36	Kg	JCW	20,95	754,20
08	Queijo tipo prato	45	Kg	RICKEN	27,50	1.237,50
09	Presunto Cozido	45	Kg	JCW	30,56	1.375,20
10	Bisteca Suína com Osso	20	Kg	JCW	17,90	358,00
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						13.131,72
LOTE 04						
11	Pão Doce	180	Kg	JM	10,99	1.978,20
12	Pão Francês	180	Kg	JM	10,99	1.978,20
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						3.956,40

Governador Celso Ramos/SC, 7 de Março de 2016.
Adrielson Ferreira de Oliveira

PLANETA COMERCIAL LTDA - ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2016

CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 07 dias do mês de Março do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, estabelecida à Rua Vicente Coelho, s/nº, bairro Forquilha – São José/SC CEP: 88.107-110 – São José/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 01.993.902/0001-39, neste ato representada pelo Sr. Thiago Alencar Borsa, brasileiro, portador do RG nº 3.443.467-4 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 006.281.979-85, para CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 03/2016, objeto do Processo 09/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDADE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC. MARCA: MORE	Unid.	20	R\$ 20.265,00	R\$ 405.300,00

Governador Celso Ramos/SC, 7 de março de 2016.
More Sinalização e Construção Ltda.
Empresa

Juliano Duarte Campos
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2016

AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS DE PRESSÃO E VENTILADORES DE PAREDE CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, EM ESPECIAL PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA PARA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 15 dias do mês de Março do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) INFANTARIA COMERCIAL EIRELI ME, estabelecida à Rua Irmgard Carl, nº 125, Bairro Escola Agrícola, município de Blumenau/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.795.155/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Marcos Peter Nunes, brasileiro, empresário, portador do RG nº 2.610.719 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 722.369.069-00, para AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS DE PRESSÃO E VENTILADORES DE PAREDE CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, EM ESPECIAL PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA PARA INSTALAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 10/2016, objeto do Processo 09/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	PRODUTOS	MARCA	QUANT.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	BEBEDOUROS DE PRESSÃO CONJUGADO COM, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: <ul style="list-style-type: none"> • CONJUGADO EM AÇO INOX; • GABINETE EM AÇO INOX; • PIA EM AÇO INOX; • CAPACIDADE PARA 3,6 LITROS DE ÁGUA; • CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO DE 4,2 LITROS POR HORA; • POSSUIR JATO PARA COPO E JATO PARA BOCA CROMADOS AMBOS COM REGULAGEM DE JATO; • RESERVATÓRIO PARA ÁGUA GELADA EM AÇO INOX 304 COM ISOLAMENTO; • TERMOSTATO FIXO EXTERNO PARA AJUSTE DE TEMPERATURA DE 4°C a 15°C; COR: INOX	LIBELL SIDE	30	698,00	20.940,00
02	VENTILADOR DE PAREDE COM, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: <ul style="list-style-type: none"> • 60 CM DE DIÂMETRO; • VELOCIDADE REGULÁVEL; • BIVOLT; • GRADES DE PROTEÇÃO; • POTÊNCIA DE 170W; • PROTETOR TÉRMICO; • AJUSTE DE POSIÇÃO; COR: PRETA	VENTISOL	20	165,00	3.300,00

Governador Celso Ramos/SC, 15 de março de 2016.

INFANTARIA COMERCIAL EIRELI ME.

Empresa

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2016

Extrato de Contrato Nº 20/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 21/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: CASTELINHO DOS PRODUTOS COLONIAIS LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM A FINALIDADE DE ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 07/03/2016.

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2016

Extrato de Contrato Nº 21/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 21/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: JADSON PEREIRA.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM A FINALIDADE DE ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.145,00 (Quinze mil cento e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 07/03/2016.

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 07/03/2016.

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2016

Extrato de Contrato Nº 24/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 21/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: WAGNER E SIMONE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA-ME.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM A FINALIDADE DE ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 85.200,00 (Oitenta e cinco mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 07/03/2016.

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2016

Extrato de Contrato Nº 22/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 21/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: JAIME SERPA.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM A FINALIDADE DE ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.145,00 (Quinze mil cento e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 07/03/2016.

Governador Celso Ramos, 11 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2016

Extrato de Contrato Nº 25/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 17/2016

CARTA CONVITE Nº 06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: SOS ASFALTOS LTDA – EPP.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 49.800,00 (Quarenta e nove mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 14/03/2016.

Governador Celso Ramos, 23 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2016

Extrato de Contrato Nº 23/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 21/2016

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: VILSON SOARES.

OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM A FINALIDADE DE ATENDER A EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.929,00 (Dezessete mil novecentos e vinte e nove reais).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016

Extrato de Contrato Nº 26/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 27/2016

CARTA CONVITE Nº 09/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 144.134,00 (Cento e quarenta e quatro mil e cento e trinta e quatro reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 24/03/2016.

Governador Celso Ramos, 31 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2016

Extrato de Contrato Nº 15/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 24/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: NELÍCIO GOMES

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA COM ÁREA TOTAL DE TERRENO DE 930 M² LOCALIZADO NO BAIRRO DE AREAIS DE BAIXO, NA RUA AUGUSTO ROSSINI Nº 248 PARA ATENDER AOS GRUPOS DE MÃES E IDOSOS CADASTRADOS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) MENSAIS.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/03/2016.

Governador Celso Ramos, 03 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2016

Extrato de Contrato Nº 16/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PROCESSO Nº 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA.-ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA, MANUTENÇÃO/ATUALIZAÇÃO E, AINDA, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO PARA A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 36.343,12 (Trinta e seis mil trezentos e quarenta e três reais e doze centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será de

12 (doze) meses a partir da assinatura.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 01/03/2016.

Governador Celso Ramos, 03 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2016

Extrato de Contrato Nº 17/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA -ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL POR INFORMATIZAR O SETOR DE ARRECADAÇÃO, ATRAVÉS DE LOCAÇÃO DOS SISTEMAS RELACIONADOS, ESPECÍFICO PARA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS, JÁ INCLUSAS AS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÕES CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO A MIGRAÇÃO DE TODOS OS DADOS DOS SISTEMAS QUE ESTIVEREM EM USO PARA A PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 138.000,00 (Cento e trinta e oito mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir da assinatura.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 01/03/2016.

Governador Celso Ramos, 03 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2016

Extrato de Contrato Nº 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 22/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇO DE INFORMÁTICA LTDA -ME

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO AO SETOR DE ARRECADAÇÃO, DISPONIBILIZANDO PROFISSIONAIS COM CONHECIMENTO EM LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, COLETA DE DADOS, SOFTWARE DE APOIO PARA A RECUPERAÇÃO FISCAL, ATENDIMENTO AOS CONTRIBUÍNTES, AJUSTES NOS CADASTROS VISANDO A ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA PARA A PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a partir da assinatura.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 01/03/2016.

Governador Celso Ramos, 03 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2016

Extrato de Contrato Nº 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 20/2016

CARTA CONVITE Nº 08/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: BIO SAN SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS E SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 58.981,00 (Cinquenta e oito mil novecentos e oitenta e um reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO 04/03/2016.

Governador Celso Ramos, 08 de Março de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 16 dias do mês de Março do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos,, são registrados os preços da (s) empresa (s) **MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME**, estabelecida à Rua Canal da Olaria Nº 159, Ganchos Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.332.112/0001-12, neste ato representado pela Sra. Monike Marlete dos Santos Sagas, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 062.307.469-99, portadora do RG n.º 3.981.064, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Presencial n.º 11/2016**, objeto do **Processo 23/2016**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Item (s) constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
LOTE 1: MATERIAIS DE COPA E COZINHA						
01	AÇÚCAR REFINADO 1KG	CARAVELAS/GLOBO/DA-BARRA/D OCE SUCAR	KG	1.000,000	2,63	2.630,00
02	CAFÉ MOÍDO A VÁCUO 500G	COCA-MAR CAFÉ NO BULE CABO-CLO	PCT	550,00	5,61	3.085,50
03	Copo de poliestireno de alta qualidade para água, produto não perecível e não tóxico, descartável, espessura entre 0,51mm a 0,54mm, com capacidade para 180ml, pacote com 100 (cem) copos. Obs.: Entregar em caixa de papelão com 25 (vinte e cinco) pacotes	COPO-BRAS/CO POZAN	CX	50,000	84,39	4.219,50
04	Copo plástico descartável para café, capacidade 50 ml, em poliprolileno "PP" branco, não tóxico, com frisos e saliência na borda, peso por 100 (cento) do copo deverá ser igual ou superior a 75 gramas e de acordo com a norma NBR	COPO-BRAS/CO POZAN	CX	50,000	76,47	3.823,50

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0131

1



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	14.865/2002. Embalagem caixa de papelão, acondicionando 50 sacos plásticos com 100 unidades cada, contendo nome do fabricante e quantidade.					
05	FILTRO DE PAPEL, PARA COARCAFÉ, Nº 102. PACOTE COM 40 UNIDADES	BRI-GITTA/ME LITA/COA FÁCIL	PCT	80,000	1,88	150,40
06	Fósforo. Caixa em madeira com lixa tradicional. Pacote com 10 caixas. Cada caixa com 40 palitos.	AR-GOS/FI-ATLUX	PCT	20,000	1,98	39,60
07	GARRAFA TÉRMICA COM ALÇA, TIPO SERVE A JATO, CAPACIDADE DE 1,8 LITROS, COM SISTEMA CORTA PIN-GOS, COM EFICIÊNCIA TÉRMICA, RESISTÊNCIA AO IMPACTO E À CHOQUES TÉRMICOS. COR PRETA.	INVICTA	UN	30,00	68,50	2.055,00
08	LEITE INTEGRAL 1LT CX COM 12 LT	ITA-LAC/PI-RANCA-JUBA/LA NGUIRU/PIÁ/TI-ROL	CX	150,00	27,31	4.096,50
LOTE 2: MATERIAIS DE LIMPEZA						
09	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco de 1 litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde (Caixa com 12 und).	DU-DDY/LIM-PI-NHA/BRI-LHO SOLAR	CXA	70,00	28,00	1.960,00
10	ALCOOL GEL, Material: álcool etílico hidratado, Tipo: gel sanitizante, Aplicação: produto limpeza doméstica, Características Adicionais: neutralizante, espessante e grão cosmético, Normas técnicas: registro no ministério da saúde, Unidade de Fornecimento: Embalagem de 1 Litro. (caixa com 12 und)	ITAJÁ/DA ILHA/CLINIX/FLOP	CX	50,000	112,92	5.646,00
11	AMACIANTE DE ROUPA, 2 LITROS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COMPOSIÇÃO TENSOATIVO NÃO IÔNICO, COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, APLICAÇÃO AMACIANTE ARTIGOS TÊXTEIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LÍQUIDO CONCENTRADO, SOLÚVEL EM ÁGUA, BASE NEUTRA	GIRANDO SOL/ZA-VASKI/DDY	UND	100,000	3,64	364,00

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0131



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12	Balde, material plástico, capacidade de 10 litros, material alça arame galvanizado, cor natural.	TERRA-PLAST/E RCA- PLAST/A RQPLAST	UND	15,000	4,74	71,10
13	Cesto para lixo com pedal 108 litros	TRIC/ER- CAPLAST	UND	25,00	65,65	1.641,25
14	Desinfetante, aspecto físico líquido. Aplicação: desinfetante e germicida. Composição aromática: eucalipto. Frasco de 2 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	GIRANDO SOL/ZA- VASKI/DU DDY	UND	250,000	3,64	910,00
15	Detergente para louças, biodegradável, consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Aroma natural. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (Caixa com 24 und)	GIRANDO SOL/ZA- VASKI	CXA	80,00	23,34	1.867,20
16	Escova sanitária com suporte como base de sustentação. Plástico resistente.	SAN- CHES/ST ARH/KRIA T COLOR	UND	20,000	5,10	102,00
17	Esponja para limpeza de louça, em nylon, dupla face, com bactericida	BRI- LHUS/ES- FREBON	UND	150,000	0,95	142,50
18	Limpa vidro, tipo líquido. Cor incolor/azul. Frasco plástico de 500ml, com gatilho. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	ZA- VASKI/UR CA	UND	100,000	9,41	941,00
19	Limpador multiuso, de uso doméstico. Aromas diversos. Frasco plástico de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	GIRANDO SOL/ZA- VASKI/UA U	UND	100,000	2,91	291,00
20	Lustra móveis. Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico de 200ml com bico econômico. A embalagem	YPÊ/BRI- LHO- LAC/DES- TAC	CX	10,000	69,86	698,60

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0131



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (Caixa com 24 und)					
21	LUVA PARA LIMPEZA GRANDE, Luva multiuso de látex 100% natural, com forro 100% algodão, com selo do inmetro, embaladas em pacote plástico contendo um par de luvas	DANNY/S ANRO/ID EATEX	PCT	20,000	3,29	65,80
22	LUVA PARA LIMPEZA MÉDIA, Luva multiuso de látex 100% natural, com forro 100% algodão, com selo do inmetro, embaladas em pacote plástico contendo um par de luvas	DANNY/S ANRO/ID EATEX	PCT	20,000	3,29	65,80
23	LUVA PARA LIMPEZA PEQUENA, Luva multiuso de látex 100% natural, com forro 100% algodão, com selo do inmetro, embaladas em pacote plástico contendo um par de luvas	DANNY/S ANRO/ID EATEX	PCT	20,000	3,29	65,80
24	Luva Plástica em Polietileno PEAD 60gr., transparente, confeccionada com resina de polietileno de primeiro uso (não reciclado), atóxico, produtos com grau alimentício, isento de componentes metálicos. Pacote c/ 100 unidades.	TALGE/D ESCAR- PAC	PCT	30,000	6,64	199,20
25	Sabão em barra, de glicerina, 200g, na cor azul. Embalado em saco plástico, EB 56/54 da ABNT, contendo 05 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. (caixa com 12 pacotes)	ZA- VASKI/GI- RANDO SOL	CX	45,00	48,15	2.166,75
26	SABÃO EM PÓ, biodegradável, grão azul, 1ª qualidade, com registro na ANVISA, em embalagens plásticas ou caixa de papelão com 1 Kg. Composição: tensoativo aniônico, fosfatos, sais inorgânicos, branqueador óptico, perfume, pigmento e enzimas.	ALA/URC A/ZA- VASKI	UND	300,000	3,35	1.005,00
27	Saco plástico lixo, 50 litros, 6 micras, cor preta, largura 63, altura 80, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Pacote com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056	VERSÁ- TIL/DO BRA- SIL/PLAS- FORT	PCT	150,000	1,60	240,00
28	Pá de Lixo Plástica 24x16,5x7 com Cabo Longo (80cm)	DO BRA- SIL	UND	20,000	2,18	43,60

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0131



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - PMGCR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

29	Pano de chão branco, saco de algodão alvejado Pano de chão branco, saco de algodão alvejado extra, 100% algodão, tamanho 45cmx70cm.	PANO PRATIK	UND	90,000	1,46	131,40
30	Papel higiênico, 100% fibras naturais, picotado, grofado, com relevo, folha simples na cor branca (100% branca), neutro, de primeira qualidade. Pacote com 04 rolos medindo 30mx10cm.A embalagem deverá ter boa visibilidade do produto. (Fardo com 64 pacotes).	PERSO-NAL/DU-ETO/DAL-MATA/PALOMA/CLARYS	FAR	100,000	49,60	4.960,00
31	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS 2 dobras branco c/ 1000 folhas 22x20,7cm, 100% celulose virgem. Branco neve, não reciclado, alta qualidade.	LIC PEL	PCT	250,000	8,39	2.097,50
32	Vassoura, com cerdas de nylon luxo, base em madeira resistente, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 11cm e espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	DO BRASIL/ POLAR/ GAUCHA	UND	50,000	6,49	324,50

Governador Celso Ramos/SC, 16 de março de 2016.

MONIKE MARLETE DOS SANTOS ME
 Empresa

Juliano Duarte Campos
 Prefeito Municipal

Endereço: Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 –
 Fone (48) 3262-0131

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 36

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Volfor Mecânica de Veículos Automotivos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Volfor Mecânica de Veículos Automotivos Ltda
Restos a Pagar de 2015: 0030, 0046, 0040, 0057, 0059, 0001, 0069, 0085, 0101, 0112, 0100, 0103, 0142 e 0148.

Valor: R\$ 7.379,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.
AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 37

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Cristiane de Andrade Fernandes possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedora: Cristiane de Andrade Fernandes
Restos a Pagar de 2015: 0953.

Valor: R\$ 586,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.
AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 38

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Bruno Pereira Margotti possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso,

sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: BRUNO PEREIRA MARGOTTI
Restos a Pagar de 2014: 1597 e 1855.

Valor: R\$ 601,03

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.
AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 39

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Marlise Felipe ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MARLISE FELIPPE ME
Restos a Pagar de 2015: 1178 e 1179.

Valor: R\$ 220,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.
AMILTON ASCARI
refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 40

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa VLC Entulhos Ltda ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015 e, também, valores em atraso de 2016, o que pode acarretar sanções ao Município, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: VLC Entulhos Ltda ME
Restos a Pagar de 2015: 0037, 0257, 0145, 0258, 0333, 0428, 0543, 0621, 0806, 0647, 1078 e 1311.
Ordens de Pagamento: 0178, 0893 e 0406.

Valor: R\$ 9.000,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 41

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que JM Equipamentos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedora: JM Equipamentos Ltda

Restos a Pagar de 2015: 0445.

Valor: R\$ 484,26

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 42

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Super Líder Alimentos Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso, inclusive, valores em aberto de 2016; considerando que se faz necessário a continuidade do fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: SUPER LÍDER ALIMENTOS LTDA

Restos a Pagar de 2015: 0830, 0831, 0840, 0865, 0807, 0808, 0811, 0812, 0810, 0841, 0842, 0843, 0853, 0854, 0856, 0857, 0858, 0859, 0864, 0846, 0648, 0650, 0681, 0691, 0692, 0697, 0698, 0699, 0700, 0701, 0702, 0703, 0720, 0963, 0964, 0965, 0966, 1016, 1375, 1383, 1047, 1048, 1049, 1065, 1067, 1068, 1070, 1282, 1283, 1382 e 1931.

Ordens de Pagamento: 1381, 1378, 1380, 1223, 1376, 1377, 1379, 1365, 1366, 0875, 0786, 0927, 0755, 1056, 1048, 1054, 1055, 1057, 1413, 1415, 1431 e 1471.

Valor: R\$ 32.827,79

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 43

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que BORGES E SOUZA MÓVEIS E ELETRODOMÉTIÇOS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e de 2015, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: BORGES E SOUZA MÓVEIS E ELETRODOMÉTIÇOS LTDA

Restos a Pagar de 2014 e de 2015: 1600, 1607, 1890, 1788, 1822, 0045, 0052, 0132, 0225 e 0495.

Valor: R\$ 7.276,90

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 44

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Gilvane Costa Koch ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e de 2015, e, também, de 2016, e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: GILVANE COSTA KOCH ME

Restos a Pagar de 2014 e de 2015: 1684, 1685, 1830, 1777, 1778, 1779, 1780, 1781, 1844, 1845, 1846, 1847, 1851, 0151, 0152, 0153, 0154, 0236, 0237, 0568, 0619, 0817, 0818, 0685, 1207, 1210, 1255, 1256, 1257, 1258, 1387, 1388, 1389 e 1972.

Ordens de Pagamento: 0193, 0194, 0195, 0196, 2000, 1039, 1040, 1041, 1042, e 1043.

Valor: R\$ 20.759,66

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 45

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Paulo Pedro Gesser possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2014 e de 2015 e que o Município está em mora, podendo sofrer, em razão disso, sanções, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PAULO PEDRO GESSER

Restos a Pagar de 2014 e de 2015: 1626, 1627, 1628, 1629, 1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1836, 1837, 1838, 1839, 0330, 0002, 0003, 0016, 0035, 0036, 0051, 0007, 0024, 0060, 0008, 0181, 0182, 0184, 0204, 0205, 0268, 0270, 0295, 0361, 0362, 0327, 0337, 0359, 0360, 0442, 0443, 0448, 0473, 0517, 0518, 0520, 0521, 0525, 0614, 0615, 0616, 0733, 0789, 0798, 0801, 0802, 0803, 0659, 0660, 0666, 0669, 0677, 1014, 1015, 1019, 1020 e 1188.

Valor: R\$ 9.900,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 46

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Mercado Aste Ltda possui valores em haver do Município de Grão-Pará, deste ano de 2016, condicionando a continuidade de fornecimento, mediante o pagamento dos valores em haver, faz-se necessário o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, por contemplar o interesse público, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MERCADO ASTE LTDA

Ordens de Pagamento: 0289, 0290, 0291, 0292, 0293, 0294, 0295, 0297, 0299, 0300, 0301, 0304, 0305, 0307, 0308, 0316, 0325, 0444, 0445, 0446, 0447, 0455, 0457, 0458, 0459, 0460, 0461, 0462, 0463, 0465, 0469, 0443, 0452, 0454, 0467, 0480, 0449, 0450, 0456, 0453, 0937, 0952, 0953, 0954, 0955, 0956, 0957, 0959, 1449, 0934, 0947, 0951, 0958, 0966 e 1031.

Valor: R\$ 25.340,38

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

refeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 64.2016 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 64/2016
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: MAURICIO GUILHERME DIEHL ME
Valor : 17.000,00 (dezesete mil reais)
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL MEDINDO 10X20METROS, EM PRÉ-MOLDADO E METÁLICO, QUE SERÁ CONSTRUÍDO NA RUA JUBELINO PASSINATO S/Nº, SOBRE O LOTE URBANO Nº 36, MATRÍCULA R1/43988, COMO FORMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA ARTEFATOS DE CIMENTO OESTE LTDA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 2.865/2015 E EDITAL DE CONCORRÊNCIA 01/2016.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 65.2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016
PROCESSO Nº 65/2016 HOMOLOGAÇÃO: 15/04/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL MEDINDO 10X20METROS, EM PRÉ-MOLDADO E METÁLICO, QUE SERÁ CONSTRUÍDO NA RUA JUBELINO PASSINATO S/Nº, SOBRE O LOTE URBANO Nº 36, MATRÍCULA R1/43988, COMO FORMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA ARTEFATOS DE CIMENTO OESTE LTDA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 2.865/2015 E EDITAL DE CONCORRÊNCIA 01/2016.

CONTRATADO: MAURICIO GUILHERME DIEHL ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 28/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (OI S.A.) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OI S.A
Empenho: 26, valor : R\$ 220,21

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 18 de abril de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 29/2016
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (OI S.A) possui valores em haver do município de Guaraciaba/SC, em empenhos do exercício, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OI S.A
Empenho: 26, valor : R\$ 72,98

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 18 de abril de 2016.
ROQUE LUIZ MENEHINI
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 15.16 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2016.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 26/16, Edital de Pregão Nº 15/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 02/05/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 02/05/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 15 de abril de 2016.
Daiane Dorigon,
Ordenadora do FMS

Guaramirim

PREFEITURA

2 CHAMADA AMOSTRAS 21 2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE CHAMADA DE

AMOSTRAS DE

LICITAÇÃO

Edital: Pregão – Registro de Preços - 21/2016

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

2º CHAMADA

REFERENTE A AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

Conforme Ordem de Classificação, fica as empresas, itens e valores relacionados abaixo, a apresentarem suas amostras de produtos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis , ou seja 19 de Abril de 2016 até as 17:00 na Secretaria de Educação de Guaramirim :

Gênero Alimentício		VENCEDOR – MARCA	VALORES R\$
4	Adoçante dietético natural (pct 50 sachês)	FRONTAL – STEVITA	11,28
7	Alimento com soja sabor iogurte (frasco 500g)	FRONTAL – VERDE CAMPO	7,56
18	Cacau em pó (pct 200g)	NOVA ESP – APTI	11,43
24	Carne bovina moída- Posta vermelha (kg)	NOVA ESP – KING ALIM	15,88
30	Chá camomila (caixinha 10g)	NOVA ESP – REAL	2,52
31	Chá capim-cidreira (caixinha 10g)	NOVA ESP – REAL	2,32
32	Chá erva doce (caixinha 10g)	NOVA ESP - REAL	2,51
33	Chá hortelã (caixinha 10g)	NOVA ESP - REAL	2,52
39	Creme vegetal sem leite (pote 500g)	NOVA ESP – BECEL	7,33
40	Extrato de tomate (lata 340g)	NOVA ESP – PREDILECTA	3,67
43	Farinha de milho fina (kg)	NOVA ESP – SINHA	2,61
44	Farinha de trigo- tradicional (pct 5 kg)	NOVA ESP – AURI VERDE	12,49
49	Fermento biológico seco instantâneo- p/ pão (pct 500g)	NOVA ESP – GLORIPAN	10,08
50	Fígado frango (kg)	FRONTAL – AGROVENETO	7,21
56	Gelatina em pó (pct 1 kg)	NOVA ESP – TRISANTI	9,04
58	Iogurte	FRONTAL – FRIMESA	4,96
62	Leite longa vida integral (litro)	NOVA ESP – LANGUIRU	2,60
63	Leite integral zero lactose (litro)	NOVA ESP – AURORA	4,61
64	Leite semidesnatado (litro)	NOVA ESP – LANGUIRU	2,74
69	Macarrão integral espaguete (pct 500g)	FRONTAL – ORQUIDEA	3,87
70	Macarrão integral parafuso (pct 500g)	FRONTAL – ORQUIDEA	3,88
71	Macarrão sem ovos espaguete (pct 500g)	FRONTAL – PARATI	3,65
72	Macarrão sem ovos parafuso (pct 500g)	FRONTAL – PARATI	3,48
73	Macarrão de arroz com ovos (pct 500g)	FRONTAL – URBANO	2,83
86	Pão integral (unid 50g)	FRONTAL – FRONTAL	0,65
89	Pó para preparo bebida sabor morango (pct 400g)	NOVA ESP – MUKY	5,80
90	Presunto cozido sem capa de gordura (pct 180g)	FRONTAL – FRICASA	5,44
94	Sopa de pescado- tilápia (kg)	NOVA ESP – RANCHO BOM	14,35

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433, Falar com Claudio ou Cenira.

GUARAMIRIM (SC), 15/04/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ATA ABERTURA 21 2016

ATA DE SESSÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR

Aos 11 de Abril de 2016 às 09:00h na sala de reuniões da Secretaria de Educação Municipal, localizada na Rua 28 de Agosto, 1255 - Centro, na Cidade de Guaramirim, em sessão pública, reuniu-se o pregoeiro Sr. Claudio Eduardo Maba e os membros da equipe de apoio Vinicius Barbosa, Rodrigo Deretti, designados pela Portaria nº 357/2015 e também presentes membros da equipe técnica de Avaliação de Amostras conforme Portaria nº 97/2016, de em atendimento às disposições contidas na Lei Federal n.º 10.520/02 e Decreto n.º 5.504, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Presencial em epígrafe. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital.

Primeiramente, foram recebidos o credenciamento, a declaração de habilitação, os envelopes contendo a proposta de preço e os envelopes contendo os documentos de habilitação, das empresas participantes.

Logo após, circulou entre os presentes o credenciamento dos representantes presentes, os quais tendo cumprido com as exigências editais restaram credenciados para representar as respectivas empresas:

Empresas credenciadas:

Empresa	Representante
LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	
COMERCIAL STORINNY LTDA ME	LUCAS COELHO SANTOS
NEW WAY COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	MARCOS ANTONIO BANDEIRA
MARA TEREZINHA MOREIRA	JOSE CARLOS MOREIRA
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	RICARDO LUIZ ALVES
ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA ME	JEFERSON FERREIRA
LICISUL COMERCIAL LTDA - ME	ANTONIO ROBERTO HONESKO
RAULINO RAUL ROSAR EPP	SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES
ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI ME	JOSE MANOEL DUARTE
FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	VENESIO HORNBURG
RFM SCHERER LTDA EPP	DILSON SCHERER
OESA COM E REPRESENT LTDA	EVAN CARLO FEIDEN FARIAS

Empresas não credenciadas:

Empresa	Representante
JOSUÉ FERNANDO REINKE	
P F G COMERCIAL LTDA - ME	

Ato seqüente foram abertos os envelopes contendo as propostas de preços, estes devidamente rubricados pelos representantes presentes, pregoeiro e equipe de apoio.

A proposta de preços foi então analisada e rubricada pelos presentes na sessão, efetuando então o registro dos preços apresentados pelas licitantes.

Na sequência do certame, foi solicitado às licitantes classificadas, conforme critérios estabelecidos no Edital, para que apresentassem seus lances verbais. Após rodada de lances, conforme histórico em anexo, e negociação direta com a licitante de melhor oferta, obteve-se o seguinte resultado:

Item: 1 Produto: 46924 - ABACATE- FRUTA COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE) ISENTA DE DOENÇAS. DEVE APRESENTAR A CASCA ÍNTEGRA, SEM PARTES MOLES. AS UNIDADES NÃO DEVEM SE APRESENTAR EM ESTADO AVANÇADO DE MATURAÇÃO. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$5,69	Lance	
Item: 2 Produto: 63053 - ABACAXI PÉROLA- FRUTA DE COR CARACTERÍSTICA (CASCAAMARELA E COROA VERDE), ISENTA DE DOENÇAS. DEVE APRESENTAR A CASCA ÍNTEGRA, SEM PARTES MOLES. AS UNIDADES NÃO DEVEM SE APRESENTAR EM ESTADO AVANÇADODE MATURAÇÃO. PESO MÍNIMO POR UNIDADE/PEÇA 1 KG. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,90	Lance	
Item: 3 Produto: 21569 - AÇUCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL (PCT COM 5 KG) DEVERÁ APRESENTAR GRÂNULOS EXTREMAMENTE FINOS E COLORAÇÃO NITIDAMENTE BRANCA. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DEFABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$13,64	Lance	
<p>Item: 4 Produto: 63054 - ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL (EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 GRAMAS CONTENDO 50 SACHÊS). INGREDIENTES: LACTOSE, EDULCORANTE NATURAL GLICOSÍDEOS, DE ESTEVIOL E ANTIUMECTANTE. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: EDULCORANTES ARTIFICIAIS (CICLAMATO DE SÓDIO, SACARINA, ASPARTAME E ACESSULFAME-K). RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUN Unidade: UNIDADE</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$9,99	Proposta	
<p>Item: 5 Produto: 53949 - ALETRIA COM OVOS (PCT COM 500 g) - MACARRÃO TIPO CABELO-DE-ANJO MASSA FINA COM COLORAÇÃO AMARELO-CLARO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS. QUANTO AO PREPARO: AO SER COLOCADA NA ÁGUA NÃO DEVERÁ TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO. DEVE APRESENTAR BOA APARÊNCIA E CONSISTÊNCIA MACIA APÓS COZIMENTO, OU SEJA, LIVRE DE SINAIS DE EMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEG Unidade: PACOTE</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,15	Lance	
<p>Item: 6 Produto: 46930 - ALHO INTEIRO. PRODUTO IN NATURA COM CABEÇAS ÍNTEGRAS. LIVRE DE DOENÇAS, BROTO E PARTES AMOLECIDAS. ISENTO DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$17,43	Proposta	
<p>Item: 7 Produto: 63055 - ALIMENTO COM SOJA SABOR IOGURTE COM POLPA OU PEDAÇOS DE FRUTAS. FRASCO COM 500G. INGREDIENTES: ÁGUA, AÇÚCAR, POLPA OU PEDAÇOS DE FRUTAS, EXTRATO DE SOJA, AMIDO, FERMENTO, AROMATIZANTE, CORANTE E CONSERVADOR. NÃO CONTÉM LACTOSE E NÃO CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA LÍQUIDA/CREMOSA. ISENTO DE PONTOS ESCUROS E DE ODOR OU SABOR AZEDO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: UNIDADE</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$6,70	Proposta	
<p>Item: 8 Produto: 21575 - AMIDO DE MILHO, PACOTE COM 500 GR, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO. SOB A FORMA DE PÓ APRESENTA COLORAÇÃO BRANCA E DEVE PRODUZIR LIGEIRA CREPITAÇÃO QUANDO COMPRIMIDO ENTRE OS DEDOS. EMBALAGEM PLÁSTICA OU CAIXA DE PAPEL ESPESSO ENVOLVENDO UMA EMBALAGEM PLÁSTICA INTERNA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO Unidade: UNIDADE</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,59	Lance	
<p>Item: 9 Produto: 63056 - AVEIA EM FLOCOS FINOS EMBALAGEM COM 200G. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA E GRÂNULOS SOLTOS, OU SEJA, SEM SINAIS DE UMIDADE. Unidade: UNIDADE</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$2,45	Lance	
<p>Item: 10 Produto: 57683 - BATATA INGLESA LAVADA. TAMANHO UNIFORME; SEM DOENÇAS, DANOS FÍSICOS OU ESTÁGIO AVANÇADO DE MATURAÇÃO. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADES ESTRAGADAS. DEVE ESTAR EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO. LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, INSETOS E FUNGOS. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DEAR. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,66	Proposta	
<p>Item: 11 Produto: 63057 - BEBIDA DE SOJA SEM SABOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO. INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, ÓLEO VEGETAL, AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE, VITAMINAS E EMULSIFICANTE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA. ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: LITRO</p>				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,50	Lance	

Item: 12 Produto: 63058 - BISCOITO DOCE SABOR LEITE, PACOTE COM 370 G. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESSURA FINA (UNIDADE COM APROXIMADAMENTE 6 GRAMAS), CONSISTÊNCIA CROCANTE E SABOR ADOCICADO DE LEITE. NÃO DEVE APRESENTAR-SE QUEBRADIÇO NO INTERIOR DA EMBALAGEM E NEM POSSUIR SABOR E Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$2,13	Lance	

Item: 13 Produto: 67696 - BISCOITO DOCE SABOR MAIZENA. PACOTE COM 370 G. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, AMIDO DE MILHO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTE, E AROMATIZANTE. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESSURA FINA (UNIDADE COM APROXIMADAMENTE 6 GRAMAS). NÃO DEVE CONTER LEITE E DERIVADOS ENTRE OS INGREDIENTES. CONSISTÊNCIA crocante e sabor adocicado de maizena. Não deve apresentar-se quebradiço no interior da embalagem e nem possuir sabor e odor característicos de mofo. Embalagem íntegra, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, lote, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, indústria brasileira e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$2,70	Lance	

Item: 14 Produto: 67697 - BISCOITO SALGADO - ÁGUA E SAL, PACOTE COM 370 G, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AÇÚCAR INVERTIDO, GORDURA VEGETAL, SAL, FERMENTO QUÍMICO, ESTABILIZANTE, AMIDO. NÃO DEVE CONTER LEITE E DERIVADOS ENTRE OS INGREDIENTES. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA . DEVE SER DE ESPESSURA FINA (unidade com aproximadamente 6 gramas). Consistência crocante e sabor moderadamente salgado (ou seja, não deve ser intensamente salgado). Não deve apresentar-se quebradiço no interior da embalagem e nem possuir sabor e odor característicos de mofo. Embalagem íntegra, sendo plástica com dupla proteção. Rótulo com indicação do fabricante, produto, lote, peso, ingredientes, data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional, indústria brasileira e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$2,51	Lance	

Item: 15 Produto: 67558 - BISCOITO SALGADO INTEGRAL (PACOTE COM 400 GRAMAS). DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FIBRA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR, FERMENTOS QUÍMICOS E ESTABILIZANTE. LECITINA DE SOJA. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA CROCANTE E SABOR MODERADAMENTE SALGADO (OU SEJA, NÃO DEVE SER INTENSAMENTE SALGADO). NÃO DEVE APRESENTAR-SE QUEBRADIÇO NO INTERIOR DA EMBALAGEM E NEM POSSUIR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS DE MOFO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO PLÁSTICA COM DUPLA PROTEÇÃO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$4,29	Lance	

Item: 16 Produto: 63061 - BISCOITO DOCE SEM GLÚTEN. PACOTE COM NO MÍNIMO 150G, INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ E/OU AMIDO DE MILHO E/OU FÉCULA DE MANDIOCA, AÇÚCAR, OVOS, GORDURA VEGETAL OU ÓLEO VEGETAL OU MARGARINA E FERMENTO. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA CROCANTE E SABOR MODERADAMENTE DOCE. PRODUTO SEM GLÚTEN. NÃO DEVE APRESENTAR-SE QUEBRADIÇO NO INTERIOR DA EMBALAGEM E NEM POSSUIR SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS DE MOFO. EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$5,59	Proposta	

Item: 17 Produto: 63062 - BOLACHÃO DE MEL, KG, CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, FERMENTO E AROMA OU ESSÊNCIA DE MEL. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$10,06	Lance	

Item: 18 Produto: 53946 - CACAU EM PÓ , PACOTE 200G, PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO APENAS CACAU EM PÓ SOLÚVEL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, AMIDO, LEITE E DERIVADOS DE LEITE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$10,80	Proposta	

Item: 19 Produto: 48980 - CAFÉ TORRADO E MOÍDO, PACOTE COM 500 G, GRÃOS TORRADOS E MOÍDOS. CAFÉ TRADICIONAL. DEVE APRESENTAR SELO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DECAFE). EMBALAGEM ÍNTEGRA DE ALUMÍNIO A VÁCUO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. APÓS SER PREPARADO EM ÁGUA FERVENTE, O CAFÉ DEVE APRESENTAR ODOR MARCANTE, COLORAÇÃO P Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado

1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$8,45	Lance	
Item: 20 Produto: 53952 - CANELA EM PÓ, EMBALAGEM COM 30G. PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO MARROM E ODO- RINTENSO CARACTERÍSTICO DE CANELA. FRASCO PLÁSTICO ÍNTEGRO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIEN- TES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$1,85	Lance	
Item: 21 Produto: 21589 - CARNE DE AVE/FRANGO CONGELADA, TIPO COXA E SOBRECOXA, COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROSADA). CON- GELADA, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTA COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADA EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. NÃO DEVE APRESENTAR OUTROS CORTES ALÉM DE COXA E SOBRECOXA. TAMBÉM NÃO DEVE APRE- SENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM NÃO DEVE SER EXCESSIVA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
2	2920522 - RAULINO RAUL ROSAR EPP	R\$4,95	Lance	
Item: 22 Produto: 63063 - CARNE DE AVE/FRANGO - TIPO PEITO DE FRANGO SEM OSSO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (RO- SADA). CONGELADO, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTO COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. A CARNE NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM DEVE RESPEITAR OS LIMITES MÁXIMOS ESTIPULADOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, TIP Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	2920522 - RAULINO RAUL ROSAR EPP	R\$8,75	Proposta	
Item: 23 Produto: 63063 - CARNE DE AVE/FRANGO - TIPO PEITO DE FRANGO SEM OSSO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (RO- SADA). CONGELADO, POR ISSO DEVE ESTAR COMPACTO COMO PEDRA DE GELO E CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. A CARNE NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDA, NEM PEGAJOSA. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. A QUANTIDADE DE GELO NO INTERIOR DA EMBALAGEM DEVE RESPEITAR OS LIMITES MÁXIMOS ESTIPULADOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, TIP Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
10	2920522 - RAULINO RAUL ROSAR EPP	R\$7,59	Lance	
Item: 24 Produto: 58327 - CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA (POSTA VERMELHA). EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR BAIXO TEOR DE GORDURA. COLORAÇÃO VERMELHA INTENSA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO, DEMAIS APARASOU PÊLOS. LIVRE DE EXCESSIVOS PONTOS BRANCOS, POIS ESTES INDICAM ELEVADA QUANTIDADE DE GOR- DURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE RÓTULO COM INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO CARNE, LOTE, PESO, DATA DO PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E IN Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$15,00	Proposta	
Item: 25 Produto: 58327 - CARNE BOVINA MOÍDA CONGELADA (POSTA VERMELHA). EMBALAGEM CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR BAIXO TEOR DE GORDURA. COLORAÇÃO VERMELHA INTENSA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO, DEMAIS APARASOU PÊLOS. LIVRE DE EXCESSIVOS PONTOS BRANCOS, POIS ESTES INDICAM ELEVADA QUANTIDADE DE GOR- DURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE RÓTULO COM INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO CARNE, LOTE, PESO, DATA DO PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E IN Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	3005305 - OESA COM E REPRESENT LTDA	R\$13,90	Proposta	
Item: 26 Produto: 58328 - CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (MÚSCULO TRASEIRO). CARNE CONGELADA, SENDO DIVIDIDA EM CUBOS PEQUENOS. EM- BALAGEM CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR BAIXO TEOR DE GORDURA. COLORAÇÃO VERMELHA INTENSA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO, DEMAIS APARAS OU PÊLOS. LIVRE DE QUANTIDADE EXCESSIVA DE GORDURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO DE CARNE, LOTE, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2920522 - RAULINO RAUL ROSAR EPP	R\$14,06	Lance	
Item: 27 Produto: 58328 - CARNE BOVINA EM PEDAÇOS (MÚSCULO TRASEIRO). CARNE CONGELADA, SENDO DIVIDIDA EM CUBOS PEQUENOS. EM- BALAGEM CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR BAIXO TEOR DE GORDURA. COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO, DEMAIS APARAS OU PÊLOS. LIVRE DE QUANTIDADE EXCESSIVA DE GORDURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO INDICANDO A PROCEDÊNCIA, TIPO DE CARNE, LOTE, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2920522 - RAULINO RAUL ROSAR EPP	R\$14,06	Lance	

Item: 28 Produto: 58329 - CARNE SUÍNA. PALETA SUÍNA CONGELADA, DIVIDIDA EM CUBOS PEQUENOS E SEM PELE. EMBALAGEM CONTENDO 1KG. COLORAÇÃO ROSADA E ODOR CARACTERÍSTICO DE CARNE FRESCA (AGRADÁVEL). ISENTA DE OSSO, CARTILAGEM, NERVO, PELE, COURO E DEMAIS APARAS OU PÊLOS. LIVRE DEQUANTIDADE EXCESSIVA DE GORDURA. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO INDICANDO APROCEDÊNCIA, TIPO DE CARNE, LOTE, PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. REGISTRO DE INSPEÇÃO ANIMAL MUNICIPAL OU Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	2920522 - RAULINO RAUL ROSAR EPP	R\$9,85	Proposta	
Item: 29 Produto: 67559 - CEBOLA DE CABEÇA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM COR CARACTERÍSTICA (ESBRANQUIÇADA) E TAMANHO MÉDIO (DIÂMETRO IGUAL OU SUPERIOR A 4 CENTÍMETROS), SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, TIPO DO HORTIFRUTI, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,33	Lance	
Item: 30 Produto: 48981 - CHÁ SABOR CAMOMILA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10G). NAO DEVAE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,38	Proposta	
Item: 31 Produto: 21598 - CHÁ SABOR CAPIM-CIDREIRA. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10G). RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETO-SE FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,19	Proposta	
Item: 32 Produto: 63064 - CHÁ SABOR ERVA-DOCE. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR UMA CADAMA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10G). NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS ETALOS DE ERVA-MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,37	Proposta	
Item: 33 Produto: 48984 - CHÁ SABOR HORTELÃ. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10G). NAO DEVEAPRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,38	Proposta	
Item: 34 Produto: 52789 - CHÁ SABOR MAÇÃ. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15 G) NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,18	Lance	
Item: 35 Produto: 52790 - CHÁ SABOR MORANGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15G). NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,25	Lance	

Item: 36 Produto: 52791 - CHÁ SABOR PÊSSEGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15G). NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES FOLHAS E TALOS DE ERVA-MATE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,59	Lance	

Item: 37 Produto: 63065 - CHOCOLATE EM PÓ (PCT 500G), COM NO MÍNIMO 30% DE CACAU. PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO OS INGREDIENTES: CACAU EM PÓ SOLÚVEL E AÇÚCAR. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO MARROM ESCURA E SABOR INTENSO DE CHOCOLATE (NÃO DEVE SER EXAGERADAMENTE ADOCICADO). NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. PRODUTO SEM GLÚTEN. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$7,85	Lance	

Item: 38 Produto: 53955 - COCO RALADO DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR (PCT 100G). PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: POLPA DE COCO E CONSERVADOR. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA E CONSISTÊNCIA FIRME. SEM SINAIS DE RANÇO OU AMARGOR. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,10	Lance	

Item: 39 Produto: 63066 - CREME VEGETAL SEM LEITE. EMBALAGEM COM 500G, ALIMENTO QUE CONTENHA ENTRE OS SEUS INGREDIENTES: ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS INTERESTERIFICADOS, ÁGUA, VITAMINA A, ESTABILIZANTES, CONSERVADORES, ACIDULANTE, CORANTES NATURAIS (URUCUM E CÚRCUMA), AROMATIZANTE E ANTI-OXIDANTES. CONSISTÊNCIA CREMOSA. COLORAÇÃO AMARELADA. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES LEITE E DERIVADOS (LEITELHO, SORO DE LEITE). ISENTA DE SINAIS DE RANÇO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, P Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$6,93	Proposta	

Item: 40 Produto: 46969 - EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, EMBALAGEM COM 340G, DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. EMBALAGEM ÍNTEGRA TIPO LATA COM TAMPABRE FÁCIL, A VÁCUO, SEM CONSERVANTES. A EMBALAGEM NÃO DEVE APRESENTAR-SE COM PONTOS DANIFICADOS, AMASSADOS OU ENFERRUJADOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,47	Proposta	

Item: 41 Produto: 46970 - FARINHA DE ARROZ. PRODUTO ALIMENTÍCIO QUE É RESULTADO DA TRITURAÇÃO DOS GRÃOS DE ARROZ. FARINHA FINA INDICADA PARA O PREPARO DE BOLOS. EMBALADA EM PACOTES PLÁSTICOS RESISTENTES E ÍNTEGROS CONTENDO 1 KG. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO ESBRAQUIÇADA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: PACOTE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,85	Lance	

Item: 42 Produto: 63067 - FARINHA DE MANDIOCA. GRUPO FARINHA SECA, SUBGRUPO EXTRA-FINA OU FINA, CLASSE BRANCA, TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,00	Lance	

Item: 43 Produto: 53959 - FARINHA DE MILHO FINA. ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9). EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,47	Proposta	

Item: 44 Produto: 53961 - FARINHA DE TRIGO TRADICIONAL ENRIQUECIDA COM FERROE ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9), TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5 KG. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA. OS GRÂNULOS DEVEM SER FINOS E SOLTOS. APÓS SER SUBMETIDA AO CALOR NÃO DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO ESCURECIDA, NEM DEIXAR A MASSA COM CONSISTÊNCIA PEGAJOSA E PESADA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 5KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÃO Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$11,80	Proposta	

Item: 45 Produto: 63068 - FARINHA DE TRIGO INTEGRAL. EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 1KG. FARINHA OBTIDA PELA MOAGEM DOS GRÃOS INTEIROS DO TRIGO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 4 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$3,50	Lance	

Item: 46 Produto: 53962 - FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, GRUPO FEIJÃO COMUM, CLASSE COMUM. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS, MATÉRIA TERROSA E SUJIDADES (PEDRAS, PREGOS). REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$5,71	Lance	

Item: 47 Produto: 53963 - FEIJÃO PRETO, TIPO 1, GRUPO FEIJÃO COMUM, CLASSE PRETO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 1 KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS, MATÉRIA TERROSA E SUJIDADES (PEDRAS, PREGOS). REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$4,33	Lance	

Item: 48 Produto: 21614 - FERMENTO EM PÓ QUÍMICO/FERMENTO BOLO, FRASCO COM 250G. FERMENTO QUE CONTENHA ENTRE OS INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. NÃO DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES ÁCIDO FUMÁRICO EM SUBSTITUIÇÃO AO FOSFATO MONOCÁLCICO. PRODUTO ALIMENTÍCIO ENLATADO OU ENVASADO EM FRASCO PLÁSTICO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, ISENTA DE PARTES DANIFICADAS, AMASSADAS OU ENFERRUJADAS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DA Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$5,75	Lance	

Item: 49 Produto: 46978 - FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTÂNTANEO (SACCHAROMYCES CEREVISIAE), FERMENTO DE PÃO, PACOTE COM 500G. PRODUTO LIVRE DE FUNGOS, INSETOS. NÃO DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO ESCURECIDA OU PONTOS ESCUROS. EMBALAGEM ÍNTEGRA À VÁCUO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$9,52	Proposta	

Item: 50 Produto: 52794 - FIGADO DE FRANGO COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERMELHO INTENSO), PACOTE CONTENDO 1 KG. CONGELADO, POR ISSO DEVE SER CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. EMBALAGEM PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FRIGORÍFICO, PRODUTO, PESO, TIPO DA CARNE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO DE INSP Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$6,38	Proposta	

Item: 51 Produto: 63069 - FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDOS, ENRIQUECIDOS COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (PREPARO RÁPIDO). EMBALAGEM ÍNTEGRA CONTENDO 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$2,88	Lance	

Item: 52 Produto: 63070 - FLOCOS DE MILHO - CEREAL MATINAL, EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 500G. INGREDIENTES: MILHO OU FARINHA DE MILHO, AÇÚCAR, SAL, EXTRATO DE MALTE, VITAMINAS E MINERAIS. CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR TEXTURA CROCANTE. AUSÊNCIA DE UMIDADE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$8,40	Lance	
Item: 53 Produto: 67560 - FLOCOS DE MILHO SEM AÇÚCAR - CEREAL MATINAL, EMBALAGEM ÍNTEGRA COM 500G. INGREDIENTES: MILHO OU FARI-NHA DE MILHO, EXTRATO DE MALTE, VITAMINAS E MINERAIS. CONTÉM GLÚTEN. DEVE APRESENTAR TEXTURA CROCANTE. AUSÊNCIA DE UMIDADE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$10,96	Lance	
Item: 54 Produto: 63071 - FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTENTES (DESDE ONASCIMENTO ATÉ 6 MESES). LATA COM 400G. INGREDIEN- TES: LEITE DE VACA SEMI- DESNATADO OU DESNATADO, ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINAS (VITAMINA A, VITAMINA B1, NIACINA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, VITAMINA B6, BIOTINA, ÁCIDO FÓLICO, VITAMINA C, VITAMINA D, VITAMINA K), MINERAIS (SULFATO DE FERRO E ZINCO, GLUCONATO DE COBRE OU SULFATO DE COBRE) E TAURINA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, IN Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$9,37	Proposta	
Item: 55 Produto: 63072 - FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, PARA BEBÊS. LATA COM 400G. FÓRMULA ADEQUADA PARA LACTENTES COM INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU EM SITUAÇÕES NAS QUAIS FOI INDICADO RETIRAR O LEITE DE VACA DA DIETA. DEVE CONTER EN- TRE OS INGREDIENTES: PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, ÓLEOS VEGETAIS, SAIS MINERAIS E VITAMINAS. NÃO CONTÉM GLÚTEN E LACTOSE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$27,28	Lance	
Item: 56 Produto: 52797 - GELATINA EM PÓ, EMBALAGEM COM 1000G. PRODUTO COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: AÇÚCAR, GELATINA EM PÓ, A- ROMA ARTIFICIAL E CORANTE ARTIFICIAL. NÃO DEVE CONTER EDULCORANTES ENTRE OS INGREDIENTES. RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 55 PORÇÕES DE 120G. SABORES VARIADOS (MORANGO, FRAMBOESA, CEREJA, LARANJA, UVA, PÊSSEGO E ABACAXI). EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$8,54	Proposta	
Item: 57 Produto: 63073 - GELATINA EM PÓ DIET, EMBALAGEM COM 12G. PRODUTO COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: GELATINA EM PÓ, REGULA- DOR DE ACIDEZ, EDULCORANTES ARTIFICIAIS, AROMATIZANTES E CORANTES. NÃO DEVE CONTER AÇÚCAR ENTRE OS INGREDIENTES. RENDIMENTO DE APROXIMADAMENTE 4 PORÇÕES. SABORES VARIADOS (MORANGO, FRAMBOESA, CEREJA, LARANJA, LIMÃO, UVA, PÊSSEGO E ABACAXI). EMBALA- GEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESP Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$2,09	Lance	
Item: 58 Produto: 63074 - IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTAS, EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 1000 GRAMAS. IN- GREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO E/ OU LEITE RECONSTITUÍDO, AÇÚCAR, PREPARADO DE FRUTAS, AMIDO MODIFICADO, AROMA, CORANTE, ES- PESSANTE, CONSERVADOR E FERMENTO LÁCTEO. SABORES VARIADOS (MORANGO, COCO, PÊSSEGO, AMEIXA E SALADA DE FRUTAS). NÃO DEVE SER SUBSTITUÍDO POR BEBIDA LÁCTEA. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA LÍQUIDA/CREMOSA. ISENTO DE PONTOS ESCUROS E DE ODOR OU SABOR AZEDO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRIC Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	2920590 - ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI ME	R\$2,88	Proposta	
Item: 59 Produto: 63075 - IOGURTE LIGHT, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES (EMBALAGEM 850G), INGREDIENTES: LEITE DESNATADO E OU LEITE DESNA- TADO RECONSTITUÍDO, PREPARADO DE FRUTAS, EDULCORANTES ARTIFICIAIS, ACIDULANTE, AROMATIZANTE, CORANTE, CONSERVADOR, ESPES- SANTE E FERMENTO LÁCTEO. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA LÍQUIDA/CREMOSA RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$11,35	Lance	
Item: 60 Produto: 46986 - LARANJA PÊRA FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS- MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTE- RÍSTICA (ALARANJADA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado

1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$2,36	Lance	
Item: 61 Produto: 22735 - LARANJA POKAN. FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ALARANJADA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,95	Proposta	
Item: 62 Produto: 63076 - LEITE LONGA VIDA INTEGRAL UHT. EMBALAGEM COM 1 LITRO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA-LÍQUIDA (ALIMENTO HOMOGENEIZADO). ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK OU PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL - MINISTÉRIO DA AGRIC. Unidade: LITRO				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,46	Proposta	
Item: 63 Produto: 63077 - LEITE INTEGRAL COM ZERO TEOR DE LACTOSE. EMBALAGEM COM 1 LITRO. DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, ENZIMA LACTASE E ESTABILIZANTE. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA (ALIMENTO HOMOGENEIZADO). ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK OU PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: LITRO				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,36	Proposta	
Item: 64 Produto: 67562 - LEITE LONGA VIDA SEMI DESNATADO UHT. EMBALAGEM COM 1 LITRO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA (ALIMENTO HOMOGENEIZADO). ISENTO DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK OU PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, CONTEÚDO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE (SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL - SIE OU SIF- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA). Unidade: LITRO				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,58	Proposta	
Item: 65 Produto: 53968 - LENTILHA, CLASSE MISTURADA, TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA COM 500 G. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS, MATÉRIA TERROSA E SUJIDADES (PEDRAS, PREGOS). Unidade: PACOTE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$6,07	Lance	
Item: 66 Produto: 46989 - LIMÃO TAITI FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (VERDE) ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,37	Proposta	
Item: 67 Produto: 53969 - MACARRÃO TIPO ESPAGUETE FINO, EMBALAGEM COM 500 G. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTE NATURAL. FORMATO: ESPAGUETE FINO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA E APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICA Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$2,19	Lance	
Item: 68 Produto: 53970 - MACARRÃO TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM COM 500 G. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTE NATURAL. FORMATO: PARAFUSO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$2,19	Lance	

Item: 69 Produto: 67567 - MACARRÃO INTEGRAL ESPAGUETE (PACOTE 500 GRAMAS). DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES SÊMOLA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARELO DE TRIGO E OU FARINHA DE TRIGO INTEGRAL. FORMATO: ESPAGUETE. DEVE APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,43	Proposta	

Item: 70 Produto: 67568 - MACARRÃO INTEGRAL PARAFUSO (PACOTE 500 GRAMAS). DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES SÊMOLA DE TRIGO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, FARELO DE TRIGO E OU FARINHA DE TRIGO INTEGRAL. FORMATO: PARAFUSO. DEVE APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,43	Proposta	

Item: 71 Produto: 67569 - MACARRÃO SEM OVOS TIPO ESPAGUETE. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS. NÃO DEVE APRESENTAR OVOS ENTRE OS INGREDIENTES. FORMATO: ESPAGUETE. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA E APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,23	Proposta	

Item: 72 Produto: 67574 - MACARRÃO SEM OVOS TIPO PARAFUSO. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTES NATURAIS. NÃO DEVE APRESENTAR OVOS ENTRE OS INGREDIENTES. FORMATO: PARAFUSO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA E APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,09	Proposta	

Item: 73 Produto: 63078 - MACARRÃO DE ARROZ COM OVOS, EMBALAGEM COM 500 G. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, OVOS, CORANTES NATURAIS (CÚRCUMA E URUCUM) E EMULSIFICANTE.. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXÁ-LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,51	Proposta	

Item: 74 Produto: 65635 - MAÇÃ NACIONAL, TIPO GALA. FRUTA DE TAMANHO MÉDIO (DIÂMETRO IGUAL OU SUPERIOR A 6 CENTÍMETROS), BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (CASCA VERMELHA E POLPA ESBRANQUIÇADA). LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. AUSÊNCIA DE MANCHAS NA REGIÃO INTERNA DA FRUTA. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, TIPO DA FRUTA, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$5,75	Proposta	

Item: 75 Produto: 67587 - MAMÃO FORMOSA INTEIRO. FRUTA COM BOA APRESENTAÇÃO, ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ALARANJADA). Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.. Unidade: KILOGRAMA

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$3,43	Proposta	

Item: 76 Produto: 46994 - MANGA TOMI FRUTA COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ALARANJADA). PESO APROXIMADO POR UNIDADE/PEÇA 500G. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,65	Proposta	
Item: 77 Produto: 63079 - MARGARINA. EMBALAGEM COM 500G, ALIMENTO QUE CONTENHA ENTRE OS SEUS INGREDIENTES: ÓLEOS VEGETAIS LÍQUIDOS INTERESTERIFICADOS, ÁGUA, SAL, VITAMINA A, ESTABILIZANTES, CONSERVADORES, ACIDULANTE, CORANTES NATURAIS (URUCUM E CÚRCUMA), AROMATIZANTE E ANTI-OXIDANTES. NÃO DEVE APRESENTAR A INDICAÇÃO: NÃO RECOMENDADA PARA USO CULINÁRIO. DEVE APRESENTAR PERCENTUAL LIPÍDICO IGUAL OU SUPERIOR A 65%. DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA CREMOSA, COLORAÇÃO AMARELADA. ISENTA DE SINAIS DE RANÇO. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGUA Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,84	Lance	
Item: 78 Produto: 21630 - MELANCIA FRUTA COM BOA APRESENTAÇÃO EXTERIOR E INTERIOR. ASPECTO FIRME (CASCA RESISTENTE E SEM RACHADURAS). LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS. ISENTA DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (CASCA VERDE E MIOLO VERMELHO). PESO APROXIMADO POR UNIDADE 11 KG. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$2,09	Proposta	
Item: 79 Produto: 63080 - MELÃO AMARELO. FRUTA COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,36	Proposta	
Item: 80 Produto: 22741 - MILHO EM CONSERVA. EMBALAGEM COM PESO DRENADO DE 200 G, DEVE APRESENTAR OS INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, SAL E AÇÚCAR. EMBALAGEM ÍNTEGRA TIPO LATA, SENDO LIVRE DE PONTOS AMASSADOS OU ENFERRUJADOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. AUSÊNCIA DE FUNGOS E INSETOS AO REDOR DA EMBALAGEM E/OU NO INTERIOR DA CONSERVA. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$1,82	Lance	
Item: 81 Produto: 67593 - MINI BOLO LIGHT SABOR CHOCOLATE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM COM 40G. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, GORDURA VEGETAL, CACAU EM PÓ, AMIDO, LEITE EM PÓ DESNATADO, SAL, FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, AROMATIZANTE, UMECTANTE, EMULSIFICANTE, CONSERVANTES, ACIDULANTE, EDULCORANTES ARTIFICIAIS. CONTÉM GLÚTEN. NÃO DEVE APRESENTAR AÇÚCAR ENTRE OS INGREDIENTES. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, LOTE, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INDÚSTRIA BRASILEIRA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,40	Lance	
Item: 82 Produto: 52799 - MUCILAGEM DE ARROZ - MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO, EMBALAGEM COM 230G. PRODUTO ALIMENTÍCIO INFANTIL COM OS SEGUINTE INGREDIENTES: FARINHA DE ARROZ, AÇÚCAR, AMIDO, VITAMINAS, MINERAIS E AROMATIZANTE. EMBALAGEM ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,85	Lance	
Item: 83 Produto: 47002 - ÓLEO DE SOJA, FRASCO PLÁSTICO COM 900 ML. PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA E ANTI-OXIDANTES. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA (AMARELADA). EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA-FRASCO DE PLÁSTICO TIPO PET. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,76	Lance	
Item: 84 Produto: 63081 - OVOS SELECIONADOS, COM CASCAS LIMPAS (DEVEM ESTAR ISENTOS DE FEZES DE ANIMAIS), SEM TRINCAS OU RACHADURAS. EMBALAGEM PRÓPRIA PARA O ACONDICIONAMENTO DE OVOS (CAIXA PARA DÚZIA). RÓTULO CONTENDO DATA DE ENVASE, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: DUZIA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,52	Proposta	
Item: 85 Produto: 63082 - PÃO DE MINUTO. PÃO PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL. NÃO DEVE CONTER LEITE ENTRE OS INGREDIENTES DA RECEITA - PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE= 50 GRAMAS. DEVE APRESENTAR MASSA FRESCA, MACIA E DECOLORAÇÃO CLARA. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE CONTENDO INFORMAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA. RÓTULO INDICANDO: INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado

1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$0,46	Lance	
Item: 86 Produto: 63083 - PÃO INTEGRAL. PÃO PREPARADO COM FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, CENTEIO E SEMEN- TES OU GRÃOS (LINHAÇA, GERGELIM, AVEIA). NÃO DEVE CONTER LEITE ENTRE OS INGREDIENTES DA RECEITA -PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE= 50 GRAMAS. DEVE APRESENTAR MASSA FRESCA E MACIA. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE CONTENDO INFORMAÇÕES DA EMPRESA FORNE- CEDORA. RÓTULO INDICANDO: INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICA- ÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VI Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$0,58	Proposta	
Item: 87 Produto: 63084 - PERA NACIONAL. FRUTA COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELO CLARO). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$6,38	Proposta	
Item: 88 Produto: 63085 - PÓ DE PUDIM DE SABORES VARIADOS (MORANGO, CHOCOLATE, BAUNILHA, CARAMELO, LEITE CONDENSADO, DOCE DE LEITE). EMBALAGEM COM 1KG. PÓ PARA PREPARO DE PUDIMCONTENDO: AMIDO DE MILHO, AÇÚCAR, AROMA E CORANTE. DEVE APRESENTAR RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 PORÇÕESDE 100 MILILITROS. APÓS O PREPARO A COLORAÇÃO DEVE SER ATRAENTE E A CONSISTÊNCIA DEVE SER CREMOSA, SEM PRESENÇA DE GRUMOS OU PARTES ENDURECIDAS. NÃO DEVE SER EXAGERADAMENTE DOCE. SABOR AGRADÁVEL CONDIZENTE AO ESPECIFICADO NO PRODUTO. EMBALAGEM PLÁSTI Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	382442 - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME	R\$7,33	Lance	
Item: 89 Produto: 53975 - PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO. EMBALAGEMCOM 400G. PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ PARA SER ADI- CIONADO NO LEITE OU DERIVADO. EMBALAGEM ÍNTEGRA. DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: AÇÚCAR, MALTODEXTRINA, AROMATIZAN- TE E CORANTE. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO,PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATADE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE I Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$5,48	Proposta	
Item: 90 Produto: 63086 - PRESUNTO COZIDO SEM CAPA DE GORDURA, PACOTE 180 G. EMBALAGEM LACRADA, RESISTENTE E ÍNTEGRA. INGREDIEN- TES: CARNE SUÍNA, ÁGUA, SAL, PROTEÍNA VEGETAL, MALTODEXTRINA, ESTABILIZANTE, CONSERVANTE, ANTI-OXIDANTE, NÃO CONTÉM GLUTÉN. REFRIGERADO, POR ISSO DEVE SER CONSERVADO EM EQUIPAMENTO ADEQUADO ATÉ O MOMENTO DA ENTREGA. NÃO DEVE ESTAR AMOLECIDO, NEM PEGAJOSO. TAMBÉM NÃO DEVE APRESENTAR PONTOS OU MANCHAS ESVERDEADAS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FRIGORÍFICO, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIO Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$4,82	Proposta	
Item: 91 Produto: 63087 - QUEIJO MUSSARELA FATIADO, PACOTE 150G. EMBALAGEM PLÁSTICA LACRADA, RESISTENTE E ÍNTEGRA. INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, SAL, COALHO E FERMENTO LÁCTEO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO AMARELO CLARO, SABOR E ODOR CARACTERÍSTICOS DE QUEIJO FRESCO. DEVE SER ARMAZENADO E TRANSPORTADO EM TEMPERATURA ADEQUADA (SOB REFRIGERAÇÃO) PARA EVITAR PROLIFERAÇÃO DE FUNGOS E DEMAIS MICROORGANISMOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIO- NAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$4,56	Lance	
Item: 92 Produto: 21640 - SAGU SEM SABOR, PACOTE COM 500G. SAGU CLASSE PÉROLA, TIPO 1. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$3,65	Lance	
Item: 93 Produto: 53948 - SAL REFINADO IODADO. INGREDIENTES: SAL REFINADO (CLORETO DE SÓDIO), IODATO DE POTÁSSIO E ANTI-UMECTAN- TE. PACOTE COM 1 KG. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA.RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO,INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOSE FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$1,52	Lance	
Item: 94 Produto: 63089 - SOPA DE PESCADO CONGELADA, PACOTE COM 1 KG, INGREDIENTES: CARNE DE PEIXE (TILÁPIA), ÁGUA, SAL, CEBOLA, TOMATE, BATATA, ÓLEO DE SOJA, TEMPERO VERDE. PRODUTO PARA OFERTA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS, POR ISSO NÃO DEVE CONTER ESPINHAS DE PEIXE. DEVE SER TRITURADO ANTES DO ENVASE PARA EVITAR A PRESENÇA DE PARTES RÍGIDAS ENTRE OS INGREDIENTES. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDAD Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$13,56	Proposta	
Item: 95 Produto: 47013 - TOMATE. FRUTO FIRME DE COLORAÇÃO AVERMELHADA. ISENTO DE DOENÇAS, TAMANHO UNIFORME E SUPERFÍCIE LISA.SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR,PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Unidade: KILOGRAMA				
Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
0	333972 - LIDERANÇA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME	R\$5,53	Proposta	

Item: 96 Produto: 63090 - VINAGRE DE ÁLCOOL, FRASCO 900 ML. VINAGRE SIMPLES FERMENTAÇÃO ACÉTICA NATURAL DE ÁLCOOL HIDRATADO, ÁGUA POTÁVEL, ACIDEZ MÍNIMA DE 4%. CONSERVANTE. APRESENTAÇÃO: LÍQUIDO TRANSPARENTE. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ORGÃO COMPETENTE. Unidade: UNIDADE

Rodada	Fornecedor	Valor Unit	Situação	Vlr Negociado
1	2986590 - FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	R\$1,46	Lance	

Atendendo as disposições contidas em edital em seu item 3.2, o Pregoeiro resolve suspender a sessão para que as propostas melhores classificadas em cada item apresente as amostras no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis na Secretaria de Educação (endereço no Edital) para a aprovação/reprovação das mesmas.

Deste modo, cada licitante deverá entregar as amostras até o dia 13 de Abril de 2016 na Secretaria de Educação conforme detalhes no Edital.

Os envelopes de habilitação devidamente rubricados ficarão sobre a guarda da Administração da Secretaria de Educação, para a etapa posterior as homologações das amostras em data a ser marcada e divulgada aos participantes.

Nada mais a registrar em Ata, o Pregoeiro encerrou a sessão lavrando a presente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio e pelos representantes credenciados das licitantes presentes.

Guaramirim, 11 de Abril de 2016.

CLAUDIO EDUARDO MABA

Pregoeiro

RODRIGO DERETTI

Membro

VINICIUS AUGUSTO BARBOSA

Membro

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA ME

RICARDO LUIZ ALVES

ECO COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS EIRELI ME

JOSE MANOEL DUARTE

FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

VENESIO HORNBERG

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME

ANTONIO ROBERTO HONESKO

LIDERANÇAE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME

NEW WAY COM DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

MARCOS ANTONIO BANDEIRA

OESA COM E REPRESENT LTDA

EVAN CARLO FEIDEN FARIAS

ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA ME

JEFERSON FERREIRA

COMERCIAL STORINNY LTDA ME

LUCAS COELHO SANTOS

MARA TEREZINHA MOREIRA

JOSE CARLOS MOREIRA

RAULINO RAUL ROSAR EPP

SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES

RFM SCHERER LTDA EPP

DILSON SCHERER

AVALIAÇÃO AMOSTRAS 21 2016

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Guaramirim
 Secretaria Municipal de Educação

Avaliação das amostras entregues pelas empresas
 Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar/2016

Data: 14/04/2016

Item	Gênero Alimentício	Empresa vencedora na etapa de lances- menor preço	Marca da amostra	Marca da proposta	Conformidade das características da amostra em relação a descrição do edital	Avaliação
3	Açúcar branco refinado especial (pct 5 kg)	Frontal Distribuidora	Alto Alegre	Alto Alegre	Adequada	Positiva
4	Adoçante dietético natural (embalagem com peso mínimo de 30g e 50 sachês)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Zero cal	-	-
5	Aletria com ovos- macarrão tipo cabelo de anjo (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Orquídea	Orquídea	Adequada	Positiva
7	Alimento com soja sabor iogurte (frasco 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Tirol	-	-
8	Amido de milho (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Neilar	Neilar	Adequada	Positiva
9	Aveia em flocos finos (pct 200g)	Frontal Distribuidora	Yoki	Yoki	Adequada	Positiva
11	Bebida de soja sem sabor (litro)	Frontal Distribuidora	Purity	Purity	Adequada	Positiva
12	Biscoito doce sabor leite (pct 370g)	Distribuidora Nova Esperança	Ninfa	Ninfa	Adequada	Positiva
13	Biscoito doce sabor maizena (pct 370g)	Distribuidora Nova Esperança	Ninfa	Ninfa	Adequada	Positiva
14	Biscoito salgado (pct 370g)	Distribuidora Nova Esperança	Ninfa	Ninfa	Adequada	Positiva
15	Biscoito salgado integral (pct 400g)	Distribuidora Nova Esperança	Orquídea	Orquídea	Adequada	Positiva
16	Biscoito doce sem glúten (pct com no mínimo 150g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Parati	-	-
17	Bolachão de mel (kg)	Distribuidora Nova Esperança	Bolamel	Bolamel	Adequada	Positiva
18	Cacau em pó (pct 200g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Apti	-	-
19	Café torrado e moído (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Cocamar	Cocamar	Adequada	Positiva
20	Canela em pó (frasco 30g)	Frontal Distribuidora	Makri	Makri	Adequada	Positiva
21	Carne de Ave/Frango congelada- tipo coxa/ sobrecoxa (kg)	Raulino R. Rosar	Canção	Canção	Adequada	Positiva
22	Carne de Ave/ Frango congelada- tipo peito de frango sem osso (kg)	Raulino R. Rosar	Canção	Canção	Adequada	Positiva
23	Carne de Ave/ Frango congelada- tipo peito de frango sem osso (kg)	Raulino R. Rosar	Canção	Canção	Adequada	Positiva
24	Carne bovina moída congelada (posta vermelha) Kg	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Friboi	-	-
25	Carne bovina moída congelada (posta vermelha) Kg	Oesa Comércio e Represent LTDA	Frigonos- sa	Frigonossa	Adequada	Positiva
26	Carne bovina em pedaços congelada (músculo traseiro) kg	Raulino R. Rosar	Pavei	Pavei	Adequada	Positiva
27	Carne bovina em pedaços congelada (músculo traseiro) kg	Raulino R. Rosar	Pavei	Pavei	Adequada	Positiva
28	Carne suína congelada (paleta suína) kg	Raulino R. Rosar	AFRIB	AFRIB	Adequada	Positiva
30	Chá sabor camomila (cx 10g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Leão	-	-
31	Chá sabor capim-cidreira (cx 10g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Leão	-	-
32	Chá sabor erva-doce (cx 10g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Leão	-	-
33	Chá sabor hortelã (cx 10g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Leão	-	-
34	Chá sabor maçã (cx 15g)	Frontal Distribuidora	Leão	Leão	Adequada	Positiva
35	Chá sabor morango (cx 15g)	Frontal Distribuidora	Leão	Leão	Adequada	Positiva
36	Chá sabor pêssego (cx 15g)	Frontal Distribuidora	Chileno	Chileno	Adequada	Positiva
37	Chocolate em pó (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Bretzke	Bretzke	Adequada	Positiva
38	Coco ralado desidratado (pct 100g)	Frontal Distribuidora	Pinduca	Pinduca	Adequada	Positiva
39	Creme vegetal sem leite (pote 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Doriana	-	-
40	Extrato de tomate concentrado (embalagem 340g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Quero	-	-
41	Farinha de arroz (kg)	Frontal Distribuidora	Urbano	Urbano	Adequada	Positiva
42	Farinha de mandioca (kg)	Frontal Distribuidora	Jaraguá	Jaraguá	Adequada	Positiva
43	Farinha de milho fina (kg)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Sinhá	-	-

44	Farinha de trigo tradicional (pct 5 kg)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Dona Benta	-	-
45	Farinha de trigo integral (kg)	Distribuidora Nova Esperança	Orquídea	Orquídea	Adequada	Positiva
46	Feijão carioca (kg)	Distribuidora Nova Esperança	Rei da mesa	Rei da mesa	Adequada	Positiva
47	Feijão preto (kg)	Distribuidora Nova Esperança	Rei da mesa	Rei da mesa	Adequada	Positiva
48	Fermento em pó químico (embalagem 250g)	Frontal Distribuidora	Royal	Royal	Adequada	Positiva
49	Fermento biológico seco instantâneo (pct 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Fleischman	-	-
50	Fígado de frango congelado (kg)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Copacol	-	-
51	Flocos de milho pré-cozidos (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Sinhá	Sinhá	Adequada	Positiva
52	Flocos de milho- cereal matinal (embalagem 500g)	Frontal Distribuidora	Granomel	Granomel	Adequada	Positiva
53	Flocos de milho sem açúcar- cereal matinal (embalagem 500g)	Frontal Distribuidora	Granomel	Granomel	Adequada	Positiva
54	Fórmula infantil com ferro para lactentes desde o nascimento até 6 meses (lata 400g)	Frontal Distribuidora	Milupa 1	Milupa 1	Adequada	Positiva
55	Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja para bebês (lata 400g)	Distribuidora Nova Esperança	Aptamil soja 1	Aptamil	Adequada	Positiva
56	Gelatina em pó (pct 1.000g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Apti	-	-
57	Gelatina em pó diet (embalagem 12g)	Frontal Distribuidora	Bretzke	Bretzke	Adequada	Positiva
58	Iogurte parcialmente desnatado (embalagem contendo 1000g)	Eco Comércio de Materiais e Serviços	-	-	-	-
59	Iogurte light, sem adição de açúcares (embalagem com 850g)	Frontal Distribuidora	Tirol	Tirol	Adequada	Positiva
62	Leite longa vida integral UHT (litro)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Piracanjuba	-	-
63	Leite integral zero lactose (litro)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Piracanjuba	-	-
64	Leite longa vida semi desnatado UHT (litro)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Piracanjuba	-	-
65	Lentilha (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Jaraguá	Jaraguá	Adequada	Positiva
67	Macarrão tipo espaguete fino (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Ogliari	Ogliari	Adequada	Positiva
68	Macarrão tipo parafuso (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Ogliari	Ogliari	Adequada	Positiva
69	Macarrão integral espaguete (pct 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Renata	-	-
70	Macarrão integral parafuso (pct 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Renata	-	-
71	Macarrão sem ovos tipo espaguete (pct 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Renata	-	-
72	Macarrão sem ovos tipo parafuso (pct 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Renata	-	-
73	Macarrão de arroz com ovos (pct 500g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Urbano	-	-
77	Margarina (pote 500g)	Frontal Distribuidora	Qualy	Qualy	Adequada	Positiva
80	Milho em conversa (lata 200g)	Frontal Distribuidora	Fugini	Fugini	Adequada	Positiva
81	Mini bolo light sabor chocolate (pct 40g)	Frontal Distribuidora	Suavipan	Suavipan	Adequada	Positiva
82	Mucilagem de arroz (pct 230g)	Frontal Distribuidora	Nutri-mental	Nutritional	Adequada	Positiva
83	Óleo de soja (embalagem 900ml)	Frontal Distribuidora	Cocamar	Cocamar	Adequada	Positiva
85	Pão de minuto (unidade 50g)	Distribuidora Nova Esperança	Amore di Pane	Amore Di Pane	Adequada	Positiva
86	Pão minuto integral (unidade 50g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Mentus	-	-
88	Pó de pudim (pct 1kg)	Distribuidora Nova Esperança	Apti	Apti	Adequada	Positiva
89	Pó para preparo de bebida sabor morango (pct 400g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Apti	-	-
90	Presunto cozido sem capa de gordura (pct 180g)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Pamplona	-	-
91	Queijo mussarela (pct 150g)	Frontal Distribuidora	Lactovalle	Lactovalle	Adequada	Positiva
92	Sagu sem sabor (pct 500g)	Frontal Distribuidora	Neve	Neve	Adequada	Positiva
93	Sal refinado iodado (pct 1 kg)	Frontal Distribuidora	Cruzeiro	Cruzeiro	Adequada	Positiva
94	Sopa de pescado congelada (kg)	Liderança Comércio e Serviços LTDA	-	Pescados Correa	-	-
96	Vinagre de álcool (frasco 900ml)	Frontal Distribuidora	Heinig	Heinig	Adequada	Positiva

Giâne Seemann Nass e Juliana Bento Antoniutti (Nutricionistas)
 Cenira Telma Weber Hohl (Diretora Administrativa)

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

Objeto: Registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos cidadãos participantes dos projetos que serão executados pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação em eventos especiais das áreas: diretoria de projetos, gerência dos conselhos, CRAS e CRES, bem como, no desenvolvimento de atividades educativas e de conscientização da Secretaria Municipal de Saúde.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro.

Fornecedor: RFM SCHERER LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.465.558/0001-17, estabelecida na Rua Inácio Zacko, nº 103, bairro Barra do Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

Vigência: Início: 15/04/2016 Término: 14/04/2017.

Guaramirim (SC), 15 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2016 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2016 – PMG.

Objeto: Aquisição e instalação de ar condicionado Split Hi-Wall para a sala de instrução e para o almoxarifado do Quartel da Polícia Militar do Município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: Superar Eireli Epp, CNPJ nº 13.482.516.0001-61, com sede na Rua Joaquim Nabuco, nº 40, Blumenau (SC).

Valor: R\$ 3.464,00 (três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Guaramirim (SC), 04 de abril de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 004/2016-PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2016- PMG

Contrato Emergencial.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: SERRANA ÁGUAS LTDA., inscrita no CNPJ nº 17.873.007/0001-10, situada na Rua Ottokar Doerffel, 841, Atiradores, Joinville (SC).

Resumo do contrato: Contrato Emergencial celebrado entre a Prefeitura Municipal de Guaramirim e a empresa Serrana Águas Ltda, para execução temporária de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do município de Guaramirim/SC, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 1.669.977,47 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais, quarenta e sete centavos).

Data da Assinatura: 21/03/2016 Vigência 17/09/2016.

GUARAMIRIM (SC), 21/03/2016

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2014- PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO 30/2014- PMG
Processo de Licitação: 30/2014 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução da obra de reforma do ginásio Osvaldo Klein, localizado no bairro Guamiranga, Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Engevale Construtora Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, com sede na Rua João Maluta Júnior, n.º 1455, sala 03, Centro, município de Guaramirim (SC).

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto: a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 30/06/2016.

Data da Assinatura: 14/03/2016 Vigência 30/06/2016.

GUARAMIRIM (SC)
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2012- PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2012- PMG

Processo Licitatório nº: 60/2012- PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE UM (01) LINK DEDICADO PARA ACESSO A INTERNET (COM INSTALAÇÃO) E INTERLIGAÇÃO DE 8 (OITO) PONTOS ATRAVÉS DE REDE DE FIBRA ÓTICA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: TPA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.255.187/0001-08, com sede na Rua General Osório, n.º 311, sala 604, bairro Centro, município de Timbó, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 81.960,12 (oitenta e um mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos) sendo o valor mensal R\$ 6.830,01 (seis mil, oitocentos e trinta e um reais e um centavo) Resumo do aditivo:

O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato em mais 12 (doze) meses, (entre 01/04/2016 à 31/03/2017);

Data da Assinatura: 30/03/2016 Vigência 31/03/2017

GUARAMIRIM (SC), 15/04/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO SELETIVO Nº. 03/2016/SMDSH

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 003/2016 SMDSH

O Município de Guaramirim, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de 01 Assistente Social, admitido em caráter temporário e 01 Cuidador de Crianças e/ou Adolescentes, conforme dispõe o artigo 37 inciso IX da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar Municipal nº 49 de 20 de Dezembro de 2013, e suas alterações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A seleção para contratação temporária será realizada pela Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, designada pela Portaria nº 118/2016, sob a coordenação da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, obedecidos os critérios de habilitação específica, experiência na função e demais requisitos estabelecidos no presente Edital;

1.2 O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, obedecidas às normas do presente Edital;

1.3 O inteiro teor do Edital estará disponível no site www.guaramirim.sc.gov.br sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento. O Edital também estará disponível para leitura na sede do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, rua Jerônimo Corrêa n.94, Centro, Guaramirim SC.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1 A seleção destina-se a contratação de 01 Assistente Social para atuar na Política Municipal de Assistência Social, e 01 Cuidador de Criança e/ou Adolescente para atuar especificamente no Serviço de Acolhimento "Lar da Criança Marcos Valdir Moroso".

2.2 A remuneração será fixada nos contratos, em importância idêntica ao vencimento do cargo de provimento efetivo, acrescidos do auxílio alimentação, cujo montante encontra-se fixado na Lei Municipal nº 7 de 23 de novembro de 2001.

2.3 Assistente Social – 30 (trinta) horas semanais. Remuneração de R\$ 3.472,73. A disponibilidade de uma vaga, poderá ser alterada na medida das necessidades.

2.4 Cuidador de Crianças e/ou Adolescentes – 40 (quarenta) horas Semanais. Remuneração de R\$ R\$ 1.398,44. A disponibilidade de uma vaga, poderá ser alterada na medida das necessidades.

3. DO REGIME JURÍDICO

3.1 Os candidatos habilitados e classificados no processo seletivo serão admitidos sob o Regime Administrativo Especial, conforme Lei Complementar Municipal nº 049 de 20 de Dezembro de 2013, e suas alterações, Lei Complementar Municipal nº 007/2001 e alterações e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições para o processo seletivo de contratação de prestação de serviços em caráter temporário, são gratuitas e serão realizadas no período de 18 de abril a 17 de maio de 2016, de segunda a sexta-feira, das 8hs as 12hs e das 13hs as 17hs com os membros da Comissão junto ao CREAS, Rua Jerônimo Corrêa n.94, Centro, Guaramirim/SC.

4.2 Para efeito de inscrição, o candidato preencherá formulário padrão (ANEXO IV) que deverá ser preenchido com letra legível, não podendo haver rasura ou emendas, nem omissão de dados nele solicitado, sob pena de nulidade da inscrição.

4.3 O candidato que necessitar de condições especiais para realização de provas deverá, até o dia 19 de maio de 2016, protocolar no CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim, de segunda a sexta-feira das 08hs as 12hs e das 13hs as 17hs, requerimento (ANEXO VI) indicando as condições especiais de prova que necessita e os fundamentos;

4.4 São requisitos para a inscrição:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) Estar quite com suas obrigações militares e eleitorais;
- d) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da nomeação;
- e) Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- f) Ter conhecimento das atribuições estabelecidas na descrição do cargo conforme constam no ANEXO II.

4.5 O candidato deverá obrigatoriamente entregar no local de inscrição a Ficha de Inscrição (ANEXO IV) devidamente preenchida e assinada, segundo orientações deste Edital, juntamente com a documentação abaixo:

- a) Cópia do documento de identidade;
- b) Cópia do CPF;
- c) Comprovante de quitação eleitoral e/ou militar;
- d) Comprovante de residência (água, energia, telefone);
- e) Cópia autenticada do Certificado de Conclusão do Ensino Médio (Para o Cargo de Cuidador de Crianças e/ou Adolescentes)
- f) Cópia autenticada do Certificado de Conclusão de Curso de Bacharel em Serviço Social; (Para o Cargo de Assistente Social)

4.6 É de total responsabilidade do candidato a conferência dos documentos e informações prestadas no item 4.5.

4.7 Inscrição por Procuração: A inscrição também poderá ser efetuada por intermédio de um procurador habilitado, mediante apresentação de documentos que ficarão retidos:

- a) De instrumento particular com firma reconhecida, ou instrumento público de procuração, passado pelo interessado, contendo poderes expressos para esse fim.
- b) Dos documentos relacionados no sub item 4.5 desse Edital, sem originais e devidamente autenticados.
- c) Cópia do documento e original da identidade do procurador.

4.7.1 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante.

4.8 A não apresentação da fotocópia dos documentos a ou b exigidos no item 4.7 e/ou falta de preenchimento de um dos itens da ficha de inscrição acarretará na eliminação do candidato do Processo Seletivo.

4.9 As listas gerais de inscrições deferidas e indeferidas serão divulgadas no site da Prefeitura de Guaramirim no www.guaramirim.sc.gov.br e no mural do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, rua Jerônimo Corrêa n.94, Centro, Guaramirim/SC a partir do dia 19 de maio de 2016.

4.10 O candidato que tiver sua inscrição indeferida poderá refazer sua inscrição no dia 20 de maio de 2016, na sede do CREAS, rua Jerônimo Corrêa nº94, Centro, Guaramirim, das 08hs as 12 hs, e das 13hs as 17hs com os membros da Comissão.

4.11 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital.

5. DO LOCAL E HORÁRIO DE PROVA

5.1 A prova será realizada no dia 22 de maio de 2016, com início às 14h e término às 17h, nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Urbano Teixeira da Fonseca, localizada à Rua Rodolfo Jahn, nº 80, Amizade, Guaramirim/SC.

6. DAS PROVAS

6.1 O Processo Seletivo será efetuado mediante aplicação de provas objetivas em que serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas, cuja composição e respectivos programas fazem parte do ANEXO III deste Edital;

6.2 Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova munido do comprovante de inscrição, documento de identificação original e caneta esferográfica de tinta azul ou preta transparente, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para seu início. Será vedada a admissão em sala de provas ao candidato que se apresentar após o início das mesmas;

6.2.1 O candidato deverá ingressar na sala antes do horário estipulado para o início da prova, sendo considerado eliminado o candidato que deixar de comparecer ou atrasar-se.

6.3 Somente será admitido para realizar a prova, o candidato que estiver munido de documento original de identidade;

6.4 Serão considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores ou por Ordens e Conselhos de Classe e Carteira Nacional de Habilitação (com foto);

6.5 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento original de identidade por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar o registro original de Boletim de Ocorrência expedido por Órgão Policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

6.6 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Boletim de Ocorrência expedidos a mais de 30 (trinta) dias, Protocolos, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação (sem foto), Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada e/ou qualquer outro documento não especificado no item 6.4;

6.7 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.8 A prova objetiva terá duração de três horas e será constituída de 30 questões de 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo apenas uma correta;

6.9 As questões da prova objetiva deverão ser respondidas em cartão de respostas, específico, personalizado para cada candidato, e para tanto, os candidatos devem dispor de caneta esferográfica preta ou azul transparente;

6.10 Será atribuído nota 0 (zero):

a) à (s) questão (ões) da prova objetiva que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis);

b) à (s) questão (ões) da prova objetiva que contenha(m) mais de uma opção assinalada;

c) à (s) questão (ões) da prova objetiva que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de resposta;

d) à (s) questão (ões) da prova objetiva cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de outra cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão;

6.11 Durante a prova não são permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização ou porte de calculadora, relógio, Pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado;

6.12 O preenchimento do Cartão de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções especificadas. Em nenhuma hipótese, haverá substituição do Caderno de Prova ou Cartão de Respostas por erro do candidato.

6.13 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão de Resposta. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem de desacordo com este Edital e com as instruções contidas no Caderno de Prova, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não preenchido integralmente.

6.14 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados e entregues aos fiscais da sala do Processo Seletivo.

6.15 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

6.16 O candidato, ao encerrar a prova, deverá entregá-la ao fiscal da sala, juntamente com o cartão resposta, caso não entregue poderá ser penalizado, ter sua prova anulada e ser eliminado do Processo Seletivo.

6.17 O candidato, ao encerrar sua prova, entregará ao fiscal de sua sala, o cartão Resposta da prova objetiva, devidamente assinado e o caderno de provas, podendo reter para si, apenas, um folheto com a numeração das questões para que possa anotar suas respostas da prova objetiva para posterior conferência.

6.18 Os candidatos somente poderão se retirar do local das provas objetivas, após uma hora do início das mesmas.

6.19 O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova levando o caderno de provas quando faltarem menos de 15 (quinze) minutos para o término da mesma.

6.20 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala da prova objetiva, somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

6.21 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) à 100,05 (cem e cinco centésimos), sendo atribuída à pontuação conforme os seguintes critérios:

6.21.1 Para o cargo de Assistente Social, o cálculo do número de pontos será realizado pela seguinte fórmula:

$$\text{PONTUAÇÃO} = (\text{NACG} \times 2,67) + (\text{NACE} \times 4,00)$$

ONDE:

NACG= número de acertos da prova objetiva de conhecimentos gerais

NACE= número de acertos da prova objetiva de conhecimentos específicos

6.22 Serão considerados aprovados, na prova objetiva, os candidatos que atenderem aos três critérios abaixo simultaneamente:

a) Pontuação em conhecimentos gerais, igual ou maior que 16,00 pontos;

- b) Pontuação em conhecimentos específicos, igual ou maior que 24,00 pontos;
- c) Pontuação igual ou superior a 40,00 pontos, conforme cálculo estabelecido no item 6.21.1, para candidatos inscritos para o cargo de Assistente Social.

6.23 Uma cópia dos cadernos de prova será disponibilizada nos 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da aplicação das mesmas, para retirada pelos candidatos no CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim, de segunda a sexta-feira das 08hs as 12hs e das 13hs as 17hs ,

6.24 Os cadernos de prova não serão disponibilizados via internet. O gabarito preliminar da prova será divulgado no site da Prefeitura de Guaramirim www.guaramirim.sc.gov.br e no mural do CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim.

6.25 Na hipótese de anulação de questões da prova, elas serão consideradas como respondida por todos os candidatos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 Os candidatos aprovados na Prova Objetiva, serão classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos.

7.2 Ocorrendo empate no número de pontos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (Art. 27, parágrafo único do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/2003);
- b) obtiver o maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- c) obtiver o maior número de acertos nas questões de língua portuguesa;
- d) possuir idade mais elevada;

8. DO RESULTADO

8.1 A lista classificatória, juntamente com a pontuação individual dos candidatos, será publicada no mural do CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim, e no site da Prefeitura de Guaramirim www.guaramirim.sc.gov.br no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 30 de Maio de 2016.

9. DOS RECURSOS

9.1 O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo, nos modelos do ANEXO V em até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do gabarito preliminar da prova, devendo protocolá-lo junto ao CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim, de segunda a sexta-feira das 08hs as 12hs e das 13hs as 17hs ,com a menção expressa que se relaciona á este Edital;

9.1.1 O gabarito preliminar será publicado no mural no CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim e no site da Prefeitura de Guaramirim www.guaramirim.sc.gov.br no dia 23 de maio de 2016.

9.2 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstancias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.3 Todos os recursos regulares serão analisados e o gabarito oficial definitivo será divulgado no endereço eletrônico www.guaramirim.sc.gov.br e no mural no CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

9.4 Não será aceito recurso fora do formulário próprio ou fora do prazo.

9.5 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9.6 Em caso de anulação de questão(ões), os pontos a ela(s) correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos;

9.7 No caso de alteração na indicação da resposta correta de uma questão no gabarito preliminar, o mesmo será alterado para a forma correta no gabarito definitivo;

9.8 Caberá a Comissão do presente Edital, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

10 DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

10.1 Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se a ordem de classificação;

10.2 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Guaramirim. A admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos;

10.3 O candidato aprovado e classificado será convocado para admissão através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR);

10.3.1 O candidato deverá comunicar toda e qualquer alteração de seu endereço e contato telefônico. A manutenção do endereço atualizado junto ao Município é de responsabilidade do candidato.

10.4 O candidato terá o prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento do AR, para entregar e apresentar a documentação necessária à sua admissão, composta por:

- a) cópia e original da Cédula de Identidade;
- b) número de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
- c) cópia e original do Título de Eleitor e de Certidão de Regularidade Eleitoral;
- d) cópia e original da certidão de nascimento (se solteiro) ou da certidão de casamento (se casado);
- e) Cópia e original do diploma e/ou histórico escolar e certificado de conclusão de curso superior com habilitação específica na área de atuação, quando expressamente exigida pelos ANEXO II deste edital;
- f) cópia e original do registro no respectivo Conselho Profissional (SC) ou Órgão de Classe para as categorias ou profissões regulamentadas por lei;
- g) cópia e original de certidão negativa de Processo Ético-Disciplinar no respectivo Conselho Profissional (SC) e nos Conselhos de outros estados onde tenha atuado ou tenha tido registro profissional;
- i) Certificado de quitação do Serviço Militar;
- m) Comprovante de residência;
- n) Declaração de Imposto de Renda (dos que declaram);
- o) 1 foto 3x4 colorida e atual;
- p) Carteira de Trabalho;
- q) Cartão PIS/PASEP;

10.5 A contratação do candidato classificado dependerá de aprovação prévia em exame admissional.

10.6 O não comparecimento do candidato classificado, implicará na alteração da ordem de classificação, devendo o candidato ser reposicionado no final da classificação.

10.7 Os candidatos aprovados e classificados, quando convocados, tem um prazo máximo de 10 (dez) dias para tomar posse no cargo e assumir suas atividades.

10.8 A Contratação será pelo prazo máximo de 06 (seis) meses, possibilitada a sua prorrogação sucessiva, devidamente justificada, observando o prazo máximo de 02 (dois) anos, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal.

10.9 O profissional contratado ficará vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, podendo ocorrer mudança de local de trabalho, sempre que necessário de interesse da administração, ou no retorno do titular que estiver sendo substituído.

11. DA RESCISÃO

11.1 O contrato firmado de acordo com a Lei Complementar nº 007, 14 de agosto de 2009 extinguir-se-á:

- I) pelo término do prazo contratual;
- II) por iniciativa do contratado;
- III) quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível de demissão, observado o artigo 8º da Lei Complementar nº 007, 14 de agosto de 2009;
- IV) por iniciativa do Poder Público e das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

11.2 Os contratados responderão, na apuração de eventual falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, na forma da Lei Complementar nº 007/2001 e alterações posteriores.

12. DO FORO JUDICIAL

12.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Guaramirim/SC.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por cargo – função/especialidade/disciplina – lotação ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

13.2 O inteiro teor deste Edital, as Portarias de Homologação e o resultado final (Ato de Homologação do Processo Seletivo) serão publicados no mural do CREAS, Rua Jerônimo Corrêa 94, Centro, Guaramirim e no site da Prefeitura de Guaramirim, apenas dos candidatos aprovados no Processo Seletivo;

13.3 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, por Ato da Comissão do Processo Seletivo, o candidato que:

- a) tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, utilizando ou portando calculadora, relógio, pager, telefone celular ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico;
- d) for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- e) ausentar-se da sala de prova;
- f) recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão resposta, de folha de respostas da prova discursiva ou de outros documentos.

13.4 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, tanto da Prefeitura Municipal de Guaramirim e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

13.5 As informações relativas a este edital ou os casos omissos poderão ser esclarecidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo.

Guaramirim, 18 de Abril de 2016

Luciana Mohr Tonet
Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação

ANEXO I
CARGO, FUNÇÕES, LOTAÇÃO, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

Código	Cargo	Função	Lotação	CH	Remuneração	Auxílio Alimentação
001	Assistente Social	Assistente Social	PMG	30 hs	R\$3.472,73	R\$400,00

CARGO DE NÍVEL MÉDIO

Código	Cargo	Função	Lotação	CH	Remuneração	Auxílio Alimentação
002	Cuidador de Criança e/ou Adolescente	Cuidador de Criança e/ou Adolescente	PMG	40 hs	R\$ 1.398,44	R\$400,00

ABREVIATURAS

PMG – Prefeitura Municipal de Guaramirim

CH – Carga Horária Semanal

ANEXO II
ATIVIDADES, ESCOLARIDADE E REQUISITOS

Cargo: Assistente Social

Planeja e executa atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas dos segmentos em situação de vulnerabilidade social; Identificar e conhecer a realidade social em que vai atuar; Escolher e adaptar o instrumental de investigação à ação profissional; Analisar e interpretar os dados obtidos no estudo sócio- econômico realizado; Propor programas a serem executados na área social;

Relacionar e conhecer a rede de serviços sociais existentes na região; Desenvolver pesquisas científicas próprias da área; Propor medidas para reformulação de políticas sociais vigentes e/ou apresentar e fundamentar a definição de novas políticas sociais; Elaborar os planos, programas, projetos e atividades de trabalho, objetivando a intervenção a partir dos elementos levantados. Proceder o estudo individualizado, utilizando instrumentos e técnicas próprias do serviço social, buscando a participação de indivíduos e grupos na definição de alternativas para a questão social identificada; Identificar e analisar as prioridades sociais na viabilização da política social; Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade; Realizar atividade multidisciplinares, sócio-educativas com a comunidade; Participar de programas de socorro a população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades; Realizar trabalhos de grupos com os segmentos em situação de vulnerabilidade social; Programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente; Liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Pré-requisitos: Bacharelado em Serviço Social

Prova Prática: Não há

Cargo: Cuidador de Criança e/ou Adolescente

Cuidar da alimentação, higiene e proteção de crianças e adolescentes, em situação de acolhimento institucional em abrigo municipal. Atividades típicas:

- Cuidar da alimentação, higiene e proteção de crianças e/ou adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo municipal;
- Organizar o ambiente propiciando espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente;
- Auxiliar a criança e/ou adolescente na lida com sua história de vida, no fortalecimento da autoestima e construção da identidade;
- Organizar arquivo de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;
- Acompanhar os serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano (quando se mostra necessário e pertinente um profissional de nível superior deverá, também, participar desse acompanhamento);
- Auxiliar na preparação da criança e/ou adolescente para o desligamento do acolhimento institucional, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior;
- Executar cuidados básicos de proteção
- Cumprir a jornada de trabalho em conformidade com a demanda do serviço (plantões ou outras jornadas de rotinas);
- Atender as normas de higiene e segurança do trabalho;
- Executar outras atividades correlatas.

Pré-requisitos: Ensino Médio Completo

Prova Prática: Não há

**ANEXO III
PROVAS E PROGRAMAS****PROVA OBJETIVA – 30 QUESTÕES****CONHECIMENTOS GERAIS – 15 QUESTÕES:
ASSISTENTE SOCIAL**

LÍNGUA PORTUGUESA – 5 Questões: Coesão e coerência textuais; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo; Concordância nominal e verbal; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo; Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal; Redação Oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, introdução a assuntos preestabelecidos, correspondência oficial.

MATEMÁTICA – 5 Questões: Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal: operações e propriedades; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Juros simples e compostos Equação de 1º e de 2º grau; Equação exponencial; Logaritmos; Funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Matrizes, determinantes e resolução de sistemas lineares; Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade; Relação entre grandezas: tabelas e gráficos; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema; Geometria; Trigonometria.

TEMAS GERAIS – 5 Questões: Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança, esportes, educação e ecologia e das diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e internacional. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea. Desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro. Atualidades: principais acontecimentos nacionais e regionais abordados nos diferentes veículos de comunicação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 15 QUESTÕES: Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS; Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109; Ética e Cidadania; Relações humanas no trabalho; Políticas Sociais Públicas no Brasil; A evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão; As questões teórico-metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos; A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social; Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo; O processo de trabalho no Serviço Social; Interdisciplinaridade; Terceiro Setor; Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica da Assistência Social; Código de Ética do Assistente Social; Seguridade Social; Sistema Único de Saúde; Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 8. 662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social); Conhecimentos relacionados às demais atribuições do cargo de Assistente Social.

CUIDADOR DE CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES

LÍNGUA PORTUGUESA – 5 Questões: Coesão e coerência textuais; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Emprego da crase; Pontuação; Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo.

MATEMÁTICA – 5 Questões: Números inteiros: operações e propriedades; Números racionais: representação fracionária e decimal; Razão e proporção; Porcentagem; Regra de três simples; Raciocínio Lógico; Resolução de Situações-Problema.

TEMAS GERAIS – 5 Questões: Noções gerais sobre a vida econômica, social, política, tecnológica, relações exteriores, segurança, esportes, educação e ecologia e das diversas áreas correlatas do conhecimento juntamente com suas vinculações histórico-geográficas em nível nacional e internacional. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea. Desenvolvimento urbano brasileiro. Cultura e sociedade brasileira: artes, arquitetura, cinema, jornais, revistas, televisão, música e teatro. Atualidades: principais acontecimentos nacionais, regionais e municipais abordados nos diferentes veículos de comunicação; História de Guaramirim.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – 15 QUESTÕES: Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; noções de primeiros socorros; Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes);

**ANEXO IV
FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 003/2016 SMDSH****1. DADOS PESSOAIS*:**

Nome Completo: _____
CPF: _____ RG _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Telefone Residencial: () _____ Falar com: _____
E-mail: _____
Filhos () sim () não Quantidade de filhos: _____
Possui deficiência () não () sim

Descreva: _____

*Todos os dados são de preenchimento obrigatório.

CARGOS		
()	001	Assistente Social
()	002	Cuidador de Crianças e/ou Adolescentes

Declaro ter lido o Edital nº 003/2016 SMDSH na íntegra e estou de acordo com as normas tácitas deste processo seletivo.

Guaramirim/SC ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO V

SOLICITAÇÃO RECURSO EDITAL nº 003/2016 SMDSH

NOME DO CANDIDATO: _____

MOTIVO: _____

(Para uso da SDSH)

()	Deferido
()	Indeferido

Guaramirim/SC ____/____/____

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DO EDITAL nº 003/2016 SMDSH

NOME DO CANDIDATO: _____

QUAL A NECESSIDADE: _____

DESCREVA: _____

Guaramirim/SC ____/____/____

ASSINATURA DO CANDIDATO

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 – CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 – CMDCA

Avalia o cumprimento do PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO do CMDCA de 2015 e emite parecer sobre prestação de contas do Fundo da Infância e Adolescência – FIA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Guaramirim - CMDCA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 3.638/2009 de 26 de outubro de 2009,

CONSIDERANDO a necessidade do CMDCA de conhecer a realidade de seu território e elaborar o seu Plano de Ação e Aplicação estabelecida no artigo 14, XI da Lei nº 3.638/2009 e,

CONSIDERANDO o teor do Art. 14, VII e XI da Lei nº 3.638/09, que confere ao CMDCA a competência de elaborar o seu Plano de Ação e Aplicação, e gerir o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência no sentido de definir a utilização dos respectivos recursos,

CONSIDERADO que a resolução nº 77/13 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, atribui ao CMDCA à competência de emitir parecer sobre a Prestação de Contas Anual do Prefeito, sobre a Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência e a avaliação sobre o cumprimento do Plano de Ação e Aplicação,

RESOLVE:

Art. 1º. Avaliar o cumprimento do Plano de Ação e Aplicação do CMDCA elaborado para o ano de 2015, sendo que 80% (oitenta por cento) de suas ações planejadas foram cumpridas, conforme anexo desta resolução.

Art. 2º. Emitir parecer favorável a Prestação de Contas do Fundo da Infância e Adolescência, conforme relatório em anexo, cuja destinação dos recursos foi deliberada pela Plenária do CMDCA.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim, 13 de Abril de 2016.

JANDIRA FREITAG

Presidente do CMDCA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

63/2016

Decreto 63/2016

**AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.046,13 (três mil e quarenta e seis reais e treze centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.305.0010.2.048

(22)3.3.90.00-00.00.0382- Aplicações Diretas R\$ 3.046,13

SOMA R\$ 3.046,13

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerencia de Saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.305.0010.2.048

(23)4.4.90.00-00.00.0382- Aplicações Diretas R\$ 3.046,13

SOMA R\$ 3.046,13

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 15 de abril de 2016.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder

Secretário Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 495/2016

PORTARIA Nº 495/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 48 (quarenta e oito) dias de Licença Prêmio, à servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 15 de abril de 2016 a 01 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 496/2016

PORTARIA Nº 496/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 14 de abril de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora MARI SIRENE DE MATOS DA LUZ (Matr. 4238), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2, Referência "A", 20 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Abril de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO Nº. 05/2016 (DEMUTRAN)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 08:00 horas, do dia 03 de Maio de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de kits de tecnologia móvel para utilização das viaturas da polícia militar".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de Maio de 2016.

Jean Carlos de Brida e Silva

Tenente Coronel PM

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO Nº. 06/2016 (DEMUTRAN)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 09:00 horas, do dia 03 de Maio de 2016, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "aquisição de materiais de consumo, limpeza e higienização para uso da delegacia de polícia civil da comarca de Imbituba".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 7:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de Maio de 2016.

Raphael Johann Giordani

Delegado de Polícia

PORTARIA PMI/GGP Nº 216/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 216, de 14 de abril de 2016.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Cláudia da Silveira Martins	Professora II - 20h	029.769.369-78	11/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 14 de abril de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 52/2016

CONCORRÊNCIA Nº 02/2016

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 09:00 horas do dia 18 de maio de 2016, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de uma empresa especializada para execução de serviços de reabilitação da pavimentação asfáltica através do processo whitetopping, pavimento rígido sobre pavimento flexível, adequação da drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical davap - via arterial principal (Av. Marieta Konder Bornhausen e Rua Manoel Florentino Machado). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 18 de abril de 2016

Juliana da Silva Ignácio

Secretária de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº12/2016 CARTA CONVITE Nº 4/2016**

EXTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO nº12/2016

CARTA CONVITE Nº 4/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA-SC, com sede na Rua Ernani Cotrin, nº555, Centro, Imbituba-SC, inscrita no CNPJ nº 79.680.005/0001-62, CONVIDA, esta empresa a apresentar cotação para o objeto desta licitação na modalidade CONVITE do tipo "Menor Preço Global", de conformidade com a Lei nº 8.666/93 c/c as Leis 8.883/94, 9.648/98, 9.854/99 e Lei Complementar 123/06, bem como as condições deste edital, com vencimento previsto para entrega de envelopes, contendo os documentos de habilitação e proposta de preço no Plenário da Câmara Municipal de Imbituba, local acima indicado, no dia 03 de maio de 2016 às 15:00 horas, e abertura dos envelopes, previsto para às 15:10 horas da mesma data. O objeto da presente licitação consiste no fornecimento de materiais de limpeza e copa, materiais de limpeza e higienização e gêneros alimentícios, de acordo com as especificações e nas quantidades do Anexo I, sendo que o Edital na íntegra está disponível para download no site:cmi.sc.gov.br (Licitações e Contratos) – Carta-Convite nº4/16.

Imbituba, 11 de abril de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº012/2016

CONVITE nº 004/2016

ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QTDAD
1	Açúcar refinado especial de primeira qualidade, branco, pacote de 1Kg, envolto em embalagem de proteção plástica com código de barras impresso na embalagem. Data de fabricação: máximo 60 dias;	quilo	100
2	Água Mineral fluoretada, radioativa e isotermal na fonte, sem gás, com data de envase expresso na embalagem. Prazo de validade: mínimo de 3 meses. Fardo com 12 garrafas de plástico de 500 ml;	fardo	200
3	Água Mineral fluoretada, radioativa e isotermal na fonte, sem gás, com data de envase expresso no lacre da embalagem, bombona de plástico de 20 litros. Prazo de validade: mínimo de 3 meses;	litro	150
4	Água Sanitária com teor mínimo de 2,5% de cloro ativo, acondicionada em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros, tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	litro	10
5	Álcool 46º, aroma eucalipto, frasco plástico de 1 (um) litro, tampa com lacre;	litro	10
6	Café em pó torrado e moído, com embalagem à vácuo, peso de 500 gr, de qualidade tradicional, embalagem individual de papelão, contendo nome e CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, escala que aponte o ponto de torra do café, prazo de validade e códigos de barras.	pacote	250
7	Copo descartável branco - 180 ml, tira com 100 unidades. Material: polipropileno (PP), com qualidade conforme Norma ABNT NBR 14865. Contendo no mínimo 0,198g por tira.	tira	200
8	Copo descartável branco - 50 ml, tira com 100 unidades. Material: polipropileno (PP), com qualidade conforme Norma ABNT - NBR 14.865. Contendo no mínimo 0,75g por tira.	tira	150
9	Desodorizador de ambiente em aerossol na fragrância lavanda, acondicionado em embalagem metálica com 360 ml;	unidade	10
10	Detergente líquido, neutro, biodegradável, concentrado, com no mínimo 11% do princípio ativo básico do detergente, acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros, tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	litro	10
11	Esponja de lã de aço carbono de 1ª qualidade para lavagem de utensílios de copa e cozinha e polimento de objetos de alumínio. Acondicionada em embalagem plástica contendo 8 unidades. Prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	pacote	10
12	Esponja dupla-face para uso doméstico, acondicionada em embalagem plástica individual. Aplicação: lavagem de utensílios de copa e cozinha e limpeza em geral. Composição: lado macio: espuma de poliuretano com bactericida; lado abrasivo: fibra sintética com abrasivo.	unidade	20
13	Filtro de papel para coar café, nº 103, com dupla costura. Caixa com 40 unidades.	caixa	15
14	Flanela alvejada para limpeza na cor branca, com costura reforçada nas bordas e vértices arredondados. Tecido com boa absorção, espessura e resistência. Tamanho mínimo 38X50cm.	unidades	20
15	Fósforo caixa grande com 240 palitos	caixa	5
16	Guardanapo de papel, folha simples gofrado, macio, na cor branca, acondicionado em embalagem de plástico contendo 50 unidades nas seguintes dimensões: 24cm x 23,5 cm. Fardo com 24 pacotes	fardo	10
17	Leite UHT Integral - pasteurizado pelo sistema ultra high temperature-UHT; embalagem longa vida contendo 1 (um) litro, com registro no Ministério da Agricultura; código de barras na embalagem; data de validade de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data da entrega. Fardo contendo 12 caixas de 1 litro cada;	fardo	40

18	Limpador de vidros líquido, apresentando bom rendimento e concentração de ativos compatível ao que se destina, possuir aroma agradável, ser inócuo à pele e apresentar completa solubilidade em água. Acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros, tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	litro	5
19	Limpador para piso com esponja e fibra abrasiva, medindo aproximadamente 24,0 x 8,0 cm, com cabo de alumínio.	unidade	5
20	Pano de chão alvejado branco em tecido 100% (cem por cento) algodão. Tecido dobrado e costurado em forma de saco com dimensões finais mínimas de 42 X 65 cm. Tecido com boa absorção, espessura e resistência. Apresentar acabamento de forma que não desfie nas bordas.	unidade	20
21	Papel higiênico de folha dupla de alta qualidade, acondicionado em pacote contendo 4 rolos de 30mt. Papel picotado e gofrado, cor branca, neutro (sem perfume) textura macia e dermatologicamente testado. Fardo com 16 pacotes de 4 rolos.	fardo	15
22	Pastilha para vaso sanitário. Com ação germicida, bactericida e perfumante. Prazo de validade de mínima 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	25
23	Recarga para botijão de gás de cozinha de 13 litros.	unidade	4
24	Sabão em barra glicerinado e neutro, pacote com 5 unidades, testado dermatologicamente.	pacote	3
25	Sabão em pó biodegradável para limpeza pesada, acondicionado em caixa de papelão de 1 Kg, com tampa de fácil fechamento. Princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio. Teor mínimo de ativos: 11% pp. Aplicação: lavagem e limpeza em geral. Ação esperada: apresentar boa formação de espuma e bom rendimento, ser capaz de remover resíduos gordurosos, possuir aroma agradável, ser inócuo à pele, apresentando completa solubilidade em água. O produto deverá estampar no rótulo a frase "Produto deverá estampar no rótulo a frase "Produto notificado na Anvisa/MS" ou número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.	Kg	3
26	Sabonete líquido cremoso suavemente perfumado, perolado, acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros	litro	5
27	Saco plástico para lixo com capacidade para 30 litros/6 kg, acondicionado em embalagem plástica com 10 unidades, na cor preta, medindo 59cm x 62cm , de acordo com a NBR 9190. Conter nº Registro Inmetro;	pacote	20
28	Saco plástico para lixo com capacidade para 50 litros, acondicionado em embalagem plástica com 10 unidades, na cor preta, tamanho 63cm x 80cm, de acordo com a NBR 9190. Conter nº Registro Inmetro;	pacote	25
29	Saco plástico para lixo com capacidade para 100 litros, acondicionado em embalagem plástica com 05 unidades, medindo 75 x 105cm;	pacote	20
30	Saco plástico para lixo com capacidade para 15 litros perfumado, acondicionado em embalagem plástica com 20 unidades, na cor branca, tamanho 39 X 58 cm, de acordo com a NBR 9190. Conter nº Registro Inmetro;	pacote	20
31	Toalha de papel interfolhas para banheiro, extra-branco, fabricado com 100% (cem por cento) celulose virgem de altíssima qualidade, com alta absorção e resistência ao úmido, acondicionado em pacotes com 1.000m folhas. Fardo com 6 pacotes;	fardo	15
32	Toalha de papel para cozinha, de alta qualidade, pacote com 2 rolos com , no mínimo, 55 toalhas cada de 20cm x 22cm na cor branca.	pacote	25
33	Vassoura com cerdas de nylon (plumadas), posicionadas em ângulo que facilite a limpeza de cantos e com capa de proteção para móveis, cabo de madeira plastificada, de primeira qualidade, sem trincas e com gancho de plástico no cabo para pendurar.	unidade	5
34	MOP UMIDO algodão com cabo de alumínio e dispositivo para torcer sem precisar colocar as mãos no pano.	unidade	5
35	LUSTRA MÓVEIS c/fragrância, acondicionado em embalagem plástica resistente de 200ml. Utilizado em madeiras ou superfícies lisas, garantido brilho intenso, protegendo os móveis da umidade e da poeira. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	10
36	Saponáceo Cremoso c/fragrância, acondicionado em embalagem plástica resistente de 300ml. Utilizado para limpeza de inox, mármore, banheiros, pisos e superfícies que permita abrasão leve como pias e metais. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	5
37	Desengordurante, acondicionado em embalagem plástica resistente de 500ml. Utilizado na remoção de encardidos, gorduras e mofos. Ação desengraxante, cozinhas, banheiros, azulejos e rejuntas. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	3
38	Detergente clorado, acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 litros. Ação de detergente com hipoclorito de sódio. Para limpeza pesada de banheiros, cozinhas, pisos, azulejos, paredes e roupas brancas. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	5
39	Desinfetante c/essência suave, acondicionado em embalagem plástica de 5 litros. Desinfeta, limpa e perfuma. Ação bactericida e germicida. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	5
40	Vassoura sanitária com suporte plástico, cor branca	unidade	5
41	Mop seco de algodão c/cabo 40cm	unidade	2
42	Limpador Perfumado 500ml (Uso geral). Indicado para pisos, azulejos e outras superfícies laváveis como fórmicas, pias e bancadas. Com perfume sofisticado e duradouro.	unidade	30

43	Rodo multifuncional para lavar e secar vidros c/cabo. Com manta para absorção para lavar com eficiência e lâmina de borracha para secar com facilidade.	unidade	2
44	Cabo extensor plástico/metal de 3 metros	unidade	2
45	Balde plástico redondo c/ alça 15l.	unidade	3
46	Pá de lixo plástica com cabo longo de madeira	unidade	3
47	Limpador Perfumado C/ÁLCOOL 500ml (Uso geral). Indicado para pisos, superfícies laváveis, vidros e espelhos. Com a eficiência do álcool e perfume duradouro	unidade	30
48	ALVEJANTE SEM CLORO líquido 1,5 litros (Multiuso). Indicado para remoção de manchas difíceis, não danifica os tecidos e as cores.	unidade	30
49	Álcool gel. Álcool etílico 63,3º (INPM 70º GL) não aromatizado, frasco plástico de 500g, tampa com lacre;	unidade	10
50	Luva de látex emborrachada, tamanho Médio ((pacote com 2 unidades). Anatômica, antiderrapante, com melhor sensibilidade, com interior de algodão branco.	unidade	10
51	Balde plástico oval com alça, 18 litros (unidade). Composição: Material sintético pigmentado.	unidade	2
52	Pano de Prato alvejado, 100% fibras de algodão, tamanho médio, para uso na secagem de louças de cozinha, na cor branca ou com estampa.	unidade	25

ANEXO II - MODELO PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 012/2016

CARTA-CONVITE nº 004/2016

RAZÃO SOCIAL:

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL Nº

CNPJ N.º:

ENDEREÇO:

CIDADE/ESTADO:

FONE/FAX:

Materiais de Consumo e Limpeza

ITEM	MATERIAL	UNIDADE DE MEDIDA	QTDADE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Açúcar refinado especial de primeira qualidade, branco, pacote de 1Kg, envolto em embalagem de proteção plástica com código de barras impresso na embalagem. Data de fabricação: máximo 60 dias;	quilo	100		
2	Água Mineral fluoretada, radioativa e isotermal na fonte, sem gás, com data de envase expresso na embalagem. Prazo de validade: mínimo de 3 meses. Fardo com 12 garrafas de plástico de 500 ml;	fardo	200		
3	Água Mineral fluoretada, radioativa e isotermal na fonte, sem gás, com data de envase expresso no lacre da embalagem, bombona de plástico de 20 litros. Prazo de validade: mínimo de 3 meses;	litro	150		
4	Água Sanitária com teor mínimo de 2,5% de cloro ativo, acondicionada em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros, tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	litro	10		
5	Álcool 46º, aroma eucalipto, frasco plástico de 1 (um) litro, tampa com lacre;	litro	10		
6	Café em pó torrado e moído, com embalagem à vácuo, peso de 500 gr, de qualidade tradicional, embalagem individual de papelão, contendo nome e CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, escala que aponte o ponto de torra do café, prazo de validade e códigos de barras.	pacote	250		
7	Copo descartável branco - 180 ml, tira com 100 unidades. Material: polipropileno (PP), com qualidade conforme Norma ABNT NBR 14865. Contendo no mínimo 0,198g por tira.	tira	200		
8	Copo descartável branco - 50 ml, tira com 100 unidades. Material: polipropileno (PP), com qualidade conforme Norma ABNT - NBR 14.865. Contendo no mínimo 0,75g por tira.	tira	150		
9	Desodorizador de ambiente em aerossol na fragrância lavanda, acondicionado em embalagem metálica com 360 ml;	unidade	10		
10	Detergente líquido, neutro, biodegradável, concentrado, com no mínimo 11% do princípio ativo básico do detergente, acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros, tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	litro	10		
11	Esponja de lã de aço carbono de 1ª qualidade para lavagem de utensílios de copa e cozinha e polimento de objetos de alumínio. Acondicionada em embalagem plástica contendo 8 unidades. Prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	pacote	10		

12	Esponja dupla-face para uso doméstico, acondicionada em embalagem plástica individual. Aplicação: lavagem de utensílios de copa e cozinha e limpeza em geral. Composição: lado macio: espuma de poliuretano com bactericida; lado abrasivo: fibra sintética com abrasivo.	unidade	20		
13	Filtro de papel para coar café, nº 103, com dupla costura. Caixa com 40 unidades.	caixa	15		
14	Flanela alvejada para limpeza na cor branca, com costura reforçada nas bordas e vértices arredondados. Tecido com boa absorção, espessura e resistência. Tamanho mínimo 38X50cm.	unidades	20		
15	Fósforo caixa grande com 240 palitos	caixa	5		
16	Guardanapo de papel, folha simples gofrado, macio, na cor branca, acondicionado em embalagem de plástico contendo 50 unidades nas seguintes dimensões: 24cm x 23,5 cm. Fardo com 24 pacotes	fardo	10		
17	Leite UHT Integral - pasteurizado pelo sistema ultra high temperature-UHT; embalagem longa vida contendo 1 (um) litro, com registro no Ministério da Agricultura; código de barras na embalagem; data de validade de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data da entrega. Fardo contendo 12 caixas de 1 litro cada;	fardo	40		
18	Limpador de vidros líquido, apresentando bom rendimento e concentração de ativos compatível ao que se destina, possuir aroma agradável, ser inócuo à pele e apresentar completa solubilidade em água. Acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros, tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	litro	5		
19	Limpador para piso com esponja e fibra abrasiva, medindo aproximadamente 24,0 x 8,0 cm, com cabo de alumínio.	unidade	5		
20	Pano de chão alvejado branco em tecido 100% (cem por cento) algodão. Tecido dobrado e costurado em forma de saco com dimensões finais mínimas de 42 X 65 cm. Tecido com boa absorção, espessura e resistência. Apresentar acabamento de forma que não desfie nas bordas.	unidade	20		
21	Papel higiênico de folha dupla de alta qualidade, acondicionado em pacote contendo 4 rolos de 30mt. Papel picotado e gofrado, cor branca, neutro (sem perfume) textura macia e dermatologicamente testado. Fardo com 16 pacotes de 4 rolos.	fardo	15		
22	Pastilha para vaso sanitário. Com ação germicida, bactericida e perfumante. Prazo de validade de mínima 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	25		
23	Recarga para botijão de gás de cozinha de 13 litros.	unidade	4		
24	Sabão em barra glicerinado e neutro, pacote com 05 unidades, testado dermatologicamente.	unidade	3		
25	Sabão em pó biodegradável para limpeza pesada, acondicionado em caixa de papelão de 1 Kg, com tampa de fácil fechamento. Princípio ativo: alquil benzeno sulfonato de sódio. Teor mínimo de ativos: 11% pp. Aplicação: lavagem e limpeza em geral. Ação esperada: apresentar boa formação de espuma e bom rendimento, ser capaz de remover resíduos gordurosos, possuir aroma agradável, ser inócuo à pele, apresentando completa solubilidade em água. O produto deverá estampar no rótulo a frase "Produto deverá estampar no rótulo a frase "Produto notificado na Anvisa/MS" ou número do registro no Ministério da Saúde; o nome do fabricante ou importador, endereço completo, nome do técnico responsável pelo produto, composição química e o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Número de lote, data da fabricação e prazo de validade do produto presentes no corpo ou no rótulo da embalagem. Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses a contar da data de entrega pelo fornecedor.	Kg	3		
26	Sabonete líquido cremoso suavemente perfumado, perolado, acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 (cinco) litros	litro	5		
27	Saco plástico para lixo com capacidade para 30 litros/6 kg, acondicionado em embalagem plástica com 10 unidades, na cor preta, medindo 59cm x 62cm , de acordo com a NBR 9190. Conter nº Registro Inmetro;	pacote	20		
28	Saco plástico para lixo com capacidade para 50 litros, acondicionado em embalagem plástica com 10 unidades, na cor preta, tamanho 63cm x 80cm, de acordo com a NBR 9190. Conter nº Registro Inmetro;	pacote	25		
29	Saco plástico para lixo com capacidade para 100 litros, acondicionado em embalagem plástica com 05 unidades, medindo 75 x 105cm;	pacote	20		
30	Saco plástico para lixo com capacidade para 15 litros perfumado, acondicionado em embalagem plástica com 20 unidades, na cor branca, tamanho 39 X 58 cm, de acordo com a NBR 9190. Conter nº Registro Inmetro;	pacote	20		
31	Toalha de papel interfolhas para banheiro, extra-branco, fabricado com 100% (cem por cento) celulose virgem de altíssima qualidade, com alta absorção e resistência ao úmido, acondicionado em pacotes com 1.000m folhas. Fardo com 6 pacotes;	fardo	15		

32	Toalha de papel para cozinha, de alta qualidade, pacote com 2 rolos com , no mínimo, 55 toalhas cada de 20cm x 22cm na cor branca.	pacote	25		
33	Vassoura com cerdas de nylon (plumadas), posicionadas em ângulo que facilite a limpeza de cantos e com capa de proteção para móveis, cabo de madeira plastificada, de primeira qualidade, sem trincas e com gancho de plástico no cabo para pendurar.	unidade	5		
34	MOP UMIDO algodão com cabo de alumínio e dispositivo para torcer sem precisar colocar as mãos no pano.	unidade	5		
35	LUSTRA MÓVEIS c/flagrância, acondicionado em embalagem plástica resistente de 200ml. Utilizado em madeiras ou superfícies lisas, garantido brilho intenso, protegendo os móveis da umidade e da poeira. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	10		
36	Saponáceo Cremoso c/flagrância, acondicionado em embalagem plástica resistente de 300ml. Utilizado para limpeza de inox, mármore, banheiros, pisos e superfícies que permita abrasão leve como pias e metais. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	5		
37	Desengordurante, acondicionado em embalagem plástica resistente de 500ml. Utilizado na remoção de encardidos, gorduras e mofos. Ação desengraxante, cozinhas, banheiros, azulejos e rejuntas. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	3		
38	Detergente clorado, acondicionado em embalagem plástica resistente de 5 litros. Ação de detergente com hipoclorito de sódio. Para limpeza pesada de banheiros, cozinhas, pisos, azulejos, paredes e roupas brancas. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	5		
39	Desinfetante c/essência suave, acondicionado em embalagem plástica de 5 litros. Desinfeta, limpa e perfuma. Ação bactericida e germicida. Tampa com lacre e validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega;	unidade	5		
40	Vassoura sanitária com suporte plástico, cor branca	unidade	5		
41	Mop seco de algodão c/cabo 40cm	unidade	2		
42	Limpador Perfumado 500ml (Uso geral). Indicado para pisos, azulejos e outras superfícies laváveis como fórmicas, pias e bancadas. Com perfume sofisticado e duradouro.	unidade	30		
43	Rodo multifuncional para lavar e secar vidros c/cabo. Com manta para absorção para lavar com eficiência e lâmina de borracha para secar com facilidade.	unidade	2		
44	Cabo extensor plástico/metal de 3 metros	unidade	2		
45	Balde plástico redondo c/ alça 15l.	unidade	3		
46	Pá de lixo plástica com cabo longo de madeira	unidade	3		
47	Limpador Perfumado C/ÁLCOOL 500ml (Uso geral). Indicado para pisos, superfícies laváveis, vidros e espelhos. Com a eficiência do álcool e perfume duradouro	unidade	30		
48	ALVEJANTE SEM CLORO líquido 1,5 litros (Multiuso). Indicado para remoção de manchas difíceis, não danifica os tecidos e as cores.	unidade	30		
49	Álcool gel. Álcool etílico 63,3º (INPM 70º GL) não aromatizado, frasco plástico de 500g, tampa com lacre;	unidade	10		
50	Luva de látex emborrachada, tamanho Médio ((pacote com 2 unidades). Anatômica, antiderrapante, com melhor sensibilidade, com interior de algodão branco.	unidade	10		
51	Balde plástico oval com alça, 18 litros (unidade). Composição: Material sintético pigmentado.	unidade	2		
52	Pano de Prato alvejado, 100% fibras de algodão, tamanho médio, para uso na secagem de louças de cozinha, na cor branca ou com estampa.	unidade	25		

VALOR TOTAL:

R\$

OBSERVAÇÕES: Declarar expressamente que:

1) Que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, transporte, entrega, lucro, eventuais trocas e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e do seu Anexo I – Especificação do Objeto. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais.

PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA:

DATA:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL:

CARIMBO:

ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº012/2016

CONVITE nº 004/2016

PROCURAÇÃO

A <nome da empresa> _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) _____ <diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço> pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) _____ <nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço>, a quem confere(m) amplos poderes para junto à Câmara Municipal de Imbituba <ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais> praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º <ou de forma genérica para licitações em geral>, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpor-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, subestabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para <se for o caso de apenas uma licitação>.

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA(S)

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 012/2016

CONVITE nº 004/2016

CONTRATO Nº XXX/2016

Contrato que entre si celebram a Câmara Municipal de Imbituba, e a empresa _____
A Câmara Municipal de Imbituba, com sede na rua Ernani Cotrin, nº 555, centro, Imbituba/SC, inscrita no CNPJ nº 79.680.005/0001-62, representada neste ato pelo Presidente, o Vereador _____ portador do RG nº _____, CPF nº _____, Ordenador de Despesas, neste ato denominado CONTRATANTE, conforme delegação de competência contida no _____ (legislação específica), e a empresa _____, C.N.P.J _____, Inscrição Estadual Nº _____, com escritório regional à _____, Bairro _____, com telefax _____, neste ato representado pelo Sr. _____, possuidor da RG: Nº _____, CPF _____, na qualidade de _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente Contrato de acordo com o Convite nº 004/2016 e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Federal 3.555/00, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - Constitui Objeto do presente instrumento, o fornecimento de materiais de limpeza e copa, materiais de limpeza e higienização e gêneros alimentícios, de acordo com as especificações e nas quantidades do Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

2.1 - O fornecimento deverá ser realizado em atendimento ao disposto no edital e seus Anexos, na proposta vencedora da licitação e nessa minuta de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os preços dos itens especificados na Cláusula Primeira, conforme as quantidades fornecidas, dentro da estimativa especificada no Objeto, sendo que o valor total estimado do presente Contrato é de R\$ _____

3.2 - O valor real será o resultado da aplicação do preço unitário dos itens e as quantidades efetivamente fornecidas, sendo que, a CONTRATANTE não se compromete a utilizar a quantidade total de materiais estimado na descrição do objeto especificado no Anexo I do Edital.
3.3 - No valor acima, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o combustível, objeto deste contrato.

3.4 – A Nota Fiscal/Fatura de prestação de serviços deverá ser emitida e encaminhada à CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do fornecimento do objeto, devidamente atestada pela pessoa responsável da Câmara Municipal de Imbituba.

3.5 – Havendo erro na fatura ou recusa pela Contratante na aceitação do produto, no todo ou em parte, a tramitação será suspensa até que a Contratada tome as providências necessárias à correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento a data da reapresentação, devidamente regularizada.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 - O preço do presente poderá sofrer reajuste na vigência do Contrato, a fim de manter o equilíbrio financeiro e econômico.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 – O presente Contrato tem validade, a partir de sua assinatura, até 31/12/2016, sendo improrrogável.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos financeiros, necessários para o custeio decorrentes deste Convite, serão por conta da dotação orçamentária nº01.01.2001.3.390.00.00.00.00.00 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CAMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, complemento de elemento nº33903021000000; MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, complemento de elemento nº33903022000000 e GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, complemento de elemento nº33903203000000.

CLÁUSULA SÉTIMA –DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**7.1 - Compete à CONTRATANTE:**

- a) Cumprir fielmente o estipulado neste Edital e no Contrato;
- b) Fornecer à Contratada os bens e os elementos necessários à execução dos serviços;
- c) Cumprir o cronograma de pagamento de acordo com as condições estabelecidas neste Edital;
- d) Fiscalizar o recebimento dos produtos que lhe foram fornecidos;
- e) Emitir termo de aceite pelo recebimento dos produtos ou recusá-lo, através de documento formal e, quando da recusa, com motivação e fundamentação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**8.1 - Compete à CONTRATADA:**

- a) Cumprir fielmente o estipulado neste Edital e no Contrato, fornecendo os materiais sempre que solicitado e com produto de qualidade na sede da Contratante, no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em decorrência dos serviços executados.
- c) Iniciar o fornecimento do objeto na data da assinatura do contrato;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**9.1 - O prazo para entrega do objeto licitado se dará após assinatura do contrato.**

Em conformidade com os Artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 modificada pela Lei nº 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação.
- b) definitivamente, após a verificação das especificações, qualidade e quantidade e conseqüente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 - O descumprimento total ou parcialmente deste termo de contrato, ensejará aplicação das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, obedecidos os critérios abaixo:

10.1.1 - advertência – para comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.1.2 - multa – observados os seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) pro rata die, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia, se for o caso;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

10.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2 - O valor das multas aplicadas, nos termos do item 10.1, deverá ser recolhido à CONTRATANTE no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da notificação, podendo ainda, ser descontado das Notas Fiscais e/ou Faturas por ocasião do pagamento, ou cobrado judicialmente se julgar conveniente.

10.3 - As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação dos órgãos de controle, pela autoridade expressamente nomeada no contrato.

10.4 - A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos.

10.5 - As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, exceto para os casos de aplicação da declaração de inidoneidade, quando o prazo para apresentação de defesa será de 10 (dez) dias.

10.6 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

10.7 - Iniciado o processo de multa, caso o fornecedor não tenha nenhum crédito para pagamento em seu favor para o devido desconto, não será efetivado nenhum pagamento até que a Contratada comprove a quitação da penalidade aplicada.

10.8 - A CONTRATANTE é competente para aplicar, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, as penalidades de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

10.9 - As multas estipuladas no item 10.1 desta cláusula serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

10.10 - A critério da Administração poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pela firma e aceito pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - Este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei federal nº 8.666/93, e das formas previstas no art. 79, da mesma Lei.

11.2 – No caso de rescisão determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, ficam asseguradas à mesma, sem prejuízo das sanções cabíveis:

I – A execução dos valores das multas e indenizações devidos à CONTRATANTE;

II – A retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

12.1 – O fornecimento do objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições da Lei nº 8.666/93, à legislação complementar, às cláusulas deste contrato, aos documentos adiante enumerados, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariam:

a) Edital do Convite nº04/2016 e seus Anexos

b) Proposta da CONTRATADA, com os documentos que a integram.

12.2 – Nos termos do art. 55, XI e XII, ficam as partes vinculadas ao edital e, a CONTRATADA com a obrigação de manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

13.1 - Será publicado extrato do Contrato no Diário Oficial dos Municípios e no site da Câmara Municipal de Imbituba, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1 – O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos elencados no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Imbituba, para dirimir eventuais dúvidas ou questões, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, Contratante e Contratada assinam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Imbituba, de de 2016.

Ordenador de Despesas

Pela Contratada

Testemunhas:

ANEXO V – MODELO DE CARTA-CONVITE

Ofício DA nº /2016

Imbituba/SC, ____/ ____ de 2016.

A(o) Sr(a). Sócio-Gerente da Empresa " _____ "

Razão Social: _____

Cnpj: _____

Endereço: _____

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, o servidor que subscreve o presente, por solicitação do Presidente desta Casa Legislativa, Exmo. Sr. , vem convidá-lo a participar da Sessão Pública de Habilitação e Julgamento de Propostas do Processo Licitatório, Carta-Convite nº004/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com o objeto de fornecimento de materiais de consumo e limpeza, a ser realizada no dia / /2016, às 14:00hs. Destaca-se que o Edital está disponível no site da Câmara Municipal de Imbituba, ou seja, www.cmi.sc.gov.br.

Sem mais, agradecemos desde já a atenção prestada,

Atenciosamente,

Guilherme Santos Souza

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

RECEBIDO EM ____/ ____/____

Assinatura e Carimbo da Empresa

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 053/2016

TERMO DE CONTRATO Nº 053/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, inscrita no C.N.P.J. sob nº 83.052.191/0038-54, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, estabelecida à Rua Braz Wanka, nº 238 – Bairro Vila Nova, no município de Blumenau – Estado de Santa Catarina empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por MARCOS CÉLIO NOUALS, brasileiro, Agente Técnico de Formação Superior I designado pela portaria DEX – 130/2015 para função de Gerente Regional, inscrito no CPF sob nº 352.288.499-04, e RG nº 52.815, residente à Rua Striethorst, nº 181, Bairro Água Verde, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, conforme Processo Licitatório nº 033/2016 Termo de Dispensa nº 003/2016-10430, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93 e suas alterações, apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Blumenau/SC, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

• 06.001.0020.0122.0006.2150.339039050000.01000000

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui-se como objeto, a contratação de empresa para a realização dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Indaial, através da disponibilização de pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho – PAT.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÕES
01	12	Meses	Contratação de empresa para a realização dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Indaial, conforme termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1 - Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;

2 - Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;

3 - Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;

4 - Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;

5 - Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;

6 - Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;

7- Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;

8 - Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

- 1 - Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
- 2 - Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
- 3 - Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
- 4 - Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
- 5 - Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado é de 24 de março de 2016 até 24 de março de 2017, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O preço unitário contratado é de R\$ 2.717,82 (dois mil e setecentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos), perfazendo o valor total de R\$ 32.613,84 (trinta e dois mil e seiscentos e treze reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o ÚLTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Município de Indaial/SC, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Florianópolis(sc), 24 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	EMPRESA DE PESQ. AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE STA CATARINA – EPAGRI Marcos Célio Nouals Contratada
---	--

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
---	---

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

DECRETO Nº 1833/16

. DECRETO Nº 1833/16
. De 13 de abril de 2016

Fixa valores das tarifas de transporte individual de passageiros do Município de Indaial - Táxi

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 8º, incisos XXV e artigo 92, incisos VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Os valores das tarifas para o transporte individual de passageiros de Indaial – Táxi, ficam fixadas em:

- a) - Bandeirada R\$ 5,35
- b) - Bandeirada I R\$ 3,10
- c) - Bandeirada II R\$ 3,70
- d) - Hora Parada R\$ 27,30
- e) - Quilometro rodado para viagem fora do Município.... R\$ 1,85

Art. 2º - A Bandeirada II será utilizada nas situações previstas no Artigo 41 da Lei Municipal nº 2.316, de 23 de fevereiro de 1994.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 13 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1834/16

. DECRETO Nº 1834/16

. De 14 de abril de 2016

Homologa Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar do Município de Indaial.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação, aprovado em 25 de abril de 2013.

Art. 2º - O Regimento Interno ora aprovado é parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 14 de abril de 2013.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

Secretária de Educação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INDAIAL - SC

REGIMENTO INTERNO

ABRIL/2013

REGIMENTO INTERNO - FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INDAIAL – SC

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação - FME, instituído pelo Decreto nº 310, de 18 de abril de 2013, de caráter permanente e deliberativo, tem as seguintes atribuições:

- I. Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação, bem como o das Conferências Municipais de Educação;
- II. Acompanhar a tramitação do novo PNE - Plano Nacional de Educação, para o decênio 2011 a 2020;
- III. Planejar, coordenar e realizar as Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar suas deliberações;
- IV. Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;
- V. Promover as articulações necessárias com o Fóruns Estadual e Nacional de Educação;
- VI. Planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
- VII. Elaborar e implantar o Plano Municipal de Educação de Indaial, em consonância com o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio;
- VIII. Monitorar a implementação do Plano Municipal de Educação;
- IX. Monitorar, avaliar e revisar o Plano Municipal de Educação nos decênios subseqüentes;
- X. Acompanhar junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos

legislativos relativos à política municipal de educação;
XI. Acompanhar os Indicadores de Qualidade Educacionais do município de Indaial, em todas as etapas e modalidades.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação, composto por representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais, terá a indicação de seus representantes titulares e suplentes formalizadas por meio de Ato do Chefe do Poder Executivo, para mandato de quatro anos, a partir da seguinte composição:

- I. Secretaria Municipal de Educação - SED;
- II. Representante da Coordenação Pedagógica da SED;
- III. Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- IV. Representante da Fundação Indaialense de Cultura - FIC;
- V. Representante da Fundação Municipal de Esportes - FME;
- VI. Representante do Conselho Municipal de Educação - COMED;
- VII. Representante da Universidade Aberta do Brasil - UAB;
- VIII. Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
- IX. Representante do Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA;
- X. Representante da Rede de Ensino Municipal, representada por:
 - a) Ensino Infantil;
 - b) Ensino Fundamental.
- XI. Representante da Rede de Ensino Estadual, representada por:
 - a) Ensino Fundamental;
 - b) Ensino Médio.
- XII. Representante das Instituições Particulares de Ensino, representadas por:
 - a) Educação Infantil;
 - b) Ensino Fundamental;
 - c) Ensino Médio;
 - d) Ensino Superior;
 - e) Ensino Profissionalizante.
- XIII. Representante do Núcleo da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça de Santa Catarina - CEPIJ;
- XIV. Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- XV. Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- XVI. Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais;
- XVII. Representante da Associação de Pais e Professores - APPs;
- XVIII. Representante dos Conselhos Escolares;
- XIX. Representante do Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar;
- XX. Representante do Conselho Tutelar;
- XXI. Representante da Câmara de Vereadores;
- XXII. Representante da Associação Comercial e Industrial de Indaial - ACIDI;
- XXIII. Representante da Associação de Micro e Pequenas Empresas - AMPE;
- XXIV. Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;
- XXV. Representante da Família Rotariana de Indaial

Art. 3º Os representantes (titulares e suplentes) designados através de ofício pelas entidades, órgãos ou movimentos relacionadas no Art. 2º desse Regimento Interno, indicados para compor o FME, serão nomeados por ato específico do chefe do poder executivo.

Art. 4º Transcorrido o mandato estabelecido nos Art. 2º e 3º, a eleição do próximo coordenador, com mandato de quatro anos, será realizada em reunião ordinária do FME, convocada para esse fim, com sua pauta publicada com antecedência mínima de quinze dias, e escolha do candidato por, no mínimo, dois terços dos membros presentes à reunião.

Parágrafo Único. No caso de vacância do cargo de coordenador do

FME será convocada reunião extraordinária para eleição do coordenador.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação será sempre composto por membros titulares e membros suplentes, que representam entidades, órgãos e movimentos sociais representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade com atuação amplamente reconhecida na melhoria da educação Municipal.

§ 1º São considerados segmentos da educação: os/as estudantes; os/as pais/mães/responsáveis de estudantes; os/as profissionais da educação e os/as dirigentes (gestores dos órgãos educacionais e instituições educativas, conselheiros/as da educação e parlamentares das respectivas comissões de educação da Câmara Municipal).

§ 2º São consideradas categorias representativas dos setores da sociedade as/os:

- I. Centrais Sindicais dos Trabalhadores;
- II. Confederação dos Empresários;
- III. Movimentos em Defesa da Educação;
- IV. Movimentos de Afirmação da Diversidade;
- V. Comunidade Científica;
- VI. Entidades de Estudos e Pesquisa em Educação;
- VII. Órgãos Municipais de Fiscalização e de Controle Interno e Social.

Art. 6º A critério do pleno, a composição do FME poderá ser alterada com a inclusão de outros órgãos, entidades e movimentos da comunidade educacional, observando:

- I. Amplo reconhecimento público do órgão, entidade ou movimento em, ao menos, um segmento ou setor da sociedade conforme disposto no Art. 6º;
- II. Considerar sua abrangência municipal;
- III. Tempo de existência e tempo de efetiva atuação da entidade/órgão/movimento;
- IV. Quantidade de filiados, associados e/ou pessoas representadas pela atuação da entidade/órgão/movimento.

§ 1º A solicitação de ingresso no FME deverá ser feita por meio de ofício, a qualquer tempo, encaminhado à Coordenação do mesmo, justificando a solicitação com base nos critérios acima dispostos.

§ 2º O ingresso de novas entidades ou órgãos será deliberado, em reunião ordinária marcada com esse objetivos, com presença de no mínimo dois terços dos membros do FME.

Art. 7º As reuniões do FME serão compostas por membros titulares ou suplentes em exercício de titularidade, convidados especiais e observadores.

§ 1º Poderão participar das reuniões do FME, como convidados especiais, a critério do pleno, personalidades, pesquisadores, presidentes de entidades, órgãos e movimentos, representantes de organismos internacionais, técnicos e representantes de instituições de direito público ou privado e representantes do Poder Legislativo e Judiciário;

§ 2º Será observador/a, sem direito a voz e voto, qualquer cidadão/ã brasileiro/a que se fizer presente nas reuniões do pleno do FME.

DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º A estrutura e os procedimentos operacionais estão definidos neste Regimento Interno e foram aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do Decreto nº 310, de 18

de abril de 2013.

Art. 9º Os fóruns de educação no âmbito do Município de Indaial, deverão organizar-se seguindo as orientações e os procedimentos estabelecidos pelo Fórum Nacional de Educação.

Art. 10 O FME terá funcionamento permanente e reunir-se-á obrigatoriamente a cada quatro meses ou extraordinariamente, por convocação da sua coordenação, ou ainda por requerimento da maioria simples dos seus membros.

Art. 11 O FME e as conferências municipais de educação estarão administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação e receberão o suporte técnico e administrativo, para garantir seu funcionamento.

Art. 12 As deliberações do FME buscarão a definição consensual dos temas apreciados.

§ 1º Quando não houver consenso, as decisões serão encaminhadas ao debate e à votação e serão aprovadas por maioria simples dos votos, exceto quando for exigido quórum qualificado, que corresponde ao número mínimo de dois terços dos membros votantes presentes.

§ 2º As discordâncias serão registradas em ata, quando solicitada a declaração de voto.

§ 3º Mediante requerimento fundamentado, qualquer membro poderá solicitar ao plenário um prazo de até 30 (trinta) dias para proceder e apresentar os resultados de consulta complementar a entidades que representam para subsidiar as decisões.

Art. 13 São direitos e deveres dos membros do FME:

- I. Participar com direito a voz e a voto das reuniões do Fórum e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta;
- II. Cumprir e zelar pelo cumprimento dos objetivos e atribuições do Fórum;
- III. Sugerir e debater os conteúdos da agenda das reuniões do FME mediante o envio à coordenação, de quaisquer assuntos relacionados aos seus objetivos e;
- IV. Deliberar sobre a aprovação ou alteração deste Regimento.

Art. 14 As despesas referentes à participação dos membros nas atividades do FME correrão por conta das entidades representativas;

Art. 15 Cabe à Coordenação do FME:

- I. Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do FME expedindo a convocação para os membros titulares e para cada um dos órgãos, entidades e movimentos representador, com antecedência mínima de cinco dias, encaminhando a pauta e documentos a ela correspondentes;
- II. Coordenar as reuniões do FME;
- III. Elaborar a pauta das reuniões, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos seus membros e;
- IV. Submeter à aprovação do Fórum as atas das reuniões.

Art. 16 A Plenária é a instância máxima deliberativa do FME.

Art. 17 Na sua estrutura, o Fórum Municipal de Educação terá Comissões ou Grupos de Trabalho Temporários - GTT (organizados para atender urgências, com uma determinada missão específica e tempo limitado à conclusão de sua missão) e uma Secretaria Executiva para dar suporte administrativo ao seu funcionamento.

Art. 18 A Plenária do FME, quando necessário, poderá criar Grupos de Trabalho Temporários, com indicação de seus respectivos

membros e as seguintes especificações:

§ 1º Cada Grupo de Trabalho Temporário poderá designar uma coordenação e uma relatoria.

§ 2º Os GTT terão sempre caráter temporário e estabelecerão, em sua primeira reunião, o cronograma e a data de encerramento das suas atividades, que obedecerão ao prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da Coordenação do FME, mediante justificativa da coordenação e apresentação dos avanços e resultados alcançados.

§ 3º Cabe à coordenação providenciar o encaminhamento das atividades e à relatoria elaboração de documentos e/ou pareceres emitidos pelos grupos de trabalho.

Art. 19 São atribuições da Secretaria Executiva do FME:

- a) Promover apoio técnico-administrativo ao FME;
- b) Planejar, coordenar e orientar a execução das atividades do FME;
- c) Tornar públicas as deliberações do FME;
- d) Acompanhar e assessorar o recolhimentos e o processamentos de dados estratégicos referentes às políticas públicas da educação.

Parágrafo único. O coordenador eleito encaminhará o processo de escolha da secretaria executiva do FME.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 O primeiro coordenador do Fórum Municipal de Educação, conforme designado □ad deferendum□ no Decreto Estadual nº 686, de 30 de novembro de 2011, será o Secretário Municipal de Educação, com mandato de quatro anos.

Art. 21 A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada;

Art. 22 O Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação poderá ser alterado em reunião específica, desde que, ao tempo de sua convocação, conste como item da pauta;

Parágrafo Único. Para a modificação do Regimento Interno é necessário o voto favorável de dois terços dos membros do Fórum Municipal de Educação;

Art. 23 Os casos omissos deste Regimento Interno serão deliberados pelo pleno do FME;

Art. 24 Este Regimento Interno entrará em vigor depois de sua aprovação pela plenária do Fórum Municipal da Educação, em Ato editado pelo poder Executivo do Município de Indaial.

Giovane Huebes Nicolletti
Coordenadora Geral do Fórum Municipal de Educação

DECRETO Nº 1835/16

. DECRETO Nº 1835/16

. De 14 de abril de 2016

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA APLICAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas do artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º - Em cumprimento as disposições da Portaria STN - Secretaria do Tesouro Nacional nº. 634, de 19 de novembro de 2013, os Procedimentos Contábeis Padronizados serão adotados, no que for aplicável, a partir dos exercícios especificados em quadro abaixo (itens um a oito):

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa;	Exercício de 2017
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa.	Exercício de 2017
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência;	Exercício de 2017
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Exercício de 2017
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Exercício de 2017
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis;	Exercício de 2017
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos;	Exercício de 2017
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Exercício de 2017
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infra-estrutura.	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura;	Exercício de 2017
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura;	Exercício de 2017
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura;	Exercício de 2017
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura.	Exercício de 2017
6 - Implementação de Sistema de Custos.	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados;	Exercício de 2017
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos;	Exercício de 2017
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Exercício de 2017
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas Nacionais.	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP;	Exercício de 2015
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Exercício de 2015
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial;	Exercício de 2015
8.2 - Implementação de controle de estoque/almo-xarifado.	Exercício de 2017

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base nas disposições ditadas pelo MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público expedido por Portaria da STN - Secretaria do Tesouro Nacional, bem como por instrumentos legais e orientações editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Para os prazos estabelecidos nos itens do quadro constante do art. 1º deste Decreto, nos casos em que naquela data, o Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal e ou os sistemas de captura de dados dos órgãos de controle externo não estiverem adequados, far-se-á a prorrogação estabelecendo-se novos prazos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1217/14.

Município de Indaial, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1836/16

. DECRETO Nº 1836/16

. De 14 de abril de 2016

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, considerando a Lei nº 5261 de 21 de dezembro de 2015,

Artigo 1º - Fica anulado no valor de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
30.001.0010.0303.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0303.0030.1444	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO CAPS
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01020000	SAUDE
Valor: (50.000,00)	

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT.AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS

01020000	SAUDE
Valor: (50.000,00)	

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1837/16

. DECRETO Nº 1837/16

. De 14 de abril de 2016

Altera Decreto nº 1803/16 – Que Anula e Suplementa no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, considerando a Lei nº 5261 de 21 de dezembro de 2015,

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 1º e 2º do Decreto nº 1803/16, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação Anulada	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2504	MANUT. DO CONSELHO TUTELAR
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários
Valor: (260.000,00)	

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º, fica aberto no Orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Crédito Adicional Especial Suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), conforme segue:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2504	MANUT. DO CONSELHO TUTELAR
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários
Valor: (250.000,00)	

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2504	MANUT. DO CONSELHO TUTELAR
313190000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES
01000000	Recursos Ordinários
Valor: (10.000,00)	

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Município de Indaial, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1838/16

. DECRETO Nº 1838/16

. De 15 de abril de 2016

Nomeia Subcomissão Técnica para Julgamento das Propostas Técnicas de Licitação de Publicidade

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII e Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 8.666/93 e alterações, demais dispositivos legais em vigor, e considerando a deliberação da Comissão Permanente de Licitação e ata de sorteio dos membros que segue anexa ao presente,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados/designados para integrar a Subcomissão Técnica para Julgamento das Propostas Técnicas de Licitação de Publicidade, as pessoas abaixo relacionadas:

*Márcio Antônio Ferrari;

*Aldo Júnior Paqualini; e

*Anderson Sachetti.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5284/16

. LEI Nº 5284

. de 14 de abril de 2016

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
30.001.0010.0303.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0303.0030.1444	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO CAPS
344900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01020000	SAUDE
Valor: (50.000,00)	

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT.AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
333900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01020000	SAUDE
Valor: (50.000,00)	

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5285/16

. LEI Nº 5285

. de 14 de abril de 2016

Altera Lei nº 5275/16 - Que Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 1º e 2º da Lei nº 5275/16, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação Anulada	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2504	MANUT. DO CONSELHO TUTELAR
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários
	Valor: (260.000,00)

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Abrir no Orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Crédito Adicional Especial Suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), conforme segue:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL
31.001.0008.0243.0031.2504	MANUT. DO CONSELHO TUTELAR
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários
	Valor: (250.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
31	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.001.0008.0243	ASSISTENCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE
31.001.0008.0243.0031	ATENDI FAMIL. SIT VULN E/OU RISCO SOCIAL

31.001.0008.0243.0031.2504	MANUT. DO CONSELHO TUTELAR
3131900000000000	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES
01000000	Recursos Ordinários
	Valor: (10.000,00)

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Município de Indaial, 14 de abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5286/16

. LEI Nº 5286

. de 14 de abril de 2016

Declara de Utilidade Pública Municipal/ PEAL – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais.

(Autoria: vereadores Anderson Luz dos Santos, Jair Gilmar Gonzaga e José Carlos Mandel).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, com base na Lei Municipal 3.855/09, alterada pela Lei Municipal 4.003/09, a PEAL - ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS, inscrito no CNPJ sob o nº 08.889.308/0006-56, com sede na Rua Campinas, nº 384, bairro Benedito, município de Indaial.

Art. 2º - À PEAL - Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais, fica assegurado todas as vantagens, prerrogativas e isenções constantes da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de Abril de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 77/16

. PORTARIA Nº 77/16

. De 13 de abril de 2016

Nomeia Equipe Técnica para compor o PAR - Plano de Ações Articuladas 2016-2019

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Decreto nº 1978/11, RESOLVE,

Nomear as pessoas abaixo relacionadas para integrarem a Equipe Técnica para o novo PAR - Plano de Ações Articuladas 2016-2019:

Representante da Secretaria Estadual/Municipal de Educação	Giovane Huebes Nicolletti
Representante da Secretaria Estadual/Municipal de Educação	Priscila Elaine Ehrat Cardozo
Representante do Conselho Estadual/Municipal de Educação	Jairo Gebien
Representante dos Diretores de Escola	Clarice Pasqualina Ferrari
Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares	Liliane Lange Klock
Representante dos Conselhos Escolares	Rosane Aparecida Ferreira Boaventura
Representante do Quadro Técnico-Administrativo das Escolas	Carla Ludegero Scmitt
Representante do Quadro Técnico-Administrativo das Escolas	Marilia Mendes de Cordova Bonetti
Representante dos Professores da Zona Rural	Rejane Bublitz
Representante dos Professores da Zona Urbana	Sueli Lucia Remane Kriek
Representante dos Professores da Zona Urbana	Tania Roseli Geisler Theindl

Município de Indaial, em 13 de abril de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 78/16

. PORTARIA Nº 78/16

. De 14 de abril de 2016

Coloca servidora à disposição do INDAPREV/ Karina Fabricia Rebelo Nuber

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, Lei Complementar 64, alterada pela Lei Complementar 100 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando o Ofício nº 56/2016/INDAPREVI, RESOLVE,

Colocar à disposição do INDAPREV - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial/SC, por meio período diário, a servidora KARINA FABRICIA REBELO NUBER, ocupante do cargo de Procuradora, com base no que dispõe o artigo 65 da Lei Complementar 64, alterada pela Lei Complementar 100, para prestação de serviços jurídicos junto ao Instituto.

Município de Indaial, em 14 de abril de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 045/2016

Pregão Presencial nº 017/2016-10430

Objeto: Contratação de seguros na modalidade RCO – Responsabilidade Civil ônibus/micro e vans.

Entrega dos envelopes: 03/05/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 03/05/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1814/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1814/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQS5124	55489152E	6599/2	28/12/2015	R\$ 191,54	230 * V
MCQ1055	55722867E	7579/0	26/06/2015	R\$ 1.915,38	277
MDA5298	54429893E	6700/0	24/07/2015	R\$ 127,69	230 * XVI
MFB1298	55723559E	5320/0	04/10/2015	R\$ 957,69	176 * V
MFO3108	55488234E	5274/1	26/07/2015	R\$ 1.915,38	175
OKH2894	55723990E	5010/0	03/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
OKH2894	55723991E	5061/0	03/01/2016	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1815/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1815/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQS5124	55489151E	6041/2	28/12/2015	R\$ 127,69	207
DDG4254	55489192E	5185/1	07/01/2016	R\$ 127,69	167
IVB6944	55489185E	5452/1	06/01/2016	R\$ 127,69	181 * VIII
MGY0440	55489016E	5193/0	07/12/2015	R\$ 191,54	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1818/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1818/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJA9482	55488820E	6912/0	14/11/2015	R\$ 53,20	232
MDX5423	55723376E	5010/0	12/12/2015	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1819/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1819/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDC4819	55488793E	5541/1	26/10/2015	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 331/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 331/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALH1930	8789057911	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
HRD2276	8789056902	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAR9183	8789058158	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MBQ5119	8789057186	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCU3766	8789058075	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDG8973	8789056742	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDL3843	8789057019	7463/0	14/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFO1731	8789053612	7455/0	22/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFV1990	8789055549	7455/0	01/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHM2941	8789058090	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MJZ7207	8789056339	7455/0	23/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKJ7594	8789056823	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKY2137	8789056971	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHE1405	8789058197	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
QHL3501	8789057140	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHM4974	8789056380	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 333/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 333/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKG5095	8789056379	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ALE0598	8789057020	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ALE1593	8789056798	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CDN5847	8789056964	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DFE9712	8789056457	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
DFE9712	8789056473	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IBD2138	8789055368	7455/0	23/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ICX0988	8789056768	7455/0	09/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IPY6833	8789057181	7455/0	07/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXC0037	8789056514	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYI6601	8789057082	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYJ9929	8789055967	7455/0	14/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYJ9929	8789055998	7455/0	15/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBQ1833	8789056693	7455/0	07/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBT4604	8789056404	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDW6495	8789056415	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEG1021	8789056647	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEK5503	8789055008	7455/0	13/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MET9202	8789056489	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIZ1968	8789056945	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJF1859	8789055115	7455/0	18/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJM2147	8789057272	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJX4952	8789057141	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKG2634	8789057224	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKH9996	8789056745	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKY7308	8789056593	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLY3237	8789056417	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMD6536	8789056389	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
OGO7218	8789056366	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 335/2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 335/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADN5226	8789057690	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
AEG0161	8789057608	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
AEG0161	8789057609	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CFT4375	8789055305	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
DDC7770	8789057449	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DHF5127	8789057452	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DMZ3832	8789054950	7455/0	10/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
DXG7655	8789055365	7455/0	20/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
EGT4014	8789057356	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ERH0600	8789055105	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
HNQ2276	8789054969	7455/0	11/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
HNQ2276	8789055340	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
ISX6069	54090475N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
LWT7132	8789057636	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWW5010	8789055913	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXI6397	8789054873	7455/0	07/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXR1119	8789057420	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYX4052	8789055032	7455/0	13/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZM3862	8789056139	7455/0	20/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBC6486	8789055900	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCD9197	8789057487	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCI2234	8789054851	7455/0	06/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDG4529	8789055152	7455/0	18/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDX9173	8789056075	7455/0	19/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEB5862	8789055195	7455/0	20/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEJ4574	8789054805	7455/0	04/10/2015	R\$ 85,13	218 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEX7339	8789055116	7455/0	18/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEZ5893	8789056069	7455/0	18/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFQ2060	8789055027	7455/0	13/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHD1868	8789054813	7455/0	04/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHH2666	8789055080	7455/0	16/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHJ9669	8789057448	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHV7767	8789057676	7463/0	27/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIH8908	8789054883	7455/0	08/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MII6766	8789055099	7455/0	17/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIM9953	8789053400	7455/0	15/08/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIV7054	8789055165	7455/0	19/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJO0821	8789055192	7455/0	20/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJY1768	8789055001	7455/0	12/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKF3181	8789056111	7455/0	19/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKI2091	8789057526	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKO8889	8789055290	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKQ3258	54101860N	5002/0	22/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
MKQ3258	54101897N	5002/0	22/01/2016	R\$ 127,69	257 § 8º
MLJ0717	8789055345	7455/0	26/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLP2622	8789055056	7455/0	14/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMA0899	8789054847	7455/0	06/10/2015	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 337/2016



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 337/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACX3682	8789058445	7455/0	15/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
AEW9706	8789054999	7455/0	12/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
AEY8350	8789056829	7463/0	11/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
AFJ6983	8789057418	7463/0	22/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
AJB8811	8789057290	7463/0	19/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
AJZ9321	8789057913	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
ANA4703	8789057170	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARR1794	8789058404	7455/0	14/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
AZG0077	8789058180	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
BLF6866	8789058358	7455/0	12/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
BML2662	8789058079	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
BYN4394	8789055827	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CES1825	8789056871	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CIK7770	8789056592	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DDJ0873	8789057332	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DDJ0873	8789057935	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
DEB0774	8789058395	7455/0	13/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
DEF1842	8789057148	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DNK1431	8789057009	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DYU9720	8789056181	7463/0	27/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
EJL5793	8789058172	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
EUE1087	8789058573	7455/0	16/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
EUZ8124	8789057632	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
HWR5970	8789057758	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IDD4137	8789057893	7455/0	01/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789055589	7471/0	10/11/2015	R\$ 574,61	218 * III

1 / 6

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHL1961	8789056236	7463/0	28/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789056607	7471/0	05/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789056610	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789056619	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789056652	7463/0	06/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789056666	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789056667	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789056765	7455/0	09/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789056794	7463/0	10/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789056876	7471/0	12/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789056910	7471/0	12/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789056979	7471/0	13/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789056981	7471/0	13/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057060	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057090	7471/0	15/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057135	7463/0	16/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789057162	7471/0	17/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057278	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057281	7471/0	19/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057298	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057303	7463/0	19/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789057304	7463/0	19/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789057311	7471/0	19/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057334	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057342	7463/0	20/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789057343	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057345	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057352	7471/0	20/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057354	7471/0	20/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
IHL1961	8789057366	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057368	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057379	7463/0	21/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
IHL1961	8789057398	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057434	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHL1961	8789057447	7471/0	22/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
KOG7457	8789057441	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LOE6380	8789055258	7455/0	23/10/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWY8063	8789056846	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXQ4155	8789058313	7455/0	11/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
LXR9884	8789056452	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXW7101	8789057070	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXX6551	8789057835	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXY8911	8789056995	7463/0	14/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
LYR6522	8789057678	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYV4133	8789057861	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZB0528	8789058251	7455/0	09/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
LZB3462	8789057250	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZX2255	8789056221	7455/0	28/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAD1447	8789057698	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBN5931	8789057759	7463/0	29/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBN5931	8789057760	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBW0993	8789057883	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCJ0176	8789056752	7463/0	09/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCL5066	8789057725	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCL9215	8789057689	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCR9969	54090476N	5002/0	28/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MDG7772	8789056582	7455/0	04/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDH8976	8789057518	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDO5371	8789058538	7455/0	16/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDP0912	8789058519	7455/0	16/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDP6415	8789057012	7463/0	14/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDP9542	8789057225	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDP9587	8789058113	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MEG2176	8789058100	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MEK5225	8789056303	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFA3469	8789058490	7455/0	15/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MFD7567	8789055012	7455/0	13/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFE5727	54090484N	5002/0	28/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MFJ6822	8789057797	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFJ9738	54095493N	5002/0	07/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
MFQ2296	8789056934	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFS6521	8789056192	7455/0	28/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFS7016	8789056967	7463/0	13/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFT7393	8789057360	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFV7947	8789058137	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MFZ2035	8789057816	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFZ2583	8789056826	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGA3478	8789056911	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGE2631	8789057907	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MGJ3184	8789057041	7463/0	14/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MGM2159	8789058101	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MGY0983	8789058189	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MHD2149	8789057761	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHE5987	8789057917	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MHF5695	8789056436	7455/0	26/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHG5151	8789054947	7463/0	10/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHJ2008	8789056456	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHU1410	8789057125	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIA4207	8789058218	7455/0	09/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIB3648	8789058384	7455/0	13/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MID1287	8789056643	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MID5065	8789058098	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIE8876	8789057603	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIH1889	8789057737	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIK7927	8789057645	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIM9127	8789058021	7455/0	05/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIO0697	8789056665	7463/0	06/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIW3503	54090464N	5002/0	28/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MIZ2798	54090479N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MIZ2798	54090486N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MIZ2798	54090487N	5002/0	28/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MIZ2798	54095500N	5002/0	07/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
MIZ2798	8789057024	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIZ2798	8789057376	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJK8928	8789057955	7463/0	03/01/2016	R\$ 127,69	218 * II
MJM8920	54090489N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MJM8920	8789056309	7463/0	22/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJP3036	8789058469	7455/0	15/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MJP5730	8789057865	7471/0	31/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
MJY0979	8789055274	7455/0	24/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJY2007	8789058004	7455/0	05/01/2016	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJZ3628	8789057212	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKC4515	54090481N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MKC7477	54090478N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MKD8741	8789057407	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKG1110	8789058009	7455/0	05/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MKP0108	8789056603	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKT9309	8789057474	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKT9374	8789057799	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLD6952	8789056183	7455/0	27/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLH0458	8789056776	7455/0	09/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLN0807	8789057114	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLQ7677	8789057709	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLV8560	54095499N	5002/0	07/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
MLY8889	8789058396	7455/0	13/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MMF8778	8789058185	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MML8780	8789057781	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMM4109	8789057536	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MUS3063	8789056957	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MWA4596	8789057930	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
OAK5285	8789057924	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
OWN0728	8789056716	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHC0842	8789057633	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHJ6022	8789056372	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHM0851	8789057488	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHN1661	8789056180	7455/0	27/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHN7316	8789058094	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
QHO1251	8789058560	7455/0	16/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
QHQ2385	8789057706	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QID3737	8789058424	7471/0	14/01/2016	R\$ 574,61	218 * III
QIJ6700	54095498N	5002/0	07/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
QIP2512	54095358N	5002/0	05/01/2016	R\$ 127,69	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 339/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 9

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 339/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY6352	8789056548	7463/0	03/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
ABN4498	8789056538	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ADY1551	8789058062	7455/0	03/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
AHY3768	8789057300	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
AIF6126	8789055860	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AJL5615	8789057324	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
AKI2395	8789057239	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ANH0189	8789056329	7455/0	23/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ARC6581	8789056933	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ASG7134	8789056305	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
ASW7735	8789057731	7463/0	28/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
ATZ4341	8789056355	7455/0	21/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
AVS8303	8789057202	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
BKP6540	8789058097	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
BYN4620	8789056435	7455/0	26/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CFA5351	8789057204	7463/0	17/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
CFA5351	8789057207	7471/0	17/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
CFA5351	8789057316	7471/0	18/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
CFA5351	8789057317	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CFA5351	8789057319	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CFA5351	8789058039	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CFA5351	8789058042	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CFA5351	8789058069	7455/0	05/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
CFA5351	8789058171	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
CPG2340	8789057843	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
CRF4619	8789057878	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYG0146	8789056371	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
CYW9671	8789056496	7471/0	01/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
DAS7584	8789058089	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
DCA6762	8789057383	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DFS4555	8789057295	7463/0	19/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
DFU7122	8789057951	7455/0	03/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
DIN9926	8789057182	7455/0	07/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DJB9504	8789058138	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
DJE7875	8789056702	7455/0	07/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DNA9869	8789056322	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
DQS7009	8789057740	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
DTS1236	8789058754	7455/0	18/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
EBV5539	8789056870	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
EDJ2189	8789056724	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ETA5944	8789056406	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
EUN7192	8789057440	7455/0	22/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
EYB9457	8789057197	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
GZP6115	8789056196	7463/0	28/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
GZP6115	8789056622	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
HEJ8418	8789056960	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
HGL4041	8789057540	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IDG0128	8789057385	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IGG8202	8789055515	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
IGI4910	8789056412	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IJE5877	8789056552	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IJE5877	8789057923	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
ILC1818	8789057985	7455/0	04/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
IMC0358	8789058032	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
ING0101	8789056295	7455/0	21/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
IVN9305	8789056540	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
JLB0809	8789057783	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
JPF0268	8789056430	7463/0	26/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
JUL2872	8789056470	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
KWQ2423	8789056961	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
KZK3816	8789058211	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
LBQ1781	8789056387	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LNP3487	8789058114	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWU3222	8789056780	7455/0	09/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU3222	8789057137	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU4497	8789056795	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU4497	8789056838	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU4497	8789056891	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU4497	8789056906	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU4497	8789057813	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWU4497	8789057881	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LWY2566	8789057096	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXB9595	8789056630	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXF9098	8789058144	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
LXK6183	8789057832	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXO5772	8789057578	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXP4260	8789057730	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXQ1489	8789057464	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXR2835	8789057165	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXS4796	8789057569	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXV2696	8789057743	7455/0	29/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXX1709	8789056853	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXX1709	8789056854	7471/0	11/12/2015	R\$ 574,61	218 * III
LXX1709	8789057341	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LXZ9448	8789056080	7455/0	19/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYE9999	8789057623	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYG2368	8789057845	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYG2368	8789057852	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYG2368	8789057995	7455/0	04/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
LYM4999	8789056351	7455/0	20/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYN0799	8789057235	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYQ1269	8789057234	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYT3820	8789057178	7463/0	17/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
LYU5136	8789057286	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYU7929	8789056427	7455/0	26/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYU7929	8789056818	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYV6600	8789056701	7463/0	07/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
LYW4023	8789057288	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYW9230	8789056669	7455/0	07/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LYW9230	8789057227	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZA1563	8789056364	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZF8448	8789056994	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZF9261	8789056554	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZF9261	8789056850	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZF9261	8789056904	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZW1200	8789057864	7463/0	31/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
LZW3404	8789056737	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZY8832	8789056416	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
LZZ1312	8789056517	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAA3427	8789056972	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAD2506	8789057371	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAF8626	8789057643	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ4190	8789057258	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ7960	8789055449	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ7960	8789055834	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAJ7960	8789056649	7463/0	06/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAJ7960	8789056650	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAK6312	8789058149	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MAK7805	8789055411	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAK7805	8789055436	7455/0	28/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAP9889	8789056480	7463/0	30/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAQ4212	8789057116	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAQ4212	8789057486	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAR1743	8789057423	7463/0	22/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MAS3888	8789057015	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAV3836	8789056235	7455/0	28/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MAW8620	8789056491	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBL1528	8789058152	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MBN8577	8789057817	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBO8543	8789056861	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBQ7460	8789057267	7463/0	19/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MBU0870	8789058183	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MBX2407	8789057075	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBY3389	8789056873	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MBY6034	8789056658	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCA3472	8789057886	7455/0	01/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MCA3895	8789057328	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCA8132	54090477N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MCB1393	8789057348	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCB3171	8789056819	7463/0	11/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCF0971	8789056789	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCH3817	8789057563	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCK9947	8789056288	7455/0	21/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MCK9947	8789057524	7463/0	24/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MCP2307	8789057963	7455/0	03/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MCS9292	8789058931	7455/0	22/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MCX7715	8789058093	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDC0832	8789056373	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDD0736	8789057541	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDD4144	8789058215	7455/0	09/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDH5178	8789057169	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDI9965	8789058018	7455/0	05/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDL5638	8789056475	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDM5752	8789056234	7463/0	28/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MDR7865	8789058026	7455/0	05/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDV1791	8789056862	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MDV3497	8789056851	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEC5041	8789057369	7455/0	21/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEC5041	8789057465	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEF2135	8789057236	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEI6760	8789058119	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MER6938	8789056808	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MER6938	8789058201	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MES6979	8789056252	7455/0	29/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MES9449	8789057357	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MET3590	8789057232	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEU9004	8789055516	7455/0	31/10/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEX2301	8789057152	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEX6442	8789057960	7455/0	03/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MEZ0926	8789056299	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MEZ0926	8789057266	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFA4225	8789057932	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MFC3058	8789057795	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFE1418	8789057130	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF1717	8789056568	7463/0	04/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFF2364	54090460N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MFG1095	54090483N	5002/0	28/12/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MFG4753	8789056956	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFL6015	8789057771	7463/0	29/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFO8809	8789056767	7455/0	09/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFQ1201	8789056642	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFQ1457	8789056315	7463/0	22/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFQ5523	8789056493	7455/0	01/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFS2326	8789056641	7463/0	05/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFV1412	8789056283	7455/0	21/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFV1412	8789056300	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFV1412	8789056301	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFV1412	8789056345	7471/0	23/11/2015	R\$ 574,61	218 * III
MFV0759	8789058115	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MFY8981	8789056698	7455/0	07/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MFZ6443	8789057462	7455/0	23/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGA5041	8789055838	7455/0	12/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGB4600	8789057515	7455/0	24/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGE8958	54095502N	5002/0	07/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
MGF5089	8789056648	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGK2175	8789056936	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGK9842	8789057010	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGK9842	8789058139	7463/0	07/01/2016	R\$ 127,69	218 * II
MGN8553	8789056263	7455/0	29/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGO7446	8789056479	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGP2282	8789057570	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGT0841	8789056744	7455/0	08/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGU2729	8789057161	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MGW3424	8789056167	7455/0	27/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHB1616	54090459N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MHD4628	8789056098	7455/0	19/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHE5731	8789057640	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHF6567	8789057692	7463/0	27/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHG5414	54090469N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MHK1493	8789057144	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHO1350	8789057581	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHP9966	8789056796	7455/0	10/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHT5510	8789057153	7463/0	17/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHT8111	8789058721	7455/0	17/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MHU8105	8789056843	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHW3924	8789056324	7463/0	22/11/2015	R\$ 127,69	218 * II
MHX6654	8789056212	7455/0	28/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MHY4687	8789056188	7455/0	27/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIC5882	8789057723	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MID6340	8789057582	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIG0970	8789057074	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIH6776	8789058783	7455/0	19/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIJ1045	8789058202	7471/0	08/01/2016	R\$ 574,61	218 * III
MIK1484	8789057591	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIN2221	8789057661	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIO7019	8789059000	7455/0	23/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIP2933	54090456N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MIP2933	8789056402	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIQ0697	8789056262	7455/0	29/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIS0288	8789056140	7455/0	20/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MIW8858	8789058088	7455/0	06/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIZ2798	54090462N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MJA1340	8789057811	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJB0632	8789056228	7455/0	28/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJC4739	8789055865	7455/0	13/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJC7131	8789056453	7455/0	30/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJD8577	8789057966	7455/0	03/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MJG1002	8789056656	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJG8367	8789056547	7463/0	03/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJH4841	8789057856	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJO4944	8789056634	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJQ2806	8789057921	7455/0	02/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MJS3890	8789056613	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJS8813	8789057859	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJT2902	8789057669	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJW6798	54090473N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MJX0698	8789056562	7463/0	04/12/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJX1775	8789057815	7463/0	30/12/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJX4531	8789056513	7455/0	02/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJY7049	8789057577	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MJZ1044	8789058124	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MKC6037	8789057094	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKE1202	8789057728	7455/0	28/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKG1397	8789057349	7455/0	20/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKG4323	8789056885	7455/0	12/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKI6968	8789057223	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKJ2377	8789058127	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MKJ7556	8789056537	7455/0	03/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKO8410	8789057029	7455/0	14/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKV4029	8789057251	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MKV9666	54090472N	5002/0	28/12/2015	R\$ 85,13	257 § 8º
MKW8439	8789058161	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MKZ7409	8789057975	7455/0	04/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MLC2417	8789057128	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLD1477	8789056168	7455/0	27/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLG3511	8789057596	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLI9281	8789056664	7455/0	06/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLK2286	8789056816	7455/0	11/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLO4646	8789057228	7455/0	18/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLS0984	8789057868	7455/0	31/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLV8390	8789057291	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLY1455	8789057646	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLZ0411	8789056384	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MLZ9615	8789056391	7455/0	25/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMA0394	8789056344	7455/0	23/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMD4653	8789057057	7455/0	15/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMF9079	8789056318	7455/0	22/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMJ9059	8789057106	7455/0	16/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
MMJ9059	8789057825	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
NGB1687	8789057614	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
NMV2786	8789058199	7455/0	08/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
NMV2786	8789058200	7463/0	08/01/2016	R\$ 127,69	218 * II
NST0980	8789057269	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
NSW1148	8789056449	7455/0	29/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
NWA9754	8789057133	7463/0	16/12/2015	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
OMA7465	8789056370	7455/0	24/11/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHC0817	8789057629	7455/0	26/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHC4742	8789055401	7463/0	27/10/2015	R\$ 127,69	218 * II
QHD5384	8789056987	7455/0	13/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD5384	8789057299	7455/0	19/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD5384	8789057573	7455/0	25/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHD5384	8789057694	7455/0	27/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHE3927	54101870N	5002/0	22/01/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
QHI8574	8789057828	7455/0	30/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
QHP2258	8789057205	7455/0	17/12/2015	R\$ 85,13	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 341/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 341/2016

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANO7435	8789058975	7455/0	23/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
APX2262	8789058247	7455/0	09/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
BOQ3696	8789059037	7455/0	24/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
CPH1961	8789059400	7455/0	05/02/2016	R\$ 85,13	218 * I
CWF7067	8789058893	7471/0	21/01/2016	R\$ 574,61	218 * III
CWF7067	8789058894	7471/0	21/01/2016	R\$ 574,61	218 * III
DGN7738	8789058624	7455/0	20/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
DUH3590	8789059111	7455/0	26/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
FLE7163	8789056627	7455/0	05/12/2015	R\$ 85,13	218 * I
IHC1908	8789058663	7455/0	02/02/2016	R\$ 85,13	218 * I
LYJ9929	8789058945	7471/0	23/01/2016	R\$ 574,61	218 * III
LYJ9929	8789058946	7463/0	23/01/2016	R\$ 127,69	218 * II
MCG3973	8789058984	7455/0	23/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MCS0023	8789058761	7455/0	18/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDK9666	8789059160	7455/0	27/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MDV0186	54106665N	5002/0	12/02/2016	R\$ 85,13	257 § 8º
MDZ9806	8789059280	7455/0	30/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MFJ5037	8789058146	7455/0	07/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MGT7215	8789059441	7455/0	07/02/2016	R\$ 85,13	218 * I
MIT1211	8789058923	7455/0	22/01/2016	R\$ 85,13	218 * I
MJA0156	8789059422	7455/0	06/02/2016	R\$ 85,13	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1812/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1812/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEV8703	55724082E	5010/0	24/01/2016	162 * I
DEV8703	55724083E	5118/0	24/01/2016	164 c/c 162 * I
DNU2460	55724032E	6599/2	22/01/2016	230 * V
DYE9930	55724311E	6599/2	23/02/2016	230 * V
DYE9930	55724312E	5029/2	23/02/2016	162 * II
JGR2328	55724225E	5169/2	19/02/2016	165
MAJ7960	55724029E	6599/2	18/01/2016	230 * V
MCK1235	55724371E	7340/0	20/02/2016	252 * IV
MFJ4568	55723598E	5045/0	19/02/2016	162 * V
MIM9431	55724155E	5010/0	23/01/2016	162 * I
MJQ7127	55723786E	6599/2	17/01/2016	230 * V
MKA4536	55724035E	6599/2	11/02/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1813/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1813/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EBV5539	55489295E	5967/0	13/02/2016	203 * V
IIM9722	55724104E	6050/1	24/01/2016	208
MCK1235	55724370E	5185/1	20/02/2016	167
MLR9530	55721915E	5550/0	16/01/2016	181 * XVIII
QHM2984	55489222E	5967/0	22/01/2016	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1816/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1816/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL1738	55723313E	6610/2	28/01/2016	230 * VII
ALK2882	55723389E	5118/0	25/01/2016	164 c/c 162 * I
ALK2882	55723796E	5010/0	25/01/2016	162 * I
LZH3019	55724275E	6599/2	30/01/2016	230 * V
MAL7895	55724157E	6912/0	24/01/2016	232
MBC1211	55489330E	5010/0	19/02/2016	162 * I
MBC1211	55489331E	6912/0	19/02/2016	232
MBC1211	55489332E	6726/1	19/02/2016	230 * XVIII
MBL1357	55724084E	5045/0	25/01/2016	162 * V
MEC6025	55723312E	6912/0	28/01/2016	232
MGX6821	55724256E	6602/0	24/01/2016	230 * VI
MGX6821	55724257E	6408/0	24/01/2016	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JOSE KLOCK

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1817/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1817/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIF5164	55489306E	6785/2	28/01/2016	231 * II * a
CSA5991	55489257E	5185/1	28/01/2016	167
CWH3377	55489342E	5452/2	23/02/2016	181 * VIII
LXS3274	55489380E	5509/0	02/03/2016	181 * XIII
LYT4797	55489372E	7366/2	01/03/2016	252 * VI
MAA8242	55489273E	5185/1	05/02/2016	167
MFL4574	55489382E	5525/0	02/03/2016	181 * XV
MJT2117	55722013E	5193/0	02/02/2016	168
MJT2117	55723853E	5827/0	02/02/2016	194
MLW2367	55723314E	5924/1	28/01/2016	203 * I
MMM9092	55489259E	5452/1	29/01/2016	181 * VIII
QHL3313	55489379E	5525/0	02/03/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 330/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 330/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHY2739	8789059609	7455/0	21/02/2016	218 * I
ANS2166	8789059576	7455/0	17/02/2016	218 * I
APR5496	8789059588	7455/0	19/02/2016	218 * I
DMS2081	8789058520	7455/0	16/01/2016	218 * I
FGQ2585	8789059586	7455/0	19/02/2016	218 * I
MAI6216	8789058244	7455/0	09/01/2016	218 * I
MAI6216	8789058252	7455/0	10/01/2016	218 * I
MAW8219	8789059593	7455/0	20/02/2016	218 * I
MBZ3772	8789058314	7455/0	11/01/2016	218 * I
MCO1104	8789059530	7455/0	13/02/2016	218 * I
MCQ1055	8789059595	7455/0	20/02/2016	218 * I
MEN6182	8789058366	7455/0	12/01/2016	218 * I
MFF1717	8789059605	7471/0	21/02/2016	218 * III
MFJ8454	8789059510	7455/0	12/02/2016	218 * I
MHL2926	8789059587	7455/0	19/02/2016	218 * I
MIT4362	8789059616	7455/0	21/02/2016	218 * I
MIW4984	8789059527	7463/0	13/02/2016	218 * II
MJD4530	8789059607	7455/0	21/02/2016	218 * I
MJT3748	54102213N	5002/0	25/01/2016	257 § 8º
MKF2059	8789059486	7455/0	10/02/2016	218 * I
OFC2837	8789058655	7455/0	30/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 332/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 332/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIO8780	8789058979	7455/0	23/01/2016	218 * I
DAQ9991	8789058584	7455/0	09/01/2016	218 * I
DTS1236	8789058491	7455/0	15/01/2016	218 * I
HOG1871	8789058268	7455/0	10/01/2016	218 * I
HYE9546	8789058332	7455/0	12/01/2016	218 * I
IJT8167	8789058492	7455/0	15/01/2016	218 * I
IMR8883	8789058227	7455/0	09/01/2016	218 * I
IRE3210	8789058662	7455/0	02/02/2016	218 * I
LXC8655	8789058382	7455/0	13/01/2016	218 * I
LXH6698	8789058969	7455/0	23/01/2016	218 * I
LXY3797	8789058340	7463/0	12/01/2016	218 * II
LYF6192	8789058697	7463/0	17/01/2016	218 * II
LYJ9929	8789059249	7455/0	30/01/2016	218 * I
LYJ9929	8789059250	7455/0	30/01/2016	218 * I
LYJ9929	8789059273	7463/0	30/01/2016	218 * II
LYJ9929	8789059368	7455/0	03/02/2016	218 * I
LYJ9929	8789059369	7463/0	03/02/2016	218 * II
LYJ9929	8789059370	7471/0	03/02/2016	218 * III
LYQ7682	8789058756	7455/0	18/01/2016	218 * I
LZM8823	8789058464	7455/0	15/01/2016	218 * I
MAI6216	8789058712	7455/0	17/01/2016	218 * I
MAI6216	8789059196	7455/0	28/01/2016	218 * I
MAI6216	8789059240	7455/0	29/01/2016	218 * I
MAI6216	8789059302	7455/0	31/01/2016	218 * I
MAI6216	8789059347	7455/0	02/02/2016	218 * I
MAI6216	8789059390	7455/0	04/02/2016	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI6216	8789059405	7455/0	05/02/2016	218 * I
MAI6216	8789059444	7455/0	07/02/2016	218 * I
MAI6216	8789059445	7463/0	08/02/2016	218 * II
MAO7275	8789059402	7455/0	05/02/2016	218 * I
MAR6469	8789058548	7463/0	16/01/2016	218 * II
MBH1692	8789057826	7455/0	30/12/2015	218 * I
MBW5189	8789058273	7455/0	10/01/2016	218 * I
MDA2759	8789058510	7455/0	16/01/2016	218 * I
MDF5406	8789058511	7455/0	16/01/2016	218 * I
MDI7453	8789058242	7455/0	09/01/2016	218 * I
MDO1002	8789059007	7455/0	24/01/2016	218 * I
MDO1923	8789058740	7463/0	18/01/2016	218 * II
MEC8538	8789058368	7455/0	13/01/2016	218 * I
MEG5645	8789058286	7455/0	11/01/2016	218 * I
MEN6182	8789058853	7463/0	20/01/2016	218 * II
MET9406	8789058849	7455/0	20/01/2016	218 * I
MFH0459	8789058369	7455/0	13/01/2016	218 * I
MFH6837	8789058403	7455/0	13/01/2016	218 * I
MFK2770	8789058291	7455/0	11/01/2016	218 * I
MFM5057	8789058525	7455/0	16/01/2016	218 * I
MGG0030	8789058430	7455/0	14/01/2016	218 * I
MGG0030	8789058431	7455/0	14/01/2016	218 * I
MGL8719	8789058547	7455/0	16/01/2016	218 * I
MGO0796	8789058359	7455/0	12/01/2016	218 * I
MGV4503	8789059230	7463/0	29/01/2016	218 * II
MHB3523	8789059293	7463/0	31/01/2016	218 * II
MHC9396	8789058410	7455/0	14/01/2016	218 * I
MHS1655	8789058250	7455/0	09/01/2016	218 * I
MHV4257	8789058576	7463/0	16/01/2016	218 * II
MHW9375	8789058363	7455/0	12/01/2016	218 * I
MHZ0024	8789058293	7463/0	11/01/2016	218 * II
MIG6682	8789058316	7455/0	11/01/2016	218 * I
MIL9821	8789058541	7455/0	16/01/2016	218 * I
MIT1055	8789059466	7463/0	09/02/2016	218 * II
MIZ9003	8789058311	7455/0	11/01/2016	218 * I
MJF1859	54105232N	5002/0	02/02/2016	257 § 8º
MJH5995	8789058334	7455/0	12/01/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJK1916	8789058706	7455/0	17/01/2016	218 * I
MJP7682	8789058296	7455/0	11/01/2016	218 * I
MJZ8605	8789058831	7455/0	20/01/2016	218 * I
MKD4171	8789058987	7455/0	23/01/2016	218 * I
MKJ5925	8789058496	7455/0	15/01/2016	218 * I
MKN2341	8789058515	7455/0	16/01/2016	218 * I
MKO3490	8789058732	7455/0	18/01/2016	218 * I
MKV7956	8789058228	7455/0	09/01/2016	218 * I
MLD1670	8789058824	7455/0	20/01/2016	218 * I
MLH7302	8789058499	7455/0	15/01/2016	218 * I
MLS4507	8789059029	7455/0	24/01/2016	218 * I
MLS4757	8789057851	7455/0	31/12/2015	218 * I
MLW4337	8789059171	7463/0	28/01/2016	218 * II
MML3565	8789058752	7455/0	18/01/2016	218 * I
NNJ9891	8789058599	7455/0	13/01/2016	218 * I
NZH5468	8789058477	7455/0	15/01/2016	218 * I
OKE4329	8789058479	7455/0	15/01/2016	218 * I
QHD5690	8789058986	7455/0	23/01/2016	218 * I
QIA9009	54095495N	5002/0	07/01/2016	257 § 8º
QIL0110	8789058249	7455/0	09/01/2016	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 334/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 334/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF1536	8789059639	7455/0	22/02/2016	218 * I
ACP8806	8789058957	7455/0	23/01/2016	218 * I
AJO7344	8789058716	7455/0	17/01/2016	218 * I
AKM7812	8789059691	7455/0	27/02/2016	218 * I
AMG3598	8789058675	7463/0	17/01/2016	218 * II
AMN2010	8789059440	7455/0	07/02/2016	218 * I
APN5254	8789059662	7455/0	25/02/2016	218 * I
ARG1496	8789059416	7455/0	05/02/2016	218 * I
AYQ0066	8789059355	7455/0	03/02/2016	218 * I
CFT4375	8789058767	7455/0	18/01/2016	218 * I
CFT4375	8789059666	7455/0	25/02/2016	218 * I
CMH9413	8789058715	7455/0	17/01/2016	218 * I
COH9687	8789058774	7455/0	19/01/2016	218 * I
DGQ1046	8789058836	7455/0	20/01/2016	218 * I
DMZ4498	8789059020	7455/0	24/01/2016	218 * I
DOD5533	8789058763	7455/0	18/01/2016	218 * I
DXB9959	8789059105	7455/0	25/01/2016	218 * I
DYB2996	8789059106	7455/0	25/01/2016	218 * I
EKZ3453	8789058676	7455/0	17/01/2016	218 * I
EUE1087	54114346N	5002/0	08/03/2016	257 § 8º
EYB9457	8789059714	7463/0	29/02/2016	218 * II
FLA6450	54114340N	5002/0	08/03/2016	257 § 8º
INB8016	8789058892	7455/0	21/01/2016	218 * I
KEP7922	8789058806	7455/0	19/01/2016	218 * I
KXM3482	8789059475	7471/0	09/02/2016	218 * III
KXX4618	8789059068	7463/0	25/01/2016	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LBJ1397	8789058856	7455/0	21/01/2016	218 * I
LCN3952	8789059291	7455/0	31/01/2016	218 * I
LNI6178	8789059648	7455/0	23/02/2016	218 * I
LVN3622	8789059173	7455/0	28/01/2016	218 * I
LWU4497	8789059052	7455/0	24/01/2016	218 * I
LWU4497	8789059271	7463/0	30/01/2016	218 * II
LWY6732	8789059110	7455/0	26/01/2016	218 * I
LWZ8828	8789059220	7455/0	29/01/2016	218 * I
LXB4464	8789059380	7455/0	04/02/2016	218 * I
LXT2424	8789059334	7455/0	02/02/2016	218 * I
LYC0821	8789059660	7455/0	24/02/2016	218 * I
LYN9159	8789059028	7455/0	24/01/2016	218 * I
LYQ5173	8789058927	7455/0	22/01/2016	218 * I
LYQ8989	8789059511	7455/0	12/02/2016	218 * I
LZB8278	8789058805	7455/0	19/01/2016	218 * I
MAE1606	8789059301	7455/0	31/01/2016	218 * I
MAJ2213	8789059706	7455/0	28/02/2016	218 * I
MAL5404	8789058990	7455/0	23/01/2016	218 * I
MAL8252	8789059703	7455/0	28/02/2016	218 * I
MAM5980	8789058972	7455/0	23/01/2016	218 * I
MAO5177	8789059464	7455/0	09/02/2016	218 * I
MBE5116	8789058686	7455/0	17/01/2016	218 * I
MBG7703	8789059152	7455/0	27/01/2016	218 * I
MBJ8867	8789058705	7455/0	17/01/2016	218 * I
MBK8685	8789059398	7455/0	05/02/2016	218 * I
MBU0870	8789059680	7455/0	26/02/2016	218 * I
MBU4557	8789059042	7455/0	24/01/2016	218 * I
MCB7730	8789059172	7455/0	28/01/2016	218 * I
MCB8014	8789058928	7463/0	22/01/2016	218 * II
MCT5482	8789059452	7455/0	08/02/2016	218 * I
MCY9619	8789059272	7455/0	30/01/2016	218 * I
MDA7155	8789058810	7455/0	19/01/2016	218 * I
MDO1010	8789059633	7455/0	22/02/2016	218 * I
MDP3753	8789059700	7455/0	28/02/2016	218 * I
MDY1068	8789059502	7455/0	11/02/2016	218 * I
MEJ2084	8789058899	7455/0	21/01/2016	218 * I
MEL5798	8789059722	7455/0	29/02/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN3747	8789059707	7463/0	29/02/2016	218 * II
MEO2619	8789059290	7455/0	31/01/2016	218 * I
MES3848	8789059724	7455/0	29/02/2016	218 * I
MFG2877	8789059251	7455/0	30/01/2016	218 * I
MFM6929	8789059631	7455/0	22/02/2016	218 * I
MFO1964	8789058884	7455/0	21/01/2016	218 * I
MFR2961	8789059404	7455/0	05/02/2016	218 * I
MFS2549	8789058722	7455/0	17/01/2016	218 * I
MFZ6777	8789059323	7471/0	01/02/2016	218 * III
MGE6806	8789058451	7455/0	15/01/2016	218 * I
MGF4570	8789059102	7455/0	25/01/2016	218 * I
MGG5003	8789059095	7455/0	25/01/2016	218 * I
MGJ3248	8789058857	7455/0	21/01/2016	218 * I
MGL1061	8789059395	7455/0	05/02/2016	218 * I
MGL2916	8789058863	7455/0	21/01/2016	218 * I
MGN7853	8789059705	7455/0	28/02/2016	218 * I
MGS3837	8789059145	7455/0	27/01/2016	218 * I
MGT2220	8789059119	7455/0	26/01/2016	218 * I
MGU3534	8789059669	7455/0	25/02/2016	218 * I
MGV0254	8789059652	7455/0	24/02/2016	218 * I
MHF8481	8789059182	7455/0	28/01/2016	218 * I
MHM1017	8789059373	7455/0	03/02/2016	218 * I
MHZ9562	8789058797	7455/0	19/01/2016	218 * I
MIB3648	54114335N	5002/0	08/03/2016	257 § 8º
MIF2072	8789059139	7455/0	26/01/2016	218 * I
MIG3207	8789058778	7455/0	19/01/2016	218 * I
MII1165	8789058790	7455/0	19/01/2016	218 * I
MIK1156	8789059177	7455/0	28/01/2016	218 * I
MIM9431	8789058905	7463/0	22/01/2016	218 * II
MIM9431	8789059104	7463/0	25/01/2016	218 * II
MIN2873	8789058581	7455/0	16/01/2016	218 * I
MIR0970	8789058834	7455/0	20/01/2016	218 * I
MIT6770	8789058357	7455/0	12/01/2016	218 * I
MIX3414	8789058833	7455/0	20/01/2016	218 * I
MIX4461	54105231N	5002/0	02/02/2016	257 § 8º
MIZ5312	8789059003	7455/0	23/01/2016	218 * I
MJD9395	54105233N	5002/0	02/02/2016	257 § 8º

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJE0681	8789058993	7455/0	23/01/2016	218 * I
MJF1825	8789058391	7455/0	13/01/2016	218 * I
MJL4564	8789059242	7455/0	30/01/2016	218 * I
MJO6384	8789059424	7455/0	06/02/2016	218 * I
MJV8950	8789059635	7455/0	22/02/2016	218 * I
MJY0979	54105229N	5002/0	02/02/2016	257 § 8º
MKD2516	8789059257	7455/0	30/01/2016	218 * I
MKH5919	8789058701	7455/0	17/01/2016	218 * I
MKI3304	8789058958	7455/0	23/01/2016	218 * I
MKK0674	8789059239	7455/0	29/01/2016	218 * I
MKQ8009	8789058804	7455/0	19/01/2016	218 * I
MKS0314	8789058745	7455/0	18/01/2016	218 * I
MLB7273	8789059204	7455/0	29/01/2016	218 * I
MLC0818	8789059055	7455/0	24/01/2016	218 * I
MLJ0407	8789058281	7455/0	11/01/2016	218 * I
MLJ5931	8789059306	7455/0	01/02/2016	218 * I
MLQ0621	8789059339	7455/0	02/02/2016	218 * I
MLS7976	8789058771	7455/0	19/01/2016	218 * I
MLU5533	8789058750	7455/0	18/01/2016	218 * I
MLY8889	54114345N	5002/0	08/03/2016	257 § 8º
MMA6776	8789058559	7455/0	16/01/2016	218 * I
MMI6864	8789058954	7455/0	23/01/2016	218 * I
MMJ4211	8789059329	7455/0	01/02/2016	218 * I
MMK3491	8789058775	7463/0	19/01/2016	218 * II
MMK4535	8789058683	7463/0	17/01/2016	218 * II
MMM9092	8789059310	7455/0	01/02/2016	218 * I
NFC9666	8789059269	7455/0	30/01/2016	218 * I
QHD8389	8789058779	7455/0	19/01/2016	218 * I
QHW2871	8789059437	7455/0	07/02/2016	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 336/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 336/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACK3942	8789059561	7463/0	16/02/2016	218 * II
BPA3671	8789058901	7455/0	21/01/2016	218 * I
CHA9837	8789059710	7455/0	27/02/2016	218 * I
CNY1663	8789058607	7455/0	16/01/2016	218 * I
DGN7738	8789059627	7455/0	19/02/2016	218 * I
JTO6472	8789059503	7455/0	11/02/2016	218 * I
KWQ2423	54114533N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
LXQ7724	8789059555	7455/0	15/02/2016	218 * I
LXV2696	54114552N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
LYH2201	8789059699	7463/0	28/02/2016	218 * II
LYK4190	8789059482	7455/0	10/02/2016	218 * I
LZK3772	8789059600	7455/0	20/02/2016	218 * I
MAW8620	54114522N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MCT0198	8789059554	7455/0	15/02/2016	218 * I
MDG7772	54114523N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MDZ7667	8789058825	7455/0	20/01/2016	218 * I
MEA7415	8789059492	7455/0	10/02/2016	218 * I
MFW3946	8789059054	7455/0	24/01/2016	218 * I
MGK9842	54114521N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MGK9842	54114553N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MHU6716	8789059494	7455/0	10/02/2016	218 * I
MHZ4677	8789059528	7455/0	13/02/2016	218 * I
MIP2933	54114519N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MIQ0697	54114511N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MIQ9695	8789059256	7455/0	30/01/2016	218 * I
MIS0288	54114507N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIZ2798	54114518N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MIZ2798	54114549N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MJG8367	54114531N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MJK7848	8789059523	7455/0	13/02/2016	218 * I
MJM8920	54114514N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MJN1921	8789059501	7455/0	11/02/2016	218 * I
MJP6137	8789059073	7455/0	25/01/2016	218 * I
MKG1397	54114548N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MKL4033	54115954N	5002/0	15/03/2016	257 § 8º
MKR9789	8789059480	7455/0	10/02/2016	218 * I
MLD6952	54114509N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MLN0807	54114540N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MLO4646	54114544N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MMA0394	54114513N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MMJ9059	54114539N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MMJ9059	54114551N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MVC4191	8789059521	7455/0	13/02/2016	218 * I
PVY9599	54115947N	5002/0	15/03/2016	257 § 8º
QHI6755	8789059493	7455/0	10/02/2016	218 * I
QHJ0963	8789059150	7455/0	27/01/2016	218 * I
QHP2258	54114542N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
QHR5665	54114528N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 338/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 338/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CBN1969	8789059606	7455/0	21/02/2016	218 * I
HSX4146	8789059167	7455/0	28/01/2016	218 * I
LXV8586	8789059584	7455/0	18/02/2016	218 * I
LYW9230	54114534N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
LYW9230	54114545N	5002/0	14/03/2016	257 § 8º
MAM5314	8789059186	7463/0	28/01/2016	218 * II
MDL9225	8789059571	7455/0	15/02/2016	218 * I
MDY6846	8789059601	7455/0	20/02/2016	218 * I
MEA2131	8789059574	7455/0	17/02/2016	218 * I
MEA3183	8789059577	7455/0	17/02/2016	218 * I
MHM2941	8789059583	7455/0	18/02/2016	218 * I
MIE1515	8789059604	7455/0	20/02/2016	218 * I
MIF2072	8789059598	7463/0	20/02/2016	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 340/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 340/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CJM3265	8789059634	7455/0	22/02/2016	218 * I
LXB4464	8789059656	7455/0	24/02/2016	218 * I
MHH3533	8789059641	7455/0	22/02/2016	218 * I
MIY4600	8789059651	7455/0	24/02/2016	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 15 DE ABRIL DE 2016

JAISON CARDOSO DE AGUIAR
DIRETOR DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL CREDENCIAMENTO 001/2015 - HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Vistos, etc.

Recebidos os autos do procedimento de inexigibilidade de licitação autorizado pelo Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, transcorre segundo a legislação em vigor e as regras do Edital.

O procedimento foi amplamente divulgado, com publicação do Edital no Mural deste Poder, no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e no site da Câmara Municipal de Indaial. Além disso, foi encaminhado o Aviso de Credenciamento às empresas jornalísticas que sabidamente possuem jornais com circulação no Município de Indaial.

Acudiu ao procedimento a empresa Carlos Alberto Schroeder – ME, CNPJ 24.277.008/0001-68, nome fantasia: Jornal A Cidade, a qual fez juntar aos autos toda a documentação exigida, culminando com a decisão da Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº 005/2016, que julgou a referida empresa habilitada e qualificada a firmar o contrato de credenciamento. Publicada a decisão da Comissão de Licitação vieram os autos para deliberação.

Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, e declinado do prazo de recurso da decisão da Comissão de Licitação, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015, Edital de Credenciamento nº 001/2015, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação, conforme ata do dia 14/04/2016, e o procedimento que se cogita até esta fase.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor da empresa Carlos Alberto Schroeder – ME, CNPJ 24.277.008/0001-68, nome fantasia: Jornal A Cidade, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por ½ página, ou R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por 1 página, de publicação, eis que o citado Jornal enquadra-se nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2015, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015.

Sigam-se os ulteriores termos.
Publique-se.

Câmara Municipal de Indaial, em 15 de abril de 2016.
Anderson Luz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

PROCESSO LICITATÓRIO 11/2016 - TERMO DE DISPENSA 09/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 011/2016
Objeto: Suprimentos de Impressora

PROCESSO LICITATÓRIO 011/2016
TERMO DE DISPENSA 009/2016

DATA DE EMISSÃO: 15/04/2016
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 10.520/02; Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93;
OBJETO: Aquisição de suprimentos de impressora para da Câmara Municipal de Indaial.
UNIDADE REQUISITANTE: Câmara Municipal de Indaial.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Dúvidas ou Informações serão esclarecidas na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial, nos horários: das 08h30 às 20h30, ou através do Telefone: (47) 33806900; ou através do e-mail: secretaria@camaraindaial.sc.gov.br. O Edital na íntegra poderá ser adquirido no mesmo local e horário, ou através do site: www.camaraindaial.sc.gov.br.

Vereador Anderson Luz dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 15 de abril de 2016.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 11/2016 - TERMO DE DISPENSA 09/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE
Câmara Municipal de Indaial
SECRETARIA REQUISITANTE
Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial
Processo Licitatório: 011/2016
Objeto: Suprimentos de Impressora

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Fica através deste, adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 011/2016 – Termo de Dispensa nº 009/2016 consoante termo anexo.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 15 de abril de 2016.

TERMO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 11/2016 - TERMO DE DISPENSA 09/2016

UNIDADE GESTORA REQUISITANTE

Câmara Municipal de Indaial

SECRETARIA REQUISITANTE

Secretaria Geral da Câmara Municipal de Indaial

Processo Licitatório: 011/2016

Objeto: Suprimentos de Impressora

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o Termo de Dispensa, em anexo,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante do documento anexado, considerando o objeto do Processo Licitatório nº 011/2016 – Termo de Dispensa nº 009/2016: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA JÚNIOR - ME, com o valor total de R\$4.526,00 (quatro mil quinhentos e vinte e seis reais), para a aquisição de suprimentos de impressora para a Câmara Municipal de Indaial.

ANDERSON LUZ DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Indaial

Indaial (SC), 15 de abril de 2016.

INDAPREV - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC

PORTARIA INDAPREV Nº 16/16

PORTARIA/INDAPREV Nº 16/16

. De 15 de abril de 2016

Retifica Portaria n. 15/16 - Concede Aposentadoria Voluntaria por idade e por tempo de Contribuição á SARITA REGINA BERRI KAESTNER

SALVADOR BASTOS, Presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial - INDAPREV, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o previsto no artigo 66, inciso VII, da Lei Complementar nº 64, de 21 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 102, de 16 de julho de 2010, art. 2º § 1º inciso I da Emenda Constitucional nº 41/03 e demais dispositivos em vigor, RESOLVE:

Art.1º – Fica retificado a portaria n. 15/16 que concede aposentadoria Voluntária por idade e por tempo de contribuição a servidora Sarita Regina Berri Kaestner, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Conceder, aposentadoria Especial de Magistério, a partir de 01 de abril de 2016, a servidora Sarita Regina Berri Kaestner, ocupante do cargo de PROFESSORA C – 40HRS, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - A aposentadoria de que trata o artigo 1º desta Portaria, está com base no artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial/SC em 15 de Abril de 2016.

SALVADOR BASTOS

Presidente

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 20/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 20/2016 para serviços de fonoaudiologia. A abertura das propostas se dará no dia 03/05/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 15 de abril de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA N°. 158/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A ANDRESSA LUCIA CESCO, matrícula 1668, Licença Prêmio de 20 dias, relativa ao período aquisitivo de 2010 a 2015, e gozo de 19/04/2016 a 08/05/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 19 de Abril de 2016.

Ipumirim - SC, 15 de Abril de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2983/2016

Decreto nº 2.983/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR ESPECIAL POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 245.454,54 (Duzentos e Quarenta e Cinco Mil Quatrocentos e Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
1.006 – Pavimentação de Ruas, Ciclovia e Rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.0255 (92)	Aplicações Diretas	R\$ 245.454,54

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 255 – Recursos Transferências da União, contrato de repasse 819790/2015 Ministério das Cidades/Caixa.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 14 de abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016

EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N.º 001/2016.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições, faz saber aos moradores e proprietários de imóveis com testada frontal para a Rua Mato Grosso, neste Município, e que nos termos da Lei Complementar n.º 034/07, e em conformidade com Edital de Contribuição de Melhoria nº 01/2014, e demais disposições legais aplicáveis, passa a vigorar o prazo legal do lançamento da contribuição de melhoria, com referência as obras de pavimentação com lajotas sextavadas na referida rua. Em obediência ao mesmo diploma legal, discrimina abaixo a delimitação das áreas com relação dos beneficiários, memorial descritivo, custo da obra e parcela para ressarcimento, conforme as normas gerais de direito tributário.

1. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DIRETA E INDIRETAMENTE BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS NELA COMPREENDIDOS.

1.1 - A obra de pavimentação encontra-se delimitada por uma faixa de 148,00 m (centro e quarenta e oito metros) com início na Rua Santa Catarina, localizada no centro e término no Arroio Monjolo, neste Município, com a indicação do nome do contribuinte, indicação fiscal, testada, área beneficiada e valor relacionados no Item 3.

2. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

2.1 - A parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, conforme planilha de custo de material e mão de obra em anexo, fica distribuída da seguinte forma: R\$ 104.655,82 (cento e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) divididos por 1.340,00 m² (um mil, trezentos e quarenta metros quadrados), referente a medida de frente e área de cada um, com valor unitário por metro quadrado de R\$ 78,10 (setenta e oito reais e dez centavos), devido ao fator de absorção do item 5.0.

2.2 - N.º de prestações a serem recolhidas: em 36 parcelas mensais e consecutivas; onde as parcelas serão calculadas dentro do limite de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor da UFRM's vigente no ato do requerimento por parcela, em conformidade com Lei Complementar 034/2007 e seu artigo 14º.

2.3 - As receitas provenientes da cobrança da Contribuição de Melhoria pagas em parcela única, e as receitas provenientes de parcelamento, serão classificadas nas rubricas específicas do Orçamento Municipal;

2.4 - No caso de quitação até o vencimento do tributo de Contribuição de Melhoria em parcela única até 15 de junho de 2016, o contribuinte terá direito a um desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado da contribuição.

2.5 - Em opção ao parcelamento com vencimento em 15 de junho de 2016 será utilizado o valor acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária anual;

2.6 - Em caso de pagamento posterior ao vencimento, será acrescido 1% (um por cento) de juros ao mês mais 2% (dois por cento) de multa sobre o valor já vencido.

3. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS						
NOME	INSCRIÇÃO	TESTADA	VALOR VENAL	VALORIZAÇÃO	ÁREA	CÁLCULO
	IMOBILIÁRIA	(m)	BASE PLANTA	IMOBILIÁRIA	PAVIMENTADA	CME POR
			DE VALORES	20%(limite ind.	(m²)	IMÓVEL
			LC 034/2007	da CME		
LADI JUNG BINDER	1.1.54.0.0160.0.001	28,00	R\$ 89.343,00	R\$ 17.868,60	140,00	R\$ 31.101,34
SORAIA LOPES	1.1.54.0.0113.0.001	17,00	R\$ 54.243,00	R\$ 10.848,60	85,00	R\$ 18.882,96
ROSANGELA M.H. MACHADO	1.1.54.0.0096.0.001	35,00	R\$ 111.678,00	R\$ 22.335,60	175,00	R\$ 38.876,68
SILMARA M. CORREIA	1.1.54.0.0060.0.001	16,67	R\$ 53.190,00	R\$ 10.638,00	83,35	R\$ 18.516,41
AUREA RUCKL	1.1.54.0.0043.0.001	51,33	R\$ 131.026,00	R\$ 26.205,20	256,65	R\$ 57.015,42
SILVIO CRISTOFOLINI	1.1.55.0.0324.0.001	30,00	R\$ 107.235,00	R\$ 21.447,00	150,00	R\$ 33.322,86
SILVIO CRISTOFOLINI	1.1.55.0.0339.0.001	15,00	R\$ 99.447,00	R\$ 19.889,40	75,00	R\$ 16.661,43
SILVIO CRISTOFOLINI	1.1.55.0.0391.0.001	15,00	R\$ 99.447,00	R\$ 19.889,40	75,00	R\$ 16.661,43
ENORI SÉRGIO MONTOSKI	1.1.55.0.0581.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
ENORI SÉRGIO MONTOSKI	1.1.55.0.0586.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
LAÉRCIO JOSÉ MONTOSKI	1.1.55.0.0611.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
NOELI RINCÃO ROSINSKI	1.1.55.0.0666.0.001	15,00	R\$ 106.359,00	R\$ 21.271,80	75,00	R\$ 16.661,43
TOTAIS					1340,00	R\$ 297.684,25

4. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE COM DESCONTO- RECURSO FEDERAL				
NOMES		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA	VALOR FINAL DA
			CME POR IMÓVEL	CME POR IMÓVEL
			SEM DESCONTO	C/ DESCONTO DE 50%
LADI JUNG BINDER		1.1.54.0.0160.0.001	R\$ 17.868,60	R\$ 8.934,30
SORAIA LOPES		1.1.54.0.0113.0.001	R\$ 10.848,60	R\$ 5.424,30
ROSANGELA M.H. MACHADO		1.1.54.0.0096.0.001	R\$ 22.335,60	R\$11.167,80
SILMARA M. CORREIA		1.1.54.0.0060.0.001	R\$ 10.638,00	R\$ 5.319,00
AUREA RUCKL		1.1.54.0.0043.0.001	R\$ 26.205,20	R\$13.102,60
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0324.0.001	R\$ 21.447,00	R\$10.723,50
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0339.0.001	R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0391.0.001	R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
ENORI SÉRGIO MONTOSKI		1.1.55.0.0581.0.001	R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
ENORI SÉRGIO MONTOSKI		1.1.55.0.0586.0.001	R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
LAÉRCIO JOSÉ MONTOSKI		1.1.55.0.0611.0.001	R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72
NOELI RINCÃO ROSINSKI		1.1.55.0.0666.0.001	R\$ 16.661,43	R\$ 8.330,72

5. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA POR CONTRIBUINTE				
NOMES		INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	VALOR FINAL DA	VALOR EM COTA ÚNICA
			CME POR IMÓVEL	CME POR IMÓVEL
			SEM DESCONTO	C/ DESCONTO DE 20%
LADI JUNG BINDER		1.1.54.0.0160.0.001	R\$ 8.934,30	R\$ 7.147,44
SORAIA LOPES		1.1.54.0.0113.0.001	R\$ 5.424,30	R\$ 4.339,44
ROSANGELA M.H. MACHADO		1.1.54.0.0096.0.001	R\$ 11.167,80	R\$ 8.934,24
SILMARA M. CORREIA		1.1.54.0.0060.0.001	R\$ 5.319,00	R\$ 4.255,20
AUREA RUCKL		1.1.54.0.0043.0.001	R\$ 13.102,60	R\$10.482,08
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0324.0.001	R\$ 10.723,50	R\$ 8.578,80
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0339.0.001	R\$ 8.330,72	R\$ 6.664,58
SILVIO CRISTOFOLINI		1.1.55.0.0391.0.001	R\$ 8.330,72	R\$ 6.664,58
ENORI SÉRGIO MONTOSKI		1.1.55.0.0581.0.001	R\$ 8.330,72	R\$ 6.664,58
ENORI SÉRGIO MONTOSKI		1.1.55.0.0596.0.001	R\$ 8.330,72	R\$ 6.664,58
LAÉRCIO JOSÉ MONTOSKI		1.1.55.0.0611.0.001	R\$ 8.330,72	R\$ 6.664,58
NOELI RINCÃO ROSINSKI		1.1.55.0.0666.0.001	R\$ 8.330,72	R\$ 6.664,58

6. IMPUGNAÇÃO E RECLAMAÇÃO

6.1 - Ficam cientes os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo para impugnação e reclamação dos itens acima mencionados é de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital. No caso de impugnação e reclamação os contribuintes deverão dirigir-se a Secretaria da Fazenda do Município.

Irineópolis – SC, 08 de abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2016

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de maio de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "Pavimentação da Rua Guanabara – Trecho I, em uma extensão de 124,00 m, contemplando serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação da via em lajotas de concreto hexagonal, com colocação de meio fio e construção de calçadas em paver, de acordo com os projetos, planilha orçamentária e memorial descritivo". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 15 de abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2016

PORTARIA Nº 094/2016.

CONSTITUI COMISSÃO DE TESTE SELETIVO, DESIGNA MEMBROS PARA A SUA COMPOSIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001 e amparado nas disposições da Lei Complementar nº 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - Constituir Comissão para acompanhar e coordenar todas as etapas relativas ao Teste Seletivo Edital nº 001/2016/PMI, para a seleção de servidores a serem admitidos em estrita observância a Lei Complementar nº 064/2013, para desenvolverem atividades em caráter temporário, nos seguintes cargos:

1. Técnico de Enfermagem (Secretaria Municipal da Saúde);
2. Técnico de Enfermagem para ESF (Programa Estratégia Saúde da Família);
3. Técnico de Enfermagem (Hospital Municipal Bom Jesus);
4. Motorista.

Art. 2º - Designar os servidores Daniela Aparecida Fritzen Randig, Cristiane Krüger, Igor Daniel dos Santos e Maria Laura Binder Lima para comporem a referida comissão sob a presidência da primeira.

Art. 3º - Os membros ora designados são responsáveis pelo acompanhamento coordenação e supervisão de todos os atos relativos ao Teste Seletivo para Contratação Temporária, inclusive pela seleção e classificação dos candidatos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 15 de Abril de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 12/2016

Portaria Nº 12/2016

VALDIR MARAFIGO, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo no dia 22 de Abril de 2016 (sexta-feira), no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 18 de Abril de 2016.

Valdir Marafigo

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016, CONCORRÊNCIA Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência, no dia 19 de maio de 2016, visando à contratação de empresa para implantação e pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., trecho Linha Nova Santa Cruz à Itá entre o quilometro 4+550 e o quilometro 5+587,950, compreendendo: terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 19 de maio de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 15 de abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 036/20165

Decreto nº 036/2015, de 11 de Abril 2016.

"Estabelece e regulamenta o Calendário Fiscal do Município de Itá, previsto no art. 315 da Lei Complementar nº. 105, de 10 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial com o previsto na Lei Complementar nº 105/2013, sua alterações posteriores e de conformidade com o inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º O pagamento dos tributos compreendendo impostos, taxas e demais serviços previstos na Lei Complementar 105/2013, que não possuem datas estabelecidas para seus devidos recolhimentos, nos seus respectivos artigos de criação e regulamentação, terão seus vencimentos e/ou prazos previstos para recolhimento, estabelecidos neste decreto.

I – O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e demais taxas e serviços cobrados conjuntamente:

a) parcela única "UM", com desconto de 15%, pagamento até o dia 15 de julho; ou

b) em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas no seguintes vencimentos:

- 1ª parcela dia 15 de julho;
- 2ª parcela dia 15 de agosto;
- 3ª parcela dia 15 de setembro;
- 4ª parcela dia 15 de outubro; e
- 5ª parcela dia 15 de novembro.

II – O Imposto Sobre Serviços – ISS, devido ao Município de Itá, por pessoa física ou jurídica, residente ou não no território do município, terá como último prazo de recolhimento sem acréscimos, o dia 15 do mês subsequente à emissão do documento que o gerou.

III – O Imposto Sobre Serviços – ISS, valor fixo devido por profissional autônomo, previsto no art. 70 da Lei Complementar 105/2013, terá seu vencimento previsto para o dia 31 de março.

IV – O Imposto Sobre Serviços – ISS, valor fixo devido por profissional autônomo, previsto no art. 70 da Lei Complementar 105/2013, lançado a partir da liberação do primeiro alvará de funcionamento, terá seu vencimento previsto para 30 (trinta) dias após seu lançamento, ficando o início da atividade vinculado ao seu pagamento.

V – A taxa de Localização, Instalação e Funcionamento, lançada a partir da liberação do primeiro Alvará provisório ou definitivo de funcionamento, terá seu vencimento previsto para 30 (trinta) dias após seu lançamento, ficando o início da atividade vinculada ao seu pagamento, inclusive as taxas geradas por ocasião do previsto no Art. 127 da Lei Complementar 105/2013.

VI – A taxa referente à renovação do Alvará de Localização e Funcionamento lançada no primeiro dia útil de cada exercício, terá seu vencimento previsto para o dia 31 de março.

VII – A taxa referente à liberação do primeiro Alvará Sanitário, terá seu vencimento previsto para até 30 (trinta) dias a contar do início das atividades. (Art. 161 da Lei Complementar 105/2013).

VIII – A taxa referente à renovação do Alvará Sanitário, lançada no primeiro dia útil de cada exercício terá seu vencimento previsto para o dia 31 de março.

IX – A taxa de Expediente e Serviços Diversos, será lançada na ocasião em que o ato for praticado e/ou em que for expedido, fornecido, ou devolvido o documento ou instrumento que ateste a realização do serviço e paga no ato ou, com vencimento previsto para 30 (trinta) dias da emissão do Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Art. 2º Para o recolhimento de qualquer crédito que o município lançar contra seus contribuintes, deverá emitir o Documento de Arrecadação Municipal – DAM, contendo a identificação do contribuinte e no mínimo o valor a ser pago, a data de vencimento, a que se refere e aonde pode ser recolhido.

Art. 3º Todo tipo de pagamento feito em favor do município de Itá, deverá ser procedida através de agência bancária devidamente credenciada e conveniada junto à municipalidade.

Art. 4º O Documento de Arrecadação Municipal – DAM, que terá o seu vencimento coincidindo com o dia em que não tiver expediente bancário (feriado ou final de semana), poderá ser pago no primeiro dia útil subsequente, sem acréscimos.

Art. 5º O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 036/2015, de 02 de junho de 2015.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá-SC., em 14 de abril 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 037/2016

DECRETO nº 037, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento ECONÔMICO - CMDE e dá outras providências.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o artigo 69, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº 2.299 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE do Município de Itá, nos termos dos Artigos 9º e 10 da Lei Municipal nº 2.299 de 04 de dezembro de 2013, para mandato de dois anos, a contar desta data, cuja composição será a seguinte:

I – 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal:

Titulares: - Jair Francisco Moshetta

- Elton José Thomas

- Marta Inês Bender Sartoretto

- Vanessa Damo Curtarelli

Suplentes: - Leocir Haach

- Julcimar Zotti

- Delso Minski

- Ezequiel Marcos Farina Andreolla

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal:

Titular: Célio Roberto Streck

Suplente: Sheila Sunti

III – 01 (um) representante das Associações de Bairros/Moradores:

Titular: Gelson Richter

Suplente: Rafael Taffarel

IV – 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:

Titular: Mario Gabriel

Suplente: Claudio Bernardo Schons

V – 01 (um) representante dos Clubes de Serviços e Voluntários:

Titular: Bernard Wiggers

Suplente: Bernardo Marcus Simon

VI - 01 (um) representante da OAB:

Titular: Diego Paulo Lopes da Silva

Suplente: Luiz Aldredo Sartoretto Hugue

VII - 01 (um) representante das Instituições de Ensino estabelecidas no município:

Titular: Jaqueline Sartoretto

Suplente: Elaine Mirian Corbari Bondan

VIII – 01 (um) representante da ACITA – Associação Comercial e Industrial de Itá:

Titular: Lauri Bernardo Simon

Suplente: Marcia Daltoé

IX - 01 (um) representante da Indústria Familiar Rural de Itá:

Titular: Nilo Brandt

Suplente: Marli de Oliveira

X - 01 (um) representante do Núcleo de Criadores de Suínos de Itá:

Titular: Valdecir Adelar Stentzler

Suplente: Neuro Bach

XI - 01 (um) representante dos Engenheiros Civis e Arquitetos:

Titular: Jucinei Lugarini

Suplente: Jéssica Caneppele

XII – 01 (um) representante dos Contadores estabelecidos em Itá:

Titular: Dione Mara Somensi

Suplente: Jaime Bonatto

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC 11 de abril de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda

EDITAL 002 - PROCESSO SELETIVO 002/2016

Edital 002 do Processo Seletivo 002/2016

CONVOCAÇÃO

Fica convocada a classificada no presente Processo Seletivo, de acordo com a lista abaixo, para comparecer dia 18 de abril de 2016 às 14h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal nº 16, Bairro Vila Gerasaul..

Estagiário

Posição	Nome	Assinatura
03	Monaliza Farias	

Itá, 15 de abril de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

Itapema

PREFEITURA

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 313/2016

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, COMPETÊNCIAS E DAS FINALIDADES

Art. 1º. O Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei 2486, de 12 de junho de 2007 e suas alterações posteriores, é órgão de deliberação coletiva, com atribuições normativa, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora, consultiva, propositiva e de acompanhamento e controle social do financiamento da educação, de forma a assegurar a participação da sociedade civil na fiscalização da aplicação legal e efetiva dos recursos públicos, na construção de diretrizes educacionais e na discussão para definição de políticas educacionais.

§ 1º. O Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) integra-se ao Conselho Municipal de Educação, constituindo uma de suas Câmaras.

§ 2º. O Conselho Municipal de Educação estabelece seus parâmetros de atuação, conforme os preceitos previstos na Lei nº 9.394/96, que dispõem sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o FUNDEB.

§ 3º. O Conselho Municipal de Educação de Itapema será composto por:

I – Câmara do FUNDEB.

II – Câmara Temporária

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação tem como finalidade precípua, colaborar na política municipal de educação buscando o aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino e acompanhando a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Itapema.

Art. 3º. São finalidades específicas do COMED:

I – Elaborar seu regimento interno a ser aprovado em sessão Plenária, bem como promover a sua reformulação quando necessário.

II – Fixar normas nos termos da Lei para:

a) educação infantil e o ensino fundamental;

b) a educação infantil e ensino fundamental destinados aos educandos com necessidades especiais;

c) o ensino fundamental destinado a educação de pessoas jovens e adultas, no âmbito da competência do Sistema Municipal de Ensino;

d) a criação de estabelecimentos públicos de ensino e a utilização dos recursos públicos conforme art. 11, V da LDB (9394/96).

e) autorização de funcionamento, credenciamento e inspeção dos estabelecimentos vinculados ao Sistema Municipal de Ensino;

f) o encerramento das atividades das escolas que estejam ofertando a educação infantil ou o ensino fundamental sob a égide do Sistema Municipal de Ensino de Itapema, desprovida de autorização de funcionamento emitida pelo órgão executor do referido Sistema;

g) o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar dos estabelecimentos públicos municipais;

h) a matrícula e classificação de alunos, em qualquer ano, série ou etapa, exceto para o primeiro ano do ensino fundamental a qual independe de escolarização anterior;

i) a progressão regular, nos termos do art. 24, III da LDB;

j) a progressão continuada, nos termos do art. 32 da LDB;

k) a formação continuada em serviço previsto no § 4º do art. 87 da LDB;

l) Examinar e manifestar-se sobre o relatório de atividades da Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos do Sistema Municipal de Educação;

III – Deliberar sobre:

a) Plano Municipal de Educação, nos termos da legislação vigente;

b) os Regimentos Escolares e os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições educacionais do Sistema Municipal de Ensino;

c) criação de estabelecimentos municipais de ensino;

d) autorizar credenciamento, funcionamento e supervisionar as instituições escolares que integram o Sistema Municipal de Ensino;

e) encerrar, a qualquer tempo, as atividades da unidade escolar que esteja ofertando a educação infantil ou o ensino fundamental sob a égide do Sistema Municipal de Ensino de Itapema, desprovida de autorização de funcionamento pelo órgão executor do referido Sistema;

f) cadastrar as instituições do Sistema Municipal de Ensino;

g) processos sobre ampliação, desativação, mudança de endereço, conservação, fusão, instalação de dualidade administrativa em unidades escolares municipais;

h) medidas que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Ensino, ou propô-las se não for de sua alçada;

i) execução e monitoramento do Plano Municipal de Educação, das propostas pedagógicas educacionais, e, ao término do ano letivo, os dados estatísticos relativos ao ensino no Município;

j) assuntos de natureza técnico-pedagógica, que lhe forem submetidos;

k) competência sobre recursos em relação às decisões das entidades e instituições do Sistema Municipal de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias;

l) convênios, acordos ou contratos relativos a assuntos educacionais, que o Poder Público pretenda celebrar;

m) critérios para fins de obtenção de apoio técnico e financeiro do Poder Público pelas instituições de ensino privadas sem fins lucrativos;

n) intercâmbio com o Sistema de Ensino do Estado, Conselho Nacional de Educação, com os demais Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos, visando à sintonia na consecução da Política Educacional no município;

o) políticas de educação escolar do Município, elaborando propostas para o Plano Municipal de Educação, bem como para as Leis Orçamentárias Anuais e Plurianuais;

p) estudos e pesquisas a fim de contribuir para o desenvolvimento da política de educação no município de Itapema, priorizando a utilização de funcionários efetivos para este fim, tendo como critério a titulação em nível de strictu sensu na condução do processo;

q) regime de colaboração com o Governo Federal, Estado de Santa Catarina, e os municípios, competências e diretrizes para a educação infantil e o ensino fundamental, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

r) ações interconciliais, em regime de colaboração com o Conselho Estadual de Educação para autorizar, credenciar e supervisionar as escolas filantrópicas e privadas que ofereçam educação infantil ou ensino fundamental e médio;

s) o comparecimento de Diretores, técnicos e demais pessoas da área, para prestarem informações ou esclarecimentos, os quais poderão participar de debates sobre matérias em discussão, embora sem direito a voto por meio de requerimento, a Secretaria Municipal de Educação ou a outros órgãos do Sistema Municipal de Ensino;

t) a melhoria da qualidade do ensino, avaliando e sugerindo medidas para a qualidade do fluxo do rendimento escolar;

u) censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV – acompanhar e fiscalizar:

a) a execução orçamentária do município, zelando pelo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, e do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Itapema, em acordo com o art. 69 da Lei Federal nº 9.394/96, avaliando o uso efetivo dos recursos municipais na expansão e desenvolvimento do ensino;

b) a aplicação de recursos destinados ao município, resultantes de transferências de outras instâncias governamentais e de outras fontes;

c) a prioridade da oferta do ensino fundamental e da educação infantil pelo município, nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, art. 11, inciso V;

d) o estabelecimento de critérios e a concessão de bolsas de estudos, em qualquer nível de ensino, a serem custeadas com recursos municipais;

e) a aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao custeio

do ensino em conformidade com o art. 8º da Lei Orgânica Municipal;

f) a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

g) as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007;

h) a aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal dos recursos;

i) cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

j) apresentação à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual/Municipal, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Lei 11.494, de 20 de Junho de 2007;

k) as condições da infraestrutura e dos materiais necessários à execução plena das competências do Conselho, com base no disposto no § 10 do art. 24 da Lei 11.494, de 20 de junho de 2007.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DO COMED

Seção I

Das representações

Art. 4º. O Conselho Municipal de Educação será composto por 15 (quinze) membros titulares, distribuídos da seguinte forma:

a) 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

b) 5 (cinco) representantes dos professores da educação básica pública municipal, sendo 2 (dois) para representar a Educação Infantil e 3 (três) para representar a o Ensino Fundamental;

c) 2 (dois) representantes dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes das/os especialistas (orientadoras/es, supervisores/as e/ou articuladores educacionais)

f) 1 (um) professor da modalidade EJA.

g) 1 (um) professor representante da modalidade de Educação Inclusiva.

h) 1 (um) representante das escolas privadas, na Educação Infantil.

Parágrafo único: Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente que o substituirá na ausência temporária ou definitiva com iguais direitos e deveres.

Art. 5º. A alteração da composição do Conselho Municipal de Educação, quanto à ampliação ou redução de vagas representativas dos segmentos da sociedade local, dependerá de parecer favorável do Conselho Pleno, com maioria absoluta de votos, em conformidade com a Lei nº 2486, de 12 de junho de 2007 e suas alterações posteriores

Seção II

Da vacância

Art. 6º. A vacância por desligamento espontâneo ou por determinação do conselho será preenchida em eleição.

§ 1º. A eleição que trata o caput do artigo se dará posteriormente à indicação de cada representação;

§ 2º. O conselho pleno determinará, por aclamação, o conselheiro eleito em suas respectivas instituições, também por aclamação;

§ 3º. O conselheiro eleito em sua instituição de representação completará o mandato de seu antecessor.

Parágrafo único: O conselheiro pode ser substituído a qualquer tempo por interesse do segmento, órgão ou entidade representada ou, ainda, por afastamento definitivo conforme critérios estabelecidos neste Regimento Interno, ressalvados os casos previstos na Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 7º. Cada titular terá um suplente que assumirá sua vaga provisoriamente, em licenças justificadas pelos mesmos e autorizadas pela Presidência.

Art. 8º. O mandato de qualquer conselheiro será considerado extinto, apontando-se pela vacância definitiva do cargo, nos casos de:

I – morte;

II – renúncia expressa ou tácita;

III – licença médica que tenha acarretado afastamento contínuo por mais de um ano;

IV – procedimento ou ato civil incompatível com a função e que comprometa a honrabilidade do mandato e a dignidade das funções;

V – condenação judicial, por sentença transitada em julgado, que comprometa a honrabilidade do mandato.

Art. 9º. Ocorrendo vacância definitiva no Conselho, será nomeado Conselheiro Titular, o membro suplente indicado pelo segmento representativo, que completará o mandato do antecessor.

Parágrafo único: Sendo promovido o suplente a titular, caberá à entidade representativa a indicação de novo suplente, não podendo a vaga permanecer desprovida.

Art. 10 A vacância por morte do conselheiro, será deliberada a pedido do segmento representado, ou "ex officio" pela Presidência do Conselho, quando de conhecimento público, ambas mediante comprovação do fato por meio de atestado de óbito.

Art. 11 O renúncia da função de conselheiro municipal de educação será expressa quando dirigida - por escrito - a Presidência do Conselho, contendo, o nome do conselheiro, o segmento que representa o motivo fundamentado do pleito, a data e a assinatura do requerente.

Parágrafo único: A ausência de assinatura do requerente poderá ser suprida por instrumento procuratório particular contendo poderes específicos para tal fim, assinado, com firma reconhecida.

Art. 12 O desligamento da função de conselheiro municipal será caracterizada pela ausência injustificada deste em 03 (três) sessões plenárias consecutivas ou em 04 (quatro) sessões plenárias alternadas, no curso de doze meses.

§1º. A vacância constante do caput deste artigo será comunicada expressamente à entidade que o elegeu, com a indicação do nome do suplente que o substituirá;

§2º. Ocorrendo impedimento ou impossibilidade do suplente em ocupar a vaga, caberá a entidade representativa comunicar o fato à Presidência do Conselho, e, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do ofício, informar o novo nome escolhido para ocupar a referida vaga;

§3º. O procedimento a ser adotado para a escolha do membro que substituirá o suplente impedido, consta do artigo 9º e parágrafo único do presente regimento, devendo a eleição ocorrer em assembleia da entidade representada, convocada para tal fim;

§4º. O suplente indicado será nomeado por ato do Executivo, empossado pelo Conselho Pleno e investido das atribuições conferidas ao titular, em caráter definitivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do ofício com a referida indicação;

§5º. A entidade representada que, não indicar novo representante ou após nova indicação, permanecer ausente às reuniões, terá sua representatividade suspensa por decisão do Conselho Pleno, até a realização da próxima eleição.

Seção III

Da Eleição dos Representantes

Art. 13 Os candidatos a conselheiros serão indicados, democraticamente, por seus pares nas instituições que representam para concorrerem a uma vaga de conselheiro no COMED no dia das eleições.

Art. 14 O mandato de cada membro do Conselho Municipal de Educação terá duração de 02 (dois) anos, permitido uma recondução por igual período.

§ 1º. Os representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelos respectivos secretários;

§ 2º. Os candidatos que completarem seus mandatos poderão concorrer, novamente, a uma vaga, desde que seja vinculada a sua representatividade.

Art. 15 As eleições acontecerão a cada 02 (dois) anos, sempre na 1ª terça feira do mês de novembro.

Art. 16 Ao final do mandato, no máximo 40% (quarenta por cento) dos conselheiros de cada câmara, poderão ser reconduzidos aos cargos.

Parágrafo Único: A recondução se dará através de eleição secreta, sendo a representatividade do candidato ratificada pelo segmento, em conformidade com este Regimento.

Art. 17 Os conselheiros titulares e suplentes serão eleitos de acordo com o artigo 13 deste regimento, dentre os representantes indicados pelas instituições.

§1º. Ao término da eleição, deverá ser lavrada ata contendo: a pauta discutida, os membros presentes, o resultado da eleição, os dados pessoais e profissionais dos representantes eleitos do respectivo segmento e a assinatura dos membros presentes;

§2º. Os conselheiros e seus respectivos suplentes eleitos deverão cada qual, preencher e assinar o Termo de Anuência onde deverá constar, sua qualificação pessoal e sua anuência ao assumir a função para a qual for eleito;

§3º. A ata e o termo de anuência deverão ser entregues à Presidência do Conselho Municipal de Educação, datado e assinado pelo conselheiro, para constar nos arquivos do COMED.

Art. 18 Os representantes eleitos serão nomeados conselheiros por Decreto e empossados pelo Poder Executivo, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação expressa formulada pelo COMED ao Executivo, respeitando os resultados da eleição.

§1º. Não ocorrendo à nomeação e a posse no prazo previsto no caput, estas serão supridas por ato do Conselho Pleno do COMED, em sessão extraordinária;

§2º. Os conselheiros eleitos para compor o Conselho Municipal de Educação deverão residir no Município de Itapema;

§3º. Os conselheiros eleitos deverão:

I – apresentar boa índole;

II – não ter sido condenado em processo administrativo nos últimos três anos;

III – não apresentar excesso de faltas injustificadas durante o ano letivo conforme determina o art. 12 deste regimento.

Parágrafo único: A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerado seu exercício, relevante serviço prestado à educação municipal.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 19 São órgãos integrantes da administração do Conselho Municipal de Educação:

I – Conselho Pleno

II – Câmara do FUNDEB

III – Câmara Temporária

a) Conselho Pleno:

I – Presidente

II – Vice-Presidente

III – Secretária/o

Parágrafo único: O Presidente, o Vice Presidente e o/a Secretário/a comporão a Diretoria Executiva do COMED

b) Câmara do FUNDEB:

I – Vice-Presidente e mais quatro membros a serem escolhidos em eleição interna.

b) Câmara Temporária:

I – três membros titulares do COMED (indicados pelo presidente e ratificados pelo Conselho Pleno).

Parágrafo único: As matérias aprovadas nas câmaras serão apresentadas ao Conselho Pleno.

Seção I

Do Conselho Pleno

Art. 20 O Conselho Pleno compreende:

a) Câmara do FUNDEB

b) Câmara Temporária

Parágrafo Único: A Câmara Temporária comporá o Conselho Pleno quando estiver em atividade

Art. 21 O Conselho Pleno é órgão deliberativo e instância máxima do Conselho Municipal de Educação de Itapema, sendo composto por todos os conselheiros.

Art. 22 Compete privativamente ao Conselho Pleno:

a) elaborar seu regimento Interno a ser aprovado em Sessão Plenária,

b) promover a reformulação do regimento interno quando necessário;

c) fixar normas nos termos da Lei, conforme art. 3º deste regimento.

Seção II

Das Câmaras

Art. 23 Para elaboração de atos a serem submetidos ao Conselho Pleno, relativos às matérias de sua competência, terá o COMED às seguintes câmaras:

I – Câmara do FUNDEB;

II – Câmara Temporária

§1º. As questões relativas ao financiamento da Educação Básica serão atribuídas à Câmara do FUNDEB;

§2º. A Câmara Temporária atuará em casos extraordinários quando se fizer necessário e de acordo com as determinações deste regimento;

§3º caso alguma das Câmaras perderem parte ou todo de seu objeto de trabalho, o Conselho Pleno decidirá pela atribuição de novas funções, podendo inclusive remanejar parte das atribuições para outra Câmara.

Art. 24. Para o desenvolvimento dos trabalhos, as Câmaras contarão com relatores eleitos por seus membros.

Art. 25 A Câmara funcionará com a presença mínima de metade (50%), mais um (01) dos seus membros.

Art. 26 São atribuições dos Vice-Presidentes das Câmaras:

I – Delegar um relator do processo;

II – cumprir e fazer cumprir a legislação educacional vigente;

III – cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Pleno;

IV – cumprir e fazer cumprir o presente Regimento;

V – receber e apreciar processos que lhe forem distribuídos pela Presidência do COMED e sobre eles emitir parecer;

VI – cumprir e fazer cumprir os prazos estabelecidos;

VII – ser o interlocutor da Câmara junto à Presidência do COMED;

Parágrafo Único: Compete ao relator apresentar parecer dentro de 15 (quinze) dias do recebimento do expediente, salvo se outro for o prazo fixado pelo vice-presidente com a anuência do presidente do COMED.

Art. 27 As câmaras reunir-se-ão, quando convocadas pela presidência do Conselho Pleno, devendo garantir que:

§1º. As sessões das Câmaras serão oficiais e privativas, sendo consideradas as discussões de caráter reservado;

§2º. A convocação para sessões extraordinárias será levada ao conhecimento dos conselheiros pelo presidente com antecedência mínima de 48 horas;

§3º. Requerida expressamente a sessão extraordinária, sem que o presidente a convoque no prazo de 24 horas a contar minuto a minuto do protocolo, competirá ao Presidente e na falta deste, a qualquer dos conselheiros que compõem a câmara, promove-la em igual prazo;

§4º. Os conselheiros após as discussões e posicionamentos técnicos em sessões das câmaras devem conservar sigilo profissional e distanciamento crítico diante dos processos que lhes cabe relatarem, de maneira a adotar procedimento rigoroso;

§5º. As decisões serão integralmente registradas em ata pelo relator, em formulário próprio do Conselho;

§6º. Nas sessões extraordinárias, convocadas quantas vezes se fizerem necessárias, somente poderão ser discutidos e votados os assuntos que determinaram sua convocação;

§7º. As faltas dos conselheiros às sessões das Câmaras serão comunicadas pelo presidente podendo ser levadas ao conhecimento do Conselho Pleno;

§8º. O conselheiro ao ser convocado para as reuniões terão a liberação do setor em que atua, garantida, sem sofrer qualquer ônus em seu erário.

Art. 28 As decisões do Conselho Pleno tomam a forma de Deliberação ou Parecer, e as das Câmaras, de Parecer ou Indicação.

Art. 29 As decisões do Conselho Pleno, sob a forma de deliberação ou parecer, são assinadas pelo Presidente, pelos respectivos conselheiros relatores e pelos conselheiros presentes.

Art. 30 As decisões das Câmaras do FUNDEB e das Temporárias, sob a forma de parecer ou indicação, assinadas pelo Relator e pelos conselheiros presentes serão submetidas à apreciação do Conselho Pleno.

Art. 31 Para efeitos de conceituação dos atos do Conselho Municipal de Educação considera-se que:

I – deliberação é o pronunciamento de órgão colegiado por meio de ato normativo de caráter geral sobre assunto submetido a seu estudo, parecer e decisão;

II – parecer é o pronunciamento por meio de instrumento expresso sobre matéria submetida ao Conselho Pleno ou às Câmaras que contenham embasamento teórico e doutrinário, fundamentação legal e posicionamento definido;

III – indicação é o ato pelo qual o COMED propõe medidas com vista à expansão e melhoria do ensino.

Parágrafo único: Os atos propostos pelas Câmaras devem ser assinados pelo relator e conselheiros que os aprovarem, presentes à reunião, antes de serem submetidos à deliberação do Conselho Pleno.

Art. 32 O parecer conterá emenda, relatório, mérito, conclusão e voto dos relatores de referida câmara.

Art. 33 As deliberações e indicações receberão numeração e data da respectiva aprovação em assembléia.

Art. 34 Os pareceres, deliberações e indicações terão numeração renovada anualmente.

Art. 35 Os atos normativos do COMED serão apreciados pelo responsável do Sistema Municipal de Ensino de Itapema e, posteriormente, publicados e/ou levados a conhecimento da comunidade educacional.

Subseção I

Da Câmara Temporária

Art. 36 O Presidente poderá constituir câmaras temporárias, para tratar de tarefas afetas ao COMED.

Parágrafo único: As câmaras temporárias estarão automaticamente dissolvidas depois de concluída, votada e aprovada à respectiva tarefa.

Art. 37 As Câmaras Temporárias, vinculadas à Presidência, funcionarão em caráter provisório e serão designadas pelo Conselho Pleno, com a finalidade de realizar estudos sobre assuntos de interesse do conselho, cujos resultados servirão de base para decisões do Conselho Pleno.

§1º. As Câmaras Temporárias podem ser compostas, além dos conselheiros, por integrantes da Assessoria Técnica, por técnicos e por especialistas indicados pelo Conselho Pleno;

§2º. O ato de constituição de Câmara Temporária deve definir seus objetivos e tempo de funcionamento.

Art. 38 A Câmara Temporária terá um vice-presidente, eleito no ato de sua constituição por eleição do Conselho Pleno.

Parágrafo Único: Poderão ser convidados a comparecer às reuniões, autoridades e especialistas, a fim de prestar esclarecimentos sobre matéria em discussão e participar dos debates, vedada, porém, a emissão de voto.

Seção IV

Das Atribuições

Subseção I

Da Presidência

Art. 39 A Presidência, órgão diretor do COMED, será exercida pelo Presidente.

Art. 40 O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário/a serão eleitos pelos conselheiros, em eleição direta, para um mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma recondução consecutiva as mesmas funções por igual período.

§1º. A eleição ocorrerá em sessão plenária, convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

§2º. A eleição e a posse realizar-se-ão na primeira terça-feira do mês de novembro.

Art. 41 Para fins de substituição da função de Presidente, de forma definitiva ou temporária, considerar-se-á apto/a o/a conselheiro/a nato que comprovar a permanência em sua função superior a 8 (oito) meses consecutivos no conselho.

Art. 42 Compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente por delegação:

I – representar o COMED em juízo e fora dele;

II – supervisionar e coordenar todos os trabalhos do Conselho, mantendo o regular funcionamento, adotando as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

III – ordenar a distribuição dos expedientes, segundo a matéria a ser examinada pelas Câmaras;

IV – presidir as reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias e, quando julgar necessário, as reuniões conjuntas de Câmaras, decidindo as questões de ordem;

V – apresentar proposta de pauta à Plenária;

VI – dirigir as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;

VII – convocar reuniões plenárias e referendar o calendário de trabalho das câmaras;

VIII – fixar o calendário das reuniões ordinárias;

IX – estabelecer a ordem do dia das reuniões plenárias;

X – participar quando julgar oportuno, dos trabalhos das câmaras;

XI – impedir debates que inviabilizem os trabalhos do conselho;

XII – exercer, nas sessões plenárias, o direito de voto, se relator;

XIII – acompanhar os trabalhos da Assessoria Técnica das Câmaras, determinando, inclusive, a realização de estudos técnicos, cuja necessidade tenha sido indicada pelo Conselho Pleno;

XIV – expedir instruções, portarias e demais atos administrativos referentes à organização e funcionamento do COMED, especialmente de gestão administrativa e financeira;

XV – solicitar às autoridades competentes, as providências e recursos necessários ao desenvolvimento do COMED;

XVI – encaminhar os atos do COMED à publicação em órgão oficial de imprensa do município;

XVII – encaminhar ao Secretário Municipal de Educação as deliberações e instruções do COMED para conhecimento e providências;

XVIII – convocar conselheiros suplentes nos casos previstos neste Regimento:

a. Para aprovação do regimento interno do COMED;
b. Para formação continuada;
c. Para prestar esclarecimentos sobre situações de interesse do COMED

XIX – propor ao Conselho Pleno alterações no Regimento;

XX – solicitar aos órgãos da administração municipal a prestação de serviços, no âmbito de sua competência, para o desenvolvimento das atividades do Conselho;

XXI – coordenar a elaboração do relatório anual das atividades do Conselho para aprovação do Plenário e encaminhamento ao Poder Executivo Municipal;

XXII – cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Pleno;

XXIII – assinar correspondências oficiais do Conselho;

XXIV – providenciar junto ao Poder Público Municipal a designação de funcionários, alocação de bens e liberação de recursos necessários ao funcionamento do Conselho;

XXV – exercer outras atribuições inerentes a função e compatíveis com as finalidades do Conselho;

XXVI – cumprir e fazer cumprir o presente Regimento.

Art. 43 Compete privativamente ao Presidente:

I – dar posse aos Conselheiros eleitos à Vice-Presidência, e Secretaria;

II – comunicar, expressamente, às entidades representadas, as ausências dos Conselheiros, conforme previsto neste Regimento, assim como os casos de vacância;

III – convocar os Conselheiros suplentes nos casos previstos neste regimento;

IV – assinar a perda de mandato de conselheiro, nos termos deste regimento, garantindo ampla defesa e direito do contraditório;

V – determinar a constituição de Câmaras Temporárias, ouvido o Conselho Pleno, quanto a sua composição;

VI – convocar sessão de eleição do Presidente, do Vice-Presidente e dos Secretários;

VII – constituir grupos de trabalho para elaborar a proposta orçamentária e os planos de aplicação de recursos do Conselho;

VIII – apresentar, para apreciação do Conselho Pleno, a proposta orçamentária para o exercício financeiro seguinte e prestação de contas do exercício findo;

IX – autorizar despesas;

X – exercer o voto de qualidade.

Art. 44 Compete à Secretaria do Conselho Pleno:

I – o controle dos registros de frequência dos conselheiros;

II – a preparação das pastas dos conselheiros conforme a pauta;

III – lavrar as atas das sessões plenárias, assinando, lendo e solicitando assinaturas dos demais membros presentes, após sua aprovação;

IV – à instrução de processos destinados a atender as diligências determinadas pelo Vice-Presidente das Câmaras ou do Presidente do Conselho;

V – prestar assessoramento administrativo ao Presidente em sessões plenárias ou atividades de rotina do COMED;

CAPÍTULO IV

DA (O) SECRETÁRIA (O) EXECUTIVA (O)

Art. 45 O COMED deverá ter um Secretário executivo disponível 40(quarenta) horas semanais às suas atribuições.

Parágrafo único: Esta função deverá ser preferencialmente, ocupada por um funcionário público efetivo, sem perdas de erários;

Art. 46 A/o Secretária/o Executiva/o será um/a servidor/a de carreira do Município de Itapema, disponibilizado pelo órgão executor do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 47 São atribuições do/a Secretário/a Executivo/a:

I – programar e dirigir as atividades relativas à divulgação, recepção, expedição, controle, comunicação, reprografia, arquivo, orçamento e finanças;

II – planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas do Conselho, articulando-se com os demais órgãos;

III – preparar a pauta das sessões plenárias, encaminhando as respectivas convocações;

IV – receber as correspondências do Conselho e acompanhar os atos oficiais expedidos;

V – revisar a divulgação das decisões e atividades do Conselho;

VI – determinar as providências necessárias para a realização das sessões plenárias;

VII – buscar articulação com outros órgãos do Município, objetivando o melhor desempenho do Conselho;

VIII – despachar e dar conhecimento dos trabalhos, providências, processos, prazos em andamento no Conselho;

IX – controlar e verificar a frequência e escala de férias dos servidores em função no Conselho;

X – controlar os trabalhos de digitação dos atos oficiais e demais documentos inerentes às atividades do Conselho;

XI – solicitar a atualização do cadastro das instituições pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;

XII – dirigir os serviços de limpeza e conservação das dependências e equipamentos do Conselho;

XIII – dirigir o trabalho de seleção, aquisição, registro, catalogação e conservação de livros, periódicos e publicações de natureza técnica jurídica e educacional;

XIV – dirigir a organização e manutenção do acervo memorial do Conselho;

XV – dirigir a execução e o controle do serviço de referência e de empréstimo de livros, periódicos, publicações e documentos arquivados no Conselho;

XVI – responsabilizar-se pela aplicação das verbas destinadas à manutenção do Conselho;

XVII – apresentar síntese do relatório anual das atividades desenvolvidas pelas instâncias subordinadas;

XVIII – elaborar e executar os trabalhos de digitação dos atos oficiais e demais documentos expedidos pelo Conselho;

XIX – divulgar as decisões e atividades do Conselho;

XX – realizar em tempo hábil, o levantamento bibliográfico solicitado pelos Conselheiros em atividades nas Câmaras;

XVIII – organizar e distribuir tarefas aos membros que compõem a Mesa diretora;

XXI – exercer outras atividades correlatas as suas funções.

CAPÍTULO V

DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 48 A assessoria técnica constituída de assessores permanente e/ou eventuais, terá como finalidade prover o COMED do apoio necessário à execução de suas atividades.

Parágrafo Único: A Assessoria Técnica, indicada pela Mesa Diretora do conselho, será composta de um assessor Técnico Pedagógico, especialista em assuntos educacionais, e de assessores técnico-jurídico e financeiro dos quadros da Secretaria Municipal de Educação ou da Procuradoria Geral do Município.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS

Art. 49 Constituem-se direitos dos conselheiros titulares e suplentes:

I – apresentar sugestões e oferecer colaboração na execução das atribuições do Conselho;

II – participar das atividades do conselho;

III – assistir às reuniões;

IV- frequentar o prédio no qual se situa o COMED, em conformidade com o regimento;

Art. 50 Constituem-se direitos dos conselheiros titulares:

I – assistir às sessões e tomar parte nas discussões e deliberações emitidas pelo COMED;

II – votar e ser votado;

III – convocar reuniões extraordinárias, observadas as disposições regimentais;

IV – tomar parte nas reuniões das câmaras de trabalho.

Art. 51 Será considerada justificada a falta do membro do COMED a sessão em virtude de:

I – serviço eleitoral;

II – júri;

III – doença;

IV – participação em eventos oficiais;

V – morte de familiares;

VI – não convocação para sessão;

VII – motivos que por decisão da plenária forem considerados justos e previamente comunicado ao presidente.

Art. 52 Constituem-se deveres dos conselheiros:

I – conhecer, respeitar e cumprir as normas contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Lei de Organização do Sistema Municipal de Ensino de Itapema, nas demais Leis que regem a educação nacional, no presente Regimento, bem como nas deliberações emanadas do COMED;

II – ser assíduo e pontual no comparecimento às sessões ordinárias e extraordinárias do COMED;

III – participar das atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Educação e reuniões para a qual for designado;

IV – contribuir para o fortalecimento democrático, ético, técnico e administrativo do COMED;

V – desempenhar com zelo e presteza os trabalhos para os quais forem incumbidos, guardando sigilo as atividades do conselho;

VI – zelar pela manutenção da idoneidade ética e moral do segmento que representa, bem como do órgão colegiado que compõe;

VII – zelar pela manutenção da idoneidade ética e moral pessoal e de sua família, descartando condutas de incontinência pública e escandalosa ou prática de jogos e vícios;

VIII – tratar com respeito os demais Conselheiros, de acordo com Lei civil e criminal vigente.

Parágrafo Único: Os conselheiros não respondem judicialmente pelos atos aprovados pelo Conselho, provenientes dos setores jurídicos e administrativos do Município.

Art. 53 É proibido aos conselheiros titulares ou suplentes:

I – contrariar os objetivos do referido Conselho;

II – constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante o COMED, inclusive quando se tratar de interesse pessoal ou de seu núcleo familiar.

III – receber de terceiros qualquer vantagem por trabalhos realizados no COMED ou pela promessa de realizá-los;

IV – valer-se de sua qualidade de conselheiro, para desempenhar atividades estranhas às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito;

V – dar entrevistas emitindo opiniões sobre assuntos ainda não apreciados pelo Conselho Pleno, ou ainda fazer referências duvidosas quanto aos atos do Conselho;

VI – representar ou identificar-se como representante do COMED sem expressa designação da Presidência;

VII – permanecer no cargo de conselheiro tendo sido condenado em processo judicial criminal, em sentença transitada em julgado, por prática de crime;

VIII – posicionar-se em público, na qualidade de conselheiro, facilitando ou sustentando ações que contrariem expressamente disposições legais vigentes.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 54 O conselheiro que descumprir os deveres e proibições capitulados nos artigos 51 e 52, e seus respectivos incisos, será submetido às penalidades previstas no artigo 55 e obrigado a retratar-se perante o Conselho Pleno, explicando o ocorrido em sessão extraordinária, convocada exclusivamente para tal fim.

Art. 55 A responsabilidade administrativa não exime o conselheiro da responsabilidade de natureza civil ou criminal, que no caso couber, nem ao pagamento de indenização a que ficar obrigado.

Art. 56 As penas administrativas disciplinares são:

I – advertência;

II – suspensão;

III – desligamento.

Art. 57 Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela proverem para o COMED.

Art. 58 A pena de advertência será aplicada por escrito, em razão de mera negligência aos incisos do artigo 51.

Art. 59 A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de reincidência em falta que tenha resultado na pena de advertência.

Art. 60 A pena de desligamento será aplicada em caso de infração às proibições do artigo 52 e de reincidência em falta punida com a repreensão.

§1º. O conselheiro desligado perderá os direitos da função que ocupa no mandato vigente, na data do ato em que se der o desligamento;

§2º. O ato de desligamento mencionará sempre a causa da penalidade e seu fundamento legal.

Art. 61 A aplicação de penalidade é ato privativo do Presidente do COMED, não podendo tal atribuição ser delegada a outros membros.

Art. 62 Prescreverá a punibilidade:

I – da falta sujeita à advertência e repreensão em 30 (trinta) dias;

II – da falta sujeita à pena de desligamento, em 60 (sessenta) dias;

Parágrafo único: O prazo da prescrição inicia-se no dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta e interrompe-se pela abertura de processo disciplinar.

Art. 63 O COMED poderá suspender preventivamente o conselheiro, até trinta dias, prorrogáveis por mais sessenta dias, desde que o afastamento deste seja necessário para que não venha dificultar a apuração da falta cometida.

Seção Única

Da apuração de irregularidade

Art. 64 A Presidência, ciente da irregularidade, determinará sua imediata apuração.

§ 1º. O Processo Disciplinar será instaurado pela Presidência ou por maioria absoluta de votos do Conselho Pleno, e, apurado pela Câmara Temporária, prevista no Capítulo III, artigo 36 e parágrafo único deste Regimento, quando originado por denúncia, ou a falta for confessada, documentalmente provada ou manifestamente evidente;

§ 2º. Na apuração da irregularidade, serão assegurados ao acusado o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

§ 3º. a instauração do processo administrativo interno disciplinar ocorrerá quando se tratar de conselheiro nomeado.

Art. 65 A Câmara Temporária será composta de 3 (três) conselheiros indicados pelo Presidente referendados pelo Conselho Pleno.

Art. 66 A Câmara Temporária terá um vice-presidente, eleito no ato de sua constituição por eleição no Conselho Pleno.

Parágrafo único: o/a vice-presidente da Câmara designará o conselheiro que irá secretariá-lo/a.

Art. 67 A Câmara dedicará todo o tempo aos trabalhos de apuração dos fatos, nas diligências para a elaboração do relatório.

Art. 68 O processo disciplinar deverá ser iniciado no prazo de 3 (três) dias, contados da designação da Câmara Temporária, e concluído no prazo de 30 (trinta) dias do seu início.

§ 1º. A solicitação de prorrogação do prazo será de até mais 30 (trinta) dias, encaminhada por escrito a presidência do COMED com a discriminação da motivação para a solicitação do pleito e autorização da presidência do conselho.

§ 2º. A presidência do conselho tem o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do requerimento para autorizar a prorrogação de prazo de emissão do parecer final.

Art. 69 A Câmara Temporária procederá às seguintes diligências:

I – ouvirá testemunhas, para esclarecimento dos fatos e o acusado, se julgarem necessário, para esclarecimento dos membros ou a bem de sua defesa, permitindo-lhe juntada de documentos e indicação de provas; e

II – colherá as demais provas que houver, concluindo pela procedência ou não da arguição feita contra o conselheiro.

Parágrafo único: Como ato preliminar ou no decorrer da sindicância, poderá a câmara temporária solicitar a presidência, a suspensão preventiva do indiciado.

Art. 70 Ultimada a apuração, a câmara temporária remeterá à autoridade que a instaurou, relatório no qual indicará o seguinte:

I – se houve procedência ou não da arguição feita contra o conselheiro;

II – em caso de procedência, quais os dispositivos violados.

Parágrafo único: O relatório deverá propor medida, limitando-se a responder aos quesitos do caput.

Art. 71 Decorridos os prazos previstos no artigo 66, sem que tenha sido apresentado relatório, o Presidente do Conselho poderá destituir os membros desta Câmara Temporária e indicará novos membros para que esta conclua o processo.

CAPÍTULO VIII

DA SEDE

Art. 72 O Conselho Municipal de Educação de Itapema, tem sede administrativa junto à Secretaria Municipal de Educação, na Av. Nereu Ramos, Bairro Canto da Praia, Itapema, SC, Brasil, CEP - 88220-000.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 73 O comparecimento dos conselheiros às reuniões plenárias e às das Câmaras comprovar-se-á pela assinatura em lista de presença que será parte integrante da ata.

Art. 74 As dúvidas e situações omissas a este regimento serão dirimidas pelo Conselho Pleno.

Art. 75 As propostas de alteração deste regimento deverão ser subscritas, no mínimo, pela metade dos Conselheiros, salvo quando de iniciativa do Conselho Pleno.

Art. 76 O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, garantirá infraestrutura e condições logísticas adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecerá ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e composição do respectivo Conselho.

Art. 77 Nos casos de falhas ou de irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao Secretário Municipal de Educação e ao chefe do Poder Executivo, se for o caso, não sendo atendido, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art. 78 Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação em sessão plenária do Conselho Municipal de Educação, revogando-se as disposições em contrário com observância às disposições legais a estas correlatas e terá validade de cinco anos a partir de sua publicação, podendo ser alterado a qualquer momento.

O Conselho Municipal de Educação, em reunião extraordinária convocada para este fim, aprova o presente regimento.

DECRETO Nº 313/2016

DECRETO Nº 313/2016

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED.

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação – COMED, conforme Anexo Único deste Decreto

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 72/2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 07 de abril de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 55 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.034.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS PARA SEREM UTILIZADAS PELA DIRETORIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 55 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.034.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de luminárias públicas para serem utilizadas pela Diretoria de Iluminação Pública do município.

Entrega dos envelopes: Até às 15:00(quinze) horas do dia 02 de maio de 2016.

Abertura do Pregão: 02 de maio de 2016, às 15:00(quinze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.034.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 15 de abril de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

DECRETO Nº 314/2016**DECRETO Nº 314/2016****ALTERA O DECRETO Nº 191, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.**

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e

DECRETA

Art. 1º - O Decreto nº 191, de 19 de setembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"BAIRRO: CENTRO		RECUOS PROPOSTOS PARA
		EDIFIC.:
Av. Nereu Ramos	Avenida	6,00m.
Av. Governador Celso Ramos		6,00m.
Av. João Francisco Pio		6,00m.
Av. Manoel de Oliveira		6,00m.

BAIRRO: LEOPOLDO		RECUOS PROPOSTOS PARA
ZARLING/MORRETES		EDIFIC.:
Rua 406	Futura Avenida	5,00m.

BAIRRO: MEIA PRAIA		RECUOS PROPOSTOS PARA
		EDIFIC.:

Avenida Nereu Ramos	Avenida	6,00m.
BAIRRO: MEIA PRAIA (2ª AVENIDA)	RECUOS PROPOSTOS PARA EDIFIC.:	
Inicia na Rua 318, vai à Rua 308 e vai até a Rua 268 e, desta, vai até a Rua 230, seguindo desta até a Rua 220, onde termina. O traçado redesignará como 2ª Avenida, conforme o sentido e o início, as seguintes Ruas: 308-A, 298-A, 294-A, 270-A, 232-A, 230-A e 220-A	Avenida com novo traçado parcial	6,00m.
BAIRRO: MEIA PRAIA (3ª AVENIDA)	Avenida	RECUOS PROPOSTOS PARA EDIFIC.:
Lado Leste, inicia na Rua 318 e conecta em linha reta com a Rua 306, onde ascende no sentido nordeste até a Rua 302, retomando o traçado reto até a Rua 292, descendo a noroeste até a Rua 284, com traçado reto até a Rua 244, com desvio e retorno entre as Ruas 244 e 238, retomando o traçado reto até a Rua 232, finalizando com acesso para a Marginal Leste da Rodovia BR101. Esse traçado renomeará como 3ª Avenida, conforme o sentido e o início, as Ruas 308-B e 244-A.	Avenida com novo traçado parcial	6,00m.
Lado Oeste, inicia na Rua 318 e conecta em linha reta com a Rua 306, onde ascende no sentido nordeste até a Rua 302 e retoma o traçado reto até a Rua 292, descendo em sentido noroeste até a Rua 284, com traçado reto até a Rua 244, com desvio e retorno entre as Ruas 244 e 238, retomando o traçado reto até a Rua 232, finalizando com acesso à Marginal Leste da Rodovia BR-101. O traçado renomeará como 3ª Avenida, conforme o sentido e o início, as Ruas 308-B e 244-A.	Avenida com novo traçado parcial	7,00m.
BAIRRO: MEIA PRAIA (4ª AVENIDA)	Avenida	RECUOS PROPOSTOS PARA EDIFIC.:

=====	=====	=====
Inicia na Rua 244 e segue até a Rua 264, seguindo na direção sudeste até a Rua 278, onde retoma o traçado reto até a Rua 306, terminando no local de conexão entre a Rua 318 e a 2ª Avenida. Esse traçado renomeará como 4ª Avenida, conforme o sentido e o início, as Ruas 246-C, 256-A, 280-A, 294-A, 294-B e "Sem Denominação 922".	Futura Avenida	6,00m.
=====	=====	=====

BAIRRO: demais localidades		RECUOS PROPOSTOS PARA EDIFIC.:
=====	=====	=====
Vias públicas não previstas nas demais tabelas aqui instruídas, com exceção das avenidas existentes, dos acessos e servidões exclusivos para pedestres.	4,00m.	
=====	=====	=====

§

§ 3º As demais vias públicas, nos termos aqui previstos e com recuo de 4 metros ou inferior, terão o passeio livre, sem edificações ou ocupação privada de qualquer tipo, de no mínimo 2,50 metros, salvo em caso de concessão pública.

§ 4º Fica proibido o avanço sobre qualquer dos recuos, com exceção da projeção exclusiva de marquises, embasamentos de garagem e/ou de lazer e de sacadas em balanço, limitadas a 1,50 metros sobre o recuo legal, contados do alinhamento predial edificado ou a edificar.

§ 5º Ficam proibidos, sobre a área de projeção permitida no § 4º deste artigo, elementos construtivos, autoportantes ou não, com exceção de lixeiras, muros e muretas, "bicicletários" externos, portões, caixas de correio, guaritas e áreas de acondicionamento e distribuição de gás para a edificação existente no terreno, elementos esses dentro de padrões instruídos pela legislação municipal vigente ou, na falta dessa, por instrução técnica aprovada pela Secretaria de Planejamento Urbano do município.

§ 6º - São aqui compreendidas como vias públicas os espaços que compreendem: passeio, pista, acostamento, ilha e canteiro, e que é destinada à circulação de pessoas e/ou veículos, seja ela de transporte individual ou coletivo, de carga ou de passeio.

§ 7º - As vias públicas aqui contempladas não incluem as determinadas para uso exclusivo de pedestres, salvo se requeridas ou propostas à conversão para uso de qualquer tipo de veículo.

Art. 7º - Ficam enquadrados no presente Decreto todos os projetos protocolados a partir de 02 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. - Os projetos protocolados e ainda não aprovados até a data de início da vigência deste Decreto, poderão ser enquadrados nos termos aqui instruídos, a partir de requerimento expresso do proprietário legal do projeto correspondente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 11 de abril de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 40, DE 11 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 40, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superávit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recurso 607 – Recurso do Tesouro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 12.656,91 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e um centavos):

03.01 – Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007– Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0607 – Aplicações Diretas R\$ 6.156,91

44.90.00.00.00.00.00.0607 – Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 11 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 43, DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 43, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapiranga, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2023 de 05.12.2001 e Lei Municipal nº 2155 de 15.12.2003;

DECRETA:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto, nomeados os membros efetivos e suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, pelo período de 02 (dois) anos, tendo a seguinte composição:

I- ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL:

A)SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

Metilde Bido Locatelli (efetiva) e Elaine Kummer Müller (suplente)

B)SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Aline Sabino da Silva Paloschi (efetiva) e Silvana Luísa Henkes Hemming (suplente)

C)SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Bernadete Elena Etges Petzold (efetiva) e Ereni Caspers Staub (suplente)

II- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL:

A)GRUPO DE ESCOTEIROS PEDRA VERMELHA:

Celina Egewarth Melchior (efetiva) e Karine Ritter Grutzmann Berwanger (suplente)

B)GRÊMIOS ESTUDANTIS:

Diego Backes Mallmann (efetivo) e Alex Felipe Rambo (suplente)

C)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP:

Odete Rosa Friedrich (efetiva) e Luciana Freitag (suplente)

D)ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE ITAPIRANGA - ASSEMIT:

Elenice Sehn (efetiva) e Salete Soethe (suplente)

E)ENTIDADES RELIGIOSAS:

Carla Gretzler (efetiva) e Leci Terezinha Lauer (suplente)

F)ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL - APAE:

Bernadete Maria Auth (efetiva) e Noemy Scheuermann (suplente)

G)ASSOCIAÇÃO DE CULTURA ESPORTIVA E TURISMO DE ITAPIRANGA – ACETI:

Jacinta Link Klein (efetiva) e Fernanda Luisa Giehl (suplente)

Parágrafo único. Esta nomeação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 45, DE 13 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 45, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Educação
33.90.00.00.00.00.0120 – Aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 13 de abril de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 42, DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 42, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga-SC - COMASI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.889 de 17 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto, nomeados os seguintes membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social de Itapiranga (COMASI), pelo período de 02 (dois) anos, tendo a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:
Mônia Datiane Katzer (efetiva) e Kelli de Amarante (suplente)

b) Secretaria Municipal de Educação:
Neusa Maria Wiggers Müller (efetiva) e Otília Elise Heinen (suplente)

c) Secretaria Municipal de Saúde:
Bernadete Elena Etges Petzold (efetiva) e Jacqueline Hermes (suplente)

d) Outras Áreas:
Arlete Preis (efetiva) e Paula Prost Welter (suplente)

II- DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Das organizações dos usuários:
Viviane Dartora (efetiva) e Elyda K. Rodrigues (suplente)

b) Dos usuários:
Carla Gretzler (efetiva) e Leci Terezinha Lauer (suplente)

c) Das entidades e organizações da Assistência Social:
Cristiane Helena Sehn (efetiva) e Valmir Feldhaus (suplente)

d) Dos trabalhadores:
Andreia Fagundes da Silva Soethe (efetiva) e Lisete Bedendo (suplente)

Art. 2º Esta nomeação não conta ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de abril de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 44, DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 44, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Portaria nº 430, de 10 de dezembro de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na Lei Municipal nº 2.395 de 05 de junho de 2007, alterada pela Lei Municipal 2.768, de 2 de maio de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS - FUNDEB no município de Itapiranga:

I. representantes do Poder Executivo:

a) Cláudia Luísa Stefanello – membro efetivo;
b) Ane Rohden – membro suplente;

II. representantes do Poder Executivo – Secretaria Municipal de Educação

a) Ricardo Kraemer - membro efetivo;
b) Janice Buche Fank – membro suplente;

III. representantes dos Professores da Educação Básica Públicas:

a) Elenice Ana Kirchner – membro efetivo;
b) Cléria Maria Deters – membro suplente;

IV. representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

a) Maria Salete Andrade – membro efetivo;
b) Lori Müller – membro suplente;

V. representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

a) Elenice Reimann – membro efetivo;
b) Marinês Klein Reichert – membro suplente;

VI. representantes de Pais e Alunos de Educação Básica Pública:

a) Liege Eli Jurach – membro efetivo;
b) Mauro José Delavy – membro suplente;

c) Flavio Antonio dos Santos – membro efetivo;
d) Adrissa Arnhold – membro suplente;

VII. representantes de Estudantes da Educação Básica Pública:

a) Solange Junges Eyng – membro efetivo;
b) Nielca da Rosa Chaves – membro suplente;

VIII. representantes de Estudantes da Educação Básica Pública (Secundaristas):

a) Leonardo Rohden – efetivo;
b) Daniel Rodrigo Finger – suplente;

IX. representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Carlise Diell – membro efetivo;
- b) Camila Fassbinder – membro suplente;

X. representantes do Conselho Tutelar:

- a) Bruno Toillier – membro efetivo;
- b) Angela Clara Zinn Weis – membro suplente.

Parágrafo único. O mandato dos membros do CACS – FUNDEB será até o dia 12 de abril de 2018, com direito à recondução.

Art. 2º As funções dos membros do CACS-FUNDEB não serão remuneradas e constituirão relevantes serviços prestados ao município, com preponderância sobre outras atribuições do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 13, de 5 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC, 12 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 46 DE 15/04/2016

DECRETO Nº 46 DE 15 DE ABRIL DE 2016

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ITAPIRANGA/SC, REFERENTE AO EDITAL 04/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e alterações e da Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos o Resultado Final Classificatório referente o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 04/2016, destinado ao provimento das funções, conforme segue:

SERVENTE				
CANDIDATO	ESCOLARIDADE	DATA NASCIMENTO	IDADE	CLASSIF.
Deise Aline Schneider Wuitschik	Pós graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais	17/09/1983	32 anos	1º
Ivone de Moura de Jesus Kroetz	Ensino médio completo	20/02/1970	46 anos	2º
Ana Cristina C. Barth	Ensino médio completo	29/11/1970	45 anos	3º
Calir Ines Urnau	Ensino médio completo	09/03/1972	44 anos	4º
Márcia Becker Sohn	Ensino médio completo	18/12/1975	40 anos	5º
Liane Berghahn Schaefer	Ensino médio completo	28/03/1981	35 anos	6º
Eleninha Lusía Monteiro	Ensino médio completo	01/08/1983	32 anos	7º
Silene Royer Siqueira	Ensino médio completo	11/10/1985	30 anos	8º
Raquel Farias	Ensino médio completo	05/05/1987	28 anos	9º
Liane R. Flach Kuhn	Ensino médio completo	10/04/1989	27anos	10º
Cleidiane Gomes Mariano	Ensino médio completo	18/09/1990	25 anos	11º
Marlise Hammes	Ensino médio completo	11/01/1994	21 anos	12º
Kelin S. Vogt de Oliveira	Ensino médio completo	22/08/1995	20 anos	13º
Tais Preis	Ensino médio completo	24/05/1996	19 anos	14º
Alessandra Regina Deters	Ensino médio completo	03/08/1996	19 anos	15º
Zita Rohden Schmitz	Ensino fundamental completo	07/05/1965	50 anos	16º
Reni Maria N. Weschenfelder	Ensino fundamental completo	09/11/1966	49 anos	17º
Mirtes Klein	Ensino fundamental completo	28/03/1978	38 anos	18º
Lismara Gomes Peirot	Ensino fundamental completo	31/08/1992	23 anos	19º
Ivete Werle Vivan	Ensino fundamental incompleto	29/08/1960	55 anos	20º
Maria Lucia N. Bloemer	Ensino fundamental incompleto	27/01/1973	42 anos	21º
Salette Bourscheidt	Ensino fundamental incompleto	04/09/1991	24 anos	22º
Tatieli Camargo Gassen	Ensino fundamental incompleto	26/05/1997	18 anos	23º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 15 de abril de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROSELI GASS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Matemática.

Nível salarial: 573

Classe - Referencia: A-01

VIGÊNCIA: 14/04/2016 a 14/12/2016

Itapiranga – SC, 14 de abril de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 04/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 04/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARLI TERESINHA GOUVEA.

OBJETO: Distrato do Contrato de Emprego Público nº 05/2015/RH de 05/01/2015, como Agente Comunitário de Saúde – Micro área 15.

Itapiranga – SC. 14 de abril de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016 - JULGAMENTO DE PROPOSTAS

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2016 - JULGAMENTO DE PROPOSTAS

Ao décimo quinto dia do mês de abril de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a Equipe de Apoio abaixo nominada, ambos nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas ao Pregão Presencial nº 16/2016, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, ROÇADA, COPA E COZINHA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, considerando o parecer técnico apresentado pelo contador desta municipalidade (anexo aos autos) e demais exposições realizadas pelas empresas participantes do presente certame. Ao considerar a especificidade da matéria a Pregoeira e Equipe de Apoio decidiram submeter os respectivos documentos à análise técnica, conforme decisão expressa em Ata de Sessão Pública publicada em 04/04/16. Deste feito, era aspirado que o ponto de partida para julgamento dos questionamentos registrados habitasse nas informações resultantes dessa análise. Contudo diante da insuficiência de informações apresentadas a essa comissão, decidiu-se pela compilação das considerações emitidas pelos participantes, dispondo-os em grupos de semelhança, obtendo três temas mais controversos, discorridos didaticamente na tabela em sequência:

1. VALOR SUPERIOR ÀQUELE ESTIPULADO COMO MÁXIMO NO EDITAL:

Ao estabelecer os documentos que deveriam compor a proposta de preço dos interessados, o edital determina a apresentação de proposta de preço "contemplando o valor unitário e total para cada item ofertado, respeitando os limites de valores máximos previamente estipulados" item 6.2.1, alínea "c" do edital, consoante o permissivo no inciso X do artigo 40 da Lei 8.666/93. Deste modo, o preço definido é caracterizado como um critério de aceitabilidade, e, portanto, são automaticamente desclassificadas aquelas propostas de preços que ultrapassam os limites máximos do edital.

EMPRESAS CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS NESSE QUESITO:

ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	DESCCLASSIFICADA
--------------------------------------	------------------

2. EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL E O IMPEDIMENTO DA LOCAÇÃO DE MÃO OBRA:

Em conformidade com o Acórdão 2798/2010 - Plenário TCU "as vedações descritas no art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006 não constituem óbice à participação em licitação pública de empresa optante pelo Simples Nacional, desde que comprovada a não-utilização dos benefícios do regime tributário diferenciado na proposta de preços e a solicitação de exclusão do referido regime", ou seja, é condicionante para aceitação das propostas de preço a não utilização dos benefícios do Simples Nacional. Da análise procedida foram verificadas que algumas empresas deixaram de cotar diversos encargos e tributos tendo em vista sua condição de optante do regime tributário diferenciado, ignorando a vedação legal na execução de atividades de cessão ou locação de mão de obra.

EMPRESAS CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS NESSE QUESITO:

IMOBILIARIA FABRI LTDA	DESCCLASSIFICADA
RW SERVIÇOS LTDA	DESCCLASSIFICADA

3. INSALUBRIDADE GRAU MÁXIMO PARA OS POSTOS DE VARREDORES E ROÇADORES:

Apesar de tema polêmico a jurisprudência é extensa no sentido de que a atividade de varrição de rua, por conseguinte o serviço de roçada, se enquadra como atividade insalubre em grau máximo (Acórdão TST - RR Processo: RR - 774-87.2012.5.15.0124 Data de Julgamento: 30/03/2016, Relatora Desembargadora Convocada: Cilene Ferreira Amaro Santos, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 01/04/2016). A Portaria/TEM nº 3.214/78, NR 15, anexo 14 assegura grau máximo ao adicional de insalubridade quando o trabalho é exercido em contato permanente com o lixo urbano. Visto que o lixo recolhido pelo varredores/roçadores é mesmo coletado, transportado e destinado em aterro sanitário, é devida insalubridade em grau máximo para estes postos de trabalho.

EMPRESAS CONSIDERADAS DESCLASSIFICADAS NESSE QUESITO:

BARREIRAS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	DESCCLASSIFICADA
COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELLI	DESCCLASSIFICADA
FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	DESCCLASSIFICADA
IMOBILIARIA FABRI LTDA	DESCCLASSIFICADA
INTERSEPT LTDA	DESCCLASSIFICADA
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	DESCCLASSIFICADA
RW SERVIÇOS LTDA	DESCCLASSIFICADA
SIGNET ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME	DESCCLASSIFICADA

Desta análise principal não restaram classificados para a próxima fase do certame. Assim, visando maior agilidade e uma resposta rápida a todos os interessados a Pregoeira e Equipe de Apoio abdicaram do mérito dos demais apontamentos realizados. Por fim, é de conhecimento recente dessa comissão a análise TCU proferida em Acórdão 553/2016 - Plenário, o qual conclui que "em licitação para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, devem ser exigidos atestados que comprovem aptidão para gestão de mão de obra, ao invés da comprovação da boa execução de serviços idênticos", contudo, verificou-se que no edital de Pregão nº 16/2016, uma das condições habilitatórias é disposta no item 6.3.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA exige que os Atestados de Capacidade Técnica que deverão ser apresentados com "a comprovação de no mínimo 40% (cinquenta por cento) de cada função licitada". Deste modo, não acolhido nenhum classificado para a próxima fase do pregão e considerando a decisão do TCU naquilo que tange as licitações para contratação de mão de obra, a Pregoeira e Equipe de Apoio recomendam a REVOGAÇÃO do respectivo processo licitatório para abertura de novo processo com as correções necessárias objetivando a ampliação da competitividade.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeiro

ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL
Membro

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
Membro

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK
Membro

CMAS ATA 06-2016

Ata: 006/2016

Reunião: EXTRAORDINÁRIA

Data: 13/04/2016

Horário: 14h00

Local: CENTRO DE CONVIVÊNCIA

Aos treze dias do mês de abril de 2016, no Centro de Convivência, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 14h12 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presentes os conselheiros Elaine Cristina Alves (Pres), Milton Klinkerfus Filho (Usuários), Lana Rosélia Quadros Bevilaqua (Ent. S/ Fins Lucrativos), Margarida Aparecida Gonçalves Haas (Trabalhadores), Maristela de Souza Speck (SMAS), Alexandre Ribeiro da Silva (Usuários), Dante Luis Puchta (SMTMAC) e Yolanda Gambarini da Silva (Gr. Religiosos). A Presidente abre a reunião de tema único, informando que a mesma possuirá gravação em áudio, que tratará da Ratificação do Relatório do MDS do exercício 2012. A Presidente solicitou as explicações do Sr. Alexandre que informou, que no de 2012 foram efetuados pagamento de professores (oficineiras) do PETI com recursos do CRAS, sendo que deveriam ser utilizados recursos do PETI. Foi realizada auditoria pelo CGU recomendando a regularização orçamentária do recurso. A SMAS efetuou transferência de recursos com a devolução dos recursos para PBF, executadas em novembro/12 e janeiro/13. O Sr. Alexandre efetuou a leitura do relatório do CGU, protocolou nesta oportunidade ofício explicativo com documentos. Informou que as respostas do questionário já foram encaminhadas à CGU (anexo ao Of. SMAS 079/2016) no ano de 2012, e o relatório do CGU já se encontra finalizado. Na continuidade, apresentou o histórico de atualizações no Sistema do MDS e a necessidade de aprovar a ratificação em plenária, que é necessário que os atuais conselheiros ratifiquem a apresentação do Relatório. A presidente Elaine questionou os conselheiros se há dúvidas quanto à explanação do Sr. Alexandre. A conselheira Margarida sugeriu a leitura da ata de aprovação. Foi apresentada através do Livro de Atas do CMAS. A presidente Elaine efetuou a leitura, na íntegra da Ata de 17/04/2013 e da ata de 06/03/2013e posteriormente, a presidente efetuou a leitura da Resolução 001/2013 de 17/04/2013. A Presidente Elaine Disponibilizou aos conselheiros o livro de Atas do CMAS e a Resolução 001/2013 para que todos os que desejassem. A presidente consultou o plenário se restava dúvida sobre a aprovação das contas, sendo que não houve manifestação de dúvidas. A conselheira Margarida relatou que historicamente não houve casos de ressalvas ou reprovação das contas da assistência. A presidente efetuou a leitura do questionário, contendo seis perguntas. Tendo como resposta do plenário: 1. Com frequência, 2. sim, através do fundo de assistência. 3. Sim. 4. Sim. 5. Todos os programas e serviços foram executados sem descontinuidade. 6. Sim. A Conselheira Margarida sugeriu fazer uma nota explicativa ao final do relatório a respeito das irregularidades apontadas pela CGU em 2012, que foram resolvidas, apresentadas ao conselho e aprovadas pelo Plenário sua regularização. DELIBEROU o plenário pela aprovação unânime do Demonstrativo 2012, anteriormente aprovado, e aprovou o preenchimento do questionário apresentado. EMITA-SE Resolução, ENCAMINHE-SE, após o preenchimento do formulário, cópia em conjunto com o ofício 079/2016, mais documentos os conselheiros. As conselheiras Joseane Maria Soares de Lima, Marciane Rech, Rosana Maria de Lima Brauer, Juliana Cristina Soares Speck e Andréia Nunes de Jesus Justificaram a ausência. Não havendo mais nada a se tratar, a presidente, Sra. Elaine Cristina Alves encerrou a assembleia às 15h35. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Elaine Cristina Alves
Milton Klinkerfus Filho
Lana Rosélia Quadros Bevilaqua
Margarida Aparecida G. Haas
Maristela de Souza Speck

Alexandre Ribeiro da Silva
Dante Luis Puchta
Yolanda Gambarini da Silva

DECRETO MUNICIPAL NO 2754/2016 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1933/2013, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL NO 2754/2016

Data: 14 de abril de 2016.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1933/2013, QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando Ofício nº 086/2016/SME da Secretaria Municipal de Educação,

DECRETA

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do Art. 1º do Decreto Municipal nº 1933/2013, de 01 de julho de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I. Um representante do Executivo, e suplente:

Angela Maria de Stocco Titular

Maristela Franz Perrony Fontana Suplente

II. Dois representantes dos Professores, e suplentes:

Rosana Maria de Lima Brauer Titular

Michelle Rodrigues da Veiga Suplente

Gilmar Santin Titular

Berenice de Fátima Hau Maoski Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 1960/2013 de 20 de agosto de 2013.

Itapoá (SC), 14 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0850/2016

PORTARIA Nº 0850/2016

De: 01 de abril de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado(a) por aposentadoria por invalidez, o (a) servidor (a) MARLI TEREZINHA ZAMBONIN, matrícula 2828, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, lotado(a) na Secretaria de Administração e Finanças, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0851/2016 - RH

PORTARIA Nº 0851/2016.

De: 01 de abril de 2016.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO(A) SERVIDOR(A)

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei Municipal 75/2001 Art. 38.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica alterada a carga horária de 40 para 30 horas semanais da jornada de trabalho, com remuneração de R\$ 2.221,95, do (a) servidor(a) FLAVIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SLEZINSKY, matrícula 624713, investido (a) no cargo de PROFESSOR II 30HS, integrante no plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0852/2016 - RH

PORTARIA Nº 0852/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I, o (a) servidor (a) WILLIAN KLEINSCHMIDT, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.372,45.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0853/2016 - RH

PORTARIA Nº 0853/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo de TÉCNICO DE ARQUIVO I, o (a) servidor (a) VAGNER WITKOWSKI, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0854/2016 - RH

PORTARIA Nº 0854/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO 20HS, o (a) servidor (a) GILBERTO ANTONIO VALERIO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 4.098,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0855/2016 - RH

PORTARIA Nº 0855/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO P.S.F, o (a) servidor (a) VITOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 7.998,81.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0856/2016 - RH

PORTARIA Nº 0856/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO P.S.F., o (a) servidor (a) ANDREA SAYURI YAMAGUCHI, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 7.998,81.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0857/2016 - RH

PORTARIA Nº 0857/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo RECEPCIONISTA, o (a) servidor (a) DORALICE APARECIDA DA ROCHA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.074,97.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0858/2016 - RH

PORTARIA Nº 0858/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo RECEPCIONISTA, o (a) servidor (a) GABRIELA MUNHOZ DA ROCHA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.074,97.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0859/2016 - RH

PORTARIA Nº 0859/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MOTORISTA, o (a) servidor (a) ODRACIR DE CAMARGO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.202,17.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0860/2016 - RH

PORTARIA Nº 0860/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MOTORISTA, o (a) servidor (a) JEFFERSON PEREIRA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.202,17.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0861/2016 - RH

PORTARIA Nº 0861/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo MOTORISTA, o (a) servidor (a) EDUARDO GALDINO DE CASTRO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.202,17.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0862/2016 - RH

PORTARIA Nº 0862/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) DIEFFERSON DOUGLAS ROHLEDER, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0863/2016 - RH

PORTARIA Nº 0863/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) FRANCINE WOCHÉ, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0864/2016 - RH

PORTARIA Nº 0864/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) LILIANE DA SILVA SANTOS, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0865/2016 - RH

PORTARIA Nº 0865/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) RODRIGO HENRIQUE DE SOUZA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0866/2016 - RH

PORTARIA Nº 0866/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) TANICIA MORAIS DO NASCIMENTO FERREIRA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0867/2016 - RH

PORTARIA Nº 0867/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) DENISE ROSA SALES, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0868/2016 - RH

PORTARIA Nº 0868/2016.

De: 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) IVO NATAIR GREIN RAMOS, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0869/2016 - RH

PORTARIA Nº 0869/2016.

De: 01 de abril de 2016.

FICA NOMEADO (A) PARA O CARGO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 182/2008; Edital 022/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itapoá/SC, e considerando o resultado final do Pleito Eleitoral de 04/10/2015; NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

DANIELE CORREIA DA SILVA

Cargo: Conselheira Tutelar Salário inicial: R\$ 1.667,77

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0870/2016 - RH

PORTARIA Nº 0870/2016.

De: 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

HILDA CRISTINA CARDOSO, matrícula 1490, ocupante do cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, para a referência Nível VI - J, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0871/2016 - RH

PORTARIA Nº 0871/2016.

De: 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

PRISCILA DE ARAÚJO CARNEIRO, matrícula 579572, ocupante do cargo de ENFERMEIRO III, para a referência Nível IX - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0872/2016 - RH

PORTARIA Nº 0872/2016.

De: 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JOSÉ TEOBALDO POSSAMAI, matrícula 590282, ocupante do cargo de MOTORISTA, para a referência Nível III - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0873/2016 - RH

PORTARIA Nº 0873/2016.

De: 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ISABEL GOMES DA SILVA, matrícula 607479, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - G, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0874/2016 - RH

PORTARIA Nº 0874/2016.

De: 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

VERA LUCIA SOARES, matrícula 607487, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0875/2016 - RH

PORTARIA Nº 0875/2016.

De: 01 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FRANCISCA ROSA COELHO, matrícula 616133, ocupante do cargo de SERVENTE ESCOLAR, para a referência Nível I - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0876/2016 - RH

PORTARIA Nº 0876/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 20 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) WALTER GOMES DE ALMEIDA, matrícula 1234846, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Esporte, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0877/2016 - RH

PORTARIA Nº 0877/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 30 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) GENIVAL PERES, matrícula 1040, investido (a) no cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0878/2016 - RH

PORTARIA Nº 0878/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 30 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) JOÃO CLAUDIO SOARES,

matrícula 2623, investido (a) no cargo de FISCAL DE MEIO AMBIENTE II, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0879/2016 - RH

PORTARIA Nº 0879/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 30 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) FRANCISCA ROSA COELHO, matrícula 616133, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0880/2016 - RH

PORTARIA Nº 0880/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 20 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) ROBERTO BADY SAAD, matrícula 616133, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0881/2016 - RH

PORTARIA Nº 0881/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 20 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) CHRISTIANE CHRISTINE CAMPANA PERES, matrícula 720739, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0882/2016 - RH

PORTARIA Nº 0882/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 20 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) LIDIA MATILDE PEREIRA, matrícula 1230921, investido (a) na função de AGENTE DE ENDEMIAS, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0883/2016 - RH

PORTARIA Nº 0883/2016

De: 01 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 01 de abril de 2016 a 20 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) MARGARIDA APARECIDA

DA SILVA ESTEVÃO, matrícula 604089, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0884/2016 - RH

PORTARIA Nº 0884/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANGELA DA SILVA MARIA, matrícula 620610, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0885/2016 - RH

PORTARIA Nº 0885/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CRISTIANE SCHWOCHOW FISSMER, matrícula 11624310, investido (a) na função de MÉDICO PSF, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0886/2016 - RH

PORTARIA Nº 0886/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) GISELE LENI BRIDAROLLI MISKIW, matrícula 624721, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0887/2016 - RH

PORTARIA Nº 0887/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JANETE MARIZA GONÇALVES, matrícula 605948, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0888/2016 - RH

PORTARIA Nº 0888/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES, matrícula 624250, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0889/2016 - RH

PORTARIA Nº 0889/2016.

De: 01 de abril de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, matrícula 624381, ocupante do cargo de RE-CEPCIONISTA, lotado (a) na Procuradoria Jurídica, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0890/2016 - RH

PORTARIA Nº 0890/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MARIA APARECIDA FORMAGGI LEITE, matrícula 11648694, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0891/2016 - RH

PORTARIA Nº 0891/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) MARIOL REGIANE BAPTISTA DOS SANTOS SILVA, matrícula 623784, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0892/2016 - RH

PORTARIA Nº 0892/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) PATRICIA ALMEIDA DOS SANTOS, matrícula 11638087, investido (a) na função de FONAUDIÓLOGO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0893/2016 - RH

PORTARIA Nº 0893/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) PATRICIA GOMES FONSECA, matrícula 1274724, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0894/2016 - RH

PORTARIA Nº 0894/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) RENADI DATSCH GERHARDT, matrícula 1125664, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0895/2016 - RH

PORTARIA Nº 0895/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) RICARDO ARAUJO ALVES, matrícula 11622873-01, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0896/2016 - RH

PORTARIA Nº 0896/2016.

De: 01 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) RICARDO ARAUJO ALVES, matrícula 11622873-02, investido (a) na função de MÉDICO 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 01 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0897/2016 - RH

PORTARIA Nº 0897/2016.

De: 02 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FABRINA BRISOLLA DA MOTA, matrícula 1270974, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0898/2016 - RH

PORTARIA Nº 0898/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) AKINANDRA ALMAHARA MARTENDAL, matrícula 1278070, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0899/2016 - RH

PORTARIA Nº 0899/2016.

De: 04 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JANAYNA GOMES, matrícula 576271, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, para a referência Nível VI - M, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0900/2016 - RH

PORTARIA Nº 0900/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CLAUDIO REINALDO DOS SANTOS, matrícula 11618957, investido (a) na função de MOTORISTA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0901/2016 - RH

PORTARIA Nº 0901/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DEBORA SOARES GOMES, matrícula 1240080, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0902/2016 - RH

PORTARIA Nº 0902/2016.

De: 04 de abril de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) GISELE FABIANE DE SOUZA, matrícula 1211080, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, lotado (a) na Procuradoria Jurídica, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0903/2016 - RH

PORTARIA Nº 0903/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) LILIAN GRAZIELLY CHIMENTÃO, matrícula 1285289, investido (a) na função de ENFERMEIRO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0904/2016 - RH

PORTARIA Nº 0904/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MARIA MARLENE DA LUZ, matrícula 700401, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0905/2016 - RH

PORTARIA Nº 0905/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) PATRICIA PERPETUA GUEDES, matrícula 11637366, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0906/2016 - RH

PORTARIA Nº 0906/2016.

De: 04 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSANA ROEDER CARDOSO, matrícula 1283146, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0907/2016 - RH

PORTARIA Nº 0907/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, o (a) servidor (a) JEONG HWA ZADUSKI, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.277,36.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0908/2016 - RH

PORTARIA Nº 0908/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo RECEPCIONISTA, o (a) servidor (a) GISELE LENI BRIDAROLLI MISKIW, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.074,97.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0909/2016 - RH

PORTARIA Nº 0909/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO P.S.F., o (a) servidor (a) CRISTIANE SCHWOCHOW FISSMER, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 7.998,81.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0910/2016 - RH

PORTARIA Nº 0910/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo MÉDICO 20HS, o (a) servidor (a) RICARDO ARAÚJO ALVES, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 4.098,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0911/2016 - RH

PORTARIA Nº 0911/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL I, o (a) servidor (a) CAROLINE MICHELY DA SILVA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.346,21.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0912/2016 - RH

PORTARIA Nº 0912/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, o (a) servidor (a) ROSANGELA APARECIDA GEPFRIE COELHO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.372,45.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0913/2016 - RH

PORTARIA Nº 0913/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I, o (a) servidor (a) GRACE KELLI SOKOLOSKI, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.372,45.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0914/2016 - RH

PORTARIA Nº 0914/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I 20hs, o (a) servidor (a) GUILHERME MATHIAS NETTO GALVAN, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.186,22.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0915/2016 - RH

PORTARIA Nº 0915/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) KARYN PIAZZETTA DOS SANTOS CHAVES, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0916/2016 - RH

PORTARIA Nº 0916/2016.

De: 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) MARIA ANGELA FERREIRA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.359,76.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0917/2016 - RH

PORTARIA Nº 0917/2016

De: 04 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de abril de 2016 a 03 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) TEREZA IZOLINA MORAES, matrícula 592005, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0918/2016 - RH

PORTARIA Nº 0918/2016

De: 04 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de abril de 2016 a 23 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) PRISCILA MACIEL DA SILVA, matrícula 626309, investido (a) na função de AGENTE

COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0919/2016 - RH

PORTARIA Nº 0919/2016

De: 04 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de abril de 2016 a 23 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) DANTE LUIS PUCHTA, matrícula 702609, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0920/2016 - RH

PORTARIA Nº 0920/2016

De: 04 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 04 de abril de 2016 a 23 de abril de 2016, ao (a) servidor (a) ADALBERTO GERALDO LUPATELLI, matrícula 922, investido (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, na Secretaria de Planejamento e Urbanismo, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0921/2016 - RH

PORTARIA Nº 0921/2016.

De: 04 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 04 de abril de 2016 à 03 de maio de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) JAIRO SEVERINO DE FREITAS, matrícula 973, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0922/2016 - RH

PORTARIA Nº 0922/2016.

De: 04 de abril de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 04 de abril de 2016 à 03 de maio de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) DIONÍSIO TESLUK, matrícula 621722, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0923/2016 - RH

PORTARIA Nº 0923/2016

De: 04 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 045/2015 da Secretaria de Assistência Social,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). PATRÍCIA CALCANTI DA SILVA, matrícula 11622903, na função de EDUCADORA SOCIAL, na Secretaria de Assistência Social.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0924/2016 - RH

PORTARIA Nº 0924/2016

De: 04 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). RUTE NAIR BARBOZA DE LIMA HOLTZ, matrícula 11657642, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 04 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0925/2016 - RH

PORTARIA Nº 0925/2016.

De: 05 de abril de 2016.

Dispõe sobre Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Transferência, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- fica lotado (a) por meio de Transferência, o (a) Servidor (a) DENISE DE SOUZA ZAGONEL, matrícula 602370, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde – Unidade Básica de Saúde Itapoá, com carga horária de 40hs,

integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 0979/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 05 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0926/2016 - RH

PORTARIA Nº 0926/2016.

De: 05 de abril de 2016.

Dispõe sobre Lotação do Servidor (a) Público Municipal Por Transferência, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- fica lotado (a) por meio de Transferência, o (a) Servidor (a) ROBERTA MARIN GOMES, matrícula 624012, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 1056/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 05 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0927/2016 - RH

PORTARIA Nº 0927/2016

De: 05 de abril de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 007/2016 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). TATIANE DE MIRANDA, matrícula 11676795, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0928/2016 - RH

PORTARIA Nº 0928/2016.

De: 05 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DILENE CÉLIA COELHO, matrícula 1282875, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0929/2016 - RH

PORTARIA Nº 0929/2016.

De: 05 de abril de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ISRAEL CARLOS BINGA, matrícula 1285734, investido (a) na função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0930/2016 - RH

PORTARIA Nº 0930/2016

De: 05 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 05 de abril de 2016 a 04 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) DEBORA NIEDZWIESCKI, matrícula 607843, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 05 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0931/2016 - RH

PORTARIA Nº 0931/2016.

De: 06 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARCELA DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 740225, ocupante do cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 06 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0932/2016 - RH

PORTARIA Nº 0932/2016.

De: 06 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I, o (a) servidor (a) DAIANE JUNKES AYROSO, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.396,17.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 06 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0933/2016 - RH

PORTARIA Nº 0933/2016.

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) PRICILA JUBANSKI GONÇALVES, matrícula 1239759, ocupante do cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0934/2016 - RH

PORTARIA Nº 0934/2016.

De: 07 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo PROFESSOR I, o (a) servidor (a) RICARDO AGOSTINHO DIER, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.396,17.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 0935/2016 - RH

PORTARIA Nº 0935/2016.

De: 07 de abril de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, o (a) servidor (a) ISRAEL CARLOS BINGA, sendo seu

vencimento inicial no valor de R\$ 1.373,36.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0936/2016 - RH

PORTARIA Nº 0936/2016

De: 07 de abril de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 07 de abril de 2016 a 06 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) VICENTE DOS PASSOS, matrícula 624284, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

PORTARIA Nº 0938/2016 - RH

PORTARIA Nº 0938/2016.

De: 07 de abril de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) MARISTELA FRANZ PERRYON FONTANA, matrícula 604399, ocupante do cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, para a referência Nível II - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 07 de abril de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 080/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 80/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo as candidatas convocadas a comparecer na Secretária de Educação no dia 18/04/2016, às 9h30min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
35	40	Educação Infantil	Gilvani Régines Schiessl	20/04/2016	13/05/2016

Itapoá, 14 de abril de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 081/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 81/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo as candidatas convocadas a comparecer na Secretária de Educação no dia 19/04/2016, às 9h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
5	20	Português	Aline A. Regis Krauss	25/04/2016	06/06/2016

Itapoá, 15 de abril de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 16/2016

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que a licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016 - PROCESSO Nº 19/2016 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, roçada, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital fica no presente ato REVOGADO, em todos os seus termos para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme inserto no processo licitatório.

Itapoá, 15 de abril de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PRIMÁRIO PARA REVESTIMENTO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº14/2016

Processo: 16/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PRIMÁRIO PARA REVESTIMENTO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 02 de maio de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 02 de maio de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 18 de abril de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, torna público a realização de licitação no dia 04/05/2016 às 08h45min, com entrega dos envelopes até às 08h30min da mesma data, na Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUI-SIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MELHORIA NA INFRA ESTRUTURA E ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br.

Jacinto Machado - SC, 15 de Abril de 2016.
ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 002/2016/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Comissão Permanente de Licitações, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal Senhor Antonio João de Fáveri, torna público a realização de licitação no dia 06/05/2016 às 09h00min, com entrega dos envelopes até às 08h45min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: TOMADA DE PREÇO, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO NA RUA JOSÉ RECCO COM EXTENSÃO DE 354,12 m, LOCALIZADA NO BAIRRO GÁVEA, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Memorial Descritivo, Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais Especificações Técnicas em anexo ao Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 15 de Abril de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.812/2016

D E C R E T O Nº 10.812/2016

Acresce Dispositivos ao Anexo I - Regulamento Geral do Parque Municipal de Eventos e ao Anexo II - Preços Públicos para Utilização das Dependências Físicas do Parque Municipal de Eventos, Aprovados pelo Decreto Municipal Nº 10.451/2015, de 26 de Junho de 2015.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA :

Art.1º Fica acrescida ao item 12.1, da Cláusula Décima Segunda - Das Vedações, do Anexo I - Regulamento Geral do Parque Municipal de Eventos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 10.451/2015, de 26/06/2015, a seguinte alínea "m":

"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES

12.1 ...

m) realizar eventos que gerem emissão de som/ruído nas dependências do Pavilhão B, área externa e estacionamento, acima dos níveis permitidos pela Lei Complementar Municipal Nº 65/2007 - Plano Diretor e Decreto Municipal Nº 7.500/2010 (60dB - 7h-22h)."

Art.2º Ficam acrescidos à Cláusula Décima Sexta - Da Segurança e Controle dos "Shows", Espetáculos e Eventos de Grande Público, do Anexo I - Regulamento Geral do Parque Municipal de Eventos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 10.451/2015, de 26/06/2015, os seguintes itens 16.7, 16.8 e 16.9:

"CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SEGURANÇA E CONTROLE DOS "SHOWS", ESPETÁCULOS E EVENTOS DE GRANDE PÚBLICO...

16.7 Eventos de grande público que gerem emissão de som ou qualquer tipo de poluição sonora devem ser realizados no Pavilhão A, devendo seguir a Lei Complementar Municipal Nº 65/2007 - Plano Diretor e o Decreto Municipal Nº 7.500/2010, que define níveis máximos de ruídos permitidos no Município. Ponto de medição sonora em área externa ao Parque Municipal de Eventos, dita Zona Mista Diversificada (próxima ao portão de entrada, fundos e laterais do Espaço Público).

16.8 Atividades de âmbito gastronômico que tenham necessidade de maior espaço poderão utilizar a área aberta e o Pavilhão B, nas seguintes condições:

a) deverão obedecer os níveis de ruído permitidos pela Lei Complementar Municipal Nº 65/2007 - Plano Diretor e Decreto Municipal Nº 7.500/2010 (60dB - 7h-22h);

b) deverão fazer monitoramento do ruído proveniente da realização da atividade (equipamentos, stands, carga e descarga de material, etc.);

c) deverão manter a ordem e organização da atividade, de forma a evitar que a grande afluência de público gere poluição sonora.

16.9 Fica autorizada a realização de eventos de grande público organizados pelo Município de Jaraguá do Sul, como a Schützenfest, e outros que o Município vier a organizar."

Art.3º O Anexo II - Preços Públicos para Utilização das Dependências Físicas do Parque Municipal de Eventos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 10.451/2015, de 26/06/2015, passa a vigorar em sua

nova configuração, acrescidos os Pontos de Medição Sonora, parte integrante deste Decreto.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Administração

ANEXO II

PREÇOS PÚBLICOS PARA UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS

- PRODUTO 1: ÁREA EXTERNA

Áreas locadas:

- Pátio

- Estacionamento (Sem WC / Locatária deve providenciar WC Químico)

PREÇO DA DIÁRIA: 12 UPM's por dia de evento efetivo.

- PRODUTO 2: PROMOÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS

Áreas locadas:

- Pavilhão A

- Bilheterias

- Sanitários

- Camarim

- Camarote

PREÇO DA DIÁRIA: 28 UPM's por dia de evento efetivo.

- PRODUTO 3: PROMOÇÃO DE EVENTOS DIVERSOS

Áreas locadas:

- Pavilhão B (Sem WC / Locatária deve providenciar WC Químico)

PREÇO DA DIÁRIA: 11 UPM's por dia de evento efetivo.

- PRODUTO 4: EVENTOS DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS / COM FINS LUCRATIVOS

(Venda de ingresso e/ou comércio)

Áreas locadas:

- Pavilhão A ou B

PREÇO DA DIÁRIA: 7 UPM's por dia de evento efetivo por Pavilhão.

- PRODUTO 5: EVENTOS DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS / SEM FINS LUCRATIVOS

(Sem venda de ingresso e/ou comércio)

Áreas locadas:

- Pavilhão A ou B

PREÇO DA DIÁRIA: 4,5 UPM's por dia de evento efetivo por Pavilhão.

Eventos realizados no Parque Municipal de Eventos que gerem emissão de som ou qualquer tipo de ruído devem seguir a Lei Complementar Municipal Nº 65/2007 - Plano Diretor e o Decreto Municipal Nº 7.500/2010, que define níveis máximos de ruídos permitidos no Município: 60dB no Período Diurno (7h-22h) e 55dB no Período Noturno (22h-7h).

* Ponto de medição sonora em área externa ao Parque Municipal de Eventos, em Zona Mista Diversificada (próxima ao portão de entrada, fundos e laterais do Espaço Público).

DECRETO Nº 10.813/2016

D E C R E T O Nº 10.813/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.212/2016, de 14 de abril de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 218.495,87 (Duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.704 - Fornecer serviços de terapia renal substitutiva (nefrologia)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.51 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 218.495,87

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto municipal de média e alta complexidade -

ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.54 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 218.495,87

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.212/2016

LEI Nº 7.212/2016

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 218.495,87 (Duzentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.704 - Fornecer serviços de terapia renal substitutiva (nefrologia)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.51 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 218.495,87

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07532.705 - Teto municipal de média e alta complexidade -

ambulatorial e hospitalar

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.54 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 218.495,87

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 243/2016

PORTARIANº 243/2016

Designa Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 080/2016/FC, de 12/04/2016, da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 12/04/2016, SIDNEI MARCELO LOPES, para presidir o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan), em substituição a Marcelo Heinz Prochnow.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito -

PORTARIA Nº 244/2016

PORTARIANº 244/2016

Substitui Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 003/2016/Controle Social, de 12/04/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR JULIANA FRANCINE MABA RAMOS, como conselheira suplente, em substituição à Rosana Mara da Silva Crestani, para representar a Secretaria Municipal da Saúde, na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 1406/2014, de 19/08/2014, no que se refere a designação de Rosana Mara da Silva Crestani.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 05/09/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 245/2016

PORTARIANº 245/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no §1º, do artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 10403/2016;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 18/04/2016, a Portaria Nº 1272/2015, de 26/10/2015, que concedeu LICENÇA, sem remuneração, ao servidor público municipal LUCI SCHROEDER, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art.2º Em consequência, fica referido servidor reconduzido às suas funções.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de abril de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 009/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 009/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: GABRIEL CERVELIN ALMEIDA ADÃO
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.890,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

GABRIEL CERVELIN ALMEIDA ADÃO
Atleta de Futebol

DECRETO Nº 4.925 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 4.925 de 14 de ABRIL de 2016.
"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE,
QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que
lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros, nomeado pelo
Decreto nº 4.808/2015, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE
ESPORTE, passando a seguinte composição:

I - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

ANDERSON ANDRES – Diretor de Esportes
NEI TESSER – Servidor lotado Diretoria de Esportes
JAIR LEME DA SILVA – Servidor efetivo Municipal
MIRIAN DOLZAN – Servidor efetivo Municipal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 14 de abril de 2016.
RAFAEL LASKE
Prefeito

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 010/2016 - PMJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 010/2016
- PMJ

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
FOMENTADO: ASSOCIAÇÃO JOAÇABA DE ESPORTE E CULTURA –
AJEC

OBJETO: ESTABELECE BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERA-
ÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS
DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO
DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO, A SER
EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de
ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pes-
soas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de
MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.
ANDERSON ANDRES
Diretor da FME

MAICON EDUARDO BORTOLUZ
Presidente da AJEC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 011/2016 - PMJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 011/2016
- PMJ

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
FOMENTADO: ASSOC. DE BASQUETE DE LUZERNA JOAÇABA E
HERVAL D'OESTE - ABLUJHE

OBJETO: ESTABELECE BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERA-
ÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS
DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO
DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO, A SER
EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de
ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pes-
soas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de
MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.
ANDERSON ANDRES
Diretor da FME

JÉSSICA ROMEIRO MOTA
Presidente da ABLUJHE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 012/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 012/2016

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
FOMENTADO: ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DO FUTSAL - APAF

OBJETO: ESTABELECE BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERA-
ÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS
DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO
DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONVÊNIO, A SER
EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES
DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de

ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pessoas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

EMERSON VALMIR SHILER

Presidente da APAF

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 013/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 013/2016

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

FOMENTADO: ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE BOLÃO E BOCHA - AJBB

OBJETO: ESTABELECEER BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERAÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, A SER EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pessoas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS

Presidente da APAF

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 06/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 06/2016

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

FOMENTADO: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA REGIONAL E CULTURAL - ADRECHA

OBJETO: ESTABELECEER BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERAÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, A SER EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pessoas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

OSVALDINO POZZEBON

Presidente da ADRECHA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 07/2016 - PMJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 07/2016 - PMJ

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

FOMENTADO: ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS ATLETAS COM DEFICIÊNCIA DO MEIO-OESTE CATARINENSE – ARAD

OBJETO: ESTABELECEER BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERAÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, A SER EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pessoas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

ADÃO CEZAR DE OLIVEIRA

Presidente da ARAD

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 08/2016 - PMJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 08/2016 - PMJ

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

FOMENTADO: ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA - APTM

OBJETO: ESTABELECEER BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERAÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, A SER EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pessoas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

ISAC LUIZ RIBEIRO

Presidente da APTM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 09/2016 - PMJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 09/2016 - PMJ

MUNICÍPIO: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
FOMENTADO: ASSOCIAÇÃO REGIONAL ESPORTIVA E CULTURAL DE JUDÔ - ARECJ

OBJETO: ESTABELECE BASES EM REGIME DE MUTUA COOPERAÇÃO, PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, A SER EXECUTADO PELO FOMENTADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FOMENTADO

V - Fica o FOMENTADO obrigado a apresentar o comprovante de ficha de inscrição do aluno da implementação dos número de pessoas atendidas pelo projeto em sua totalidade até o dia 15 de MAIO de 2016.

JOAÇABA-SC, 15 DE ABRIL DE 2016.
ANDERSON ANDRES
Diretor da FME

CLAUDIOMIRO FERMINO VIEIRA
Presidente da ARECJ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 008/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: DANIEL PEREIRA
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.250,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

DANIEL PEREIRA
Atleta de Futebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 014/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 014/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: MAGDA DA SILVA COELHO
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 4.500,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

MAGDA DA SILVA COELHO
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 015/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 015/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: SHAYANY DALBEM PASCOALINO
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 4.500,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

SHAYANY DALBEM PASCOALINO
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 016/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 016/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: PATRICIA DO DESTERRO MARQUES
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 7.650,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

PATRICIA DO DESTERRO MARQUES
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 017/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 017/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: LUCIANA MAZETTO
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 7.650,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

LUCIANA MAZETTO
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 018/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 018/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: ANTHONY LUNKES LEODORO
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.800,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

ANTHONY LUNKES LEODORO
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 020/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 020/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: BARBARA MARIA BORTOLI
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.700,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

BARBARA MARIA BORTOLI
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 021/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 021/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: SUSANA LENARA MACHADO
MODALIDADE: JUDÔ
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 3.600,00 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

SUSANA LENARA MACHADO
Atleta de JUDÔ

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 024/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 024/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: HUANDEL CRISTIANO ALBERGUINI
MODALIDADE: CICLISMO
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.571,43 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

HUANDEL CRISTIANO ALBERGUINI
Atleta de Ciclismo

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 028/2016 - FME

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 028/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: RAFAEL LOPES
MODALIDADE: CICLISMO
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 2.571,43 A SER LIBERADO EM 9 PARCELAS MENSAIS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 14 de abril de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

RAFAEL LOPES
Atleta de Ciclismo

HOMOLOG PL 18/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2016/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016/PMJ

O Secretário Municipal de Gestão Administrativa de Joaçaba, Celso Felipe Bordin, no uso de suas atribuições, resolve:
HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 18/2016/PMJ.
- Modalidade: PP 12/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços, para contratação eventual e futura de exames e perícias médicas para os servidores do Município de Joaçaba (SC).

-Empresas Vencedoras:
BRANDALISE & PADILHA ASSES., CONSULT., SEG, HIG E MEDIC DO TRABALHO LTDA
VALOR R\$ 23.900,00
CASSUBA & SOUZA ENG., SEG E SAUDE DO TRABALHO LTDA-ME
VALOR R\$ 43.625,00
FISCAL: TAIZA CRISTINA CORDAZZO DE ALMEIDA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de abril de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Secretario Municipal de Gestão Administrativa
Celso Felipe Bordin

RESOLUÇÃO Nº 003/2016 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 003/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE"

A Secretária de Saúde do Município de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, conforme relação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Maira Dalsoglio, Janaina Maróstica, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Leda Fátima Paza, Desiree Aparecida Pino Gomes, Leila Angelica Pauli Bauermann, Fabio Junior Zanin, Revelino Antonio Sartori, Aline Piva, Auriel Parizotto, Tailise Cristina Kopp, Adriano Daniel Pasqualotti, Alceu Sebastião de Lima, Paula Giovana Kleber, Marcia Maria Zimmermann Magro, João Carlos Toledo Sampaio, Jesiel de Oliveira, Isabel de Carli Bortoli, Mariana Zopeletto, Erlo Lutz, Caroline Bastos Sampaio, Diego Mauro Bairros, Angela Signori, Jessica Aparecida Boff, Andreiza Hilda Karch Pereira, Débora Lopes Cesar, Charline Zarpelon, Tuany Couto Ritter, Luisa Cavalcanti Carneiro Monteiro e Geovane Maria Lorenzetti.

(MMJ0378,MMJ0548,MMJ0338 – Nissan Versa Branco 2014)

(MMA4673,MMA4583,MMA4733 – Renault Logan Branco 2013)
(MJL4315 – Renault Logan Prata 2012)
(OKF9845 – VW UP Take Branco 2015)
(MJP1149 – Corsa Classic Branco 2011)
(MEM3384 – VW Gol 1.0 Branco 2009)
(MHW5163 – Fiat Doblô Hlx Branco 2010)
(MKK8395 – Chevrolet Onix 1.0 Branco 2014)
(MDR4843 – Fiat Uno Branco 2008)
(MFH9514 – Fiat Doblô Branco 2008)
(MJQ8699 – Chevrolet Corsa Branco 2011)
(MLS0136 – Fiat Strada Working Branco 2013)
(MJU9195 – Fiat Uno Economy Branco 2013)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação dos servidores deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 15 de Abril de 2016
Paula Giovana Kleber
Secretária de Saúde
Prefeitura de Joaçaba

10/2016 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 10/2016			Data do Registro: 12/04/2016			Válido até: 12/04/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços, para contratação eventual e futura de exames e perícias médicas para os servidores do Município de Joaçaba (SC).								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Realização de exames médicos (admissional, periódicos, demissional), através 01 (um) Médico Perito, que deverá ter a especialidade de Médico do Trabalho.	SERV	CASSUBA & SOUZA ENGENHARIA, SEGURANCA E SAUDE DO T (11585)	AMETRA	0	15,0000	1	
			BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SE (11086)		0	19,0000	2	
2	Realização de perícias médicas (readaptação funcional, afastamento médico pessoal ou de familiar), através de 01 (um) Médico Perito, que deverá ter a especialidade de Médico do Trabalho.	SERV	BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SE (11086)	PORTALMED	0	115,0000	1	
			CASSUBA & SOUZA ENGENHARIA, SEGURANCA E SAUDE DO T (11585)		0	120,0000	2	
3	Realização de perícias médicas para avaliação de possível aposentadoria por invalidez, através de Junta Médica composta por 03 (três) médicos, sendo no mínimo, 01 (um) Médico do Trabalho.	SERV	CASSUBA & SOUZA ENGENHARIA, SEGURANCA E SAUDE DO T (11585)	AMETRA	0	500,0000	1	
			BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SE (11086)		0	550,0000	2	
4	Realização de exame de acuidade visual através de 01 (um) Médico, que deverá ter a especialidade de Oftalmologista.	SERV	CASSUBA & SOUZA ENGENHARIA, SEGURANCA E SAUDE DO T (11585)	AMETRA	0	115,0000	1	
5	Realização de exame de audiometria através de 01 (um) Fonoaudiólogo.	SERV	BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA, CONSULTORIA EM SE (11086)	PORTALMED	0	18,0000	1	

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 12/04/2016		Válido até: 12/04/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços, para contratação eventual e futura de exames e perícias médicas para os servidores do Município de Joaçaba (SC).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASSUBA & SOUZA ENGENHARIA, SEGURANCA E SAUDE DO T (11585)		0	19.0000	2

Joaçaba, 12 de Abril de 2016.

BALANCETE FINANCEIRO MARÇO/2016 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	696.288,63	ORÇAMENTÁRIAS	1.734.447,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.544,27	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.632.589,42
RECEITA PATRIMONIAL	20.620,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	720.907,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	616.124,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	904.869,96
		INVESTIMENTOS	6.812,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	101.858,48
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.970,65
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	887,83
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	771.000,30		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	771.000,30		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.975.241,16	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.005.611,55
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.343,93	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.343,93
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	200.478,58	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	179.375,11
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.766.418,65	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.762.927,56
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	54.964,95
SALDOS ANTERIORES	2.981.891,80	SALDOS ATUAIS	2.684.362,44
BANCO C/ MOVIMENTO	674.719,86	BANCO C/ MOVIMENTO	603.543,81
BANCOS C/ VINCULADAS	2.307.171,94	BANCOS C/ VINCULADAS	2.080.818,63
TOTAL	6.424.421,89	TOTAL	6.424.421,89

JOACABA, 15/04/2016

PAULA GIOVANA KLEBER

Ordenadora de Despesa - Secretária Saúde

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Contadora CRC/SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES

Tesoureira

NOTA DE LICITAÇÃO FRACASSADA PP 13/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 13/2016 - PR

Processo Administrativo: 20/2016
Processo de Licitação: 19/2016
Data do Processo: 21/03/2016

Objeto: A contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos e/ou apoiados pelo Fundo Municipal de Esportes de Joaçaba, SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2016

Motivo: Deu-se início à sessão às 14h, foi constatado que a empresa participante é uma associação, ou seja, não se enquadra como ME ou EPP, sendo assim, não atende aos requisitos do item 2.4 do edital. Desta forma a proponente ASSOCIACAO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE (10002) não foi credenciada, restando, assim, FRUSTRADO o certame. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação foram devolvidos para o representante presente na sessão, lacrados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Joaçaba, 13 de Abril de 2016

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 01/2016**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 13 DE ABRIL DE 2016

APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA DO EXERCÍCIO DE 2014.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC faz saber que o Plenário aprovou e que fica promulgado o presente DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas da Prefeitura Municipal de Joaçaba, exercício 2014, conforme Parecer Prévio nº 0147/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 13 de abril de 2016.

Jucelino Ferraz

Presidente

Ademir Luiz Righi

Vice-Presidente

Almir Pastori

Primeiro Secretário

Francisco Moreira Lopes

Segundo Secretário

RESOLUÇÃO 027/2016

RESOLUÇÃO Nº 027 DE 13 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso de suas atribuições, faz saber que o Plenário aprovou e que fica promulgada a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica instituída Comissão Especial de revisão e atualização da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, para propor ao Plenário as modificações que se fizerem necessárias decorrentes de recentes emendas à Constituição Federal, à Constituição Estadual, bem como todas as demais alterações que a comissão entender pertinentes.

Art. 2º - A Comissão Especial é composta pelos seguintes Vereadores:

I – Éber Marcelo Bundchen;

II – Francisco Moreira Lopes;

III – Vilmar Zilio.

Art. 3º - Ficam nomeados, para assessorar os trabalhos da comissão, os seguintes servidores da Câmara de Vereadores:

I – Janaina Ferrandin, Advogada;

II – Leandro Sartori, Analista Legislativo;

III – Marcio Roberto Piccoli, Contador.

Art. 4º - É facultado ao Poder Executivo nomear até dois representantes para os trabalhos de revisão da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º - A comissão será dirigida por um presidente, um vice-presidente e um relator escolhido entre os seus membros.

Art. 6º - O prazo para conclusão dos trabalhos da comissão é o de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, prorrogável uma vez a critério da Mesa Diretora da Câmara.

Parágrafo único – A comissão deverá apresentar relatório dos trabalhos realizados, no qual constarão as sugestões de mudanças e adequações necessárias referentes à Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º - A comissão poderá, se necessário, convocar audiências públicas e convidar entidades, autoridades, especialistas e demais interessados com o objetivo de receber sugestões e dirimir dúvidas de qualquer ordem.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 13 de abril de 2016.

Jucelino Ferraz

Presidente

Ademir Luiz Righi
Vice-Presidente

Almir Pastori
1º Secretário

Francisco Moreira Lopes
2º Secretário

RESOLUÇÃO 028/2016

RESOLUÇÃO Nº 028 DE 13 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Joaçaba, no uso de suas atribuições, faz saber que o Plenário aprovou e que fica promulgada a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica instituída Comissão Especial de revisão e atualização do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC, para propor ao Plenário as modificações que se fizerem necessárias.

Art. 2º - A Comissão Especial é composta pelos seguintes Vereadores:

I – Éber Marcelo Bundchen;
II – Francisco Moreira Lopes;
III – Vilmar Zilio.

Art. 3º - Ficam nomeados, para assessorar os trabalhos da comissão, os seguintes servidores da Câmara de Vereadores:

I – Janaina Ferrandin, Advogada;
II – Leandro Sartori, Analista Legislativo;
III – Marcio Roberto Piccoli, Contador.

Art. 4º - A comissão será dirigida por um presidente, um vice-presidente e um relator escolhido entre os seus membros.

Art. 5º - O prazo para conclusão dos trabalhos da comissão é o de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Resolução, prorrogável uma vez a critério da Mesa Diretora da Câmara.

Parágrafo único – A comissão deverá apresentar relatório dos trabalhos realizados, no qual constarão as sugestões de mudanças e adequações necessárias referentes ao Regimento Interno.

Art. 6º - A comissão poderá, se necessário, convocar audiências públicas e convidar entidades, autoridades, especialistas e demais interessados com o objetivo de receber sugestões e dirimir dúvidas de qualquer ordem.

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba/SC, em 13 de abril de 2016.
Jucelino Ferraz
Presidente

Ademir Luiz Righi
Vice-Presidente

Almir Pastori
1º Secretário

Francisco Moreira Lopes
2º Secretário

IMPRES**PORTARIA 172/2016 - VERONICA SALETE ALVES PEREIRA**

PORTARIA Nº 172 DE 15 DE ABRIL DE 2016

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do requerimento 188 de 30 de março de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntaria por tempo de contribuição, com proventos integrais, a VERONICA SALETE ALVES PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 200.413.069-53, portadora do RG nº 11/R - 547.179, inscrita no PASEP sob o nº 102.39339.48-4, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Classe "E-IV", lotada no Fundo Municipal de Saúde, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.093, nos termos do artigo 41-A da Lei Complementar nº 99/2005, c/c artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da ultima remuneração de contribuição da servidora.

Paragrafo único – Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 099/2006.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 15 de abril de 2016
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora/Presidente

PORTARIA 173/2016 - ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 173 DE 15 DE ABRIL DE 2016

A Diretora/Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do requerimento 186 de 21 de março de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntaria por tempo de contribuição, com proventos integrais, a ADACIR LUIZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 436.565.609-00, portador do RG nº 11/R - 859.245, inscrito no PASEP sob o nº 107.64332.92-6, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Classe "F-IX", lotado no Departamento de Agricultura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.356, nos termos do artigo 41-A da Lei Complementar nº 99/2005, c/c artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100,00% (cem por cento) da ultima remuneração de contribuição do servidor.

Paragrafo único – Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 099/2006.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 15 de abril de 2016
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora/Presidente

Lages

PREFEITURA

ARP 36-A/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-A/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
PROCESSO Nº 04/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 126.768,50 (cento e vinte e seis mil setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), sendo:

SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME – 09.196.745/0001-42 – RUA TREZE DE JUNHO Nº 795 – FLOR DE NÁPOLIS – SÃO JOSÉ/SC

Lages, 17 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 36-B/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-B/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
PROCESSO Nº 04/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 270.900,000 (duzentos e setenta

mil e novecentos reais), sendo:

RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME – CNPJ 85.101.731/0001-86 – AV RIO MAINA, 709 – BAIRRO CIDADE NOVA – CRICIÚMA/SC – CEP 88.806-390

Lages, 17 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 36-C/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-C/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
PROCESSO Nº 04/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 311.414,00 (trezentos e onze mil quatrocentos e catorze reais), sendo:

PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATÓRIAL EIRELI – CNPJ 09.200.303/0001-22 – AV MAURICIO CARDOSO, 706 CENTRO ERECHIM/RS CEP 99.700-000

Lages, 17 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 36-D/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-D/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016
PROCESSO Nº 04/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles

poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 50.315,00 (cinquenta mil trezentos e quinze reais), sendo:

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI – ME – CNPJ 13.965.228/0001-68 – AV 24 DE OUTUBRO, 930 CENTRO BOM RETIRO/SC CEP 88.680-000

Lages, 17 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 36-E/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-E/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO Nº 04/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 36.770,00 (trinta e seis mil setecentos e setenta reais), sendo:

M. MOBILE EIRELI – CNPJ 15.764.033/0001-85 – RUA EDUARDO NEIDERT, 1803 – BAIRRO BARRO PRETO – RIO NEGRINHO/SC CEP 89.295-000

Lages, 17 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 36-F/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 36-F/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

PROCESSO Nº 04/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza para uso nas Unidades Escolares, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL

DE EDUCAÇÃO não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 22/2016.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 63.487,00 (sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e sete reais), sendo:

JP DE LIMA COMÉRCIO – CNPJ 05.785.417/0001-20 – RUA TREZE DE MAIO, 400 BAIRRO CZERNIEWICZ JARAGUA DO SUL/SC

Lages, 17 de MARÇO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 03 PP 28-2016 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016-PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, MOBILIÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do edital em comento, conforme segue abaixo:

- No item 69, leia-se: PEÇA DE TECIDO – 100% algodão – com motivos infantis, 2,40 x 18m.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 27/04/2016, para às 13:30 do dia 11/05/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de abril de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 15-2016 SEMASA

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016-SEMASA

OBJETO: AQUISIÇÕES, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO CAT5E, BEM COMO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS DE CFTV PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No item 8, DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, excluir o item: Comprovação emitida pela SEMASA de que o responsável técnico da empresa participante da licitação esteve presente em todos o locais onde serão instaladas as câmeras e tem conhecimento pleno da estrutura física dos locais onde o CFTV será instalado.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de abril de 2016.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

TP 05-2016 PML, PP 36 E 38-2016 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: TP 05-2016 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Execução da Ampliação e a Modernização do Sistema de Iluminação Pública do Centro do Município de Lages.

Tipo: Melhor Preço Global

Abertura: 12/05/2016 às 13:30

Valor Estimado: 926.405,83

Modalidade: PP 36-2016 PML

Objeto: Aquisição de Asfalto de Petróleo Diluído CM 30.

Tipo: Melhor Preço Global

Abertura: 13/05/2016 às 13:30

Valor Estimado: 283.000,00

Modalidade: PP 38-2016 PML

Objeto: Aquisição de Emulsão Asfáltica Catiônica RR-2C.

Tipo: Melhor Preço Global

Abertura: 13/05/2016 às 16:00

Valor Estimado: 152.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de abril de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 4150/2016

LEI Nº 4150

De 15 de abril de 2016.

Dispõe sobre a revisão geral anual aos servidores, efetivos e comissionados, as funções gratificadas do Poder Legislativo de Lages.

THIAGO OLIVEIRA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral anual aos servidores ativos, efetivos e comissionados e as funções gratificadas, a fim de preservar o valor aquisitivo da moeda, observado o disposto no § 6º do artigo 17; artigo 18; inciso III do artigo 19, e alíneas "a" e "b" do inciso III do artigo 20, todos da Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000, aplicando o INPC/IBGE, de janeiro a dezembro de 2015 no percentual de 11,28% (onze inteiros e vinte e oito décimos por cento) a partir de 1º de janeiro de 2016.

Art. 2º. A partir da aprovação desta lei, a data base para revisão geral anual será o mês de janeiro de cada exercício.

Art. 3º. Os encargos desta Lei correrão à conta do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

Lages (SC), 15 de abril de 2016.

THIAGO OLIVEIRA

PRESIDENTE

Registre-se. Publique-se:

THIAGO OLIVEIRA

Laguna

PREFEITURA

CONTRATOS E CONVÊNIOS 2016

EXTRATOS DOS CONVÊNIOS

CONVÊNIO Nº 01/2016 - PML
CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.
CONVENIENTE: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC
OBJETO: O objeto do presente convênio compreende a cooperação financeira para custear as despesas provenientes do projeto "ESPORTE E VERÃO - 2016" conforme projeto anexo ao Processo Administrativo acima citado.
VIGÊNCIA: início em 09/01/2016 até 24/01/2016.
VALOR TOTAL: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
DATA: 06/01/2016.

CONVÊNIO Nº 01/2016 - FIA
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO HERMON - CENTRO DE ENSINO HERMON
OBJETO: O objeto do presente convênio compreende o repasse de valores da CONCEDENTE à CONVENIENTE relativo à realização do projeto "HERMON FUTSAL - AMPLIANDO CATEGORIAS".
VIGÊNCIA: início em 15/02/2016 até 15/01/2017.
VALOR TOTAL: R\$ 60.540,00 (sessenta mil e quinhentos e quarenta reais).
DATA: 12/02/2016.

CONVÊNIO Nº 01/2016 - FLC
CONCEDENTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA.
CONVENIENTE: SECRETARIA DE TURISMO, LAZER E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
OBJETO: Este convênio tem por objetivo transferir a administração do MUSEU HISTÓRICO ANITA GARIBALDI e do MUSEU CASA DE ANITA para administração do CONVENIENTE pelo prazo de 01 (um) ano.
VIGÊNCIA: início em 01/01/2016 até 01/01/2017.
DATA: 01/01/2016.

CONVÊNIO Nº 02/2016 - FLC
CONCEDENTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA.
CONVENIENTE: LIGA INDEPENDENTE DOS BLOCOS CARNAVALES-COS CULTURAIS DE LAGUNA.
OBJETO: Este convênio tem por objetivo preparar, promover e produzir o evento LIGA DOS BLOCOS APRESENTA: PRE-PA-RA CARNAVAL 2016, entre os dias 24/01/2016 à 31/01/2016, objetivando promover o desenvolvimento cultural e turístico do Estado de Santa Catarina e do Brasil.
VIGÊNCIA: início em 19/01/2016 até 31/01/2016.
VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
DATA: 19/01/2016.

CONVÊNIO Nº 03/2016 - FLC
CONCEDENTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA.
CONVENIENTE: GRÊMIO RECREATIVO E CULTURAL ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE INDEPENDENTEDO BAIRRO PROGRESSO.
OBJETO: Este convênio tem por objetivo preparar, promover e produzir o evento DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA DE LAGUNA 2016, entre os dias 04/02/2016 à 12/02/2016, objetivando promover o desenvolvimento cultural e turístico do Estado de Santa Catarina e do Brasil.
VIGÊNCIA: início em 04/02/2016 até 12/02/2016.
VALOR TOTAL: R\$ R\$124.480,00 (cento e vinte e quatro mil e

quatrocentos e oitenta reais)
DATA: 04/02/2016.

CONVÊNIO Nº 04/2016 - FLC
CONCEDENTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA.
CONVENIENTE: LIGA INDEPENDENTE DOS BLOCOS CARNAVALES-COS CULTURAIS DE LAGUNA.
OBJETO: Este convênio tem por objetivo preparar, promover e produzir o evento CARNAVAL DOS BLOCOS DE RUA DE LAGUNA 2016, entre os dias 04/02/2016 à 09/02/2016, objetivando promover o desenvolvimento cultural e turístico do Estado de Santa Catarina e do Brasil.
VIGÊNCIA: início em 04/02/2016 até 09/02/2016.
VALOR TOTAL: R\$ R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
DATA: 04/02/2016.

CONVÊNIO Nº 05/2016 - PML
CONCEDENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTES.
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO HERMON - CENTRO DE ENSINO HERMON
OBJETO: O objeto do presente convênio compreende o repasse de valores da CONCEDENTE à CONVENIENTE relativo à contratação de 01(um) profissional de Educação Física em virtude do projeto "HERMON FUTSAL/PREFEITURA DE LAGUNA".
VIGÊNCIA: início em 01/03/2016 até 31/12/2016.
VALOR TOTAL: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).
DATA: 26/02/2016.

RETIFICAÇÃO DOS EXTRATOS DOS CONTRATOS

CONTRATO EMERGENCIAL Nº 001/2016 - PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.
CONTRATADA: Onde lê-se "ELÍGIO JOSÉ SCHMITT" Leia-se "ELE-TRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA".
OBJETO: MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.
VIGÊNCIA: início em 04/01/2016 até 03/07/2016.
VALOR TOTAL: R\$ R\$1.194.468,18 (um milhão cento e noventa e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos).
DATA: 04/01/2016.

Onde Lê-se "CONTRATO EMERGENCIAL Nº 016/2016 - PML" Leia-se "CONTRATO Nº 017/2016 - PML"
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.
CONTRATADA : BRUNO JUSTINO-ME.
OBJETO: Concessão para exploração dos serviços de Remoção, Guarda e Depósito de Veículos Removidos, Apreendidos e Retirados de Circulação, por infração à legislação de Trânsito.
VIGÊNCIA: 23/03/2016 até 28/03/2021.
DATA: 23/03/2016.

EXTRATOS DOS CONTRATOS

CONTRATO Nº 016/2016 - PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.
CONTRATADA : BETHA SISTEMAS LTDA.
OBJETO: objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Procuradoria com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional.
VIGÊNCIA: 01/03/2016 até 31/07/2017.

VALOR TOTAL: R\$ 26.747,80 (vinte e seis mil setecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos)
DATA: 01/03/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016 - PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.
CONTRATADA : A & G CONSTRUTORA LTDA - ME
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de "SAIBRO QUARTZOSO".
VIGÊNCIA: 12 MESES.
VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
DATA: 05/04/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016 - PML
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA.
CONTRATADA : A & G CONSTRUTORA LTDA - ME
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de " BGS (BRITA GRADUADA SIMPLES)".
VIGÊNCIA: 12 MESES.
VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
DATA: 05/04/2016.

PORTARIA Nº 396/2016

PORTARIA RH Nº 396/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.03.2016 a 30.03.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ângela Maria Alves David	2015/2016
Ângelo Luiz Matos	2015/2016
Denise Farias Medeiros	2015/2016
Eliane da Conceição Bento Duarte	2015/2016
Elias Matias da Silva	2014/2015
Elisiane Roldão Biehl	2014/2015
Elza Pascoalina de Souza Grott	2015/2016
Eliazer dos Santos Bento	2015/2016
Geovana Pereira Guedes	2015/2016
Geraldo Guedes Cardoso	2015/2015
Janaina de Araújo	2015/2016
José Tadeu Domingos	2015/2016
José dos Santos Pacífico	2015/2016
Jussara alves	2015/2016
Jucenira Fidelix	2015/2016
Juliana da Silva Machado	2015/2016
Luiz Carlos da Silva	2015/2016
Márcia do Carmo Ramos	2015/2016
Maria Ivonete dos Santos Romualdo	2015/2016
Margarete Batista de Oliveira	2015/2016
Nilson Miguel de Córdova	2015/2016
Patrícia Áurea M. da Silva	2015/2016
Reinaldo Bento dos Santos	2015/2016
Rosane Valério Fidelix	2014/2015
Rosângela Corrêa Iung	2014/2015
Rosilene Rodrigues da Silva	2015/2016
Rosimar da Silva	2015/2016
Roque Antônio Rainichski	2015/2016
Seloé Pacheco	2015/2016

Silvana Prudêncio Custódio	2015/2016
Silvânia Saviatto Braga	2015/2016
Sônia Matias da Cunha	2014/2015
Solange Terezinha Fernandes	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Março de 2016.

SIMONE BELMIRO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 402/2016

PORTARIA RH Nº 402/2016

O SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor LUIZ AUGUSTO BORGES, Psicólogo, do dia 28.03.2016 a 26.04.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Março de 2016.

LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 432/2016

PORTARIA RH Nº 432/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 3861/2015;

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Abril de 2016 a 30 de Abril de 2016, ao Servidor JOÃO BATISTA DE SOUZA, Operário Braçal, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.

HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 444/2016

PORTARIA RH Nº 444/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:
NOMEAR, JAIRO FERNANDES THOMAZ, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Gabinete II, AS 4, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 445/2016

PORTARIA RH Nº 445/2016

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ANTÔNIO SÉRGIO ADRIANO, Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 01.04.2016 a 30.04.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Abril de 2016.
RENATO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 446/2016

PORTARIA RH Nº 446/2016

O SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ROSELI DE ANDRADE, Coordenador, do dia 05.04.2016 a 04.05.2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2016.
LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 447/2016

PORTARIA RH Nº 447/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 2342/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 05 de Abril de 2016 a 04 de Maio de 2016, ao Servidor MARISELMA AMARO NOLA, Telefonista, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 450/2016

PORTARIA RH Nº 450/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ADRIANO TEIXEIRA MASSIH Procurador Municipal, do dia 06.04.2016 a 28.04.2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Abril de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 453/2016

PORTARIA RH Nº 453/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 322/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 07 de Abril de 2016 a 05 de Julho de 2016, ao Servidor SILÉSIA SILVEIRA CELESTINO, Professor, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2016.
SIMONE BELMIRO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 454/2016

PORTARIA RH Nº 454/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 125/2016;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. KARINA BIROLO TEIXEIRA Psicólogo, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 07/04/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 455/2016

PORTARIA RH Nº 455/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ARIANE CORRÊA DA SILVA do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 456/2016

PORTARIA RH Nº 456/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário DAISIANE SOUZA DE OLIVEIRA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 07/04/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 457/2016

PORTARIA RH Nº 457/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ANA CAROLINA CANDEMIL BARZAN para exercer o Cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/04/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 458/2016

PORTARIA RH Nº 458/2016

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 1959/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 08 de Abril de 2016 a 06 de Julho de 2016, ao Servidor REGINALDO DE SOUZA, Assistente de Administração, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Abril de 2016.

SIMONE BELMIRO

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 460/2016

PORTARIA RH Nº 460/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário MARIANA DA SILVA FONTES para exercer o Cargo de Professor de Inglês, 40 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/04/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 462/2016

PORTARIA RH Nº 462/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR, JADSON DE OLIVEIRA FRETTE, Fiscal Sanitário, para responder pela Divisão de Controle de Zoonoses com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 463/2016

PORTARIA RH Nº 463/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Abril de 2016 a 15 de Junho de 2016, ao Servidor ADRIANA SOUZA DA SILVA, Especialista em Assuntos Educacionais, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 464/2016

PORTARIA RH Nº 464/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARCOS ANTÔNIO BEZ BIROLO Assistente de Administração, do dia 11.04.2016 a 10.05.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 465/2016

PORTARIA RH Nº 465/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ANDREA DAMIANI FIDELIX ANDRÉ do cargo de Professor Anos Iniciais, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 466/2016

PORTARIA RH Nº 464/2016

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MARCOS ANTÔNIO BEZ BIROLO Assistente de Administração, do dia 11.04.2016 a 10.05.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Abril de 2016.
HENIO MARCELINO CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 467/2016

PORTARIA RH Nº 467/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ANDRÉA DAMIANI FIDELIX ANDRÉ para ocupar o cargo de Supervisor Escolar, DAE 2, na EEB. Comandante Moreira, Campos Verdes, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Abril de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 468/2016

PORTARIA RH Nº 468/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR, SIMONE MENDES do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Museu, DAF 3, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Abril de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 469/2016

PORTARIA RH Nº 469/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, SIMONE MENDES para exercer o Cargo de Secretário Adjunto de Habitação e Assistência Social, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 470/2016

PORTARIA RH Nº 470/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 2010/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 07 meses ao Servidor FERNANDA CRISTINE DE SOUZA ocupante do Cargo de provimento efetivo de Profissional de Educação Física, lotado na Secretaria de Saúde, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 13 de Abril de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS N.º 007/2016

Dispõe sobre a aprovação com ressalva o Relatório Analítico de Execução Físico Financeira dos recursos gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS dos recursos do FEAS do exercício referente ao ano de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária extraordinária, realizada dia 05 de abril de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 478, de 26 de agosto de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna – CMAS, e

Considerando o Parágrafo 4º do Artigo 17 da Lei 12.435 de 06 de julho de 2011, os conselheiros de que tratam os incisos II, III e IV do artigo 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

Considerando o Ofício SMAS nº012/2016, de 24 de fevereiro de 2016, da Secretária Municipal de Assistência Social solicitando que seja incluída na pauta da reunião do CMAS a análise e deliberação do CMAS na Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da aplicação dos recursos oriundos do FEAS, utilizados no cofinanciamento dos benefícios Eventuais, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade, referente ao ano de 2015.

Art. 2º – O Conselho Municipal de Assistência Social de Laguna coloca que, tendo em vista o parecer da Comissão de Normas, Legislação e Financiamento, que a ressalva se dá pela devolução de recursos, principalmente nos itens Benefícios Eventuais, Média Complexidade e Proteção Social Básica, num total de R\$ 46.509,29. A Comissão ainda destaca que ao longo do exercício de 2015, não recebeu quaisquer dados informados para a análise das contas do exercício 2015 considerando o dispositivo em Ata de nº07/2015 de 25 de julho de 2015 do CMAS, limitando, portanto a avaliação financeira.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 12 de abril de 2016.

Enivaldo Torres Ramos

Presidente em exercício

Lajeado Grande

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 041/2016 DE 13 DE ABRIL DE 2016 DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO DE VENCIMENTOS, CRIAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, ATUALIZA ANEXO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei Complementar nº 041/2016

De 13 de Abril de 2016

DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO DE VENCIMENTOS, CRIAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, ATUALIZA ANEXO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os Habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica reclassificado do vencimento base do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, vinculado ao Poder Legislativo de Lajeado Grande-SC, constante do Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, conforme segue:

Cargo	Vencimento base atual	Novo vencimento base
Auxiliar de Serviços Gerais	1.137,84	1.210,00

Parágrafo único. Em função da reclassificação prevista neste artigo, os níveis e referências do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013 serão os seguintes:

NÍVEL	REFERÊNCIAS					
	A	B	C	D	E	F
01	1.210,00	1.222,10	1.234,20	1.246,30	1.258,40	1.270,50
02	1.282,60	1.294,70	1.306,80	1.318,90	1.331,00	1.343,10
03	1.355,20	1.367,30	1.379,40	1.391,50	1.403,60	1.415,70
04	1.427,80	1.439,90	1.452,00	1.464,10	1.476,20	1.488,30
05	1.500,40	1.512,50	1.524,60	1.536,70	1.548,80	1.560,90

Art. 2º Ficam reclassificados os vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão de Secretário Executivo e Assessor de Imprensa e Comunicação, vinculados ao Poder Legislativo de Lajeado Grande-SC, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, conforme segue:

Cargo	Vencimento atual	Novo vencimento
Secretário Executivo	1.789,29	1.960,00
Assessor de Imprensa e Comunicação	1.161,08	1.255,00

Art. 3º Fica criado no Anexo I da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, o Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Geral da Câmara de Vereadores, com as seguintes características:

CATEGORIA FUNCIONAL/CARREIRA/CARGOS	NÍVEL	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE VAGAS
III. SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR				
d) Secretário Geral da Câmara de Vereadores	21 a 25	A a F	20,00 horas	01

§ 1º As atribuições do cargo criado com base no caput deste artigo a serem incluídas no Anexo II da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, serão as seguintes:

I – Organizar, coordenar, supervisionar e avaliar os serviços administrativos em geral do Poder Legislativo;

II – Assessorar, orientar e prestar as informações requeridas pela Presidência e Mesa Diretora em relação às questões de ordem administrativa e organizacional;

III – Organizar o expediente, pareceres e demais documentos para as sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, bem como para as reuniões das comissões temáticas;

IV – Auxiliar a Presidência, membros da Mesa Diretora e Vereadores na elaboração de ofícios, requerimentos e demais documentos solicitados;

VI – Auxiliar, prestar informações e interagir com os setores Contábil, Jurídico e de Controle Interno da Câmara, visando o cumprimento da legislação e orientações e determinações do Tribunal de Contas do Estado;

V – Organizar e adotar medidas de conservação de todo o acervo documental da Câmara de Vereadores;

VI - Organizar e manter atualizado o cadastro de fornecedores da Câmara;

VII - Promover o registro e controle dos bens patrimoniais do Poder Legislativo;

VIII - Manter o controle e atualização do acervo de legislação, atos administrativos (inclusive de pessoal), correspondências e demais documentos da Câmara;

IX – Auxiliar na emissão de ordens de pagamento e outros documentos relativos à quitação de despesas de pessoal da Câmara e das despesas ao pleno funcionamento do Poder Legislativo;

X - Cumprir e fazer cumprir as determinações do Presidente, e demais membros da mesa;

XI – Receber as notas de entrega e as faturas dos fornecedores, responsabilizando-se pela declaração relativa à quitação da despesa e

aceitação do material ou serviços;

XII - Zelar pela disciplina de pessoal;

XIII - Responsabilizar-se, quando autorizado pela Presidência ou Setor Contábil, pela movimentação bancária e controle das contas bancárias da Câmara;

XIV - Desincumbir-se de outras atividades, atribuições ou funções que lhe sejam conferidas pela Presidência da Câmara.

§ 2º Os níveis de vencimento e referências do Cargo de Secretário Geral da Câmara de Vereadores, a serem acrescidos ao Anexo III da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, serão os seguintes:

NÍVEL	REFERÊNCIAS					
	A	B	C	D	E	F
21	2.180,00	2.201,80	2.223,60	2.245,40	2.267,20	2.289,00
22	2.310,80	2.332,60	2.354,40	2.376,20	2.398,00	2.419,80
23	2.441,60	2.463,40	2.485,20	2.507,00	2.528,80	2.550,60
24	2.572,40	2.594,20	2.616,00	2.637,80	2.659,60	2.681,40
25	2.703,20	2.725,00	2.746,80	2.768,60	2.790,40	2.812,20

Art. 4º Fica alterado o Anexo V da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, da seguinte forma:

Caracterização	Atuação	Padrão	Nº de Vagas	Nível	Remuneração (R\$)
Chefia	Chefia de Expediente	FG 02	01	01	350,00
Assessoramento	Assessoramento Legislativo	FG 04	01	02	450,00
Direção	Direção do E-social	FG 01	01	03	650,00
Chefia	Chefia de Controle Interno Legislativo	FG 03	01	04	800,00

Parágrafo único. Os valores atualizados constantes na tabela do anexo V da Lei Complementar Municipal n. 026/2013, de 26 de março de 2013, serão reajustados anualmente na mesma data base, e índice aplicado nas Leis de revisão geral anual para os servidores do Poder Legislativo.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, em 13 de abril de 2016.

VALMR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

LEI Nº 1.915/2016

LEI Nº 1.915/2016 DE 31 DE MARÇO DE 2016

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO PARA O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 19.250,00 (Dezenove mil duzentos e cinquenta reais), mediante a celebração de convênio com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ de nº 85.079.218/0001-36, com sede na Rua Henrique Lage, nº 219, Bairro Centro– Lauro Müller/SC, com o objetivo de custear despesas decorrentes de serviços médicos, odontológicos e de manutenção daquela entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no Anexo Único, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e a Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015; 07.01 - Fundo Municipal de Saúde; Projeto de Atividades: 2.015 – Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; rubrica 3.3.50.00.00.00.00.0003 – Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da data de aprovação da presente Lei.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 31 DE MARÇO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

CONVÊNIO Nº 003/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAURO MÜLLER/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro – Lauro

Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 85.079.218/0001-36, com sede na Rua Henrique Lage, nº 219, Bairro Centro– Lauro Müller/SC, representada neste ato por seu Presidente Valmor Macari, com CPF nº 433.402.619-20, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na cooperação financeira para custear despesas decorrentes de serviços médicos, odontológicos e de manutenção daquela entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller valor total de R\$ 19.250,00 (Dezenove mil duzentos e cinquenta reais), sendo efetuado o repasse em até 07 (sete) parcelas no valor de R\$ 2.750,00 (dois mil e setecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

IV - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e
- b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 31 de Março de 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

VALMOR MACCARI

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller

TESTEMUNHAS:

1ª _____
CPF nº: _____

2ª _____
CPF nº: _____

LEI Nº 1.916/2016

LEI Nº 1.916/2016 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BARBARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a repassar auxílio financeiro no valor de R\$ 40.500,00 (Quarenta mil e quinhentos reais), mediante a celebração de convênio com a Associação Musical Santa Bárbara, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.818.245/0001-58, para auxiliar na contratação de Professor de Música, custeio e investimentos da entidade.

Parágrafo Único - O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015; Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal do Turismo; Unidade: 06.02 - Departamento da Cultura; Proj./Ativ.: 2.026 – Manutenção de Atividades Culturais; 3.3.50.00.00.00.00.0116 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE ABRIL DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

Lauro Müller, 21 de Março de 2016.

Mensagem No. 006/2016

Excelentíssima Senhora Presidente, Senhora e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lauro Müller,

Submetemos à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei No.- 006/2016 que "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BARBARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Trata o presente Projeto de Lei de autorização de repasse de recursos financeiros para a Associação Musical Santa Bárbara do município de Lauro Müller, como forma de auxílio para contratação de Professor de Música, custeio e investimentos da entidade.

Referida legislação vem atender a preceitos legais uma vez que é nosso objetivo auxiliar iniciativas de cunho educativo e cultural, que são de uma significância impar para o desenvolvimento da comunidade, além de incentivar a continuação dos trabalhos desta Banda Musical que faz parte da história do nosso município.

Isto posto, aguardamos a aprovação.

Respeitosamente,

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

MINUTA DO CONVÊNIO Nº 004/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER E A ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BARBARA/SC.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER/SC, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Walter Vetterli nº 239, Centro

– Lauro Müller/SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.558.909/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Fabrício Kusmin Alves, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO MUSICAL SANTA BÁRBARA de Lauro Müller, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 83.818.248/0001-58, com sede na Rua Dr. Edgar Coelho de Sá, nº s/n, Bairro Centro – Lauro Müller/SC, representada neste ato por sua Presidente Yara Maria Jung Crocetta, com CPF nº 154.680.899-04, acordam o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros para auxiliar na contratação de Professor de Música, custeio e investimentos da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação Musical Santa Bárbara o valor total de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais), sendo efetuado o repasse em até 09 (nove) parcelas no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

I - Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderá ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao município os recursos recebidos através deste Convênio, quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - Encaminhar ao Município e a Câmara Municipal de Vereadores a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de trinta (30) dias, contados da data do recebimento dos mesmos;

V - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para fim estabelecido na Cláusula Primeira deste convênio, sob pena de ressarcimento do Município, dos valores repassados, com atualização monetária, independentemente de procedimentos judiciais;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Convênio;

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução de Programas, que estejam relacionados com o objeto deste convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Transferir os recursos financeiros para execução deste convênio na forma do Cronograma de Desembolso, observada a sua disponibilidade financeira;

V - Analisar as prestações de contas dos recursos alocados pelo MUNICÍPIO neste convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se compromete a fazer a prestação de contas dos recursos recebidos até 30 (trinta) dias após o recebimento do mesmo à

Prefeitura Municipal de Lauro Müller e à Câmara de Vereadores de Lauro Müller, acompanhada das cópias das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexequível, ou ainda:

a) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

b) quando não apresentar a prestação de contas no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2016, a partir da data de sua publicação.

CLAUSULA OITAVA - DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes.

Parágrafo Único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller/SC, para dirimir questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

II - E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente convênio em três (03) vias na presença das testemunhas abaixo.

Lauro Müller, 08 de abril de 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

YARA MARIA JUNG CROCETTA

Presidente Assoc. Musical Santa Barbara

TESTEMUNHAS:

1ª _____

CPF nº: _____

2ª _____

CPF nº: _____

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 15/2016

Edital de Convocação n. 15/2016

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h00min e 17h00min, até o dia 25/04/2016, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Neunice Gonçalves de Araujo	Agente de Saúde (gruta)	18º
Alessandro Moraes Rosa	Motorista	7º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 15 de abril de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 019/2016 - PMLL

CONTRATO Nº 019/2016- PMLL

"CONTRATO VISANDO A EXTRAÇÃO DE MACADAME".

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cujo Paço Municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado Contratante, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, e como Contratado o Senhor CARLOS ADOLFO SCHVIBUS, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 018.844.419-04, sito à Localidade de Vargem dos Bugres, Bairro Vargem dos Bugres, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 010/2016, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Constitui objeto do presente certame a extração de macadame a ser retirado de um terreno rural, com área de 221.111,95 m² (duzentos e vinte e um mil, cento e onze metros e noventa e cinco centímetros quadrados), registrado sob a matrícula nº 3.714, para ser utilizado na recuperação e reabilitação da malha viária do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL – O CONTRATANTE utilizará o bem imóvel objeto deste CONTRATO, única e exclusivamente para Extração de macadame, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – O pagamento será realizado até o dia 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2016.

§ Único – No termo final deste instrumento, o MUNICÍPIO se obriga a restituir o imóvel livre e desocupado.

CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO - Fica expressamente conveniado que o imóvel objeto deste Contrato, será utilizado pelo Município, exclusivamente para o previsto na Cláusula Primeira, sendo vedada alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso das partes. Caso seja desviada a finalidade prevista, reverterá de pleno jure o direito real de uso sobre o imóvel.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES – Pactua-se que:

I – O CONTRATANTE fica obrigado a, quando da restituição do imóvel, no termo final deste pacto;

II – A CONTRATADA fica obrigada a não colocar nenhum óbice ao procedimento de extração mineral que poderá ocorrer a qualquer dia ou horário, inclusive em fins de semana e feriados, conforme necessidade;

III – A CONTRATADA fica obrigada a denunciar o presente contrato no caso de venda total ou parcial do imóvel descrito na Cláusula Primeira.

Parágrafo Único - Na forma da lei ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas à terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pela contratada através do Cartório de Títulos e Documentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno júri, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% do valor deste Contrato a ser Apurado, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindida a contratação, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor e forma para que surta seus devidos efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 13 de abril de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

CARLOS ADOLFO SCHVIBUS
Contratado

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT
CPF/MF nº 059.319.499-33

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 24/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de pneus novos, câmaras de ar, protetores, manchões, e materiais para conserto de pneus, as 14:00 horas do dia 02 de maio de 2016, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de protocolo geral, situado na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 15 de abril de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2207

DECRETO Nº 2207 de 15 de abril de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os artigos 4º e 5º, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 100.989,33 (cem mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 13.001.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte 3.38 - S.F. Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/ União R\$ 100.989,33
Detalhamento de Recursos: 223 - Mobiliário UBS

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 15 de abril de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 026/2016 - PP 015/2016 - SACOS DE ASFALTO - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 026/2016 - PML

Pregão Presencial nº 015/2016 – PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 026/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de massa asfáltica destinadas à manutenção das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Obras e Serviços, conforme as especificações constantes no Edital e em seus anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* SOS ASFALTOS LTDA -EPP

- Valor total: R\$ 14.850,00

Luzerna (SC), 14 de abril de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO REPUBLICADO - PL 020/2016 - PP 013/2016 - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS UBS - FMS

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 020/2016 - FMS

Pregão Presencial nº 013/2016 – FMS

REPUBLICADO

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0020/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de móveis e equipamentos hospitalares para estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Programa Ministério da Saúde, em quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DE MARCO LTDA;

* ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI – EPP;

* MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA – ME;

* L.A INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA;

* TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME;

* ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA;

* MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;

* HORA H HOSPITALAR LTDA – EPP;

* W & Z COMERCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA;

- Valor Contratado: R\$89.548,68

Luzerna (SC), 18 de abril de 2016.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

PL 031/2016 - PP 020/2016 - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS UBS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 031/2016 - FMS

Pregão Presencial nº 020/2016 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de móveis e equipamentos hospitalares para estruturação da Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Unidade São Francisco, em quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 02 de maio de 2016.
ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 02 de maio de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PORTARIA 066A/16

PORTARIA Nº 066A/16 de 10 de março de 2016.

"EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora PATRICIA CELZLEIN NUNES VIEIRA, ocupante do cargo de CHEFE DO SETOR DE HABITAÇÃO E PROGRAMAS SOCIAIS, Nível DAS-CC-3, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 10 de março de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2016.

Luzerna(SC), 10 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 067A/16

PORTARIA Nº 067A/16 de 14 de março de 2016.

"EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora MARIA RITA NOGUEIRA PASA, ocupante do cargo de COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO, Nível DAS-CC-2, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 14 de março de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2016.

Luzerna(SC), 14 de março de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 083/16

PORTARIA Nº 083/16 de 1º de abril de 2016.

"TORNA SEM EFEITOS PORTARIA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 031/13 de 15 de janeiro de 2013, alterada pela Portaria nº 132/13 de 09 de maio de 2013, que designou a servidora VALI CAROLINA SPIER, ocupante do emprego público de Agente Administrativo, Nível 02, Classe "D", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para exercer a função gratificada de Assistente de Controle e Distribuição de Merenda Escolar - F.G.02, a partir de 1º de abril de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2016.

Luzerna(SC), 1º de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 087/16

PORTARIA Nº 087/16 de 12 de abril de 2016.

"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR o servidor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STRÖHER, Odontólogo, na "Estratégia Saúde da Família /ESF", 40 horas semanais, para responder pelo cargo de provimento em comissão de Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Nível CC-1, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004, com percepção do subsídio fixado em Lei para os cargos de Secretários Municipais, a partir de 12 de abril de 2016.

Art.2º- DESIGNAR o servidor WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STRÖHER, como Gestor/Coordenador do Fundo Municipal de Saúde/FMS e do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, a partir de 12 de abril de 2016.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de abril de 2016.

Luzerna(SC), 12 de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 088/16

PORTARIA Nº 088/16 de 12 de abril de 2016.

"ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até o retorno da titular, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 10 horas semanais a servidora FERNANDA KRUG, Professora Não Habilitada, 30 horas semanais, na Educação Infantil, em substituição a servidora Nilzi Terezinha Schmitz Gugel, em atestado médico, sendo 28 horas de trabalho com alunos e 12 horas de trabalho pedagógico, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores, a partir de 07 de abril de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de abril de 2016.

Luzerna(SC), 12 de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO 14 - DECRETO 2207

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.354.852,40	PASSIVO CIRCULANTE	1.114.111,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	849.364,58
CREDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.396,69
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
INVESTIMENTOS	4.222,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	340.682,14
IMOBILIZADO	33.209.494,97	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
		TOTAL DO PASSIVO	1.614.648,81
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	22.987.189,92
		RESULTADOS ACUMULADOS	10.570.287,71
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1.648.359,04
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.218.646,75
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.557.477,63
TOTAL	35.172.126,44	TOTAL	35.172.126,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2015
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	1.205.626,27	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.545,54
ATIVO CIRCULANTE	1.205.626,27	PASSIVO CIRCULANTE	230.545,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.386,69
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	320.809,52
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.347,06
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	552.702,12
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	33.966.500,17	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.384.103,27
ATIVO CIRCULANTE	149.226,13	PASSIVO CIRCULANTE	883.585,47
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	849.364,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	340.682,14
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
INVESTIMENTOS	4.222,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
IMOBILIZADO	33.209.494,97	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.384.103,27
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	33.966.500,17		
SALDO PATRIMONIAL			33.235.321,05

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	3.300,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.146.780,88
TOTAL	3.300,00	TOTAL	7.146.780,88
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		EXERCÍCIO ATUAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
ORDINÁRIA		-211.771,57	
VINCULADA		884.695,72	
Alienções de Bens destinados a Outros Programas		30.529,84	
Assistência Farmacêutica Básica		13.749,72	
Atenção Básica		135.512,37	
Bolsa Família		9.042,38	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE		36,85	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		137.302,79	
Convênio Transfêrio - Civil		13.281,68	
Convênio Transfêrio - Militar		14.888,91	
Convênio Transfêrio - Prefeitura		6.061,70	
Fundo Especial do Petróleo		5,18	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 3

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Gestão do SUS	44,04
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	37.276,36
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	5.307,92
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.546,60
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	19,69
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20,15
S.F. Transferências de Convênios – Estado/Outros	851,84
S.F. Alienações de Bens destinados a Outros Program	11.847,60
S.F. Assistência Farmacêutica Básica	133.071,03
S.F. Atenção Básica	10.027,03
S.F. Bolsa Família	5.217,95
S.F. Contr. p/ o Custeio dos Serv. de Ilum. Públ. - C	108.135,54
S.F. Convênio Trânsito - Civil	10.352,47
S.F. Convênio Trânsito - Militar	13.510,79
S.F. Convênio Trânsito - Prefeitura	2.349,36
S.F. Outras Transf. de Rec. p/ o Fundo de Assist. Soc	9.490,88
S.F. Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ.-FND	4.163,44
S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	611,06
S.F. Salário Educação	0,48
S.F. Transferências de Convênios - Outros	12.477,60
S.F. Transferências de Convênios - Saúde	8.332,12
S.F. Vigilância em Saúde	17.667,78
Salário Educação	3.183,29
Transferência SUAS/ Estado	26.420,24
Transferências de Convênios – Estado/Outros	6.198,42
Transferências de Convênios - Educação	45,27
Transferências de Convênios - Outros	37.110,28
Transferências de Convênios - Saúde	22.631,30
Transferência do SUS/Estado	7.597,95
Vigilância em Saúde	4.825,82
TOTAL	652.924,15

Luzerna, 12/04/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO _ PROCESSO LICITATÓRIO N° 0023/2016

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0023/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 0012/2016

REGISTRO DE PREÇO N° 0008/2016

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, n° 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório n° 0023/2016 a modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 0012/2016, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO n° 0008/2016 que até 09h00min, do dia 03 de maio de 2016, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n° 3440, de 15 de janeiro de 2016, estará recebendo propostas para o Registro de Preços para eventuais contratações futuras, com pedidos parcelados, para aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Macieira, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 03/05/2016, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial n° 0012/2016, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 18 de abril de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27/2016

PORTARIA Nº 27/2016, de 15 de abril de 2016.

NOMEIA ASSESSOR LEGISLATIVO

Ver. Ednilson Schelbauer, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e artigo 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSÉ EMÍLIO MANCHENHO, para o cargo em Comissão de Assessor Legislativo, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 2.710,25 (dois mil, setecentos e dez reais e vinte e cinco centavos), a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 15 de abril de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 422/2016

DECRETO Nº 422, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2016,

CONSIDERANDO,

Que foi realizado para o cargo de Agente de Manutenção e Conservação Concurso Público Edital nº 001/2014, no qual não houve nenhum inscrito, Processo Seletivo Edital nº 002/2014, com um aprovado que desistiu da vaga, Processo Seletivo Edital nº 002/2015, com um aprovado que não apresentou a documentação exigida e Processo Seletivo Edital nº 001/2016 que não houve aprovados,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado por tempo determinado, pelo período de 15 de abril a 15 de outubro de 2017, MARIANO WEIZMANN, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 386.505.509-59, para ocupar o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 423/2016

DECRETO Nº 423, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.451 – Infraestrutura Urbana

15.451.0011 – Serviços Urbanos

15.451.0011.1.007 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 424/2016

DECRETO Nº 424, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Lote "A", parte do lote urbano nº (8), com área de (346,06 m²), com edificação, e Lote "D", parte do lote urbano nº (8), com área de (325,00 m²), sem edificação, perfazendo a área total de (671,06 m²), ambos da Quadra nº (12), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 17.235 e 18.744 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Lauri Linke, brasileiro, casado, funcionário público, portador da C.I. RG nº 13/R-2.230.060-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 637.572.069-91, domiciliado e residente na Rua Santa Terezinha, nº 541, na cidade de Iraceminha/SC, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU.: A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:

PARTE DO LOTE "A" e PARTE DO LOTE "D", parte do lote urbano nº (8), com as áreas respectivas de (346,06 m² e 325,00 m²), totalizando (671,06 m²), da Quadra nº (12); com edificação, sendo uma casa residencial de alvenaria, com área construída de 175,90 m², coberta de telhas de fibrocimento; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do lote "C", parte do lote urbano nº (8), na extensão de 26,00 metros, de Ademir Celuppi – M. 19.393;- ao Sul, com parte do lote "B", parte do lote urbano nº (8), na extensão de 26,00 metros, de Liane Linke Manfrin – M. 17.236;- ao Leste, com parte do lote "B", parte dos lotes urbanos nºs (7 e 10), e parte do lote urbano nº (7), na extensão de 25,81 metros, de Vilson Luiz Bernardi – M. 18.588;- ao Oeste, com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 25,81 metros.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 425/2016

DECRETO Nº 425, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos no ano das eleições e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O disposto na legislação que regula a realização das eleições, bem como nas Resoluções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral;

A necessidade de disciplinar a atuação dos agentes públicos da Administração Municipal durante o período alcançado pela legislação eleitoral, resguardando-se a Administração Pública quanto à prática de qualquer conduta vedada, por exclusiva ação de seus agentes;

Que para a fiel observância dos princípios e normas legais vigentes, faz-se necessária a orientação aos servidores e agentes públicos do Município quanto às condutas vedadas em período eleitoral,

DECRETA:

Art. 1º São proibidas aos agentes públicos do Município de Maravilha, nos termos da Lei nº 9.504/97, as seguintes condutas:

I- A partir de 1º de janeiro de 2016:

- a) ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta, indireta ou fundacional, como linhas telefônicas, e-mails, veículos, material de expediente e semelhantes, ressalvada a utilização de espaço público para a realização de convenção partidária;
- b) usar materiais ou serviços, custeados pelo Governo Municipal, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e nas normas dos órgãos e das entidades que integram;
- c) ceder servidor ou empregado público da administração direta, indireta ou fundacional, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver em gozo de férias ou licenciado;
- d) fazer ou permitir uso promocional, em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Município;
- e) a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, exceto nos casos de calamidade pública, de situação de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa;
- f) durante o horário de expediente, fazer qualquer menção a candidaturas, ou promessa com fins eleitorais, bem como solicitar votos;
- g) promover reuniões com fins eleitorais dentro dos órgãos públicos, em horário de expediente ou fora dele;

h) suspender as aulas ou liberar os estudantes, bem como os servidores municipais para participarem de eventos políticos.

- i) dar, oferecer ou prometer bens ou vantagens ao eleitor para obtenção de votos;
- j) em horário de expediente, participar de evento político, permanecer em comitês de candidatos e/ou coligações, ou usar qualquer indumentária ou espécie de propaganda de candidato;
- k) a distribuição e afixação de qualquer material de propaganda eleitoral nas dependências de quaisquer prédios públicos pertencentes ao Município.

II - No primeiro semestre de 2016, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos realizados no primeiro semestre dos anos de 2013, 2014 e 2015;

III - A partir do dia 5 de abril de 2016 até a posse dos eleitos, fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo no decorrer do exercício de 2016;

IV - A partir de 2 de julho de 2016 até a posse dos candidatos eleitos:

- a) nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, de ofício, remover, transferir ou exonerar servidor público, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas:
 1. A nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;
 2. A nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016;
 3. A nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal;

V - A partir de 2 de julho de 2016 até a data da eleição:

- a) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;
- b) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.
- c) contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos, na realização de inaugurações de obras públicas;
- d) a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas.

§ 1º Para os efeitos do presente Decreto considera-se agente público, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta.

§ 2º Os programas sociais de que trata o inciso a alínea "e", do inciso I deste artigo não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

Art. 2º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta e fundacional deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos, imagens ou expressões que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 3º O agente público que tiver ciência de alguma irregularidade prevista neste Decreto deverá adotar as providências cabíveis para suspender a conduta vedada, bem como identificar o infrator e comunicar tal fato à Administração, para a apuração da responsabilidade do responsável, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, sujeitando o responsável a procedimento administrativo disciplinar.

Art. 5º A infração a qualquer dispositivo dos termos deste Decreto e da legislação eleitoral será de inteira e exclusiva responsabilidade do agente público que a cometer, sujeitando-se a responsabilidade administrativa, civil e penal pelos atos a que der causa.

Art. 6º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 426/2016

DECRETO Nº 426, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Descentraliza regime de adiantamento, nomeia servidores responsáveis e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica descentralizado o regime de adiantamento de que trata o Decreto nº 049, de 30 de janeiro de 2001 e Lei Municipal nº 2.518, de 23 de janeiro de 2001, nos termos do presente Decreto.

Art. 2º As despesas dos servidores da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto; Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, Secretaria de Saúde; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Assistência Social serão cobertas por adiantamento, tendo como responsáveis os servidores municipais: Roseméri Bruch Rodrigues da Silva, Cleiton Borgaro, Miriane Sartori, Claudir Sansigolo e Flávia Roberta Figueiredo, respectivamente.

Art. 3º Para efeitos de movimentação financeira, via bancária, ficam autorizadas as servidoras municipais a procederem na emissão de cheques, de conta específica, com somente suas assinaturas, nominando a mesma como Prefeitura Municipal de Maravilha/Adiantamento.

Art. 4º Aplicam-se, no que couber, os dispositivos do art. 6º, do Decreto nº 049/2001, bem como da Lei Municipal nº 2.518/2001.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 068, de 26 de julho de 2013, nº 024, de 20 de fevereiro de 2014 e nº 398, de 7 de abril de 2016.

Maravilha – SC, 15 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 002/2016

ROSIMAR MALDANER, Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 3.694/2013, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo Simplificado de Títulos, para admissão em caráter temporário de servidor para ocupar o cargo de Monitor de Oficina de Artesanato, que será regido pela legislação em vigor e normas estabelecidas por este edital.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS, VISANDO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE MONITOR DE OFICINA DE ARTESANATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Do cargo/função, vaga, carga horária, turno, habilitação e vencimento:

Cargo	Vaga	Carga horaria semanal	Turno	Habilitação	Vencimento
Monitor de Oficina de Artesanato	01	20 horas	Diurno	Ensino Médio com curso na área específica	749,45

1. 2. São atribuições do cargo realizar trabalhos, artesanais/manuais com grupos sociais.

2. DAS INSCRIÇÕES, LOCAL, PERÍODO, HORÁRIO E DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. DAS INSCRIÇÕES

2.1.1. As inscrições estarão abertas no período das 08h30min às 11 horas e das 13h30min às 17 horas do dia 18 ao dia 27 de abril de 2016.

2.1.2. Local: As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Maravilha- SC, na Avenida presidente Kennedy.

2.1.3. A inscrição no processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.1.4. São requisitos para a inscrição:

- I) Ser brasileiro nato ou naturalizado,
- II) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completo até o dia da contratação, se classificado;
- III) Estar em dia com o serviço militar (sexo masculino);
- IV) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- V) Ter sanidade mental e capacidade física;
- VI) Ter a habilitação indicada no item 1.1 deste Edital
- VII) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos, nos termos da CF/88;
- VIII) Apresentar original e cópia dos documentos necessários a inscrição;
- IX) Cumprir as determinações deste Edital.

2.1.5. No ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá apresentar os documentos (original para conferência e cópia para ser entregue), além do preenchimento da ficha de inscrição, modelo Anexo I deste Edital.

I) Documento de identidade;

II) C.P.F.(Cadastro de Pessoa Física)

III) Certidão de casamento ou nascimento;

IV) Certidão de nascimento dos filhos, quando for o caso;

V) Prova de quitação com o serviço Militar quando do sexo masculino;

VI) Comprovante de quitação eleitoral – Título de Eleitor e comprovante da última votação;

VII) Declaração compatibilidade com o serviço público;

VIII) Títulos que deseje sejam pontuados: curso na área de artesanato acima de 20 horas

IX) Certidão de Tempo de Serviço na área pública

2.1.6. Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração com firma reconhecida, acompanhada dos documentos necessários à inscrição.

2.1.7. Será fornecido protocolo depois de efetuada a inscrição.

2.1.8. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, assumindo as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento da ficha de inscrição e em sua entrega.

2.1.9. As informações na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.10. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea, por qualquer motivo.

2.1.11. Verificada, a qualquer tempo, inexatidão nas informações, irregularidade, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, proceder-se-á a eliminação do candidato(a), anulando-se todos os atos decorrentes das inscrições.

2.1.12. Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.1.13. As inscrições serão analisadas pela comissão especial e, a homologação das inscrições serão divulgadas nas datas e local estabelecidos neste edital.

2.1.14. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas (não homologadas), terão prazo, caso queiram, de interpor recursos a ser protocolado conforme disposto neste edital.

3. DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO E CLASSIFICAÇÃO

3.1. Serão Considerados títulos:

a) Cursos e treinamentos específicos na área de artesanato, até 20 horas.

3.2. Será considerado tempo de serviço:

a) Tempo de Serviço na área pública.

3.3. Valor dos títulos:

Especificação dos Títulos	Valor Unitário	Quantidade máxima	Valor máximo Tempo de Serviço
Tempo de Serviço na área pública	1 ponto	5 pontos	5 pontos
Cursos e treinamentos específicos na área de artesanato até 20 horas	0,5 ponto	4 pontos	2 pontos

3.4 Havendo empate entre os candidatos, após a classificação, deverá ser aplicado o seguinte critério:

1º) o que possuir maior tempo de serviço no serviço público municipal;

2º) o que possuir maior número de dependentes;

3º) o de maior idade;

3.5. Persistindo o empate será feito o sorteio.

4. DA CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

4.1 O presente processo seletivo será de caráter classificatório e o resultado final será obtido através da soma dos pontos de título e tempo de serviço conforme a tabela exposta no item 3.0.

4.2 Sendo publicado no site e no mural da Prefeitura dia 29/04/16 o resultado preliminar e o resultado final dia 03/05/16.

5. DOS RECURSOS:

5.1. Caberão recursos do indeferimento das inscrições, do resultado preliminar e do resultado final, que deverão ser interpostos até às 17 horas do primeiro dia útil, subsequente à publicação do resultado a ser impugnado, através de requerimento, conforme modelo do Anexo II, protocolado na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Maravilha.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O Processo Seletivo terá validade por um ano.

6.2. A contratação se dará de acordo com a Lei Municipal nº 032/2010 e Lei Municipal n. 3.694/2013.

6.3. O período de contratação previsto é de 09/05/16 a 09/05/17.

6.4. Ressalva-se que poderá ser rescindindo o contrato a qualquer tempo, por comum acordo, também a qualquer tempo, por conveniência administrativa ou interesse público.

6.5. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados neste processo seletivo.

6.6. Ficam notificados os candidatos classificados de que as contratações no cargo só lhes serão deferidas com o cumprimento das seguintes disposições:

a) A documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e requisitos básicos e igualmente os exigíveis para a respectiva contratação;

b) Atestado de Saúde, comprovando estar apto para o trabalho;

6.7. Os candidatos classificados no processo seletivo somente serão contratados em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme necessidade da administração pública municipal.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

7.1. Todas as publicações relativas ao certame serão publicadas no Mural Público Municipal, junto a Prefeitura Municipal de Maravilha e site do Município <http://www.maravilha.sc.gov.br/>

7.2. A chamada dos candidatos selecionados será feita obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.

7.3. O candidato selecionado que no momento da convocação não aceitar a vaga disponível ou não comparecer no dia designado passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está classificado.

7.4. A aprovação no processo seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a mesma condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município.

7.5. A inexatidão das informações e /ou irregularidades nos documentos, verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão a exoneração do candidato.

7.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão especialmente designada para elaboração do processo seletivo, observando-se a legislação vigente.

7.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, no órgão de divulgação oficial do Município.

Maravilha/SC, 15 de abril de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

EDITAL Nº 002/2016

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nº. da Inscrição _____

CANDIDATO (A) AO CARGO DE: _____

Nome do Candidato: _____

Identidade: _____ - _____ Órgão Expedidor: _____

C.P.F.: _____ Data de Nascimento: _____ / _____ / _____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Título de Eleitor: _____ Zona: _____
Seção: _____

Endereço: _____

Nº _____

Bairro: _____ Município: _____

UF: _____

Escolaridade: _____

Telefone: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2016 E DECLARO, TAMBÉM, SOB AS PENAS DA LEI, SER VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da Inscrição: ____/____/____.

Assinatura do candidato: _____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO

Endereço:

Descrição: Recebi a Ficha de Inscrição nº _____/2016, Anexo I do Edital nº 002/2016.

Assinatura do recebedor: _____

Maravilha, _____ de _____ de 2016. ANEXO II

REQUERIMENTO PARA RECURSO

Ilmo(a). Sr(a).

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Maravilha, (SC).

Eu _____, portador (a) do documento de identidade nº. _____, inscrito (a) no Processo

Seletivo para o cargo de _____ conforme Edital nº/2016, com a inscrição nº. _____ venho por meio deste, interpor recurso quanto a: _____

_____ pelos motivos que seguem:

Nestes termos,
Pede deferimento,

Maravilha/SC, 15 de Abril de 2016.

PROCESSO N. 014/2016 TP 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 014/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 003/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizara no dia 20/04/2016, com início as 09 horas a abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br. Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 11 de abril de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

PROCESSO N. 015/2016 TP 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 015/2016 – Modalidade de Tomada de Preços n. 004/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizara no dia 20/04/2016, com início as 14 horas a abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br. Telefone (49) 3664-0044. Maravilha - SC, 11 de abril de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

RREO 1º BIM

Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA



RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Administração	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	8.910.056,58	100,00
Administração Geral	4.124.438,50	4.124.438,50	1.070.656,79	1.070.656,79	3.053.781,71	607.242,16	607.242,16	6,82
Administração Financeira	3.544.438,50	3.544.438,50	979.814,93	979.814,93	2.564.623,57	524.786,10	524.786,10	5,89
Segurança Pública	580.000,00	580.000,00	90.841,86	90.841,86	489.158,14	82.456,06	82.456,06	0,93
Policimento	870.000,00	870.000,00	253.285,96	253.285,96	616.714,04	68.557,67	68.557,67	0,77
Defesa Civil	420.000,00	420.000,00	117.440,06	117.440,06	302.559,94	36.051,75	36.051,75	0,40
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	50.000,00	32,00	32,00	49.968,00	32,00	32,00	0,00
Assistência Social	400.000,00	400.000,00	135.813,90	135.813,90	264.186,10	32.473,92	32.473,92	0,36
Assistência ao Idoso	3.566.640,00	3.566.640,00	681.342,21	681.342,21	2.885.297,79	425.777,95	425.777,95	4,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	48.740,00	48.740,00	5.200,00	5.200,00	43.540,00	5.200,00	5.200,00	0,05
Assistência Comunitária	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	3.451.900,00	3.451.900,00	676.142,21	676.142,21	2.775.757,79	420.577,95	420.577,95	4,72
Atenção Básica	15.557.800,00	16.738.800,00	3.004.686,80	3.004.686,80	13.734.113,20	2.153.927,63	2.153.927,63	24,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.367.800,00	12.548.800,00	2.058.550,24	2.058.550,24	10.490.249,76	1.364.118,74	1.364.118,74	15,31
Vigilância Sanitária	3.870.000,00	3.870.000,00	828.655,95	828.655,95	3.041.344,05	686.961,66	686.961,66	7,71
Educação	320.000,00	320.000,00	117.480,61	117.480,61	202.519,39	102.847,23	102.847,23	1,15
Alimentação e Nutrição	16.322.520,00	16.572.141,08	3.062.480,14	3.062.480,14	13.509.660,94	2.457.533,20	2.457.533,20	27,58
Ensino Fundamental	680.000,00	680.000,00	54.742,60	54.742,60	625.257,40	16.620,61	16.620,61	0,19
Ensino Superior	8.475.000,00	8.724.621,08	1.398.034,42	1.398.034,42	7.326.586,66	1.060.913,75	1.060.913,75	11,91
Educação Infantil	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	7.055.520,00	7.055.520,00	1.609.703,12	1.609.703,12	5.445.816,88	1.379.998,84	1.379.998,84	15,49
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	939.780,00	939.780,00	111.217,54	111.217,54	828.562,46	39.461,63	39.461,63	0,44
Diffusão Cultural	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	639.780,00	639.780,00	111.217,54	111.217,54	528.562,46	39.461,63	39.461,63	0,44
Planejamento e Orçamento	4.880.000,00	7.007.934,87	3.179.332,30	3.179.332,30	3.828.602,57	1.182.055,17	1.182.055,17	13,27
Infra-Estrutura Urbana	410.000,00	410.000,00	59.854,62	59.854,62	350.145,38	52.454,62	52.454,62	0,59
Serviços Urbanos	790.000,00	2.917.934,87	1.503.650,89	1.503.650,89	1.414.283,98	520.442,90	520.442,90	5,84
Habituação	3.680.000,00	3.680.000,00	1.615.826,79	1.615.826,79	2.064.173,21	609.157,65	609.157,65	6,84
Administração Geral	200.000,00	200.000,00	3.168,41	3.168,41	196.831,59	1.568,41	1.568,41	0,02
	20.000,00	20.000,00	3.168,41	3.168,41	16.831,59	1.568,41	1.568,41	0,02

C

R\$ 1,00

DO

(a-d)

63.514,92

17.196,34

19.652,40

97.543,94

01.442,33

83.948,25

49.968,00

67.526,08

40.862,05

43.540,00

66.000,00

31.322,05

84.872,37

84.681,26

83.038,34

17.152,77

14.607,88

63.379,39

63.707,33

12.000,00

75.521,16

00.318,37

00.000,00

00.318,37

25.879,70

57.545,38

97.491,97

70.842,35

98.431,59

18.431,59

ontinua 1/3



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	100,00	54,8
Habituação Urbana	200.000,00	200.000,00	3.168,41	3.168,41	196.831,59	1.568,41	0,02	1
Gestão Ambiental	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	1
Preservação e Conservação Ambiental	125.000,00	125.000,00	300,00	300,00	124.700,00	300,00	0,00	1
Recursos Hídricos	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	1
Agricultura	110.000,00	110.000,00	300,00	300,00	109.700,00	300,00	0,00	1
Extensão Rural	6.048.570,00	6.048.570,00	878.291,81	878.291,81	5.170.278,19	755.750,70	8,48	5,2
Promoção da Produção Agropecuária	5.368.570,00	5.368.570,00	740.664,29	740.664,29	4.627.905,71	618.223,18	6,94	4,7
Indústria	680.000,00	680.000,00	137.627,52	137.627,52	542.372,48	137.527,52	1,54	5
Promoção Industrial	1.670.000,00	1.670.000,00	624.556,22	624.556,22	1.045.443,78	274.564,08	3,08	1,3
Comércio e Serviços	1.670.000,00	1.670.000,00	624.556,22	624.556,22	1.045.443,78	274.564,08	3,08	1,3
Extensão Rural	734.450,00	986.056,37	494.556,73	494.556,73	491.499,64	153.909,59	1,73	8
Promoção Comercial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	5
Turismo	580.000,00	580.000,00	173.307,36	173.307,36	406.692,64	57.240,78	0,64	2
Transporte	114.450,00	366.056,37	321.249,37	321.249,37	44.807,00	96.668,81	1,08	2
Transporte Rodoviário	353.581,50	353.581,50	240.028,70	240.028,70	113.552,80	151.615,00	1,70	2
Desporto e Lazer	353.581,50	353.581,50	240.028,70	240.028,70	113.552,80	151.615,00	1,70	2
Desporto Comunitário	939.780,00	1.169.717,18	541.832,73	541.832,73	627.884,45	169.286,68	1,90	1,0
Encargos Especiais	939.780,00	1.169.717,18	541.832,73	541.832,73	627.884,45	169.286,68	1,90	1,0
Refinanciamento da Dívida Interna	3.250.000,00	3.250.000,00	468.506,71	468.506,71	2.781.493,29	468.506,71	5,26	2,7
Outros Encargos Especiais	300.000,00	300.000,00	65.247,57	65.247,57	234.752,43	65.247,57	0,73	2
	2.950.000,00	2.950.000,00	403.259,14	403.259,14	2.546.740,86	403.259,14	4,53	2,5

C

inuação 2/3

DO (a-d)

63.514,92
98.431,59
80.000,00
24.700,00
15.000,00
09.700,00
92.819,30
50.346,82
42.472,48
95.435,92
95.435,92
32.146,78
40.000,00
22.759,22
69.387,56
01.966,50
01.966,50
00.430,50
00.430,50
81.493,29
34.752,43
46.740,86

ontinua 2/3



Município de Maravilha - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Conti

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	8.910.056,58	54,8
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.912,00	150.912,00	0,00	0,00	150.912,00	0,00	0,00	1
TOTAL (II) = (I + II)	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	8.910.056,58	54,8

FONTE:

Maravilha, 15/04/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPALCLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

inuação 3/3

DO
(a-d)

63.514,92
50.912,00

63.514,92

RREO 1º BIM

Município de Maravilha - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	62.401.900,00	62.401.900,00	10.016.584,88	16,05	10.016.584,88	16,05
RECEITA TRIBUTÁRIA	62.401.900,00	62.401.900,00	9.528.694,61	15,27	9.528.694,61	15,27
IMPOSTOS	10.670.000,00	10.670.000,00	1.364.753,91	12,79	1.364.753,91	12,79
TAXAS	9.250.000,00	9.250.000,00	1.169.645,11	12,64	1.169.645,11	12,64
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.290.000,00	1.290.000,00	184.198,35	14,28	184.198,35	14,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	130.000,00	10.910,45	8,39	10.910,45	8,39
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	500.000,00	500.000,00	125.479,31	25,10	125.479,31	25,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	200.000,00	200.000,00	6.412,25	3,21	6.412,25	3,21
RECEITA AGROPECUÁRIA	300.000,00	300.000,00	119.067,06	39,69	119.067,06	39,69
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	120.000,00	120.000,00	19.165,30	15,97	19.165,30	15,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00	120.000,00	19.165,30	15,97	19.165,30	15,97
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	48.179.900,00	48.179.900,00	7.844.830,32	16,28	7.844.830,32	16,28
TRANSF. DE PESSOAS	47.829.900,00	47.829.900,00	7.806.897,65	16,32	7.806.897,65	16,32
TRANSF. DE CONV.	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	300.000,00	300.000,00	37.932,67	12,64	37.932,67	12,64
MULTAS E JUROS DE MORA	2.032.000,00	2.032.000,00	174.465,77	8,59	174.465,77	8,59
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.200.000,00	1.200.000,00	51.841,60	4,32	51.841,60	4,32
RECEITA DA DIVIDAATIVA	0,00	0,00	9.890,21	0,00	9.890,21	0,00
RECEITAS DIVERSAS	350.000,00	350.000,00	54.593,68	15,60	54.593,68	15,60
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	487.890,27	0,00	487.890,27	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	487.890,27	0,00	487.890,27	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	487.890,27	0,00	487.890,27	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.401.900,00	62.401.900,00	10.016.584,88	16,05	10.016.584,88	16,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de Maravilha - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	62.401.900,00	62.401.900,00	10.016.584,88	16,05	10.016.584,88	52.385.315,12
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	62.401.900,00	62.401.900,00	10.016.584,88	16,05	10.016.584,88	52.385.315,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	8.910.056,58	54.863.514,92	7.168.314,64
DESPESAS CORRENTES	52.911.845,00	53.011.845,00	11.232.245,15	11.232.245,15	41.779.599,85	7.633.494,65	7.633.494,65	45.378.350,35	6.256.945,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.997.500,00	28.827.500,00	4.720.015,76	4.720.015,76	24.107.484,24	4.720.015,76	4.720.015,76	24.107.484,24	4.364.311,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	105.000,00	105.000,00	18.164,03	18.164,03	86.835,97	18.164,03	18.164,03	86.835,97	18.164,03
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.809.345,00	24.079.345,00	6.494.065,36	6.494.065,36	17.585.279,64	2.895.314,86	2.895.314,86	21.184.030,14	1.874.469,98
DESPESAS DE CAPITAL	6.670.715,00	10.610.814,50	3.381.997,90	3.381.997,90	7.228.816,60	1.276.561,93	1.276.561,93	9.334.252,57	911.369,33
INVESTIMENTOS	5.995.715,00	9.935.814,50	3.009.914,36	3.009.914,36	6.925.900,14	1.154.478,39	1.154.478,39	8.781.336,11	814.285,79
INVERSOES FINANCEIRAS	465.000,00	465.000,00	325.000,00	325.000,00	140.000,00	75.000,00	75.000,00	390.000,00	50.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	210.000,00	210.000,00	47.083,54	47.083,54	162.916,46	47.083,54	47.083,54	162.916,46	47.083,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.912,00	150.912,00	0,00	0,00	150.912,00	0,00	0,00	150.912,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.912,00	150.912,00	0,00	0,00	150.912,00	0,00	0,00	150.912,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	8.910.056,58	54.863.514,92	7.168.314,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de Maravilha - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (X + XI)	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	49.159.328,45	8.910.056,58	8.910.056,58	54.863.514,92	7.168.314,64
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	1.106.528,30	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	59.733.472,00	63.773.571,50	14.614.243,05	14.614.243,05	—	8.910.056,58	10.016.584,88	—	7.168.314,64

FONTE:

Maravilha, 15/04/2016

ROSIMAR MALDANER PREFEITA MUNICIPAL	CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI CONTADOR CRC/SC 22406/0-0	ADRIANA DIAS CONTROLADORA INTERNA
--	---	--------------------------------------

RREO 1º BIM



MUNICÍPIO DE MARAVILHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.510.000,00	9.510.000,00	1.214.201,03	12,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.200.000,00	2.200.000,00	176.926,20	8,04
1.1.1- IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	148.514,64	7,43
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	556,90	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	23.888,03	11,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	3.966,63	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	156.363,45	7,82
1.2.1- ITBI	2.000.000,00	2.000.000,00	156.363,45	7,82
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.060.000,00	4.060.000,00	664.655,93	16,37
1.3.1- ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	648.511,57	16,21
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	4.486,33	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	10.546,76	17,58
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	1.111,27	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.250.000,00	1.250.000,00	216.255,45	17,30
1.4.1- IRRF	1.250.000,00	1.250.000,00	216.255,45	17,30
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.947.000,00	37.947.000,00	6.235.794,02	16,43
2.1- Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	2.741.294,40	16,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.200.000,00	16.200.000,00	2.741.294,40	16,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	17.800.000,00	17.800.000,00	3.088.225,36	17,35
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	11.845,98	16,92
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	275.000,00	275.000,00	47.309,00	17,20
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	126,66	6,33
2.6- Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	346.992,62	9,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	47.457.000,00	47.457.000,00	7.449.995,05	15,70
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.380.000,00	1.380.000,00	215.790,48	15,64
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.100.000,00	1.100.000,00	185.391,70	16,85
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	280.000,00	280.000,00	26.360,00	9,41
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	2.440,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	1.598,78	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	300.000,00	300.000,00	37.932,67	12,64
6.1- Transferências de Convênios	300.000,00	300.000,00	37.932,67	12,64
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	205.000,00	205.000,00	230.066,57	112,23
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.885.000,00	1.885.000,00	483.789,72	25,67
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.589.400,00	7.589.400,00	1.247.158,45	16,43
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.240.000,00	3.240.000,00	548.258,83	16,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.560.000,00	3.560.000,00	617.644,92	17,35
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	2.369,18	16,92
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	55.000,00	55.000,00	9.461,81	17,20
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	25,32	6,33
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	720.000,00	720.000,00	69.398,39	9,64
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.000.000,00	9.000.000,00	1.385.045,60	15,39
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.000.000,00	9.000.000,00	1.378.551,34	15,32
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	6.494,26	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.410.600,00	1.410.600,00	131.392,89	9,31
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				



MUNICÍPIO DE MARAVILHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.700.000,00	8.700.000,00	1.328.904,20	15,27	1.328.904,20	15,27
13.1- Com Educação Infantil	4.500.000,00	4.500.000,00	741.411,31	16,48	741.411,31	16,48
13.2- Com Ensino Fundamental	4.200.000,00	4.200.000,00	587.492,89	13,99	587.492,89	13,99
14- OUTRAS DESPESAS	300.000,00	300.000,00	117.442,00	39,15	117.442,00	39,15
14.1- Com Educação Infantil	150.000,00	150.000,00	117.442,00	78,29	117.442,00	78,29
14.2- Com Ensino Fundamental	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.000.000,00	9.000.000,00	1.446.346,20	16,07	1.446.346,20	16,07
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.446.346,20
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						95,95
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						8,48
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-4,43
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	11.864.250,00		11.864.250,00	1.862.498,76	15,70	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.025.520,00	7.025.520,00	1.809.703,12	22,91	1.379.998,84	19,64
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.355.000,00	7.355.000,00	1.102.555,29	14,99	921.921,92	12,53
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.350.000,00	4.350.000,00	587.492,89	13,51	587.492,89	13,51
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.005.000,00	3.005.000,00	515.062,40	17,14	334.429,03	11,13
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.380.520,00	14.380.520,00	2.712.258,41	18,86	2.301.920,76	16,01
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						131.392,89
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						6.494,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						137.887,15
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.164.033,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						29,05
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.100.000,00	1.100.000,00	45.858,05	4,17	1.383,46	0,13
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	280.000,00	529.621,08	249.621,08	47,13	137.608,37	25,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.380.000,00	1.629.621,08	295.479,13	18,13	138.991,83	8,53
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	15.760.520,00	16.010.141,08	3.007.737,54	18,79	2.440.912,59	15,25



MUNICÍPIO DE MARAVILHA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2016/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.378.551,34	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.494,26	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.385.045,60	0,00

Maravilha, 15/04/2016

ROSIMAR MALDANER
PREFEITA MUNICIPAL

CLÁUDIO JOSÉ ZEMBRUSKI
CONTADOR CRC/SC 22406/O-0

ADRIANA DIAS
CONTROLADORA INTERNA

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Massaranduba

PREFEITURA

CO 36.2016 (PMM) ALIRIO VALENTINI MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: ALIRIO VALENTINI

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESPECIALIDADE DE PROFESSOR DA LÍNGUA ITALIANA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 10.980,00 (dez mil, novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 12 DE ABRIL DE 2016 À 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

MASSARANDUBA, 13 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

CO 37.2016 (PMM) CONECTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA - ME

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: CONECTEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET DURANTE O PERÍODO NO QUAL SE REALIZARÁ A 15ª FECARROZ – FESTA CATARINENSE DO ARROZ.

VALOR CONTRATADO: R\$ 7.880,00 (sete mil, oitocentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 15 DE ABRIL DE 2016 À 04 DE MAIO DE 2016.

MASSARANDUBA, 15 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 3291 DE 12 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº. 3291 DE 12 DE ABRIL DE 2016

Autoriza Abertura de Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1742 de 12 de Abril de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional especial no Orçamento 2016 no valor de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais), no programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1109 – Construção da Secretaria de Saúde e Ambulatório Geral de Massaranduba
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 43.500,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais) do programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1098 – Aquisição de Veículos para a Saúde Básica
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 43.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 12 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1742 DE 12 DE ABRIL DE 2016

LEI Nº. 1742 DE 12 DE ABRIL DE 2016

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1109 – Construção da Secretaria de Saúde e Ambulatório Geral de Massaranduba
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 43.500,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 43.500,00 (Quarenta e três mil e quinhentos reais) do programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0190.1098 – Aquisição de Veículos para a Saúde Básica
0602 – 44900000 – Aplicações Diretas
0602 – 10200 – Receita de Impostos- Saúde R\$ 43.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 12 DE ABRIL DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12.2016 PP 05.2016 (FMS) - SOROS PARA PRONTO ATENDIMENTO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SORO GLICOSADO, FISIOLÓGICO E GLICOFISIOLÓGICO DESTINADOS AO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 02/05/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 02/05/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 18 de abril de 2016.

SIMONE APARECIDA DE SOUZA – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MÁRIO FERNANDO REINKE – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/2016

15/04/2016

Concede Homenagem de cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Senador DALIRIO JOSÉ BEBER.

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 16, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte:

Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Senador DALIRIO JOSÉ BEBER, pelos serviços prestados a Sociedade Massarandubense.

Art. 2º. As despesas referentes a este Decreto Legislativo correrão por conta de verba orçamentária da Câmara Municipal.

Art. 3º. O Presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 15 DE ABRIL DE 2016.

Vanderlei Sasse

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

DECISÃO RECURSO PR Nº 016-2016

DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2016

Conforme parecer jurídico anexado ao processo, referente à impugnação dos recursos apresentados pelas empresas GRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM NEGÓCIOS INTERNACIONAIS E A COPAR MÁQUINAS, fica determinado o não provimento aos dois recursos protocolados, sendo dado prosseguimento ao processo, com data de abertura dos envelopes determinada para o dia 22/04/2016 as 08h00min horas.

Meleiro/SC 14 de abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

DECISÃO RECURSO PR Nº 022-2016

DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

A empresa SMB – SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA interpôs recurso protocolado na data de 14/04/2016, insurgindo-se quanto à confecção do edital.

Entretanto, a realização do certame fora aprazada em 15/04/2016, ou seja, o recurso protocolizado é intempestivo.

Desse modo, em descumprimento direto do edital e da legislação, deixo de conhecer o recurso e por consequência, o mérito, prosseguindo-se o certame pelos próprios fundamentos.

Pelo exposto, deixo de conhecer o recurso, por ser absolutamente intempestivo.

Publique-se.

Meleiro/SC 15 de abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026-2016 - EXCESSO EDUCAÇÃO MOBILIÁRIO

DECRETO n.º 026/2016

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 45.624,00 (Quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.361.1004 – Aquis. Área, const. Escolas e Aquis. Equip. Ens. Básico	
4.4.90.00.00.00.00.00.0744.0 – Aplicações Diretas (13)	R\$ 45.624,00
Total	R\$ 45.624,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de

arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do recursos repassado pelo FNDE -Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, através do PAR – Plano de Ações Articuladas, processo nº 23400009777201436 e Termo de compromisso nº 201404414.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 028-2016 - SUPERAVIT SAÚDE - PMAQ

DECRETO n.º 028/2016.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 24.607,61 (Vinte e quatro mil, seiscentos e sete reais, sessenta e um centavos), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2056 – Manutenção do PMAQ	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0787.0 – Aplicações Diretas (71)	R\$ 24.607,61
Total	R\$ 24.607,61

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2015.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Março de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA Nº 184/2016

PORTARIA n.º 184/2016.

TRATA DA POSSE DE SERVIDOR PARA O CARGO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:

EMPOSSAR

Art. 1.º O Senhor MARCOS DAVI LEMOS STIEBEE, no cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2015, homologado em 29 de Janeiro de 2016, nomeado pela Portaria nº051/2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 185/2016

PORTARIA n.º 185/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO - E.S.F POR TEMPO DE-TERMINADO

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares n.º 027/2009, nº 032/2010 e nº 034/2011, RESOLVE:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor RAFAEL BRANDENBURG FERNANDES para ocupar o cargo de Médico – E.S.F, para exercer suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até (seis) meses, em virtude de substituição de servidor.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 186/2016

PORTARIA n.º 186/2016.

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor DAVERSON VASSALLO DO CARMO, no cargo de Agente administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2015, homologado em 29 de Janeiro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Abril de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 087/2016

PORTARIA Nº 087/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIVETE ANA SANTOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando em especial a programação de férias do respectivo Departamento e requerimento da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Marivete Ana Santolin	13.02.2015 a 12.02.2016	18.07.2016 a 29.07.2016 (12 dias) + AP

* AP: Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 15 de abril de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

Monte Carlo

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 36.2016 MATERIAL

HIDRAULICO E OUTROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 48/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016
REGISTRO DE PREÇOS

0.1 OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de MATERIAS HIDRAULICOS E OUTROS, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.. ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 18/04/2016 ate as 13:45 do dia 29/abril/2016, ABERTURA: às 14:00 horas do dia 29/abril/2016.

TIPO MENOR PREÇO – POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de Abril de 2016
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 47/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 47/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016
REGISTRO DE PREÇOS

0.1 OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2016.. ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 18/04/2016 ate as 10:00 do dia 29/abril/2016, ABERTURA: às 10:30 horas do dia 29/abril/2016.

TIPO MENOR PREÇO – POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de Abril de 2016
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 46/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 46/2016
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2016

0.1 OBJETO: O presente pregão tem como objeto a aquisição futura parcelada de MEDICAMENTOS PARA FARMACIA BASICA e DO HOSPITAL NOSSA SENHORA SALETE-HNSS do Fundo Municipal Saude. ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 18/04/2016 ate as 08:30 do dia 29/abril/2016, ABERTURA: às 09:01 horas do dia 29/abril/2016.

TIPO MENOR PREÇO – POR ITEM INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 15 de Abril de 2016
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 031/2016

DECRETO Nº 031/2016, em 15 de Abril de 2016.

“INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Concurso Público para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Instituir a Comissão de acompanhamento e fiscalização do Concurso Público, para provimento dos cargos efetivos descritos nos editais nº 001/2016 e 002/2016, composta pelos seguintes membros, com presidência do primeiro:

I – Rangel de Fáveri Serafim

II – Lorena Leal da Silva

III – Janete de Fátima dos Santos Bordin

IV – Queila de Almeida Simões Zanata

V – Célio Teixeira

Art. 2º Os Concursos Público nº. 001/2016 e 002/2016 reger-se-ão pelas disposições específicas dos Editais, nos termos da legislação vigente, competindo à Comissão o acompanhamento e fiscalização de todas as fases do processo, bem como decidir os casos omissos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 15 de Abril de 2016.

Agnaldo David Maccari

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Fernando Dilton Teixeira

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

CONTRATOS MAR/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: RAFAEL SILVERIO 05166487990

CNPJ: 15.154.937/0001-99

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 9/2016

Fundamento Legal:

Objeto: O presente instrumento tem como OBJETO, a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados em capoeira para o município de Morro da Fumaça/SC.

Data da Assinatura: 18/03/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016

Vigência: 18/03/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.040,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

Contratado: JOSE PAULO POLLA 04207380965

CNPJ: 15.155.901/0001-20

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 10/2016

Fundamento Legal:

Objeto: O presente instrumento tem como OBJETO, a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados em Ginástica Laboral para o município de Morro da Fumaça/SC.

Data da Assinatura: 18/03/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016

Vigência: 18/03/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.040,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARTA ROSI PEREIRA SCREMIN**C.P.F.:** 533.992.699-00**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de 01 profissional na área de psicopedagoga**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Data da Assinatura:** 30/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 30/03/2016 a 30/07/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

CONTRATOS MAR/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/1

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CAMPOS E ROCHA INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 09.524.859/0001-74

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 18/2016

Número do Processo: 18/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 10/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS REFERENTES AO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA VIGILANCIA SANITÁRIA, BEM COMO A MANUTENÇÃO PERIODICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ALVARA SANITARIO, IMPLEMENTAÇÃO DE ROTINAS PARA EFICIENCIA NA COBRANÇA DA TAXA DO ALVARA SANITÁRIO

Data da Assinatura: 07/03/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016

Vigência: 07/03/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 17.000,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

Contratado: LABORATORIO PREVE LTDA.

CNPJ: 03.288.464/0001-33

Modalidade: Outras Modalidades

Número da Licitação: 17/2016

Número do Processo: 17/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 11/2016

Fundamento Legal:

Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para o Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico e Grupo 02 - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM)", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível

Data da Assinatura: 29/03/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016

Vigência: 29/03/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 65.000,00

Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS MAR/2016 PMMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CAMPOS E ROCHA INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO LTDA ME**CNPJ:** 09.524.859/0001-74**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 30/2016**Número do Processo:** 30/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS JUNTO A SECRETÁRIA DE FINANÇAS, SETOR DE TRIBUTOS (RECEITAS PRÓPRIAS DO MUNICÍPIO).**Data da Assinatura:** 03/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 03/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 36.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** BALTAZAR PELLEGRIN**C.P.F.:** 246.102.169-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 34/2016**Número do Processo:** 34/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, imóveis para A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC com as seguintes Matrículas: Nº 21.773 Livro Nº2 Fls 1 ano 2003 e Nº 21.772 Livro Nº2 Fls 001 ano 2003**Data da Assinatura:** 03/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 03/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 45.718,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CAMILO & GHISI LTDA.
CNPJ: 00.070.414/0001-97
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 57/2014 **Número do Processo:** 57/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 4-104/2014
Fundamento Legal:
Objeto: CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 6 SALAS DE AULA PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXO.

Data da Assinatura: 07/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016
Vigência: 07/03/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.064,91 **Forma de Pagamento:**

Contratado: CAMILO & GHISI LTDA.
CNPJ: 00.070.414/0001-97
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 57/2014 **Número do Processo:** 57/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 4.1-104/2014
Fundamento Legal:
Objeto: CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESCOLA COM 6 SALAS DE AULA PADRÃO FNDE NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA CONFORME ANEXO.

Data da Assinatura: 07/03/2016
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016
Vigência: 07/03/2016 a 31/12/2016
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 48.957,18 **Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** RD - ADMINISTRACAO DE MOVEIS E IMOVEIS LTDA**CNPJ:** 08.805.784/0001-37**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 35/2016**Número do Processo:** 35/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 25/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** 1. O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial em alvenaria, sito a Rua Pedro Frasson, nº 189, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para funcionamento da escola Zuleima Búrgio Gublielmi.**Data da Assinatura:** 08/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 08/03/2016 a 30/04/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 32.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** VALDETE GUOLLO SALVAN.**C.P.F.:** 657.903.919-15**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 35/2016**Número do Processo:** 35/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** 1. O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial em alvenaria, sito a Rua Pedro Frasson, nº 189, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para funcionamento da escola Zuleima Búrgio Gublielmi.**Data da Assinatura:** 08/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 08/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EXPANDE SOLUÇÕES ME**CNPJ:** 06.095.205/0001-84**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 36/2016**Número do Processo:** 36/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ESTADUAIS E FEDERAIS, ACOMPANHAMENTO DA REGULARIDADE FISCAL E MONITORAMENTO DE SISTEMAS VINCULADOS A CONTABILIDADE conforme anexo.

Data da Assinatura: 15/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 15/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 77.900,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** EPBAZI CONSULTORIA LTDA - ME**CNPJ:** 22.479.831/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 37/2016**Número do Processo:** 37/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAR PROCESSO SELETIVO PARA DIVERSOS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, conforme anexo.

Data da Assinatura: 15/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 15/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.790,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SOCIEDADE ESP.E RECREAT.RUI BARBOSA**CNPJ:** 83.463.398/0001-20**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 39/2016**Número do Processo:** 39/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, 01 (um) imóvel, que servirá para as práticas esportivas e educacionais dos alunos da rede municipal de ensino.**Data da Assinatura:** 18/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 18/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.000,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** ALMEIDA & ALMEIDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**CNPJ:** 07.539.079/0001-72**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 38/2016**Número do Processo:** 38/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PINTURA PARA REPAROS E REFORMAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 23/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 23/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 44.916,50**Forma de Pagamento:** PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 6/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VIGA MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.**CNPJ:** 04.498.578/0001-70**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 38/2016**Número do Processo:** 38/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PINTURA PARA REPAROS E REFORMAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 23/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 23/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.899,75**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** AELSIO JOSE DA SILVA - ME**CNPJ:** 20.500.215/0001-89**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 38/2016**Número do Processo:** 38/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PINTURA PARA REPAROS E REFORMAS EM DIVERSAS ESCOLAS MUNICIPAIS, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 23/03/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/04/2016**Vigência:** 23/03/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.097,50**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 7/7

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:

Março/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SIDEK SERVIÇOS DE ATERRO E ESCAVAÇÃO LTDA

CNP J: 95.865.788/0001-05

Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 42/2016

Número do Processo: 42/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 33/2016

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de Serviços para execução de Drenagem Pluvial das Ruas Sílvia Capelette de Costa, Donato Alberto Talfemback, Conêgo Dominone e Ema Cesca de Souza conforme anexo.

Data da Assinatura: 30/03/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 10/04/2016

Vigência: 30/03/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 57.520,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

Navegantes

PREFEITURA

ATA JULGAMENTO PEDIDO PRORROGAÇÃO PREGÃO 18/2016

ATA DE JULGAMENTO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL REFERENTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 PMN

Aos 15 dias de abril de 2016, às 9:30 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 377 de 29 de fevereiro de 2016, com intuito de analisar e julgar o Pedido de prorrogação de prazo de entrega de veículos, referente ao Edital do Pregão Presencial nº 18/2016 PMN, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS QUE FUNCIONAM NO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, protocolada por CAMPINAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME – CNPJ: 05.744.092/0001-38, em 05/04/2016.

1 - DO PEDIDO:

Em síntese, manifesta-se a empresa CAMPINAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME, requerendo o pedido de prorrogação do prazo de entrega dos 5 veículos objeto da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Menciona que os carros levam em torno de 45 a 60 dias para serem entregues pelas concessionárias, pedindo então um prazo de prorrogação de 2 meses, para poder cumprir fielmente com a prestação do serviço.

2- DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decidem pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 – Segundo disposto no item 10 do Anexo V, da Minuta do Contrato:

“Caberá à contratada disponibilizar os veículos ao Município de Navegantes em até 05 (cinco) dias após a assinatura do Contrato, devidamente equipados.”

Como se pode observar o edital publicado prevê a data de entrega dos veículos, ou seja, quando apresentada a proposta era sabido que o mesmo deveria ser entregue na data prevista, assumindo a contratada a responsabilidade de entregar o mesmo na data. Visto isto, presume-se que, se a data foi estabelecida e a contratada, observando as especificações, apresentou a proposta dos veículos, a contratada disponibilizaria os veículos apresentados no tempo determinado.

Outro ponto importante a frisar é que a licitação atendeu a todos os princípios licitatórios, inclusive o da Publicidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal da República, sendo dada ampla divulgação, possibilitando ao licitante interessado em participar o tempo necessário para ler todas as disposições de prazos e datas a serem cumpridos.

2- No item 4.2.2.3 dispõe:

“A proponente deverá apresentar apenas 01 (uma) marca e um modelo para cada Item cotado, sob pena de desclassificação da proposta”.

Observa-se aqui que, o edital ofereceu a possibilidade de escolha do veículo a ser apresentado, desde que, respeitadas as especificações, ou seja, o veículo apresentado foi proposta da Contratada, tendo a contratada obrigação de tê-lo disponível.

Analisando os pontos apresentados, evidencia-se que, o edital

apresentou a data para a entrega do veículo e a opção de apresentação do modelo por parte do contratado, desde que, de acordo com as especificações previstas.

Diz o Artigo 66 da Lei de Licitações nº 8666/93:

“O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua Inexecução total ou parcial.”

Nos contratos administrativos as condições contratuais a serem observadas decorrem, necessariamente, do edital e da proposta que dão origem, respeitando assim os princípios administrativos, sendo assim, se apresentado prazos e especificações de itens no edital, deve-se cumprir, pois, a responsabilidade foi assumida pela contratada na apresentação da proposta.

Aproveita-se deste, para citar as sanções explícitas no edital:

17.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município de Navegantes/SC pelo infrator:

17.1.1 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

17.1.2 Multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor das propostas apresentadas pela proponente;

17.1.3 Suspensão do direito de licitar e contratar com esta Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

17.1.4 Impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

17.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública.

Também é importante citar o item 14.1 da RESCISÃO

14.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

E o artigo 78, inciso I da Lei 8.666/93

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato

I- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

Observados requisitos apresentados, o recurso apresentado não merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital. Aproveita-se para notificar a contratada para que no prazo de 5 dias entregue o automóvel apresentado na proposta, sob pena de rescisão do contrato.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 15de abril de 2016.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

FRANCIELE JUSTINO

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

MIROSLAVA MARIN

TATIANA DE ALENCAR CARLINI

RATIFICANDO

NÁDIA BRAZ BINS

Secretária de Administração.

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 30/2016 PMN II

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 30/2016 PMN II

ABERTO O CERTAME NO DIA 15 DE ABRIL DE 2016, AS 09H:00MIN, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS CONSTRUTORA RENASCENCE E FORTE ROCHA CONSTRUTORA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, OS MEMBROS DA COMISSÃO INICIARAM A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DAS EMPRESAS HABILITADAS, SENDO OS SEGUINTE VALORES APRESENTADOS:

FORTE ROCHA: R\$ 139.568,79

CONSTRUTORA RENASCENCE: R\$ 123.624,44

L.C EMPREITEIRA: R\$ 126.056,76

ENGEV: R\$ 143.544,01

EMPREITEIRA V.B: R\$ 148.852,28.

DESTA FORMA, A EMPRESA CONSTRUTORA RENASCENCE FOI CONSIDERADA VENCEDORA DO CERTAME, MOMENTO EM QUE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS), DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS E CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSIST. SOCIAL-CREAS, DENTRE ELES PESSOAS USUÁRIAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E DEMAIS ATIVIDADES RELACIONADAS AS REUNIÕES E OFICINAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO PAFI E DO PAIF, ATRAVÉS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 03/05/2016 até às 8h50. Abertura envelopes: 03/05/2016 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de abril de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 43/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS ORIUNDOS DE ORGANIZADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL REGIDA PELA LEI Nº 11.947/2009 PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO

ESCOLAR DOS ALUNOS DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, INFANTIL E CRECHES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC - ÍTENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016. Data da entrega dos envelopes: 29/04/2016 até às 8h50. Abertura envelopes: 29/04/2016 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de abril de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 5/2016 FMVT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 FMVT

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS (BONÉ, CAMISA, CALÇA E COTURNO), PARA SEREM UTILIZADOS PELOS AGENTES MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 02/05/2016 até às 8h50. Abertura envelopes: 02/05/2016 às 9h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de abril de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

DECISÃO RECURSO REEQUILÍBRIO E RESSARCIMENTO BALTT 216-2014

DECISÃO- PEDIDO REEQUILÍBRIO E RESSARCIMENTO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO

EMPRESA: BALTT TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM

CNPJ: 00.145.589/001-16

Aos 13 (treze) dias, do mês de abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas na Concorrência nº216/2014, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de reequilíbrio do presente registro de preços, pelos fundamentos que passa expor.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa BALTT TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM arguindo:

1 – A empresa requer o ressarcimento de valores, alegando que, houve mobilizações da obra por três vezes, acarretando custos não previstos em contrato. Alega também que, a prefeitura emitiu paralisação da obra por não ter recursos assegurados, prejudicando a continuidade da obra e a velocidade da execução, gerando prejuízos não previstos.

2 – A empresa também requer que seja analisado novamente o pedido de reequilíbrio já apresentado e indeferido por este setor.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, a comissão decide pela improcedência do recurso conforme segue:

1 – O recurso solicitando os ressarcimentos foi indeferido, pois, junto ao pedido não foram apresentados documentos que comprovem a majoração dos valores diante dos fatos apresentados.

Segundo o item 5.3 do edital que dispõe:

“A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte), deve-se prever também o reequilíbrio quando cabível para menos, em prol da Administração.” (grifo nosso).

Observa-se claramente neste item a necessidade da apresentação dos documentos que venham a comprovar o real prejuízo no contrato.

É pertinente citar o julgado do TCU afirmando a necessidade de demonstração clara da ocorrência dos fatos onerosos:

“Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tornam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei n.º 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA n.º 12/96, Dez/96, p. 834).”

Para que o reequilíbrio financeiro e os reajustes possam ser realizados é necessária a existência de documentos devidamente protocolados pelo contratado justificando a necessidade e comprovando para a Administração a necessidade de recomposição de preços quanto ao valor de determinado bem ou serviço.

Conforme preconiza Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, demonstração de desequilíbrio, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço reequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e peridiocidade”.

2 – Também vale ressaltar, da solicitação de reanálise da decisão da qual indeferiu o pedido de reequilíbrio, esta comissão mantém a decisão. Conforme citado pela contratada, cada contrato é um contrato e tem sua particularidade comercial de momento, mas, é importante salientar que o preço do mercado não se altera de pessoa para pessoa, nem muito menos de contrato para contrato, o aumento pode acontecer com aumentos de tributos, inflação, dentre outras formas, mas, não pelo simples fato de serem contratos ou pessoas diferentes. Conforme a decisão de indeferimento, os valores solicitados para reequilíbrio são maiores do que os ofertados na proposta, pela mesma empresa, em nova licitação, lembrando que na mesma época.

O Princípio da Isonomia proíbe o tratamento desigual para iguais, configurando no caso em tela o descumprimento deste princípio.

De acordo com os argumentos apresentados, a falta de apresentação de documentos exigidos para comprovação de desequilíbrio, esta comissão decide por indeferir os pedidos formulados em recurso.

- Publique-se
É a decisão.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
Secretária de Administração e Logística

Comissão Permanente de Licitação:

FERNANDA H. CONSTANCIO

BÁRABARA ANDRESSA GARCIA

LEILA MENGARDA

DECISÃO RECURSO REEQUILÍBRIO PREGÃO 11/2015 RARIDADE

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO

EMPRESA: RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME
CNPJ: 85.101.731-0001-86

Aos 14 (quatorze) dias, do mês de abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº.11/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio solicitado pela empresa Raridade, dos itens 01, 05, 06, pelos fundamentos que passa a expor.

O recurso solicitando reequilíbrio de preços foi indeferido, pois, junto ao pedido não foram apresentados documentos que comprovem a majoração dos valores dos produtos apresentados.

Segundo o item 6.3 do edital que dispõe:

“A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).” (grifo nosso).

Observa-se claramente neste item a necessidade da apresentação dos documentos que venham a comprovar o real prejuízo no contrato.

É pertinente citar o julgado do TCU afirmando a necessidade de demonstração clara da ocorrência dos fatos onerosos:

“Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tornam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei n.º 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA n.º 12/96, Dez/96, p. 834).”

Conforme preconiza Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, demonstração de desequilíbrio, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço reequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e peridiocidade”.

Nos documentos apresentados foram vistos vários fatores que fazem com que os mesmos não comprovem a real necessidade do reequilíbrio, fatores estes elencados abaixo:

1. Foram apresentadas CÓPIAS das notas fiscais, sendo necessárias as originais. Vale frisar que as cópias apresentadas não

apresentam boa qualidade, algumas, inclusive, de difícil leitura.
2. Grande parte das notas apresentadas não representam os itens solicitados, apresentando valores de tampas de lixeiras, soda caustica, dentre outros, impossibilitando a conferência dos itens.
3. Algumas notas foram apresentadas do ano de 2014, data esta impossível de se avaliar, visto sua antecedência à data da apresentação das ofertas.
4. Outras notas apresentam os produtos mas, não a quantidade prevista no edital, 5 litros e a nota apresenta o produto com apenas 1 litro.

De acordo com os argumentos apresentados, a falta de apresentação de documentos exigidos para comprovação de desequilíbrio, esta comissão decide por indeferir os pedidos formulados.

Departamento de Compras

Corroborando

Nádia Braz Bins
Secretária de Administração

DECRETO 41/2016 REVOGA NA INTEGRA O DECRETO 32/2016

DECRETO N º 041 DE 08 DE ABRIL DE 2016

REVOGA NA ÍNTEGRA O DECRETO 32 DE 17 DE MARÇO DE 2016 QUE NOMEAVA MEMBROS PARA INSTITUÍREM A COMISSÃO PARA ANALISAR A GRATIFICAÇÃO DE SERVIDORES QUE EXERCEM A FUNÇÃO DE FISCAIS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1 º Fica REVOGADO na íntegra, o Decreto 32 de 17 de março de 2016 que nomeava membros para instituírem a comissão para analisar a gratificação de servidores que exercem a função de fiscais.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL 24/2016 CONVOCAÇÃO DA 10ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida João Sacavem, n º 975 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC Fone/Fax: (047) 3342-3583
--	---

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Edital nº 024/2016 - Convocação da 10ª Chamada do Processo Seletivo 001/2015

A Secretaria Municipal de Educação de Navegantes convoca os aprovados do Processo Seletivo, Edital 001/2015.

Os candidatos convocados para escolha de vagas deverão comparecer no Auditório do Paço Municipal – Prefeitura de Navegantes, situado à Rua João Emilio, 100 Bairro: Centro, Navegantes - SC nos dias e horários estipulados no cronograma abaixo.

Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo à ordem de classificação, no horário especificado no cronograma abaixo.

CARGO	Data	Horário	Turno
Professor de Educação Infantil (20 horas)	19/04	08:15	Matutino
Professor de Anos Iniciais (20 horas)	19/04	09:15	Matutino
Professor de Anos Finais (20 horas)	19/04	10:15	Matutino

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretaria Municipal de Educação

ERRATA EDUCAÇÃO 740,741,750,753,754,755,762,766,770,773,775,776,780,781,782,783,784,786,787,788,789,791,790,792,795,796,797,798,799,842,846,849,781

"PORTARIA 740 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GABRIELA DUARTE DA SILVA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 03/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 741 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. TANI CLÉIA DA SILVA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 750 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. ROBERTA SANDOVAL BARLOW, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 753 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. MARIA LÍBANIA MOREIRA DO ROSÁRIO, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 754 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. MICHELLE APARECIDA DE JESUS FERREIRA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de fevereiro de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 755 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. SIRLENE TAMANINI HOLETZ, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 762 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. CARLA SUELY SOARES MARTINS, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 766 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. PIERO PELISSON, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 25/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 25 de fevereiro de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 770 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. MARCOS FABRICIO ROSSETTI BITTENCOURT, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de fevereiro de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 773 DE 23 DE MARÇO DE 2016."**"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. CRISLAINNY MERY FISCHER, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 23 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 775 DE 23 DE MARÇO DE 2016."**"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. ELIANE CURBANI PATIÑO, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 776 DE 23 DE MARÇO DE 2016."**"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"**

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. KAROLINA MACHADO PRADO, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 780 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GLAUCIA RAQUEL SPINDLER, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMpra - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 780 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GLAUCIA RAQUEL SPINDLER, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMpra - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 781 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. FELIPE RAFAEL VIANA DA SILVA, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMpra - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 782 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. ELAYNE BARBARA GRANJA BARRETO, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 25/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 25 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMpra - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 783 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. HELENA VIEIRA, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 784 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. CLAUDIA REGINA DETTONI, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 26/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 26 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 786 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. PAULA VICTORIA CANALLI PACHECO, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 14 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 787 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. VITOR EDUARDO CAMPOS ALVES, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 14 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 788 DE 23 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GABRIELA DEL MORO RAMOS, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 789 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. NATALLY LOUISE OLIVEIRA FRANCISCO, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 791 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. RUI HARTMANN, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 07 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 790 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. THIAGO RODRIGO LIMA CENTURIÃO, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 25/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 25 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 792 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003

- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. LUCIANI TERESINHA ODELI NASCIMENTO, para exercer o cargo de SECRETARIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 795 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. WILLIANS JUNIO FUCKS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 15/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 796 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GISELE CRISTINA DA CAMARA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 797 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. JEFFERSON PINNOW, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 798 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. SANDRO JACOB PEREIRA IEGLI, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 03/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de MARÇO, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 799 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. JESSICA RAQUEL PEREIRA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de MARÇO, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 842 DE 24 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. TULIO SAMUEL RODRIGUES, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/02/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de fevereiro, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 846 DE 24 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. LUIZ ANTONIO PATIÑO, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos períodos matutino e vespertino, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 17/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 17 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 849 DE 24 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. SONIA MARIA BRUNHERA DE ARAUJO, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 03/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 849 DE 24 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. SONIA MARIA BRUNHERA DE ARAUJO, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 03/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 781 DE 23 DE MARÇO DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. FELIPE

RAFAEL VIANA DA SILVA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 02/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXONERAÇÃO 957,979,980,987,988,989,1000

PORTARIA 957 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) TAMARA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 344506, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores efetivos desta municipalidade, a partir de 04 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 979 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) por término de contrato, o (a) Sr (a) PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula 266914, do cargo de PROFESSORA, com 20 horas, pertencente ao quadro dos servidores ACT's desta municipalidade, a partir de 06 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 980 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) por término de contrato, o (a) Sr (a) PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula 266915, do cargo de PROFESSORA, com 20 horas, pertencente ao quadro dos servidores ACT's desta municipalidade, a partir de 06 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 987 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) MARIANGELA SABRINA PEREIRA, matrícula 63269001, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 1º de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 988 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) TAMARA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 401003, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 04 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 989 DE 07 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) MARIA LIBÂNIA MOREIRA DO ROSÁRIO, matrícula 63318601, do cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com 40 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 05 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1000 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 020/2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) por decisão do processo administrativo disciplinar 020/2015, o (a) Sr (a) THAIS REGINA DOS SANTOS, matrícula 1984501, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 1º de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 06/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 06/2016 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA COM CAMINHÃO ESPECIAL E EQUIPAMENTOS, COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CAUQ (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE), PARA ATENDER AS NECESSIDADES E MANUTENÇÕES NAS MANTAS ASFÁLTICAS DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC., conforme Pregão Presencial nº 06/2016.

Fornecedor: T.E.S. Tecnologia de Solos Ltda.

Valor: R\$ 328.000,00.

Vigência: 31/12/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 15 de abril de 2016.

LEI 3087/2016 DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO - SERVIDÃO DA TRINDADE

LEI N º 3087 DE 14 DE ABRIL DE 2016

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO – SERVIDÃO DA TRINDADE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1 º O beco da Trindade, sem denominação oficial, localizado a primeira transversal da rua Raimundo Mathiola, no bairro Machados, passa a denominar-se oficialmente SERVIDÃO DA TRINDADE.

Art. 2 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA MATERNIDADE 966.967.968

PORTARIA 957 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) TAMARA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 344506, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores efetivos desta municipalidade, a partir de 04 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 04 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 979 DE 06 DE ABRIL DE 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) por término de contrato, o (a) Sr (a) PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula 266914, do cargo de PROFESSORA, com 20 horas, pertencente ao quadro dos servidores ACT's desta municipalidade, a partir de 06 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 980 DE 06 DE ABRIL DE 2016.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR TÉRMINO DE CONTRATO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) por término de contrato, o (a) Sr (a) PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula 266915, do cargo de PROFESSORA, com 20 horas, pertencente ao quadro dos servidores ACT's desta municipalidade, a partir de 06 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 06 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 987 DE 07 DE ABRIL DE 2016.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) MARIANGELA SABRINA PEREIRA, matrícula 63269001, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 1º de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 988 DE 07 DE ABRIL DE 2016.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) TAMARA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 401003, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 04 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 04 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 989 DE 07 DE ABRIL DE 2016.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) a pedido, o (a) Sr (a) MARIA LIBÂNIA MOREIRA DO ROSÁRIO, matrícula 63318601, do cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com 40 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 05 de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1000 DE 08 DE ABRIL DE 2016.
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) POR DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 020/2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I – EXONERAR, o (a) servidor (a) por decisão do processo administrativo disciplinar 020/2015, o (a) Sr (a) THAIS REGINA DOS SANTOS, matrícula 1984501, do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 30 horas, pertencente ao quadro dos servidores EFETIVOS desta municipalidade, a partir de 1º de abril de 2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA PREMIO 929,955,956,997

PORTARIA 929 DE 1º DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) MARINEI LEAL DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (NOVENTA) dias, pelo período de 1º/04/2016 a 29/06/2016, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 1º de abril de 2016 a 29 de junho de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias referentes a deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 1º de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 955 DE 04 DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) RONISE DE AZEVEDO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de PROFESSORA, matrícula 159701, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias,

pelo período de 11/04/2016 a 09/06/2016, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 11 de abril de 2016 a 09 de junho de 2016. Fazendo gozo de 60 (sessenta) dias referentes a deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 11 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

NÁDIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 956 DE 04 DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) EDILENE DOS SANTOS BENTO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de agente de serviços gerais, matrícula 502501, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias, pelo período de 04/04/2016 a 02/06/2016, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de abril de 2016 a 02 de junho de 2016. Fazendo gozo de 60 (sessenta) dias referentes a deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 04 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

NÁDIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 997 DE 08 DE ABRIL DE 2016

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) SILVIA ELIZABETE KOSSE GARCIA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de agente de serviços gerais, matrícula 116705, com carga horária de 20 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 08/04/2016 a 06/07/2016, referente ao serviço público prestado entre 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 08 de abril de 2016 a 06 de julho de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias referentes a deste período.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir 08 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

NÁDIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA SAUDE 969,975,977,978

PORTARIA Nº. 969 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003, RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) HARRY KRETZFELD JUNIOR, matrícula 322202 no cargo de PROFESSOR, pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de 1º/03/2016 até 29/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2016, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 975 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003, RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) HARRY KRETZFELD JUNIOR, matrícula 322203 no cargo de PROFESSOR, pertencente ao quadro de servidores efetivos, pelo período de

1º/03/2016 até 29/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º de abril de 2016, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 977 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003, RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula 266914 no cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores ACT's, pelo período de 03/10/2014 até 05/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

Secretária Municipal de Administração e Logística

PORTARIA Nº. 978 DE 05 DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA DE TRATAMENTO DE SAÚDE"

O Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003, RESOLVE:

I - Conceder licença de tratamento de saúde, o (a) Sr. (a) PATRICIA COELHO MARTINS PEREIRA, matrícula 266915 no cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores ACT's, pelo período de 03/10/2014 até 05/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a partir de 03 de outubro de 2014, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
Secretária Municipal de Administração e Logística

LICENÇA SEM VENCIMENTO 931,959

PORTARIA N º 931 DE 1º DE ABRIL DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratamento de assuntos particulares, ao (a) servidor (a) ALEIDA DIAS CORREIA, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pelo período de 1º/04/2016 a 1º/04/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 1º DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 1º de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 959 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratamento de assuntos particulares, ao (a) servidor (a) JOSÉ BRAZ FERREIRA, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, pelo período de 1º/04/2016 a 1º/04/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos retroativos a partir de 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 04 de abril de 2016.

NÁDIA BRAZ BINS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LICENÇA SEM VENCIMENTO 998

PORTARIA N º 998 DE 08 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares a pedido ao (a) servidor (a) SILVIA ELIZABETE KOSSE GARCIA, matrícula 116710, PROFESSORA, com 20 horas, pelo período de 11/04/2016 a 11/04/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11/04/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, DE 08 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, de 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÃO POR CONCURSO PORTARIA 1043/2016

PORTARIA N º 1043 DE 14 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 002/2013 a Sra. GABRIELA SPEZZATTO, para exercer o cargo de PRODUTORA CULTURAL, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 08/04/2016

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES 947,941,940,948,954,955,970,971,973,974,994,995,996,1001,1002,1003

"PORTARIA 947 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GERSON LUIS CARNIEL, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de abril de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 941 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. CRISTINA ROCHA DE SOUZA, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 21/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 21 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 940 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 002/2013 a SRª. WAGNER NASCIMENTO DE SOUZA, para exercer o cargo de PRODUTOR CULTURAL, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 29/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 948 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. ALEX DA SILVA ANHAIA, para exercer o cargo de ADVOGADO - CREAS, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 30/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 30 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 954 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. ADEMIR MATHES, para exercer o cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 955 DE 04 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. MARCOS ANTONIO MACHADO, para exercer o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO DE PEQUENO PORTE, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 970 DE 05 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. NIVALDO DE LIMA JUNIOR, para exercer o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF, do quadro de servidores efetivos da

municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 971 DE 05 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA GRANDIS, para exercer o cargo de MÉDICA GINECOLOGISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 973 DE 05 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. DANIEL DA SILVA ALMEIDA, para exercer o cargo de MOTORISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 974 DE 05 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. GABRIEL ANTONIO RABEL JUNIOR, para exercer o cargo de MOTORISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 05 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 05 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 994 DE 08 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. DEISON LENHARDT, para exercer o cargo de MEDICO VASCULAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 995 DE 08 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2014, a SRª. VANESSA DE SOUZA SATURNINO, para exercer o cargo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 05/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 996 DE 08 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. FILIPE MARTINS DE MELLO, para exercer o cargo de MÉDICO REUMATOLOGISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 1001 DE 08 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. ROBERTO PENZ, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS DE GRANDE PORTE, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 1002 DE 08 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. ROMÁRIO RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o cargo de MOTORISTA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 1003 DE 08 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. SIDNEY RUY KOCH, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS DE MÉDIO PORTE, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06 de ABRIL de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NOMEAÇÕES 949,950,946,945,,944,943,991,990,999

"PORTARIA 949 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. GABRIEL LUIZ TAMANINI, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período matutino, no C.E. PROF. MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de abril, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 950 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. CARLA DE MATOS DA SILVA, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 28/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 950 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 003/2014, a SRª. FREDERICO PEIXOTO FERRÃO NAKUI, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Fundação de Esportes, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 31/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 31 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 946 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. WAGNER HEINZEN, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 28/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 945 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. ABELARDO PEREIRA DOS SANTOS NETO, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.M.PROFª. VERGINIA GUEDES LEMOS, no C.M.E.I.PROFª. JOSÉ DOS PASSOS LEMOS e no C.M.E.I.PROFª KATIA REGINA GAZANIGA DE SOUZA, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 28/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 944 DE 04 DE ABRIL DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. HIGOR EMANUEL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 21/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 21 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 943 DE 04 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. SUELLEN ALMEIDA BATISTA, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na E.M.PROFª. NAZIR RODRIGUES REBELLO e na E.M.PROFª. CLARINDA MARIA GAYA, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 28/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28 de março, de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 04 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 991 DE 07 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. CÁSSIA DE ANDRADE CHAVES, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 04/04/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de abril de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 990 DE 07 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. NELSON GONÇALVES PINTO JUNIOR, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 22 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 07 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

“PORTARIA 999 DE 08 DE ABRIL DE 2016.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015, a SRª. LILIANE

FAGUNDES DOS SANTOS, para exercer o cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 15/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15 de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 08 DE ABRIL DE 2016.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA - PREGÃO PRESENCIAL 06/2016 FMS

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA - PREGÃO PRESENCIAL 06/2016

RESUMO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

AO(S) DIA(S) 13 DE ABRIL DE 2016, ÀS 09h00, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE AS PREGOEIRAS E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADAS PELA PORTARIA Nº 377 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

PARTICIPANTE(S): BACKES CONFECÇÕES LTDA (2436), MARCIA GIRARDI - ME (16293).

ABRIU-SE O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES MARCIA GIRARDI, BACKES CONFECÇÕES, TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E ENQUADRADAS COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES FORAM VISTAR OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS E VISTADAS PELOS PRESENTES. LOGO APÓS A CONCLUSÃO DA FASE DE PROPOSTAS, COM A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS PRESENTES VERIFICOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL.

SEGUIU-SE À ETAPA DOS LANCES.

APÓS A SESSÃO DOS LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS DOS ITENS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

TODOS OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE ESTE PROCESSO DE LICITAÇÃO, FORAM RESPECTIVAMENTE RUBRICADOS PELA(S) PREGOEIRA(S), EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S).

NÃO HOUE MENSÃO DE RECURSO; ENCERROU-SE O CERTAME E ENCAMINHOU-SE O PROCESSO À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

FRANCIELE JUSTINO	PREGOEIRA SUBSTITUTA
CARLA CLAUDINO	PREGOEIRA
JOSEZITE DOS SANTOS	EQUIPE DE APOIO
TATIANA DE ALEN-CAR CARLINI	EQUIPE DE APOIO
	EQUIPE DE APOIO
	EQUIPE DE APOIO

NAVEGANTES SC, 13 DE ABRIL DE 2016.

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA - PREGÃO PRESENCIAL 72/2015 FMS

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA - PREGÃO PRESENCIAL 72/2015

RESUMO DA ATA PREGÃO PRESENCIAL 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

AO(S) DIA(S) 13 DE ABRIL DE 2016, ÀS 14h00, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE AS PREGOEIRAS E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADAS PELA PORTARIA Nº 377 DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

PARTICIPANTE(S): AUSENTE

ABRIU-SE O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE AUSENTE, FOOT COMERCIAL LTDA ME, DEVIDAMENTE CREDENCIADA ENQUADRADA COMO ME/EPP TENDO ENTREGUE OS TRÊS ENVELOPES CONFORME CONSTA NO EDITAL.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS E VISTADAS PELOS PRESENTES. LOGO APÓS A CONCLUSÃO DA FASE DE PROPOSTAS, COM A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS PELOS PRESENTES VERIFICOU-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL.

SEGUIU-SE À ETAPA DOS LANCES.

ITENS FRACASSADOS 4, 6, 7, 8.

APÓS A SESSÃO DOS LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS CUMPRIRAM COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

TODOS OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE ESTE PROCESSO DE LICITAÇÃO, FORAM RESPECTIVAMENTE RUBRICADOS PELA(S) PREGOEIRA(S), EQUIPE DE APOIO.

NÃO HOUE MENSÃO DE RECURSO; ENCERROU-SE O CERTAME E ENCAMINHOU-SE O PROCESSO À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

FRANCIELE JUSTINO	PREGOEIRA SUBSTITUTA
TATIANA DE ALEN-CAR CARLINI	EQUIPE DE APOIO
	EQUIPE DE APOIO
	EQUIPE DE APOIO

NAVEGANTES SC, 13 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA 1024/2016 SUBSTITUI TITULAR DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ALTERANDO PORTARIA 378/2016

PORTARIA Nº 1024 DE 13 DE ABRIL DE 2016

SUBSTITUI PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ALTERANDO PORTARIA 378/2016.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo 8.666/93.

RESOLVE:

I SUBSTITUIR titular da Comissão Permanente de licitação alterando portaria 378/2016 conforme segue:

TITULAR: Ellinton Pedro de Souza

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA EXONERAÇÃO 1036/2016

PORTARIA N º 1036 DE 14 DE ABRIL DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) DIANDRA PEREIRA, da função de Assessor Técnico III a partir de 11/04/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA LICENÇA PREMIO 1042/2016

PORTARIA N º 1042 DE 14 DE ABRIL DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (a) senhor (a) ROMEU MAGALHÃES MACHADO JUNIOR, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal efetivo no cargo de auxiliar fiscal de tributos, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 14/04/2016 a 12/07/2016, referente ao serviço público prestado entre 2002/2007.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 14 de abril de 2016 a 12 de julho de 2016. Fazendo gozo de 90 (noventa) dias deste período aquisitivo.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA NOMEAÇÃO 1044/2016

PORTARIA N º 1044 DE 14 DE ABRIL DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

Art. 1 º NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de Diretor de Gestão de Recursos Humanos o(a) senhor(a) DIANDRA PEREIRA, com a data de 12/04/2016.

Art. 2 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2016.

.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PROGRESSÃO FUNCIONAL 926,925,985,986

PORTARIA N º 926 DE 1º DE ABRIL DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) JONES FRANCISCO ARAIS, no quadro geral de servidores no cargo de FISCAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTES, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2011/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01/02/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 925 DE 1º DE ABRIL DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) LUIZ VIEIRA, no quadro geral de servidores no cargo de VIGIA, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2011/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01/02/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 985 DE 07 DE ABRIL DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) ETELVINA MELANIA VIEIRA, no quadro geral de servidores no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01/03/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N º 986 DE 07 DE ABRIL DE 2016

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao (a) Sr. (a) JOSÉ WAGNER MAFRA, no quadro geral de servidores no cargo de motorista, posicionando para a referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o período avaliado de 2014/2016.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos retroativos a partir de 01/02/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PRORROGAÇÕES LICENÇA SEM VENCIMENTO 928

PORTARIA Nº.928 DE 1º DE ABRIL DE 2016.

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, A PEDIDO"

Prefeito de Navegantes em exercício, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar Nº. 007 de 11/11/2003 Capítulo IV Seção III, Artigo 89.

RESOLVE:

I. Prorroga, a pedido, a Licença Para tratar de Interesses Particulares, do (a) servidor (a) Srª. GIANINI GRAZIELI FRANCISCO, que exerce o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, com carga horária de 40 horas semanais.

II. A concessão de que trata o item I desta portaria será concedida a prorrogação da licença para tratar de interesses particulares a partir de 02 de abril de 2016 a 02 de abril de 2018.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de abril de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

EMILIO VIEIRA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

REMOÇÃO ADMINISTRATIVA EDUCAÇÃO 927

PORTARIA Nº. 927 DE 1º DE ABRIL DE 2016.

"REMOVER O SERVIDOR ADMINISTRATIVAMENTE"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) JANETE MARIA PEGORARO BARON, matrícula 85901, Professor MAG III, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para a C.M.E.I. Profª Clarinda Maria Gaya, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 1º de abril de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

REMOÇÃO POR PERMUTA EDUCAÇÃO 523,522,525,5 26,527,528,475,476,482,529,530,531,532,533

PORTARIA Nº. 523 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) ALICE DA SILVA, matrícula 428909, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, da C.M.E.I. Prof. Didymea Lazaris de Oliveira, para a C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PORTARIA Nº. 522 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) LOURDES DE FATIMA WALTRICK DIAS CALDEIRA, matrícula 170510, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, da C.M.E.I. Prof. Maria de Lourdes Couto Cabral, para a C.M.E.I. Portal do Saber, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 525 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) ANA RUBIA DO AMARAL ROSA, matrícula 291108, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, da C.M.E.I. Portal do Saber, para a C.M.E.I. Profª Maria de Lourdes Couto Cabral, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 526 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) PRISCILA CRISTINA RÉGIS, matrícula 6190701, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto, para a C.M.E.I. Profª Maria das Neves Emilio, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 527 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) ELZA ANICETO DA SILVA, matrícula 1974901, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Prof Maria das Neves Emilio, para a C.M.E.I. Profª Marlene de Souza Couto, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 528 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) MARTA ENI DUTRA, matrícula 117807, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período matutino/vespertino, da C.M.E.I. Prof. Alcireia da Conceição Couto, para a C.M.E.I. Recanto dos Baixinhos, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 475 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) FERNANDA DOS SANTOS, matrícula 166503, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Recanto dos Baixinhos, para a C.M.E.I. Prof Alcireia da Conceição Couto, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 476 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) FERNANDA DOS SANTOS, matrícula 166504, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, da C.M.E.I. Recanto dos Baixinhos, para a C.M.E.I. Prof Alcireia da Conceição Couto, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 482 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) VANESSA CRISTINA NASCIMENTO, matrícula 179116, Professor (a) MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, da C.M.E.I. Prof. Maria de Lourdes Couto Cabral, para a C.M.E.I. Prof Alessandra Zilda da Silva, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 529 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) GEOVANITA SAMANTA HELLGRENN, matrícula 1998110, Professor (a) MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, da C.M.E.I. Prof. Alessandra Zilda da Silva, para a C.M.E.I. Prof Maria de Lourdes Couto Cabral, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.

Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 530 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) ELISANDRA PEREIRA BENTO COUTO, matrícula 84905, Professor (a) MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Prof Silvet Couto de Miranda, para a C.M.E.I. Prof Clarinda Maria Gaya, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 531 DE 04 DE MARÇO DE 2016

“REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) MARIA DA PAZ ALVES ROMÃO, matrícula 1974601, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Prof Clarinda Maria Gaya, para a C.M.E.I. Prof Silvet Couto de Miranda, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PORTARIA Nº. 532 DE 04 DE MARÇO DE 2016

"REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) SELONI APARECIDA RAMOS, matrícula 294110, Professor (a) MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Prof Bernadete Maria Sedrez da Silva, para a C.M.E.I. Prof Maria das Neves Emilio, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº. 533 DE 04 DE MARÇO DE 2016

"REMOVER O SERVIDOR POR PERMUTA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo da Lei Complementar Nº 009 de 18 de novembro de 2013.

RESOLVE:

I – Remover, o (a) servidor (a) ARIANE DA COSTA MENDES WANGER, matrícula 381006, Professor (a) MAG III, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino, da C.M.E.I. Prof. Maria das Neves Emilio, para a C.M.E.I. Prof Bernadete Maria Sedrez da Silva, a partir de 29/02/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 29 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 04 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 04 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RETIFICA 672

PORTARIA Nº. 672 DE 15 DE MARÇO DE 2016.

"ALTERA A CARGA HORÁRIA A PEDIDO"

SR. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1429 de 20/08/2001.

RESOLVE:

I – Concede a alteração da carga horária, do (a) Sr.(a) JUNIOMAR NASCIMENTO DA SILVA, de matrícula 485305, Professor (a) MAG III, no que se refere à carga horária que REDUZ de 40 (quarenta) horas, para 30 (trinta) horas semanais, na área de Ensino Fundamental, disciplina de matemática, sendo que a carga horaria alterada na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos e E.M.Prof Elsir Bernadete Gaya Muller, de 40 horas períodos matutino e vespertino, ficando na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos e E.M.Prof Elsir Bernadete Gaya Muller com 30 horas, nos períodos matutino e vespertino, a partir de 1º/03/2016.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 1º de março de 2016, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 15 DE MARÇO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração nesta data.
Navegantes, 15 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

"PORTARIA 761 DE 22 DE MARÇO DE 2016."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2015 a SRª. GILBERTO WILLIAN ALVES, para exercer o cargo de PROFESSOR ANOS FINAIS, DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período matutino e vespertino, na E.M.PROF. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO, E NA E.M.PROFª ELSIR BERNADETE GAYA MULLER, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 1º/03/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de março de 2016.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE MARÇO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 22 de março de 2016.

Silvana Maria Mendes Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
PUBLICADO
EM
15-04-2016

REVISÃO DE PREÇOS COMERCIAL CIRÚRGICA - TIMBRADO 15-2015 FMS

Decisão Pedido de Revisão de Preços - 15/2015 FMS
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

A empresa, COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ 67.729.178/0001-49 restou vencedora do item 6 – Atenolol 100 Mg e item 20 – Fluoresceína Sodica Colírio 1% , no processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 15/2015 FMS. Em data de 01/04/2016 a empresa protocolou no departamento de Compras e Licitações solicitação de revisão de preços dos itens citados, visando o equilíbrio contratual com fulcro no artigo 65, §5º da Lei nº8.666/93, visto que a Emenda Constitucional nº87/2015 criou uma nova forma de cobrança de Imposto sobre Circulação e Mercadoria e Serviços (ICMS) para vendas interestaduais feitas a não contribuintes, alterando o ICMS de 12% para 17% para ambos os produtos, fazendo com que os valores fossem alterados de R\$0,0290 para R\$0,0305 e de R\$9,1105 para R\$9,5660, respectivamente.

Decisão

Diante do exposto, decide-se pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue

Com base no que foi apresentado, não constam, no pedido feito, os documentos que comprovem a majoração dos valores nos itens supracitados.

Conforme fundamenta o §5º do artigo 65, da lei 8.666/93, que dispõe:

“Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.” (grifo nosso).

A alegação do recorrente não foi comprovada, não foram anexadas declarações, notas, relatórios com a incumbência da prova que alegou.

Vigora para o processo administrativo o mesmo princípio adotado no processo judicial no que toca ao ônus da prova: cabendo ao interessado o ônus da prova em relação às alegações que tenha apresentando. A atribuição do ônus da prova a quem é autor do pedido é uma relação lógica, que acerta no sentido de impedir

que o sujeito passivo tenha que provar todos os seus atos simplesmente por ter havido uma alegação de outrem.

Visto isso, faz-se necessária a apresentação dos documentos que venham a comprovar a repercussão nos preços contratados. Desta forma não existindo base para o pedido, não há possibilidade de concessão do reequilíbrio.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
Secretária de Administração e Logística

Comissão

Pregoeira : Carla Claudino

Pregoeiro Substituta : Franciele Justino

Equipe de Apoio : Miroslava Marin

Tatiana de Alencar Carline

Josezite dos Santos

...

REVISÃO DE PREÇOS COMERCIAL CIRÚRGICA - TIMBRADO 2 46-2015 FMS

Decisão Pedido de Revisão de Preços - 46/2015 FMS
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

A empresa, COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ 67.729.178/0001-49 restou vencedora do item 18 – Amoxicilina 250 Mg/5ml, AC Clavul. 62, item 25 Atenolol 50Mg, item 53 Lidocaina 2% S/V 20ml, cloridrato, item 87 Estrogenios conjugados 0,625mg, item 93 Bromidrato de fenoterol 5mg/ml, item 116 Imipramina 25mg, cloridrato, item 148 Enantato de noretisterona 50mg, item 163 Propranolol 40mg, item 169 Sulfadiazina 500mg, item 180 Valproato de sódio 288mg e item 199 Betametasona, dipr. 6,405mg no processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 46/2015 FMS. Em data de 01/04/2016 a empresa protocolou no departamento de Compras e Licitações solicitação de revisão de preços dos itens citados, visando o equilíbrio contratual com fulcro no artigo 65, §5º da Lei nº8.666/93, visto que a Emenda Constitucional nº87/2015 criou uma nova forma de cobrança de Imposto sobre Circulação e Mercadoria e Serviços (ICMS) para vendas interestaduais feitas a não contribuintes, alterando o ICMS de 12% para 17% para todos os produtos, fazendo com que os valores fossem alterados de R\$7,8000 para R\$8,1900, de R\$0,0270 para R\$0,0284, de R\$1,5500 para R\$1,6275, de R\$0,3990 para R\$0,4190, de R\$1,6500 para R\$1,7325, de R\$0,2000 para R\$0,2100, de R\$5,7000 para R\$5,9850, de R\$0,0120 para R\$0,0126, de R\$0,1340 para R\$0,1407, de R\$1,8900 para R\$1,9845 e de R\$2,9800 para R\$3,1290, respectivamente.

Decisão

Diante do exposto, decide-se pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue

Com base no que foi apresentado, não constam, no pedido feito, os documentos que comprovem a majoração dos valores nos itens supracitados.

Conforme fundamenta o §5º do artigo 65, da lei 8.666/93, que dispõe:

“Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.” (grifo nosso).

A alegação do recorrente não foi comprovada, não foram anexadas declarações, notas, relatórios com a incumbência da prova que alegou.

Vigora para o processo administrativo o mesmo princípio adotado no processo judicial no que toca ao ônus da prova: cabendo ao interessado o ônus da prova em relação às alegações que tenha apresentando. A atribuição do ônus da prova a quem é autor do pedido é uma relação lógica, que acerta no sentido de impedir que o sujeito passivo tenha que provar todos os seus atos simplesmente por ter havido uma alegação de outrem.

Visto isso, faz-se necessária a apresentação dos documentos que

venham a comprovar a repercussão nos preços contratos. Desta forma não existindo base para o pedido, não há possibilidade de concessão do reequilíbrio.

Navegantes, 06 de abril de 2016.

Nádia Braz Bins
Secretária de Administração e Logística

Comissão

Pregoeira : Carla Claudino

.....

Pregoeiro Substituta : Franciele Justino

.....

Equipe de Apoio : Miroslava Marin

.....

Tatiana de Alencar Carlini

Josezite dos Santos

...

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 17 - 2016 - NOMEIA COMISSÃO

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 017/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS:

ARTIGO 1º - Fica nomeado como membros da COMISSÃO DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS o Senhor SOLON MANOEL COSTA inscrito no CPF nº 557.542.289-53, funcionário efetivo; JOÃO PAULO GARCIA PIRES inscrito no CPF nº 031.762.309-58, funcionário comissionado.

ARTIGO 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 15 de abril de 2016.
ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

RESOLUÇÃO Nº 005 - 2016

RESOLUÇÃO Nº005/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições institucionais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Os vereadores ou os servidores da Câmara de vereadores que se deslocarem eventualmente do município, para exercer atribuições inerentes ao cargo e a função estando no interesse da Câmara de Vereadores e do Município, farão jus à diária para cobertura de despesas de alimentação, estadia e locomoção urbana.

Parágrafo único: As despesas com aquisição de passagens, taxas de embarque, seguros e similares não compõem as diárias e serão adquiridas pela Tesouraria da Câmara.

Art. 2º Os valores das diárias corresponderão ao número de unidades fixadas no Anexo Único desta Resolução, para cada grupo de cargo, emprego e função.

Parágrafo Único – O valor da diária terá como base de cálculo a Unidade Fiscal do Município(UFM), multiplicada pelo numero de unidade fixada para cada grupo.

Art. 3º A Autorização para deslocamento e a concessão de diárias serão deferidas pela comissão de Deslocamento e Concessão de Diárias, após a formalização de requerimento com o devido protocolo da recepção e assinatura do funcionário responsável pela recepção, devendo constar no requerimento a identificação do vereador e ou funcionário, o destino e a justificativa do deslocamento.

Parágrafo Primeiro – Os requerimentos de Deslocamento e Concessão de Diárias, para serem apreciados pela Comissão, devem ser protocolados com no mínimo de 24 horas de antecedência.

Parágrafo Segundo - A Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias serão constituídas por dois membros, um efetivo e um comissionado, os quais deverão analisar os requerimentos, deferindo-os ou indeferindo-os, sendo os membros nomeados por portaria pelo presidente.

Art. 4º As diárias poderão ser pagas antes do início da viagem, de uma vez só, exceto nas situações emergenciais e prorrogações, a critério da Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias.

Art. 5º O vereador que estiver ausente representando o Poder Legislativo Municipal em missão oficial de interesse do município terá sua ausência em Sessão Ordinária justificada, independente do número de sessões, percebendo o subsídio da mesma.

Art. 6º A concessão de diária será condicionada a programação mensal e a existência de dotação orçamentária financeira disponível.

Art. 7º A diária é devida a cada período de 24(vinte e quatro) horas de afastamento, tornando-se, como termo inicial e final para contagem dos dias, a hora da partida e a de chegada ao município, respectivamente.

Art. 8º A diária não é devida quando o deslocamento do Vereador ou do Servidor durar menos de 04(Quatro) horas.

Art. 9º Quando o deslocamento tiver início a partir de sexta feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, será expressamente justificado e, dependerá de autorização da Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias.

Art. 10º Nos casos em que o deslocamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que devidamente autorizado pela Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias, o Vereador ou o Servidor terá direito às diárias correspondente ao período prorrogado.

Parágrafo Único – Serão de inteira responsabilidade do beneficiário eventuais alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, quando não autorizados.

Art. 11º Nos caso emergenciais, as diárias poderão ser pagas no decorrer do afastamento do Vereador ou Servidor, mediante a justificativa devidamente fundamentada para a Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias.

Art. 12º O beneficiário da diária deverá, no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas úteis, do seu retorno, prestar contas e apresentar relatório sucinto, por escrito, a Comissão Deslocamento e Concessão de Diárias, anexando documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem.

Parágrafo primeiro – Em relação à prestação de contas, o beneficiário deverá apresentar a comprovação, por intermédio de, ao menos, um documento fiscal por dia.

Parágrafo segundo – O descumprimento no disposto no Caput deste artigo sujeitará o Vereador ou servidor ao desconto integral e imediato em folha dos valores de diária recebidos sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 13º Serão restituídas em 03(Três) dias, contados da data do retorno, as diárias recebidas em excesso.

Parágrafo único - Quando, por qualquer motivo, não ocorrer o afastamento, o beneficiário restituirá as diárias em sua totalidade e no mesmo prazo estabelecido no Caput deste artigo, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 14º É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra atribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 15o. Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, em especial a resolução 002/2015.

Câmara Municipal de Navegantes, 14 de abril de 2016.
ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO MURILO CORDEIRO
Presidente Vice-presidente

FREDOLINO ALFREDO BENTO SAMUEL VIANEI PAGANELLI
1º Secretário 2º Secretário

ANEXO ÚNICO.

GUPOS BASE DE CÁLCULO (UFM) NO ESTADO.

Sem pernoite Com pernoite

1º GRUPO: Presidente da Câmara de Vereadores----- 4,5(UFM)
6,0(UFM)

2º GRUPO: Vereadores----- 3,5(UFM)
4,5(UFM)

3º GRUPO: Servidores----- 3,0(UFM)
4,5(UFM)

GUPOS BASE DE CÁLCULO (UFM) FORA DO ESTADO NO TERRITÓ-
RIO NACIONAL.

Sem pernoite Com pernoite

1º GRUPO: Presidente da Câmara de Vereadores----- 5,5(UFM)

7,0(UFM)

2º GRUPO: Vereadores----- 4,5(UFM)
6,0(UFM)

3º GRUPO: Servidores----- 4,0(UFM)
5,5(UFM)

GUPOS BASE DE CÁLCULO (UFM) FORA DO TERRITÓRIO NACIO-
NAL.

1º GRUPO: Presidente da Câmara de Vereadores----- 11(UFM)

2º GRUPO: Vereadores----- 9,0(UFM)

3º GRUPO: Servidores----- 8,0(UFM)

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 119/2016 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 119/2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para o cargo abaixo indicado, o aprovado no Concurso Público nº 002/2015:

NOME	CARGO	C.H.
Alvina Buttchewits Dalri	Técnico de Enfermagem	40h/ Sem.
Daniella Carina Selli Rhoden	Técnico de Enfermagem	40h/ Sem.
Lucimari Brizolla de Vargas Marques	Técnico de Enfermagem	40h/ Sem.
Maria Cezerino Montibeller	Técnico de Enfermagem	40h/ Sem.
Tatiani Montibeller	Enfermeiro(a)	40h/ Sem.
Valdineia dos Santos Rosa Raiser	Técnico de Enfermagem	40h/ Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 15 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2016

PORTARIA Nº 301/ 2016

Nomeação

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

NOMEAR e LOTAR, através do Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, de acordo com os arts. 11, 15 e 66 da Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal (Grupo 1), ADRIANA LUQUINA DAROSSO DOS SANTOS, matrícula nº 7113, para exercer o cargo de Professor Nível III (Educação Infantil - Creche), Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, Município de Nova Trento, a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 305/2016

PORTARIA Nº 305/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 055/2016, de 25/02/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015, ROGER ROGERIO DE JESUS MENDONÇA MARQUES, matrícula nº 7116, no Cargo de Provimento Efetivo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 01 de abril de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 01 de abril 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 306/2016

PORTARIA Nº 306 /2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal GIZELI CECCATO, matrícula nº 7117, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Agente Social, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 311/2016

PORTARIA Nº 311/ 2016

Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 1.688/99, de 22 de dezembro de 1999, anexo IV (Estatuto do Magistério Público Municipal);

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal CAROLINA CASAGRANDA, matrícula 7120, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha Trinta Réis, do Quadro de Servidores Comissionados do Magistério Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 04 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 312/2016

PORTARIA Nº 312/ 2016

Dispõe sobre Exoneração e Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 59, da Lei nº 1.688/99, de 22 de dezembro de 1999, anexo IV (Estatuto do Magistério Público Municipal), art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 1.688/99, de 22 de dezembro de 1999, anexo IV (Estatuto do Magistério Público Municipal);

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a Servidora Pública Municipal CARLA MARCOLLA, matrícula 6719, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian – Salto, do Quadro de Servidores Comissionados do Magistério Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de abril de 2016.

Art. 2º – NOMEAR a Servidora Pública Municipal CARLA MARCOLLA, matrícula nº 7121, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Servidores Comissionados do Magistério Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 313/2016

PORTARIA Nº 313/ 2016

Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei nº 1.688/99, de 22 de dezembro de 1999, anexo IV (Estatuto do Magistério Público Municipal);

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal HILÁRIA TIRLONI HASS, matrícula 7122, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian – Salto, do Quadro de Servidores Comissionados do Magistério Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 04 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 315/2016

PORTARIA Nº 315/ 2016

Concede Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à Servidora Pública Municipal SIDINEIA RAUPP CHELL, matrícula nº 210, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Casa da Cidadania, Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 03/03/2003 a 02/03/2008, a contar de 04 de abril de 2016 a 03 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 316/2016

PORTARIA Nº 316/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, SANTIM TEODORO TOMASI, matrícula nº 7123, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SANTIM TEODORO TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 398.764.209-25, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Santim Teodoro Tomasi
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 317/2016

PORTARIA Nº 317/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, ENES TOMASI, matrícula nº 7124, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de

Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ENES TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 380.033.689-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Enes Tomasi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 319/2016

PORTARIA Nº 319/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, CLARICE POLI FERRARI, matrícula nº 7125, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no

Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CLARICE POLI FERRARI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ribeirão Frederico, s/n, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.821.689-11, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Clarice Poli Ferrari
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 320/2016

PORTARIA Nº 320/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, BERNARDETE TOMASI CARNIEL, matrícula nº 7131, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF

nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BERNARDETE TOMASI CARNIEL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Molha, Bairro Molha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.468.019-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Bernardete Tomasi Carniel
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 321/2016

PORTARIA Nº 321/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, JOÃO TABONI, matrícula nº 7126, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOÃO TABONI, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento,

portador do CPF nº 591.536.959-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini João Taboni
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 322/2016

PORTARIA Nº 322/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, OSMAR HILLESHEIN, matrícula nº 7127, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor OSMAR HILLESHEIN, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Baixo Capivara, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 617.029.439-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Osmar Hilleshein
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 323/2016

PORTARIA Nº 323/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, SERGIO FACHI, matrícula nº 7128, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SERGIO FACHI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valerio Maleski, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 488.654.359-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais

e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Sergio Fachi
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 324/2016

PORTARIA Nº 324/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal

nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, LAUZINHO LACERDA, matrícula nº 7129, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LAUZINHO LACERDA, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado na Est. Geral do Alto Pitanga, s/n, Bairro Alto Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 245.403.749-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento e três reais e vinte reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Lauzinho Lacerda
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 325/2016

PORTARIA Nº 325/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, CELESTINO ALVES, matrícula nº 7130, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte,

Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor CELESTINO ALVES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Valsugana, Bairro Valsugana, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 803.680.009-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Celestino Alves
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 326/2016

PORTARIA Nº 326/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, VALDOCI LOFY, matrícula nº 7142, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor VOLDOCI LOFY, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Aguti, s/n, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 960.726.799-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (um mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de abril de 2016 a 02 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Valdocí Lofy
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 336/2016

PORTARIA Nº 336/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, ANDRÉ FELIPE REICHERT, matrícula nº 7140, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício no Ginásio Municipal de Esportes Inácio Gullini, Secretaria Municipal de Esportes, Município de Nova Trento, a contar de 07 de abril de 2016 a 06 de abril de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN

FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ANDRÉ FELIPE REICHERT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Felipe Schmidt, s/n, Bairro Ponta Fina Sul, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 059.454.919-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, em exercício no Ginásio Municipal de Esportes Inácio Gullini, Secretaria Municipal de Esportes, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, de 07 de abril de 2016 a 06 de abril de 2017, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Esportes.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini André Felipe Reichert
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 337/2016

PORTARIA Nº 337/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, RONNI NICOLODI, matrícula nº 7141, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esportes (Equipe de Rendimentos), Município de Nova Trento, a contar de 07 de abril de 2016 a 06 de abril de 2017, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RONNI NICOLODI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Mazera, nº 159, Apto. 301, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 870.757.929-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto

Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esportes (Equipe de Rendimentos), Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, de 07 de abril de 2016 a 06 de abril de 2017, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Esportes.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Ronni Nicolodi
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 340/2016

PORTARIA Nº 340/ 2016

Designa Servidor em Substituição

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90;

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal MOACIR ANTONIO FACCHINI, matrícula nº 6533, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Educação, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Servidores Comissionados do Município, para exercer em substituição o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Educação, durante o impedimento do titular Luiz Carlos Orsi, que se encontra em gozo de férias, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 11 de abril de 2016 a 10 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 344/2016

PORTARIA Nº 344/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, LUIS FERNANDO ALVES, matrícula nº 7147, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de abril de 2016 a 07 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo

Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LUIS FERNANDO ALVES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Ribeirão do Krecker, s/nº, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 023.512.949-63, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de abril de 2016 a 07 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini	Luis Fernando Alves
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 345/2016

PORTARIA Nº 345/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, LIRIO ROQUE PEROTONI, matrícula nº 7148, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de abril de 2016 a 07 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LIRIO ROQUE PEROTONI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Est. Geral São Valentim, s/nº, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 824.274.379-72,

firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de abril de 2016 a 07 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Lirio Roque Perotoni
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 346/2016

PORTARIA Nº 346/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocado conforme Decreto nº 103/2016, LUIZ JACINTO CASAGRANDE, matrícula nº 7149, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 11 de abril de 2016 a 07 de outubro de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LUIZ JACINTO CASAGRANDE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Tirol, s/nº, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 432.543.579-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil cento três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de abril de 2016 a 07 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini Luiz Jacinto Casagrande
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de abril de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 347/2016

PORTARIA Nº 347/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 111/2016, de 11/04/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 10/08/2015, TERESINHA MARIA DALRI, matrícula nº 7150, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 11 de abril de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Claraíba, a partir de 11 de abril de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

PORTARIA Nº 348/2016

PORTARIA Nº 348/ 2016

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal ANTONIA MELEK MONTIBELLER, matrícula nº 7151, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Equipe de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 11 de abril de 2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de abril de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 017/2016
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada...: D.D.S COMERCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA - ME
Valor : 26.512,00 (vinte e seis mil quinhentos e doze reais)
Vigência : Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (14) Saldo: 41.491,32
Objeto : O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Lixeiras, para uso da coleta de lixo nas ruas da sede do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e condições, constante no edital.

Novo Horizonte/SC, em 15 de Abril de 2016 – DIRCEU MEZOMO – Gestor FMS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PL FMS Nº 003/16-CV Nº 001/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2016
CONVITE FMS Nº 001/2016
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 15/04/2016
CONTRATADO: D.D.S COMERCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA -ME
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para Aquisição de Lixeiras, para uso da coleta de lixo nas ruas da sede do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e condições, constante deste Processo Licitatório.
VALOR DA DESPESA: R\$ 26.512,00 (vinte e seis mil quinhentos e doze reais)
DATA: 15/04/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO DO PL FMS Nº 005/16-PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/16 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2016 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, do dia 02/05/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro de Novo Horizonte/SC, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 18 de Abril de 2016. DIRCEU MEZOMO – Gestor FMS

EXTRATO DO PL Nº 017/16-PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 017/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A RENOVAÇÃO DAS APÓLICES DE SEGUROS DOS IMÓVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, CONFORME ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 29/04/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01 Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 18 de Abril de 2016. ELI MARIOTT – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PL Nº 018/16-PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/16 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 018/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Itens exclusivos para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE RECAPA-GENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min, no dia 29/04/2016, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 18 de Abril de 2016. ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 20/2016

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 20/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE REVISTAS E KITS DE SAUDE BUCAL PARA DISTRUIÇÃO GRATUITA.

Fundamento legal: Leis Federais NºS 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 10/05/2016 às 13h30min.

Abertura 10/05/2016 às 14h00min.

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 15 de abril de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto

Secretário de Saúde

PROCESSO 21/2016

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 21/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM E ODONTOLÓGICOS DAS DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE.

Fundamento legal: Leis Federais NºS 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 10/05/2016 às 16h00min.

Abertura 10/05/2016 às 16h30min.

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP:88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 15 de Abril de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto.

Secretário de Saúde

PROCESSO 22/2016

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 22/2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 FMS – REGISTRO DE PREÇO

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA.

Fundamento legal: Leis Federais NºS 10520/2002, 8.666/93 Lei Complementar Federal Nº 123/2006.

Data e hora da entrega dos envelopes: 11/05/2016 às 15h00min.

Abertura 11/05/2016 às 15h30min.

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 15 de Abril de 2016.

Aurivam Marcos Simionatto.

Secretário de Saúde

Otacílio Costa

PREFEITURA

LEI 2.371 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CUSTEAR PROVISORIAMENTE AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO, COM SEIS BOLSISTAS ALFABETIZADORES E UM BOLSISTA

LEI Nº 2.371/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CUSTEAR PROVISORIAMENTE AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO, COM SEIS BOLSISTAS ALFABETIZADORES E UM BOLSISTA ALFABETIZADOR-COORDENADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a custear provisoriamente as despesas decorrentes da execução do Programa Brasil Alfabetizado, até que o Governo Federal proceda regularmente os repasses mensais do referido programa.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, fica autorizado a custear previstas no artigo 1º desta Lei, com a concessão de 6 (seis) bolsas Alfabetizador na quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cada; e uma bolsa Alfabetizador-Coordenador na quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais), somando a quantia mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), nos prazos estipulados.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, dentro do Plano de Aplicação das dotações orçamentárias previstas pelo Salário Quota Educação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 08 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 08 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2.372 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA-SC, COM RELAÇÃO AO TRANSPORTE ESCOLAR DE MORADORES DA REGIÃO LÍMITROFE ENTRE OS MUNICÍPIOS.

LEI Nº 2.372/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA/SC, COM RELAÇÃO AO TRANSPORTE ESCOLAR DE MORADORES DA REGIÃO LÍMITROFE ENTRE OS MUNICÍPIOS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Município de Ponte Alta a fim de que os alunos matriculados na Rede Pública de Ensino de Otacílio Costa e que residam no território Ponte Alta possam ser transportados pelo transporte escolar deste Município.

§ 1º. A área de abrangência deste convênio será de 4 (quatro) quilômetros da divisa entre os municípios.

§ 2º. As despesas na execução do serviço público essencial serão arcadas pelos respectivos municípios, conforme dotação orçamentária já prevista.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 08 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 08 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2.373 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI

LEI Nº 2.373/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI, A FIM DE INSTITUIR EM CONJUNTO COM REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO O PROJETO DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, através de sua Unidade localizada na Rua Clementino Zambonato, 119, Bairro Pinheiros, Otacílio Costa/SC, a fim de instituir o projeto de Iniciação Profissional, com disponibilização de 120 (cento e vinte) vagas para os cursos de Eletricidade Básica; Automação Predial; Automação Industrial; Informática; e Desenho Técnico; divididos em 4 (quatro) turmas de 30 (trinta) alunos cada.

§ 1º. As vagas decorrentes deste convênio serão destinadas aos alunos matriculados no 9º ano das Escolas da Rede Municipal de Educação;

§ 2º. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, fica autorizado a repassar a quantia de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para custear as despesas deste convênio, divididos em 9 (nove) parcelas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), que deverão ser pagos mensalmente.

§ 3º. O SENAI deverá prestar constas sobre o controle das matrículas e frequência dos alunos participantes, bem como manter no mínimo a participação de 50% (cinquenta por cento) dos alunos matriculados em cada turma, para que haja o adimplemento mensal do valor do convênio.

§ 4º. Havendo a diminuição da matrícula e frequência dos alunos participantes, os repasses mensais serão reduzidos proporcionalmente às turmas em andamento e regulares.

Art. 2º. Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o Município de Otacílio Costa e o pessoal, de qualquer nível técnico ou profissional, que o SENAI venha a empregar na realização de suas atividades pedagógicas, ainda que, no todo ou em parte, custeados com o auxílio financeiro previsto nesta Lei, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra a entidade beneficiada no caso de, por qualquer meio legal, vir a ser compelido a pagar quaisquer indenizações em decorrência dos serviços prestados pelo SENAI a qualquer título.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, dentro do Plano de Aplicação das dotações orçamentárias previstas pelo Salário Quota Educação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 08 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 08 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2.374 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OTACÍLIO COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 2.374/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OTACÍLIO COSTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Otacílio Costa, entidade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 00.719.998/0001-89, situada na rua Hilton Pereira, 368, Bairro Poço Rico, neste município, para transferência de recursos federais, tendo como finalidade a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor, portadores de deficiência mental/autismo.

Art. 2º. A conveniada receberá mensalmente do conveniente, os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados de acordo com o pactuado e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º. O valor mensal atribuído à prestação dos serviços referidos no caput, no limite de R\$ 15.565,20 (quinze mil quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos) e valor anual de R\$ 186.782,40 (cento e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

§ 2º. A conveniada apresentará a produção dos serviços realizados mensalmente, por meio magnético de acordo com o Sistema SIA – SIH/SUS, obedecendo o procedimento, prazos e cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Conveniente.

Art. 3º. A minuta do Convênio/Contrato segue em anexo, e fica fazendo parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, 2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, 20 3.3.50.00.00.380 – Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2.375 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI Nº 2.375/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Suplementar, no montante de R\$ 186.782,40 (cento e oitenta e seis mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), a saber:

15.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.057 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

R\$ 186.782,40

47 3.3.50.00.00.380 – Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos

R\$ 186.782,40

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 380 – Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br**LEI 2.376 - DENOMINA VIA PÚBLICA DE MARIA TANILIA SARDÁ**

LEI Nº 2.376/2016

DENOMINA VIA PÚBLICA DE: "RUA: MARIA TANILIA SARDÁ".

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica denominada de "RUA: MARIA TANILIA SARDÁ", a Rua: Projetada que inicia nas terras do Sr. Orli Tadeu Sardá e vai até a Rua: Francisco Stel, Bairro Fátima, Município de Otacílio Costa.

Art. 2º. Na placa conterà os seguintes dizeres:
"RUA: MARIA TANILIA SARDÁ, Cidadã Ilustre".

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br**LEI 2.377 - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA GALERIA LILÁS NA CÂMARA DE VEREADORES DE OTACÍLIO COSTA COMO FORMA DE HOMENAGEAR EX-VEREADORAS DO PARLAMENTO OTACILIENSE.**

LEI Nº 2.377/2016

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA "GALERIA LILÁS" NA CÂMARA DE VEREADORES DE OTACÍLIO COSTA COMO FORMA DE HOMENAGEAR EX-VEREADORAS DO PARLAMENTO OTACILIENSE.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica instituída a "GALERIA LILÁS" com o objetivo de homenagear as ex-vereadoras que ocuparam espaço nesta Casa de Leis.

Art. 2º. A "GALERIA LILÁS" será composta por fotos das ex-vereadoras em espaço especial, o qual será inaugurado dia 29 de março de 2016 em Sessão Especial.

Art. 3º. As despesas decorrentes da implantação correrão por conta de dotações específicas do Legislativo Municipal.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 15 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2.378 - CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

LEI Nº 2.378/2016

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica concedido 11,27% (onze vírgula vinte e sete por cento) de reposição salarial aos servidores ativos e comissionados da Administração Municipal e os agentes político, nos termos do art. 37, X, da CF, c/c os §§ 4º e 5º do art. 40 da Lei Complementar nº 45/03, com redação dada pela Lei Complementar nº 90/07 do período de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º. Ficam corrigidas em 11,27% (onze vírgula vinte e sete por cento) as Funções Gratificadas Incorporadas e a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).

Art. 3º. A reposição salarial será paga em sete parcelas, a partir do mês de março de 2016 até o mês de setembro de 2016 no percentual de 1,61% ao mês:

§ 1º. O valor retroativo ao mês de janeiro de 2016 será pago no mês de abril de 2016;

§ 2º. O valor retroativo ao mês de fevereiro de 2016 será pago no mês de julho de 2016;

§ 3º. As parcelas de que trata este artigo poderão ser antecipadas de acordo com a disponibilidade financeira do Erário Municipal.

Art. 4º. A revisão salarial de que trata esta Lei não se aplica aos professores municipais por possuírem piso nacional referente a cada categoria.

Art. 5º. Os inativos (aposentados e pensionistas) vinculados junto ao IPAM receberão o reajuste em parcela única no mês de março de 2016.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 30 de março de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 30 de março de 2016.

LUIZ DONISETE VALENTE

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br**LEI 2.379 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A SECRETARIA DE OBRAS, POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA MESMA SECRETARIA, NO ORÇAMENTO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA.**

LEI Nº 2.379/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA A SECRETARIA DE OBRAS, POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA MESMA SECRETARIA, NO ORÇAMENTO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar para a Secretaria de Obras, no orçamento de 2016, no valor de R\$ 409.200,00 (quatrocentos e nove mil e duzentos reais) para a seguinte dotação orçamentária: Órgão: 06- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade -01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS Projeto/atividade 2.019- Manut. Atividades Sec de Transp, Obras e Serv. Urbanos

Elemento -(078) 3.3.90.00.00.00.01.0000 R\$ 409.200,00

Total de Suplementações R\$ 409.200,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade -01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS Projeto/atividade 1.005- Aquisição e Indenização de Imóveis para Construção.

Elemento -(072) 4.4.90.00.00.00.01.0000 R\$ 21.200,00

Elemento -(073) 4.4.90.00.00.00.01.0089 R\$ 106.000,00

Órgão: 06- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade -01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS Projeto/atividade 1.032- Reequipar Secretaria de Obras

Elemento -(089) 4.4.90.00.00.00.01.0000 R\$ 70.000,00

Elemento -(090) 4.4.90.00.00.00.01.0034 R\$ 212.000,00

Total de Anulações R\$ 409.200,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 05 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 05 de abril de 2016.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2.380 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA.

LEI Nº 2.380/2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Otacílio Costa, crédito adicional especial, no valor de R\$ 284.000,00 (duzentos e oitenta quatro mil reais), para a inclusão do seguinte programa:

Órgão : 06-SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Unidade : 01- SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Função : 15-Urbanismo

Subfunção : 452-Serviços Urbanos

Programa : 45-Infraestrutura Urbana

Projeto : 1.040-Construção de Capela Mortuária

Elemento : (140)- 4.4.90.00.00000 – Aplicações Diretas

Fonte : 00.01.0064 – Convênio Estado/Outros

Valor : R\$ 213.000,00 (duzentos e treze mil reais)

Órgão : 06-SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade : 01- SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS Função : 15-Urbanismo

Subfunção : 452-Serviços Urbanos

Programa : 45-Infraestrutura Urbana

Projeto : 1.040-Construção de Capela Mortuária

Elemento : (139)- 4.4.90.00.00000 – Aplicações Diretas

Fonte : 00.01.0000 – Recursos Próprios

Valor : R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais)

Total de Suplementações R\$ 284.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, a ser operada mediante decretos específicos, as receitas provenientes do convênio com o Estado de Santa Catarina e anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade -01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS Projeto/atividade 1.006-Construção, ampliação e reforma de Praças.

Elemento -(075) 4.4.90.00.00.00.01.0000 R\$ 51.000,00

Órgão: 06- SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade -01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. URBANOS Projeto/atividade 1.009-Reforma do Prédio do Paço Municipal

Elemento -(067) 4.4.90.00.00.00.01.0000 R\$ 20.000,00

Convênio Com o Estado/Outros

Fonte : 00.01.0064 – Convênio Estado/Outros R\$ 213.000,00

Total de Anulações R\$ 71.000,00
Total do Convênio R\$ 213.000,00
Total Geral R\$ 284.000,00

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes do convênio, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º. Para implementação do disposto no art. 1º desta Lei, Fica o Poder Executivo Autorizado a realizar as adequações necessárias nos anexos da Lei nº 2.116, de 27 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Otacílio Costa para o Quadriênio 2014/2017 e da Lei nº 2.357, de 17 de dezembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município, as Metas e Objetivos da Administração, seus Recursos Financeiros e as Bases para Preparação do Orçamento Programa para o exercício de 2016.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa, 05 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada (*) a presente Lei na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 05 de abril de 2016.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Disponível no site www.leismunicipais.com.br

Paial

PREFEITURA

ADENDO AO PP 03/2016 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 FMS

Objeto: aquisição de veículos destinados para o Fundo Municipal de Saúde de Paial/SC.

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 FMS O Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Av. Júlio Bender, Centro, na cidade de Paial/SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.399.310/0001-47, através do seu Gestor, Sr. Luis Carlos Capelesso, TORNA PÚBLICA a RETIFICAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 003/2016 FMS, na seguinte conformidade:

Onde se lê:

ANEXO "E"

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	2,00	UN		Veículo tipo automóvel de passeio, novo, tipo sedan, zero quilometro, ano/modelo 2016/2016, câmbio manual de 5 (cinco) marchas a frente e uma a ré, quatro portas laterais, capacidade para cinco ocupantes (incluindo o motorista),bicombustível,potência líquida mínima de 90 cv,air bag frontal duplo, freios ABS com EBD, direção tipo eletroassistida progressiva, desembaçador traseiro, ar condicionado, travas e vidros elétricos nas quatro portas, banco traseiro rebatível. Na opção de cores claras, metálicas ou perolizadas, com som, pneus 175/65 R 70, capacidade do porta malas de no mínimo 500 litros, com todos os equipamentos de série e itens e obrigatórios pela legislação de transito.	50.124,50	100.249,00
Total						100.249,00

Leia-se:

ANEXO "E"

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	2,00	UN		Veículo tipo automóvel de passeio, novo, tipo sedan, zero quilometro, ano/modelo 2016/2016, câmbio manual de 5 (cinco) marchas a frente e uma a ré, quatro portas laterais, capacidade para cinco ocupantes (incluindo o motorista), bicombustível,potência líquida mínima de 90 cv,air bag frontal duplo, freios ABS com EBD, direção tipo eletroassistida progressiva, desembaçador traseiro, ar condicionado, travas e vidros elétricos nas quatro portas, banco traseiro rebatível. Na opção de cores claras, metálicas ou perolizadas, com som, pneus 175/65 R 14, capacidade do porta malas de no mínimo 500 litros, com todos os equipamentos de série e itens e obrigatórios pela legislação de transito.	50.124,50	100.249,00
Total						100.249,00

1. Ficando alterados os horários para protocolo e abertura dos envelopes.

1.1. O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08h30min do dia 02 de maio de 2016, no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Paial, sito a Rua Goiás n.º 400, Centro, Município de Paial.

1.2. A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h45min do dia 02 de maio de 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial, situada no endereço citado no item 1.2.

Paial, 15 de abril de 2016.

LUIZ CARLOS CAPELESSO

Gestor de FMS

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 035 - 2016 REMOÇÃO CARROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº035/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Concorrência Pública nº 035/2016, no dia 23 de maio de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto da presente Licitação consiste na outorga de concessão da execução de serviço público de remoção, guarda e depósito de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito, aplicação de medidas administrativas ou penalidades, nos termos da Lei nº 1.379, de 28 de fevereiro de 2002 e suas alterações. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 15 de abril de 2016. Camilo Nazareno Pagani Martins Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 02 de maio de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2016, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de cozinha, e também para serviços gerais, com fito de prestar os serviços de confecção da alimentação, almoço, janta, café, e limpeza das salas, espaços, e móveis do Batalhão de Bombeiro Militar de Palhoça/SC.. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 15 de abril de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

TERMO DE ADOÇÃO Nº 022, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

TERMO DE ADOÇÃO Nº 022, DE 05 DE ABRIL DE 2016.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e Carlos Roberto da Silva Me.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no CPF/MF sob o nº 0045773569-79, doravante denominado MUNICIPIO, e, de outro lado CARLOS ROBERTO DA SILVA ME (CARLOS PINTURA AUTOMOTIVA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob

o nº 01.895.974/0001-43, com sede à Avenida Caetano Silveira, n. 669, galpão, Área Industrial, Jardim Eldorado, Palhoça/SC, CEP 88.133-520, neste ato representada por seu titular, Sr. CARLOS ROBERTO DA SILVA, portador do RG n. 3.355.970 e inscrito no CPF/MF sob o n. 004.798.249-75, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado ADOTANTE, resolvem celebrar o presente Termo de Adoção, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 1.030, de 09 de outubro de 1989 e no Decreto nº 1.623, de 11 de março de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a adoção da seguinte área pública: trevo de acesso ao túnel da Ponte do Imaruim, situado na esquina da Rua João Paulo I e a Avenida Caetano Silveira no Bairro Jardim Eldorado, neste Município, conforme croqui em anexo, que será formalizada na modalidade de responsabilidade total do ADOTANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COMPENSAÇÃO À ADOÇÃO

2.1 O ADOTANTE fica autorizado, a afixar, na área adotada, placas padronizadas conforme previsto no art. 4º do Decreto Municipal nº 1.623, de 11 de março de 2014 que regulamentou a Lei Municipal nº 1030/1989, nas seguintes proporções:

I – nas áreas com superfície inferior ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderão ser colocadas 04 (quatro) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

II – nas áreas com superfície superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderá ser colocadas 08 (oito) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

III – nas áreas em que predomine o comprimento, nos casos de canteiros divisores e rótulas de vias públicas, poderá ser colocada 01 (uma) placa com dimensão de 0,50 x 0,35 metros, para cada 500 (quinhentos) metros de extensão das áreas.

2.2 O ônus com relação à elaboração das placas será de inteira responsabilidade do ADOTANTE observados os critérios e o padrão a ser fornecido pelo MUNICÍPIO em tempo e modo oportuno.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 O ADOTANTE terá as seguintes obrigações para com área pública adotada:

I – realizar pinturas em geral;

II – efetuar a poda de árvores e o ajardinamento;

III – executar pequenos reparos na área e/ou acessórios;

IV – manter os canteiros da área, efetuando o plantio de flores;

V – realizar demais atividades de conservação e manutenção da área pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO

4.1 Fica delegado à Fundação Cambirela do Meio Ambiente – FCAM

e à Secretaria de Serviços Públicos – SESP as atribuições de fiscalizar as intervenções que desvirtuem o espaço ou causem prejuízos ao interesse público.

4.2 Caberá ao MUNICÍPIO, através dos órgãos competentes:

I – a aprovação dos projetos e urbanização de construção das praças públicas que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do Termo de Parceria estabelecido;

II – a fiscalização das obras e do cumprimento do presente Termo de Adoção.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

5.1 O ADOTANTE ficará responsável por todos os encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados para a execução dos trabalhos na área descrita na Cláusula Primeira deste Termo de Adoção.

5.2 Em hipótese alguma o MUNICÍPIO poderá ser responsabilizado pelas obrigações assumidas pelo ADOTANTE, mesmo que na forma solidária ou subsidiária.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Adoção terá o prazo de duração de 01 (um) ano, prorrogável, por iguais e sucessivos períodos, com vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VEDAÇÃO

7.1 Fica vedada a exploração comercial da área pública adotada, sendo vedado desvirtuar a sua natureza, uso e gozo da área.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 Este Termo de Adoção poderá ser rescindido pelo

descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO DO USO DA ÁREA

9.1 O MUNICÍPIO poderá utilizar a área descrita na Cláusula Primeira deste instrumento, quando da oportunidade e conveniência, inclusive, podendo colocar placas e outros matérias, quando do uso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 O presente Termo de Adoção será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir as controvérsias resultantes do presente termo.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 05 de abril de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO DA SILVA ME

Carlos Roberto da Silva

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 749/2016

PROJETO DE LEI nº 749/2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Sirleu Cristovão. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei :

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao senhor Sirleu Cristovão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº 747/2016

PROJETO DE LEI Nº 747/2016

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. A Senhora DALVA SCHARF DA ROSA. Concede

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica concedido a "MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS" a Senhora DALVA SCHARF DA ROSA.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº745/2016

PROJETO DE LEI Nº745/2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao senhor Alaone Navarro da Costa. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "Título de Cidadania Honorária de Palhoça" ao Senhor ALAONE NAVARRO DA COSTA.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº748/2016

PROJETO DE LEI nº748/2016

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Luciano Villain Filho. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", ao senhor Luciano Villain Filho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº750/2016.

PROJETO DE LEI Nº750/2016.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. À Senhora CATIUSCIA ALVES REYNAUD. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA" à Senhora CATIUSCIA ALVES REYNAUD, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

PROJETO DE LEI Nº751/2016.

PROJETO DE LEI Nº751/2016.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor ILSON DE ESPINDOLA "SEU NEM. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos, ao Senhor ILSON DE ESPINDOLA "SEU NEM, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993".

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2016.
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N 08/2016

COMUNICADO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº09/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em recepção e serviços gerais, a serem executados em atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Palhoça.

DIA: 15/04/2016

HORÁRIO DA SESSÃO: 10h00min.

ENCERRAMENTO: 12h05min.

A Pregoeira da Câmara Municipal de Palhoça torna público, para conhecimento de interessados, que a empresa ADSERVI – ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, foi vencedora do presente Certame, cumprindo todas as exigências do presente Edital.

Palhoça, 15 de abril de 2016.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA
Pregoeira

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**EXTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2016**

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2016

PARTES: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA e Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Prestação de serviço de fornecimento de licenças de uso, do aplicativo de Transparência Fly.

PRAZO CONTRATUAL: 01/04/2016 a 01/07/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais

DATA: 01/04/2016

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA.

Palmitos

PREFEITURA

CONTRATO 58/2016

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 058/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO PROTENDIDO, COMPOSTA POR DUAS CABECEIRAS E UM KIT DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS COM 15 METROS DE COMPRIMENTO E 5 METROS DE LARGURA, LOCALIZADA NA LINHA ROSSET, SOBRE O RIO SÃO DOMINGOS, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Contratada: LSW SERVIÇOS LTDA ME. Prazo: 6 MESES APÓS A AUTORIZAÇÃO. Valor: R\$ 165.319,11. Palmitos 14/04/2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATO Nº 028/2016

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa CESAR EDUARDO TIMER, empresário individual, inscrito no CNPJ sob N.º 17.851.013/0001-77, com sede na Rua Silfredo Griebler Timer, 187 - Bairro São Cristóvão - Porto Lucena/RS, neste ato representado pelo seu Administrador Sr. Cesar Eduardo Timer de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Inexigibilidade nº 030/2016, no qual o contratado se compromete com a execução de serviços de banda musical, a saber:

Item 01: Serviços de banda musical para ensaio e apresentação dos participantes concorrentes ao 13º (décimo terceiro) Festival da Canção, sendo geral, apresentação e acompanhamento no dia 15 de abril de 2016 e apresentação e acompanhamento no dia 16 de abril de 2016, a ser realizado no Ginásio Municipal de Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2 - A execução do objeto será a seguinte:

- a) Dia 15 de abril de 2016: 13:30hs até 17:00hs ensaio com os candidatos inscritos;
- b) Dia 15 de abril de 2016: 18:30hs até 01:00hs do dia 16 de abril de 2016, acompanhamento dos candidatos inscritos;
- c) Dia 16 de abril de 2016: 18:30hs até 01:30hs do dia 17 de abril de 2016, acompanhamento dos candidatos inscritos e show baile com a Banda KN.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projeto atividade nº 2.044 - Manutenção das Festividades de Aniversário do Município - elemento de despesa 3.3.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão próprios do orçamento do município.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor total do presente instrumento contratual é de R\$10.000,00 (dez mil reais), relativo ao item 01, do processo licitatório nº 030/2016.

5.2 - O pagamento será efetuado em até 7 (sete) dias úteis após a execução do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo deste contrato será a partir de sua assinatura até as 01:30hs do dia 16 de abril de 2016.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela execução do objeto.

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.2 - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

10.1 - Caso a Contratada não cumpra com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a- Advertência;
- b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;
- e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade de que trata a alínea "d" poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

10.2 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.3 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da contratada, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto

na Cláusula Décima.

11.2 -O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a- Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I - o atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto;

II -execução do objeto fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III - a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V - o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII - a dissolução da empresa;

VIII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, ajuízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratado e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c- Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3 -A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

11.4 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

12 - Este contrato está vinculado ao Edital de Inexigibilidade nº030/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei n.º 8.666/93 demais legislações vigentes e pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

13 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

14.1 - O contratado se obriga manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

14.2 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

14.3 - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15 - Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 12 de abril de 2016.

Dario Schicovski
Pela Contratante

Cesar Eduardo Timer
Contratado

Testemunhas:

Márcio Wisniewski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrículas: 2675

Paraíso

PREFEITURA

CT. 06/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAISO - SC
EXTRATO CONTRATO 06/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016FMS
PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016FMS

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR OS SEGUINTE VEÍCULOS: FORD TRANSIT PLACA MKN-5269, FIAT UNO PLACA MIU-5582, FIAT DUCATO PLACA MFG-2887, FIAT PALIO PLACA QHC-7618, FIAT PALIO PLACA MMH-3329, FIAT PALIO PLACA QHP-3907..

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.997,09 (Sete mil, novecentos e noventa e sete reais e nove centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 12 de Abril de 2016 até dia 12 de Abril de 2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 12 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CT. 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAISO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2016
PROCESSO LICITATÓRIO 20/2016
CARTA CONVITE Nº 02/2016

DO OBJETO: -"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR PALESTRAS SHOW DE MOTIVAÇÃO E CURSO DE CAPACITAÇÃO NA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O EXERCICIO DE 2016

DO VALOR: R\$ 6.250,00(Seis mil duzentos e cinquenta reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: ACORDAR TREINAMENTOS LTDA - ME .

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será contado da data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2016

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 14 de Abril de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

DECRETO 1805/2016

ECRETO Nº 1805 /2016.

"Estabelece Ponto Facultativo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal promulgada em 06 de novembro de 1993, no artigo 64, inciso XL, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo território do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no dia e horário abaixo estabelecido em função do feriado de Tiradentes de 21 de Abril.

DIA 22/04/2016 – Sexta Feira, horário das 8:00 às 17:30 horas.

Art. 2º Os serviços emergenciais de saúde ao público, serão em regime de Plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso, 15 de Abril de 2016.

Erni Giacomini

Prefeito Municipal

Garrido de Togni

Secretário Municipal da Administração

Fazenda e Planejamento

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 15 de Abril de 2016.

Servidor Responsável

EXT CT. 19/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 20/2016

CARTA CONVITE Nº 02/2016

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR PALESTRAS SHOW DE MOTIVAÇÃO E CURSO DE CAPACITAÇÃO NA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O EXERCICIO DE 2016".

DO VALOR: R\$.584,00 (Três mil quinhentos e oitenta e quatro reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: ROGÉRIO UBIRATA HAMEL BUENO - ME,

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato será contado da data da sua assinatura até 31 de Dezembro de 2016

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 14 de Abril de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

PL. 08/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

O MUNICIPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR OS SEGUINTE VEÍCULOS: FORD TRANSIT PLACA MKN-5269, FIAT UNO PLACA MIU-5582, FIAT DUCATO PLACA MFG-2887, FIAT PALIO PLACA QHC-7618, FIAT PALIO PLACA MMH-3329, FIAT PALIO PLACA QHP-3907.

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.997,09 (Sete mil, novecentos e noventa e sete reais e nove centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 12/04/2016 até 12/04/2017.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 12 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2016FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/10

Processo Nº.: 7/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016

No dia 14 do mês de Abril do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89006-000, nesta cidade de Paraisópolis/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, o Sr(a). ELIZETE ROGGIA, inscrito no CPF sob o nº. 029.301.489-26, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2016, Processo Licitatório nº. 7/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E DE USO AMBULATORIAL NO ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6992	A G KIENEN & CIA LTDA	6, 8, 10, 15, 34, 41, 43, 46, 49, 50, 54, 55, 56, 67, 68, 70, 72, 73, 78, 79, 82, 98, 102, 104, 105, 107, 119, 122, 128, 136, 138, 139, 142, 150, 151, 154, 157, 159, 162, 163, 171, 180, 185, 187, 188, 190, 193, 199, 203, 205, 213, 215, 217, 231, 232, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242
6111	ALTERMED MAT MEDIC HOSP LTDA	
7180	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 29, 30, 33, 35, 36, 39, 40, 44, 45, 52, 57, 58, 59, 65, 66, 69, 75, 76, 85, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 100, 101, 103, 108, 112, 115, 120, 121, 123, 125, 127, 131, 133, 134, 135, 137, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 153, 155, 156, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 181, 183, 191, 192, 194, 196, 197, 202, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 233, 234, 239, 243
6983	DAMEDIDAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EP	
7182	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1, 4, 12, 17, 18, 25, 28, 31, 32, 42, 47, 48, 51, 53, 60, 61, 62, 63, 64, 71, 74, 77, 81, 84, 86, 89, 90, 95, 99, 109, 110, 111, 114, 116, 124, 129, 130, 140, 147, 148, 158, 160, 161, 166, 175, 177, 182, 186, 189, 195, 198, 200, 201, 210, 214, 221, 226, 227

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	FABIO EMANUEL REBONATTO	046.973.639-90
ALTERMED MAT MEDIC HOSP LTDA	00.802.002/0001-02	MARCOS DANIEL DA SILVA	051.539.339-89
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	RONALDO GIACOMELI	839.045.300-20
DAMEDIDAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EP	95.368.320/0001-05	DALCI DAMBROS	546.515.499-34
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	02.520.829/0001-40	JOCIMAR REVERS	015.307.050-10

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E DE USO AMBULATORIAL NO ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6992 - A G KIENEN & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6		CPR	U QUIMICA	300,000	0,1200	36,00
8	ACIDO EPSILON + AMINOCAPROICO 500 MG	CPR	NIKKHO	150,000	0,8700	130,50
10	ACIDO TRANEXÂMICO 250 MG	AMP	HIPOLABOR	50,000	9,3000	465,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/10
 Processo Nº.: 7/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 6992 - A G KIENEN & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	AGUA DESTILADA 10ML	AMP	ISOFARMA	3.000,000	0,1700	510,00
34	ANLODIPINO, BESILATO DE 2,5 mg	CPR	BIOLAB	6.000,000	0,6300	3.780,00
41	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE 250MCG DOSE ORAL	FR	CHIESI	30,000	50,6000	1.518,00
43	BROMAZEPAN 3mg	CPR	TEUTO	1.300,000	0,0500	65,00
46	BUPROPIONA 150 MG	CPR	EMS	1.800,000	0,3500	630,00
49	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML	FRS	BOEHRINGE	320,000	10,9200	3.494,40
50	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/ML + DIPIRONA 500MG/ML	FRA	EMS	500,000	3,5000	1.750,00
54	CARBAMAZEPINA 200MG	CPR	TEUTO	9.000,000	0,0720	648,00
55	CARBAMAZEPINA SUSP 20MG/ML 100 ML	FR	MEDLEY	60,000	4,5000	270,00
56	CARBIDOPA / LEVEDOPA 25/250 mg	CPR	TEUTO	3.000,000	0,1900	570,00
67	CEFTRIAXONA 1G AMP	AMP	ASPEN	200,000	3,3500	670,00
68	CETOCONAZOL 20 MG/G + BETAMETASONA 0,05 MG	TB	EUROFARMA	150,000	4,7900	718,50
70	CETOPROFENO 100 MG/2ML	AMP	U QUIMICA	400,000	1,6800	672,00
72	CLARITROMICINA 500mg	CPR	EMS	500,000	2,9500	1.475,00
73	CLOMIPRAMINA 25 MG	CPR	GERMED	2.500,000	0,7400	1.850,00
78	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 5MG	CPR	EMS	2.000,000	0,1400	280,00
79	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2ML	AMP	U QUIMICA	50,000	1,6500	82,50
82	CLORPROMAZINA 100 MG	CPR	U QUIMICA	3.500,000	0,2000	700,00
98	DICLOFENACO DE SÓDIO 25MG/ML 3ML	AMP	HIPOLABOR	800,000	0,4600	368,00
102	DIMENIDRATO 30MG, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG	AMP	U QUIMICA	150,000	1,3500	202,50
104	DIPIRONA SÓDICA 2ML/500 MG	AMP	TEUTO	400,000	0,4000	160,00
105	DOBUTAMINA	AMP	HIPOLABOR	10,000	25,0000	250,00
107	DOXAZOSINA 2MG	CPR	EMS	15.000,000	0,1200	1.800,00
119	FENITOINA 100mg	CPR	TEUTO	4.700,000	0,2500	1.175,00
122	FENOBARBITAL GOTAS 40 MG / ML 20 ML	FRS	SANVAL	70,000	1,5500	108,50
128	FUMAZENIL SOLUÇÃO 0,5MG/5ML AMP	AMP	U QUIMICA	5,000	32,0000	160,00
136	HALOPERIDOL 5mg	CPR	U QUIMICA	5.000,000	0,1000	500,00
138	HALOPERIDOL DECANOATO 70,52mg/ml	AMP	U QUIMICA	80,000	9,0000	720,00
139	HEPARINA	AMP	CRISTALIA	25,000	4,6000	115,00
142	HIDROCORTISONA 500mg	AMP	TEUTO	300,000	5,9400	1.782,00
150	ISOSSORBIDA 5 MG	CPR	EMS	300,000	0,3000	90,00
151	ISOSSORBIDA DINITRATO DE, 10mg	CPR	EMS	6.000,000	0,1500	900,00
154	LEVODOPA 100 mg + BENSERAZIDA 25mg HBS	CPR	ROCHE	3.000,000	1,7500	5.250,00
157	LEVONOGESTREL 0,10MG + ETINILESTRADIOL 0,02MG	CPR	BIOLAB	15.000,000	0,6300	9.450,00
159	LEVOTIROXINA SÓDICA 125mg	CPR	MERCK	10.000,000	0,1700	1.700,00
162	LIDOCAÍNA 2 % 10 ML SEM VASO CONSTRITOR	AMP	HIPOLABOR	150,000	2,2000	330,00
163	LIDOCAÍNA TÓPICA GEL 2%	TB	PHARLAB	30,000	1,7700	53,10
171	MELOXICAM 15 MG	CPR	PHARLAB	10.000,000	0,1000	1.000,00
180	METOPROLOL 50 MG	CP	MEDLEY	16.000,000	0,8000	12.800,00
185	NALOXONA	AMP	HIPOLABOR	10,000	13,0000	130,00
187		CPR	BRAINFARMA	1.500,000	0,0300	45,00
188	NIFEDIPINA 20MG	CPR	BRAINFARMA	8.000,000	0,0300	240,00
190	NIMODIPINA 30MG	CPR	BRAINFARMA	7.500,000	0,0900	675,00
193	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25 MG/ML 2ML	AMP	HYPOFARMA	10,000	8,9000	89,00
199	PARACETAMOL + CODEÍNA 500 MG + 30 MG	CPR	U QUIMICA	3.000,000	0,3700	1.110,00
203	PENICILINA 1.200 000 UI INJ	AMP	TEUTO	400,000	8,0000	3.200,00
205	PENICILINA 600 000 UI INJ	AMP	TEUTO	150,000	3,6000	540,00
213	PROPATILNITRATO 10MG	CPR	FQM	19.000,000	0,3900	7.410,00
215	RANITIDINA 25MG/ML 2ML	AMP	TEUTO	300,000	0,4000	120,00
217	RISPERIDONA 2mg	CPR	U QUIMICA	3.000,000	0,2200	660,00
231	SULFATO DE MORFINA 10 MG	CPR	CRISTALIA	500,000	0,5200	260,00
232	SULFATO DE MORFINA 10 MG/ML INJETÁVEL	AMP	HIPOLABOR	100,000	1,8500	185,00
235	SULPIRIDA 50mg	CPR	SANOFI	1.500,000	0,5300	795,00
236	TENOXICAM 20MG IV/IM	AMP	UNIAO QUIMI	600,000	4,2900	2.574,00
237	TEOFILINA 100MG	CPR	ABBOTT	7.000,000	0,4600	3.220,00
238	TIAMAZOL 5MG	CPR	BIOLAB	5.000,000	0,2100	1.050,00
240	TIORIDAZINA 50 MG	CPR	U QUIMICA	600,000	0,3900	234,00
241	TOBRAMICINA 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRA	BRAINFARMA	70,000	4,9400	345,80
242	VARFARINA 5 MG	CPR	TEUTO	6.000,000	0,1000	600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 3/10
 Processo Nº.: 7/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 7180 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ACEBROFILINA 5 MG/ML SOLUÇÃO ORAL PEDIATRICO SEM SACAROSE	FRS	PRATI D.	300,000	2,5800	774,00
3	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML	AMP	UNIAO QUIMI	100,000	8,3800	838,00
5	ACETILCISTEÍNA 600 MG/5 GR GRANULADO SEM SABOR	ENV	GERMED	300,000	1,7500	525,00
7	ACICLOVIR CREME 50MG/G 10G	TB	PRATI D.	150,000	2,4300	364,50
9	ÁCIDO FÓLICO 5MG	CPR	NATULAB	10.000,000	0,0400	400,00
11	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	CPR	BIOLAB	6.000,000	0,2500	1.500,00
13	ACIDO VALPRÓICO SUSPENSÃO 250 MG/5ML 100ML	FRA	TEUTO	200,000	2,1000	420,00
14	ADENOSINA 6mg/2ml	AMP	HIPOLABOR	120,000	7,7000	924,00
16	ALBENDAZOL 400MG	CPR	GREEN PHAF	500,000	0,7400	370,00
19	ALOPURINOL 100MG	CPR	SANVAL	5.000,000	0,0570	285,00
20	ALOPURINOL 300MG	CPR	PRATI D.	5.000,000	0,1280	640,00
21	AMINOFILINA 100MG	CPR	VITAMEDIC	7.000,000	0,0420	294,00
23	AMIODARONA 200MG	CPR	GEOLAB	10.000,000	0,2800	2.800,00
26	AMOXICILINA + CLAVULANATO POTASSICO 250MG/5ML + 62,5/5ML SUSPENSÃO ORAL	FRS	SANDOZ	100,000	10,3000	1.030,00
27	AMOXICILINA + CLAVULANATO POTASSICO 500 MG + 125MG	CPR	SANDOZ	3.500,000	1,1000	3.850,00
29		CPR	PRATI D.	12.000,000	0,1350	1.620,00
30		CPR	PRATI D.	1.500,000	0,1570	235,50
33	ANLODIPINO, BESILATO DE 5 mg	CPR	TEUTO	30.000,000	0,0210	630,00
35	ATENOLOL 25mg	CPR	PRATI D.	12.000,000	0,0250	300,00
36	ATENOLOL 50MG	CPR	PRATI D.	10.000,000	0,0360	360,00
39	AZITROMICINA 200MG/5ML SUSPENSÃO ORAL	FRS	PHARLAB	70,000	2,4000	168,00
40	AZITROMICINA 500 Mg	CPR	PRATI D.	900,000	0,4500	405,00
44	BROMETO DE FENOTEROL GTS 5MG/ML 20ML	FR	PRATI D.	50,000	2,7300	136,50
45	BROMETO DE IPRATRÓPIO GTS 0,250MG/ML 20ML	FR	TEUTO	50,000	0,6700	33,50
52	CAPTOPRIL 25 mg	CPR	TEUTO	12.000,000	0,0160	192,00
57	CARBONATO DE CALCIO + COLECALCIFEROL 600 MG + 200UI	CPR	VITAMED	32.000,000	0,0810	2.592,00
58	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG (EQUIVALENTE A 200MG Ca++)	CPR	VITAMED	6.500,000	0,0500	325,00
59	CARBONATO DE LITIO 300MG	CPR	ACTAVIS	8.000,000	0,1680	1.344,00
65	CEFALEXINA 500MG	CPR	MULTILAB	8.500,000	0,4000	3.400,00
66	CEFALOTINA 1G AMPOLA	AMP	ABL	100,000	3,2000	320,00
69	CETOCONAZOL 20MG/G CREME DERMATOLÓGICO 30 GR	TB	SOBRAL	80,000	1,4200	113,60
75	CLONAZEPAM GOTAS 2,5MG/ML	FRS	HIPOLABOR	900,000	1,5400	1.386,00
76	CLOPIDOGREL 75MG	CPR	SANDOZ	9.000,000	0,4200	3.780,00
85	CODEÍNA 30MG	CPR	CRISTALIA	1.000,000	0,8900	890,00
87	COMPLEXO B AMP 2 ML	AMP	HYPOFARAM	1.000,000	0,7400	740,00
88	COMPLEXO B CPR	CPR	VITAMED	16.000,000	0,0400	640,00
91	DEXAMETASONA CREME 0,1% 10G	BIS	MULTILAB	300,000	0,6600	198,00
92	DEXAMETAZONA 4MG	CPR	TEUTO	300,000	0,9700	291,00
93	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	CPR	GEOLAB	2.000,000	0,0630	126,00
94	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 0,4MG/ML	FR	HIPOLABOR	350,000	0,9400	329,00
96	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETAVEL	AMP	SANTISA	300,000	0,6300	189,00
97	DIAZEPAN 5MG	CPR	SANTISA	2.800,000	0,0420	117,60
100	DIGOXINA 0,25 mg	CPR	PHARLAB	10.000,000	0,0400	400,00
101	DIMENIDRATO 25MG, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 5MG, GOTAS 20ML	FRS	UNIAO QUIMI	100,000	3,4900	349,00
103	DIPIRONA 10ML GOTAS	FR	NATULAB	1.000,000	0,5400	540,00
108	DOXICILINA 100MG	CPR	PHARLAB	1.000,000	0,1670	167,00
112	ENANTATO D NORETISTERONA 50 MG/ML + VALERATO DE ESTRADIOL 5 MG/ML	AMP	MABRA	50,000	5,5000	275,00
115	ESPIRONOLACTONA 50MG	CPR	HIPOLABOR	3.000,000	0,1820	546,00
120	FENOBARBITAL 100MG	CPR	TEUTO	4.000,000	0,0950	380,00
121	FENOBARBITAL 200 MG/ML	AMP	TEUTO	40,000	1,5000	60,00
123	FINASTERIDA 5MG	CPR	AUROBINDO	11.000,000	0,8900	9.790,00
125	FLUNARIZINA 10 MG	CPR	BRAINFARMA	17.000,000	0,0730	1.241,00
127	FLUOXETINA 20MG	CPR	TEUTO	20.000,000	0,0400	800,00
131	GLIBENCLAMIDA 5MG	CPR	GEOLAB	20.000,000	0,0240	480,00
133		AMP	ISOFARMA	400,000	1,5000	600,00
134	GLIMEPIRIDA 2 MG	CPR	BRAINFARMA	10.000,000	0,1000	1.000,00
135	HALOPERIDOL 1mg	CPR	CRISTALIA	2.000,000	0,1210	242,00
137	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	AMP	UNIAO QUIMI	30,000	9,5800	287,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/10
 Processo Nº.: 7/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 7180 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
141	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	CPR	PHARLAB	25.000,000	0,0360	900,00
143	HIDROXIDO DE MAGNESIO + HIDROXIDO DE ALUMINIO SUS ORAL 35,6MG + 37 MG/ML	FRS	IFAL	700,000	1,7800	1.246,00
144	IBUPROFENO 100 MG/ML GOTAS	FRS	MEDQUIMICA	700,000	2,2800	1.596,00
145	IBUPROFENO 300MG	CPR	GEOLAB	7.000,000	0,0560	392,00
146	IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS	FR	NATULAB	300,000	1,0000	300,00
152	ISOSSORBIDA, MONONITRATO DE, 40 MG	CPR	ZYDUS	2.500,000	0,1330	332,50
153	IVERMECTINA 6 MG	CPR	VITAMEDIC	300,000	0,3440	103,20
155	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG	CPR	ACHE	3.000,000	1,7800	5.340,00
156	LEVONOGESTREL + ETINILESTRADIOL (0,15MG + 0,03MG)	CPR	MABRA	17.000,000	0,0220	374,00
164	LORATADINA 10MG	CPR	GEOLAB	6.500,000	0,0490	318,50
165	LORATADINA XAROPE 1MG/ML FRASCO 120 ML	FR	PRATI D.	300,000	1,9200	576,00
167	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 100 MG	CPR	CRISTALIA	500,000	0,6900	345,00
168	MALEATO DE LEVOMEPRIMAZINA 25 MG	CPR	CRISTALIA	800,000	0,2940	235,20
169	MEBENDAZOL 100MG/5ML SUSPENSÃO ORAL	FRS	NATULAB	60,000	0,8000	48,00
170	MEBENDAZOL SUSPENSÃO 20MG/ML 30ML	FR	NATULAB	12.000,000	0,8000	9.600,00
172	METFORMINA 500MG	CPR	TEUTO	17.000,000	0,0580	986,00
173	METFORMINA 850MG	CPR	GEOLAB	37.000,000	0,0480	1.776,00
174	METIDOLPA 500MG	CPR	SUN/TKS	3.000,000	0,2000	600,00
176	METOCLOPRAMIDA 2ML	AMP	ISO FARMA	500,000	0,3040	152,00
178	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 10 ML	FR	MARIOL	300,000	0,5880	176,40
179	METOPROLOL 25 MG	CPR	ACCORD	6.000,000	0,5100	3.060,00
181	METRONIDAZOL 250MG	CPR	PRATI D.	5.000,000	0,1020	510,00
183	MICONAZOL, NITRATO DE, CREME TÓPICO 2%	BIS	PRATI D.	100,000	4,9800	498,00
191	NISTATINA SUSP ORAL 100.000/ML 50ML	FR	NEO QUIMICA	100,000	3,2000	320,00
192	NITROFURANTOINA 100 MG	CPR	TEUTO	2.000,000	0,1550	310,00
194	NORETISTERONA 0,35MG	CPR	BIOLAB	2.000,000	0,1700	340,00
196	ÓLEO MINERAL FRASCO 100ML	FRS	NATULAB	250,000	2,1400	535,00
197	OMEPRAZOL 20MG	CPR	TEUTO	120.000,000	0,0400	4.800,00
202	PAROXETINA 20MG	CPR	ZYDUS	15.000,000	0,1880	2.820,00
204	PENICILINA 400 000 UI INJ	AMP	BLAUSIEGEL	40,000	9,0000	360,00
206	PERMETRINA LOÇÃO 5%	FRS	IFAL	120,000	2,3980	287,76
207	PERMETRINA LOÇÃO CAPILAR 1%	FRS	IFAL	120,000	1,2550	150,60
208	PREDNISOLONA, FOSFATO SÓDICO DE SOLUÇÃO ORAL 3MG/ML	FRS	PRATI D.	300,000	3,4800	1.044,00
209	PREDNISONA 5MG	CPR	VITAMEDIC	10.000,000	0,0840	840,00
211	PROMETAZINA 25MG	CPR	TEUTO	5.500,000	0,0800	440,00
212	PROMETAZINA 50MG/2ML	AMP	CRISTALIA	120,000	1,5700	188,40
216	RANITIDINA 150MG	CPR	MEDQUIMICA	6.000,000	0,0800	480,00
218		ENV	IFAL	120,000	0,4380	52,56
219	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PÓ	ENV	IFAL	1.000,000	0,4380	438,00
220	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE	FR	SOBRAL	250,000	0,9500	237,50
222	SECNIDAZOL 1000 MG	CPR	PHARLAB	200,000	0,4890	97,80
223	SERTRALINA 50MG	CPR	ZYDUS	15.000,000	0,1650	2.475,00
224	SIMETICONA 75 MG/ML GOTAS	FRS	HIPO LABOR	200,000	0,8300	166,00
225	SINVASTATINA 10 MG	CPR	SANDOZ	11.000,000	0,0600	660,00
229	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 200MG+40MG/5ML	FRS	TEUTO	200,000	1,0500	210,00
230	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOTRINA 400MG + 80MG	CPR	PRATI D.	5.000,000	0,0970	485,00
233	SULFATO FERROSO 40MG	CPR	NATULAB	13.000,000	0,0340	442,00
234	SULFATO FERROSO GOTAS 125 MG/ML	FRA	NATULAB	150,000	0,7900	118,50
239	TIMOLOL, MALEATO DE, 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA	FRS	TEUTO	20,000	5,0000	100,00
243	VERAPAMIL 80MG	CPR	PRATI D.	34.000,000	0,0590	2.006,00

Fornecedor: 7182 - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AAS 100MG	CPR	SOBRAL	108.000,000	0,0190	2.052,00
4	ACETILCISTEÍNA 200 MG/ML XAROPE	FRA	PRATI	200,000	4,6900	938,00
12	ÁCIDO VALPRÓICO 500 MG	CPR	BIOLAB	8.000,000	0,6700	5.360,00
17	ALBENDAZOL SUSP 400mg 10ML	FRS	PRATI	300,000	1,0400	312,00
18	ALENDRONATO SÓDICO 70MG	CPR	DELTA	3.000,000	0,2900	870,00
25	AMITRIPTILINA 25 MG	CPR	TEUTO	28.000,000	0,0340	952,00
28	AMOXICILINA 250/5ml SUSPENSÃO ORAL	FRS	PRATI	600,000	2,2000	1.320,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/10
 Processo Nº.: 7/2016
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 7182 - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	AMPICILINA SÓDICA 1000 MG	AMP	BLAU	100,000	11,9800	1.198,00
32	AMPICILINA SÓDICA 500 MG	AMP	BLAU	100,000	10,9800	1.098,00
42	BIPERIDENO, CLORIDRATO DE, 2MG	CPR	CRISTALIA	8.000,000	0,1940	1.552,00
47	BUTILBROMETO DE ESCOLOMAMINA (4MG) + DIPIRONA SÓDIA (500MG) 5ML IV/IM AMP	AMP	FARMACE	300,000	1,5400	462,00
48	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10MG + 500MG	CPR	PHARLAB	7.000,000	0,3890	2.723,00
51	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 1ML	AMP	TEUTO	300,000	0,9800	294,00
53	CAPTOPRIL 50 mg	CPR	PRATI	18.000,000	0,0360	648,00
60	CARVEDILOL 12,5 mg	CPR	BIOLAB	7.000,000	0,1590	1.113,00
61	CARVEDILOL 25 mg	CPR	BIOLAB	3.500,000	0,2200	770,00
62	CARVEDILOL 3,125 mg	CPR	BIOLAB	10.000,000	0,1540	1.540,00
63	CARVEDILOL 6,25 mg	CPR	BIOLAB	10.000,000	0,1590	1.590,00
64	CEFALEXINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL	FRS	TEUTO	300,000	5,8900	1.767,00
71	CIPROFLOXACINO 500MG	CPR	PRATI	4.000,000	0,1580	632,00
74	CLONAZEPAM 2MG	CPR	GEOLAB	2.500,000	0,0700	175,00
77	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL 0,9%	FRS	NATULAB	400,000	0,7500	300,00
81	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG/ML	AMP	TEUTO	200,000	0,9900	198,00
84	CLORPROMAZINA 25MG	CPR	CRISTALIA	2.500,000	0,2400	600,00
86	COLAGENASE 0,6U/g + CLORANFENICOL 0,1g/g 30g	TB	CRISTALIA	40,000	11,8900	475,60
89	DESOXIRIBONUCLEASE 666 U/G + FIBRINOLISINA 1U/G + CLORANFENICOL 0,01/G 30G	TB	CRISTALIA	40,000	29,9800	1.199,20
90	DEXAMETASONA 4 MG/ ML	AMP	FARMACE	500,000	0,7900	395,00
95	DIAZEPAN 10MG	CPR	SANTISA	5.000,000	0,0400	200,00
99	DICLOFENACO DIETILAMÔNIO 10MG / G 60G GEL	TB	PRATI	100,000	2,9800	298,00
109	ENALAPRIL 10MG	CPR	MEDQUIMICA	90.000,000	0,0350	3.150,00
110	ENALAPRIL 20MG	CPR	CIMED	87.000,000	0,0390	3.393,00
111	ENALAPRIL 5MG	CPR	CIMED	4.000,000	0,0590	236,00
114	ESPIRONOLACTONA 25MG	CPR	ASPEN	20.000,000	0,1090	2.180,00
116	ESTROGÊNIOS 0,625 MG	CPR	MABRA	2.200,000	0,4400	968,00
124	FLUCONAZOL 150MG	CPR	TEUTO	1.700,000	0,1990	338,30
129	FUROSEMIDA 10MG/ML AMP	AMP	SANTISA	300,000	0,6900	207,00
130	FUROSEMIDA 40MG	CPR	HIPOLABOR	50.000,000	0,0280	1.400,00
140	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	CPR	TEUTO	75.000,000	0,0140	1.050,00
147	IBUPROFENO 600 MG	CPR	TEUTO	27.000,000	0,0690	1.863,00
148	IMIPRAMINA 25mg	CPR	CRISTALIA	2.700,000	0,2390	645,30
158	LEVOTIROXINA SODICA 100 MCG	CPR	MERCK	9.000,000	0,1090	981,00
160	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG	CPR	MERCK	11.000,000	0,1090	1.199,00
161	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	CPR	MERCK	13.000,000	0,1190	1.547,00
166	LOSARTANA 50 MG	CPR	PRATI	70.000,000	0,0330	2.310,00
175	METILDOPA 250MG	CPR	LABORIS	7.000,000	0,1050	735,00
177	METOCLOPRAMIDA 10MG	CPR	BELFAR	10.000,000	0,0590	590,00
182	METRONIDAZOL GELÉIA VAGINAL 100MG/G 50G	BIS	TEUTO	100,000	3,4900	349,00
186	NEOMICINA (5mg) + BACITRACINA ZINCICA (250UI) POMADA 10G	BIS	PRATI	500,000	1,0500	525,00
189	NIMESULIDA 100mg	CPR	VITAMEDIC	13.000,000	0,0590	767,00
195	NORFLOXACINO 400MG	CPR	MEDQUIMICA	3.000,000	0,1570	471,00
198	OMEPRAZOL 40 MG	AMP	BLAU	150,000	5,5900	838,50
200	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS	FRS	FARMACE	1.000,000	0,5400	540,00
201	PARACETAMOL 500MG	CPR	HIPOLABOR	47.000,000	0,0480	2.256,00
210		CPR	PRATI	6.000,000	0,1390	834,00
214	PROPRANOLOL 40MG	CPR	TEUTO	25.000,000	0,0170	425,00
221	SALBUTAMOL SPRAY 100 MCG/JATO-DOSE	FRS	GLENMARK	50,000	5,8700	293,50
226	SINAVASTATINA 20MG	CPR	SANVAL	25.000,000	0,0580	1.450,00
227	SINAVASTATINA 40 MG	CPR	MULTILAB	10.000,000	0,1240	1.240,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISOPágina: 6/10
Processo Nº.: 7/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 7/10
Processo Nº.: 7/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 8/10
Processo Nº.: 7/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 9/10
Processo Nº.: 7/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO

Página: 10/10
Processo Nº.: 7/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 14 de Abril de 2016.

ELIZETE ROGGIA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresas Participantes:

A G KIENEN & CIA LTDA	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
ALTERMED MAT MEDIC HOSP LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
DAMEDHAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EP	CNPJ: 95.368.320/0001-05	_____
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____

Passos Maia

PREFEITURA

ATA N. 0024/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0024/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0033/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0021/2016

Licitante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Fornecedor : ELTON INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0021/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: Pelos produtos especificados, o valor ora registrado R\$ 323.960,48 (trezentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos)

Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 15 de Abril de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 0046/2016

EXTRATO CONTRATO n. 0046/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0030/2016

TOMADA DE PREÇO n. 0002/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: TERRAMAX – CONSTRUÇÃO E OBRA

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para a execução de obras de infraestrutura e pavimentação asfáltica em ruas do município de Passos Maia – SC, conforme projeto executivo aprovado pelo BADESC, referente ao Contrato nº 2015015301 do programa operacional BADESC CIDADES.

Obra de pavimentação asfáltica sobre pavimentação poliédrica e macadame hidráulico – Rua Augusta Zanchet – trecho entre Av. Padre João Botero e a estaca 24+16,60m.

Valor: O valor do presente Contrato é de R\$ 532.865,16 (quinhentos e trinta e dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 31 de dezembro de 2016.

Passos Maia, SC, 14 de abril de 2016..

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 140/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 140/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação vigente resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Sabrina Rodrigues Souza Eger, brasileira, portadora do CPF nº 051.830.899-57, residente e domiciliada na cidade de Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11214, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 15 de Abril de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 42/2016-PMP

1º Termo aditivo nº 42/2016- PMP

Ao Contrato nº 203/2015- PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 68/2015 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 14/2015 – PMP

Objeto: Prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de material para revitalização da praça da praia alegre, incluindo pavimentação asfáltica da servidão localizada entre a rua José Abraão Francisco e Antônio Joaquim Simão situada a avenida Nereu ramos, centro penha/SC

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 42/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 203/2015-PMP a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, no Bairro: Nossa Senhora de Fátima, Cep:88385000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06 neste ato representada pelo Sr.Claudio Daniel Moser, portador do CPF: 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Construção de quadra coberta com vestiário, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula terceira do contrato administrativo nº 203/2015- PMP fica aditado do dia 14.04.2016 até o dia 31.08.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 14 de Abril de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO Nº 43/2016-PMP

1º Termo aditivo nº 43/2016- PMP

Ao Contrato nº 204/2015- PMP

Licitação: Processo Licitatório nº 67/2015 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 13/2015 – PMP

Objeto: Prestação de Serviço de mão de obra com fornecimento de material para construção de uma quadra de esportes na Escola Básica Municipal João Antônio Pinto em penha/SC

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 43/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 204/2015-PMP a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, no Bairro: Nossa Senhora de Fátima, Cep:88385000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06 neste ato representada pelo Sr.Claudio Daniel Moser, portador do CPF: 072.925.449-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a Construção de quadra coberta com vestiário, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula terceira do contrato administrativo nº 203/2015- PMP fica aditado do dia 14.04.2016 até o dia 31.08.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 14 de Abril de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º TERMO ADITIVO Nº 44/2016-PMP

1º Termo aditivo nº 44/2016- PMP

Ao Contrato nº 50/2015- PMP

Licitação: Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015 - PMP, Processo Administrativo nº 21/2015 - PMP

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural

Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 44/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 50/2015-PMP a Prefeitura Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, CEP: 88385-000, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, Prefeito Municipal e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.-Epagri, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por Jorge Luiz Malburg, inscrito(a) no CPF sob o nº 309.550.689-91, e portador(a) da Carteira de Identidade nº 420.149-3, Gerente Regional da Epagri de Itajaí, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0002-43, com endereço à Rodovia Antônio Heil, Km 06, nº 6800, Bairro Itaipava, CEP: 88301-970, Itajaí/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula quarta do contrato administrativo nº 50/2015- PMP fica aditado do dia 17.04.2016 até o dia 31.12.2016.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 15 de Abril de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2530

DECRETO Nº 2530 /2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$ 24.600,00 (VINTE E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS), E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2795 DE 18/12/2015 E ART.42,43 E 45 DA LEI 4.320, DE 17/03/1964.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito especial Suplementar, no valor de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscientos reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2795 de 18/12/2015 e art.42,43 e 45 da Lei 4.320 de 17/03/1964, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Trânsito

Programa de Trabalho: 06.181.0016

Atividade: 2.050 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Fonte de Recursos: Convênio Trânsito

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0000/167 – Transferências a Instituições Privadas e sem fins Lucrativos R\$ 24.600,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Trânsito

Programa de Trabalho: 06.181.0016

Atividade: 2.050 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Fonte de Recursos: Convênio Trânsito

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000/158 – Aplicações Diretas R\$ 11.300,00

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Trânsito

Programa de Trabalho: 06.181.0016

Atividade: 2.050 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Trânsito

Fonte de Recursos: Convênio Trânsito

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0000/159 – Aplicações Diretas R\$ 13.300,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha, 24 de fevereiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2613

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto nº 2.613, de 13 de abril de 2016.

Decreto nº 2.613, de 13 de abril de 2016.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enxurradas. COBRADE 1200 Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 11, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de Enxurrada, provocada por chuva intensa e concentrada, no dia 13 de abril de 2016, atingindo grande parte do município, agravada pela maré alta.

- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constante do Formulário de Informações de Desastres – FIDE.

- a recomendação da Conselho Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população, frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Coordenadora municipal de Defesa Civil de Penha.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto é de 90 dias, podendo ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Penha -SC, 13 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2016- PMP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2016 – PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016 - PMP

Aos 15 (quinze) dias, do mês de Abril de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 04/2016 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

COMESC INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI, com sede na cidade de Joinville/SC, no Bairro: Itinga, Rua: Waldemiro José Borges, nº 3008, Bloco B, CEP:89.233.635, telefone (47) –3463-3205, E-mail: Comesc@comesc.com.br, inscrita sobre o CNPJ nº 08.528.821/0001-07. Banco do Brasil, Agência Nº.: 1526-1, Conta Corrente Nº: 24286-1.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE UNIFORMES QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2015, conforme Pregão Presencial nº 04/2016 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
01	Jaqueta (aluno) confeccionada em tadel conform especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	6.000	37,71	226.260,00
02	Calça (aluno) confeccionada em tadel, conform especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	6.000	15,52	93.120,00
03	Bermuda (aluno) de elanca, conform especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	6.000	12,65	75.900,00
04	Camiseta (aluno) manga curta, conform especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	12.000	6,19	74.280,00
05	Camiseta (aluno) manga longa, conform especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	6.000	6,98	41.880,00

06	Jaqueta (professor) confeccionada em tadel conforme especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	600	44,74	26.844,00
07	Calça (professor) confeccionada em tadel, conforme especificações do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar Amostra	Un	600	19,81	11.886,00
08	Camisa gola pólo professor, conforme especificação do termo de referência e seus respectivos anexos, inclusive o Anexo VII. Apresentar amostra.	Un	1.200	12,55	15.060,00
	TOTAL			R\$	565.230,00

1.2 – A especificação dos itens encontra-se no ANEXO VII

1.3- A presente Ata, assim como a Licitação da qual decorreu, não obriga o Município de Penha a adquirir todos os objetos e/ou quantidades acima indicadas, sendo solicitados de acordo com as necessidades do Município.

2 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93.

2.2 - O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 04/2016 - PMP.

3 - LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

3.1 - A fornecimento dos produtos objetos do presente deverá ser realizada pela CONTRATADA, em locais determinado pela Secretaria de Educação, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 30 (trinta) dias corridos.

4 - DO PRAZO

4.1–O fornecimento de materiais ora contratado terá início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Educação, até sua totalidade no valor lícitado ou parcialmente até 12 (doze) meses.

4.2 – Os quantitativos do fornecimento de materiais são estimativos com base na análise da Secretaria de Educação, e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

5 - DO VALOR

5.1 - O preço para a execução do objeto desta Ata é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, tendo o seu valor especificado no item 1.1 da presente ata.

5.2 - O preço retro referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

5.3 - A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

5.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas, nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.5 - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.6 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado para a devida alteração do valor registrado em Ata.

6 - CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão das Notas Fiscais, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida a aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta Ata e no Edital do Pregão Presencial nº 04/2016 - PMP.

6.1.1 - E recaiando o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

6.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA, através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

6.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

6.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

6.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

7 – RESPONSABILIDADES

7.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução desta Ata e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

7.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

7.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos materiais e/ou prestação de serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da entrega dos materiais e/ou prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

7.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos materiais e/ou prestação de serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo a Prefeitura Municipal de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

7.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

8 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos materiais e/ou prestação de serviços entregues e/ou realizados;
- b) efetuar o pagamento dos materiais e/ou prestação de serviços, na época de sua exigibilidade.
- c) enviar a grade com os números (uniformes, tênis e meias) para a fabricação no e-mail da licitante vencedora.

9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

9.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos materiais e/ou prestação de serviços entregues observar-se-á o seguinte:

9.3 - Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o material tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.

9.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, o fornecimento de materiais com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

9.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

9.7 - Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

9.8.1 - O fornecimento de materiais será fiscalizado pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade dos materiais e/ou prestação de serviços, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

9.8.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

9.8.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, o fornecimento de materiais após 30 (trinta) dias corridos, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

9.8.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

9.8.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

9.8.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

9.8.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

9.8.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações do fornecimento de materiais exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

10 - GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

10.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

10.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

11 – PENALIDADES

11.1 - A não entrega dos materiais e/ou prestação de serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da Ata.

11.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os materiais e/ou prestação de serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

11.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

11.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

11.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

11.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

11.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

12 – RESCISÃO

12.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão da Ata poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Ata e ou Contrato.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete à Prefeitura do Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a esta Ata e ou Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

14 – TOLERÂNCIA

14.1 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

15 - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Balneário de Piçarras, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata e ou Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto nesta Ata, assinam-no na presença de duas testemunhas em 01 (uma) via de igual teor e forma.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO

DANIELE S. DE S. LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

COMESC INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI
CNPJ Nº 08.528.821/0001-07

TESTEMUNHAS

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DECRETO Nº 2614/2016

DECRETO Nº 2614/16

NOMEIA – ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. FELIPE FRANCO BIEGING, para ocupar o cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS, do Gabinete do Prefeito a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 14 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 171/2016

PORTARIA Nº 171/16

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, II, a, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERA: a pedido, a Sra. CÉLIA REGINA EVARISTO, do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM COM CAPACITAÇÃO PARA VACINA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 132/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 13 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PP07/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.
DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/05/2016 até às 17h00min
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/05/2016

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 – Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro – Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 15 de abril de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

PP13/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Entrega dos Envelopes: 03/05/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 04/05/2016 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 15 de abril de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

PP14/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEIO FIO, GRELHA, TUBOS DE CONCRETO E BRITA PARA SEREM UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 04/05/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 05/05/2016 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 15 de abril de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 329/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 329/2016 - PMP

AO CONTRATO Nº 259/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 329/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 259/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ELIANE DOS SANTOS CELESTINO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 886.577.369-34, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Alberto Simão, nº 107, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Anjos do Itapocoroi", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ELIANE DOS SANTOS CELESTINO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 330/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 330/2016 - PMP

AO CONTRATO Nº 304/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 330/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 304/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , MANUELA VICENTE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 097.738.469-11, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Alberto Simão, nº 110, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Anjos do Itapocoroi", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MANUELA VICENTE
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 331/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 331/2016 - PMP

AO CONTRATO Nº 216/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 331/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 216/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , MARINA DANIELA DE SOUZA TASCA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 031.976.939-90, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Avenida Eugênio Krause, nº3323, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil ""João Batista da Cruz"", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARINA DANIELA DE SOUZA TASCA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 332/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 332/2016 - PMP

AO CONTRATO Nº 318/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 332/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 318/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste

ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) , ADERLITA ANACLETO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 939.832.639-68, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Ludgero dos Santos, nº 500, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Municipal "Horacina Soares Francisco", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADERLITA ANACLETO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 333/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 333/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 112/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 333/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 112/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) , PAMELA DECKER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 048.140.129-69, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Luiz Hunger, nº 600, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Escola Básica Municipal "João Batista da Cruz", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

PAMELA DECKER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 334/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 334/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 124/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 334/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 124/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) , SIMONE PEREIRA DE LIMA BELTRAMINI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 902.981.609-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nereu Ramos, nº 440, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Grupo Escolar Municipal "Antônio José Tiago", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SIMONE PEREIRA DE LIMA BELTRAMINI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 335/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 335/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 272/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 335/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 272/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) , CAMILA CORDEIRO MACIEL, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 066.963.039-01, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, AV Antonio Joaquim Tavares, nº 485, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Creche Municipal "Terezinha Marlene Correa", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CAMILA CORDEIRO MACIEL
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 336/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 336/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 233/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 336/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 233/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , PAOLA BUSS DE SANTANA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 048.302.891-63, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nilo Anastácio, nº 2691, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Dona Belinha", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

PAOLA BUSS DE SANTANA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 337/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 337/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 265/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 337/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 265/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , CIBELE MARIA DE CARVALHO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.250.649-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Inácio Francisco de Souza, nº 982, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Anjos do Itapocoroi", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CIBELE MARIA DE CARVALHO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 338/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 338/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 270/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 338/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 270/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , CAROLINE CASAGRANDE BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 080.953.259-02, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Avelino Manuel Ferreira, s/nº, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil "Casa da Amizade", no período de 14/04/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de abril de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

PREFEITURA

CAROLINE CASAGRANDE BENTO

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 12/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 02/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital.

Processo de Licitação 12/2016 – Pregão Presencial 02/2016 - FMS.

Objeto: Registro de Preço para aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 09h00min do dia 04/05/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h30min do dia 04/05/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba-SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Adriano José Krindges / Neusa Klein Maraschini
Secretário Municipal de Saúde / Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 23/2016- FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 04/2016, Pregão Eletrônico nº 01/2016

Objeto: Alterar o modelo do veículo zero Km para uso do Fundo Municipal de Saúde, proposta nº 11391.279000/1140-01 – Ministério da Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 23/2016

Contratado: GRANVEL GRANVILLE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 01.680.956.0002-25

Valor do Contrato: R\$ 35.900,00 (Trinta e cinco mil e novecentos reais)

Data de Vigência: 14/04/2016 à 25/04/2016

Município de Peritiba – SC em 14 de Abril de 2016.

ELIANI MORTARI
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO 31/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 31/2016

Processo Licitatório nº 16/2016, Inexigibilidade de licitação nº 05/2016

Objeto: A contratação "SUPER BANDA K'NECUS" por intermédio da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode (AMUSPE), para apresentação musical com fornecimento de equipamento de sonorização e iluminação, no baile de escolha das rainhas e princesas do 95º Kerb Fest Peritiba/2016, que acontecerá no dia 20 de abril de 2016, no Centro de Formação da Igreja católica de Peritiba.

Contratado: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE (SUPER BANDA K'NECUS)

CNPJ nº 07.453.253/0001-60

Valor do contrato: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais)

Data de Vigência: 06/04/2016 à 21/04/2016

Município de Peritiba – SC em 06 de Abril de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 32/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 32/2016

Processo Licitatório nº 22/2014, Tomada de Preços nº 01/2014

Objeto: Registrar o reajuste de valores para Prestação de serviços de consultoria e assessoria pública na elaboração e no planejamento de ações para o desenvolvimento das Secretarias de cultura e turismo, na continuação da elaboração do plano de cultura.

Consultoria e Assessoria relacionada aos serviços, compreendendo a área de administração, mediante a realização de reuniões, instruções no local de trabalho e orientações a distância via e-mail, telefone, fax e outros meios eletrônicos.

Acompanhamento do Projeto FUNDAM (Fundo de Apoio aos Municípios), elaboração e acompanhamento de projetos junto ao BADESC (Agência do Fomento do Estado de Santa Catarina S.A).

Consultoria e assessoria para elaboração, análise e acompanhamento de projetos municipais no âmbito da esfera estadual e federal para os sistemas SICONV, SISMOB, PAR, SIGARP e SIGEF e outros que venha o município a utilizar no decorrer do ano.

Contratado: ECON – EMPRESA CONCÓRDIA DE ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA ME

CNPJ nº 14.731.523/0001-12

Valor do contrato: R\$ 18.195,60 (Dezoito mil cento e noventa e cinco reais e sessenta centavos)

Data de Vigência: 02/05/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 14 de Abril de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 33/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Contrato: Contrato nº 33/2016

Processo de Licitação 34/2014 modalidade Tomada de Preços nº 02/2014

Objeto: Prorrogar prazo de vigência e execução e registrar a compensação e aumento de valor para Execução da obra de Redes de Água para as Comunidades de Alto São Pedro, Linha Caravágio, Linha Maria Goretti, Linha Vila Nova e Linha São Miguel, a serem executadas de acordo com o memorial descritivo, orçamento, projeto básico e cronograma dispostos no edital de tomada de preços 02/2014 e proposta de preço apresentados pela empresa contratada.

Contratado: J. DOS SANTOS - EPP

CNPJ nº 10.872.564/0001-78

Valor do contrato: R\$ 33.435,80 (Trinta e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos)

Data de Vigência: 14/04/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 14 de Abril de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATOS 03 04 05 2016 - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO DE CONTRATOS

Contratos que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura, objetivando a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA USO NA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, CONFORME PROPOSTA NO SIGEF Nº 0000016254, CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITUPORANGA E O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE NO ANEXO I DO EDITAL. CONTRATO 04/2016 – Empresa MAQUIPLAN COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 02.506.786/0001-49, no valor de R\$ 16.500,00. Empresa DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 02.464.226/0001-79, no valor de R\$ 36.800,00. Empresa CASA DO PICA PAU LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 04.742.267/0001-05, no valor de R\$ 32.890,00. Data: 15/04/2016.

Petrolândia, 18 de abril de 2016.
Joel Longen
Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 033/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 033/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 03/05/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 033/2016, visando a aquisição de 80 (oitenta) horas de serviço/máquina de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 15.000 KG (quinze mil quilogramas), com rompedor hidráulico com peso mínimo de 1.200Kg e força de impacto no material (peso operacional) de no mínimo 1.300 kg, para serviço de quebra/rompedor de pedras.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 03/05/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site www.pinheiro-preto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 13 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 034/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 034/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02/05/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 034/2016, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA FINS DE REALIZAR CONserto EM VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TANQUE.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 02/05/2016, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site www.pinheiro-preto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 14 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 145/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 145/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: JULIANA PASOLD GUZZI
CPF n. 038.278.589-41
Endereço: Rua Antônio Carlos k. Reis, nº 108
PINHEIRO PRETO- SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado JULIANA PASOLD GUZZI, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de PROFESSOR Regente para educação infantil – ÁREA I, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.225,52 (Hum mil duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 02 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 02 de fevereiro de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 12 de abril de 2016.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
JULIANA PASOLD GUZZI

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4.387, DE 02 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 4.387, DE 02 DE ABRIL DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.155,06 (Quatro mil, cento e cinquenta e cinco reais e seis centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2006 – Secretaria de Transportes e Obras

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 16 – Serviços de utilidade pública

Atividade: 2.38 – Manutenção dos serviços de utilidade pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90-0000

Fonte 308

Total Suplementado
..... R\$ 4.155,06

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 49.680-4 – TRIBUTOS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 02 DE ABRIL DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 174, DE 01 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 174, DE 01 DE abril DE 2016.

NOMEIA Juliana Pasold Guzzi PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR Regente para educação infantil – ÁREA I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Juliana Pasold Guzzi, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 038.278.589-41, para exercer em caráter temporário a função de PROFESSOR Regente para educação infantil – ÁREA I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga

horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 02 de fevereiro de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de abril de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 187, DE 13 DE Abril DE 2016.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA JURCELEI BERTHA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora JURCELEI BERTHA, ocupante do emprego público de Assistente social - cras, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 07/01/2014 a 06/01/2015, cujo gozo dar-se-á no período de 14 de abril de 2016 a 28 de abril de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 13 de abril de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 38, DE 15 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº. 38, DE 15 DE ABRIL DE 2016

“DELEGA PODERES A COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALDIR RECH, Presidente da Câmara Municipal de vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno e

Considerando a necessidade de se avaliar as servidoras PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI E SIRLEI SCARABOTO, para fins de estágio probatório, conforme disposto na Constituição Federal.

Considerando que a Câmara Municipal de Vereadores não possui quadro de pessoal suficiente e nas condições hierárquicas necessárias para promover a referida avaliação da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica delegado à Comissão Municipal de Avaliação de Estágio Probatório do Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto/SC todos os poderes para efetuar a avaliação de estágio probatório das Servidoras PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI E SIRLEI SCARABOTO, ocupante do cargo secretária executiva e servente, respectivamente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE SESSÕES DE PINHEIRO PRETO - SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

ALDIR RECH

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4539/2016

DECRETO Nº 4539/2016, DE 15 de abril de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 22 DE ABRIL DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo, em todo o território do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no dia 22 de Abril de 2016 em virtude do feriado de Tiradentes que ocorre no dia 21 de Abril de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos no dia 22 de Abril de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 15 de Abril de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

ED_CH01/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE
AVISO DE EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO
EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO N.01/2016
Chamamento público para fins de cadastramento para grupos formais e informais.
O Município de Planalto Alegre torna público que estará realizando a inscrição para cadastramento de grupos formais e informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais até às 10:00 horas do dia 16 de Maio de 2016.
Planalto Alegre - SC, em 14 de Abril de 2016
Plinio Dallacorte
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.076 DE 14 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 3.076 DE 14 DE ABRIL DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.1009- Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 415.000,00

TOTAL R\$ 415.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 14 de abril de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.077, DE 15 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 3.077, DE 15 DE ABRIL DE 2016

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o art. 74, Inciso I, letra "g" da Lei Orgânica do Município, de 30 de março de 1990 e a Lei Municipal Complementar nº 281, de 14 de Maio de 2015, que cria o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e o Fundo Municipal para Ações de Políticas sobre Drogas - FUMPOP - e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD do Município de Pomerode, criado pela Lei Complementar nº 281, de 14 de maio de 2014.

Art. 2º O referido Regimento Interno fica anexado ao presente

Decreto, fazendo parte do mesmo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/COMAD

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD. O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 281, de 14 de Maio de 2015, e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, realizada no dia 06 de Abril de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMAD

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno que tem por finalidade disciplinar as atividades e o funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas e o Fundo Municipal para Ações de Políticas Sobre Drogas - FUMPOP, no âmbito do Município de Pomerode, visando à adequação de suas ações aos objetivos para os quais foi instituído nos termos da Lei Municipal nº 281, de 14 de maio de 2015.

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, criado pela Lei Complementar nº 281, de 14 de maio de 2015, de caráter permanente, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, é órgão colegiado deliberativo, consultivo, fiscalizador, normatizador e controlador da Política Municipal sobre Drogas e das ações em todos os níveis, assegurada a participação de representantes de organizações da Sociedade Civil, do Poder Público Municipal e outros órgãos vinculados à esfera Estadual.

Art. 3º O COMAD vincula-se administrativamente ao Poder Executivo Municipal e integra-se aos órgãos e ações resultantes do esforço Estadual e Nacional Sobre Drogas e dedica-se ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas no Município de Pomerode.

Art. 4º Para os fins deste Regimento considera-se:

I - Política Sobre Drogas: o conjunto de ações relacionadas à prevenção ao uso prejudicial de drogas, ao tratamento, recuperação e à reinserção social das pessoas que apresentem transtornos decorrentes de seu uso prejudicial e à redução de sua demanda;

II - Droga: como toda substância natural ou produto químico que,

em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III - drogas ilícitas: aquelas assim especificadas em Lei nacional e em tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informadas a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Ministério da Justiça (MJ).

Parágrafo único. O COMAD atuará tanto no combate ao uso prejudicial de drogas ilícitas, quanto no combate ao uso prejudicial de drogas lícitas, como o tabaco, álcool e uso indevido e prejudicial de medicamentos, etc.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE DIREITOS

Art. 5º Compete ao COMAD:

I - estabelecer diretrizes e propor as políticas públicas de prevenção, de tratamento, de recuperação, de reinserção social, de enfrentamento e combate ao tráfico de substâncias psicoativas, atinente à redução da demanda, no âmbito municipal, em obediência às diretrizes do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes que determinem dependência física ou psíquica e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

II - acompanhar e avaliar a política nacional, consolidada pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

III - instituir e desenvolver ações de redução da demanda de substâncias psicoativas, compatibilizando-as com a política proposta pelos Conselhos Estadual e Nacional, bem como acompanhar sua execução.

IV - inscrever e fiscalizar as entidades, instituições e/ou programas que, no âmbito do Município, desempenham atividades na área de recuperação e reinserção social do dependente químico, orientado e cooperando para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido;

V - estimular ações e programas de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas;

VI - aprovar e controlar as Políticas Públicas sobre Drogas no âmbito do Município;

VII - participar da formulação e da articulação de ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e atualização permanente dos Conselheiros representantes das organizações governamentais e não governamentais;

IX - expedir atos relativos às deliberações do Plenário, de acordo com as finalidades estabelecidas nesta Lei;

X - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação com o COMAD;

XI - acompanhar as ações do Fórum Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;

XII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo do uso abusivo de drogas lícitas, ilícitas, na repressão e na prevenção ao tráfico;

XIII - colaborar com a elaboração de planos de supervisão e fiscalização das atividades relacionadas à prevenção ao uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas;

XIV - aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA FUNCIONAL

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas é composto paritariamente por 12 (doze) membros, sendo 06 (seis) governamentais e 06 (seis) não governamentais, cada qual com um suplente, sendo:

I - 6 (seis) representantes do Poder Público, sendo:

- 01 representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES

- 01 representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

- 01 representante da Secretaria de Saúde

- 01 representante do CAPS

- 02 representantes da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

II - 06 (seis) representantes de Organização Não Governamentais sediadas no Município, de atenção às questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias psicoativas na área de prevenção, atendimento, recuperação, reinserção social, responsabilidade e controle social, promoção, proteção e defesa dos direitos.

§ 1º Os representantes Governamentais Municipais, titulares e suplentes, das entidades relacionadas no inciso I, deste artigo, serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova nomeação.

§ 2º A escolha da representação das organizações não governamentais ocorrerá bianualmente, em fórum próprio, por maioria simples, convocado pelo Coordenador do COMAD, dois meses antes do término do mandato, obedecidos os princípios gerais de escolha constantes no Regimento Interno.

§ 3º Cada organização não governamental terá direito a um voto, exercido por representante apresentado por escrito pela diretoria da entidade.

§ 4º As 6 (seis) entidades mais votadas serão considerados eleitas para o Conselho dos Direitos, devendo indicar, no momento de sua candidatura, um representante titular e um suplente, e as outras 5 (cinco) pela ordem de votação, serão consideradas entidades suplentes.

Art. 7º A atividade dos membros do COMAD reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de conselheiro será considerado serviço de interesse público relevante e não será remunerado;

II - os conselheiros serão excluídos do COMAD e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas por ano;

III - os membros do COMAD poderão ser substituídos mediante solicitação escrita da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do COMAD terá direito a um único voto na sessão plenária.

Parágrafo Único - A sociedade civil será automaticamente substituída pela próxima mais votada no fórum na hipótese do seu representante, tanto o titular como o suplente, faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) reuniões intercaladas por ano.

Art. 8º Os membros titulares e suplentes do COMAD terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 9º Todas as sessões do COMAD serão públicas e precedidas de divulgação.

Art. 10 A posse do Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas será feita pelo Prefeito Municipal através de portaria obedecida a origem das indicações no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a eleição dos representantes das organizações não governamentais.

SEÇÃO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 11 O Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Plenário;
- II - Mesa Diretora;
- III - Comissões.

§ 1º O Plenário é composto pelos membros do COMAD.

§ 2º A Mesa Diretora é composta por Coordenador, Vice-Coordenador, Secretário e Vice-Secretário.

§ 3º As Comissões serão compostas por, no mínimo, três conselheiros, escolhidos pelo Plenário, observando-se a paridade entre os representantes governamentais e não governamentais.

Art. 12 São as Comissões Permanentes:

- I - Comissão de Finanças e Captação de Recursos;
- II - Comissão de Política, Plano e Diagnóstico;
- III - Comissão de Normas e Registros.

SEÇÃO III DO PLENÁRIO

Art. 13 Ao Plenário, órgão deliberativo do COMAD, compete:

I - estabelecer diretrizes e propor as políticas públicas de prevenção, de tratamento, de recuperação, de reinserção social, de enfrentamento e combate ao tráfico de substâncias psicoativas, atinentes à redução da demanda, no âmbito municipal, em obediência às diretrizes do Sistema Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes que determinem dependência física ou psíquica e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

II - acompanhar e avaliar a política nacional, consolidada pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

III - instituir e desenvolver ações de redução da demanda de substâncias psicoativas, compatibilizando-as com a política proposta pelos Conselhos Estadual e Nacional, bem como acompanhar sua execução.

IV - inscrever e fiscalizar as entidades, instituições e/ou programas que, no âmbito do Município, desempenham atividades na área de recuperação e reinserção social do dependente químico, orientando e cooperando para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

V - estimular ações e programas de prevenção ao uso e abuso de substâncias psicoativas;

VI - aprovar e controlar as Políticas Públicas sobre Drogas no âmbito do Município;

VII - participar da formulação e da articulação de ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e atualização permanente dos Conselheiros representantes das organizações governamentais e não governamentais;

IX - expedir atos relativos às deliberações do Plenário, de acordo com as finalidades estabelecidas nesta Lei;

X - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros que tenham relação com o COMAD;

XI - acompanhar as ações do Fórum Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;

XII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo do uso abusivo de drogas lícitas, ilícitas, na prevenção e na prevenção ao tráfico;

XIII - colaborar com a elaboração de planos de supervisão e fiscalização das atividades relacionadas à prevenção ao uso ou abuso de drogas lícitas e ilícitas;

XIV - aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

XV - Eleger, por maioria Absoluta, os Conselheiros para integrarem

as Comissões permanentes e temporárias.

XVI - Aprovar a proposta orçamentária e os planos anuais de aplicação dos recursos do FUMPOP, assim como aprovar sua destinação.

Art. 14 O Plenário é o órgão soberano das deliberações do COMAD.

Art. 15 As Assembleias do Conselho serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, segundo cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício e, extraordinariamente, sob convocação da coordenação ou a requerimento de 1/3 de seus membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 1º- As decisões do Conselho só poderão ser revistas uma única vez com a presença de 2/3 das entidades votantes, sendo a votação por maioria absoluta dos votos.

§2º O voto divergente poderá ser expresso na ata da reunião, a pedido do membro que o proferir.

SEÇÃO IV DA MESA DIRETORA

Art. 16 A Mesa Diretora é a representação máxima do COMAD, composta por Coordenador, Vice-Coordenador, Secretário e Vice-Secretário.

Parágrafo Único - O mandato da Mesa Diretora será de 01 (um) ano, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 17 Compete ao Coordenador do COMAD:

I - convocar e presidir as reuniões ordinárias, extraordinárias do COMAD, tomando parte nas discussões e votações;

II - representar o COMAD em solenidades e zelar pelo seu prestígio;

III - orientar o funcionamento das Comissões;

IV - assinar, depois de discutidas e votadas, as Resoluções e Pareceres do COMAD;

V - assinar as correspondências oficiais do COMAD;

VI - nomear, por meio de resolução, os componentes das Comissões do Conselho;

VII - decidir as questões de ordem, reclamações ou solicitações em Plenário;

VIII - proferir voto de desempate nas votações plenárias.

IX - encaminhar solicitações de informações, fazer consultas, convocações ou convites a autoridades competentes e entidades públicas e privadas, conforme decisão da plenária;

X - requisitar, junto à Prefeitura, após aprovação da plenária, equipamento e pessoal administrativo para funcionamento do Conselho Municipal;

XI - autorizar despesas do Fundo Municipal, desde que aprovadas por 2/3 em plenária do Conselho.

XII - encaminhar a plenária os casos omissos contidos neste Regimento Interno.

Art. 18 Compete ao Vice-Coordenador assessorar o Coordenador, bem como substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Art. 19 Compete ao Secretário:

I - redigir e ler a ata da reunião plenária;

II - inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar-se;

III - substituir o Coordenador e o Vice-Coordenador nas ausências e impedimentos destes;

IV - fazer o controle de frequência dos conselheiros, comunicando eventuais exclusões e substituições.

Art. 20 Cabe ao Vice-Secretário substituir o Secretário nas suas ausências e impedimentos.

SEÇÃO V DAS COMISSÕES

Art. 21 As comissões são órgãos delegados e auxiliares do Plenário, a quem compete proceder aos estudos, diligências e discussões que julgar necessários para emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas.

Art. 22 As comissões se dividem em permanentes e temporárias.

§ 1º As comissões temporárias poderão ser criadas pelo Plenário a qualquer tempo, com indicação de objetivos, prazos e componentes.

§ 2º As comissões são autônomas para determinar sua forma de funcionamento, bem como para o convite e aceite da participação de colaboradores sem direito a voto.

§ 3º Todas as comissões devem ser compostas obrigatoriamente por conselheiros do segmento governamental e não governamental, sendo que a representação será da entidade.

§ 4º As comissões serão compostas por, no mínimo, três (3) membros com mandato de um ano, observando-se a paridade, podendo ser reconduzido por igual período.

§ 5º Os pareceres das comissões serão apreciados, discutidos e votados em Sessão Plenária.

§ 6º Os pareceres aprovados pelo COMAD poderão ser transformados em resoluções a juízo da plenária.

SEÇÃO VI DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Art. 23 São Comissões Permanentes:

- I - Comissão Permanente de Política, Plano e Diagnóstico;
- II - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação;
- III - Comissão Permanente de Finanças e Captação de Recursos;

Art. 24 Compete à Comissão Permanente de Política, Plano e Diagnóstico:

- I - auxiliar o COMAD na definição de prioridades, diretrizes e critérios para elaboração do plano municipal de políticas sobre drogas;
- II - fornecer subsídios para o acompanhamento da Política Pública sobre Drogas, bem como supervisionar as ações de atendimento desenvolvidas pelas entidades privadas e pelo Poder Público;
- III - estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica;
- IV - acompanhar e controlar a execução do Plano Municipal de atendimento à criança e ao adolescente;
- V - promover o levantamento sistemático de dados sobre a realidade da política de atendimento à criança e ao adolescente no Município;
- VI - analisar os relatórios recebidos dos Conselhos Tutelares e de outros órgãos, apresentando, em plenária, propostas de encaminhamento;
- VII - analisar e elaborar pareceres sobre projetos apresentados;
- VIII - outras atribuições inerentes ao trabalho da comissão.

Art. 25 Compete à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação:

- I - normatizar o registro de entidades e a inscrição de programas de atendimento às crianças e adolescentes desenvolvidos pelas organizações governamentais e não governamentais;
- II - apreciar e emitir parecer quanto à solicitação de registro de entidades e inscrição dos programas governamentais e não governamentais;

III - propor regulamentação acerca das matérias discutidas pelo plenário do COMAD;

IV - informar ao Plenário irregularidades no cumprimento das normativas do COMAD que possam ensejar a revogação de inscrição de entidade;

V - fiscalizar as publicações das Resoluções emitidas pelo COMAD;

VI - outras atribuições inerentes ao trabalho da comissão.

Art. 26 Compete à Comissão de Finanças e Captação de Recursos:

I - criar fluxo de informações com o Poder Judiciário, visando identificar o volume de recursos resultantes da aplicação de multas previstas em Lei;

II - promover campanhas, visando à captação de recursos;

III - participar do planejamento orçamentário do FUMPOP, apresentando as propostas a serem incluídas no mesmo;

IV - interagir com outros Conselhos no que se refere ao financiamento de programas e projetos na área do COMAD;

V - acompanhar, analisar e avaliar a gestão de recursos do FUMPOP;

VI - fiscalizar e fazer cumprir os critérios de financiamento estabelecidos pela legislação do FUMPOP;

VII - solicitar ao gestor do FUMPOP informações e documentos sempre que necessários;

VIII - acompanhar a aplicação dos recursos públicos destinados ao atendimento do público abrangido pelo COMAD;

IX - outras atribuições inerentes ao trabalho da comissão.

Art. 27 As Comissões Temporárias, criadas a critério do Plenário, têm como objetivo o estudo de assuntos específicos e urgentes, sendo suas atribuições estabelecidas no momento de sua criação.

SEÇÃO VII DO GESTOR DO FUMPOP

Art. 28 O Gestor do Fundo será o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, nomeado mediante portaria do Chefe do Poder Executivo.

Art. 29 O Gestor do Fundo não poderá ser membro integrante do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD.

Art. 30 Caberá ao Gestor do Fundo:

- I - Manter o registro de todos os recursos captados e aplicados pelo Fundo, independentemente de sua origem.
- II - Liberar os recursos do Fundo de acordo com o Plano de Aplicação e após prévia autorização do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD;
- III - Prestar contas ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD, dos recursos captados e aplicados pelo Fundo, na forma do disposto no Regimento Interno;
- IV - Assinar, em conjunto com o Secretário de Administração e Fazenda, toda a movimentação bancária.

Art. 31 Cabe ao Gestor do FUMPOP apresentar trimestralmente a prestação de contas ao Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode COMAD ou quando lhe for solicitado.

Parágrafo único: O Gestor do Fundo deverá se reportar ao COMAD na aplicação e prestação de contas de todos os recursos. Havendo discordâncias, quanto à aplicação, execução e cumprimentos dos artigos acima elencados, o COMAD se dirigirá ao Poder Executivo para o cumprimento de suas deliberações.

SEÇÃO VIII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 32 São atribuições do Secretário-Executivo:

- I - secretariar as reuniões do Conselho;

II - tomar as providências necessárias à execução das deliberações do Conselho;

III - encaminhar os processos a serem apreciados pela Assembleia, dando cumprimento aos despachos neles proferidos;

IV - prestar, na Plenária, as informações que lhes forem solicitadas pela Diretoria ou por Conselheiros;

V - redigir as atas das sessões do Conselho Municipal, quando necessário, bem como colher as assinaturas dos presentes;

VI - controlar a assinatura dos Conselheiros, comunicando ao Presidente as ausências injustificadas há mais de 02 (duas) sessões consecutivas ou 04 (quatro) intercaladas.

VII - proceder à leitura das atas no início das sessões do Conselho, quando necessário;

VIII - providenciar cópia e extrato da ata já aprovada, providenciando a devida publicação na imprensa oficial, quando for o caso;

IX - receber do Presidente a pauta das sessões, bem como o respectivo expediente;

X - informar aos Conselheiros o calendário das reuniões ordinárias;

XI - receber e arquivar documentos relativos à convocação das sessões;

XII - proceder à leitura da pauta das sessões;

XIII - desempenhar outras atribuições inerentes à sua função ou outras determinadas pela Presidência.

Art. 33 A Secretaria do Conselho contará com servidores designados pelo Prefeito Municipal, podendo o Plenário do COMAD rejeitar a indicação do Prefeito Municipal, o qual deverá indicar outro servidor, com as devidas competências necessárias para o deslinde dos trabalhos.

Art. 34 A Secretaria do Conselho está subordinada ao Secretário da Mesa Diretora, e este ao Coordenador da Mesa Diretora.

SEÇÃO IX DOS CONSELHEIROS

Art. 35 Aos membros do Conselho Municipal cabe:

I - Participar das reuniões plenárias, apreciando a ata da reunião anterior assinando-a;

II - justificar por escrito ou via e-mail as faltas em reuniões do Conselho até a data da reunião;

III - assinar em local designado sua presença na reunião a que comparecer;

IV - solicitar a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que desejam discutir;

V - debater e votar a matéria em discussão;

VI - requerer informações, providências e esclarecimentos à mesa ou Secretaria;

VII - pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com parecer no prazo máximo estabelecido neste Regimento Interno, ou requerer adiamento da votação;

VIII - apresentar relatórios e pareceres dentro do prazo estabelecido pelo Presidente;

IX - proferir declarações de voto, quando o desejar;

X - propor temas e assuntos à deliberação da Plenária;

XI - propor a Plenária a convocação de audiência ou reunião extraordinária;

XII - apresentar questões de ordem na reunião;

XIII - acompanhar as atividades da Secretaria Executiva;

XIV - apresentar, em nome da comissão de que fizer parte, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;

XV - propor alterações no Regimento Interno do Conselho;

XVI - votar e ser votado para cargos do Conselho;

XVII - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVIII - fornecer a Mesa Diretora todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre que os julgar importantes para o desenvolvimento dos

trabalhos do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XIX - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XX - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados ao COMAD;

XXI - participar de eventos de capacitação e de aperfeiçoamento;

XXII - observar preceitos éticos e morais, compartilhando somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, e resguardar o caráter confidencial das comunicações, preservando o sigilo das situações que o merecerem.

§ 1º Conceder-se-á licença aos membros titulares do COMAD, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, desde que solicitada por escrito ao Presidente, devidamente justificada e fundamentada.

Art. 36 A substituição do conselheiro titular pelo suplente ou por outro representante institucional se dará nos seguintes casos:

I - em caso de vacância, o conselheiro suplente completará o mandato do substituído;

II - no caso de falta do conselheiro titular, respeitando-se, quando representante da sociedade civil, a ordem numérica de suplência definida no Fórum específico;

III - quando houver nova indicação de órgão governamental ou da entidade da sociedade civil, bem como, quando houver nova eleição para escolha dos representantes não governamentais.

SEÇÃO X DAS PENALIDADES

Art. 37 São penalidades aplicáveis aos membros do Conselho Municipal:

I - advertência;

II - destituição.

Art. 38 O Conselheiro poderá ser destituído quando:

I - descumprir suas funções, com deliberação de maioria simples dos componentes do Conselho Municipal, concedida ao interessado, oportunidade de defesa;

II - for condenado por sentença transitada em julgada pela prática de quaisquer dos crimes previstos no código penal, ou legislação vigente.

Art. 39 Aberto Processo Administrativo contra o Conselheiro, será designado Comissão Especial para avaliar e dar parecer pela instauração definitiva do Processo Administrativo ou seu arquivamento.

Art. 40 Se Instaurado definitivamente o Processo Administrativo, o Conselheiro será notificado pessoalmente para, no prazo de 15 dias úteis apresentar defesa.

§ 1º Após a apreciação da defesa, a Comissão Especial poderá designar produção de provas, no prazo de 10 dias úteis, ou proferir decisão definitiva.

§ 2º Não apresentada defesa, será proferida decisão definitiva.

Art. 41 Após decisão definitiva da Comissão Especial poderá o Conselheiro apresentar Recurso à Plenária Extraordinária convocada apenas para este ato.

§ 1º A Comissão Especial não votará na Plenária Extraordinária de apreciação do Recurso do Conselheiro.

§ 2º O Presidente do Conselho somente votará em caso de desempate.

§ 3º Da decisão da Plenária não caberá Recursos.

Art. 42 O Conselheiro que for destituído não poderá compor o COMAD, perante a perda de sua idoneidade moral para os trabalhos desenvolvidos pelo COMAD.

Art. 43 O Conselheiro que incorrer no Inciso I do Art. 37, por 2 vezes, terá processo de destituição (Inciso II do Art. 37), de ofício.

Art. 44 Havendo destituição do Conselheiro, o suplente assumirá o cargo automaticamente e, sendo destituído o suplente, será empossado o representante da entidade não governamental por ordem de classificação no processo eleitoral e, sendo governamental, será solicitada substituição pelo COMAD ao órgão respectivo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45 O presente Regimento poderá ser emendado ou reformulado por decisão de maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art. 46 A eleição e posse da Diretoria Executiva deverão ser realizadas no máximo em 30 (trinta) dias após a eleição dos membros do COMAD.

Art. 47 A solicitação de informações ao COMAD deverá ser prestada no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 48 A entidade da sociedade civil ou poder público que desejar efetuar a substituição de seu representante junto ao COMAD deverá fazê-lo por escrito à Coordenação Geral ou Secretaria Executiva.

Art. 49 O Conselheiro Municipal, quando em atividade extra (conferências, estudos, viagens, cursos, etc.), desde que de interesse do COMAD, deverá ter suas despesas pagas pelo FUMPOP.

Art. 50 Os casos omissos neste Regimento e as dúvidas de interpretação serão resolvidos pelo voto da maioria absoluta, em sessão especialmente convocada para tal fim.

Art. 51 Para os efeitos deste Regimento serão considerados como maioria:

I - qualificada: Aquela que reunir dois terços de todos os conselheiros titulares;

II - absoluta: Aquela que reunir metade mais um de todos os conselheiros titulares;

III - simples: Aquela que reunir metade mais um dos conselheiros titulares presentes no ato de votação.

Pomerode, 06 de Abril de 2016.

Michaela Reimer Dopona
Coordenadora do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Pomerode - COMAD

EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004 / 2016

Processo Administrativo n.º 023 / 2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO NA RUA DOS ATIRADORES SOBRE O RIBEIRÃO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 179,40 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 05/05/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 05/05/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 15 de Abril de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 027/2016

CONVÊNIO nº 27/2016. Conveniente: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. Conveniada: FUNDAÇÃO HERMANN WEEGE. Projeto: MANUTENÇÃO, MANEJO E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES. Valor: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). Prazo: 31/12/2016. Pomerode/SC, 15 de abril de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente Fundação Hermann Weege

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº: 003/2016.
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016
Tipo de julgamento: MENOR PREÇO POR ÍTEM.

Objeto: RETRANSMISSÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS E DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS E REQUERIMENTOS VOTADOS POR INTERMÉDIO DE INSERÇÕES DE UM MINUTO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS ESPECIAIS DE NATUREZA CULTURAL E DE CARÁTER EDUCATIVO DE ACORDO COM AS PREVISÕES LEGAIS, ATRAVÉS DE RADIO EM FREQUÊNCIA AM E FM.

Entrega dos Envelopes até: 03/05/2016 às 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 03/05/2016 às 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário : Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, Avenida 21 de Janeiro, 1777, Bairro Centro, Município de Pomerode/SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feira, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, informações pelo fone (47) 3387-2464.

Pomerode/SC, 15 de abril de 2016.
CLAUS KRAHN
PRESIDENTE

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATO 003 HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CP/2016

ATO 003/CP/PS/001/2016

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

E DIVULGA INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

O Senhor Eduardo Coppini, Prefeito de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do anexo I deste ato conforme situação.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste ato, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.
3. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 18 e 19 de abril de 2016, nos termos do edital.

Ponte Serrada, 15 de abril de 2016.

Eduardo Coppini

Prefeito Municipal

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Agente Comunitário de Saúde - Baia Alta

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	313825	Adriane Dos Santos Lima Moreno	09/02/1983	Inscrição Homologada
2	313564	Edileia Aparecida Paludo Evangelista	31/05/1969	Inscrição Homologada
3	313301	Felipe Brustolin	15/09/1994	Inscrição Homologada
4	320690	Flavia Brugnartotto	18/11/1993	Inscrição Homologada
5	312043	Jackeline Thalya Cardori	11/02/1998	Inscrição Homologada
6	316907	Jaine Moraes Da Silva	14/10/1997	Inscrição Homologada
7	325642	Marli Terezinha Dartora Franzen	15/05/1964	Inscrição Homologada
8	311997	Patricia Franzen	28/01/1987	Inscrição Homologada
9	312855	Silvana Aparecida Cavalheiro Lemos	22/12/1978	Inscrição Homologada

Agente Comunitário de Saúde - Centro

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	328692	Adriana Aparecida Fagundes Da Silva	28/07/1984	Inscrição Homologada
2	312476	Ana Alice Ponte Ferraz De Mello	30/08/1995	Inscrição Homologada
3	313337	Cristiana Siqueira	08/04/1987	Inscrição Homologada
4	334418	Eloisa Gabriela Pimentel Marcolan	19/05/1996	Inscrição Homologada
5	319102	Emanueli Radin Favero	12/07/1995	Inscrição Homologada
6	335226	Fabiane Cristina Lamp	21/07/1988	Inscrição Homologada
7	321861	Fernanda Ampezzo	09/09/1994	Inscrição Homologada
8	327760	Francinara Alves Pereira	22/05/1986	Inscrição Homologada
9	335782	Giane Alessandra Correa Comim	03/01/1982	Inscrição Homologada
10	327190	Josiane Da Conceicao Delfino	10/05/1984	Inscrição Homologada
11	318752	Jucelei Pavan Bazi	30/09/1972	Inscrição Homologada
12	313657	Lediane Fatima Da Costa	01/11/1985	Inscrição Homologada
13	335946	Lia Mara Dos Santos	13/07/1981	Inscrição Homologada
14	332173	Liliane Moraes	25/09/1990	Inscrição Homologada
15	312303	Marina Lamp	10/12/1992	Inscrição Homologada
16	323742	Matheus Arilton Da Silva Ribak	28/11/1996	Inscrição Homologada

17	321780	Morgana Izabela Berte	08/06/1995	Inscrição Homologada
18	319431	Nathalia Camilla Silva Gadelha	22/12/1989	Inscrição Homologada
19	312833	Regiane Terezinha Da Costa	17/08/1988	Inscrição Homologada
20	312536	Roseli Fatima Clamer	09/09/1969	Inscrição Homologada
21	335158	Rosilene Aparecida Passoni E Sa	20/04/1972	Inscrição Homologada
22	334070	Rudineia Dos Santos	03/07/1993	Inscrição Homologada
23	322729	Salete Rodrigues Harmata	20/05/1964	Inscrição Homologada
24	316157	Sandra Correa Dos Santos	04/08/1995	Inscrição Homologada
25	313137	Sidimara Maciel	15/02/1987	Inscrição Homologada
26	312020	Tais Erecina Acunha Gomes Pedroso	23/04/1997	Inscrição Homologada
27	335277	Tatiane Pinheiro Urbano	02/06/1987	Inscrição Homologada

Agente de Manutenção

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	313346	Gelson De Oliveira	09/09/1982	Inscrição Homologada
2	335288	Iris Goncalves Oliveira De Almeida	24/04/1972	Inscrição Homologada
3	312485	Jose Bento Braz	23/09/1992	Inscrição Homologada
4	335006	Paulo Cezar Fornari	24/11/1986	Inscrição Homologada
5	313066	Ricardo Poletto De Souza	17/10/1984	Inscrição Homologada
6	334948	Valmir Antonio Mayer	13/07/1966	Inscrição Homologada

Motorista

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	325044	Adeilson Goncalves Dos Santos	26/05/1983	Inscrição Homologada
2	317756	Adelio Pedroso	15/09/1976	Inscrição Homologada
3	312824	Ademar Laureano	19/07/1988	Inscrição Homologada
4	312564	Davi Bueno	07/09/1978	Inscrição Homologada
5	325413	Davi Soares Da Silva	28/11/1971	Inscrição Homologada
6	333944	Ederson Luiz Nunes	15/12/1981	Inscrição Homologada
7	326443	Fabio Jose Albrecht	18/08/1986	Inscrição Homologada
8	312877	Gessi Medeiros	29/11/1977	Inscrição Homologada
9	313045	Jesse Campos Alves	09/02/1980	Inscrição Homologada
10	332163	Jose De Freitas	10/09/1978	Inscrição Homologada
11	335239	Jurbelto Lourenco Dos Santos	08/08/1972	Inscrição Homologada
12	320616	Leocir Santos Trindade	08/05/1980	Inscrição Homologada
13	332370	Murilo Soares De Souza	12/09/1987	Inscrição Homologada
14	313330	Rafael Dos Santos	13/06/1986	Inscrição Homologada
15	331706	Roberto Machado Da Silva	28/08/1966	Inscrição Homologada
16	313157	Samuel Ribeiro Martins	22/05/1990	Inscrição Homologada
17	335202	Sergio Dos Santos	20/01/1979	Inscrição Homologada

Operador Escavadeira Hidráulica

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	319347	Claudilso De Oliveira Ribeiro	10/01/1985	Inscrição Homologada
2	312638	Emerson Paulo Ferasso	07/07/1984	Inscrição Homologada
3	313226	Emerson Rodrigues Galvao	10/02/1993	Inscrição Homologada
4	318289	Jhonatan Da Luz Chiot	04/05/1994	Inscrição Homologada
5	312152	Leandro Marafigo	12/12/1994	Inscrição Homologada
6	327339	Luiz Adelmo Miguel Romani	04/03/1982	Inscrição Homologada
7	327181	Mateus Jose Chaves	06/11/1980	Inscrição Homologada
8	323365	Neri Fogaca De Lima	26/05/1967	Inscrição Homologada
9	334893	Paulo Alexandre Spezzatto	11/02/1992	Inscrição Homologada

10	325099	Roumario Luiz Bottoli	06/01/1994	Inscrição Homologada
11	320050	Tiago Teixeira	29/01/1995	Inscrição Homologada
12	327377	Valdoir Zappe	07/07/1997	Inscrição Homologada

Técnico Administrativo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	334727	Ana Paula Horst De Moura	14/05/1996	Inscrição Homologada
2	312170	Bruna Cardori Da Silva	11/11/1996	Inscrição Homologada
3	325438	Cassio Noronha Martins	22/09/1988	Inscrição Homologada
4	335223	Fernanda De Oliveira Justen	01/10/1986	Inscrição Homologada
5	313345	Juliane Luzia Pain	16/11/1989	Inscrição Homologada
6	313228	Rafaela Nataly Chaves Garcia	11/02/1991	Inscrição Homologada
7	323232	Sidiane Maciel	20/10/1998	Inscrição Homologada
8	335192	Sonia Aparecida Teles	24/08/1979	Inscrição Homologada

Contador

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	317563	Araceli Bisatto	29/11/1977	Inscrição Homologada
2	312751	Clarice Graeff	23/08/1984	Inscrição Homologada
3	335856	Darlene Ampeze	28/06/1988	Inscrição Homologada
4	312174	Graziela Alves Dos Santos	06/07/1986	Inscrição Homologada
5	312864	Ivan Hoeckler	02/10/1968	Inscrição Homologada
6	327234	Johm Roberth Bizon	19/02/1970	Inscrição Homologada
7	324988	Liane Bergmaier	28/04/1988	Inscrição Homologada
8	325443	Luana Sama Costa	03/06/1988	Inscrição Homologada
9	312998	Marcelo Giombelli	10/10/1977	Inscrição Homologada
10	335633	Sheila Schaefer	30/09/1977	Inscrição Homologada
11	333125	Vanderlei Zanatta	04/06/1968	Inscrição Homologada
12	318772	Vera Lucia Pinarello	06/09/1970	Inscrição Homologada

Psicólogo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	334887	Camila Aparecida Chinatto Collin	19/06/1989	Inscrição Homologada
2	323013	Fernanda Paula Liboni	25/06/1993	Inscrição Homologada
3	313096	Marcio Jose Ferreira Barbosa	18/02/1976	Inscrição Homologada
4	312126	Paulinne Langaro	05/07/1988	Inscrição Homologada

ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS
POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

311917
311968
312006
312081
312085
312091
312129
312291
312304
312432
312433
312522
312553
312566
312702

312796
312860
312868
312915
312989
313098
313163
313242
313288
313306
313374
314830
315090
315168
315242
315493
316605
316822
317227
317801
317848
318157
318975
319009
319179
320131
320591
320595
320948
321258
321267
322848
323592
324701
325390
326642
327089
328675
331101
331565
332275
332738
333111
333922
334939
335209

ATO 01 HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES PS

ATO 001/PS/PS/002/2016

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
E DIVULGA INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Senhor Eduardo Coppini, Prefeito de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do anexo I deste ato conforme situação.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste ato, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.
3. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 18 e 19 de abril de 2016, nos termos do edital.

Ponte Serrada, 15 de abril de 2016.

Eduardo Coppini
Prefeito Municipal

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Agente de Serviços Gerais

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	317748	Ademir Pedroso	10/06/1984	Inscrição Homologada
2	312544	Adren Carla Sotil De Oliveira	28/02/1993	Inscrição Homologada
3	312477	Adriane Goncalves	12/07/1994	Inscrição Homologada
4	328013	Aleide Fatima Baldissera	18/05/1961	Inscrição Homologada
5	312314	Andreia Fernandes De Oliveira	15/11/1989	Inscrição Homologada
6	327478	Bemhur Julian Modanese	03/08/1989	Inscrição Homologada
7	312865	Cristiane Teresinha Alves	05/11/1984	Inscrição Homologada
8	333172	Daniela Viviane Rockenbach Machado	10/05/1995	Inscrição Homologada
9	313349	Deivi Gabriel De Almeida Ramos	16/05/1996	Inscrição Homologada
10	313048	Dirlene Rodrigues	27/05/1988	Inscrição Homologada
11	335313	Eliane Ribeiro Dos Santos	24/06/1987	Inscrição Homologada
12	313085	Eliane Varella	25/12/1980	Inscrição Homologada
13	335300	Elza Acunha	28/10/1981	Inscrição Homologada
14	313836	Eunice De Oliveira	26/12/1989	Inscrição Homologada
15	320188	Franciele Mendes Moreira De Oliveira	06/03/1996	Inscrição Homologada
16	328054	Geneci De Ramos Freitas	22/09/1989	Inscrição Homologada
17	319670	Idamara Braga	28/01/1986	Inscrição Homologada
18	326775	Itor Chaves	28/01/1995	Inscrição Homologada
19	313185	Ivania Santos Da Silva	25/11/1985	Inscrição Homologada
20	333168	Jaqueline Hauschild Frighetto	30/01/1983	Inscrição Homologada
21	312290	Joelma Magri	04/11/1995	Inscrição Homologada
22	312829	Juliana Fatima Laureano	09/11/1991	Inscrição Homologada
23	313561	Jussara De Ramos	21/11/1986	Inscrição Homologada
24	312209	Juvelino Borges Martins	06/10/1971	Inscrição Homologada
25	333865	Leonara Aparecida Chaves	12/07/1995	Inscrição Homologada
26	313162	Luane Maria Santi	31/07/1986	Inscrição Homologada
27	323235	Lucas Paulo Maciel	21/01/1997	Inscrição Homologada
28	330645	Lucia Aparecida Martins Jaques Allebrandt	15/09/1973	Inscrição Homologada
29	313323	Luciana Aparecida Batista	25/01/1987	Inscrição Homologada
30	331913	Lucineia Dias Sampaio Reinhold	06/05/1996	Inscrição Homologada
31	334975	Maiara Haefliger	07/08/1996	Inscrição Homologada
32	325731	Mara Braga	21/04/1991	Inscrição Homologada
33	334831	Marceli De Fatima Dos Santos	01/09/1968	Inscrição Homologada
34	313086	Marcia Dos Santos	13/09/1984	Inscrição Homologada
35	312736	Marcia Soares Procopio	18/09/1991	Inscrição Homologada
36	334929	Marcio Jose Anzanelo	07/03/1979	Inscrição Homologada
37	326890	Maria Conceicao De Oliveira	08/12/1960	Inscrição Homologada
38	331743	Maria Helena Rodrigues	16/06/1977	Inscrição Homologada
39	333180	Marisa Salete Dartora	04/06/1962	Inscrição Homologada
40	316928	Maristela Ribeiro Flich	10/09/1985	Inscrição Homologada
41	328379	Mariza Salete Frizzo De Godoy	07/12/1995	Inscrição Homologada
42	334588	Nilce Terezinha Cabral	16/05/1968	Inscrição Homologada
43	322663	Noiris Sanambaia Da Silva	22/07/1967	Inscrição Homologada
44	331723	Paulo Junior Barbosa	04/08/1997	Inscrição Homologada
45	332179	Rosa Marlene Ferreira Da Cruz	08/10/1974	Inscrição Homologada

46	314827	Rosemeri De Almeida	11/04/1975	Inscrição Homologada
47	314816	Rosilene De Fatima Johann	26/04/1970	Inscrição Homologada
48	314844	Rudimar Antonio Azeredo	26/08/1984	Inscrição Homologada
49	312626	Samara Donin Pereira	24/07/1991	Inscrição Homologada
50	312748	Sandra Mera Dos Santos	29/08/1979	Inscrição Homologada
51	312163	Seliria Kochem Damaceno	20/06/1977	Inscrição Homologada
52	316461	Simone Franzen Marcolan	07/06/1981	Inscrição Homologada
53	331575	Sirlene Renita Chagas	02/02/1979	Inscrição Homologada
54	321591	Sonia Da Veiga De Andrade	19/12/1982	Inscrição Homologada
55	312431	Suzinei Hartz	28/01/1975	Inscrição Homologada

Operador Trator Agrícola

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	313507	Alisson Bulsonello	10/10/1993	Inscrição Homologada
2	317073	Elizeu De Andrade	07/05/1987	Inscrição Homologada
3	335974	Gilmar Alves Pereira	20/05/1982	Inscrição Homologada
4	316505	Gilson Xavier	13/10/1985	Inscrição Homologada
5	320587	Jose Deolir De Carvalho	26/09/1965	Inscrição Homologada
6	323347	Leandro Luis Thomaz	15/06/1990	Inscrição Homologada
7	312723	Paulo Andre Martins Dias	29/06/1982	Inscrição Homologada
8	318170	Vandoir Ribeiro De Mello	27/10/1981	Inscrição Homologada

Professor Anos Iniciais (habilitado)

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	312138	Claudia Do Amaral Lubacheviski	20/12/1973	Inscrição Homologada
2	313127	Fatima Maria Abech Gregorio	03/09/1969	Inscrição Homologada
3	333518	Marivani Fatima Palhano Mariani	08/05/1971	Inscrição Homologada

Professor Anos Iniciais (não-habilitado)

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	312258	Alessandra De Fatima Eleuterio	18/10/1982	Inscrição Homologada
2	313340	Angelica Goldoni	10/12/1995	Inscrição Homologada
3	333066	Maria Cleidir Marafon	28/08/1964	Inscrição Homologada
4	321943	Morgana Izabela Berte	08/06/1995	Inscrição Homologada
5	312082	Pricila Poletto De Souza Bazi	16/09/1987	Inscrição Homologada
6	324911	Raquel De Moura	17/06/1991	Inscrição Homologada
7	319168	Rosangela Alves Pereire Dos Santos	26/01/1980	Inscrição Homologada

Professor Educação Infantil (habilitado)

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	323166	Andressa Fernanda Da Silva	23/12/1994	Inscrição Homologada
2	312436	Juceli Ferreira Da Cruz	10/11/1989	Inscrição Homologada
3	332382	Luciana Aparecida Ribeiro	31/08/1982	Inscrição Homologada
4	326821	Maria Madalena Trates	15/06/1976	Inscrição Homologada
5	333515	Mariele Patricia Casagrande	22/12/1994	Inscrição Homologada
6	315562	Marilene Uliana Fogaca	27/06/1961	Inscrição Homologada
7	316995	Rosangela Paquali Filipini	22/09/1976	Inscrição Homologada
8	321969	Rosani Terezinha Lodi Ribeiro	14/10/1966	Inscrição Homologada
9	317005	Roseli Fatima De Oliveira	05/05/1975	Inscrição Homologada
10	327292	Veronica Zappe	03/01/1990	Inscrição Homologada

Professor Educação Infantil (não-habilitado)

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	313159	Alderí Alves Dos Santos	18/11/1974	Inscrição Homologada
2	312319	Clarice Fatima Falkoski	15/04/1998	Inscrição Homologada
3	312249	Cleidineia Pedroso	04/11/1996	Inscrição Homologada
4	332050	Elizandra Vieira De Jesus	28/08/1994	Inscrição Homologada
5	312059	Elizete Pimentel Siqueira Albrecht	26/01/1991	Inscrição Homologada
6	335190	Fernanda De Oliveira Justen	01/10/1986	Inscrição Homologada
7	335206	Francieli Anzanelo	02/12/1982	Inscrição Homologada
8	313240	Idiles Perondi Acunha	11/03/1977	Inscrição Homologada
9	316877	Isolde Arcari Dave	01/09/1960	Inscrição Homologada
10	312298	Marcia Francisco Marques	14/02/1978	Inscrição Homologada
11	312525	Taynara Janaina Menezes	01/03/1988	Inscrição Homologada

ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS
POR AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

311910
311918
311998
312217
312264
312266
312274
312276
312382
312407
312452
312454
312518
312524
312547
312555
312670
312870
312951
312975
313051
313052
313067
313102
313106
313208
313307
313375
313524
313527
314645
317052
318173
318971
318976
320229
321001
321312
321584
322932
323353
324935
325289
326855

328566
329061
334651
334824
334908
335312
335390

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 002/2016 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 002/2016 FMAS

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Aquisição de cesta básica destinadas aos Benefícios Eventuais, conforme artigo 22 da Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para o Município de Porto Belo, de acordo com especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 29/04/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 29/04/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 13 de abril de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 004/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 004/2016 FMS

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Aquisição de veículos novos, zero quilômetro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 03/05/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 03/05/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de abril de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 005/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 005/2016 FMS

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de medicamentos de uso veterinário para suprir a demanda no centro de castração animal do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 04/05/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 04/05/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de abril de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 011/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 011/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor valor global;

Objeto: Aquisição de meio fio para pavimentação e manutenção de ruas e avenidas do Município de Porto Belo pelo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital

Recebimento das Propostas: Até 16:00 horas do dia 29/04/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 16:01 horas do dia 29/04/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 13 de abril de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 012/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço – 012/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Aquisição de um veículo novo, zero quilômetro, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Belo de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 09/05/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 09/05/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de abril de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 930/16

DECRETO Nº 930, de 13 de abril de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0210 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 – Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3390 – 3170 – Aplicações Diretas	204	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro ocorrido na Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 016/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 061/2016

Dispensa de Licitação n.º 016/2016

Caracterização da Situação: o Município, necessita do espaço onde funcionam os Britadores do Município para exploração de rocha basáltica, os mesmo estão instalados no imóvel de propriedade do Sr. Alfredo Stein.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, arrendamento de área de terra com Jazida destinada à exploração de Rocha Basáltica, na localidade de Rio Bonito, neste Município.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel do Sr. Alfredo Stein, tendo em vista que o Município já tem Britadores instalados no imóvel.

Do Preço: O valor mensal a ser pago pelo Município ao Sr. Alfredo Stein, pelo arrendamento será R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), mensais.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0207 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Atividade 2016 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód. 83

Complemento 33903615 – Locação de imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 14 de abril de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 861/2016

LEI Nº 4.388/16

LEI Nº 4.388, de 13 de abril de 2016.

Revoga a Lei nº 4.228, de 26 de março de 2014, a qual "Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Porto União, a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir mensal ou anualmente com a UVESC – União dos Vereadores de Santa Catarina, com sede na capital do Estado de Santa Catarina", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 4.228, de 26 de março de 2014, a qual "Autoriza o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Porto União, a filiar a Câmara Municipal e esta a contribuir mensal ou anualmente com a UVESC – União dos Vereadores de Santa Catarina, com sede na capital do Estado de Santa Catarina".

Art. 2º Com a revogação da Lei nº 4.228, de 26 de março de 2014, cessam as contribuições mensais para a UVESC, conforme previsão do artigo 3º da referida Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.389/16

LEI Nº 4.389, de 13 de abril de 2016.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no âmbito do Município de Porto União (SC), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Porto União, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos ou não a tributos municipais, em razão dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade, suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1º O REFIS será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, através do Departamento de Tributação.

§ 2º O REFIS 2016 terá seus efeitos legais validados e contados a partir de 1º de maio de 2016.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do contribuinte, sejam os débitos decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

Parágrafo único. A data limite para o ingresso no REFIS será dia 30 de setembro de 2016.

Art. 3º Consolidada a dívida, a qual incluirá o principal, correção monetária, juros, multa e todas as demais incidências sobre o débito em atraso, serão disponibilizadas as seguintes formas de pagamento, onde as parcelas serão fixas:

I- se a opção for para pagamento em cota única até a data de 30 de junho de 2016, será anistiada com 100% (cem por cento) do valor correspondente à multa e juros;

II- se a opção for para pagamento em cota única até a data de 31 de agosto de 2016, será anistiada com 90% (noventa por cento) do valor correspondente à multa e juros;

III- se a opção for para pagamento em cota única até a data de 30 de setembro de 2016, será anistiada com 80% (oitenta por cento) do valor correspondente à multa e juros;

IV- se a opção for para pagamento em até 06 (seis) parcelas, deverá ter entrada mínima de 10% (dez por cento) e o saldo parcelado em 05 (cinco) vezes – será anistiada com 70% (setenta por cento) do valor correspondente à multa e juros.

§ 1º Nos casos de parcelamento, o valor da entrada, na ordem de 10% (dez por cento) do principal, já com as anistias previstas de acordo com a opção, não poderá ser inferior à parcela do parcelamento, devendo ser respeitado neste caso o constante no Artigo 12 do presente diploma legal.

§ 2º O valor relativo à entrada e/ou da cota única, deverá ser quitado no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data de formalização.

Art. 4º A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa ou não a débitos tributários nele inscritos, inclusive juros, correção monetária e multas apurados até a data da opção, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I- ao pagamento regular do débito consolidado;

II- constar do requerimento de opção o extrato demonstrativo da situação dos tributos do exercício.

Art. 5º A opção dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio.

Parágrafo único. O prazo tratado no parágrafo único do art. 2º poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, através de Decreto do Executivo, mantendo-se a condição constante do inciso IV, do art. 3º, da presente Lei.

Art. 6º O contribuinte poderá incluir no REFIS, eventuais saldos de parcelamento em andamento.

Art. 7º O contribuinte será excluído do REFIS, mediante ato da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I- inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II- constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o artigo 4º desta Lei, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial, que o tornou definitivo;

III- falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

IV- cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Porto União e assumirem solidariamente com as obrigações do REFIS;

V- prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;

VI- atraso no pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, no caso da opção pelo parcelamento.

§ 1º A exclusão do contribuinte do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, incluindo-se a correção monetária, bem como os juros e a multa remidos e anistiadas na forma desta Lei, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas.

§ 2º A exclusão será precedida de consulta à Assessoria Jurídica do Município, através da Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade, a qual emitirá, em 05 (cinco) dias, o parecer.

§ 3º Em caso de atraso no pagamento de parcelas, incidirá juros de mora, multa e correção monetária, conforme determina o Art. 2º da Lei Complementar nº 11/2000, integrante do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 005/99.

Art. 8º Havendo exclusão do contribuinte do REFIS, será executado o total do débito confessado e consolidado sem qualquer anistia, redução ou remissão, incluindo correção monetária, juros e multa.

Parágrafo único. Poderá o Município efetuar a imediata ação de execução fiscal e conforme faculta a Lei Municipal nº 4.263, de 07 de julho de 2014, efetuar os registros junto aos órgãos de proteção ao crédito.

Art. 9º Para a inclusão no REFIS, caberá ao optante/contribuinte, além de outras obrigações e direitos, os seguintes:

I- comprovação do pedido de desistência expressa e irrevogável de todos os procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos aos tributos que pretender consolidar, bem como da renúncia do direito sobre os mesmos débitos;

II- comprovação dos pagamentos das custas processuais, nos casos de dívidas já ajuizadas ou a sua dispensa judicial, entendidos aqui, tanto para as execuções, embargos ou quaisquer medidas judiciais relacionadas aos tributos objeto do REFIS;

III- estar com os IMPOSTOS do corrente exercício integralmente quitados, relativo ao imóvel, econômico ou outros créditos tributários, conforme consta do Art. 4º, § único, inciso II.

Art. 10. As obrigações dos contribuintes decorrentes da opção pelo REFIS, não serão consideradas para fins de determinação de índices econômicos para efeito de licitações públicas no âmbito municipal.

Art. 11. A exclusivo critério da Administração Pública Municipal, observada a oportunidade e a conveniência, o contribuinte poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos, certos e exigíveis, oriundos de despesas correntes e de investimentos que possua contra o Município, permanecendo no REFIS o saldo do débito que eventualmente remanescer, para pagamento à vista, na data em que se der a compensação.

Parágrafo único. O contribuinte que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos objetos do REFIS, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando e comprovando a origem respectiva.

Art. 12. Aqueles contribuintes que firmaram opção pelo REFIS constante das Leis nºs 3.593/2009, 3.732/2010, 3.876/2011, 3.961/2011, 4.123/2013, 4.229/2014 e 4.313/2015 e não cumpriram com o acordo firmado por força daquele diploma legal, somente poderão aderir ao REFIS 2016, objeto da presente Lei, na condição de pagamento à vista do valor consolidado, respeitadas as condições constantes do Art. 3º, Incisos I, II e III.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

PORTARIA N.º 178/2016 - RH

PORTARIA Nº 178, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de junho de 2007 a junho de 2012, da servidora Ana Maria de Castro Fryder, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 179/2016 - RH

PORTARIA Nº 179, de 01 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 28 de março de 2016, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora Maria Irene Silveira Siwidniski Savi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 28 de março de 2016.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 180/2016 - RH

PORTARIA Nº 180, de 04 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de abril a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Samir Alves, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 04 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 181/2016 - RH

PORTARIA Nº 181, de 04 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de abril a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Terezinha Eliane da Cruz Rabuske, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro, conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 04 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 182/2016 - RH

PORTARIA Nº 182, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 101/2015, de Cristiane Aparecida de Jesus dos Santos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 07 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assumira a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 183/2016 - RH

PORTARIA Nº 183, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assumira a vaga, o Contrato de Trabalho nº 007/2015, de Maria Andreiov do Nascimento, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA N.º 184/2016 - RH

PORTARIA Nº 184, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assuma a vaga, o Contrato de Trabalho nº 003/2015, de Marisa de Assis, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA N.º 185/2016 - RH

PORTARIA Nº 185, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assuma a vaga, o Contrato de Trabalho nº 002/2015, de Anair do Rocio Serafin, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração

e Esporte

PORTARIA N.º 186/2016 - RH

PORTARIA Nº 186, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assuma a vaga, o Contrato de Trabalho nº 004/2015, de Neusa Lubejs Jak, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA N.º 187/2016 - RH

PORTARIA Nº 187, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR no período de 04 de abril a 15 de junho de 2016 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assuma a vaga, o Contrato de Trabalho nº 001/2015, de Marisa Andrzejewski Henkel, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de abril de 2016.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração
e Esporte

PORTARIA N.º 188/2016 - RH

PORTARIA Nº 188, de 07 de abril de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor efetivo Neylton Lucas de Melo, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 10h (dez) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a crescente demanda dos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração
e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

09

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 009/2016 de 17/02/2016.

Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, usando das atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, a Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº 24, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, a se realizar no dia 18 de Maio de 2016, no Centro de Eventos (Polo da UFSC), sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e com o lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas", conforme o art. 3º da Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, do Conselho Nacional das Cidades.

Art. 3º - A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, será presidida pela Prefeita e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário de Planejamento Sr. Claudiney Testoni.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal expedirá Portaria ou Decreto, instituindo a Comissão Preparatória Municipal, bem como aprovando o Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, em até 10(dez) dias a contar da publicação deste decreto.

Parágrafo único. O Regimento Municipal disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, contendo os critérios de participação na Conferência e para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitada a proporcionalidade de distribuição de segmentos conforme o Regimento Estadual.

Art. 5º - As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Pouso Redondo – SC, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

Art.6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo – SC, 17 de fevereiro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

24

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 024/2016 de 12/04/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES, situado à Rua 1º de Maio, Bairro Arno Siewerdt Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 16.686.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Frente	: medindo 7,11 metros com a Rua 1º de Maio;
Fundos	: medindo 35,56 metros com a Rua Itajaí;
Lado direito	: em 03 (três) linhas, a primeira medindo 38,97 metros, com o imóvel matriculado sob o nº 10.231, a segunda medindo 28,26 metros, com os imóveis matriculados sob os nº 10.231 e 11.896, e a terceira medindo 146,97 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.582, 11.969, 12.047, 12.507, 11.987 e 11.988;
Lado esquerdo	: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 47,70 metros, a segunda medindo 132,21 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (1): com área de 478,61m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 16,76 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.582;
Fundos	: medindo 16,90 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 28,62 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado esquerdo	: medindo 28,26 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.896 e 10.231. Obs: Unificar com o imóvel matriculado sob o nº 11.582.

ÁREA A DESMEMBRAR (2): com área de 2.250,75m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 7,11 metros com a Rua 1º de Maio;
Fundos	: medindo 35,29 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);

Lado direito	: em 03 (três) linhas, a primeira medindo 55,87 metros com o imóvel matriculado sob o nº 10.231 e com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 1), a segunda medindo 28,62 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 1) e a terceira medindo 52,07 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.582, 11.969 e 12.047;
Lado esquerdo	: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 47,70 metros, a segunda medindo 60,57 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (3): com área de 2.250,75m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 20,30 metros com a Rua Itajaí;
Fundos	: medindo 35,29 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 71,64 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341;
Lado esquerdo	: em 03 (três) linhas, a primeira medindo 23,94 metros, a segunda medindo 15,00 metros, ambas com terras de terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área remanescente 4), e a terceira medindo 51,41 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.987, 11.582, 12.507 e 12.047.

ÁREA REMANECENTE (4): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 15,26 metros com a Rua Itajaí;
Fundos	: medindo 15,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: medindo 23,94 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado esquerdo	: medindo 26,73 metros com os imóveis matriculados sob os nº 11.988 e 11.987;

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.686, com uma área total de 5.360,11m² (cinco mil, trezentos e sessenta metros e onze quadrados), de propriedade de TEOBALDO JUNKES, CPF nº 121.421.589-00 e EBERTILE MARIA JUNKES, brasileiros, casados residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de abril de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

25

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 025/2016 de 12/04/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei

Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES, situado à Rua Itajaí, Bairro Arno Siewerdt Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 16.687.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Frente	: medindo 34,03 metros com a Rua Itajaí;
Fundos	: medindo 33,31 metros com a Rua Catarina Reif;
Lado direito	: medindo 154,46 metros com os imóveis matriculados sob os nº 12.116, 12.357, 12.351, 12.352, 12.353, 12.354, 14.933 e 13.022;
Lado esquerdo	: medindo 154,31 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (1): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 15,26 metros com a Rua Itajaí;
Fundos	: medindo 15,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 23,94 metros com os imóveis matriculados sob os nº 12.116, e 12.357;
Lado esquerdo	: medindo 26,73 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2).

ÁREA A DESMEMBRAR (2): com área de 2.172,17m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 18,77 metros com a Rua Itajaí;
Fundos	: medindo 33,08 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: em 03 (três) linhas a primeira medindo 26,73 metros, a segunda medindo 15,00 metros, ambas com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 1), e a terceira linha medindo 49,71 metros com os imóveis matriculados sob os nº 12.357, 12.116, 12.351, 12.352 e 12.353;
Lado esquerdo	: medindo 79,86 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (3): com área de 2.172,17m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 18,03 metros com a Rua Catarina Reif;
Fundos	: medindo 33,08 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 74,45 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341;
Lado esquerdo	: em 03 (três) linhas a primeira medindo 23,87 metros, a segunda medindo 15,00 metros, ambas com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área remanescente 4), e a terceira linha medindo 54,02 metros com os imóveis matriculados sob os nº 12.353, 12.354, 14.933 e 13.022.

ÁREA A REMANESCENTE (4): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 15,28 metros com a Rua Catarina Reif;
Fundos	: medindo 15,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: medindo 23,87 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);

Lado esquerdo	: medindo 26,79 metros com os imóveis matriculados sob o nº 13.022.
---------------	---

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.687, com uma área total de 5.104,34m² (cinco mil, cento e quatro metros e trinta e quatro décimos quadrados), de propriedade de TEOBALDO JUNKES, CPF nº 121.421.589-00 e EBERTILE MARIA JUNKES, brasileiros, casados residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

26

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 026/2016 de 12/04/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES, situado à Rua Catarina Reif, Bairro Arno Siewerdt Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 16.688.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Frente	: medindo 33,24 metros com a Rua Catarina Reif;
Fundos	: medindo 33,53 metros com a Rua Jenny Schneider;
Lado direito	: medindo 159,41 metros com os imóveis matriculados sob os nº 13.022, 14.888, 14.772, 14.773, 14.926, 14.903, 14.919, 14.918, 14.964 e 15.045;
Lado esquerdo	: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 41,65 metros a segunda medindo 117,57 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (1): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 15,28 metros com a Rua Catarina Reif;
Fundos	: medindo 15,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 23,87 metros com os imóveis matriculados sob os nº 13.022 e 14.888;

Lado esquerdo	: medindo 26,79 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2).
---------------	--

ÁREA A DESMEMBRAR (2): com área de 2.217,60m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 17,96 metros com a Rua Catarina Reif;
Fundos	: medindo 32,59 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: em 03 (três) linhas, a primeira medindo 26,79 metros, a segunda medindo 15,00 metros, ambas com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 1) e a terceira medindo 52,86 metros com os imóveis matriculados sob os nº 14.888, 13.022, 14.772, 14.773 e 14.926;
Lado esquerdo	: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 41,65 metros, a segunda medindo 41,52 metros, ambas com o imóvel de matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (3): com área de 2,217,61m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 18,23 metros com a Rua Jenny Schneider;
Fundos	: medindo 32,59 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 76,05 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341
Lado esquerdo	: em 03 (três) linhas, a primeira medindo 23,82 metros, a segunda medindo 15,00 metros, ambas com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área remanescente 4) e a terceira medindo 55,83 metros com os imóveis matriculados sob os nº 14.926, 14.903, 14.919, 14.918 e 14.964.

- ÁREA REMANECENTE (4): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 15,30 metros com a Rua Jenny Schneider;
Fundos	: medindo 15,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: medindo 23,82 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado esquerdo	: medindo 26,85 metros com os imóveis matriculados sob os nº 14.964 e 15.045;

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.688, com uma área total de 5.195,21m² (cinco mil, cento e noventa e cinco metros e vinte e um décimos quadrados), de propriedade de TEOBALDO JUNKES, CPF nº 121.421.589-00 e EBERTILE MARIA JUNKES, brasileiros, casados residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

27

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 027/2016 de 12/04/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.
DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade de TEOBALDO JUNKES e EBERTILDE MARIA JUNKES, situado à Rua Jenny Schneider, Bairro Arno Siewerdt Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 16.689.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

Frente	: medindo 29,39 metros com a Rua Jenny Schneider;
Fundos	: medindo 28,27 metros com a Rua Projetada "A" do Loteamento Teobaldo Junkes 1;
Lado direito	: medindo 215,84 metros com os imóveis matriculados sob os nº 16.230, 15.770, 15.937, 15.800, 15.966, 15.771, 15.801, 15.747, 15.748, 15.938, 16.031, 15.892, 16.209, 15.802, 15.893 e 16.378;
Lado esquerdo	: em 02 (duas) linhas, a primeira medindo 130,85 metros e a segunda medindo 85,65 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (1): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 14,30 metros com a Rua Jenny Schneider;
Fundos	: medindo 14,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: medindo 25,68 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado esquerdo	: medindo 28,60 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (2): com área de 2.662,65m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 15,09 metros com a Rua Jenny Schneider;
Fundos	: medindo 28,05 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: medindo 104,14 metros com os imóveis matriculados sob os nº 16.230, 15.770, 15.937, 15.800, 15.966, 15.771, 15.801 e 15.747;
Lado esquerdo	: em 03 (três) linhas a primeira medindo 28,68 metros, a segunda medindo 14,00 metros, ambas com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 1), e a terceira linha medindo 81,35 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341.

ÁREA A DESMEMBRAR (3): com área de 2.662,64m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 14,03 metros com a Rua Projetada "A" do Loteamento Teobaldo Junkes 1;
Fundos	: medindo 28,05 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 2);
Lado direito	: em 04 (quatro) linhas a primeira medindo 28,45 metros, a segunda medindo 14,00 metros, ambas com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área remanescente 4), a terceira medindo 59,81 metros e a quarta medindo 20,90 metros, ambas com o imóvel matriculado sob o número 11.341;
Lado esquerdo	: medindo 111,70 metros com os imóveis matriculados sob os nº 15.747, 15.748, 15.938, 16.031, 15.892, 16.209, 15.802, 15.893 e 16.378.

ÁREA REMANESCENTE (4): com área de 380,00m², contendo as seguintes medidas e confrontações:

Frente	: medindo 14,24 metros com a Rua Projetada "A" do Loteamento Teobaldo Junkes 1;
Fundos	: medindo 14,00 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3);
Lado direito	: medindo 25,84 metros com o imóvel matriculado sob o nº 11.341;
Lado esquerdo	: medindo 28,45 metros com terras de Teobaldo Junkes e Ebertilde Maria Junkes (área a desmembrar 3).

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 16.689, com uma área total de 6.085,29m² (seis mil e oitenta e cinco metros e vinte e nove décimos quadrados), de propriedade de TEOBALDO JUNKES, CPF nº 121.421.589-00 e EBERTILE MARIA JUNKES, brasileiros, casados residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 12 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

28

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 028/2016 de 14/04/2016.

Declara Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º — Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais de Pouso Redondo, nos seguintes dias a seguir:

- Dia 22 de abril (sexta-feira) - Ponto Facultativo Municipal

- Dia 27 de maio (sexta-feira) - Ponto Facultativo Municipal

Art. 2º - Fica excluído do presente decreto a Secretaria Municipal de Saúde, por ser considerado servido de natureza especial, mantem-se o atendimento normal nos dias 22/04/2016 e 27/05/2016.

Art. 3º — O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho caso haja necessidade o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 4º - Serviços considerados essenciais de urgência e emergência permanecem com horário normal de trabalho, conforme praticado anteriormente.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

63 A 70

PORTARIA Nº 063/2016 DE 01/04/2016

Designa servidor para atuar como motorista de onibus e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c lei nº 1.972/07 e suas alterações.

CONSIDERANDO que não a ocupante do cargo de motorista de ônibus suficiente para suprir as necessidades;

CONSIDERANDO que, há no quadro efetivo o servidor efetivo apto para ocupar a função;

CONSIDERANDO que, há necessidade e urgência de servidor para atuar na área;

CONSIDERANDO que, a medida visa manter o equilíbrio das finanças públicas, sendo uma forma de economia e redução de gastos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor VALMOR BEBER ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, CPF nº 530.585.269-20, para atuar como motorista de ônibus.

Parágrafo único – Fica concedido a partir desta data, em função da designação, gratificação correspondente a 20% de seus vencimentos.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 064/2016 DE 01/04/2016

Sobre aviso Cemitério Municipal, e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no artigo 89-A Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar nº 006/2015, de 11 de dezembro de 2015:

Considerando a necessidade de manter plantão de sobreaviso do Cemitério Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica instituído o plantão de sobre aviso de 08 (oito) horas dias em horário diurno nos seguintes dias.

LAURO AMANCIO e JOSÉ CARDOSO

ABRIL DE 2016	MAIO DE 2016
02-03	01-14-15
16-17-30	26-28-29
05 dias	06 dias

ADILSON RIBEIRO DA SILVA e OSNI BLASIU

ABRIL DE 2016	MAIO DE 2016
09-10	07-08
21-23-24	21-22
05 dias	04 dias

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 065/2016 DE 01/04/2016

Sobre aviso Departamento de Tributos, e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no artigo 89-A Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar nº 006/2015, de 11 de dezembro de 2015:

Considerando a necessidade de manter plantão de sobreaviso do Departamento de Tributos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica instituído o plantão de sobre aviso de 08 (oito) horas dias em horário diurno nos seguintes dias.

SIMONE CACHOEIRA

ABRIL DE 2016	MAIO DE 2016
02-03	01
09-10	07-08
16-17	14-15
21-23-24 e 22 a partir das 13 horas	21-22
30	26-28-29 e 27 a partir das 13 horas
10,5 dias	10,5 dias

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 066/2015 DE 01/04/2016

Nomeia Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento

na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

Considerando que o Fundo Municipal de Saúde necessita a nomeação de responsável pela ordenação das suas despesas.

Considerando que a pasta da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, esta desprovido de ordenador de despesas.

Considerando que há necessidade de implementar a redução de custos para gestão eficiente dos recursos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica ordenado o servidor LAERTE DA SILVEIRA, nomeado em 03/01/2013, pela Portaria Nº 008/2013, ocupante do cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, do Grupo 02, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para atuar como responsável pelas assinaturas e ordenação de despesas do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 12.321.353/0001-72.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 067/2016 DE 01/04/2016

Designa para coordenar as equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

Considerando o pedido de exoneração do Secretário Municipal de Saúde.

Considerando a necessidade de responsável técnico para coordenar as equipes técnicas.

Considerando que a profissional desempenha função técnica dentro da secretaria e tem conhecimento para atuar como coordenadora.

RESOLVE:

Art. 1º — Designar SIMONE VIEIRA DA SILVA, brasileira, portadora do CPF 020.906.379-35, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, responsável para coordenar todas as equipes técnicas da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 068/2016 DE 01/04/2016

Designa servidor para atuar como Contador do Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais c/c Lei Complementar nº 001/2013 e suas alterações.

CONSIDERANDO que, ocupante do cargo de Contador do Fundo Municipal de Saúde – FMS, encontra-se em licença para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO ainda que há indícios que a servidora entrará em licença a maternidade, por nascimento.

CONSIDERANDO que, há no quadro efetivo o servidor efetivo apto para ocupar a função de Contador pelo período necessário;

CONSIDERANDO que, há necessidade e urgência de servidor para atuar junto ao Fundo Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que, não há concurso público aberto para a vaga existente de tesoureiro e que existe real necessidade de servidor no cargo;

CONSIDERANDO que, o servidor tem conhecimento técnico para exercer a função.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o Servidor EMERSON FRANCISCO DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de GESTOR DE CONVÊNIO, do grupo 03, Secretaria de Planejamento, CPF nº 933.190.109-72, CRC/SC nº 2453/O-0, para atuar junto ao Fundo Municipal de Saúde - FMS exercendo a função de CONTADOR.

Parágrafo único – Fica concedido a partir desta data, em função da designação, gratificação correspondente a diferença entre o vencimento original (nível 29) para o vencimento de CONTADOR (nível 34).

Art. 2º - A movimentação Bancaria relativa ao Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 12.321.353/0001-72, será exercida pelo Tesoureiro Teotônio Ronan Bonessi (nomeado pela portaria nº 115/2015).

Art. 4º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data da portaria nº 013/2016 e nº 061/2013, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 069/2016 DE 01/04/2016

Designa horário de trabalho dos treinadores da Secretaria de Esportes, e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

CONSIDERANDO que a pratica de esporte não tem horário específico, visto que é por formação de turmas e há necessidade de horário diferenciado para treinamento.

CONSIDERANDO que, há necessidade de acompanhamento aos jogos de campeonato aos fins de semana, visto que há um preparo de toda equipe para participação.

CONSIDERANDO que, os treinos semanais diurnos em horário comercial não preenchem a carga horária de 40hrs semanais.

CONSIDERANDO que, há disponibilidade de servidores para atuarem em horário diferenciado ao diurno comercial;

CONSIDERANDO que, a medida visa manter o equilíbrio das finanças públicas, sendo uma forma de economia e redução de gastos públicos.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica instituído para desempenho das funções nos seguintes dias e horários. Sendo quando necessário o acompanhamento a jogos de fim de semana serão substituídos pelas horas não cumpridas durante a semana.

LUIZ FERNANDO PASSING

SEGUNDA	10:00 as 11:30 13:30 as 21:00
TERÇA	07:30 as 11:30 13:30 as 16:00 17:00 as 19:00
QUARTA	10:00 as 11:30 13:30 as 17:00 17:30 as 20:00
QUINTA	07:30 as 11:30 13:30 as 16:00 17:00 as 19:00
SEXTA	10:00 as 11:30 13:30 as 16:00

MARCOS AURELIO NETO ROSA

SEGUNDA	16:00 as 22:00
TERÇA	08:00 as 12:00 13:30 as 17:30 19:30 as 22:00
QUARTA	18:00 as 22:00
QUINTA	08:00 as 12:00 13:30 as 17:30 19:30 as 22:00
SEXTA	

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de abril de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 070/2016 DE 06/04/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor EMERSON DOBRANTZ, lotada nesta Prefeitura, no período de 06/04/2016 a 25/04/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de abril de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

EXTRA TO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:00 (Nove horas), do dia 29 (vinte e nove) de abril de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais e equipamentos para higienização e limpeza das dependências das Secretarias Municipais e para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

EXTRA TO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 14:00 (Quatorze horas), do dia 29 (Vinte e nove) de abril de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de material de expediente para manutenção das atividades das Secretarias Municipais e do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme descrições e quantidades constantes no Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 15 DE ABRIL DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE PREGÃO 05/2016

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 5/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria nº 56/2016, Homologo:

Nesta data, a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedores da licitação, objeto do Pregão nº. 5/2016, os participantes:

O objeto da licitação: AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (FRUTAS E VERDURAS) PARA O MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00018	300,00000	UN	11,8900	3.567,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00019	250,00000	UN	9,8900	2.472,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00020	150,00000	UN	2,4800	372,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00021	400,00000	UN	10,7500	4.300,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00024	100,00000	UN	5,0900	509,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00025	100,00000	UN	1,3400	134,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00026	500,00000	UN	8,4500	4.225,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00029	200,00000	UN	5,3000	1.060,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00031	200,00000	UN	3,0000	600,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00032	300,00000	UN	1,7000	510,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00033	300,00000	UN	1,6000	480,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00035	400,00000	UN	4,8000	1.920,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00036	1.000,00000	UN	0,7700	770,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00039	350,00000	UN	3,2400	1.134,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00041	700,00000	UN	3,5900	2.513,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00042	300,00000	UN	5,4000	1.620,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00044	300,00000	UN	1,0000	300,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00050	500,00000	UN	3,6900	1.845,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00051	500,00000	UN	4,3900	2.195,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00054	800,00000	UN	1,3900	1.112,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00057	200,00000	UN	1,6000	320,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00058	400,00000	UN	2,5200	1.008,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00085	100,00000	UN	8,7100	871,00

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00087	100,00000	UN	11,7900	1.179,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	00088	400,00000	UN	7,8400	3.136,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00004	750,00000	KG	1,8000	1.350,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00006	750,00000	KG	3,2400	2.430,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00007	1.650,00000	KG	3,3900	5.593,50
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00008	700,00000	UN	3,0000	2.100,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00009	250,00000	UN	3,0000	750,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00010	108,00000	KG	3,8900	420,12
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00011	4.000,00000	KG	1,0400	4.160,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00013	65,00000	KG	3,5000	227,50
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00014	400,00000	UN	3,5900	1.436,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00015	600,00000	KG	1,7900	1.074,00
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00016	290,00000	KG	1,7900	519,10
COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA	00017	650,00000	DZ	3,6900	2.398,50
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00022	600,00000	UN	2,9500	1.770,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00023	600,00000	UN	2,9500	1.770,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00027	100,00000	UN	2,0000	200,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00028	300,00000	UN	2,4800	744,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00030	300,00000	UN	6,7900	2.037,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00034	200,00000	UN	11,3000	2.260,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00037	6.000,00000	UN	2,6700	16.020,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00038	350,00000	UN	5,0000	1.750,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00040	5.000,00000	UN	3,3700	16.850,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00043	1.000,00000	UN	3,0000	3.000,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00048	200,00000	UN	4,6000	920,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00064	200,00000	UN	4,0000	800,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00071	400,00000	UN	1,9000	760,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00074	400,00000	UN	1,9900	796,00
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	00082	150,00000	UN	8,5000	1.275,00
ALINE RAITZ ME	00045	500,00000	UN	8,4500	4.225,00
ALINE RAITZ ME	00046	100,00000	UN	1,5600	156,00
ALINE RAITZ ME	00047	400,00000	UN	10,3000	4.120,00
ALINE RAITZ ME	00049	400,00000	UN	1,8500	740,00
ALINE RAITZ ME	00052	650,00000	UN	7,4500	4.842,50
ALINE RAITZ ME	00053	800,00000	UN	3,8700	3.096,00
ALINE RAITZ ME	00055	130,00000	UN	6,9900	908,70
ALINE RAITZ ME	00056	100,00000	UN	2,9900	299,00
ALINE RAITZ ME	00059	200,00000	UN	2,7000	540,00
ALINE RAITZ ME	00060	200,00000	UN	2,4400	488,00
ALINE RAITZ ME	00061	200,00000	KG	3,6500	730,00
ALINE RAITZ ME	00062	170,00000	UN	3,8500	654,50
ALINE RAITZ ME	00063	200,00000	UN	3,9900	798,00
ALINE RAITZ ME	00065	150,00000	UN	14,9900	2.248,50
ALINE RAITZ ME	00066	120,00000	UN	53,4000	6.408,00
ALINE RAITZ ME	00067	100,00000	UN	5,8000	580,00
ALINE RAITZ ME	00068	200,00000	UN	5,7500	1.150,00
ALINE RAITZ ME	00069	500,00000	UN	5,0900	2.545,00
ALINE RAITZ ME	00070	200,00000	UN	1,6600	332,00
ALINE RAITZ ME	00072	400,00000	UN	2,2900	916,00
ALINE RAITZ ME	00073	400,00000	UN	2,3500	940,00
ALINE RAITZ ME	00075	250,00000	UN	3,9900	997,50
ALINE RAITZ ME	00076	200,00000	UN	2,9500	590,00
ALINE RAITZ ME	00077	90,00000	UN	4,6500	418,50
ALINE RAITZ ME	00078	200,00000	UN	6,1500	1.230,00
ALINE RAITZ ME	00079	100,00000	UN	6,9900	699,00
ALINE RAITZ ME	00080	500,00000	UN	1,1000	550,00
ALINE RAITZ ME	00081	150,00000	UN	1,1000	165,00
ALINE RAITZ ME	00083	200,00000	UN	4,2000	840,00
ALINE RAITZ ME	00084	200,00000	UN	2,1500	430,00
ALINE RAITZ ME	00086	300,00000	UN	5,0800	1.524,00
ALINE RAITZ ME	00089	400,00000	UN	2,7600	1.104,00
JJJ IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA	00001	440,00000	UN	3,3000	1.452,00

JJJ IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA	00002	650,00000	KG	2,3000	1.495,00
JJJ IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA	00003	5.500,00000	KG	1,0800	5.940,00
JJJ IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA	00005	300,00000	UN	3,0000	900,00
JJJ IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA	00012	1.700,00000	KG	2,0000	3.400,00

Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 15 de abril de 2016.

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
GERENTE DE LICITAÇÕES

LEI 1492/2016

LEI Nº. 1492/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

"EXTINGUE O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA E O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU COMO ESPECIFICA"

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica extinto o FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA e o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL do município de Presidente Nereu, criados pelas Leis n.º 1455/2014 e 1171/2007, respectivamente.

Art. 2º - O total de recursos existentes, nesta data, à disposição do Fundo Municipal de Cultura do município de Presidente Nereu reverterá ao Tesouro Municipal, unidade Gestora Prefeitura Municipal, obedecidas as prescrições legais.

Parágrafo único: Considera-se como total dos recursos existentes todos os valores disponíveis em conta bancária.

Art. 3º - O total de recursos existentes, nesta data, à disposição do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do município de Presidente Nereu reverterá à unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social, obedecidas as prescrições legais.

Parágrafo único: Considera-se como total dos recursos existentes todos os valores disponíveis em conta bancária.

Art. 4º. - Cria e inclui na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 (Lei 1475/2015) e na Lei de Orçamento de 2016 (1482/2015) o seguinte:

Órgão 06 - Departamento de Cultura

Unidade 01 - Departamento de Cultura

Art. 5º - Ficam transferidas para a Unidade Gestora, Prefeitura Municipal "ORGAO/UNIDADE 06.01", os projetos, atividades e dotações do Fundo Municipal de Cultura, mediante abertura de Crédito Especial, com a mesma classificação Funcional Programática e os seus saldos existentes, quando for sancionada e promulgada esta Lei, a serem especificados no Decreto Executivo, abaixo descritas:

06.01 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA

06001.01339221503.1017 – Implantação da Sala de Cinema

4490000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas
4490000000000000 1340100 (vinculo) Aplicações diretas
4490000000000000 1640100 (vinculo) Aplicações diretas

06001.01339221503.2013 – Apoio e Exploração da Cultura

3190000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas
3390000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas
3390000000000000 3000000 (vinculo) Aplicações
4490000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas

06001.01339221503.2033 – Realização da festa do Colono

3390000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas
3390000000000000 1640100 (vinculo) Aplicações diretas

06001.01339221503.2036 – Manutenção do Coral Municipal

3390000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas

Art. 6º - Ficam transferidas para a Unidade Gestora "Fundo Municipal de Assistência Social", Órgão/Unidade 12.01, os projetos, atividades e dotações hoje consignadas no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, mediante abertura de Crédito Especial, com a mesma classificação Funcional Programática e os seus saldos existentes, quando for sancionada e promulgada esta Lei, a serem especificados no Decreto Executivo, abaixo descritas:

1201.001.0082441602.1006 – Aquisição de Terreno para Habitação, Construção de Moradias Populares.

4490000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas
4490000000000000 1310000 (vinculo) Aplicações diretas
4490000000000000 1610000 (vinculo) Aplicações diretas

1201.0082441602.2028 – Habitação de Interesse Social

3390000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas

3390000000000000 3000000 (vinculo) Aplicações diretas

4490000000000000 1000000 (vinculo) Aplicações diretas

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente;

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário em especial as Leis n.º 1455/2014 e 1171/2007.

Presidente Nereu, 15 de abril de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 031/2016

EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 031/2016

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, comunicam aos interessados que ficam alterados os itens:

1 – DATAS, LOCAL E HORÁRIOS, e o

2.2. CONSTITUEM ANEXOS DESTES EDITAIS:

Anexo 01 – Modelo de proposta e preço máximo;

Edital de Pregão presencial 031/2016, que passa a ter a redação abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

“1 – DATAS, LOCAL E HORÁRIOS”

1.1 – ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/05/2016, às 08:30h.

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sito à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 04/05/2016.

LOCAL: Auditório Renato Cardoso da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sito à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016 ANEXO 01

PROPOSTA DE PREÇOS/PREÇO MÁXIMO

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

Nome da Proponente:

Endereço:

E-mail:

Telefone/Fax:

CNPJ/MF:

Banco: Conta Corrente:

Agência: Cidade:

Conforme estipulado nos itens 6.1 e 6.2 do edital e suas especificações, propomos:

Item	Qte.	Unid	Especificações	Marca	R\$ Unit	R\$ Total	R\$ máximo
1	18.000	Kilograma	Carne bovina moída - congelada, usando cortes de músculo com no máximo 10% de gordura, sem cartilagens e ossos, embalada em plástico de polietileno, com rótulo contendo identificação da empresa, registro no SIM ou SIF, identificação da categoria, tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses na data de entrega. Embalagem contendo 1 kg. Entrega nas unidades educacionais do município de Rio do Sul, em veículo refrigerado.				R\$ 18,60
2	2.700	Unidade	Farinha de aveia: Farinha de aveia enriquecida com vitaminas e sais minerais. Isento de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, para identificação de seu fabricante, peso de 200 g. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 3,00

3	1.500	Unidade	Fórmula láctea infantil de partida (0 a 06 meses de idade): a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecido com ferro, indicado para lactente desde o nascimento até o 06º mês de vida, com predominância de proteínas do soro do leite em relação a caseína, enriquecida com vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Contém lactose, soro de leite, sulfato de manganês e no mínimo 3 dos seguintes óleos: óleo de canola, milho, palma, palmiste, coco, girassol. Isento de sacarose. Atender a todas as recomendações do CODEX Alimentarius FAO/OMS e da RDC n.43/2011. Não conter glúten. Lata de 400 g. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 18,80
4	6.900	Unidade	Margarina com sal: produto produzido pela hidrogenação de óleos vegetais, água, sal, leite em pó desnatado e ou soro de leite em pó, vitaminas A, emulsificantes, conservadores, aroma idêntico ao natural de manteiga, antioxidantes e acidulantes, contendo de 60% a 80% de lipídeos. Isento de gordura trans e glúten. Embalada em pote plástico de polipropileno de peso de 500 g, com proteção interna pós tampa (lacre). No seu rótulo deve conter prazo de validade/lote e informação nutricional. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 4,10
5	900	CX.	Tomate: in natura, tipo salada, de 1ª qualidade, tamanho médio, apresentando grau médio de maturação, casca sã, produto fresco, polpa firme e intacta, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Sem lesões de origem física ou mecânica, sem manchas e coloração uniforme. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 20 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 50,00
6	9.000	Kilograma	Fubá grosso de milho: tipo 1, amarelo, submetido a processos de maceração, secagem, moagem, peneiração e laminação adequados e isentos de sujidades, mofo e fermentação, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem plástica de 01 kg, resistente e transparente. No seu rótulo deve constar prazo de validade visível, lote, informação nutricional e sobre glúten. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 2,40
7	1.750	CX.	Maçã Fuji: in natura, de 1ª qualidade, madura, bem formada, inteira e sã, de coloração própria, sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso em média 120 gramas cada. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 18 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 104,40

8	630	CX.	Cenoura: in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, com tamanho e coloração uniforme (tamanho médio entre 10 a 17 cm de comprimento), de coloração laranja intensa, sem pigmentação verde ou roxa na parte superior, sem folhas, com casca sã, isento de rachaduras, podridão e cortes na casca. Ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Peso entre 70 a 140 gramas a unidade. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 20 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 98,00
9	700	PCT	Sagu de mandioca: Embalagem plástica de 500 gramas, isento de mofo, odores estranhos ou qualquer substância nociva. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, números de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 4,50
10	3.850	PCT	Farinha de trigo especial: sem fermento, embalada em sacos transparentes ou de papel limpos, não violados e resistentes. Enriquecido de ferro e ácido fólico. Isento de mofo ou substâncias nocivas. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, para identificação de seu fabricante. Embalagem primária: pacote com 5 kg. O produto deve apresentar validade mínima de 04 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 10,18
11	1.600	CX.	Laranja pera: in natura, de 1ª qualidade, fresca e firme, sem lesões e sem sinais de apodrecimento, sem manchas, sem sinais de estar murcha, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Peso: entre 0,12 kg a 0,15 kg a unidade. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 20 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 40,00
12	10.000	PCT	Biscoito doce sabor coco: A composição do produto deve conter farinha de trigo enriquecida/fortificada, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal, leite em pó, aroma artificial de coco, lecitina de soja e fermentos. Embalagem primária: pacotes de polietileno, pesando 370 g, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem secundária: caixas de papelão resistentes. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 3,90
13	15.000	Unidade	Massa de sêmola com ovos tipo parafuso: produzido a partir de farinha de trigo enriquecida e ovos. A embalagem plástica transparente, deve ser de 500 gramas, isento de qualquer substância estranha ou nociva. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na secretaria de educação.				R\$ 2,10

14	750	CX	Banana branca: in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabores característicos. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Peso: Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 16 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 44,00
15	7.700	Unidade	Massa de sêmola com ovos tipo aletria (cabelo de anjo): produzido a partir de farinha de trigo enriquecida e ovos. Embalagem plástica transparente, de 500 gramas, isento de qualquer substância estranha ou nociva. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na secretaria de educação.				R\$ 3,60
16	1.400	Unidade	Fermento químico: em pó, contendo amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monossódico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio para o preparo de bolo. Em embalagem de 250g. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, para identificação de seu fabricante. O produto deve apresentar validade mínima de meses a partir da data de entrega na secretaria de educação.				R\$ 6,40
17	5.000	Unidade	Fórmula láctea infantil de seguimento (06 a 12 meses de idade): a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecido com ferro, indicado para lactente a partir do 06º mês de vida, enriquecida com vitaminas, minerais e outros oligoelementos. Contém lactose, soro de leite, sulfato de manganês e no mínimo 3 dos seguintes óleos: óleo de canola, milho, palma, palmiste, coco, girassol. Isento de sacarose. Atender a todas as recomendações do CODEX Alimentarius FAO/OMS e da RDC n.43/2011. Não conter glúten. Lata de 400 g. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 12,00
18	1.100	Unidade	Café puro - torrado e moído, procedente de grãosãos, limpos e isentos de impurezas, sabor suave/tradicional/clássico ou seja, que caracterizem sabor suave, isento de glúten, acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, selo de pureza ABIC. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem 500g.				R\$ 7,75
19	450	Litros	Leite de soja (natural): Integral líquido tipo Soy. Embalagem longa vida de 01 litro. Isento de lactose e colesterol, sem conservante, não contém glúten. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 4,95

20	2.500	CX	Banana Caturra: in natura, de 1ª qualidade, em pencas, fresca, grau máximo de tamanho, aroma, cor e sabor característicos. Sem lesões, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 20 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 38,00
21	4.900	Unidade	Extrato de tomate: Preparado com tomates, sal e açúcar. Isento de sujidades e fermentação. Embalagem 850 g. Embalagem lata de folha e flandres com verniz sanitário não podendo estar amassada ou estufada. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, para identificação de seu fabricante. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 8,05
22	1.500	Unidade	Vinagre: Vinagre de álcool, produto natural, fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livres de sujidade, material terroso e detritos de animais ou vegetais, acondicionado em frasco plástico de 900 ml. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 1,35
23	4.600	Kilograma	Beterraba: vermelha, in natura, de 1ª qualidade, fresca, sem folhas e talos, isentas de danos profundos, podridão, murcha, passada e ausência de sujidades, parasitas e larvas. Peso: entre 0,1 kg a 0,5 kg. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 4,02
24	7.200	Kilograma	Caldo de peixe de filé de tilápia: com carne de tilápia, água e condimentos. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem de polietileno contendo 01 kg. Entrega nas unidades educacionais do município de Rio do Sul em veículo refrigerado. O produto deve apresentar validade de 06 meses a partir da data de entrega.				R\$ 14,40
25	650	Kilograma	Alho nacional: in natura, de 1ª qualidade, dentes grandes, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, coloração uniforme, sem sujidades, parasitos e larvas, não apresentar brotamentos, podridão e mofo. Peso: entre 0,5 kg a 1,0 kg. Preferencialmente orgânico. Entregar em sacos de nylon e envolvidos por caixas de papelão conforme quantidade solicitada. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 20,00

26	30.000	PCT	Leite em pó: integral, instantâneo. Fonte de vitaminas A e D e contendo lecitina de soja. Sem adição de qualquer tipo de açúcar. Não conter glúten. De fácil preparo descrito na embalagem. Rendimento de no mínimo 3 litros após modo de preparo. Pacotes laminados contendo 400 g, livre de parasitas ou substâncias nocivas, odores estranhos. Obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana mediante processos tecnologicamente adequados. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 8,18
27	43.000	Unidade	Coxa e sobrecoxa de frango - congeladas, embaladas em plástico de polietileno, com rótulo contendo tipo de carne, identificação da empresa e registro no SIF, com data de fabricação e prazo de validade mínimo de 6 meses na data de entrega. Entrega nas unidades de educação do município de Rio do Sul, em veículo refrigerado. Embalagem contendo 1 kg.				R\$ 8,50
28	1.320	PCT	Amido de milho: produto amiláceo extraído do milho, de primeira qualidade, pó fino, branco, inodoro e insípido. Não podendo apresentar-se úmido, fermentado ou rançoso. Não deverá apresentar impurezas visíveis ou sujidades. Embalagem primária: pacotes de polietileno, pesando 01 kg, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem secundária: Pacotes plásticos, resistentes. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 4,80
29	2.800	Unidade	Pó para pudim - Mistura em pó para pudim, sabores: chocolate, morango e baunilha, contendo leite em sua formulação, bastando acrescentar água para o preparo. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes. Embalagem de 520 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega, na Central de Alimentos.				R\$ 9,80
30	7.900	Unidade	Ovos de galinha: coloração vermelha, tamanho grande, de 1ª qualidade, frescos, de casca lisa, limpos e sem trincados. Bandejas com 30 unidades e contidos em embalagem de papelão. O produto deve apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na Secretaria de Educação. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 12,60
31	3.400	Kilograma	Sal refinado iodado: Sal fino seco, iodado para cozinha., de 1ª qualidade. Em sacos de polietileno contendo 1 kg cada. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, números de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 1,30

32	2.200	PCT	Polvilho azedo: polvilho de mandioca azedo, de coloração branca. Produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Pacote de polietileno atóxico, resistente, contendo peso líquido de 01 kg. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 5,70
33	1.150	Kilograma	Chocolate em pó: É o produto preparado com cacau em pó solúvel (mínimo de 50 %), açúcar e aromatizante, constituído de pó fino e homogêneo. Não poderá conter a adição de gordura e óleos estranhos a qualquer tipo de chocolate, bem como, a manteiga de cacau e não poderá ser adicionado de amido e féculas estranhas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem em pacote de polietileno com peso líquido de 1Kg. Isento de lactose. Não contém glúten.				R\$ 14,30
34	400	Unidade	Creme vegetal: produto produzido a partir de óleos vegetais e/ou gordura vegetal, água, sal, vitaminas A, E e D, estabilizantes, conservadores, antioxidantes e acidulantes, contendo de 35% a 80% de lipídeos. Isento de gordura trans e glúten. Embalada em pote plástico de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote e peso de 500 g. No seu rótulo deve conter prazo de validade/lote e informação nutricional. O produto deve apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 8,50
35	4.400	CX	Cebola: branca, in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, bulbos de tamanho médio, com casca compacta, firme, sem rupturas, lesões de origem física e mecânica. Coloração amarelo dourado. Deve estar isentos de sujidades, parasitas e larvas e brotamento. Preferencialmente orgânico. Peso entre 0,18 a 0,25 kg a unidade. Embalagem: sacos de nylon novos, conforme quantidade solicitada, apresentando etiqueta de pesagem. Capacidade da embalagem: 20 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 horas.				R\$ 62,00
36	8.800	Kilograma	Carne suína em cubos congelada: os cubos devem ser do corte de pernil, sem gordura, sem cartilagens e ossos e sem pele, com coloração de rosada a avermelhada e uniforme. A carne deverá ser isenta de cisticercos. Embaladas em plástico de polietileno, com rótulo contendo identificação da empresa, registro no SIM ou SIF, identificação da categoria, tipo de carne, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 06 meses na data de entrega. Embalagem contendo 01 kg. Entrega nas unidades educacionais do município de Rio do Sul em veículo refrigerado.				R\$ 13,90
37	700	PCT	Fermento biológico: em pó, seco para pão, instantâneo, com os componentes <i>Saccharomyces cerevisiae</i> e agente de reidratação, isento de mofo e substâncias nocivas. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, para identificação de seu fabricante. Embalagem primária: pacote com 500 g. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 15,50

38	900	Unidade	Leite UHT Zero Lactose: Leite selecionado, ultra-pasteurizado e envasado em condições totalmente assépticas, em embalagem longa vida que protege o produto até a validade. Produto totalmente isento de Lactose. Embalagem de 1 Litro. Validade mínima de 3 meses na entrega na central de alimentos SME				R\$ 3,98
39	410	CX	Mamão Formosa: in natura, de 1ª qualidade, maduro, com polpa firme e intacta, sem lesões, sem sinais de apodrecimento, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, sendo cada unidade envolta em papel, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 12 kg. A entrega deverá ocorrer no dia determinado pela Secretaria de Educação, até as 7:30 hs.				R\$ 61,20
40	5.640	PCT	Biscoito doce de maisena (isento de lactose): A composição do produto deve conter farinha de trigo enriquecida/fortificada, amido de milho, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal, lecitina de soja e fermentos, isento de lactose. Embalagem primária: pacotes de polietileno, pesando 370 g, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem secundária: caixas de papelão resistentes. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 7,25
41	7.900	Unidade	Óleo de soja refinado: embalagem pet com 900 ml, tipo 1, preparado a partir de grãos de soja são e limpos, isento de odores estranhos ou qualquer substância nociva. No seu rótulo deve constar identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante e validade. O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 3,60
42	5.400	Unidade	Achocolatado em pó: Produto instantâneo, constituído de pó fino e homogêneo, obtido pela mistura do cacau em pó solúvel, açúcar, maltodextrina, leite em pó e/ou soro, complexo vitamínico e emulsificante lecitina de soja. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Embalagem em pacote de polietileno ou aluminizada com peso líquido de 1Kg.				R\$ 9,80
43	4.200	PCT	Biscoito doce sabor leite: tipo quadrada ou retangular. A composição do produto deve conter farinha de trigo enriquecida/fortificada, açúcar, sal, gordura ou óleo vegetal, leite em pó, aroma artificial de leite, lecitina de soja e fermentos. Embalagem primária: pacotes de polietileno, pesando 400 g, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem secundária: caixas de papelão resistentes. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 3,10

44	3.000	PCT	Açúcar refinado: branco, de primeira qualidade, composição de origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, sem glúten, para aplicação em bebidas frias e quentes. Aparência, cor e cheiro próprios do tipo de açúcar. Pacote de polietileno com 5 kg. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 14,26
45	10.000	PCT	Biscoito doce sabor chocolate: tipo rosquinha. Sem recheio. A composição do produto deve conter farinha de trigo enriquecida/fortificada, açúcar, sal, cacau em pó, gordura ou óleo vegetal, leite em pó, lecitina de soja e fermentos. Embalagem primária: pacotes de polietileno, pesando 400 g, atóxicos, resistentes, hermeticamente selados, com informações nutricionais e ingredientes, para identificação de seu fabricante e ou componentes. Embalagem secundária: caixas de papelão resistentes. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.				R\$ 4,10

☐ Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão também por nossa conta e risco.

☐ Prazo de validade da presente proposta _____ (_____) dias da data estipulada para sua apresentação não inferior a 60 (sessenta) dias.

☐ Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nr. 8.666/93 com suas alterações.

Data:

Assinatura:

Nome:

RG: CPF:

Rio do Sul, 14 de abril de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

ELENIR HOLLER
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016**

CÂMARA DE RIO DO SUL
SANTA CATARINA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

O Presidente da Câmara de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, TORNA PÚBLICA a realização de Concurso Público, sob o regime estatutário, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal.

Art. 1º Da oferta de vagas para provimento do quadro de pessoas: será ofertada 1 vaga para nível médio, para o cargo de Técnico Legislativo – Área Legislativa.

Art. 2º Haverá isenção total da taxa de inscrição, nos termos do § 5º do Art. 10 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul e da Lei Municipal Nº 5.049/2010, para o candidato que: receba até 01 (um) salário mínimo bruto vigente no país; tenha idade superior a 60 (sessenta) anos ou que seja doador de sangue. O candidato poderá solicitar a isenção da Taxa de Inscrição para o presente concurso, no período das 8h do dia 15/04/2016 até às 23h59min do dia 19/04/2016, observado o horário oficial de Brasília/DF.

Art. 3º As inscrições poderão ser realizadas no período das 8h do dia 15/04/2016 às 23h59min do dia 10/05/2016, observado horário oficial de Brasília/DF. O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado até o dia 11 de maio de 2016.

Art. 4º As inscrições serão efetuadas VIA INTERNET no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.

Art. 5º A seleção para o cargo compreenderá exames para aferir conhecimentos mediante aplicação de prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório.

Art. 6º A Prova Objetiva será realizada na data provável de 29 de maio de 2016, na cidade de Rio do Sul/SC, em horário e local a ser definido posteriormente, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br.

Art. 7º O Edital de Abertura nº 01/2016 e seus anexos estarão disponíveis na íntegra a partir da data de 15 de abril de 2016, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br

Mário Miguel
Presidente da Câmara de Rio do Sul

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.706/2016

DECRETO Nº. 3.706/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na importância de R\$: 157.000,00 (Cento e cinquenta e sete mil reais), conforme discriminação a seguir:

07.01- Departamento de Agricultura	
20.511.0026.1.012000 – Ampliação da Rede de Distribuição D'água em Comunidades do Município	
(87) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 164 – Transferências de Convênios – Estado / OUTROS	
() 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	
TOTAL	57.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha, conforme Programa Transferência 2016005404 (REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA LINHA ALVORADA – ROMELÂNDIA), no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), são provenientes do SUPERAVIT FINANCEIRO do Exercício de 2015, da Fonte de recursos: 100 – Recursos .

07.01- Departamento de Agricultura	
20.511.0026.1.012000 – Ampliação da Rede de Distribuição D'água em Comunidades do Município	
(87) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 164 – Transferências de Convênios – Estado / OUTROS	
TOTAL	100.000,00

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha, conforme Programa Transferência 2016005405 (REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA LINHA PRIMEIRINHA – ROMELÂNDIA), no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º – Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 2.193 de 15 de abril de 2015

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
15 de abril de 2016.
VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz
Auxiliar de Movimento Econômico

DECRETO 3.707/2016

DECRETO Nº. 3.707/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes,	

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 56.656,13 (Cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e treze centavos), conforme discriminação a seguir:

08.02- Departamento de Urbanismo	
15.451.0028.1.018000 – Calçamento em Piso com Pedras de Basalto Irregulares	
() 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 164 – Transferências de Convênios – Estado / OUTROS	
(669) 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	6.656,13
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	
TOTAL	56.656,13

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha, conforme Programa Transferência 2016005387 (PAVIMENTAÇÃO DA RUA PRINCESA IZABEL - ROMELÂNDIA, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e o valor de R\$ 6.656,13 (seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), são provenientes do SUPERAVIT FINANCEIRO do Exercício de 2015, da Fonte de recursos: 100 – Recursos .

Art. 3º – Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 2.194 de 15 de abril de 2015.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
15 de abril de 2016.
VALDOCI SAUL
Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz
Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.192/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.192/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO INTEGRAL DA LEI Nº 2.183/2016 DE 23 DE MARÇO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei

Art. 1º - Pela presente, fica revogada integralmente a Lei nº 2.183, de 23 de março de 2016 que "Altera a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, através da abertura de crédito adicional especial", em decorrência da sanção duplicada.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
15 abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia - SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.193/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.193/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei	

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na importância de R\$: 157.000,00 (Cento e cinquenta e sete mil reais), conforme discriminação a seguir:

07.01- Departamento de Agricultura	
20.511.0026.1.012000 - Ampliação da Rede de Distribuição D'água em Comunidades do Município	
(87) 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 164 - Transferências de Convênios - Estado / OUTROS	
() 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte: 300 - Superávit Recursos Próprios	
TOTAL	57.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha, conforme Programa Transferência 2016005404 (REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA LINHA ALVORADA - ROMELÂNDIA), no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), são provenientes do SUPERAVIT FINANCEIRO do Exercício de 2015, da Fonte de recursos: 100 - Recursos .

07.01- Departamento de Agricultura

20.511.0026.1.012000 - Ampliação da Rede de Distribuição D'água em Comunidades do Município	
(87) 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 164 - Transferências de Convênios - Estado / OUTROS	
TOTAL	100.000,00

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela acima, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha, conforme Programa Transferência 2016005405 (REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA LINHA PRIMEIRINHA - ROMELÂNDIA), no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
15 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia - SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

LEI MUNICIPAL 2.194/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.194/2016	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei	

Art. 1º - Fica pela presente Lei autorizada a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 56.656,13 (Cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e treze centavos), conforme discriminação a seguir:

08.02- Departamento de Urbanismo	
15.451.0028.1.018000 - Calçamento em Piso com Pedras de Basalto Irregulares	
() 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 164 - Transferências de Convênios - Estado / OUTROS	
(669) 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	6.656,13
Fonte: 300 - Superávit Recursos Próprios	
TOTAL	56.656,13

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADÇÃO, mais especificamente recursos do convênio a ser celebrado com Secretaria de Desenvolvimento Regional de Maravilha, conforme Programa Transferência 2016005387 (PAVIMENTAÇÃO DA RUA PRINCESA IZABEL - ROMELÂNDIA, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e o valor de R\$ 6.656,13 (seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais), são provenientes do SUPERAVIT FINANCEIRO do Exercício de 2015, da Fonte de recursos:

100 – Recursos .

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
15 de abril de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

LEI Nº 1287/2016

LEI Nº 1287 DE 15 DE ABRIL DE 2016

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

02.00 Gabinete do Prefeito				
02.01 Administração das atividades de Administração Superior do Município				
042430006.2.06000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar				
139	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito				
02.01 Administração das atividades de Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
1	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	36.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082430028.2.048000 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar				
98	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	24.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secret. de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 126/1

PL 312016 TOMADA DE PREÇO

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 31/2016 na MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONFORME PROJETO EM ANEXO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:00 horas do dia 09/05/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 13:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município ou no sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570046 e pelo site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/> Santa Terezinha do Progresso (SC), 15/04/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1310/2016

DECRETO Nº 1310, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais) no orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 04 – Saneamento Geral

Atividade: 2.066 – Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia

(96) 3.3.90.35.00.00.00 600 - Serviços de Consultoria R\$ 107.800,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado o recurso do superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 200 – Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente, no valor de R\$ 107.800,00 (cento e sete mil e oitocentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Cetuximabe" de Ordem Judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300700-21.2016.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda

Valor Total: R\$ 12.100,00

São Bento do Sul, 29 de março de 2016.

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO Nº 001

CONCURSO PÚBLICO 007/2016

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, referente ao Concurso Público nº 007/2016 para provimento efetivo de vagas de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, previstas no Plano de Carreira, Cargos e Salários conforme a Lei 2966/2012 e suas

alterações e de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul, instituído pela Lei Complementar nº 228/2001 e suas alterações, da Lei Orgânica do Município, torna público a retificação do edital conforme segue:

1. A tabela do item 3 passa ter a seguinte redação, onde:

Lê-se	Leia-se
Assistente Administrativo: Ensino médio de nível técnico completo em administração, contabilidade, secretariado, recursos humanos, gestão pública e áreas afins, com conhecimento em informática	Assistente Administrativo: Ensino médio completo com Curso Técnico em administração, contabilidade, secretariado, recursos humanos, gestão pública e áreas afins, com conhecimento em informática
Pedagogo Social: Ensino superior completo e conhecimento básico em informática	Pedagogo Social: Ensino superior completo em Pedagogia e conhecimento básico em informática

2. Os demais itens do edital permanecem inalterados não afetando o cronograma de atividades do seletivo.

São Bento do Sul (SC), 15 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebraram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para restauração do pavimento asfáltico e sinalização da Rua Augusto Wunderwald, bairro Centenário, conforme memorial descritivo, projetos e contrato Agência De Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC Nº 2013030601 e de acordo com o Edital de Concorrência Pública nº 55/2016.

DO VALOR: R\$ 1.695.593,59 – valor total.

DO PRAZO: 12 (doze) meses, conforme memorial descritivo anexo ao edital e após aprovação do órgão Financiador Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC e assinatura da Ordem de Serviço.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 12.04.2016, para fins administrativos e contábeis.

São Bento do Sul, 12 de abril de 2016.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Cetuximabe" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0300700-21.2016.8.24.0058 para o Fundo

Municipal de Saúde.

II – Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.
III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos medicamentos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0300700-21.2016.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 12.100,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços e a única que atende o prazo para entrega do medicamento.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos. Vale dizer, que devido ao curtíssimo tempo (prazo 5 dias) para o fornecimento do medicamento ao paciente, e a distribuidora indicada pelo laboratório (para fornecer preço CAP) não nos forneceu orçamento. Não tivemos outra opção para cumprimento da ordem judicial a não ser com orçamentos de fornecedores anexo, os quais cumpre o prazo hora estipulado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 11575, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de janeiro de 2016. Thais Cristina Miranda, Professor Educação Infantil – Especialização, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 11576, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de fevereiro de 2016. Juarez Ferreira de Lima, Motorista II – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. FMD.

Portaria nº 11577, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público

Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de fevereiro de 2016. Marcio da Cruz, Professor Educação Infantil – Especialização, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. SECAD.

Portaria nº 11578, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 08 de fevereiro de 2016. Esmael Terres, Professor Anos Finais – Especialização, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. SECAD.

Portaria nº 11579, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 13 de fevereiro de 2016. Marileia Machado Gomes, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. SECAD.

Portaria nº 11580, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de fevereiro de 2016. Paulo Roberto Uhlig, Analista de Sistemas, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe C para Classe D. SECAD.

Portaria nº 11581, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de fevereiro de 2016. Marla Huebl Kaiser, Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível III, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. FC.

Portaria nº 11582, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de 2016. Nair Hirt Domingues, Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe G para Classe H. SEMUS.

Portaria nº 11583, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de 2016. Edina Machado, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível V, com 40 horas semanais, da Classe C para Classe D. SEMUS.

Portaria nº 11584, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de 2016. Margareth Sonntag Harmel, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível IV, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. FC.

Portaria nº 11585, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de 2016. Zila Rosi Jantsch, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. FC.
Portaria nº 11586, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de março de 2016. Roberto Xavier, Motorista II – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11587, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de março de 2016. Lucia Binek Habowsky, Instrutor de Atividades Artesanais, Grupo Ocupacional 02, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe C para Classe D. SEMUS.

Portaria nº 11588, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de março de 2016. Elisangela Huebl, Auxiliar de Escritório – em extinção, Grupo Ocupacional 02, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe C para Classe D. SEMUS.

Portaria nº 11589, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de março de 2016. Rogério Silva Dable, Médico Cardiologista, Grupo Ocupacional 08, Nível I, com 17,05 horas semanais, da Classe B para Classe C.

SEMUS.

Portaria nº 11590, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de março de 2016. Robinson Morcelli, Motorista, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe C para Classe D. EMHAB.

Portaria nº 11591, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 10 de março de 2016. Iracema Rudnick, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe F para Classe G. SEMUS.

Portaria nº 11592, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de março de 2016. Lucelia Gorniak, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com 40 horas semanais, da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 11593, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de fevereiro de 2016. Sergio Rogerio Pacheco, Professor Anos Finais – Especialização, Nível II, com 20 horas semanais, da Classe D para Classe E. SECAD.

Portaria nº 11594, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2016. Zenaide Wagner Kurzawski, Oficial Administrativo – em extinção, Grupo Ocupacional 02, Nível III, com 40 horas semanais, da Classe G para Classe H. SECAD.

Portaria nº 11595, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de março de 2016. Maria Gilcione Figueiredo Colin, Auxiliar de Enfermagem – em extinção, Grupo Ocupacional 03, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe E para Classe F. SEMUS.

Portaria nº 11596, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de março de 2016. Carlos Alberto Seabra Assunção, Médico Pediatra, Grupo Ocupacional 08, Nível II, com 10 horas semanais, da Classe E para Classe F. SEMUS.

Portaria nº 11597, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 26 de março de 2016. Sonia Aparecida dos Santos, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 11598, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 27 de março de 2016. João Carlos Lourenço, Operador de Máquina I – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe C para Classe D. SEMOB.

Portaria nº 11599, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de março de 2016. Lauro Ademar da Silva, Agente de Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe A para Classe B. SEPLU.

Portaria nº 11600, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de março de 2016. Paulo Nicolau Theisges, Motorista II- em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe G para Classe H. SEMUS.

Portaria nº 11601, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de março de 2016. Antonio Paulo Baum, Operador de Máquina I – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com 40 horas semanais, da Classe F para

Classe G. SEMAN.

Portaria nº 11602, de 14 de abril de 2016. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de março de 2016. Roberto Falvievicz, Operador de Máquina I – em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com 40 horas semanais, da Classe F para Classe G. SEMOB.

São Bento do Sul, 18 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 11603/2016

PORTARIA Nº 11603, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 14 de abril de 2016, SARA DE SIQUEIRA BEZERRA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 003/2015, homologado em 17 de agosto de 2015, para exercer o cargo de Médico Generalista, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 11604/2016

PORTARIA Nº 11604, DE 14 DE ABRIL DE 2016

Designa Comissão Especial para Coordenar Concurso Público Municipal nº 007/2016.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Comissão Especial para coordenar o Concurso Público Municipal nº 007/2016, composta pelos servidores públicos municipais:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;
FABIO MILBRATZ - Representante do Departamento de Recursos Humanos;
MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
ANA PAULA PIONTKIEWICZ - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 27/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016
FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Presidente interina do Fundo Municipal de Saúde,

torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, tendo como OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO, sofreu alterações. Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei e tendo em vista as modificações no Edital, ALTERA-SE a data de abertura para o dia 04 de maio de 2016, às 09:00h, sendo que os envelopes serão recebidos no setor de protocolo até às 08:30h.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2016.

MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT

Presidente interina do Fundo Municipal de Saúde

DEBORAH CINTIA DE QUADROS

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

“APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL”.

Os habitantes de São Bento do Sul, por seus representantes aprovaram e eu, Edimar Geraldo Salomon Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1º - Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul referentes ao exercício financeiro de 2014, de acordo com a votação realizada em sessão ordinária no dia 14 de Abril de 2016.

Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, em 15 de Abril de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2016

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2016 firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Audisom Instaladora de Aparelhos de Som Ltda.

DO OBJETO: Serviços de fornecimento de mão-de-obra para dar manutenção preventiva e operar o equipamento de som da Câmara Municipal, bem como efetuar as gravações de todas as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, comunitárias e audiências públicas, bem como de todas as sessões realizadas fora das dependências do Poder Legislativo, inclusive ficando o contratado responsável pela colocação e retirada dos microfones e cabos, bem como pelo zelo de todo o equipamento, além do fornecimento (locação) de dois microfones sem fio profissionais, um notebook para áudio e som ambiente e um notebook para gravações de reserva; operacionalização e manutenção preventiva do equipamento de imagem (data show), em todos os eventos realizados nas dependências do Poder Legislativo.

DO VALOR: R\$ 26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 11 de abril de 2016 a 10 de abril de 2017.

São Bento do Sul, 11 de abril de 2016.

EDIMAR GERALDO SALOMON - Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

MARCOS AURÉLIO SCHEID PRASS- pela Empresa Contratada

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 002, DE 14 DE ABRIL DE 2016

PORTARIA Nº 002, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Regulamenta o corte de árvores isoladas em áreas urbanas antropizadas ou rurais com usos agrossilvipastoris, onde não seja possível o enquadramento na classificação dos estágios sucessionais previstos na Resolução CONAMA nº 04/1994, no Município de São José/SC.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal nº 3.048, de 04 de setembro de 1997, faz saber e tornar público pela presente que:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o corte, bem como a compensação de árvores isoladas em áreas antropizadas e áreas rurais com uso agrossilvipastoris;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal 1.605/85, em seu artigo 193, veda o corte de árvores no município sem prévia autorização.

CONSIDERANDO o Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal, nº 0075/2013, publicado no DOE/SC, no dia 02 de agosto de 2013, firmado entre a SDS, FATMA e PMSJ, que vincula os procedimentos de gestão florestal entre o Estado e Município;

CONSIDERANDO que os indivíduos arbóreos isolados podem ser exóticos ou nativos, sendo que este último ainda pode ser considerado ameaçado de extinção;

CONSIDERANDO os princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador (art. 225, caput, da Constituição Federal c/c o art. 4º, VII, da Lei nº 6.938/81);

CONSIDERANDO que compete ao órgão ambiental dar interpretação mais adequada a questão, à luz dos Princípios Constitucionais da Proporcionalidade e da Razoabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º A autorização para supressão de exemplares arbóreos isolados, vivos ou mortos, situados fora de Áreas de Preservação Permanente e fora das Unidades de Conservação de Proteção Integral, assim definidas por Ato do Poder Público, será emitida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS.

§1º A vegetação a ser considerada para efeito desta Portaria é aquela composta por qualquer espécime vegetal que possua tronco ou estipe lenhoso, com Diâmetro do Caule à Altura do Peito – DAP, igual ou superior a 4,0 cm (quatro centímetros), seja ela nativa ou exótica à Flora Brasileira.

§2º Entende-se por árvore isolada o indivíduo arbóreo situado fora de fitofisionomia vegetais nativas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduo isolado.

§3º Em Áreas de Preservação Permanente e em Unidades de Conservação de Proteção Integral (Parques, Reservas e Estações Ecológicas), o corte de árvores isoladas será permitido somente para os casos de Utilidade Pública, Interesse Social ou Baixo Impacto.

§4º Os pedidos de supressão de árvore isolada que represente risco iminente à vida ou ao patrimônio, deverão estar acompanhados de parecer técnico emitido por profissional habilitado, atestando a condição da árvore, acompanhado de registro fotográfico.

Art. 2º A emissão da Autorização de Corte de Árvore – AuCA ficará condicionada à realização da Compensação Ambiental – CA.

§1º A Compensação Ambiental – CA consiste na doação de mudas de espécies nativas do Bioma Mata Atlântica para o Horto Municipal.

§2º Mediante decisão superior motivada, a Compensação Ambiental

poderá ser convertida em plantio, transplante de espécimes arbóreos, equipamentos, insumos ou serviços que sejam necessários para o emprego em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§3º Nos casos de supressão de espécimes arbóreos, que não integrem as Listas Oficiais de Espécies da Flora Ameaçada de Extinção Nacional e Estadual, a Compensação Ambiental poderá ser dispensada mediante parecer técnico que ateste ao menos uma das seguintes situações:

a) Risco iminente de queda natural ou de dano material a bem ou patrimônio público ou privado;

b) Localizadas em áreas públicas, quando necessário o manejo da arborização urbana;

c) Por motivos de força maior, ou caso fortuito, assim considerados pelo Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil Municipal, mediante comprovação documental expedida pelo órgão.

Art. 3º A supressão de indivíduos arbóreos isolados nativos deverá ser compensada na proporção de 1:10, com especificações estabelecidas pelo corpo técnico desta Fundação.

§1º Nos casos em que os indivíduos arbóreos isolados nativos forem suprimidos sem autorização desta Fundação, além da compensação acima, deverá ser exigido o plantio das mudas em áreas propícias ao seu desenvolvimento, com especificações estabelecidas pelo corpo técnico desta Fundação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§2º No caso da solicitação ser para árvores isoladas localizadas em área rural a Compensação Ambiental deverá ocorrer através da execução do plantio das mudas.

Art. 4º A supressão de indivíduos arbóreos isolados exóticos deverá ser compensada na proporção de 1:05, com especificações estabelecidas pelo corpo técnico desta Fundação.

§1º Nos casos em que os indivíduos arbóreos isolados exóticos forem suprimidos sem autorização desta Fundação, além da compensação acima, deverá ser exigido o plantio das mudas em áreas propícias ao seu desenvolvimento, com especificações estabelecidas pelo corpo técnico desta Fundação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§2º No caso da solicitação ser para árvores isoladas localizadas em área rural a Compensação Ambiental deverá ocorrer através da execução do plantio das mudas.

Art. 5º Excepcionalmente poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção, verificadas as seguintes hipóteses:

a) Risco a vida ou ao patrimônio desde que comprovados por meio de laudo técnico com ART do profissional responsável;

b) Ocorrência de exemplares localizados em áreas urbanas consolidadas e com atividades/empreendimentos devidamente licenciados, com comprovada inexistência de alternativas.

c) Realização de pesquisas científicas;

d) Utilidade pública;

Art. 6º A supressão de indivíduos arbóreos isolados nativos ameaçados de extinção deverá ser compensada com o plantio de mudas, preferencialmente da mesma espécie, na proporção de 1:50, com especificações estabelecidas pelo corpo técnico desta Fundação.

Parágrafo único. O plantio deverá ser comprovado mediante apresentação de relatório técnico com registro fotográfico.

Art. 7º A autorização para supressão de árvores nativas isoladas em área rural será concedida em conformidade com os seguintes requisitos:

I – máximo de 30 (trinta) exemplares por hectare considerada a área do imóvel a ser ocupada por atividade, obra ou empreendimento;

II – máximo de 15 (quinze) exemplares por propriedade, quando se tratar de espécies ameaçadas de extinção.

Art. 8º O cumprimento da medida compensatória deverá ser comprovado pelo interessado mediante apresentação à FMADS de cópia da nota fiscal de aquisição, acompanhado de cópia do respectivo Termo de Recebimento emitido pelo Órgão Municipal responsável.

Art. 9º O cumprimento do plantio deverá ser comprovado mediante registro fotográfico das operações de plantio.

Art. 10 Os exemplares arbóreos isolados transplantados que não resistirem ao manejo, deverão ser compensados por indivíduo adulto da mesma espécie.

Parágrafo único. Alternativamente, poderá ser realizada a doação de mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica, conforme disposto nesta portaria.

Art. 11 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, seus efeitos têm aplicabilidade imediata e estão revogadas todas as normas internas em conflito.

Publique-se, comunique-se e cumpra-se.

São José, 14 de abril de 2016.

Fernanda Vieira Diniz Farias
Superintendente a FMADS/SJ
Decreto Municipal nº 6214/2016

PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 – PROCESSO Nº 020/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 001/2016 – Processo nº 020/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS (S) ESPECIALIZADA (S) PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DIVERSAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 04/05/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 04/05/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa JOTA'S EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 79.527.917/0001-07, com sede na Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 142, Passa Vinte, Palhoça/SC, CEP 88132-256, Fone: (48) 3286-0002, neste ato representada por meio do seu sócio-proprietário, Sr. Juarez Bitencourt Furtado, inscrito no CPF sob o nº 808.864.779-72, doravante denominada DOADOR; e de outro lado a FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS/SJ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.299.772/0001-00, com sede na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, CEP 88119-350, Fone: (48) 3381-0040, neste ato representada por meio do sua Superintendente, Fernanda Vieira Diniz Farias, Decreto Municipal n.º 6214/2016, doravante denominada DONATÁRIA, celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO, sem encargos, sob a forma e condições constantes nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS BENS DOADOS

1.1. O presente instrumento tem por objeto a doação de equipamentos a serem utilizados pela Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José, conforme lista abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
GPS eTrex 10	3
Ar Condicionado 12000 BTU Midea Quente/Frio	1

1.2. Os equipamentos ora doados destinam-se, exclusivamente, ao atendimento das necessidades institucionais e funcionais dos servidores da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO

2.1. Com a entrega dos equipamentos, todos devidamente acompanhados das respectivas notas fiscais de compra, a DONATÁRIA recebe-os do DOADOR, em caráter definitivo e gratuito.

2.2. A doação dos bens importarão na transferência integral a DONATÁRIA de todos os ônus a eles relacionados, eximindo o DOADOR de qualquer responsabilidade ou obrigação futura, relacionada aos bens doados, ficando, ainda, a DONATÁRIA responsável por todos os atos supervenientes e necessários a sua regular utilização.

2.3 A DONATÁRIA obriga-se a utilizar os equipamentos objeto do presente Termo de Doação para os fins a que se destina e se compromete a incorporá-lo ao seu acervo patrimonial.

3. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A DONATÁRIA será responsável pela publicação do presente Termo de Doação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que versem acerca do presente Termo de Doação.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente TERMO DE DOAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente TERMO DE DOAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor.

São José, 14 de abril de 2016.

DOADOR José Bitencourt Furtado	DONATÁRIO Fundação Municipal do Meio Ambiente Fernanda Vieira Diniz Farias
TESTEMUNHA Fernando Artur Raupp	TESTEMUNHA Amanda de Brito Gamba

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento, JOSÉ BITENCOURT FURTADO, inscrito no CPF sob o Nº 725.121.729-53, residente na Rua Raulino Gerlach, nº 309, Centro, São José/SC, CEP 88103-300, Fone: (48) 8407-0919, doravante denominado DOADOR; e de outro lado a FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS/SJ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.299.772/0001-00, com sede na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, CEP 88119-350, Fone: (48) 3381-0040, neste ato representada por meio do sua Superintendente, Fernanda Vieira Diniz Farias, Decreto Municipal n.º 6214/2016, doravante denominada DONATÁRIA, celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO, sem encargos, sob a

forma e condições constantes nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS BENS DOADOS

1.1. O presente instrumento tem por objeto a doação de equipamentos a serem utilizados pela Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José, conforme lista abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Câmera Digital Nikon P520	4

1.2. Os equipamentos ora doados destinam-se, exclusivamente, ao atendimento das necessidades institucionais e funcionais dos servidores da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO

2.1. Com a entrega dos equipamentos, todos devidamente acompanhados das respectivas notas fiscais de compra, a DONATÁRIA recebe-os do DOADOR, em caráter definitivo e gratuito.

2.2. A doação dos bens importarão na transferência integral a DONATÁRIA de todos os ônus a eles relacionados, eximindo o DOADOR de qualquer responsabilidade ou obrigação futura, relacionada aos bens doados, ficando, ainda, a DONATÁRIA responsável por todos os atos supervenientes e necessários a sua regular utilização.

2.3 A DONATÁRIA obriga-se a utilizar os equipamentos objeto do presente Termo de Doação para os fins a que se destina e se compromete a incorporá-lo ao seu acervo patrimonial.

3. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A DONATÁRIA será responsável pela publicação do presente Termo de Doação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que versem acerca do presente Termo de Doação.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente TERMO DE DOAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor.

São José, 14 de abril de 2016.

DOADOR José Bitencourt Furtado	DONATÁRIO Fundação Municipal do Meio Ambiente Fernanda Vieira Diniz Farias
TESTEMUNHA Fernando Artur Raupp	TESTEMUNHA Amanda de Brito Gamba

TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 85.134.864/0001-59, com sede na Av. Nereu Ramos, nº 3346, sala 03, Centro, Itapema/SC, CEP 88220-00, Fone: (48) 3286-0002, neste ato representada por seu procurador, Sr. José Bitencourt Furtado, inscrito no CPF sob o nº 725.121.729-53, doravante denominada DOADOR; e de outro lado a FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ - FMADS/

SJ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.299.772/0001-00, com sede na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, CEP 88119-350, Fone: (48) 3381-0040, neste ato representada por meio do sua Superintendente, Fernanda Vieira Diniz Farias, Decreto Municipal n.º 6214/2016, doravante denominada DONATÁRIA, celebram o presente TERMO DE DOAÇÃO, sem encargos, sob a forma e condições constantes nas seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS BENS DOADOS

1.1. O presente instrumento tem por objeto a doação de equipamentos a serem utilizados pela Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José, conforme lista abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Notebook Acer E5-573-541L	1
Projector Benq 3200	1
Ar Condicionado 12000 BTU Midea Quente/Frio	2
Botas de Borracha cano médio nº40, nº41 e nº42	5

1.2. Os equipamentos ora doados destinam-se, exclusivamente, ao atendimento das necessidades institucionais e funcionais dos servidores da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA DOAÇÃO

2.1. Com a entrega dos equipamentos, todos devidamente acompanhados das respectivas notas fiscais de compra, a DONATÁRIA recebe-os do DOADOR, em caráter definitivo e gratuito.

2.2. A doação dos bens importarão na transferência integral a DONATÁRIA de todos os ônus a eles relacionados, eximindo o DOADOR de qualquer responsabilidade ou obrigação futura, relacionada aos bens doados, ficando, ainda, a DONATÁRIA responsável por todos os atos supervenientes e necessários a sua regular utilização.

2.3 A DONATÁRIA obriga-se a utilizar os equipamentos objeto do presente Termo de Doação para os fins a que se destina e se compromete a incorporá-lo ao seu acervo patrimonial.

3. CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

3.1. A DONATÁRIA será responsável pela publicação do presente Termo de Doação, em extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido no art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

4.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que versem acerca do presente Termo de Doação.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente TERMO DE DOAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente TERMO DE DOAÇÃO em 02 (duas) vias de igual teor.

São José, 14 de abril de 2016.

DOADOR José Bitencourt Furtado	DONATÁRIO Fundação Municipal do Meio Ambiente Fernanda Vieira Diniz Farias
TESTEMUNHA Fernando Artur Raupp	TESTEMUNHA Amanda de Brito Gamba

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE NOVA ABERTURA DO PREGÃO Nº 001/2016**

ATA DE NOVA ABERTURA DO PREGÃO Nº 001/2016

Reuniram-se no dia 15/04/2016 às 14H30MIN, na Câmara Municipal de São José, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, para realização de processo licitatório na modalidade Pregão, para tratar do Edital Pregão Presencial 001/2016 destinado SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL E PACOTE DE DADOS, COM A CONCESSÃO, POR COMODATO, DE APARELHOS CELULARES PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NOS ANEXOS I E II, E DEMAIS PREVISTAS NESTE EDITAL, constatado que nenhuma empresa compareceu ao certame, o Pregoeiro decidiu por aguardar por mais trinta minutos. Não havendo o comparecimento de interessados, o Pregoeiro declarou a licitação DESERTA. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e equipe de Apoio, e será publicado no Diário Oficial do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
Pregoeiro GABRIEL NIENCHOTTER	
Apoio KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA	
Apoio BRUNO GABRIEL MELLO MAVHADO	
Apoio ROMEY ERCKMAMN	

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

REGULAMENTA O ARTIGO 22 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 068/2015, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE DESTINADO AO CUSTEIO DO DESLOCAMENTO DO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PARA O TRABALHO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, COM FUNDAMENTO NO ART. 22, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 068, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 74, I, "C" C/C ART. 23, III, "A", AMBOS DA RESOLUÇÃO Nº 164, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. O disposto no art. 22, da Lei Complementar n.º 068 de 02 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a concessão de auxílio transporte destinado ao custeio do deslocamento do servidor da Câmara Municipal de São José para o trabalho, compreendendo o itinerário de sua residência até a Câmara, reger-se-á pelos termos desta Resolução.

Art. 2º. Todos os servidores da Câmara Municipal de São José, independente do cargo ou função que exerçam e do seu regime jurídico, terão direito à concessão de auxílio transporte, desde que atendam, cumulativamente, às seguintes exigências:

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

I – possuam domicílio localizado a mais de um quilômetro e meio de distância do seu local de trabalho;

II – possuam domicílio localizado nos municípios que tenham limite com o Município de São José, quais sejam: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara e Biguaçu, ou nos municípios cujas sedes estejam distanciadas a, no máximo, cinquenta quilômetros da sede do Município de São José.

Art. 3º. Para o exercício do direito de perceber o vale-transporte, os beneficiários deverão preencher formulário padronizado, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de São José, autorizando o desconto em folha de pagamento do valor da parcela paga pelo beneficiário, anexando comprovante de residência, tais como cópia do talão de água, luz, telefone, contrato de aluguel, etc., em seu nome ou declaração dos pais quando solteiro(a) ou da pessoa com a qual resida, acompanhado de uma das formas de comprovante de residência mencionada e declaração da chefia imediata indicando o percurso, o número de deslocamentos diários e a distância aproximada entre a residência do beneficiário e o seu local de serviço.

Art. 4º. Além da suspensão definitiva do benefício do auxílio transporte por apresentar declaração falsa ou pelo uso indevido, o beneficiário poderá responder a processo administrativo disciplinar, a pedido do Departamento de Recursos Humanos, se caracterizada a má fé.

Art. 5º. O auxílio transporte se constitui em benefício que a Câmara Municipal de São José concederá ao beneficiário para exclusivo uso em despesas de deslocamento do seu domicílio para o local trabalho e vice-versa.

§ 1º. Entende-se como deslocamento, a soma dos segmentos que compõem a viagem do beneficiário, por meio de um ou mais meios de transportes, entre seu domicílio e o local de trabalho.

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

§ 2º. Para o deslocamento com transbordo, terá direito à concessão do auxílio transporte os servidores cujo domicílio localizar-se a uma distância superior a um quilômetro e meio do local de transbordo, respeitados os critérios previstos no artigo 2º desta Resolução.

§ 3º. Entende-se como transbordo, a necessidade de deslocamento com a utilização de um ou mais meios de transporte no mesmo trajeto.

Art. 6º. É proibido, terminantemente, substituir o auxílio transporte por antecipação de dinheiro ou qualquer outra modalidade de pagamento.

Art. 7º. A concessão do auxílio transporte, no que se refere à contribuição da Câmara:

I – não é de natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário, para quaisquer efeitos;

II – não constitui base para cálculo da incidência da contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

III – não é considerado para efeito da Gratificação Natalina;

IV – não configura rendimento do beneficiário, para fins de remuneração mensal.

Art. 8º. O vale-transporte será aceito em todos os tipos de transporte coletivo, exceto nos serviços seletivos e especiais.

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Art. 9º. Para ter direito de receber o vale-transporte, o beneficiário cumprirá este regulamento, outorgando à Câmara autorização para desconto em folha para sua contribuição, bem como o compromisso de uso para fim exclusivo do deslocamento residência – local de trabalho e vice-versa.

I – caracteriza-se uso indevido qualquer outro emprego por beneficiário que não seja o descrito acima;

II – no ato de inscrição, o servidor deverá apresentar comprovante de residência e declaração da sua chefia imediata indicando o percurso e o número de deslocamentos diários;

III – é proibido, terminantemente, converter o benefício do vale-transporte em pecúnia, ou a comercialização do mesmo, sob qualquer forma ou espécie;

IV – o benefício do vale-transporte é de uso exclusivo do servidor, sendo vedada a sua utilização por terceiros;

V – a declaração falsa ou uso indevido do vale-transporte constituem falta grave, podendo ocasionar a suspensão definitiva do benefício do vale-transporte, ficando o beneficiário e chefia imediata, no caso de omissão ou declaração de má-fé, sujeitos a responder a processo administrativo disciplinar.

Art. 10. Em caso de alteração do percurso em virtude de mudança de endereço e número de deslocamentos, o beneficiário, com a anuência da sua chefia imediata, deverá comunicar o fato por escrito ao Departamento de Recursos Humanos, até o dia 14 (quatorze) do mês anterior ao da distribuição.

Art. 11. É proibida a acumulação do benefício do vale-transporte com outras vantagens de transporte já disponibilizadas ao beneficiário.

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Art. 12. O vale-transporte será custeado:

I – pelo beneficiário, na parcela equivalente a 6% (seis por cento) do seu vencimento, excluído quaisquer outros adicionais ou vantagens.

II – pela Câmara, no que exceder à parcela referida no inciso anterior;

Art. 13. A base de cálculo para determinar a parcela devida pelo beneficiário será correspondente ao nível de vencimento, mencionado no inciso I, do artigo 12 desta Resolução.

Art. 14. O benefício do vale-transporte será, obrigatoriamente suspenso:

I – temporariamente:

a) quando o beneficiário estiver em gozo de suas férias;

- b) em todos os casos de licenças e de afastamentos de serviço;
- c) quando o valor relativo à despesa da passagem for inferior a 6% (seis por cento) do valor do vencimento;
- d) por declaração falsa do beneficiário ou pelo uso indevido do vale-transporte.

II – definitivamente, quando ocorrer reincidência nos casos previstos na alínea “d”, do inciso I, deste artigo.

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Art. 15. Em caso de desistência do benefício do vale-transporte, o servidor deverá comunicar o fato ao Departamento de Recursos Humanos, por escrito, até o dia 14 (quatorze) de cada mês anterior ao da distribuição.

Parágrafo Único. A não observância do disposto nesse artigo, implicará na continuidade da concessão do benefício, com o respectivo desconto em folha.

Art. 16. A concessão do benefício obriga a Câmara a adquirir o vale-transporte na quantidade e tipo de serviço que melhor se adequar ao deslocamento do beneficiário.

Parágrafo Único. A aquisição será feita antecipadamente e limitada à quantidade estritamente necessária ao atendimento dos beneficiários inscritos até o dia 14 do mês anterior ao da distribuição.

Art. 17. A gestão do benefício caberá, exclusivamente, ao Departamento de Recursos Humanos da Diretoria de Administração, que deverá, mensalmente:

- I – elaborar o relatório para os empenhos e entregá-los no Departamento Financeiro até o dia 20 (vinte) de cada mês;
- II – efetuar a compra do vale-transporte até o 1º (primeiro) dia do mês de distribuição;
- III – organizar a distribuição do vale-transporte, que deverá ser feita até o 10º (décimo) dia do mês de uso.
- IV – elaborar relatório mensal, no qual deverão constar: total de custos, distribuição, desistência, cancelamento e inclusões por Diretorias.

RESOLUÇÃO Nº. 458, DE 12 DE ABRIL DE 2016

Art. 18. A Diretoria Financeira deverá, com vistas aos empenhos emitidos e encaminhados pelo órgão encarregado da gerência do vale-transporte, depositar nas respectivas contas bancárias das Empresas fornecedoras dos vales-transportes, os valores correspondentes à aquisição até o dia 25 (vinte e cinco) do mês anterior da distribuição.

Art. 19. Para cálculo do vale-transporte, serão adotadas as tarifas integrais, relativas ao deslocamento do beneficiário por um ou mais meios de transportes.

Art. 20. O recibo de compra dos vales-transportes deverão ser sequencialmente liberados, emitidos pela vendedora em duas vias, uma das quais ficará com a compradora, contendo:

- I – o período a que se refere;
- II – a quantidade de vale-transporte vendida;
- III – o nome, endereço e número de inscrição da Câmara no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CGC/MF.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 12 de abril de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA Presidente	NERI OSVALDO DO AMARAL Vice-Presidente
ADRIANO DE BRITO Primeiro Secretário	GERALDO SWIECH Segundo Secretário

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 067/2016/SF

DECRETO Nº. 067/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 100.840,00 (cem mil oitocentos e quarenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.078 CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS E QUADRAS DE AREIA

"463"4.4.90.51.00.00.1.0701 Obras e Instalações
..... R\$100.840,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do Convênio do Fundo Social, Fonte nº 1.0701, nº Proposta SIGEF nº 16.330 – Construção de Quadra de Areia, no valor de R\$ 100.840,00 (cem mil oitocentos e quarenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 068/2016/SF

DECRETO Nº. 068/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 59.472,61 (cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"464"4.4.90.51.00.00.1.0701 Obras e Instalações
..... R\$13.932,61

"465"4.4.90.52.00.00.1.0701 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$45.540,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do Convênio do Fundo Social, Fonte nº 1.0701, nº Proposta SIGEF nº 16.207 – academias ao ar livre, no valor de R\$ 59.472,61 (cinquenta e nove mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 069/2016/SF

DECRETO Nº. 069/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.490, de 12 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"74"3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$1.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

"75"3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$800,00

"76"3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos Programas de Saúde da Família – Estado e Farmácia Básica Estado e União, Fonte 1.0067 e 1.0038, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), das seguintes dotações:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

"3"3.1.90.11.00.00.1.0067 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal CivilR\$1.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

"30"3.3.90.32.00.00.1.0038 Material de Distribuição Gratuito

..... R\$800,00
 "31"3.3.90.32.00.00.1.0067 Material de Distribuição Grátis
 R\$800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 070/2016/SF

DECRETO Nº. 070/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.491, de 12 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 01/02/2015 - LOA, no valor de R\$932.883,06 (novecentos e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e três reais e seis centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

1.074 CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

"462"4.4.90.51.00.0.1.0701.0 Obras e Instalações

..... R\$932.883,06

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação provenientes do Convênio Nº2014TR001184, Processo SDR30 00000827/2014 ER 30000798142, e Primeiro Aditivo de Prazo Processo SDR30-00001811/2015 ER301737155, Fonte Nº0.1.0701, no valor de R\$932.883,06 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e seis centavos)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 071/2016/SF

DECRETO Nº. 071/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.491, de 12 de abril de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 01/02/2015 - LOA, no valor de R\$232.929,31 (duzentos e trinta e dois mil novecentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

1.074 CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

"410"4.4.90.51.00.0.1.0000.0 Obras e Instalações

..... R\$232.929,31

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos no valor R\$232.929,31 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos) pela anulação das seguintes dotações orçamentárias:

1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.013 CONTRIBUIÇÃO PARA O YPIRANGA F.C.

"48"3.3.50.41.00.0.1.0000.0 Contribuições

..... R\$50.000,00

2.014 CONTR. P/ENTID. CULT.ESP.ASSIST. E SOCIAIS

"49"3.3.50.41.00.0.1.0000.0 Contribuições

..... R\$110.000,00

02 GABINETE DO PREFEITO

02.02 ASSES. JURÍDICA, ADM. E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"12"3.3.90.39.00.0.1.0000.0 Outros Serv. 3º P. Jurídica

..... R\$72.929,31

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
 ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 072/2016/SF

DECRETO Nº. 072/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"61"3.3.90.30.00.00.1.0066 Material de consumo

..... R\$7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) de Recursos do Fundo Municipal de Saúde, Fonte 1.0066, das verbas a

seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.
02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA
2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
"64"4.4.90.52.00.00.1.0066 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de abril de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.779/2016

DECRETO Nº 5.779, DE 07 DE ABRIL DE 2016

"DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Desmembramento e a Incorporação do Lote Urbano nº. 1, da quadra nº 12, com área de 800,00 m², da Matricula nº. 226, sem benfeitorias ao Lote Urbano nº 4, da quadra nº 12, com área de 800,00 m², da Matricula nº 10.921, sem benfeitorias, ambos registrados no Registro de Imóveis de São José do Cedro - SC, sendo os mesmos situados no Distrito de Mariflor, no município de São José do Cedro – SC, de propriedade de IVALINA MARIA BRAGAGNOLO, CPF nº 657.746.639-49, conforme características a seguir:

Confrontações atuais:

- Confrontações do Lote Urbano nº. 1, da quadra nº 12, com área de 800,00 m², de propriedade de IVALINA MARIA BRAGAGNOLO:
NORTE: com a Rua Maurício Cardoso, medindo 40,00 metros;
OESTE: com a Avenida São Paulo, medindo 20,00 metros;
SUL: com o Lote Urbano nº 4, medindo 40,00 metros;
LESTE: com o Lote Urbano nº 2, medindo 20,00 metros;

- Confrontações do Lote Urbano nº. 4, da quadra nº 12, com área de 800,00 m², de propriedade de IVALINA MARIA BRAGAGNOLO:
NORTE: com o Lote Urbano nº 1, medindo 40,00 metros;
OESTE: com a Avenida São Paulo, medindo 20,00 metros;
SUL: com o Lote Urbano nº 5, medindo 40,00 metros;
LESTE: com o Lote Urbano nº 2, medindo 20,00 metros;

Confrontações após desmembramento e incorporação:

- Parte do Lote Urbano nº 1 - A, da quadra nº 12, com área de 400,00 m² e Parte do Lote Urbano nº 4 - A, da quadra nº 12, com área de 400,00 m², perfazendo um total de 800,00 m², sem construções, situado na esquina da Avenida São Paulo com a Rua

Maurício Cardoso, no Distrito de Mariflor, município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, confrontando em conjunto:
NORTE: com a Rua Maurício Cardoso, medindo 20,00 metros a partir da esquina com a Av. São Paulo;
LESTE: com parte dos mesmos Lotes Urbanos nº 1 e nº 4, medindo 40,00 metros;
SUL: com o Lote Urbano nº 5, medindo 20,00 metros;
OESTE: com a Avenida São Paulo, medindo 40,00 metros;

- Parte do Lote Urbano nº 1 - B, da quadra nº 12, com área de 400,00 m² e Parte do Lote Urbano nº 4 - B, da quadra nº 12, com área de 400,00 m², perfazendo um total de 800,00 m², sem construções, situado na Rua Maurício Cardoso, a uma distância de 20,00 metros da esquina com a Avenida São Paulo, no Distrito de Mariflor, município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, confrontando em conjunto:
NORTE: com a Rua Maurício Cardoso, medindo 20,00 metros, distante 20,00 metros da esquina com a Avenida São Paulo;
LESTE: com o Lote Urbano nº 2, medindo 40,00 metros;
SUL: com o Lote Urbano nº 5, medindo 20,00 metros;
OESTE: com Parte dos mesmos Lotes Urbanos nº 4 e nº 1, medindo 40,00 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 07 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.780/2016

DECRETO Nº 5.780, DE 08 DE ABRIL DE 2016

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal JUCELI SOLDÁ FRANCO, ocupante do cargo de Assistente Social, Matrícula nº 2393, Grupo ANS, Nível 08, a partir de 01 de abril de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/04/2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.781/2016

DECRETO Nº 5.781, DE 11 DE ABRIL DE 2016.

"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, ORIVAN PROVENSI, para exercer o cargo de MOTORISTA, carga horária de 176 horas mensais, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificado em 2º lugar, média final 8,50, a partir de 11 de abril de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.782/2016

DECRETO Nº 5.782, DE 13 DE ABRIL DE 2016

"ALTERA DECRETO Nº 5.624, DE 21 DE JULHO DE 2015, QUE CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVERIGUAÇÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto nº 5.624, de 21 de julho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial integrada pelos Senhores LUIZ CARLOS BATTAGLIN, Fiscal de Obras, Matrícula nº 1347, MARLIZETE APARECIDA RAUBER, Diretora de Departamento de Habitação, Matrícula nº 3015 e ELISANDRA SIMONE SANTIN CANTON, Fiscal de Obras, Matrícula nº 2714, para proceder à análise de cumprimento dos encargos propostos quando das doações

de terrenos nos Loteamentos São Domingos I e II, efetuadas pelo Município, nos termos da Lei Municipal nº 3.279/2006 e respectivos contratos de doação.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias, após o protocolo do pedido junto ao Setor de Protocolo do Município, para apresentar a declaração/certidão.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.783/2016

DECRETO Nº 5.783, DE 14 DE ABRIL DE 2016

"DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Desmembramento do LOTE URBANO Nº 02, da Quadra nº 23, do Loteamento Alta Colina, com área de 672,00 m² (Seiscentos e setenta e dois metros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.575, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, de propriedade de ALÉCIO ROQUE KUHN CPF 477.111.839-68 e NEUSA DUCATTI KUHN, CPF nº 715.668.649-68, conforme características a seguir:

CONFRONTAÇÕES ATUAIS:

LOTE URBANO Nº 02, da Quadra nº 23, do Loteamento Alta Colina, com área de 672,00 m² (Seiscentos e setenta e dois metros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.575, de propriedade de Alécio José Kuhn. O lote urbano nº 02, da Quadra nº 23, distancia de 26,83 metros da esquina formada pela Rua Castro Alves com a Rua Darico Mortari, no sentido da Rua Darico Mortari, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com o lote urbano nº 01, da Quadra nº 23, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,00 metros;
- Sudeste: Com o lote urbano nº 03, da Quadra nº 23, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,00 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 07, da Quadra nº 23, do Loteamento Alta Colina, medindo 24,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Darico Mortari, medindo 24,00 metros;

CONFRONTAÇÕES APÓS DESMEMBRAMENTO ;

PARTE DO LOTE URBANO Nº 02-A(dois A), da quadra nº 23(vinte e três), com área de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Darico Mortari, a uma distância de 26,83 metros da Rua Castro Alves, do Loteamento Alta

Colina, na cidade de São José do Cedro – SC, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com o lote urbano nº 01, medindo 28,00 metros;
- Sudeste: Com parte lote urbano nº 02-B, medindo 28,00 metros;
- Nordeste: Com parte do lote urbano nº 07(Área Institucional), medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Darico Mortari, medindo 12,00 metros;

PARTE DO LOTE URBANO Nº 02-B(dois B), da quadra nº 23(vinte e três), com área de 336,00 m² (trezentos e trinta e seis metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Darico Mortari, a uma distância de 38,83 metros da Rua Castro Alves, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro – SC, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com parte do lote urbano nº 02-A, da Quadra nº 23, medindo 28,00 metros;
- Sudeste: Com o lote urbano nº 03, medindo 28,00 metros;
- Nordeste: Com parte do lote urbano nº 07(Área Institucional), medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Darico Mortari, medindo 12,00 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 14 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.784/2016

DECRETO Nº 5.784, DE 14 DE ABRIL DE 2016

“DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Desmembramento do LOTE URBANO Nº 03, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, com área de 724,89 m² (setecentos e vinte e quatro metros e oitenta e nove decímetros quadrados), inscrito sob matrícula nº 12.332, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, de propriedade de AVELINO SARTORI CPF 165.589.609-15 e IVANIR ANSOLIN SARTORI, CPF nº 004.481.569-70, conforme características a seguir:

CONFRONTAÇÕES ATUAIS:

LOTE URBANO Nº 03, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, com área de 724,89 m² (setecentos e vinte e quatro metros e oitenta e nove decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Betanzos, à uma distância de 51,52 metros da esquina formada pela Rua Odilo Antônio Link com a Rua Betanzos, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, inscrito sob matrícula nº 12.332, de propriedade de Avelino Sartori, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com o lote urbano nº 04, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,01 metros;
- Sudeste: Com o lote urbano nº 02, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,01 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 04, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 25,88 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Betanzos, medindo 25,88 metros;

CONFRONTAÇÕES APÓS DESMEMBRAMENTO ;

PARTE DO LOTE URBANO Nº 03-A, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, com área de 388,77 m² (trezentos e oitenta e oito metros e setenta e sete decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Betanzos, à uma distância de 63,52 metros da esquina formada pela Rua Odilo Antônio Link com a Rua Betanzos, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com o lote urbano nº 04, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,01 metros;
- Sudeste: Com parte do lote urbano nº 03-B, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,01 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 04, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 13,88 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Betanzos, medindo 13,88 metros;

PARTE DO LOTE URBANO Nº 03-B, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, com área de 336,12 m² (trezentos e trinta e seis metros e doze decímetros quadrados), sem acessões, situado na Rua Betanzos, à uma distância de 51,52 metros da esquina formada pela Rua Odilo Antônio Link com a Rua Betanzos, do Loteamento Alta Colina, na cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações e medidas:

- Noroeste: Com parte do lote urbano nº 03-A, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,01 metros;
- Sudeste: Com o lote urbano nº 02, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 28,01 metros;
- Nordeste: Com o lote urbano nº 04, da Quadra nº 07, do Loteamento Alta Colina, medindo 12,00 metros;
- Sudoeste: Com a Rua Betanzos, medindo 12,00 metros;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 14 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5785/2016

DECRETO Nº 5.785, DE 14 DE ABRIL DE 2016

"CONVOCA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ PROVIDÊNCIAS".

O Poder Executivo, o Poder Legislativo, Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL e o Representante da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro, da cidade de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a resolução normativa nº. 14, de 06 de junho de 2012 do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 2ª Conferência Municipal da Cidade de São José do Cedro, a ser realizada no dia 17 de maio de 2016, sob a coordenação da Prefeitura Municipal de São José do Cedro.

Art. 2º. A 2ª Conferência Municipal da Cidade de São José do Cedro (SC) terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade: Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas" e construirá propostas para subsidiar as discussões da 6ª Conferência Estadual das Cidades e da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 3º. - A Conferência Municipal da Cidade de São José do Cedro será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Art. 4º. - A Comissão Preparatória, composta por representação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da Conferência Municipal da Cidade de São José do Cedro, observando o disposto no Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades e no Regimento da etapa estadual.

Art. 5º. - Caberá à Conferência Municipal da Cidade de São José do Cedro elaborar relatório final, a partir da sistematização das propostas aprovadas e encaminhar à Comissão Preparatória Estadual e eleger os delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 6º. - Este Decreto entrará, em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 14 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA. Prefeito Municipal.	CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO Presidente Da Câmara Municipal de Vereadores
RUI NIEDERMAIER Representante do CDL	ROMEO HÉLIO HOLDERBAUM Representante da Associação Beneficente Hospitalar de Cedro

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5786/2016

DECRETO Nº 5.786, DE 15 DE ABRIL DE 2016

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal FERNANDO HENRIQUE SILVA, ocupante do cargo de Veterinário, Matrícula nº 2.611, Grupo ANS, Nível 04, a partir de abril de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº50/2016
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 50/2016, Edital de Pregão Nº 50/2016, para REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGENS E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E TRATORES DO MUNICÍPIO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 02/05/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 02/05/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.490/2016

LEI Nº 4.490, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

“74”3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$1.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

“75”3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$800,00

“76”3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$800,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos da anulação dos Recursos Programas de Saúde da Família – Estado e Farmácia Básica Estado e União, Fonte 1.0067 e 1.0038, no valor de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), das seguintes dotações:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.054 PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF

“3”3.1.90.11.00.00.1.0067 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal CivilR\$1.000,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

“30”3.3.90.32.00.00.1.0038 Material de Distribuição Grátis R\$800,00

“31”3.3.90.32.00.00.1.0067 Material de Distribuição Grátis R\$800,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CÉSAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.491/2016

LEI Nº 4.491, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO DE 2016, AUTORIZA A REEMPENHAR DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 01/02/2015 - LOA, no valor de R\$1.165.812,37 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e doze reais e trinta e sete centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

1.074 CONSTRUIR NOVO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS.

“462”4.4.90.51.00.0.1.0701.0 Obras e Instalações R\$932.883,06

“410”4.4.90.51.00.0.1.0000.0 Obras e Instalações R\$232.929,31

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos do provável excesso de arrecadação provenientes do Convênio Nº2014TR001184, Processo SDR30 00000827/2014 ER 30000798142, e Primeiro Aditivo de Prazo Processo SDR30-00001811/2015 ER301737155, Fonte Nº0.1.0701, no valor de R\$932.883,06 (novecentos e trinta e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e seis centavos), e R\$232.929,31 (duzentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos) pela anulação das seguintes dotações orçamentárias:

1 MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.013 CONTRIBUIÇÃO PARA O YPIRANGA F.C.

“48”3.3.50.41.00.0.1.0000.0 Contribuições R\$50.000,00

2.014 CONTR. P/ENTID. CULT.ESP.ASSIST. E SOCIAIS

“49”3.3.50.41.00.0.1.0000.0 Contribuições R\$110.000,00

02 GABINETE DO PREFEITO

02.02 ASSES. JURÍDICA, ADM. E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

“12”3.3.90.39.00.0.1.0000.0 Outros Serv. 3º P. Jurídica R\$72.929,31

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar no orçamento de 2016 o valor de R\$1.165.812,37 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e doze reais e trinta e sete centavos) referente aos seguintes empenhos de 2015 da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTE-RIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTE	DATA	DOT
Pagnussatti Engenharia e Incorporação Ltda	5194/15	Construção do Centro de Conv. Idosos	232.929,31	0.1.0000	27/10/2015	410

Pagnussatti Engenharia e Incorporação Ltda	5195/15	Construção do Centro de Conv. Idosos	932.883,06	0.1.0701	27/10/2015	462
--	---------	--------------------------------------	------------	----------	------------	-----

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de abril de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CÉSAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.375, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5.375, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 301,46 (trezentos e um reais e quarenta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.050 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0062	178	Aplicações Diretas	R\$ 301,46

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art.43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.376, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº 5.376, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.1225.4503.2.008 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000	177	Aplicações Diretas	R\$ 280.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de abril de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO 15/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2016.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM ENGENHARIA.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua São Luiz, 210, Centro inscrito no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, neste ato representado pelo Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Luiz, neste Município, inscrito no CPF N.º 469.398.579-15, RG N.º. 5.041.812, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e RUBENS ANTENOR PIZZATTO, residente e domiciliado na Rua Florianópolis, nº182E, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 393.935.260-87, RG 13R1417476 SSI-SC registro nacional CREA/SC 034973-2, doravante denominada de CONTRATADA, ajustam pelas seguintes cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de serviços profissionais em engenharia para período de quatro meses ou até a realização de concurso publico:

Item	Qut	Un.	Descrição	R\$ Unt.	R\$ Total
01	04	Meses	Serviço profissional de 01 ((um)a) Arquiteto(a) ou Engenheiro Civil ou Urbanista, para desempenhar as atribuições do cargo junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de São Miguel da Boa Vista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo: elaboração de projetos habitacionais, urbanísticos, paisagísticos, outros trabalhos de competência dentro da área e acompanhamento técnico de obras em execução da administração municipal. Atualizações do sistema e-sfinge obras; análise e aprovação de projetos residências e comerciais do Município de São Miguel da Boa Vista.	1.951,03	7.804,12

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Pela execução do objeto a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 1.951,03 (um mil novecentos e cinquenta e um reais com zero três centavos) e pelo valor total R\$ 7.804,12 (sete mil oitocentos e quatro reais com doze centavos), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir do ato de sua assinatura até dia 06 de agosto de 2016.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos itens descritos no objeto deste contrato será efetuado, por meio de depósito bancário, até o dia 12 do mês subsequente a prestação dos serviços, emissão de nota fiscal e apresentação de relatório das atividades desenvolvidas no mês anterior.

CLAÚSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os serviços mencionados neste contrato serão processados no setor contábil do Município, conforme legislação em vigor e correrão por conta da Modalidade de de:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.004 - manutenção das atividades da Administração Geral.	339000000	Aplicação direta.

CLÁUSULA SÉXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se:

- I – Prestar os serviços do item objeto do contrato, cumprindo integralmente a carga horaria e todas a atribuições mencionadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Miguel da Boa Vista;
- II – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;
- III – Fornecer ao Município, sempre que solicitado, informação ou esclarecimento sobre os andamentos dos serviços;
- IV – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, dentre outros, derivados desta contratação;
- V – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros;
- VI – É da CONTRATADA a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, em qualquer esfera;
- VII – Apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, relatório das atividades desenvolvidas no mês anterior;
- IX – Cumprir o horário de expediente, sendo facultado ao Município descontar, no pagamento, a carga horaria não executada.

CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I – Transmitir por escrito, determinações sobre possíveis modificações;
- II – Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;
- III – Fiscalizar e controlar o horário de trabalho e a execução do objeto contratado, através do Secretario Municipal de Administração e

Fazenda de São Miguel da Boa Vista aqui nominado fiscal do contrato;

IV – Cumprir as condições de pagamento.

V – Aplicar as sanções cabíveis e prevista neste termo contratual, por intermédio da fiscalização do contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou a qualquer momento, por conveniência administrativa.

A comunicação da vontade de rescindir, para a contratada, deverá ser comunicada com antecedência de no mínimo 30 dias, por documento devidamente assinado.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei 8666/93, consolidada, por culpa da CONTRATADA, fica estabelecido à multa de 30% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices iniciais.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa dos demais.

E, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, assinam o presente na presença de duas testemunhas.

São Miguel da Boa Vista – SC, 06 de abril de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	RUBENS ANTENOR PIZZATTO CPF: 393.935.260-87

GILBERTO JOSE MIORANDO

Assessoria Jurídica

Secretaria Municipal de Administração

Responsável pelo setor

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI

CPF: 067.561.069-96

MARCELO JONEZ MÜLLER

CPF: 033.100.669-32

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 15/2016.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL EM ENGENHARIA.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.610/2016 -FICA AUTORIZADO O CORTE DE 04 (QUATRO) ÁRVORES, SENDO TRÊS ÁRVORES DA ESPÉCIE LEGUSTRO E UMA DA ESPÉCIE MANGUEIRA, LOCALIZADAS NA ESQUINA DAS RUAS LA SALLE E SANTOS DUMONT, 865, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

DECRETO Nº 8.610/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 04 (quatro) árvores, sendo TRÊS árvores da espécie Legustro e UMA da espécie Mangueira, localizadas na esquina das ruas La Salle e Santos Dumont, 865, Centro, devido ao fato de estarem causando transtorno para a readequação do novo passeio público, pelo desenvolvimento exagerado das raízes, por ter sido observado deteriorações na base das árvores, em diferentes graus nos Legustros, as quais poderão causar riscos futuros de queda.

Art. 2º Como medida compensatória, estas árvores poderão ser substituídas, e no local deverão ser plantados 04 (quatro) exemplares, sem ônus a municipalidade, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima da muda de 1 (hum) metro, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Ingás, Pitangas, Pata – de – Vaca Ornamental ou outras árvores nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 12 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.611/2016- REVOGA DECRETO 8.608/2016- FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE DA ESPÉCIE CANELA-DOCE, LOCALIZADAS NA RUA SANTO MOLIN, Nº 2320, CENTRO, SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

DECRETO Nº 8.611/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore da espécie Canela-Doce, localizadas na Rua Santo Molin, nº 2320, Centro, devido a Instrução Normativa nº8 de 24 de agosto de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, Artigo 2º, diz que a árvores nativas plantadas poderão ser suprimidas sem projetos técnico, desde que não sejam transplantadas, nem ultrapassem 20 unidades ou 15 metros cúbicos, definiu-se que a árvore poderá ser substituída, em função de estar comprometida pela deterioração da planta. Quanta à outra árvore, entendemos que a poda e a retirada das raízes superficiais são necessárias, ao passo que a supressão desta planta não encontra embasamento para tal.

Art. 2º Como medida compensatória, deverá ser realizado o plantio de uma árvores de espécie nativa, não podendo ser arbusto, com altura mínima de 0,6 m, sendo sugeridas as espécies de Quaresmeira, Canelas, outras árvores nativas de menor porte, em função da rede de energia elétrica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial decreto nº 8.608/2016, de 12 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em 13 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

LEI Nº 7.266/2016 -AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS ENTIDADES ESPORTIVAS COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.266/2016

AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS ÀS ENTIDADES ESPORTIVAS COM SEDE E FORO NESTE MUNICÍPIO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, durante o ano de 2016, diluído em meses, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Erário Público Municipal, recursos financeiros às Entidades Esportivas com sede neste Ente Federado, destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias, objetivando desenvolver, em todos os níveis, o esporte no Município, cujo valor máximo anual não poderá ultrapassar o disposto no artigo seguinte.

Art. 2º As Entidades beneficiadas com o advento desta Lei são:

ENTIDADE	CNPJ	VALOR EM R\$ DE
1. Associação de Desportes e Centro de Treinamento Bugre do Oeste	09.408.744/0001-14	25.000,00
2. Associação de Pais e amigos Gol de Bico	10.737.380/0001-03	69.000,00
3. Associação Migueloestina Amigos do Handebol	19.491.160/0001-09	20.000,00
4. Associação São Miguel de Esportes	80.640.527/0001-10	40.000,00
5. Associação Desportiva e Recreativa Toldo	05.231.989/0001-68	45.000,00
6. Associação de Basquete de São Miguel d' Oeste-ABASMO	02.257.042/0001-38	85.000,00
7. Associação dos Tenistas Cristiano Cavaleiro - ATCC	11.393.566/0001-47	30.000,00
8. ATMEX Associação de Tênis de Mesa do Extremo Oeste Catarinense	10.287.327/0001-40	32.000,00
9. Associação dos Amigos da JONIGOOL – AAMJO GOOL	05.981.553/0001-96	20.000,00
TOTAL GERAL		366.000,00

Art. 3º É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 4º A Entidade beneficiada terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder a boa e regular aplicação e comprovação dos mesmos, junto a Contadoria Geral do Município.

Parágrafo Único. O repasse fica condicionado à prestação de contas bimestral das aplicações dos recursos.

Art. 5º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do erário Público Municipal.

Art. 6º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão recolhidas e atualizadas monetariamente em última instância, a favor dos cofres da Municipalidade.

Art. 7º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário Público Municipal.

Art. 8º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 9º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada, em uma via e nos prazos previstos nesta lei, instruída com os seguintes documentos:

I- Ofício encaminhando a prestação de contas;

II- Balancete modelo conforme padrão;

III- Extrato bancário de conta Especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV- Cópias dos documentos suportes de despesas, legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas;

V- Declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na receita da Entidade; e,

VI – Demais documentos indispensáveis a complementação processual de prestação de contas em conformidade com o disposto na norma vigente.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelo Ordenador Primário e Secundário.

Art. 10. Fica alterada a Lei nº. 7.229, de 15 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária destinada ao cumprimento dos determinantes desta Lei.

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil reais), para execução no presente ano financeiro, em conformidade com o disposto a seguir:

22 – FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 – FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
27.812.0031.2.2.298– Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diversas R\$ 366.000,00

Art. 12. Para o atendimento do crédito autorizado nesta Lei fica igualmente autorizado o Chefe do Executivo a promover a redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria em execução.

22 – FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
01 – FUNDAÇÃO MUN. DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
27.812.0224.2.1.055 – Construção e equipamento de Ginásios de Esportes

1 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diversas R\$ 150.000,00

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0021.2.005 – Adm. Geral dos bens e serv. do Gabinete do Prefeito

2 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diversas R\$ 216.000,00

TOTAL R\$ 366.000,00

Art. 13. Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 366.000,00

(trezentos e sessenta e seis mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária destinada ao cumprimento dos determinantes deste ato.

Art. 14. Fica alterada a Lei nº. 7.231, de 15 de dezembro de 2015-LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil reais), objetivando instituir dotação orçamentária destinada ao cumprimento dos determinantes desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 14 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.268/2016 -APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE VALMOR ANTONIO MONTAGNA E JOÃO BATISTA GIUSTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.267/2016

APROVA O PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREAS DE TERRAS SITUADAS NO PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, DE PROPRIEDADE DE VALMOR ANTONIO MONTAGNA E JOÃO BATISTA GIUSTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto da subdivisão da Gleba nº 10-A, com área de 20.109,41m², de propriedade de VALMOR ANTONIO MONTAGNA e JOÃO BATISTA GIUSTI, matriculado no Registro de Imóveis sob o n. 43.820, confrontando-se: Ao Norte, em 48,47 metros, com parte do Lote Rural nº 10; Ao Leste, em 242,44 metros, com a área verde, área institucional, Lotes Urbanos nºs 1, 14, 16, 17 e com a Rua Projetada "F" do Loteamento Araucária; Ao Sul, em 105,43 metros, com parte do Lote Rural nº 09, de Lurdes Vicenzi, com a Rua Eduardo João Agostini, com o Lote Urbano nº 21 e com parte do Lote Urbano nº 13 do Loteamento Lurdes Agostini Ecker; Ao Oeste, em 11,16 metros, com parte do Lote Rural nº 10; Novamente Ao Oeste, em curva de 100,96 metros, com parte do Lote Rural nº 10; Novamente ao Oeste, em 72,45 metros, com parte do Lote Rural nº 10; Ao Noroeste e Ao Oeste, em curva de 131,76 metros, com parte do Lote Rural nº 10, ficando subdividido o referido imóvel na forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, passa a vigorar com o seguinte fracionamento e distribuição de áreas:

I – 20.109,41m², referente a área total do empreendimento;
II – 12.721,29m², referente a área de lotes;
III - 3.584,78m², referente a área de vias públicas;
IV – 104,87 m², destinados a servidão de drenagem;
V – 2.192,54m², destinados a área de uso institucional;
VI - 1.505,93m², referente a área verde.

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a se denominar de "LOTEAMENTO MASCARELLO".

Art. 4º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I- Lote Urbano nº 01, do Loteamento Mascarello, com área de 920,36m², confrontando: Ao Norte: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural n.º 10, medindo 46,69m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 24,64m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 02, medindo 45,00m; Ao Oeste: com parte do Lote Rural nº 10, medindo 23,49m;

II - Lote Urbano nº 02 do Loteamento Mascarello, com área de 540,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 01, por linha seca de 45,00 m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 03, por linha seca de 45,00m; Ao Oeste: com parte do lote rural n.º 10, por linha seca de 12,00m;

III - Lote Urbano nº 03 do Loteamento Mascarello, com área de 540,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 02, por linha seca de 45,00 m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 04, por linha seca de 45,00m; Ao Oeste: com parte do lote rural n.º 10, por linha seca de 12,00m;

IV - Lote Urbano nº 04 do Loteamento Mascarello, com área de 540,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 03, por linha seca de 45,00 m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 05, por linha seca de 45,00m; Ao Oeste: com parte do lote rural n.º 10, por linha seca de 12,00m;

V - Lote Urbano nº 05 do Loteamento Mascarello, com área de 540,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 04, por linha seca de 45,00 m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 06, por linha seca de 45,00m; Ao Oeste: com parte do lote rural n.º 10, por linha seca de 12,00m;

VI - Lote Urbano nº 06 do Loteamento Mascarello, com área de 457,06m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 05, por linha seca de 45,00 m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 07, por linha seca de 31,56m; Ao Sudoeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 5,18; 8,61 e 3,71 metros; Ao Oeste: com parte do lote rural n.º 10, por linha seca de 0,96m;

VII - Lote Urbano nº 07 do Loteamento Mascarello, com área de 325,65m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 06, por linha seca de 31,56m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 08, por linha seca de 23,66m; Ao Sudoeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 2,64; 7,96 e 3,85 metros;

VIII - Lote Urbano nº 08 do Loteamento Mascarello, com área de 308,17m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano n.º 07, por linha seca de 23,66m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 14,55m; Ao Sul:

com o Lote Urbano nº 09, por linha seca de 19,56m; Ao Oeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 3,81; 7,70 e 3,68 metros;

IX - Lote Urbano nº 09 do Loteamento Mascarello, com área de 304,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano nº 08, por linha seca de 19,56m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 15,51m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 10, por linha seca de 20,07m; Ao Oeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 4,24; 7,54 e 3,84 metros;

X - Lote Urbano nº 10 do Loteamento Mascarello, com área de 316,00m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Urbano nº 09, por linha seca de 20,07m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 14,30m; Ao Sul: com a servidão de drenagem, medindo 25,15m; Ao Oeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 4,59; 6,31 e 4,38 metros;

XI - Lote Urbano nº 11 do Loteamento Mascarello, com área de 388,77m², confrontando-se: Ao Norte: com a servidão de drenagem, medindo 27,29m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 12, medindo 38,42m; Ao Noroeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 8,06 e 8,36 metros;

XII - Lote Urbano nº 12 do Loteamento Mascarello, com área de 486,11m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 11, medindo 38,42m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com os Lotes Urbanos nº 13 e 21 do Loteamento Lourdes Ecker Agostini, medindo 40,00m; Ao Oeste: com parte do Lote Rural nº 10, medindo 11,16 metros; Novamente Ao Oeste: em curva com a área de APP de parte do Lote Rural nº 10, medindo 1,96 metros;

XIII - Lote Urbano nº 13 do Loteamento Mascarello, com área de 321,06m², confrontando-se: Ao Norte: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 7,88m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 14, por linha seca de 25,29m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 09, de Lurdes Vicenzi, medindo 12,88m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 20,39 metros; Ao Noroeste: em curva (raio 5,00 m), esquina do prolongamento da Rua Eduardo João Agostini com o prolongamento da rua projetada "E", medindo 7,85m;

XIV - Lote Urbano nº 14 do Loteamento Mascarello, com área de 324,40m², confrontando-se: Ao Norte: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 12,85m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 15, medindo 25,20m; Ao Sul: com parte do Lote Rural nº 09, de Lurdes Vicenzi, medindo 12,85m; Ao Oeste: com parte do Lote Urbano nº 13, medindo 25,29 metros;

XV - Lote Urbano nº 15 do Loteamento Mascarello, com área de 323,18m², confrontando-se: Ao Norte: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 12,85m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 16, medindo 25,10m; Ao Sul: com parte do Lote Rural nº 09, de Lurdes Vicenzi, medindo 12,85m; Ao Oeste: com parte do Lote Urbano nº 14, medindo 25,20 metros;

XVI - Lote Urbano nº 16 do Loteamento Mascarello, com área de 321,89m², confrontando-se: Ao Norte: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 12,85m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 01 do Loteamento Araucária, medindo 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote Rural nº 09, de Lurdes Vicenzi, medindo 12,85m; Ao Oeste: com parte do Lote Urbano nº 15, medindo 25,10 metros;

XVII - Lote Urbano nº 17 do Loteamento Mascarello, com área de

315,89m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 23, medindo 12,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "F", medindo 20,00m; Ao Sudeste: em curva (raio 5,00m) com a esquina da Rua Projetada "F" e a Rua Projetada "E", medindo 7,85m; Ao Sul: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 7,85m; Ao Oeste: com o Lote Urbano nº 18, medindo 25,00 metros;

XVIII - Lote Urbano nº 18 do Loteamento Mascarello, com área de 321,25m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 23, medindo 12,85m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 17, medindo 25,00m; Ao Sul: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 12,85m; Ao Oeste: com o Lote Urbano nº 19, medindo 25,00 metros;

XIX - Lote Urbano nº 19 do Loteamento Mascarello, com área de 321,25m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 21, medindo 12,85m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 18, medindo 25,00m; Ao Sul: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 12,85m; Ao Oeste: com o Lote Urbano nº 20, medindo 25,00 metros;

XX - Lote Urbano nº 20 do Loteamento Mascarello, com área de 316,63m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 21, medindo 12,88m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 19, medindo 25,00m; Ao Sul: com o prolongamento da Rua Projetada "E", medindo 7,88m; Ao Sudoeste: em curva (raio 5,00m) com a esquina do prolongamento da Rua Projetada "E" com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 7,85m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 20,00 metros;

XXI - Lote Urbano nº 21 do Loteamento Mascarello, com área de 334,49m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 22, medindo 25,73m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 23, medindo 13,00m; Ao Sul: com os Lotes Urbanos nºs 19 e 20, medindo 25,73m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 13,00 metros;

XXII - Lote Urbano nº 22 do Loteamento Mascarello, com área de 334,49m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 26, medindo 25,73m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 24, medindo 13,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 21, medindo 25,73m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 13,00 metros;

XXIII - Lote Urbano nº 23 do Loteamento Mascarello, com área de 334,10m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 24, medindo 25,70m; Ao Leste: com a Rua Projetada "F", medindo 13,00m; Ao Sul: com os Lotes Urbanos nºs 17 e 18, medindo 25,70m; Ao Oeste: com o Lote Urbano nº 21, medindo 13,00 metros;

XXIV - Lote Urbano nº 24 do Loteamento Mascarello, com área de 334,10m², confrontando-se: Ao Norte: com os Lotes Urbanos nºs 25 e 26, medindo 25,70m; Ao Leste: com a Rua Projetada "F", medindo 13,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 23, medindo 25,70m; Ao Oeste: com o Lote Urbano nº 22, medindo 13,00 metros;

XXV - Lote Urbano nº 25 do Loteamento Mascarello, com área de 561,00m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 29, medindo 15,00m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 14 do Loteamento Araucária e com a Rua Projetada "F", medindo 37,40m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 24, medindo 15,00m; Ao Oeste: com os Lotes Urbanos nºs 26, 27 e 28, medindo 37,40 metros;

XXVI - Lote Urbano nº 26 do Loteamento Mascarello, com área de 453,92m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 27, medindo 36,43m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 25, medindo 12,46m; Ao Sul: com os Lotes Urbanos nºs 22 e 24, medindo 36,43m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João

Agostini, medindo 12,46 metros;

XXVII - Lote Urbano nº 27 do Loteamento Mascarello, com área de 453,92m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 28, medindo 36,43m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 25, medindo 12,46m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 26, medindo 36,43m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 12,46 metros;

XXVIII - Lote Urbano nº 28 do Loteamento Mascarello, com área de 454,65m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 29, medindo 36,43m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 25, medindo 12,48m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 27, medindo 36,43m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 12,48 metros;

XXIX - Lote Urbano nº 29 do Loteamento Mascarello, com área de 617,16m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 30, medindo 51,53m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 16 do Loteamento Araucária, medindo 12,00m; Ao Sul: com os Lotes Urbanos nºs 25 e 28, medindo 51,43m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 12,00 metros;

XXX - Lote Urbano nº 30 do Loteamento Mascarello, com área de 611,79m², confrontando-se: Ao Norte: com a caixa de retorno do prolongamento da Rua Eduardo João Agostini e com o Lote Urbano nº 31, reservado para área institucional do loteamento, medindo 46,43m; Ao Leste: com o Lote Urbano nº 17 do Loteamento Araucária, medindo 12,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 29, medindo 51,43m; Ao Oeste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 7,00 metros; Ao Noroeste: em curva (raio 5,00 m) com a esquina do prolongamento da Rua Eduardo João Agostini e sua caixa de retorno, medindo 7,85m;

XXXI - Lote Urbano nº 31, reservado para área institucional do Loteamento Mascarello, com área de 2.192,54m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano nº 32, reservado para área verde do Loteamento, medindo 39,52m; Ao Leste: com a área institucional do Loteamento Araucária, medindo 54,50m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 30, medindo 37,43m; Ao Oeste: com a caixa de retorno do prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 25,00 m; Ao Sudoeste: em curva (raio 5,00 m) com a esquina da caixa de retorno do prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 7,85m; Ao Sul: com a caixa de retorno do prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 7,55m; Ao Oeste: em curva, com a área de APP de parte do Lote Rural n.º 10, medindo 27,14 m;

XXXII - Lote Urbano nº 32, reservado para área verde do Loteamento Mascarello, com área de 1.505,93m², confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote Rural nº 10 de Santana Vitória Manto, medindo 48,47m; Ao Leste: com a área verde do Loteamento Araucária, medindo 36,53m; Ao Sul: com o Lote Urbano nº 31, reservado para área institucional do Loteamento, medindo 39,52m; Ao Oeste: em curva, com a área de APP de parte do Lote Rural n.º 10, medindo 38,10m;

XXXIII - Servidão de drenagem, com área de 104,87m², confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Urbano n.º 10, medindo 25,15m; Ao Leste: com o prolongamento da Rua Eduardo João Agostini, medindo 4,00m; Ao Sul: com o Lote Urbano n.º 11, medindo 27,29m; Ao Oeste: em curva, com a área de APP de parte do Lote Rural n.º 10, medindo 4,54m;

Art. 5º A área destinada às ruas, passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer

indenização de qualquer natureza, inclusive perante á terceiros compradores.

Art. 6º Com referência a abertura de ruas, terraplenagem e compactação das vias e cascalhamento, incluindo passeios, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica, água potável e recomposição de área verde, bem como para o cumprimento do registro do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis, fica a cargo do proprietário, que tem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para regularizar, obedecendo as normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e FATMA.

Art. 7. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 14 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.268/2016 -DENOMINA DE "RUA IVO FILIPPI" A RUA PROJETADA F, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO CELESTE SITUADO NO BAIRRO AGOSTINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.268/2016

DENOMINA DE "RUA IVO FILIPPI" A RUA PROJETADA F, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO CELESTE SITUADO NO BAIRRO AGOSTINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de "Rua Ivo Filippi", a Rua Projetada F, localizada no Loteamento Celeste, situado no Bairro Agostini, Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º Ficam os setores competentes da municipalidade autorizar a procederem todos os registros necessários ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 14 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO

Secretário de Administração

Designado pela Portaria nº 1078/2015

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de locação de sonorização de médio e grande porte, 03 (três) torres de delay, para ser utilizados em eventos a serem realizados pela Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital. Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 05 de maio de 2016.

Abertura: às 14horas do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de abril de 2016.

CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
Presidente da Fundação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a manutenção e conservação dos veículos Ducato Placa MHV 8983, ano 2010 e Transit Placa MIN 6384, ano 2011, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 06 de maio de 2016.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de abril de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA
Gestora do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais para benefícios eventuais – Auxílio natalidade, para o exercício de 2016, conforme Lei nº 6.948/2014, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 04 de maio de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de abril de 2016.

SIMONE CARMEM THOMAS
Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos, hidráulicos e demais destinados para a manutenção e conservação de todas as Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de SMOeste – SC, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de maio de 2016.

Abertura: 09hs do mesmo dia

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 53/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 53/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 08/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 05 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 09 de maio de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta

Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital

na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 54/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 54/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de material a ser utilizado para manutenção e conservação de sinalização de trânsito das ruas do perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 03 de maio de 2016

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de abril de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 26.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 26/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto Aquisição parcelada e estimada de materiais de construção para a Prefeitura Municipal, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 04/05/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h as 17:00h. São Pedro de Alcântara, 15/04/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ODETE APARECIDA SILVEIRA, inscrita no CPF sob nº. 054.264.189-50, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 29 de abril de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 11/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 25/2016-FMS - Dispensa de Licitação nº. 11/2016-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOINVILLE COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.885.261/0001-61, estabelecida Rua Dona Francisca, nº 3194, Saguauçu, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.221-009

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção reparadora de equipamento de ar refrigerado, instalado no veículo Master, placa MLP4840 lotado na da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Recarga de gás refrigerante HFC134a	1	Unid.	160,00	160,00
02	Complemento de óleo PAG	1	Unid	20,00	20,00
03	Arruela de vedação	1	Unid	5,00	5,00
04	reparo tubo descarga de liquido (solda de aluminio)	1	Unid	40,00	40,00
05	Nitrogênio para testes	1	Unid	35,00	35,00
06	Tubo Esponjoso para absorção de líquidos	1	Unid	60,00	60,00
07	Rede auxiliar com conector	1	Unid	55,00	55,00
08	Serviço técnico (desmont/remontagem/ajustes)	1	Unid	630,00	630,00
VALOR R\$ TOTAL					1.005,00

Valor do contrato: R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais).

Data da Assinatura: 15/04/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 41/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 41/2016-PMS

Inexigibilidade de Licitação nº. 02/2016-PMS - Processo nº. 71/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE - AMUSPE, inscrita no CNPJ nº. 07.453.253/0001-60, na Rua XV de Novembro, nº. 2.219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode, no Estado de Santa Catarina, CEP: 89.107-000.

Objeto: Constitui o objeto do contrato a contratação do Grupo Musical "SAN FRANCISCO" e "GRUPO MINUANO", através da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode, para abrilhantar o baile do Trabalhador, a ser realizado dia 28 de abril de 2016 a partir das 19h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação do Grupo Musical "SAN FRANCISCO" e Grupo "MINUANO" para o evento Baile do Trabalhador, a ser realizado dia 28 de abril de 2016 a partir das 19h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold.	01	Unidade	14.000,00	14.000,00
TOTAL R\$					14.000,00

Valor do contrato: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

Data da Assinatura: 15/04/2016 - Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 002/2016 SMS

NOTIFICAÇÃO Nº 002/2016 SMS

Processo Licitatório nº. 37/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2015

Fica a empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.247.385/0001-49, estabelecida na Rua Uru-guai, nº 1538-E, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89801-447, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 59/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 508/16 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede-cido
508/16	Item 125 - Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9 % injetável, estéril, epirogênica. Frasco com 100 ml.	24/03/2016	01/04/2016.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 15 de abril de 2016.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde.

A
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ nº. 85.247.385/0001-49
(49) 3324-5585.

NOTIFICAÇÃO Nº 003/2016 SMS

NOTIFICAÇÃO Nº 003/2016 SMS

Processo Licitatório nº. 37/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2015

Fica a empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 2320. Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 54/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 505/16 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede-cido
505/16	Item 126 - Solução isotônica de cloreto de sódio 0,9 % injetável, estéril, epirogênica. Frasco com 250 ml.	24/03/2016	01/04/2016.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 15 de abril de 2016.

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde.

A
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
CNPJ nº. 00.802.002/0001-02
(47) 3520-9000.

PORTARIA Nº 6.514/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

PORTARIA Nº 6.514/2016, DE 15 DE ABRIL DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ana Carla Vogel Weiss, com efeitos retroativos a partir de 05 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de abril de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 26/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2016 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 51/2016 Data do Processo: 18/03/2016
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 48/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de relógio ponto de aproximação e digital para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas ART CARD LTDA. - EPP e M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas ART CARD LTDA. - EPP e M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas ART CARD LTDA. - EPP e M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP. Constatou-se que na proposta da empresa M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP não apresentou o Certificado Imetro da Portaria 510/2015, do relógio ponto documento exigido no edital no item 6.1.10 sendo assim a proposta da empresa M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP está desclassificada. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa ART CARD LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ART CARD LTDA. - EPP apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, documento este exigido no edital no item 7.1.6, sendo assim a empresa ART CARD LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 29 de abril de 2016, às 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação da empresa ART CARD LTDA. - EPP, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. O representante da empresa M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - EPP manifesta a intenção de recurso devido falta de documentação na habilitação da ART CARD LTDA. - EPP. Diante do exposto abre-se prazo recursal de acordo com a Lei 10.520/02 encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 15 de Abril de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brummüller	- - Equipe de Apoio

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 26/2016 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: **51/2016**
Data do Processo: **18/03/2016**

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 48/2016 (Sequência: 1)****Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

MALCOM LAWRENCE TESKE - - Representante
MARCUS AURELIO SCHMITT - - Representante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI - - Setor Solicitante

DISPENSA 12/2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2016 - DL
	Processo Nr.: 26/2016 Data: 18/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: DIMACI/PR MATERIAL CIRÚRGICO LTDA Endereço: RUA ANITA RIBAS, Nº 410 Cidade: Curitiba - PR CNPJ: 00.656.468/0001-39	Código: 12487 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Materiais utilizados por pacientes diabéticos, determinado através da Ação Ordinária autuada sob nº 026.07.003787-1, desde 2014.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	ACCU-CHEK FLEXLINK 8MMX60CM CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	665,00	665,00
2	2,00	ACCU-CHEK CARTUCHO 3,15ML CAIXA COM 05 UNIDADES	CX	104,85	209,70
3	1,00	ACCU-CHEK SERVICE PACK (KIT 4 PILHAS, 2 ADAPTADORES, 1 TAMPA DE BATERIA E 1 CHAVE DE BATERIA)	KIT	230,00	230,00
4	5,00	ACCU-CHEK PERFORMA (TIRAS REAGENTES - CAIXA COM 50)	CX	109,89	549,45
5	2,00	ACCU-CHEK MULTICLIX (LANCETAS - CAIXA COM 204)	CX	208,30	416,60

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Paciente portadora de Diabetes Mellitus Tipo I. Paciente vinha recebendo os materiais desde 2014 pelo Estado mas há algum tempo o Estado deixou de fornecer, será feito a dispensa para o primeiro atendimento e o pedido de licitação já está em andamento.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 18 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2016 - DL**Processo Nr.:** 26/2016
Data: 18/04/2016

Folha: 2/2

14/04/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Abril de 2016

Valor da Despesa: 2.070,75 (dois mil e setenta reais e setenta e cinco centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 11/2016-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2016 - DL**Processo Nr.: 25/2016
Data: 15/04/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: JOINVILLE COMERCIO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTD

Código: 13288

Endereço: R DONA FRANCISCA, 3194

Cidade: Joinville - SC

CNPJ: 02.885.261/0001-61

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em manutenção reparadora de equipamento de ar refrigerado, instalado no veículo Master, placa MLP4840 lotado na da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Recarga de gás refrigerante HFC134a	UN	160,00	160,00
2	1,00	Complemento de óleo PAG	UN	20,00	20,00
3	1,00	Arruela de vedação	UN	5,00	5,00
4	1,00	reparo tubo descarga de liquido (solda de aluminio)	UN	40,00	40,00
5	1,00	Nitrogênio para testes	UN	35,00	35,00
6	1,00	Tubo Esponjoso para absorção de líquidos	UN	60,00	60,00
7	1,00	Rede auxiliar com conector	UN	55,00	55,00
8	1,00	Serviço técnico (desmont/remontagem/ajustes)	UN	630,00	630,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando a urgência em consertar o ar condicionado do veículo Master MLP 4840 que transporta pacientes para consultas e exames em outras cidades, e atualmente o calor está intenso, solicito o conserto através do contrato de dispensa global.

Schroeder, 15 de Abril de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2016 - DL
	Processo Nr.: 25/2016 Data: 15/04/2016
Folha: 2/2	

14/4/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Abril de 2016

Valor da Despesa:

1.005,00 (um mil e cinco reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

PORTARIAS 265/2016 E 279/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 265/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 118, § 1º da Lei Complementar nº 024, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências, resolve,

Designar, a servidora Jordane Fatima Fabrin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, para responder pela Secretaria Municipal da Assistência Social e do Desenvolvimento Comunitário, a partir de 15 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 266/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Elizangela Bender Vani, para o cargo de provimento efetivo de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 40, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 267/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Adriano Dias de Almeida, contratado em caráter temporário, para exercer a função de Operador de Máquinas Pesadas, Anexo I – Grupo C - Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 30 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 268/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Claudia Susana Ferenz, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Assistente Social, constante no Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 19 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 269/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Exonerar a pedido, Nemercio José Ritter, do cargo de provimento em comissão de Gerente – GERE da Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, Anexo I-G, Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 28 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 270/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Gislaine Regina Picolli, contratada em caráter temporário, para exercer a função de Atendente de Unidade Sanitária, Anexo I – Grupo A - Serviços Administrativo, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 30 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 271/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do

artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Demitir a pedido, Jonas José Rech, contratado em caráter temporário, para exercer a função de Operador de Máquinas Pesadas, Anexo I – Grupo C - Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 28 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 272/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve, Exonerar a pedido, Claisnei André Vani, do cargo de provimento em comissão de Assistente - ASSI, da Secretaria Municipal de Administração, anexo I-C, Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 28 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 273/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Flávia Letícia Zancanaro Minella, para o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, constante no Anexo I – Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 241, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 18 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 274/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº.

001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Alexandre Marcos Tedesco, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros, constante no Anexo I – Grupo C - Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 110, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 275/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Paulo Joceli de Jesus Naissinger, para o cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros, constante no Anexo I – Grupo C - Serviços Operacionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 110, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 276/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art.123, da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e da outras Providências, resolve, Conceder, a servidora Aneli Benetti Mattiello - matrícula 5901, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor – 20h, Categoria Ensino Superior, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 021/2003, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias consecutivos, no período de 18 de abril a 17 de maio de 2016, referentes ao quinquênio de 01/04/2008 a 31/03/2013.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 277/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Claudiomar Pereira da Costa, para o cargo de provimento efetivo de Servente Externo, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 40, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

de 18 de abril de 2016 a 17 de abril de 2017.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 278/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Maria Madalena Oliveira Grolli, para o cargo de provimento efetivo de Atendente de Unidade Sanitária, constante no Anexo I – Grupo A - Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 50, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de abril de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 15 de abril de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 15 de abril de 2016

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 279/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VIII, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 48/2015, resolve,

Contratar, Aline Carniel, em caráter temporário, para exercer a função de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, e vencimentos previstos no anexo IV, nível 40, classe inicial, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir servidor legalmente afastado, no período

Serra Alta

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2016-FMS

PROCESSO Nº 011/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2016

FRANCISCO ARTUR BOTH, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, com CNPJ nº: 01.336.261/0001-40, para a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Serra Alta integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R\$ 171.000,00 (Cento e setenta e um mil reais) nos termos do CONTRATO DE RATEIO 45/2016 e R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) nos termos do CONTRATO DE RATEIO 96/2016, em favor da Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, cujo pagamento far-se-á em parcelas mensais até dezembro/2016, com recursos próprios do orçamento vigente Projeto Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Despesa 11- 3.3.9.3 DR 0002/ Despesa 01- 3.1.7.1 DR 0002/ Despesa 19- 3.3.7.1 DR 0002.

Serra Alta, 18 de abril de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 102/2016

DECRETO Nº.102, DE 15 DE ABRIL DE 2016

CONVOCA A 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SUL BRASIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº.5.790 de 25 de maio de 2006, Resolução Normativa nº.19, de 25 de maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades, Portaria nº.024, de 29 de Outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento e Ofício/Gabs 009/2016/SPG, de 28 de março de 2016, da Secretaria de Estado do Planejamento – Conferência Estadual das Cidades.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sul Brasil/SC, a se realizar no dia 01 de junho de 2016, às 14:00 horas, junto a Câmara Municipal de Vereadores, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sul Brasil/SC, desenvolverá seus trabalhos a partir do Temário "A função Social da Cidade e da Propriedade" e como Lema "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas."

Art. 3º. A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sul Brasil/SC, será presidida pelo Prefeito Municipal Éder Ivan Marmitt e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Vice-Prefeito Celso Fazzioni.

Art. 4º. O Prefeito nomeará mediante Portaria ou Decreto a Comissão Preparatória e o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sul Brasil/SC.

Parágrafo único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sul Brasil, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 5º. As despesas com a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sul Brasil/SC, ocorrerá por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e esta vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 de abril de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

João Paulo Gubert
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 031/2016

DECRETO Nº. 031/2016, DE 18 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕE O COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E RESPECTIVAS REPRESENTATIVIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam nomeados como membros do COMED – Conselho Municipal de Educação as seguintes pessoas:

ESFERA GOVERNAMENTAL

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Marcia Adriani de Oliveira
- Suplente: Iara Gohlke

Representante da Rede Municipal de Ensino:

- Titular: Lilian Garcia Basso
- Suplente: Maraisa de Vargas

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

- Titular: Jerry Adriani Butzke Schirmer
- Suplente: Daiane Kutzepa Brambilla

MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Representantes da Rede Estadual de Ensino:

- Titular: Cleoni Maria Schabarum Cassol
- Suplente: Marcia BeatrizKramer Scapin

Representantes da Associação de Pais e Professores (APP):

- Titular: Marcia Allebrand Weber
- Suplente: Carla Cristiany da Rosa

Representante do Corpo Discente (Grêmio Estudantil):

- Titular: Daiara Buss
- Suplente: Manuela Mendes Cazuni

Art. 2º. – O COMED terá por finalidade principal estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento de política educacional do município visando à melhoria da quantidade e qualidade dos serviços educacionais.

Art. 3º. - O COMED atuará respeitando as diretrizes básicas da educação nacional e estadual.

Art. 4º. - São atribuições do COMED:

- Fixar diretrizes para a organização do sistema municipal de ensino ou para o conjunto das escolas municipais;
- Colaborar com o Poder Público Municipal na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação (COMED);
- Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativos em matéria de educação;
- Exercer atribuições próprias do poder público local, conferidas em lei, em matéria educacional;
- Exercer, por delegação, competências próprias do poder público estadual em matéria educacional;
- Assistir e orientar os poderes públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;
- Aprovar convênios de ação inter- administrativas que envolvam o Poder Público Municipal e as demais esferas do Poder

Público ou do Setor Privado;

VIII- Propor normas para a aplicação de recursos públicos, em educação, no Município;

IX – Propor medidas ao Poder Público Municipal no que tange à efetiva assunção de suas responsabilidades em relação à educação infantil e ao ensino fundamental;

X – Propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando (merenda escolar, transporte escolar e outros);

XI – Regulamenta o funcionamento de estabelecimentos de Ensino Fundamental e Educação Infantil;

XII – Pronunciar-se no tocante à instalação e funcionamento de estabelecimento de ensino de todos os níveis situados no Município;

XIII- Opinar sobre assuntos educacional, quando solicitado pelo Poder Público.

XIV – Elaborar e alterar o seu regimento.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE ABRIL DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezoito de abril de dois mil e dezesseis.

PORTARIA 107/2016

PORTARIA Nº. 107/2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. JANAINA RAQUEL PROVIN LOWIS, Técnica em Enfermagem, Efetiva, Matrícula nº. 257/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2015 a Janeiro de 2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 18 de Abril à 17 de Maio de 2016, retornando em 18 de Maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 15 DE ABRIL DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quinze de abril de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel
Agente de Recursos Humanos

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 104/2016

DECRETO Nº 104, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ADMITE SERVIDOR POR PERÍODO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Suzana Felipe Bonfante Manfioletti, CPF nº 062.551.269-35 e RG nº 4.492.019 no Cargo de Professor Mag 40 Hs/semanais, em substituição à Servidora Débora Stecanella de Melo, matrícula 404, pelo período de 14/04/2016 a 10/10/2016.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 14 de Abril de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 34/2016

PORTARIA Nº. 34, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio à Servidora Debora Beatriz Stecanella de Melo, matrícula nº 404, ocupante do Cargo de Professor Mag, por um período de 180 dias, referente ao período aquisitivo de 15/07/2004 a 14/07/2014, período de gozo: 14/04/2016 a 10/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 14 de Abril de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA PREÇO (ENVELOPE 3) - TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 TIMBOPREV

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS DA TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 01/2015 - TIMBOPREV

Às oito horas e trinta minutos, do décimo quinto dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser para abertura do ENVELOPE 03- PROPOSTA DE PREÇOS, apresentada pela empresa classificada SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, do Processo Licitatório Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 01/2015 – TIMBOPREV.

Iniciando a sessão, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope 03-Proposta de Preços, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, decide-se pela classificação e declara-se vencedora a empresa SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

MARLISE THEILACKER
Presidente
BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro
LOURDES MOSER
Membro

ATA CREDENCIAMENTO N. 01 2016 FME

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016 - FME

Às onze horas, do décimo quinto dia, do mês de abril de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do Processo Licitatório nº 01/2016 – FME.

Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: MARLON ELIAS MÜLLER-CPF Nº 579.659.609-82, THAYS DOS SANTOS SILVA-CPF Nº 041.508.529-28, ROGE BANDIERA PAIVA-CPF Nº 131.915.038-11, WALDIR GOEDE-CPF Nº 311.607.359-72, IZONETE NEUMANN BRANDT-CPF Nº 762.900.859-72, IVANDINO JOSÉ CORREA DE SOUZA-CPF Nº 770.422.639-87.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Na sequência, iniciou-se a abertura dos envelopes e analisada a documentação, os profissionais atenderam as condições do edital e restaram CREDENCIADOS nas respectivas modalidades, como segue:

MARLON ELIAS MÜLLER

Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Árbitro de Basquete	Serviço	65,00
Árbitro de Handebol	Serviço	65,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00

THAYS DOS SANTOS SILVA

Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Árbitro de Basquete	Serviço	65,00
Árbitro de Handebol	Serviço	65,00
Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00

ROGE BANDIERA PAIVA

Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Vôlei/Futevôlei/Vôlei Areia	Serviço	90,00
Árbitro de Basquete	Serviço	65,00
Árbitro de Handebol	Serviço	65,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00

WALDIR GOEDE

Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00

IZONETE NEUMANN BRANDT

Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Bocha	Serviço	50,00
Árbitro de Jogos de Mesa	Diária	150,00

Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00
IVANDINO JOSÉ CORREA DE SOUZA		
Descrição/MODALIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Árbitro de Futebol de Campo	Serviço	150,00
Mesário/Apontador Futebol/Futsal/Voleibol/Handebol	Serviço	45,00
Árbitro de Futebol Suíço	Serviço	70,00
Árbitro Futebol Areia	Serviço	70,00
Árbitro Futsal	Serviço	80,00
Assistente Futebol de Campo	Serviço	80,00
Árbitro Esporte Escolar/Comunitário	Diária	150,00

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

AVISO ERRATA EXTRATO DE CONTRATO PMT 2016 57

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ERRATA – EXTRATO DE CONTRATO

A Central de Licitações no uso de suas atribuições, informa que na publicação do Extrato de Contrato nº 2016/53 PMT publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em , Edição nº. 1972, página 627, constou informação incorreta quanto a numeração do contrato. Portanto, onde lê-se CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2016/53 leia-se CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016/57.

TIMBÓ, 15/04/2016

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 2016.56 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/56

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Elmo Zumach MEI

OBJETO: Coordenação do CORAL INFANTO-JUVENIL DA SOCIEDADE RECREATIVA CULTURAL DE TIMBO.

VALOR TOTAL: R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 01/04/2016.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.588 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

DECRETO Nº. 4.588 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

ESTABELECE "PONTO FACULTATIVO" NO DIA 22/04/2016
NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido "ponto facultativo", no dia 22 de Abril de 2016 (sexta-feira), em razão do feriado do dia 21/04/2016 – TIRADENTES – (quinta-feira).

Art. 2º.- O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas acima mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelo órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de Abril de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Trombudo Central

PREFEITURA

Decreto 022/16

DECRETO 022/16 DE 11 DE ABRIL DE 2016.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

HANELORE HEDLER, Prefeita em Exercício do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam nomeados os membros representantes das Entidades Governamentais e Não Governamentais para compor o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Trombudo Central, com nova nomeação de seus membros titulares e suplentes, por um período de 02 (dois), anos a partir da data da publicação deste Decreto, conforme abaixo descritos:

I – GOVERNAMENTAIS:

Representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Hanelore Hedler

Suplente: Márcia Debatim

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Esporte:

Titular: Catia Regina Marangoni Geremias

Suplente: Sônia da Veiga Corrêa

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Luana Machado

Suplente: Tânia Bini Azevedo Waltrick

I - NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Titular: Denise Cardoso Schaffer

Suplente: Nerli Alves da Silva

Representantes dos usuários da Assistência Social:

Titular: Clarícia Panassolo Nogueira

Suplente: Neulita Vitoriano

Representantes dos Trabalhadores do SUAS:

Titular: Roberta Joelma Lofhagen

Suplente: Elizete Righes

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 11 de Abril de 2016.

HANELORE HEDLER

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

Turvo

PREFEITURA

CONVENIO PMT 03/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 003/2016

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DO MUNICÍPIO DE TURVO - SC.

OBJETO: O presente convenio tem por objeto repassar verba pecuniária ao Clube de Mães, visando cooperar no fornecimento de programas de atendimento aos cursos oferecidos para as mães do município com trabalhos culturais, artesanais e outros, em sua manutenção e demais iniciativas, a fim de assegurar a continuidade dos serviços prestados na área de assistência social comunitária, no âmbito do Município de Turvo.

VALOR: R\$ 55.800,00.

VIGÊNCIA: De Março a Novembro de 2016.

CONVENIO PMT 04/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 004/2016

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITARIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL.

OBJETO: A contribuição financeira será utilizada para custear despesas com o pagamento dos bombeiros comunitários profissionais e na manutenção de suas atividades.

VALOR: R\$ 60.000,00.

VIGÊNCIA: De Março a Dezembro de 2016.

PORTARIA 132/2016

PORTARIA Nº 132/16, de 15 de Abril de 2016.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 09/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Período Gestacional,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 15 de Julho de 2016 a contratação da servidora a baixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF MATRICULA

Aline Maciel Figueredo 082.321.069-30 3338

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de abril de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 133/2016

PORTARIA Nº 133/16, de 15 de Abril de 2016.

NOMEIA ODONTÓLOGO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 001/2016 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Julia Leal Andrade 082.644.879-80

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Abril de 2016 e encerrará em 19 de Março de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de abril de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 134/2016

PORTARIA Nº 134/16, de 15 de Abril de 2016.

NOMEIA MÉDICO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo nº 002/2015 - SMS, o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Médico, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Gabriela Savi da Silva 059.906.169-44

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Abril de 2016 e encerrará em 03 de Agosto de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de abril de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 23/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	23/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	A N SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL, DOS ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC, BEM COMO OUTRAS PUBLICAÇÕES INERENTES AP SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.
Valor:	R\$7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).
Vigência:	Início: 15/04/2016 Término: 31/12/2016.
UNIÃO DO OESTE, 15 de abril de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 24/2016

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	23/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	RAQUEL CRISTINA ROTH 10339847956
Objeto:	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR CURSOS NA ÁREA DE MÚSICA, COM OS SEGUINTE INSTRUMENTAIS: VIOLÃO, GAITA E TECLADO.
Valor:	R\$7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais).
Vigência:	Início: 20/04/2016 Término: 20/12/2016.
UNIÃO DO OESTE, 15 de abril de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO N. 125/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 125/2016

Data de assinatura: 15/04/2016

Processo de Licitação: 22/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: DICAVE GÄRTNER – DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ/CPF: 83.740.456/0009-72

Objeto: aquisição de um chassi de caminhão 4x2R, com cabine leito (estendida) para uso do 2º PELOTÃO DE CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE URUSSANGA/SC.

Valor Global: R\$ 240.000,00

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 15, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o inciso II, do art. 38, do Regimento Interno; c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006, promulga o seguinte:

ATO Nº 15, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

INSTITUI E CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAR E ORGANIZAR SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DE HONRARIAS, A REALIZAR-SE EM 5 DE JULHO DE 2016.

Art. 1º Fica instituída, na Câmara Municipal de Urussanga, Comissão Especial para elaborar e organizar Sessão Solene de entrega de honrarias outorgadas pelo Poder Legislativo, a realizar-se no dia 5 de julho de 2016.

Parágrafo único. A Comissão Especial instituída por este Ato fica assim constituída:

Gislaine Dominga Damin Ariati – Presidente;

Larissa Xavier Teixeira – Secretária; e

Maricelma Aparecida Ribeiro Sachet – Membro.

Art. 2º Aos membros da Comissão Especial, Servidoras Efetivas Gislaine Dominga Damin Ariati, Larissa Xavier Teixeira e Maricelma Aparecida Ribeiro Sachet, será devido o pagamento de 10% (dez por cento) ao respectivo vencimento, a título de gratificação por função, conforme determina o art. 15 da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Parágrafo único. A gratificação concedida no "caput" desse artigo cessará com o final da vigência da Comissão especial.

Art. 3º A Comissão Especial constituída deverá apresentar relatório final de suas atividades à Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da realização do evento.

Art. 4º O final da vigência da referida Comissão Especial coincidirá com a data da realização do evento.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 5 de abril de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 5 de abril de 2016.

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

ATO Nº 17, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o inciso II, do art. 38, do Regimento Interno; c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006; e com a Lei nº 2.684, de 08 de outubro de 2014, promulga o seguinte:

ATO Nº 17, DE 5 DE ABRIL DE 2016.

INSTITUI E CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, VISANDO À EFETIVAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO A ESTUDANTE NA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º. Fica instituída na Câmara Municipal de Urussanga a Comissão Especial para realização de processo seletivo, visando à efetivação do Programa de Estágio a Estudantes, observados os dispositivos da Lei nº 2.684, de 08 de outubro de 2014.

Art. 2º. A Comissão instituída por este Ato fica assim constituída:

Gislaine Dominga Damin Ariati – Presidente;

Larissa Xavier Teixeira – Secretária; e

Cristiane Barichelo Carara – Membro.

Art. 3º. Aos membros da Comissão Especial, Servidoras Efetivas Gislaine Dominga Damin Ariati, Larissa Xavier Teixeira e Cristiane Barichelo Carara, será devido o pagamento de 10% (dez por cento) ao respectivo vencimento, a título de gratificação por função, conforme determina o art. 15 da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Parágrafo único. A gratificação concedida no "caput" desse artigo cessará com o final da vigência da Comissão especial, que se dará com o Ato de Posse do(a) candidato(a) aprovado(a) no processo seletivo.

Art. 4º A Comissão Especial constituída deverá apresentar relatório final de suas atividades à Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da realização do Ato de posse do(a) candidato(a) aprovado(a) no processo seletivo.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 5 de abril de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Presidente

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 5 de abril de 2016.

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.876/16

DECRETO N.º 12.876/16, DE 07 DE ABRIL DE 2016.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal Interino de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5.838/2016, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Antonio Ozelani e outro;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Desmembramento aprovado em 23 de novembro de 2013, através do protocolo/processo nº 12734/13; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando a Comunicação Interna nº 44/2016, da Secretaria Municipal de Planejamento solicitando a renovação do respectivo desmembramento;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 02 (duas) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 277,69 m2 (duzentos e setenta e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), sendo a área nº 02 com 127,95 m2 (cento e vinte e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados) de propriedade de ANTONIO OZELANI, constante da matrícula 354, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 334,36 m2 (trezentos e trinta e quatro metros e trinta e seis decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 12.734/12.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área 127,95 m2 (cento e vinte e sete metros e noventa e cinco decímetros quadrados), área nº 02 desmembrada no artigo 1º deste decreto, na área de uso comum à Rua Antonio Ferlin de propriedade do Município de Videira.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.878/16

DECRETO Nº 12.878/16, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, e à vista do que consta no Mem. 011/DEPEW,

Considerando que em razão de erro de digitação, o Decreto nº 12.849, o qual nomeou Rosane Att, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, foi editado com o ano de 2015, quando o correto seria o ano de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANE ATT, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 002/2015, homologado em 04 de setembro de 2015, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Vila Verde, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o "Decreto nº 12.849/15".

Videira, 12 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.880/16

DECRETO Nº 12.880/16, DE 12 DE ABRIL DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.803/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência de Concurso Público constante do Processo Administrativo nº 6520/16,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.803/16, que nomeou ANA CLÁUDIA CAGNIN, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.881/16

DECRETO Nº 12.881/16, DE 12 DE ABRIL DE 2016.
Nomeia Analista de Nível Superior

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALINE ZAGO REOLON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.882/16

DECRETO Nº 12.882/16, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Altera o art. 1º, I, "c", do Decreto nº 12.035/15, que Nomeia Membros para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº 544/99, de 04 de março de 1999 e, com as alterações das Leis nº 1.046/02, 2.003/08 e 2.296/10;

DECRETA

Art. 1º Altera o art. 1º, I, "c", do Decreto nº 12.035/15, que Nomeia Membros para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I)(...)

c) Representante da Associação Comercial e Industrial:
JULIO CEZAR MORIGGI
(...)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.883/16

DECRETO Nº 12.883/16, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Convoca a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades;

DECRETA

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 23 de junho de 2016.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e como lema: "Cidades Inclusas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal Wilmar Carelli e no seu impedimento, pelo servidor Celso Brancher.

Art. 4º O Presidente da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho Municipal da Cidade ou no caso de não haver Conselho da Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 12.777/16.

Videira, 14 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.884/16

DECRETO Nº 12.884/16 DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.351/16 de 06 de abril de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração
02 - Encargos Especiais
2.022 - Despesas de Exercícios Anteriores
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	4.900,00
------------------------	----------

Art. 2º O recurso, para abertura do crédito suplementar que trata o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de abril de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.885/16

DECRETO Nº 12.885/16, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.353/16, de 14 de abril de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração
01 – Administração

2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas R\$ 45.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

06 – Departamento de Esportes

1.012 – Construção/Ampliação/Reforma Ginásios, Quadras e Campos

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas R\$ 343.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 388.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0044/16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 044/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidatura abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CASSIANI GUEDES DE FREITAS PEREIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	12.869/16, DE 01/04/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 11 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
PrefeitoMunicipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0045/16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	12.867/16, DE 01/04/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;

- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 12 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0033/2016

Extrato do Contrato n. 0033/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDIANE MOLIM BITENCOURT

CPF: 074.214.099-71

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VIVANA REGINA SOARES DOS SANTOS AFASTADA PARA ATUAR COMO DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de maio de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0034/2016

Extrato do Contrato n. 0034/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOCELI DE SOUZA

CPF: 042.693.399-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ALINE MEZARROBA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2016 a 28 de fevereiro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0038/2016

Extrato do Contrato n. 0038/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELE PATRICIA ANDREIS DA MOTTA

CPF: 005.985.739-36

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SANDRA BASTOS LERNIESKY EM GOZO DE LICENÇA PREMIO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2016 a 04 de maio de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0043/2016

Extrato do Contrato n. 0038/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DAYSE VIVIANE FERREIRA DE DEUS TRENTO
CPF: 005.812.369-55
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – NECESSIDADE TEMPORÁRIA DA DEMANDA PARA ATUAR COMO SEGUNDO PROFESSOR
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2016 a 21 de dezembro de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0063/2016

Extrato do Contrato n. 0063/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA ADELAIDE FACCHIN
CPF: 020.521.459-23
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDENDO A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA
VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2016 a 08 de abril de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0078/16

Extrato do Contrato n. 0078/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CLAUDIA DA MOTTA
CPF: 007.370.919-08
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO
VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2016 a 31 de março de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0089/16

Extrato do Contrato n. 0089/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SOELI APARECIDA CORREA
CPF: 816.717.259-72
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – AUMENTO DA DEMANDA DE CRIANÇAS INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – POR NÃO HAVER MAIS CARGOS EM VACÂNCIA E ATÉ QUE OCORRA A CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2016 a 30 de junho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0130/2016

Extrato do Contrato n. 0130/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DEISI TIDRE FERREIRA BASTIAN
CPF: 101.011.859-52
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO ATÉ A ENTRADA EM EXERCÍCIO
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 30 de abril de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0131/2016

Extrato do Contrato n. 0131/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA ANTUNES DE CASTRO
CPF: 944.531.109-44
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SANDRA REGINA TESTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 21 de março de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0132/2016

Extrato do Contrato n. 0132/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DORVALINO MORET
CPF: 948.303.208-34
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2016 a 30 de abril de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0151/2016

Extrato do Contrato n. 0151/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARCIA APARECIDA RIBEIRO DALVES
CPF: 009.588.389-41
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO ATÉ A ENTRADA EM EXERCÍCIO
VIGÊNCIA: de 07 de março de 2016 a 31 de maio de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0157/2016

Extrato do Contrato n. 0157/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LETICIA MARTINAZZO
CPF: 089.861.419-81
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO ATÉ A ENTRADA EM EXERCÍCIO
VIGÊNCIA: de 08 de março de 2016 a 31 de maio de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0159/2016

Extrato do Contrato n. 0159/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA SCHULTZ
CPF: 007.019.019-42
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ANGELA LUCIANA PONTES DOS SANTOS EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE
VIGÊNCIA: de 09 de março de 2016 a 04 de julho de 2016
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0161/2016

Extrato do Contrato n. 0161/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIRLEIA HONORATO FERREIRA
CPF: 077.130.099-90
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCELIA PONTES EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 22 de março de 2016 a 14 de junho de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0162/2016

Extrato do Contrato n. 0162/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: HELOISE ANA HEINECK
CPF: 094.807.349-74
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SANDRA FÁTIMA FIANCO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 10 de março de 2016 a 20 de abril de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0164/2016

Extrato do Contrato n. 0164/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI
CPF: 023.329.109-13
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANGELA OSMARIN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 23 de março de 2016 a 07 de maio de 2016
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0165/2016

Extrato do Contrato n. 0165/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TUANE CRISTINE SAVIAN
CPF: 070.117.789-69
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIANA OLIVEIRA PEREIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, SEGUIDA DE LICENÇA MATERNIDADE E FÉRIAS PROGRAMADAS PARA ABRIL/MAIO/2016
VIGÊNCIA: de 09 de março de 2016 a 17 de maio de 2016
FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.360,10 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0024/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0024/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0128/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MELANIA DE FATIMA SUTIL DE OLIVEIRA DE BAIRROS
CPF: 026.431.479-44
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 12 de fevereiro de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0033/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0033/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0040/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSANGELA SOARES RUBINI
CPF: 502.866.760-87
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 04 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0035/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0035/2016
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0089/16
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SOELI APARECIDA CORREA
CPF: 816.717.259-72
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 07 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0036/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0036/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0078/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CLAUDIA DA MOTTA

CPF: 007.370.919-08

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 21 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0037/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0037/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0639/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIA DEON TREIS

CPF: 022.348.869-02

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 28 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0038/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0038/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0304/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CASSIA CRISTINA PIALA

CPF: 078.044.929-01

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 31 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0039/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0039/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0010/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO

CPF: 758.002.339-34

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 18 de março de 2016.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0043/2016

Extrato do Termo de Rescisão n. 0043/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0068/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE

CPF: 066.260.919-05

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 04 de abril de 2016.

LEI 3.350/16

LEI Nº 3.350/16, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

Revoga a Lei nº 3.339/16, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Videira."

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada, a Lei nº 3.339/16, que "Autoriza o Poder

Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Videira."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

LEI 3.351/16

LEI Nº 3.351/16, DE 06 DE ABRIL DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a reconhecer, contabilizar, empenhar e efetuar os pagamentos de dívida de exercício findo, ao Grupo RBS – Diário Catarinense e a Agência TIG Ltda, de despesas relativas aos serviços de publicação institucional, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira, SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer, contabilizar, empenhar e efetuar os pagamentos, ao Grupo RBS – Diário Catarinense, no valor de R\$ 3.920,00 (três mil, novecentos e vinte reais); e à Agência TIG Ltda, no valor de R\$ 980,00 (novecentos e oitenta reais), despesas relativas aos serviços de publicação institucional, ocorrida na data de 29 de maio de 2015, totalizando o valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), conforme Processo Administrativo de nº 4198/2016.

Parágrafo Único - Os pagamentos ficam condicionados à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, e INSS.

Art. 2º Para atender as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

03 - Secretaria Municipal de Administração

02 - Encargos Especiais

2.022 - Despesas de Exercícios Anteriores

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000

Art. 3º O recurso, para abertura do crédito suplementar que trata o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06

dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI 3.352/16

LEI Nº 3.352/16, DE 06 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre Criação e Denominação de CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA", localizado na Rua Campos do Jordão, Bairro Sesi, com objetivo de atender crianças do referido bairro e adjacências.

Art.2º Fica o Centro Municipal de Educação Infantil acima citado, denominado de "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA", correspondente à área de edificação de 564,50m² (quinhentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) e área do imóvel de 4.101,00m² (quatro mil, cento e um metros quadrados), com as seguintes confrontações: ao NORTE, com 26,34 metros com lote de Haroldo Friedmann e Rudi Mulbrandt, com 31,96 metros com lote de área institucional e com 50,86 metros com lote de área verde; ao SUL, com 21,68 metros com o lote de Construtora Forlin e com 21,92 metros com o lote de Claudemir Gilberto Custódio; ao LESTE, com 121,00 metros com a Rua Campos do Jordão; ao OESTE, com 48,00 metros com a Rua Ernesto Fantin, registrado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob nº 26.990.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI 3.353/16

LEI Nº 3.353/16, DE 14 DE ABRIL DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.009 – Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas R\$ 45.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

06 – Departamento de Esportes

1.012 – Construção/Ampliação/Reforma Ginásios, Quadras e Campos

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações diretas R\$ 343.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 388.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0305/16

PORTARIA nº 0305/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 1331/2016, nomeada pela Portaria nº 069/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Parágrafo Único do artigo 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, constante no Processo Administrativo nº 1331/16;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 17 de abril de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 1331/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0310/16

PORTARIA nº 0310/16

Revoga a Portaria nº 0550/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5817/2016,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 1º de outubro de 2015, a Portaria nº 0550/14, que designou IRACILDA GIACOMINI GREGOLON, para exercer a Função Gratificada de Assessor do Serviço de Convivência, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretária Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2015.

Videira, 14 de abril de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de abril de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 15/2016 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES E ATENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA À REABILITAÇÃO EM SAÚDE REALIZADOS PELO NASF, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 09/05/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 15 de abril 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RE-RATIFICAÇÃO RESULTADO JULGAMENTO HABILITAÇÃO TP 01/2016-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 – FMAS

RE-RATIFICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público a re-ratificação do resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA DO CENTRO DE MULTIPLO USO PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, LOCALIZADO NO BAIRRO AMARANTE, COM ÁREA TOTAL DE 289,28M², restando INABILITADAS as empresas Fundamento Construtora Ltda, Felipe Bruschi Engenharia Ltda –ME e Construpejc Construções Ltda- ME por descumprirem exigências editalícias e considera HABILITADAS as empresas Femaks Construtora e Incorporadora Ltda, Mendes e Suckow Engenheiro e Construção Ltda e Palazzo Construção Ltda ME para a segunda fase do prélio. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 15 de abril de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 42/2016

Termo Aditivo nº 42/2016

Contrato/Ata nº: ATA nº 190/2015

Processo: PR nº 157/2015-PMV

Fornecedor: Auto Elétrica R7 & Acessórios Ltda. - ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 190/2015 por mais 06 (seis) meses, com efeitos a partir de 16 de abril de 2016 até o dia 15 de outubro de 2016, conforme solicitação e justificativa das Secretarias Municipais de Agricultura e de Infraestrutura.

Data: 15/04/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 014/2016

DECRETO Nº 014/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE VEÍCULOS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 01º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Veículos para alienação:

BRENO VILHALBA PAMPLONA- Presidente

CLAUDINEI FELICIANO - Secretário

SANDRO LUNELLI – Membro

Art.º 02 - O veículo a ser avaliado pela comissão é;

1- KIT CAÇAMBA BASCULANTE MANOS SEM CAMINHÃO DATA DE FABRICAÇÃO 23/03/2012, SERIE 1996, VOLUME 12M³, CHASSI SC01210250C000898.

2- VEÍCULO CAVALO MECÂNICO M.BENZ/1938S, PLACAS MDG-3732, ANO/MODELO 2002/2002, RENAVAM 00800757823, CHASSI Nº 9BM6931962B307032, MOTOR Nº 457928739774, COR BRANCA, COMBUSTIVEL DIESEL.

3- VEÍCULO PEUGEOT/BOXER M330M HDI (Nacional), 16 PASSAGEIRO, PLACA MET3295, ANO/MODELO 2008/2009, RENAVAM 978117760, CHASSI 936ZBPMMB92031578, COR BRANCA, COMBUSTIVEL DIESEL.

4- VEÍCULO RENAULT CLIO PRI1616VS, PLACA AQU6069, ANO/MODELO 2008/2009, RENAVAM 116168170, CHASSI 8A1LB8E259L086135, COR PRATA, COMBUSTIVEL Alcool-Gasol.

5- VEÍCULO GM/CELTA 2P SPIRIT, PLACA MGU6238, ANO/MODELO 2010/2011, RENAVAM 250303892, CHASSI 9BGRX08F0BG180781, COR BRANCA, COMBUSTIVEL Alcool-Gasol.

6- VEÍCULO FORD/ECOSPORT XLT1.6FLEX, PLACA ARD7945, ANO/MODELO 2009/2009, RENAVAM 133873668, CHASSI 9BFZE55PX9818519, COR PRATA, COMBUSTIVEL Alcool-Gasol.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 8 de abril de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/2016.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 024/93.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0038/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0038/2016, tendo como objeto a Confecção e Concerto de Próteses Dentárias. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 04/05/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 15 de abril de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 080/2016

DECRETO Nº AJG 080/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO PARA TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Decreto nº 670, de 12 de abril de 2016, do Governo Estadual que estabeleceu o dia 22 de abril de 2016, sexta-feira, como Ponto Facultativo nas Repartições Públicas da Administração Direta, Autarquias e Fundações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo em todas as repartições Públicas da Administração Direta do Município de Xanxerê no dia 22 de abril de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º. Os serviços essenciais manterão escalas de atividades conforme necessidade e determinação das chefias dos órgãos e/ou setores competentes.

Art. 3º. Os servidores cedidos a outros órgãos ou instituições atenderão o horário de funcionamento de seus respectivos locais de trabalho.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 15 de abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0021/2016

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0075/2016 – Dispensa de Licitação nº 0021/2016

O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para Locação da estrutura física do Clube Cultural Recreativo e Esportivo 7 de Setembro, a ser utilizado pelos Grupos da 3ª idade do Município para as atividades esportivas e recreativas, no valor mensal de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais), com o Clube Cultural Recreativo e Esportivo 7 de Setembro, CNPJ 83.606.855/0001-98. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso X.

Xanxerê/SC, 15/04/2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0036/2016

Extrato de Contrato nº 0036/2016

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Locador: Clube Cultural Recreativo e Esportivo 7 de Setembro

Objeto: locação para utilização da estrutura física do Clube Cultural, Recreativo e Esportivo 7 de Setembro, composta por: Canchas de bolão "23" (sede campestre), a ser utilizada pelo Grupo da 3ª Idade do Centro de Convivência Conviver e demais grupos do município

Valor: R\$ 1.250,00 p/ mês. Prazo: a partir da publicação até 31 de dezembro de 2016.

Xanxerê-SC, 15 de abril de 2016. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal

PORTARIA Nº 110/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 110/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 18.04.2016 a 17.05.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. TERESINHA DE ALMEIDA, Nacionalidade brasileira, separada judicialmente, portadora da CI Nº 2.071.602-8 e CPF Nº 008.307.169-55, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº BLB 019/09 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 001360/2016. Datado de 15.04.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

22.01.2009 a 21.01.2012: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia 18.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de Abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 111/2016

ALTERAR CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, e Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 artigo 33.

RESOLVE

ALTERAR CARGA HORÁRIA para 40 horas semanais dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionadas:

Arisson Antonio Tosati, Carlos Martarello, Douglas Richardt Bin e Luiz Vicente Paglia Junior.

Alterar Carga Horária para 20 horas semanais do Servidor público José Vinicius Boneau.

Determinar que esta Alteração de Carga Horária vigore no período de 01.04.2016 até 31.12.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta alteração de carga horária, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

Está Portaria entra em vigor desta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia 01.04.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de Abril de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, 163, Centro, Cidade de Xavantina, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto, no período de 20 a 29 de abril de 2016, as inscrições para o Processo Seletivo Público nº 001/2016, de Prova de Títulos para admissão em Função Temporária para o cargo de Médico, com amparo nas Leis Complementares Municipais nºs 002/2000, 020/2004, 034/2009 e 062/2014, Lei Ordinária nº 782/2002, Decreto Municipal nº 030/2016, Decreto Federal nº 3.298/1999 e alterações de acordo com as instruções deste Edital.

Xavantina-SC, 15 de abril de 2016.

Mauro Junes Poletto

Prefeito Municipal de Xavantina

PE 013/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de material de expediente, gêneros alimentícios, material de copa e cozinha, brinquedos, eletrodomésticos e instrumentos musicais para o Departamento de Assistência Social, conforme descrito no Anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 04/05/2016, no site www.cidadecompras.com.br.

Abertura: dia 04/05/2016, às 09:00 horas no site www.cidadecompras.com.br.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 18 de abril de 2016.

MAURO JUNES POLETTTO,

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 33/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 033/2016
PROCESSO 57/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços para manutenção de veículos pertencentes a frota oficial, de acordo com o edital e seus anexos. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 30min do dia 29 de abril de 2016, abertura às 08h: 45 min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br ou junto à sede do Município, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de abril de 2016.

Prefeito: Idacir Antônio Orso

Decreto 199

DECRETO Nº. 199/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, SANDRA MARA CORREA NUNES, CPF: 007.112.149-80, para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, código 1100, Categoria VI (AGENTES DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS), nível 008, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 13 de abril de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º A referida servidora desempenhará suas atividades no Núcleo 16 – ESF Primavera.

Art. 3º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de abril de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 200

DECRETO Nº 200/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2015, de 13 de abril de 2015, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, LIDIANE DOTTA GUARIENTI, CPF: 999.290.660-04, para exercer o cargo de MÉDICA PSIQUIATRA, código 1092, categoria ATC (Atividade Técnico Científico), nível 059, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 225, de 01 de julho de 2015, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 18 de abril de 2016, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de abril de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras
Secretário Municipal de Administração

Associações

AMMVI

CONTRATO DL Nº 06/2016

CONVÊNIO

INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO CONTINUADA EM ECONOMIA E GESTÃO DE EMPRESAS – I-PECEGE, associação sem fins econômicos de direito privado com autonomia administrativa e financeira, com sede na Rua Alexandre Herculano, 120, Bloco B, sala T6, Vila Monteiro, Piracicaba/SP inscrita no CNPJ sob nº 19.412.795/0001-73, oferece à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, com sede na RUA ALBERTO STEIN, 466, BLUMENAU – SANTA CATARINA, doravante denominada CONVENIADA, condições especiais de incentivo a funcionários/associados e parentes de primeiro grau que desejam cursar os programas de ensino Pecege-ESALQ/USP.

Em contrapartida a CONVENIADA compromete-se a divulgar os cursos/programas de ensino Pecege-ESALQ/USP internamente entre seus funcionários, via e-mail e por material fornecido pelo Pecege-ESALQ/USP.

Condições do convênio

O Pecege ESALQ/USP oferece bolsa de 10% sobre o valor integral nas mensalidades aos Beneficiários, nos vários cursos oferecidos conforme as condições a seguir descritas:

- Para os cursos de MBA e Atualização na modalidade online, com aulas acompanhadas pela Internet, os descontos atualmente são calculados sobre o valor de R\$ 590,00 (Quinhentos e noventa reais). Não há qualquer desconto na taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (Cem reais). Informe-se sobre o valor da mensalidade e matrícula antes de fazer a inscrição no curso desejado.

- Para os cursos de MBA na modalidade presencial, com aulas no campus da ESALQ, em Piracicaba (SP), os descontos atualmente são calculados sobre o valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) e, para os cursos de MBA na modalidade presencial, com aulas em São Paulo (SP), os descontos são calculados sobre o valor de R\$ 1.200,00 (Mil e duzentos reais). Não há qualquer desconto na taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (Cem reais). Informe-se sobre o valor da mensalidade e matrícula antes de fazer a inscrição no curso desejado.

- Para fazer jus ao desconto, o aluno deverá obrigatoriamente efetuar sua inscrição no site do Pecege – Blumenau/SC (<http://blumenau.pecege.org.br/>) e enviar para financeiroalunos@pecege.esalq.usp.br a documentação que comprove o vínculo empregatício com a Instituição conveniada ou grau de parentesco com a pessoa vinculada à mesma.

- As bolsas concedidas aos alunos conveniados são cumulativas de acordo com a política de desconto disposta no site do Pecege <http://pecege.org.br/informacoes/politica-de-desconto> e, serão válidas para pagamentos até a data de vencimento da mensalidade e enquanto permanecer o vínculo entre funcionário e a empresa conveniada, cabendo a empresa informar o desligamento do mesmo.

- O ingresso nos MBAs ESALQ/USP dependerá de aprovação do aluno por análise curricular.

- Caso o aluno abandone o curso, ou tranque a matrícula, a bolsa concedida será automaticamente revogada.

Certificação

Os MBAs ESALQ/USP são certificados pela Universidade de São Paulo (USP). As oficinas, workshops e outros treinamentos de curta duração podem ser certificados pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ). Informe-se sobre a certificação antes de fazer a matrícula.

Validade

As instituições/empresas aqui relacionadas comprometem-se a

cumprir os termos acima descritos pelo período de 36 meses contados desde a data de assinatura deste documento. O convênio poderá ser renovado através de termo aditivo, devidamente assinado pelas partes, por período igual ou não.

O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, por quaisquer partes, mediante comunicação por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que sejam suspensos os benefícios adquiridos pelos filiados, empregados já matriculados até o final do período corrente.

O material de divulgação é fornecido pelo Pecege ESALQ/USP durante toda a vigência deste Termo.

Piracicaba, 08 de março de 2016.

Conveniada I-PECEGE

Assinatura Responsável

FERNANDO TOMASELLI

Prof. Pedro V. Marques

Presidente I-Pecege

Coordenador Pecege-ESALQ/USP

CONTRATO DL Nº 28/2015

CONTRATO nº DL 28/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ELEVADOR.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro, THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Av. dos Estados, 4664, Balneário Camboriú/SC, inscrita no CNPJ nº 90.347.840/0034-86 e com inscrição estadual nº 253615062, neste ato representada por seus procuradores Roana Carita Kerber, inscrita no CPF: 088.051.269/50, e Sandro Marcio Cruz – CPF: 811.879.559/49 doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, com fundamento na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a ASSISTÊNCIA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE 01 ELEVADOR DA SEDE DA CONTRATANTE, conforme abaixo descrito, instalado no Edifício:

Edifício: SEDE DA AMMVI

Endereço: RUA ALBERTO STEIN, 466 – BLUMENAU, SC

Número do equipamento: 0054676 ELEVADOR

Fabricante: THYSSENKRUPP

Linha: FDN

Destinação: COMERCIAL

Capacidade: 600 Kg

Paradas: 4

Velocidade: 60 m/min

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DA VIGÊNCIA E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – Fica estabelecido o seguinte valor mensal pela prestação dos serviços, objeto deste contrato: R\$ 316,57 (Trezentos e dezesseis reais e cinquenta e sete centavos).

2.2 – O prazo de execução e vigência do contrato será de 01/01/2016 a 31/12/2020.

2.3 – A forma de pagamento fica estabelecida como segue:

Data de pagamento: 10;

Mês de pagamento: Posterior à competência;

Opção de pagamento: Fatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ATENDIMENTO

3.1 – A prestação de serviços se dará nos seguintes dias e horários de atendimento:

Manutenção Preventiva: Dias úteis das 7:30 às 12:00h / 13:00 às 18:00h

Chamados: Das 7:30 às 22:00h

Emergência: 24 horas

3.1.1 – Na prestação dos serviços estão incluídos os seguintes BENEFÍCIOS THISSENKRUP ELEVADORES S/A:

- seguro de responsabilidade civil;
- garantia de 1 (um) ano para peças e serviços;
- engenheiro responsável técnico inscrito no CREA;
- supervisor técnico exclusivo por região;
- consultor de serviços exclusivo por região;
- equipe técnica qualificada;
- central de atendimento ao cliente regional;
- SIC: Sistema de Informação ao Cliente, localizado na fábrica; fone 0800-7070499;
- manutenção preventiva programada;
- cumprimento total das obrigações exigidas pela legislação trabalhista;
- estoque para reposição de peças;
- pessoal equipado com veículos e rádios/telefones para comunicação;
- central de serviços regionalizada para atendimento técnico e comercial;
- suporte de engenharia de produto e engenharia de campo da fábrica.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA THISSENKRUPP

4.1 – Constitui obrigação da CONTRATADA, realizar a manutenção preventiva periódica conforme abaixo, no equipamento da Cláusula Primeira, em horário estabelecido na Cláusula Terceira.

4.1.1 – A manutenção do ELEVADOR inclui: Efetuar a limpeza, regulagem, ajuste e lubrificação do equipamento, e o teste instrumental elétrico e eletrônico, para a segurança do uso normal das peças vitais, tais como: máquina de tração, coroa sem fim, polia de tração e desvio, freio, motor de tração, regulador de velocidade, chaves e fusíveis, (exceto do quadro de força) na casa de máquinas, quadro de comando, fusíveis e conexões, relés e chaves, fita seladora, aparelho seletor, iluminação da cabina, botoeiras e sinalização da cabina, seguranças, correções da cabina e contrapeso, aparelho de segurança, chave de indução, placas e emissores, receptores, cabina (placa, acrílicos e piso), guias e braquetes, contrapeso, limites de curso, correntes ou cabos de compensação, cabos de tração e de regulador, fechos hidráulicos, e eletromecânicos, portas, carrinhos, botoeiras de pavimentos e sinalizações, nivelamentos, pavimento, pára-choques, polia do regulador de velocidade, bomba hidráulica, bloco de válvula, vedações do sistema

hidráulico, mangueiras e tubulações hidráulicas.

4.2 – A CONTRATADA observará pronto atendimento aos chamados da CONTRATANTE, de acordo com o seu horário previsto para o funcionamento dos plantões. O atendimento de chamados fora do horário de trabalho normal da CONTRATADA só será feito em caso de emergência. Na hipótese de que a normalização do funcionamento venha a requerer dispêndio de mão de obra em maior quantidade que a razoável para um serviço de emergência, ou que venha a ser necessária a utilização de materiais normalmente não existentes no estoque de emergência, tal normalização só ocorrerá no primeiro dia útil subsequente durante o horário normal da CONTRATADA.

4.2.1 - Entendem-se como EMERGÊNCIA os casos em que houver passageiro preso na cabina ou acidentes. A retirada de passageiros da cabina somente poderá ser realizada pela CONTRATADA ou pelo CORPO DE BOMBEIROS.

4.2.2 - Entendem-se como CHAMADOS toda solicitação de manutenção corretiva.

4.3 – Compete, ainda, à CONTRATADA:

I - Utilizar na execução dos serviços, pessoal especializado, identificado, capacitado e treinado para o desempenho das respectivas funções, pertencentes ao seu quadro de empregados;

II - Substituir de imediato todo funcionário que, a critério da CONTRATANTE, não for mais considerado capacitado para realização dos serviços de manutenção;

III - Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontados pelo CONTRATANTE, resultantes da má execução dos serviços ou dos produtos e materiais empregados;

IV - Responsabilizar-se:

a) Pela avaria, com prejuízo ou danos causados à CONTRATANTE, ou a seus serviços, em consequência de dolo, imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus prepostos, auxiliares ou funcionários;

b) Por infração ou inexato cumprimento das cláusulas deste Contrato.

c) Pela solidez, segurança e perfeição dos serviços, obrigando-se a corrigir todos os defeitos que forem apontados pela CONTRATANTE e desfazer aqueles que esta reputar imprestáveis, impróprios ou mal executados;

d) Pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução deste contrato; devendo a CONTRATADA providenciar em caso de desaparecimento de bens, materiais ou valores pertencentes à CONTRATANTE, no prazo de 03 (três) dias a contar da respectiva notificação, a devida substituição, reposição ou ressarcimento conforme o caso, desde que comprovada sua culpa;

e) Por todos e quaisquer acidentes de trabalho ocorrido durante a execução do presente contrato, bem como pela aquisição, entrega e fiscalização de uso de EPIs e/ou uniformes e identificação para seu pessoal.

V - Manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Sem prejuízo das demais disposições deste contrato, constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento rigoroso de todas às cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato;

b) Fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de pessoa especialmente designada, sendo que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da AMMVI, não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela observância do objeto do presente contrato;

c) Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato, ou providências a serem tomadas;

d) Efetuar os pagamentos na forma convencionada;

e) Permitir acesso dos técnicos da CONTRATADA aos equipamentos, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional;

f) Não permitir que terceiros tenham acesso à casa de máquinas e demais instalações dos equipamentos;

g) Não permitir o depósito de materiais alheios aos equipamentos na casa de máquinas e poços, conservando a escada ou vias de acesso livres;

h) Não trocar ou alterar peças dos equipamentos sem autorização expressa da CONTRATADA;

i) Visar a ficha de serviços, por ocasião da visita de técnicos da CONTRATADA, para a prestação de serviços neste instrumento;

j) Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por lei ou determinações de autoridades competentes;

k) Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a CONTRATADA entender necessárias ao eficiente funcionamento dos equipamentos ou, não o fazendo, assumir a total responsabilidade que desse ato resultar, facultando à CONTRATADA a rescisão, ou não, do contrato;

l) Só permitir a retirada de qualquer componente dos equipamentos mediante recibo, em impresso próprio da CONTRATADA, salvo se houver substituição no ato do serviço;

m) Cumprir rigorosamente a orientação técnica da CONTRATADA;

n) Executar os serviços necessários para a segurança e eficiente funcionamento dos equipamentos, alheios à especialidade da CONTRATADA;

o) Autorizar alterações de características originais ou substituição de acessórios por outros de tecnologia mais recente, assim como eventuais alterações impostas por novas disposições legais ou empresas seguradoras;

p) Realizar a manutenção das instalações da casa de máquinas, caixa e poço, mesmo que elas tenham sido executadas especialmente para a instalação dos equipamentos, como circuitos para alimentação do quadro de força da casa de máquinas e respectivos fusíveis de proteção desse quadro, dispositivos de para-raios, janelas, iluminação, sistema de ventilação ou exaustão forçada, extintor de incêndio, alvenaria e pinturas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E CLAUSULA PENAL.

6.1 - No caso de infração a qualquer cláusula estipulada, sujeitar-se-á a parte infratora ao pagamento de uma multa equivalente a 3 (três) mensalidades do preço, segundo o valor vigente na data do evento, sem prejuízo do direito da parte lesada de dar por rescindido o contrato.

6.2 - Não caberá à CONTRATADA responsabilidade por qualquer acidente pessoal ou patrimonial ocorrido a terceiros, exceto os que possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos ou omissões de seus prepostos, não podendo, assim, o presente instrumento afetar a responsabilidade que assiste à CONTRATANTE por acidentes que possam ocorrer a terceiros quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem dentro ou próximos dos equipamentos.

6.3 - Será responsabilidade da CONTRATANTE o pagamento da taxa anual do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

6.4 - As obrigações ora convencionadas serão efetivadas independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, obrigando-se as partes a bem e fielmente cumpri-las, sendo extensivas aos seus herdeiros ou sucessores.

6.5 - Em caso de atraso no pagamento dos valores estipulados, a CONTRATADA se reserva o direito de suspender a manutenção preventiva, bem como o atendimento aos chamados da CONTRATANTE, até a regularização dos pagamentos, isentando-se de qualquer responsabilidade que possa advir de falta de manutenção dos equipamentos.

6.6 - Em caso de suspensão indevida dos serviços objeto deste contrato a CONTRATADA será responsabilizada pelos danos ocorridos advindos dessa omissão, independentemente da aplicação da multa e da rescisão contratual;

6.7 - É responsabilidade da CONTRATANTE adquirir elementos decorativos da cabina, marcos de portas, lâmpadas, LED's, start, reatores, ventiladores e exaustores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DA MULTA

7.1 - Cada parcela do preço será atualizada com base na variação percentual do índice geral de preços, Dispon. Interna da FGV. A periodicidade do reajuste será anual ou automaticamente a mínima permitida em lei.

7.2 - Quaisquer das prestações do preço, quando resgatadas pela CONTRATANTE após seu vencimento, serão reajustadas de acordo com a variação percentual do índice geral de preços, Dispon. Interna da FGV, até a data do efetivo pagamento.

7.3 - Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer parcela, se sujeita a CONTRATANTE, ao pagamento de multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), ao dia, limitada a 10% (dez por cento) ao mês, calculada sobre o valor atualizado da parcela em atraso, e acrescido de juros de 1% ao mês sobre o valor corrigido.

CLÁUSULA OITAVA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

8.1 - O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**9.1 - A rescisão contratual pode ser:**

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme os casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para CONTRATANTE.

9.2 - A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA CONTRATUAL

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação segurança, de saúde, trabalhista, fiscal, previdenciária, comercial e demais pertinentes à execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá aos percentuais estabelecidos neste instrumento, calculados sobre o valor total contratado.

10.2 - As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

10.3 - Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

10.4 - As multas e penalidades elencadas nos itens 10.1 e 10.2 serão aplicadas mediante apresentação de relatório de ocorrência elaborado pela CONTRATANTE.

10.5 - A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

10.6 - Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativamente ou judicialmente após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, a tudo presentes.

Blumenau (SC), 15 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE PAULO ROBERTO WEISS PRESIDENTE da AMMVI	CONTRATADA Roana Carita Kerber THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
	CONTRATADA Sandro Marcio Cruz THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA - VIGISERV

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE MONITORAMENTO ELETRONICO E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob no 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro, a empresa VIGISERV SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Pastor Oswaldo Hesse, nº 1041, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 86.830.148/0001-79, neste ato presente na forma como prevista no seu Contrato Social, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços, na forma da Lei nº 8.666/93 e alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

O valor mensal previsto na Cláusula 4.1 do contrato, firmado pelas partes em 28 de janeiro de 2014, fica revisado em face da vigência de nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria para o exercício de 2016, no interesse recíproco das partes e nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/93, de forma que o valor total do contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais) mensais, com efeito financeiro a contar de 1º de fevereiro do corrente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Blumenau (SC), 22 de março de 2016.

CONTRATANTE FERNANDO TOMASELLI Presidente da AMMVI	CONTRATADA(O) VIGISERV SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
--	---

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONSELHO DE REGULAÇÃO Nº 04/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2016

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Marcos Fernando Zanella, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 29 de abril de 2016

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Relatório de Ouvidoria;
- 2) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 3) Distribuição dos Processos Administrativos Punitivos referente aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:
 - 3.1 Processo Punitivo nº 064/2015. Auto de Infração nº 064/2015. Autuada: CASAN. Município de Salete;
 - 3.2 Processo Punitivo nº 002/2016. Auto de Infração nº 002/2016. Autuada: CASAN. Município de Cunhataí.
- 4) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 15 de abril de 2016.

Marcos Fernando Zanella

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

ERRATA DO TERMO DE POSSE 003/2016

Errata do TERMO DE POSSE – 003/2016

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição 1956, do dia 14/04/2016, Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS, no uso de suas atribuições legais, altera:

Onde se lê: Toma posse, em 13 de abril de 2016, no cargo de Analista de Fiscalização e Regulação – Engenharia Área Civil, da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ 11.400.360/0001-05, a Sra. CLAUDIA CECHELLA ZANETTE, brasileira, solteira, Engenheira Sanitarista e Ambiental inscrita no CPF sob nº 087.206.639-86 e RG sob nº 5.756.338, cujas atribuições, direitos, deveres e responsabilidades encontram-se elencadas nos anexos I e II do Contrato do Consórcio Público.

Leia-se: Toma posse, em 13 de abril de 2016, no cargo de Analista de Fiscalização e Regulação – Engenharia Área Civil, da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), CNPJ 11.400.360/0001-05, a Sra. CLAUDIA CECHELLA ZANETTE, brasileira, solteira, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob nº 087.206.639-86 e RG sob nº 5.756.338, cujas atribuições, direitos, deveres e responsabilidades encontram-se elencadas nos anexos I e II do Contrato do Consórcio Público.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2016

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 007/2016

OBJETO: Apoio financeiro concedido ao evento de iniciativa da ABES, denominado XVII SILUBESA - - Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que será realizado no período de 06 a 08 de junho de 2016, em Florianópolis/SC.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERM. DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES

CNPJ: 33.945.015/0001-81

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Florianópolis, 15 de abril de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2016 - INEXIGIBILIDADE 006/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 026/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2016

OBJETO: Aquisição de 1 inscrição para o módulo 01 do curso "Gestão de Consórcios Públicos, a ser realizado no dia 14 e 15 de abril de 2016.

CONTRATADO: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL- EGEM

CNPJ nº 08. 940.383/0001-90

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Florianópolis, 14 de abril de 2016.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2016 - INEXIGIBILIDADE 007/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 30/2016

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 07/2016

OBJETO: Apoio financeiro concedido ao projeto de iniciativa da ABES, denominado XVII SILUBESA – Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, que será realizado no período de 06 a 08 de junho de 2016, em Florianópolis/SC.

CONTRATADO: ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

CNPJ: 33.945.015/0001-81

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei nº 8.666/93

Florianópolis, 15 de abril de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIS/AMURES**PORTARIA Nº 04/2016**

PORTARIA Nº 04 / 2016
NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, Prefeito de Campo Belo do Sul, Sr. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. MARA LÚCIA XAVIER WERNER, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO e carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 18 de Abril de 2016.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA

Presidente do CIS/AMURES

TERMO DE POSSE EMPREGO PÚBLICO MARA XAVIER WERNER

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO – REGIDO PELA CLT “CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO”

1-TERMO DE POSSE:

Eu, MARA LÚCIA XAVIER WERNER, brasileira, solteira, residente e domiciliada a rua Evonir Pereira Neves nº 33, Bairro Centro, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 04 de 18 de Abril de 2016, publicado no DOM de 18 de Abril de 2016, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e atesto, sob as penas da lei, não exercer outro emprego ou função pública municipal, estadual ou federal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Lages, 18 de Abril de 2016.

EDILSON JOSÉ DE SOUZA MARA LÚCIA XAVIER WERNER

Presidente CIS/AMURES Empossado

CIGAMERIOS**ERRATA II DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 02-2016**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS
CIGAMERIOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 003/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2016

“SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS”

ERRATA II

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, baseado na deliberação do Colegiado da Saúde e corroborado em Assembleia Geral do CIGAMERIOS, com relação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2016 CIGAMERIOS, de 06 de abril de 2016, com extrato (aviso) publicado no Diário Oficial dos Municípios na Edição nº 1970, do dia 07 de abril de 2016, página 560 e postado na íntegra no site mantenedor do CIGAMERIOS www.amerios.org.br, decide:

1. REVOGA a errata do dia 11 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios na Edição nº 1974, do dia 12 de abril de 2016, página 1040 e postado na íntegra no site mantenedor do CIGAMERIOS www.amerios.org.br;
2. REVOGAR a exigência estabelecida como obrigatoriedade de cotação de medicamento ético ou genérico, ficando o objeto com a seguinte redação: “O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e parceladas aquisições de medicamentos, pelos seguintes MUNICÍPIOS PARTICIPANTES: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Santa Terezinha

do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos;

3. ALTERA a redação do item 9.1 que passará a obter a seguinte redação: “9.1 – A Empresa vencedora, deverá enviar à Pregoeira, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 7.23, deste Edital.”

4. SUPRIME a redação do item 14.1.1 do Edital;

5. REABRE novo prazo para o certame uma vez que as alterações afetam a formulação das propostas, estabelecendo os seguintes prazos:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 09/04/2016 até às 08h00min do dia 28/04/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 28/04/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 28/04/2016.

Maravilha/SC, 18 de abril de 2016

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DO CIGAMERIOS